



III CONPESQ

Congresso de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Ciência e tecnologia para o desenvolvimento social

Organizadores

Natália Brito Bessa

Ana Lúcia Lucio Pinheiro

Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Mota

Rafael Perazzo Barbosa Mota



III CONPESQ

Congresso de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Ciência e tecnologia para o desenvolvimento social

Organizadores

Natália Brito Bessa

Ana Lúcia Lucio Pinheiro

Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Mota

Rafael Perazzo Barbosa Mota

Anais III Congresso de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (CONPESQ) - ciência e tecnologia para o desenvolvimento social: Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes - Volume 2

Copyright© 2023 by Natália Brito Bessa, Ana Lúcia Lucio Pinheiro, Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Mota, Rafael Perazzo Barbosa Mota (Orgs.). Efetuado depósito legal na Câmara Brasileira do Livro (CBL).



Av. Ten. Raimundo Rocha, 1639 - Cidade Universitária, Juazeiro do Norte - CE
CEP 63048-080 - Telefone: (88) 3221-9200

Organização

Natália Brito Bessa
Ana Lúcia Lucio Pinheiro
Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Mota
Rafael Perazzo Barbosa Mota

Capas

Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Mota
Hemerson Soares da Silva

Diagramação

Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Mota
Hemerson Soares da Silva

Projeto Gráfico

Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Mota

Normalização

Ana Lúcia Lucio Pinheiro
Karina de Carvalho Dantas
Mateus Souza Peralta

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

C749a Congresso de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Inovação (3. : 2022 : Juazeiro do Norte, CE). Anais III congresso de pesquisa, pós-graduação e inovação (CONPESQ) – ciência e tecnologia para o desenvolvimento social : ciências humanas e sociais, letras e artes, , 20 à 22 de setembro de 2022 / organizado por Natália Brito Bessa [et al]. - Juazeiro do Norte : UFCA, 2023.

E-book.

ISBN 978-65-88329-54-2

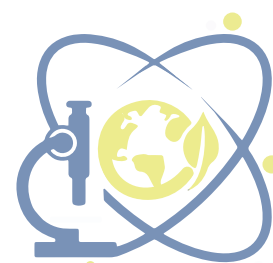
Disponível em: <http://ebooks.ufca.edu.br/catalogo/>

Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

1. Pesquisa - congresso. 2. Ciência e tecnologia. 3. Desenvolvimento social. I. Bessa, Natália Brito. II. Título.

CDD 001.4063

Bibliotecária: Glacínésia Leal Mendonça CRB 3/925



Comissão Organizadora do III CONPESQ

Coordenação Geral

Natália Brito Bessa
Laura Hévila Inocência Leite
Elias Pereira Lopes Júnior

Secretaria Geral

Aramidis Cibelly Moura de Moraes
Arícia do Socorro Tavares Miranda
Ana Lúcia Lucio Pinheiro
Juliana Maria Marculino Silva
Shirley Pinheiro Lima

Comissão Científica

Laura Hévila Inocência Leite
Elias Pereira Lopes Júnior
Maria Cleide Rodrigues Bernardino
Milena Silva Costa
Thiago Mielle Brito Ferreira Oliveira
Thiago Bessa Pontes
Ivan Satuf Rezende
Raimundo Martins Filho
Claudener Souza Teixeira
Clarice Dias de Albuquerque
Alex Lacerda Gomes Loiola
Renata Tavares da Silva
Acleciana dos Santos Goiana

Comissão de Minicurso

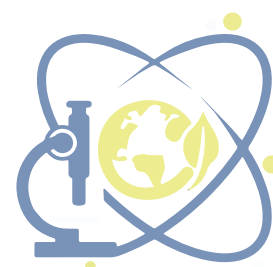
Milena Silva Costa
Daniel Silva Ricarto
Lucas Sobreira Sales Galvão
Bruna Flávia Alves de Oliveira
Shirley Pinheiro Lima
Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Mota

Comissão de Marketing/Divulgação

Thiago Bessa Pontes
Elias Pereira Lopes Júnior
Milena Silva Costa
Acleciana dos Santos Goiana
Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Mota
Daniel Silva Ricarto
Juliana Maria Marculino Silva

Comissão de Infraestrutura e Tecnologia da Informação

Thiago Bessa Pontes
Elias Pereira Lopes Júnior
Milena Silva Costa
Acleciana dos Santos Goiana
Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Mota
Daniel Silva Ricarto
Juliana Maria Marculino Silva



Equipe da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI/UFCA)

Laura Hévila Inocêncio Leite
(*Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação*)

Natália Brito Bessa
(*Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação*)

Arícia do Socorro Tavares Miranda
(*Secretaria Executiva*)

Thiago Mielle Brito Ferreira Oliveira
(*Coordenador de Pesquisa*)

Claudener Souza Teixeira
(*Coordenador de Pós-Graduação*)

Elias Pereira Lopes Júnior
(*Coordenador de Inovação*)

Aramidis Cibelly Moura de Moraes
(*Chefe de Núcleo de Gestão*)

Alex Lacerda Gomes Loiola
(*Chefe de Núcleo de Dados*)

Milena Silva Costa
(*Chefe de Núcleo de Divulgação Científica*)

Maria Cleide Rodrigues Bernardino
(*Gerente da Divisão de Apoio aos Programas de Pós-Graduação – Lato Sensu*)

Ivan Satuf Rezende
(*Gerente da Divisão Projetos e Grupos de Pesquisa*)

Clarice Dias de Albuquerque
(*Gerente da Divisão de Diplomas de Pós-Graduação*)

Renata Tavares da Silva
(*Gerente da Divisão de Apoio aos Programas de Pós-Graduação – Stricto Sensu*)

Thiago Bessa Pontes
(*Assessor da Reitoria*)

Orlando Italo Ferreira da Cruz
(*Auxiliar administrativo da Coordenadoria de Pós-Graduação*)

Ana Lúcia Lúcio Pinheiro
(*Auxiliar administrativo da Coordenadoria de Editoração e Apoio à Publicação*)

Acleciana dos Santos Goiana
(*Auxiliar administrativo da Coordenadoria de Pesquisa*)

Bárbara Larissa Alexandre Filgueira Mota
(*Auxiliar administrativo da Coordenadoria de Editoração e Apoio à Publicação*)

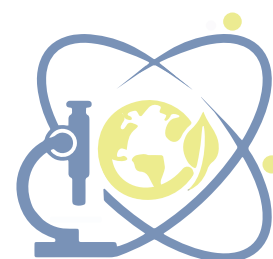
Shirley Pinheiro Lima
(*Estagiária da Coordenadoria de Editoração e Apoio à Publicação*)

Daniel Silva Ricarto
(*Estagiário do Núcleo de Divulgação Científica*)

Bruna Flávia Alves de Oliveira
(*Estagiária da Coordenadoria de Pesquisa*)

Juliana Maria Marculino Silva
(*Bolsista da Coordenadoria de Inovação*)

Lucas Sobreira Sales Galvão
(*Bolsista do Núcleo de Divulgação Científica*)



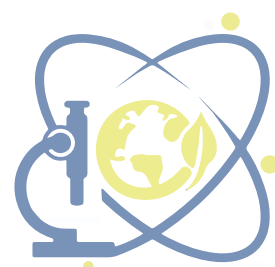
Apresentação

Durante os dias de 20, 21 e 22 de setembro de 2022, a Universidade Federal do Cariri (UFCA) realizou o III Congresso de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (CONPESQ), seguido a um momento que não apenas o Brasil, mas o mundo, viveu, a tragédia da pandemia de Covid-19. Apesar desse período difícil para a humanidade, a UFCA, enquanto instituição, seguiu rumo ao foco da realização de seus eventos a fim de disseminar as pesquisas desenvolvidas para evolução social e o fim da crise sanitária vivenciada.

Nesse sentido, a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI/UFCA) se manifesta com uma visão pautada na excelência de suas atividades mediante uma produção científica de qualidade, programas de intercâmbio, iniciação científica, inovação tecnológica e social, estabelecimento de convênios e promoção de eventos que reúnam membros da comunidade acadêmica. Assim, promovendo a troca de conhecimentos entre pesquisadores e pesquisadoras, a fim de demonstrar a potencialidade transformadora e inovadora das atividades científicas desenvolvidas na região do Cariri.

Pensando nisso, visando fortalecer a divulgação e a visibilidade da produção científica da UFCA, o III CONPESQ foi realizado com o intuito de viabilizar e incentivar alunos dos cursos de ensino médio, graduação e pós-graduação de diferentes instituições de ensino, a desenvolverem e divulgarem as atividades de produção científica realizadas nos programas de iniciação científica, tecnológica, de inovação e/ou de pós-graduação, propiciando uma vivência acadêmica mais envolvente e o aprimoramento de seus conhecimentos.

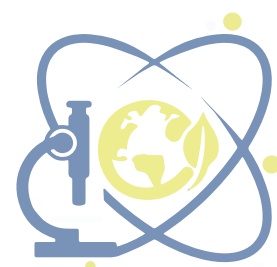
Dessa forma, o evento teve como temática “Ciência e tecnologia para o desenvolvimento social”, e abrangeu em sua programação, atividades como minicursos, mesas redondas, palestras, entregas de prêmios aos melhores



trabalhos, apresentações culturais, assembleia e apresentações de trabalhos em formato de pôsteres e orais. Além disso, abordou assuntos de relevância contemporânea como a mulher na ciência: diálogos decoloniais; universidade e a luta por direitos humanos: desafios do debate de gênero e negritude na UFCA. Ademais, foram tratadas vertentes mais técnicas como o preenchimento da Plataforma Brasil, dicas para desenvolvimento da redação de artigo científico, bem como a compreensão de eletrocardiografias de arritmias no âmbito da saúde humana.

Para além disso, dada a grande quantidade de trabalhos nesta edição do evento, eles foram divididos em 3 (três) volumes conforme as áreas temáticas: Ciências da Vida (volume 1), Ciências Humanas e Sociais, e Letras e Artes (volume 2) e Ciências Exatas, da Terra e Engenharias (volume 3). Este volume contém 69 trabalhos da área de Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes apresentados no evento e subdivididos nas modalidades resumo simples, resumo expandido e trabalho completo.

Laura Hévila Inocencio Leite
Natália Brito Bessa
Ana Lúcia Lucio Pinheiro
Bárbara Larissa Alexandre Figueira Mota
Rafael Perazzo Mota



Sumário

RESUMOS EXPANDIDOS 18

A inserção dos makerspaces em bibliotecas 19

Jessica Gabriela Silva Ribeiro
David Vernon Vieira

Da cidade midiática à marginal: percepções comunicacionais de juá city 26

Maria Jocilane da Silva
Elane Abreu de Oliveira

Cultura, africanidades e afrobrasilidades nos espaços formais de educação 31

Maria Regilane Belo da Silva
Kaylane de Oliveira Gomes
Cícero Jayow da Silva
Reginaldo Ferreira Domingos

O simbolismo de *Ernst Cassirer* no ensaio sobre o homem 36

Francisco Gustavo de Souza Flor

A importância da monitoria acadêmica para o desenvolvimento dos discentes: relato de experiência 40

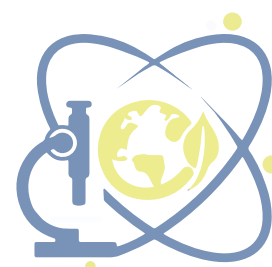
Ana Cleide Silva Souza
Polliana de Luna Nunes Barreto

Iniciação científica (IC): um estudo sobre a Lei nº 10.639/2003 no ensino básico da microrregião brejosantense 47

Rosália Felipe da Silva
Reginaldo Ferreira Domingos

Compreendendo as finanças e o orçamento público: relato de experiência da monitoria 52

Larissa da Silva Miranda
Milton Jarbas Rodrigues Chagas
Patricia Maria Viana de Castro



Johnathann Kiss pelas colunas sociais do Jornal do Cariri (1997-2000)..... 57

Carlos Felipe de Oliveira Souza
Tiago Coutinho Parente

O tráfico nacional e internacional dos fósseis do Cariri..... 62

Alisson Justino Alves da Silva
Marcos Antonio Ruann Arruda Holanda
Mayara Maria da Silva
Tayslane dos Santos Gonçalves
Fabiana Correia Bezerra

Aspectos valorativos da participação brasileira nas mostras latino-americanas de fotografia, México (1978; 1981) 72

Olívia Rebeca Oliveira Alencar
Marcelo Eduardo Leite

Laboratório escrituração digital: uma análise sobre a escrituração contábil das entidades sociais de Juazeiro do Norte-CE 79

Cícera Alessandra Bento Fernandes
Luan Gomes da Silva
Marcone Venâncio da Silva

O mito de Dona Aurora: as transformações causadas pela comunicação oral na memória social 86

Rosa Ravena Alves dos Santos

Percepção dos coordenadores de cursos de graduação da Universidade Federal do Cariri sobre o ENADE 94

Cinthia Lima dos Santos
Karina de Brito Silva
Jaqueline Dourado do Nascimento

Jonathann Kiss: produção biográfica e produção de uma memória coletiva 102

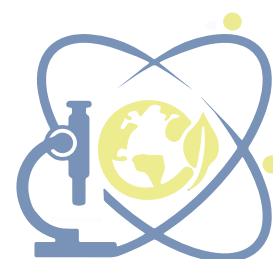
Letícia Holanda
Tiago Coutinho Parente

Estudo em habitação de interesse social: o caso do conjunto habitacional São Sebastião no bairro Betolândia em Juazeiro do Norte/CE..... 107

Bruna Emanuelle Feitosa Castro
Diego Coelho do Nascimento

Aspectos legais da violação de dados em redes sociais: um exame do Tiktok à luz da LGPD 114

Ingrid de Alencar Grangeiro
Larissa Maria de Souza Coêlho



Integração metropolitana de Juazeiro do Norte sob a perspectiva de ex-prefeitos 121

Daniel de Souza Rocha
Diego Coelho do Nascimento

A cidade marginal: corpos, estética e musicalidades na comunicação de Juazeiro do Norte-CE 129

Acácio Morais Silva

Agrotóxicos e saúde: qual o conhecimento dos alunos do Curso de Direito UNIFAP a respeito? 134

Anna Shátya Santos Gonçalves Lima
Giovanna Maria Alves da Silva

A não tão fina estampa: estereótipos da representação da homossexualidade masculina na telenovela Fina Estampa 138

Paulo Junior Alves Pereira
Luís Celestino de França Júnior

Resiliência empreendedora e feminina: um estudo na Feira das Minas Cariri 149

Rondenelly Braz Longuinho
Beatriz Gondim Matos

Projeto Tessituras: aproximação conceitual entre gestão social e o bem viver indígena 156

Mariana dos Santos Diniz
Marília Ruana Nascimento Moura

O acesso à informação jurídica acessível: um estudo no âmbito da ouvidoria da Universidade Federal do Cariri 162

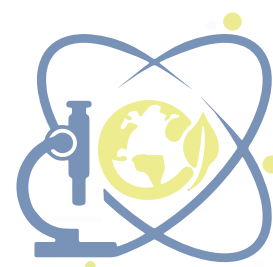
Homero Wellington Bernardo Araújo
Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira

Turismo cultural e pesquisa brasileira: a proposta de uma revisão sistemática da literatura científica 169

Mateus Dias da Silva
Beatriz Gondim Matos

Técnicas do *Visual Law* para a compreensão do conteúdo e para a formação acadêmica de estudantes: percepção inicial dos graduandos de Direito do UNIFAP 175

Judah Lopes Pereira de Oliveira
Luane Caroline Mendes
Roberta Marina Cioatto



Precarização do trabalho: uma abordagem a partir das vivências no município de Santana do Cariri..... 180

Antonio Lima de Brito
Cícera Thayná Gomes da Silva
Cícero Marcelo Bezerra dos Santos

RESUMOS SIMPLES 188

Mulheres e violência no Cariri cearense: lesões corporais em mulheres submetidas a exame de corpo de delito em 2020 189

Cícera Luana Cruz Tavares
Bruna Kerolayni Leite Cesario
Marcela Prado Araujo Brito
Patricia Maria de Albuquerque Brayner

A importância da valorização e formalização dos catadores de Juazeiro do Norte 191

Natanael Viana Nogueira
Cícero Marcelo Bezerra dos Santos

TRABALHOS COMPLETOS 193

Análise da influência da inovação e da responsabilidade socioambiental para o empreendedorismo sustentável no setor empresarial carirense..... 194

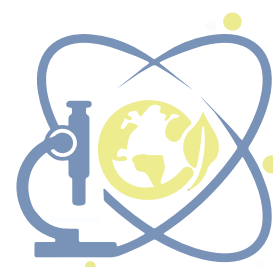
Brenna E. B. Holanda
Benjamin Rocha Arnou
Marcelo F. L. C. Pinto
Marcus V. O. Brasil

Pesquisa das influências da responsabilidade socioambiental em empresas empreendedoras sustentáveis carirenses..... 208

Benjamin Rocha Arnou
Brenna E. B. Holanda
Marcelo F. L. C. Pinto
Marcus V. O. Brasil

O uso excessivo de redes sociais e o impacto na vida de adolescentes e jovens 223

Yan Carlos Vieira Freitas
Orlando Júnior Viana Macêdo



**Contribuições da pesquisa científica à equipe de um projeto:
significados sob o formato de cordel.....235**

Ives Romero Tavares do Nascimento
Luiz Felipe de Sousa Fideles
Francisco Wagner Santana Filgueiras

**Pessoas escravizadas e forras nos registros de
batismo dos Cariris Novos (1732-1742) 251**

Evellen Rodrigues de Sousa
Daphyne Rodrigues da Silva
Amanda Teixeira da Silva

Violências de gênero e feminismos no contexto escolar: pesquisas necessárias... 264

Eugèrbia Paula da Rocha
Raquel Pereira Quadrado
Elaine de Jesus Souza

Atuação da Psicologia numa escola infantil privada 274

Gabrielle Targino Silva
Maria Júlia Vieira Dantas
Taynná Peixoto de Alencar
Orlando Júnior Viana Macêdo

**O papel da psicologia frente aos adolescentes infratores
por meio da política pública de assistência social 284**

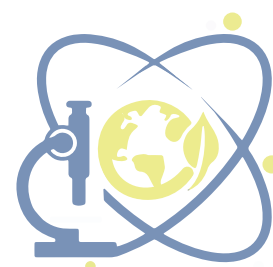
Bruna Maria do Nascimento
Evanize Pereira da Silva
Orlando Júnior Viana Macêdo

**As metodologias ativas e o projeto integrador:
vivências em grupo por parte de estudantes296**

Aryhadna Teles Lima
Bianca Gomes Gonçalves Torres
Marianna Héllen Ferreira de Lima
Taynara Fernandes Inácio
Orlando Júnior Viana Macêdo

**A construção grupal entre dependentes químicos
no período de tratamento clínico..... 309**

Helienay Alves Salviano
Jéssica Fernandes Freitas
Joana Amaro Oliveira
Mônica Elem Alencar Silva
Orlando Júnior Viana Macêdo



Vivências em grupo da comunidade surda da região do Cariri Cearense no Instituto Transformar - INTRA 321

Maria Eduarda Sabino de Andrade
Bruna Maria da Silva Pinheiro
Sheila Batista de Carvalho
Orlando Júnior Viana Macedo

O protagonismo das rádios e dos veículos online para a informação local na Região do Cariri 333

Cicero R. Silva
Danilo O. P. Pereira
Ivan S. Rezende

Atuação do psicólogo nas políticas públicas de assistência social na cidade de Juazeiro do Norte – CE 345

Leonardo Luiz de Souza Silva
Ana Carlota Esmeraldo Callou
Emilly Camilly Siqueira
Thaís Mesquita Rodrigues
Orlando Júnior Viana Macêdo

As possibilidades de contribuições da Psicologia em maternidades públicas diante da violência obstétrica 356

Thaís Fontenelle Bezerra
Pedro Jorge Alves Bernardino
Barbara Magna Mendes Dias
Laura da Silva Almeida
Orlando Júnior Viana Macêdo

Atuação da(o) psicóloga(o) junto a crianças e adolescentes em situação de rua..... 367

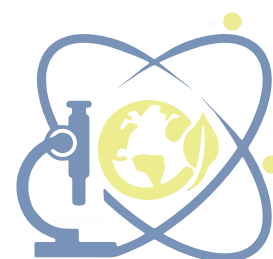
Yasmin Farias Almeida
Maria Luisa da Silva Gomes
Letícia Piancó Marques

Identificação de temas socialmente relevantes sobre o Rio São Francisco para a produção de sequências didáticas para o ensino de ciências380

Reurilânia Alves dos Santos
Maria Andréia dos Santos Morato
Aliana Francisca da Silva
Tatiana Santos Andrade

Pesquisa (auto)biográfica e interseccionalidade: histórias de vida e formação de estudantes do Instituto de Formação de Educadores.....391

Rafael Rodrigues Fialho
Lorran Cicero Melo dos Santos
Francione Charapa Alves



Ampliação dialógica no processo estrutural: o compromisso significativo
como forma de facilitar a implementação de decisões estruturais406

Carlos Marx Matias Freire
Gustavo Machado Rebouças
Francilda Alcantara Mendes

Permanência no ensino superior:
análises dos desafios enfrentados por estudantes de Pedagogia.....420

Felipe Fabricio Genuino Sampaio
Ana Cecília Figueiredo Leite
Francione Charapa Alves

Uma análise histórica acerca do real papel da escola pública como instituição social na Região do Cariri 432

Maria Hellen Santana Pereira
Ramilis Rodrigues Chaves

Planejamento e implementação de políticas públicas: uma análise das principais políticas de intervenção urbana em Juazeiro do Norte/CE445

Cirlany Sousa Matos
Diego Coelho do Nascimento

Violência de gênero: papel das políticas públicas461

Carla Karina Araújo Ferreira
Francisco Georgerlanio de Brito Felipe
Gabriela Pereira Passos
Zenilda De Araújo Albuquerque de Castro
Orlando Júnior Viana Macêdo

Pandemia Covid-19:
impactos nos projetos de extensão da Biblioteconomia no Brasil 473

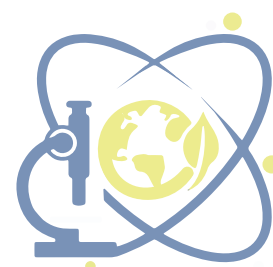
Elieny do Nascimento Silva
Maria Jaqueline Pereira Bezerra
Lourdes Gorette da Silva Macedo

Divulgação científica em redes sociais:
o caso do projeto "LAURBS nas Redes"487

Nicolas Kevin da Silva Angelo
Diego Coelho do Nascimento

Ao pé da cultura: reflexões acerca dos patrimônios culturais materiais tombados na Região do Cariri Cearense498

Pedro George Sales Torres
Diego Coelho do Nascimento²



O engajamento significativo como mecanismo de superação da [in] aplicação imediata dos direitos fundamentais 509

Gustavo Machado Rebouças
Carlos Marx Matias Freire
Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho

Concepções de informação de tatuadores 523

Ilda Janaina Sobreira Cruz
Camila Souza Silva
Lucas Almeida Serafim

Processo de criação do equipamento de proteção joi: foco na prototipagem e aperfeiçoamentos do designer 537

Joyce Fernandes Frutuôso
Liryan Samira Silva Pereira
Luiz Gustavo Menezes Morgado
Marcus Vinicius Almeida Menezes
Yitzhak Yoel Valladares Núñez
Maria Eduarda Soares Carvalho
Nazareno Mateus de Sousa
Wellen Monteiro Macedo
Maria Gabriela Leite De Souza
Cristiane Marinho Uchôa Lopes
Debora Verniz
Thiago Bessa Pontes
Deborah Macedo Dos Santos

Experiências de sonoridades brasileiras em produções de coros virtuais: o coral da UFCA e o Recital Mangubeat Cariri 553

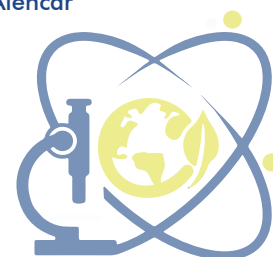
Judá Holanda Feitosa
Naira Leite Almino
Klenio Robson Cruz Romualdo
Carlos Renato de Lima Brito

Big Mouth e as fazes de desenvolvimento do adolescente: uma análise crítica 568

Luan Duarte Romão
Clyvia Maria Vieira Borges
Isaac Levi Agostinho Pinheiro
João Vítor Alves do Nascimento
Livia Maria Loula Pessoa
Francisco Francinete Leite Junior

Famílias Fortes: trabalhando o vínculo familiar como forma de prevenção 584

Beatriz Vitória de Barros Santos
Emilly Alves de Oliveira
Liana de Andrade Esmeraldo Pereira
Cícera Mônica da Silva Sousa Martins
Waléria Maria Menezes de Morais Alencar



O trabalho infantil no campo: reflexões frente ao contexto atual597

Ramon Robson Santos Romualdo

Proposta de Índice para Avaliação da Boa Governança em áreas e regiões metropolitanas do Brasil e Portugal (IBGOV) 609

Jéssica Beatriz Pereira Lima
Jéssica Gonçalves de Lima
Francisco Raniere Moreira da Silva

Dignidade humana no Brasil: o trabalho infantil em discussão.....622

Maria Leirivane Roque Viana
Francilene Torres Dias

Identidade, marcadores sociais da diferença e interseccionalidade 633

Lorran Cicero Melo dos Santos
Francione Charapa Alves

Biblioteca Pública e Agenda 2030: panorama das contribuições dos pesquisadores da área de Ciência da Informação de 2015 a 2022647

Higia Stefanny de Macedo Pereira
Maria Daiane Santana da Silva
Ana Paula Pereira da Silva
Ivina Lobo de Alencar
Francisco Djair Custódio do Nascimento
Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Plano nacional de segurança pública e defesa social 2021-2030: diretrizes para o processo de gestão municipal659

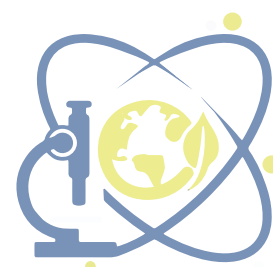
Naila Evelin Lima dos Santos
Taís Rodrigues de Souza
Wendell de Freitas Barbosa

Aplicação do índice de transparência dos portais legislativos na Câmara Municipal de Juazeiro do Norte-CE..... 673

Valdemberg Alves Nobre
Erick Juan Azevedo Barros
Roberta Marina Cioatto (Orientadora)

Experiências relacionadas à educação com pessoas surdas no ensino superior em tempos de pandemia de Covid-19: profissionais em foco684

Francineide Pereira de Souza
Lincoln Damacena de Oliveira
Lucas Romário

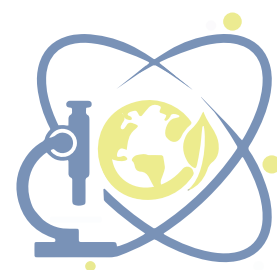


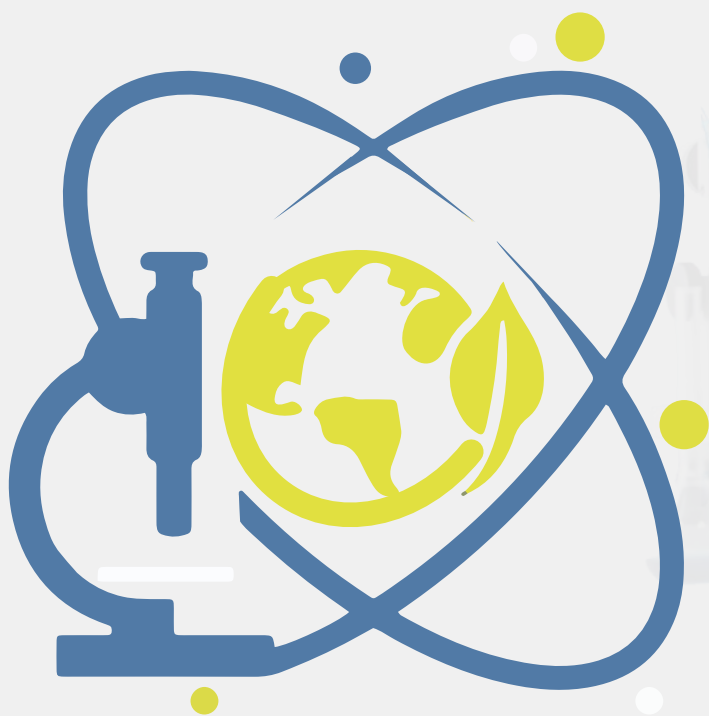
Experiências relacionadas à educação com pessoas surdas no ensino superior em tempos de pandemia de Covid-19: estudantes surdos/as em foco698

Lincoln Damacena Oliveira
Francineide Pereira de Souza
Lucas Romário

A violência letal no Brasil: um breve ensaio sobre as taxas de homicídios na esfera municipal no município de Juazeiro do Norte-CE712

Daniel de Souza Rocha
Dr. Wendell de Freitas Barbosa





Resumos Expandidos

**Ciência e tecnologia para
o desenvolvimento social**

A INSERÇÃO DOS MAKERSPACES EM BIBLIOTECAS

Jessica Gabriela Silva Ribeiro¹

David Vernon Vieira²

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas são instituições que acompanham a sociedade em diferentes momentos de sua trajetória. Ao longo desse percurso, elas se moldaram às necessidades sociais e educacionais que se implantaram nos diversos contextos e comunidades (MOYSES *et al.*, 2019, p. 7).

Portanto, as bibliotecas estão sempre se modificando para atender as diferentes demandas que os seus usuários necessitam.

Dessa forma, os *Makerspaces* surgem no contexto das bibliotecas como inovação para a atuação da biblioteca. Segundo Santos e Candido (2019, p. 115) o “*Makerspace* é um termo em inglês que significa espaços para fabricantes, ou seja, onde os *makers* (criadores) possam criar, fabricar, “dar vida” a seus projetos”. Assim, os *Makerspaces* são ambientes que estimulam a troca de experiência. Dependendo do objetivo de criação do espaço eles podem ser laboratórios com foco em fabricação ou apenas um local para trabalho (SANTOS; CANDIDO, 2019).

Portanto, espera-se que esse trabalho contribua com a discussão sobre a inserção dos *Makerspaces* em bibliotecas e como esse ambiente pode contribuir com a proposta de melhoria nos serviços da biblioteca.

Assim, vemos a necessidade de refletir sobre os ambientes *makers* e sua utilização para as bibliotecas. Na possibilidade de incentivar a criatividade,

¹ Universidade Federal do Cariri (UFCA); E-mail: jessica.ribeiro@aluno.ufca.edu.br; Financiamento: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI).

² Universidade Federal do Cariri (UFCA); E-mail: david.vieira@ufca.edu.br; Financiamento: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI).

inovação, a interação e o compartilhamento de ideias. Dessa forma, surgiu então o seguinte questionamento que este trabalho busca responder: de que forma os *Makerspaces* podem ser utilizados nas bibliotecas como um ambiente de incentivo para o desenvolvimento de atividades?

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo identificar as possibilidades que a inserção dos *Makerspace* traz para o ambiente da biblioteca e analisar diretrizes para a inserção desse espaço.

2 METODOLOGIA

Neste trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa sobre a inserção dos *Makerspaces* e suas contribuições para o ambiente das bibliotecas.

Para o desenvolvimento do percurso metodológico foi realizado um levantamento bibliográfico, através do Google acadêmico e do portal de periódicos da capes. Dessa forma, foram pesquisados artigos acadêmicos sobre a temática envolvendo os *Makerspaces*, a biblioteca e as possibilidades que um *Makerspace* pode proporcionar para a biblioteca.

Assim, as palavras utilizadas para a busca foram: Movimento *Maker*, Cultura *Maker*, *Makerspace*, *Makerspaces* em bibliotecas.

Para a abordagem qualitativa, ocorreu buscas em sites de universidades e institutos federais analisando se aqueles espaços possuíam espaços *makers*. Assim, o levantamento foi realizado durante o período de duração da bolsa de pesquisa PIBIC de agosto de 2021 a julho de 2022.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Os e As bibliotecas

De acordo com Sturmer e Mauricio (2021, p. 77072) o “Movimento *Maker* é uma extensão da cultura “Faça Você Mesmo”, que incentiva a produção prática e manual por parte de pessoas comuns, fazendo-as criar, consertar e modificar objetos, desenvolvendo projetos com suas próprias mãos”. Portanto,



os ambientes *makers* surgem nesse contexto servindo como espaços propícios para o estímulo da criatividade e desenvolvimento de projetos.

O *Makerspace* é um tipo de ambiente maker que vem sendo inserido nas bibliotecas. Assim, os *Makerspaces* são “espaços de fabricantes que combinam equipamentos de fabricação, comunidade e educação com o propósito de permitir que os membros da comunidade projetar e criar obras manufaturadas que não seriam possíveis de criar com os recursos que mal tem uma pessoa em casa [...]” (ALONSO-ARÉVALO; VÁZQUEZ VÁZQUEZ, 2018, p. 50, tradução nossa).

“Em geral, os *Makerspaces* funcionam como centros de aprendizagem entre pares para a troca de conhecimento, na forma de *workshops*, apresentações e conferências” (ALONSO-ARÉVALO; VÁZQUEZ VÁZQUEZ, 2018, p. 51, tradução nossa). Assim, devido às possibilidades que os *Makerspaces* possibilitam realizar, eles vêm sendo inseridos nas bibliotecas com objetivos educacionais.

De acordo com Santos Neto e Zaninelli (2017) o movimento *maker* quando inserido na biblioteca vai além do acesso às tecnologias, ele tem o objetivo de capacitar os usuários como o desenvolvimento de competências informacionais e digitais para que eles sejam capazes de transformar suas ideias em algo concreto. A inserção da cultura *maker* deve ser incentivada pelos profissionais responsáveis pelo espaço.

3.2 Atividades *makers*

Segundo Alonso Arévalo; López Melguizo (2021) cada espaço *maker* pode ter um público variado com diferentes interesses e necessidades, então não existe um tipo de atividade que seja ideal para esse espaço, mas dependerá do que o público necessitar. Por isso, os autores citam ferramentas e atividades que podem ser inseridas em *Makerspaces*:

- A impressão 3D permite imaginar um objeto, projetá-lo em um computador e depois torná-lo realidade. Basicamente consiste na criação de objetos tridimensionais a partir de plástico;
- Fotografia e edição digital;
- Projeto Gráfico;
- Gravação e edição de áudio;
- Gravação e edição de vídeo;
- Eletrônica, Robótica e Programação. Os fabricantes novos em

eletrônica podem usar jogos simples e complexos para aprender como as coisas funcionam. Kits e ferramentas: LittleBits, Arduino, MaKey MaKey, Raspberry Pi, LEGO Mindstorms e LEGO WeDo, Lilypad, Games and Apps, Criação e edição de livros eletrônicos;

- O artesanato e as atividades artísticas são uma opção atraente para oferecer a quem estiver interessado em fazer algo que não exija um grande investimento em materiais e equipamentos: papiro flexia, costura ou talha, reciclagem, costura/tecidos, metal e madeira, bijuteria, cerâmica, Fanzines;

- Empréstimo de ferramentas básicas. É um serviço barato, as pessoas doam ferramentas e outras coisas, que são catalogadas e emprestadas como se fossem livros. É uma atividade que promove a sustentabilidade ambiental;

- Jardinagem e agricultura. semi-bancos eles, compostando, espaços para cultivos ecológicos são evidentes como uma área crescente nos espaços das indústrias;

- Cozinha profissional, sustentabilidade alimentar e alimentação saudável. As atividades culinárias têm história nas bibliotecas. Há muitas maneiras e razões para conectar os usuários com comida e culinária na biblioteca. Poderia haver um foco na preparação de refeições saudáveis, conservas de frutas e legumes ou fazer refeições baratas (ALONSO ARÉVALO; LÓPEZ MELGUIZO, 2021, p. 57).

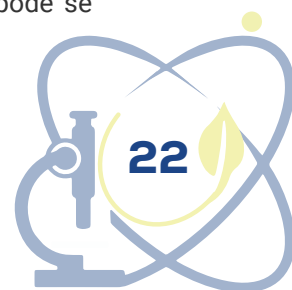
Deste modo, observa-se que existem vários tipos de atividades que podem ser desenvolvidas em um *Makerspace* na biblioteca. O que ficará a critério dos bibliotecários responsáveis que selecionaram as tecnologias e atividades que acreditem serem atrativas para seu público-alvo.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nota-se que os *Makerspaces* em bibliotecas são grandes aliados quando se pensa no futuro e papel social das bibliotecas. Observa-se que esses ambientes podem realizar diferentes tipos de atividades, e ofertar ferramentas. No entanto, esse espaço deve ser planejado com antecedência antes de ser disponibilizado para a comunidade.

Assim, Pensando na inserção de um *Makerspace* no ambiente da biblioteca os autores Santos Neto e Zaninelli (2017) identificaram na literatura internacional (MEYER, 2017; MARQUINA, 2017) alguns elementos que podem direcionar e auxiliar bibliotecários e demais profissionais que desejem implementar um *Makerspace*, sendo eles:

1. **Utilizar qualquer espaço disponível:** qualquer ambiente pode se

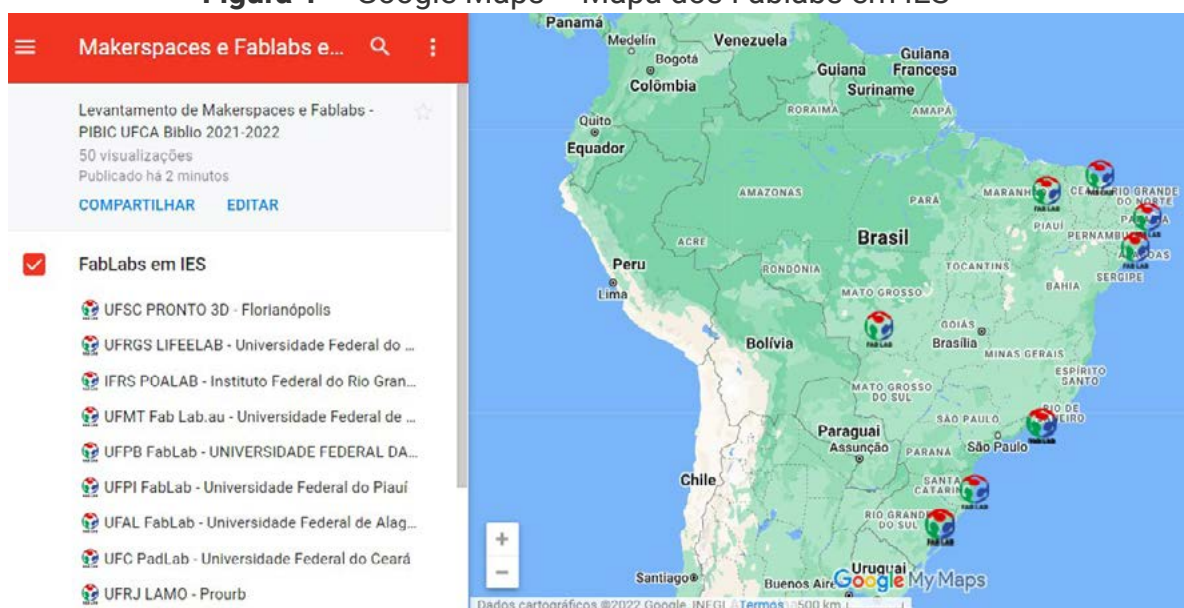


- transformar em um *Makerspace*;
2. **Criar um espaço ativo para criar:** mobiliário e elementos que permitam a flexibilidade do espaço;
 3. **Estabelecer a cultura maker:** estabelecer uma cultura criativa e desenvolver uma declaração para divulgar entre os usuários sobre o propósito do espaço;
 4. **Visitar outros Makerspaces:** para coletar ideias e descobrir novas oportunidades;
 4. **Envolver todas as partes interessadas:** perguntar aos usuários, pais, empregados e colaboradores o que esperam da iniciativa;
 5. **Escolher as ferramentas, os materiais e as tecnologias com finalidades pedagógicas:** fazer uma lista dos itens que podem ser úteis (impressoras e scanners 3D, microprocessadores, robôs, ferramentas elétricas, máquinas de costura, peças de construção, papelão e fita adesiva). Mas antes de adquirir qualquer item: deve-se conhecer muito bem o que se deseja com e no ;
 6. **Começar aos poucos:** é melhor fazer poucas tarefas com qualidade e propósito, a que muitas desprovidas de sentido (MEYER, 2017; MARQUINA, 2017 apud SANTOS NETO; ZANINELLI, 2017, p. 2644).

Dessa forma, observa-se que para inserir um *Makerspace* no ambiente da biblioteca é preciso que se analise e considere vários pontos. Como a definição do local em que o *Makerspace* será inserido; a indicar o objetivo daquele ambiente e como ele será utilizado; escolher a mobília, maquinário e ferramentas; visitar outros espaços para ter conhecimento de como um *Makerspace* deve funcionar; buscar envolver a comunidade nesse espaço e assim iniciar o funcionamento do *Makerspace*.

Além disso, pensando no *Makerspace* dentro da biblioteca como um espaço de incentivo educacional. Foi pesquisado em universidades e institutos federais *Makerspace* em bibliotecas. Na pesquisa os espaços *makers* que mais foram encontrados eram os *Fablabs*, apenas um *Makerspace* foi encontrado, mas esses ambientes não estavam vinculados as bibliotecas. Eram laboratórios para uso de toda a comunidade acadêmica ou com foco em cursos específicos como design e arquitetura. Para concluir o levantamento elaboramos um mapa interativo com alguns exemplos desses espaços criado no Google Maps disponível em <http://tiny.cc/xixzuz>.

Figura 1 – Google Maps – Mapa dos Fablabs em IES



Fonte: Elaborado pelos autores.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa buscou analisar diretrizes para a inserção dos *Makerspaces* em bibliotecas e como esse ambiente pode realizar serviços que contribuem com a proposta de melhoria na atuação de uma biblioteca.

Nota-se que as bibliotecas são ambientes que estão sempre buscando atender as demandas dos seus usuários e pensando nos seus potenciais usuários. Assim, o *Makerspace* surge nesse contexto para estímulo para a inovação desse espaço, através dos maquinários e tecnologias presentes ele objetiva tornar a biblioteca um ambiente mais atrativo para os frequentadores.

Apesar disso, não se tem muitas informações sobre *Makerspace* em bibliotecas no Brasil. Os ambientes *makers* mais encontrados com objetivos educacionais são os *Fablabs*. Mas não estão vinculados a bibliotecas.

Dessa maneira, observa-se que para um *Makerspace* ser incluído na biblioteca deve ocorrer um planejamento eficiente. Os profissionais responsáveis pelo espaço devem pensar na estrutura, material e como a cultura *maker* será incentivada. Para que assim o espaço *maker* seja capaz de cumprir os objetivos do espaço e ser um local de criação.

Logo, sugere-se para o desenvolvimento de futuras pesquisas, que seja analisado que aspectos as bibliotecas brasileiras consideraram na hora de criar um *Makerspace* em como se deu esse processo de inserção.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI) da Universidade Federal do Cariri que proporcionou uma bolsa de estudos para realizar esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALONSO AREVALO, J.; VAZQUEZ VAZQUEZ, M. Makerspaces: los espacios de fabricantes en bibliotecas. **Desiderata**, [s. l.], n. 9, p. 50-57, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6564744.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2022.

ALONSO ARÉVALO, J., LÓPEZ MELGUIZO, I. El fenómeno “makerspace” en bibliotecas. **Mi Biblioteca**, [s. l.], año XVII, n. 64, p. 52-58. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10366/144497>. Acesso em: 3 ago. 2022.

MOYSES, M. F.; MONTALVAO, C. R.; ZATTAR, M. A Biblioteca Pública como ambiente de aprendizagem casos de makerspaces, learning commons e co-working. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, Jul/Dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/30981>. Acesso em: 1 ago. 2022.

SANTOS, R. G.; CANDIDO, A. C. Bibliotecas como makerspace: oportunidades de implementação a partir de um caso prático. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 114-125, 2019. DOI: <https://www.doi.org/10.28998/cirev.2019v6n1g>. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/6282>. Acesso em: 3 ago. 2022.

SANTOS NETO, J. A.; ZANINELLI, T. B. Biblioteca escolar com makerspace: um estudo de caso na biblioteca abraham lincoln. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s. l.], v. 13, p. 2633-2656, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1879>. Acesso em: 3 ago. 2022.

STURMER, C. R.; MAURICIO, C. R. M. Cultura maker: como sua aplicação na educação pode criar um ambiente inovador de aprendizagem. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 7, n. 8, p. 77070-77088, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/33916>. Acesso em: 3 ago. 2022.

DA CIDADE MUDIÁTICA À MARGINAL: PERCEPÇÕES COMUNICACIONAIS DE JUÁ CITY

Maria Jocilane da Silva
Elane Abreu de Oliveira

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo trazer, de modo panorâmico, a inter-relação de três perspectivas comunicacionais de Juazeiro do Norte, município localizado no sul do Ceará: cidade inteligente, cidade edifício e cidade marginal. Estas perspectivas são aqui analisadas, particularmente, por repertórios de matérias jornalísticas de portais da mídia local e regional, fotografias feitas durante visitas de campo, bem como materiais cedidos por pessoas entrevistadas. Como base teórica, são abordados conceitos de “cibercidades”, “ville” e “cité” e “marginalidade”, em interlocução com as imagens escolhidas de cada cidade. Nesta investigação, a atenção se volta a elementos humanos, espaciais, construções e equipamentos tecnológicos que falam de Juazeiro do Norte, observando o que está nas imagens e o que está à margem delas.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo estudar como o espaço urbano é construído e percebido e entender que ele não é composto apenas de concreto, mas também de subjetividades e costumes. Para compreendermos sobre essas três perspectivas da cidade: cidade inteligente, cidade edifício e cidade marginal, foram realizadas entrevistas, registros fotográficos em visitas a campo, registros sonoros (entrevistas gravadas), coleta de imagens da mídia local, relatos de experiências e estudo de leis e documentos. Este percurso também foi acompanhado de estudo bibliográfico.

Segundo os dados do último censo do IBGE (2021), a população estimada de Juazeiro do Norte é 278.264 pessoas. Essa cidade está localizada no estado do Ceará, no sul do estado, região do Cariri.

2 METODOLOGIA

Para realizar um estudo panorâmico e inter-relacionar essas três perspectivas comunicacionais de Juazeiro do norte, foi feito um estudo de alguns conceitos extraído de autores que compuseram o mapa conceitual como “destruição criativa” (SENNETT, 2018, p. 128-130) “redefinição da centralidade” (PEREIRA, 2014, p. 126), “segregação socioespacial” (OLIVEIRA, 2017, p. 93), “Ville” e “Cité” (SENNETT, 2018, p. 11-12), “Cibercidades” (SANTAELLA, 2016, p. 17), “Smart city” (BATISTA; HOJDA; FARINIUK, 2018, p. 6), “Marginalidade” (RATTS, 2009, p. 97), os relatórios de visita a campo, seleção e análise das imagens da mídia e dos sujeitos entrevistados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Com a intenção de conhecer melhor as três perspectivas comunicacionais da imagem de Juazeiro do Norte, como cidade edifício, cidade inteligente e cidade marginal, na fase da organização da fundamentação teórica, realizamos fichamentos, fizemos o estudo de cada conceito de cidade com base nos conceitos de alguns autores que conduziram para a compreensão desse espaço urbano.

A análise crítica da cidade edifício foi feita com base na leitura de algumas obras. Uma dessas principais obras foi o livro do sociólogo norte-americano Richard Sennett, *“Construir e Habitar: Ética para uma cidade aberta”* (2018). Através dos estudos desse autor que trata das transformações do espaço urbano, chega-se à ideia de espaço construído e comportamental, nomeados de *Cité* e *Ville*: as construções de paredes de concreto e as subjetividades, bem como desejos da sociedade que vive nesse espaço. Desejos e vontades não têm harmonia com o que é concretizado. Essas reflexões nos levou a construções de espaços novos da cidade, lugares que eram apenas um espaço de alimentação se tornam um *shopping center*.

Na cidade inteligente utilizamos os estudos da professora Lúcia Santaella, *“Cidades Inteligentes: por que, para quem?”* (2016). Esta nos ajudou a entender como a cidade se adaptou a esse novo tipo de ideal urbano, sob a perspectiva da vigilância, governança e conectividade. Também estudamos os desafios ambientais, a vulnerabilidade que esta cidade possui com base nos conceitos



encontrados no artigo do arquiteto e historiador Antoine Picon “Os limites da Inteligência: Sobre os desafios enfrentados por cidades inteligentes” (2017). Vimos como essas adaptações ocorrem dentro da cidade de Juazeiro do Norte.

Estudou-se também alguns conceitos, dentre eles, o “marginal” e “corpo malandragem” do livro “Traços éticos: espacialidades e culturas negras e indígenas” (2009), de Alex Ratts. Uniu-se a estes, as ideias de “comunicação marginal” e “contra-hegemonia” de Tiago Granja Coutinho, em “A comunicação do oprimido e outros ensaios” (2014), que serviram como base para compreensão da cidade marginal. Através desses conceitos chegamos aos corpos dos entrevistados: Raimundo Evangelista e Antônio Evangelista, mestres do grupo Reisado dos Irmãos; o cantor de *rap* e *reggae* Johnny Positive e da diretora e produtora da *Green Valleys*, Fiama Vieira.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Concluiu-se o ano do projeto de pesquisa após a seleção de imagens da mídia local, regional, de entrevistados e leitura crítica delas com base nos principais autores estudados sobre cada uma delas. Tendo em vista a análise, na perspectiva de cidade edifício, nota-se uma forte veiculação de matérias voltadas para sua verticalização, aumento de construções de edifícios empresariais e residenciais. É uma cidade voltada para negócios que tem sua zona urbana em expansão, que almeja o crescimento econômico. Ao explorar essa cidade, lembramos os conceitos de “*Ville*” e “*Cité*” (SENNETT, 2018, p. 11-12), e com eles entendemos que a cidade também é constituída por seus habitantes. Logo a impossibilidade de acesso aos locais de domínio de classes altas torna a cidade segregadora e, conseqüentemente, as discrepâncias sociais se acentuam.

A cidade inteligente (também conhecida como *smart city*) é associada ao fim de incentivar o crescimento econômico, à inovação tecnológica e à intenção de proporcionar qualidade de vida para a população do município. Nessa perspectiva de cidade, dentro do conceito de “*smart city*” (BATISTA; HOJDA; FARINIUK, 2018, p. 6), a inserção do sinal de *wi-fi* na Praça do Giradouro ajudou na comunicação daqueles que a frequentam com pessoas mais distantes por meio de aplicativos de mensagens instantâneas. Dentro do conceito de “cibercidades” (SANTAELLA, 2016, p. 17), compreendemos que a implementação tecnológica das câmeras

de vigilância na praça almeja a segurança local, no entanto, os investimentos na qualidade de vida da população ainda se fazem iniciantes.

Já a cidade marginal é diferente. Nela aparecem os corpos em primeiro lugar, depois os monumentos. O Memorial Padre Cícero (bairro do Socorro) e o bairro João Cabral foram os espaços de relevância escolhidos para abordar estéticas marginais que estes possuem. O conceito de base de “margem/marginalidade” (RATTS, 2009, p. 97) ajudou a compreender como o espaço participa da construção dos estereótipos marginais nos locais citados e, além disso, identificar exemplos da margem como resistência, através dos corpos marginais que atuam em movimentos culturais desses locais. Nesta cidade, espaços e pessoas, assim, ocupam a ótica de espaços “contra-hegemônicos”, comunicando, muitas vezes, estéticas de existências invisibilizadas por discursos midiáticos estereotipados.

5 CONCLUSÕES

Para a realização do estudo desse projeto de pesquisa foi feito um recorte para aproximação dessas três perspectivas de cidade, não abrangendo, como um todo, o que é a cidade de Juazeiro do Norte e toda sua multiplicidade.

Esse urbano está em constante transformação. Nele, prédios são demolidos e, em seguida, reerguidos com uma nova forma. Condomínios fechados são criados. Pessoas com menor poder aquisitivo são afastadas para as áreas periféricas da cidade.

Avançando no projeto, analisando essas três percepções comunicacionais de cidade, compreendemos que a Juazeiro do Norte é cada vez mais midiaticizada como uma cidade edifício, com foco nos investimentos de construções verticais, condomínios e *shoppings* com o intuito de fazer com que a economia avance. Associada a esta percepção, tem-se a cidade inteligente, buscando inovação, tecnologia e qualidade de vida para os habitantes da cidade. Projeto este que só teve início na “Praça do Giradouro”.

Foi possível compreender esse ideal urbano em expansão e cada vez mais verticalizado e modernizado. Em suas margens encontramos uma cidade diferente; ela é rica em outras culturas. Vemos primeiro os corpos, depois os monumentos.

Cidade esta marginalizada. Corpos periféricos que são invisibilizados, que resistem e comunicam de forma contra-hegemônica através de suas expressões culturais, tendo estéticas diferentes das outras cidades supracitadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente a Deus por me dar inspiração, saúde e determinação que serviram para a realização deste projeto. Agradeço à minha orientadora Elane Abreu pela dedicação, por sempre estar presente para indicar a direção correta que o trabalho deveria tomar e pela oportunidade de participar do seu projeto de pesquisa. Também agradeço à UFCA pela concessão da bolsa PIBIC e à PRPI.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Eduardo Granja. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

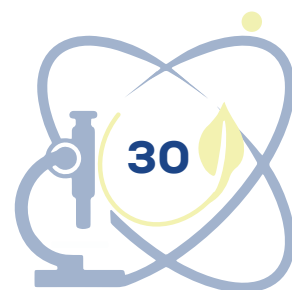
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e estados**. Juazeiro do Norte: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/juazeiro-do-norte.html>. Acesso em: 26 set. 2022.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **Centro, centralidade e cidade média: o papel do comércio e serviços na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte/CE**. 2014. 328 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

RATTS, Alex. **Traços étnicos: espacialidades e culturas negras e indígenas**. Fortaleza: Museu do Ceará - Secult, 2009.

SANTAELLA, Lúcia. **Cidades inteligentes: por que, para quem?** Barueri, SP: Estação das letras e Cores, 2016.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. Rio de Janeiro: Record, 2018.



CULTURA, AFRICANIDADES E AFROBRASILIDADES NOS ESPAÇOS FORMAIS DE EDUCAÇÃO

Maria Regilane Belo da Silva¹

Kaylane de Oliveira Gomes²

Cícero Jayow da Silva³

Reginaldo Ferreira Domingos⁴

1 INTRODUÇÃO

Sem dúvidas, a formação e construção das raízes culturais brasileiras têm em sua estrutura contribuições e herança de origem dos povos africanos e sua população descendente, através das manifestações e expressões da cultura negra que por muito tempo teve sua história silenciada e direcionada para as desigualdades étnico-raciais. Félix (2019, p. 344) afirma que, “a cultura africana faz parte da história desse país, e que sua inclusão propicia uma educação de qualidade para a população que por muito tempo foi desacreditada pelo apagamento de suas narrativas”.

Sendo assim, o silenciamento e a negação dessas questões não faz mais sentido, torna-se necessário desconstruir todo esse processo de apagamento histórico do processo de formação dos povos negros no Brasil, de fato dar uma maior visibilidade à história como também à cultura dos afrodescendentes, há uma necessidade de buscar reconhecimento e respeito além de valorização de um ensino pautado em um amplo e diversificado conhecimento, e para isso foi elaborada “a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica” (BRASIL, 2004),

¹ Universidade Federal do Cariri maria.regilane@aluno.ufca.edu.br

² Universidade Federal do Cariri kaylane.oliveira@aluno.ufca.edu.br

³ Universidade Federal do Cariri jayow.silva@aluno.ufca.edu.br

⁴ Universidade Federal do Cariri reginaldo.domingos@ufca.edu.br

a fim de atuar com ações de incentivo que sejam incluídas e desenvolvidas nos currículos escolares.

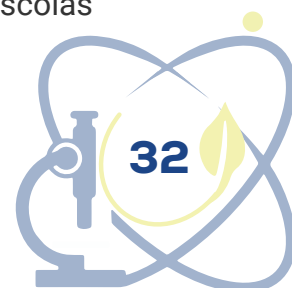
Diante de tal cenário, passa então a ter a necessidade de buscar uma maior reflexão e inclusão ao produzir saberes principalmente no campo educacional, ainda pouco visível e essa é uma realidade decorrente de vários fatores que dificultam o combate ao racismo no desenvolvimento das estratégias que norteiam as atividades culturais, pois principalmente a escola pública, é responsável por desempenhar um papel importante e fundamental no processo para a construção de uma educação anti-racista (GOMES, 2008).

Aliás, a discussão sobre a falta de conhecimento étnico-racial é ainda um grande desafio a ser enfrentado pela sociedade em geral, muitas vezes esse enfrentamento é minimizado e sem interesse na maneira de produzir métodos voltados para combater o racismo, de modo que “o papel da escola nos dias atuais é um assunto controverso e exaustivamente debatido. Ainda assim, o que se observa, na prática, é um dissenso tamanho, onde cada qual parece pôr em prática o que lhe convém” (FRANCISCO JUNIOR, 2008, p. 403).

Neste sentido convém ressaltar que a pesquisa em si tem por finalidade averiguar as formas como são abordadas as ações culturais com ênfases nas questões sobre africanidades e afrobrasilidades nas instituições de ensino médio com o intuito de perceber como a cultura afro-brasileira é contemplada nas ações e manifestações que ocorrem dentro desses espaços ou se são apenas estratégias que ocorrem em períodos e datas comemorativas.

Durante muito tempo a cultura afro-brasileira foi excluída e negada, muitos tendo vergonha de demonstrar sua cultura publicamente, para tentar resolver esse problema foi preciso focar no início do progresso do ser humano como cidadão, sendo a educação que é o fator mais importante para que uma sociedade evolua, foi criado em 2004 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, no qual a Lei orienta que seja implementado o estudo da cultura sobre africanidades e afrobrasilidades no currículo.

O objetivo de nossa pesquisa é saber como as atividades culturais sobre africanidades e afrobrasilidades com base na Lei nº 10.639/2003, vem sendo abordada e desenvolvida nos ambientes educacionais e quais dessas escolas



de ensino médio das cidades escolhidas realmente fazem essas DCN's serem colocadas em prática no dia a dia escolar.

2 METODOLOGIA

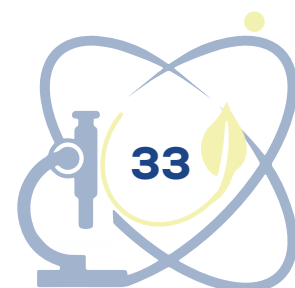
Para maior compreensão das DCN's, foi necessária a leitura do texto lançado em 2004 pelo Ministério da Educação de forma integral, antes de serem colocadas em prática pelos bolsistas em campo.

Observar a forma que a escola lida com esse assunto é muito importante para a base principal da pesquisa, se os docentes parecem confortáveis ao falar sobre os mesmos e se respondem as perguntas com facilidade, mostrando entendimento e interesse no assunto.

Para termos as informações completas, foi desenvolvido um pequeno questionário com perguntas para coordenação e/ou diretoria da escola responderem. Os dados coletados no primeiro momento foram obtidos em 3 escolas de ensino médio na cidade de Milagres, 4 escolas em Juazeiro do Norte e 4 escolas na cidade de Crato, Ceará. De início foram feitas visitas às instituições de ensino para observar o ambiente, depois foi efetuada uma entrevista com as diretoras de cada escola através de questionário com quatro perguntas sobre cultura, para a abordagem mais específica voltadas à efetivação de ações culturais sobre a Lei nº 10.639/2003, será direcionado para um novo questionário em segunda etapa da pesquisa. Nos locais de pesquisa, os bolsistas fazem as perguntas presentes no questionário, sendo essas as perguntas do primeiro momento:

1. A escola realiza atividades culturais anualmente?
2. Quantas ao todo?
3. Quais são essas atividades?
4. Como essas atividades acontecem?

Durante conversas com esses docentes, também acontece de conhecerem mais as escolas e a forma que elas abordam a cultura afro-brasileira, seja por forma de aulas, eventos, filmes ou até mesmo focando em estudiosos negros quando se está estudando um determinado tópico. Ao juntar as pesquisas de todas as escolas, outro trabalho será feito para estudar o porquê das mesmas



não fazerem esses momentos, também sendo estudado o porquê de algumas conseguirem realizar e outras não.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A partir da fundamentação da Lei nº 10.639/2003, estamos utilizando o estudo desenvolvido por Domingos, que trata sobre a necessidade de avanços e melhorias para a educação brasileira a respeito da população afrodescendente, na busca de assegurar um ensino sem discriminação, de respeito aos direitos e a igualdade em âmbitos educacionais, tornando-se necessário a valorização da diversidade cultural e étnico-racial. Numa perspectiva prática, o autor indica:

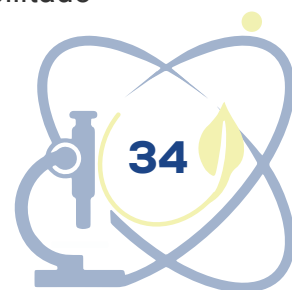
Ao trazer essa temática para discurso escolar, acredita-se permitir novas aberturas de práticas educativas, como a interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, criando ações pedagógicas e educativas na promoção para a diminuição das desigualdades de raças e atos de racismo contra a população negra brasileira.

De fato, a aplicação adequada da Lei nº 10.639/2003 nos espaços formais de educação, pode proporcionar a população negra uma vivência menos desfavorecida na sociedade, além de gerar conhecimento sobre suas histórias que não estão sendo pautadas nas escolas, ademais, contribuindo para uma sociedade mais igualitária em questões raciais, culturais e sociais. Nesse sentido, também estamos utilizando as abordagens de Gomes (2008), que fala que a revisão histórica dos conhecimentos de raízes africanas e da participação de pessoas pretas na construção da sociedade brasileira pode colaborar na superação do racismo enraizado na nossa sociedade, que tende a enxergar a cultura negra e africana como exótica e destinada ao sofrimento.

Essa fundamentação teórica está favorecendo nossa compreensão sobre a importância do cumprimento da lei nas escolas do Crato, Juazeiro do Norte e Milagres e poderá sensibilizar nosso olhar para as informações coletadas até o momento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a pesquisa está em processo de construção nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Milagres. Após a pandemia ter impossibilitado



muitas atividades, bem como os espaços mapeados para o desenvolvimento de análises relacionadas à pesquisa, com o avanço da vacinação e retorno das atividades escolares o mapeamento está caminhando cada vez mais rápido.

AGRADECIMENTOS

O principal agradecimento pelo desenvolvimento dessa pesquisa é à Pró-Reitoria de Cultura (PROCULT/UFCA) e ao Grupo de Pesquisa Observatório Cariri, onde está alocada a pesquisa aqui apresentada, os quais nos deram apoio financeiro e intelectual para a realização da mesma.

REFERÊNCIAS

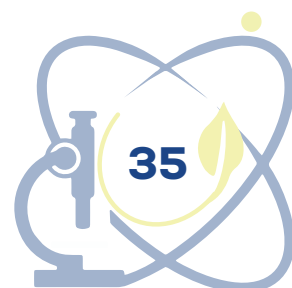
BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004. BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. Lei nº 10.639/2003 questões raciais e identitárias: uma irrevogável ação política, um diálogo necessário na educação básica. **Revista Exitus**, Santarém, PA, v. 9, n. 5, p. 22 - 46, Edição Especial 2019.

FÉLIX, Cristiane de Oliveira. Movimento negro e suas contribuições na implementação da lei nº 10.639/03. In: KARLA, Cicera Nunes; OLIVEIRA, Karla Roberta Brandão de. **X Congresso Internacional Artefatos da Cultura Negra**. Juazeiro do Norte: UFCA, 2019. p. 337-345. *E-book*. Disponível em: <http://sites.ufca.edu.br/ebooks/wp-content/uploads/sites/22/2020/01/X-Congresso-Internacional-Artefatos-da-Cultura-Negra-Parte-1.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. **Ciências da educação**, [s. l.], v. 14, n. 3, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v14n3/a03v14n3>. Acesso em: 24 abr. 2023

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei nº 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (org.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 67-89.



O SIMBOLISMO DE *ERNST CASSIRER* NO ENSAIO SOBRE O HOMEM

Francisco Gustavo de Souza Flor¹

1 INTRODUÇÃO

Este resumo expandido tem por objetivo principal retomar a discussão que o filósofo Ernst Cassirer desenvolveu em um dos seus últimos textos intitulado *Ensaio sobre o homem*. Em seu prefácio, Cassirer relata quais foram suas motivações para a escrita deste livro. Amigos que conheciam sua obra principal, *Filosofia das Formas Simbólicas*, insistiam para que ele traduzisse os três volumes para o inglês. Além de ser motivado pelos amigos, Cassirer diz que ao redigir esse livro de 1944, (sendo uma obra condensada dos três volumes da “Filosofia das formas simbólicas”), novas questões foram postas e questões mais antigas foram reanalisadas com olhares da sua filosofia madura. Com o *Ensaio sobre o homem*, toda sua filosofia estava condensada e resumida em um livro que abordava diversos temas que já foram abordados por outros filósofos ao longo da tradição filosófica.

Portanto, é aberta a possibilidade de se tomar o *Ensaio sobre o homem* como texto introdutório para toda sua filosofia, digo como um iniciado em Ernst Cassirer que teve oportunidade de conhecer outras de suas obras. Retornando ao objetivo deste trabalho que é, por sua vez, revisitar as discussões do *Ensaio*, julgo ser necessário colocar em primeira perspectiva o que Cassirer aparentemente pretende no seu escrito; o termo “homem” é encontrado no título, evidenciando assim a centralidade desta noção. É possível deduzir que iremos nos deparar com uma longa análise filosófica sobre a cultura humana quando nos deparamos com a frase que compõe o subtítulo da obra **Introdução a uma filosofia da cultura humana**, e durante esse percurso descobriremos o que o autor entende de cultura. É possível observar que no decorrer do livro, Ernst Cassirer estabelece

¹UFCA (Universidade Federal do Cariri), E-mail: gustavo.flor@aluno.ufca.edu.br. Financiamento: UFCA (Universidade federal do cariri).

como objetivo: determinar algo que seja comum entre todos os temas da cultura humana, nascendo então uma filosofia sistemática.

No âmbito estritamente filosófico, o debate da filosofia de Cassirer é recente, especialmente no Brasil. Levando em consideração que grandes tradições filosóficas são debatidas por séculos, julgo que é necessário o estudo e a divulgação por parte da academia de novas teorias filosóficas em especial a cassireriana, formulada em momentos de grandes turbulências mundiais, refiro-me diretamente à ao período entre as duas grandes guerras.

2 OBJETIVOS

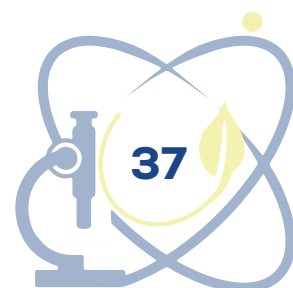
O objetivo geral dos meus esforços de pesquisa consiste em investigar a argumentação de Cassirer e compreender o que sua filosofia propõe como uma nova chave para se compreender o humano. Esta pesquisa irá se deter especialmente, na obra o *Ensaio sobre o Homem*. Assim, outros objetivos particulares serão igualmente atingidos: i) entender em qual circunstâncias o *Ensaio sobre o homem* foi redigido; ii) enriquecer o debate a respeito do filósofo Ernst Cassirer no Brasil; iii) Iniciar um estudo da sua filosofia a partir do que seria sua última obra em vida.

3 METODOLOGIA

Do ponto de vista estritamente operacional, a pesquisa se desenvolve por meio de uma análise bibliográfica que exige leituras dirigidas, análise textual e debates com estudiosos da obra de Cassirer. No que diz respeito ao percurso filosófico, minha contribuição está circunscrita à análise e compreensão do *Ensaio sobre o homem* e de seu sistema simbólico.

3.1 Resultados

A pesquisa desenvolvida resultou em uma análise dos argumentos desenvolvidos no *Ensaio sobre o homem* e da teoria de Cassirer. A produção de um artigo científico que está em fase final de elaboração, assim como um banco de dados no qual se encontram diversas referências bibliográficas (teses,

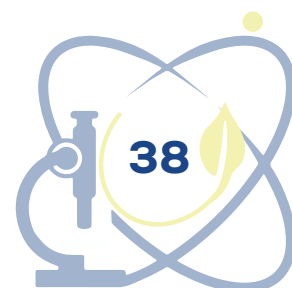


dissertações, artigos, livros e resumos, todos em língua portuguesa). Incluindo anotações, fichamentos e esboços textuais para a produção de artigo científico sobre o simbolismo no *Ensaio sobre o homem*. Por fim, o meu repertório filosófico a respeito das questões humanas tratadas analiticamente cresceu de forma exponencial, despertando interesse em outros grandes filósofos como, por exemplo, Kant. Além de Descartes e Hume.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição de Cassirer é muito importante para uma análise reflexiva sobre o debate filosófico em que sua filosofia se encontra. Debatendo problemas como, por exemplo, “o que é o homem?”, sendo a questão antropológica claramente identificada por Cassirer e respondida por ele no livro que escolhi como base principal para o desenvolvimento desta pesquisa, mas não apenas nesse âmbito, a relevância de Cassirer também se faz na filosofia da ciência natural.

Considerando um dos meus objetivos que foi produção do banco de dados, é possível, com isto, que se desenvolvam mais pesquisas em torno da obra de Cassirer. Mais um objetivo alcançado foi a compreensão da chave filosófica a partir da qual Cassirer define o animal humano, o símbolo e sua capacidade de criar significados para cada ação mediada pela sua razão, e como cada ação cria uma versão da realidade. Por fim, o meu trabalho tem a possibilidade de participar do enriquecimento do debate sobre o filósofo no Brasil. O *Ensaio sobre o homem* não é somente sobre uma teoria filosófica acerca do animal simbólico, mas é também sobre como esse animal se relaciona com o mundo e, por consequência, como essas relações o afetam.



AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente ao professor Dr. Ivânio Lopes de Azevedo Júnior pelas orientações e por toda paciência comigo. Ao meu colega, Francisco Silva que divide objetivos semelhantes aos meus e pela constante troca filosófica que sempre temos. Aos demais colegas do grupo de estudos que está há quase dois anos se aprofundando na filosofia de Ernst Cassirer. Agradeço também a UFCA (Universidade Federal do Cariri) que possibilita que este projeto seja desenvolvido.

REFERÊNCIAS

CASSIRER, Ernst. **A Filosofia das formas simbólicas: a linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2001. v. 1.

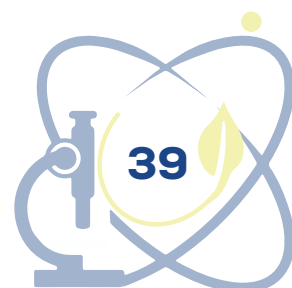
CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas: segunda parte: o pensamento mítico.** São Paulo: Martins Fontes, 2004. v. 2.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas: fenomenologia do conhecimento.** São Paulo: Martins Fontes, 2011. v. 3.

CASSIRER, E. Antropologia Filosófica- **Um ensaio sobre o homem.** Tradução de Vicente Felix de Queiroz. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1977.

GARCIA, R. R. **Genealogia da crítica da cultura: um estudo sobre a filosofia das formas simbólicas de Ernest Cassirer.** 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JÚNIOR, Ivânio Lopes de Azevedo. **Ciências da natureza, ciências da cultura e a matematização do conhecimento em ernst cassirer.** 2021. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021.



A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA ACADÊMICA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS DISCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

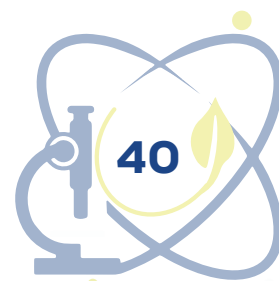
Ana Cleide Silva Souza
Polliana de Luna Nunes Barreto

1 INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES) desenvolvem as atividades de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando aos discentes experiências acadêmicas. Na esfera das atividades de ensino, especificamente, encontram-se as práticas de monitoria, que também é a oportunidade dos discentes colocar em prática o que estão aprendendo, assim aplicar no mercado de trabalho futuramente.

As monitorias acadêmicas são de suma importância pois envolve o ensino e aprendizagem na prática, os estudantes que participam das monitorias ajuda no desenvolvimento dos colegas, assim como os alunos contribuem para o processo de aprendizagem do monitor. Podemos observar que ambos são participantes do ensino e aprendizagem durante as monitorias acadêmicas. Neste sentido, as atividades do Programa de Iniciação à Docência (PID) disponibilizadas pelas instituições auxiliam e servem como apoio pedagógico para aprofundar o conhecimento que os discentes vêm construindo ao longo da graduação, desenvolvendo assim uma experiência para os discentes que futuramente querem seguir na profissão de docente e assim também auxiliam na aprendizagem dos colegas.

Neste contexto, o trabalho apresenta um relato de experiência do PID da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da Universidade Federal do Cariri (UFCA) Campus Juazeiro do Norte, para a disciplina de Metodologia do Trabalho Científico (MTC) do curso de graduação em Administração, turma do segundo semestre. O



projeto teve como objetivo ampliar a qualidade do ensino e o rendimento acadêmico, possibilitando experiências pedagógicas para os monitores envolvidos e utilizar instrumentos e técnicas planejadas pelo orientador junto com os monitores para o aprimoramento da escrita acadêmica dos discentes da disciplina.

As atividades desenvolvidas ao longo da monitoria foram planejadas pela orientadora do projeto e professora da disciplina Dr^a. Polliana de Luna Nunes Barretos, onde sugeriu um cronograma de encontros com os discentes durante o semestre e reuniões semanais para orientações. Contudo, o contato com os discentes da disciplina e as atividades foram desenvolvidas remotamente via *Google Meet*, *e-mail* e grupo do *WhatsApp*. Visto que durante a experiência a sociedade atual encontrava-se saindo de uma crise sanitária decorrente da pandemia conhecida como coronavírus.

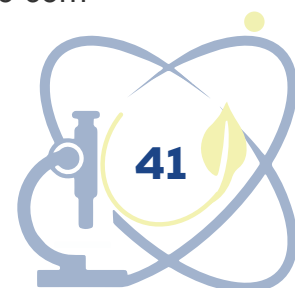
2 METODOLOGIA

O trabalho tem como característica uma pesquisa básica com abordagem qualitativa e amostragem realizada em campo no ambiente acadêmico. As atividades planejadas são realizadas por meio de reuniões semanais na forma de videoconferências utilizando-se o aplicativo *Google Meet*. A coleta dos dados, realizada com os discentes atendidos pelas atividades de monitoria (realizada entre 21 de abril e 01 de julho de 2022) na disciplina MTC do curso de administração, deu-se por meio da aplicação de um questionário elaborado na plataforma *Google Forms*, composto por perguntas abertas e fechadas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

As atividades do programa de monitoria acadêmica das universidades do Brasil foram regularizadas em 28 de novembro de 1968, pela Lei Federal nº 5.540, em seu artigo 41, que determina a criação de monitorias nos cursos de graduação e estabelecia a função remunerada do monitor (BRASIL, 1968), sucedeu, posteriormente sendo validada, pela Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996).

As monitorias acadêmicas são perspectivas profissionais e despertam interesse dos discentes em determinadas áreas, pois é o primeiro contato com



a docência. Com isso, o programa de monitoria nas universidades tem como objetivo estimular o ensino e aprendizagem proporcionando a experiência para o currículo e desenvolve capacidades técnicas e teóricas nas áreas de atuação.

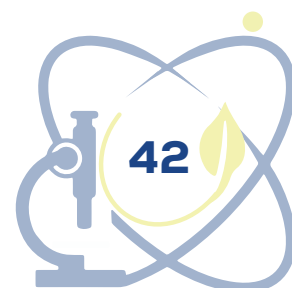
As disciplinas de MTC tendem a ser ofertadas para introduzir os discentes na teoria e prática da pesquisa, visto que as elaborações de trabalhos científicos são indispensáveis durante a formação acadêmica. Barros e Lehfeld (2007) ressaltam a importância de disciplinas para introduzir estudo e aprendizado esperados durante os cursos de ensino superior. Visto que, durante o ensino médio os estudantes não são incentivados a iniciação científica, principalmente nas escolas públicas brasileiras onde existe uma defasagem no ensino.

O primeiro contato com os métodos de pesquisa para alguns alunos é muito difícil, compreender e aplicar os conhecimentos tratados na disciplina de MTC é necessário para realizar pesquisas, no entanto, alguns não conseguem colocar em prática. Tendo isso em vista, a monitoria na disciplina de MTC tem como objetivo os discentes que estão recebendo o auxílio do monitor, pois a finalidade é a compreensão e a produção de conhecimento nas pesquisas científicas que poderiam ser usadas durante o ensino superior, desenvolvendo assim melhor rendimento acadêmico.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto surgiu para incentivar e introduzir os discentes da disciplina de MTC do curso de graduação em Administração a usar o que aprenderam na disciplina com as técnicas necessárias para a realização de pesquisas científicas e aprimoramento da escrita acadêmica.

Ao iniciar as práticas, foi realizado uma reunião, onde a docente orientadora do projeto e as monitoras conversaram a respeito do cronograma de encontro e atividades a serem realizadas com os discentes da disciplina, observando o planejamento do conteúdo programado da ementa da disciplina seguindo as necessidades de informação dos alunos, as metodologias de ensino e avaliação adotadas.



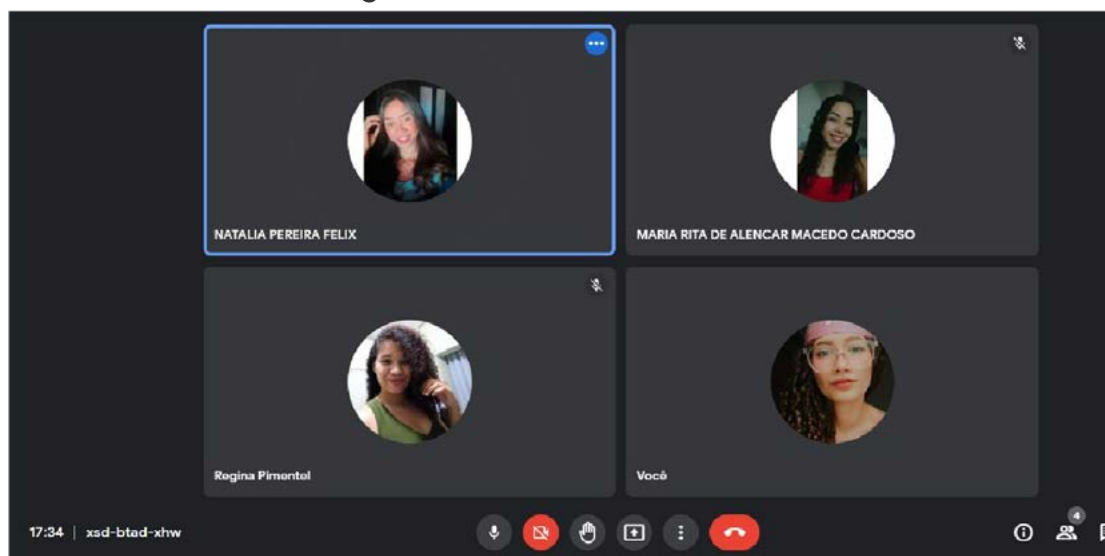
Quadro 1 - Cronograma de encontros

ENCONTROS	
Encontros marcados	21 de abril; 28 de abril; 05 de maio; 12 de maio; 19 de maio; 26 de maio.

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dessa reunião ficou definido os encontros com os discentes toda quinta-feira às 17 horas na plataforma *google meet*, um grupo dividido em sala de aula pela professora Polliana de Luna Nunes Barretos, encontrava-se com a monitora Ana Cleide Silva Souza graduanda de Biblioteconomia e a monitora voluntária Regina Pimentel Cruz graduanda de Administração para falamos os passos a passos da construção do artigo científico, tirar dúvidas, ajudar no levantamento de material e escolha de tema.

Figura 1 - Encontro de monitoria

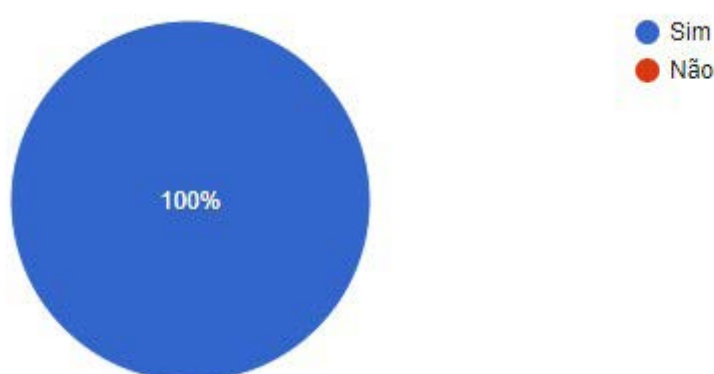


Fonte: Dados da pesquisa.

Além dos encontros virtualmente pelo *google meet* para facilitar o contato com os discentes, fez-se um grupo no *WhatsApp* onde poderiam tirar dúvidas recorrentes durante o processo de escrita dos estudantes e por *e-mail* onde poderiam enviar seus trabalhos para receber sugestões de melhorias, observações e ajustes do texto durante o processo de escrita.

Os dados a seguir é resultado do formulário do *Google forms* aplicado e disponibilizados para os 25 discentes matriculados na disciplina de MTC do segundo semestre de Administração. No entanto, somente 9 discentes responderam e ao serem questionados se consideravam importante ter um monitor na disciplina de MTC a resposta foi unânime entre os 9 discentes, todos concordaram que a disciplina de MTC do curso de Administração da UFCA se faz necessário ter monitores disponível.

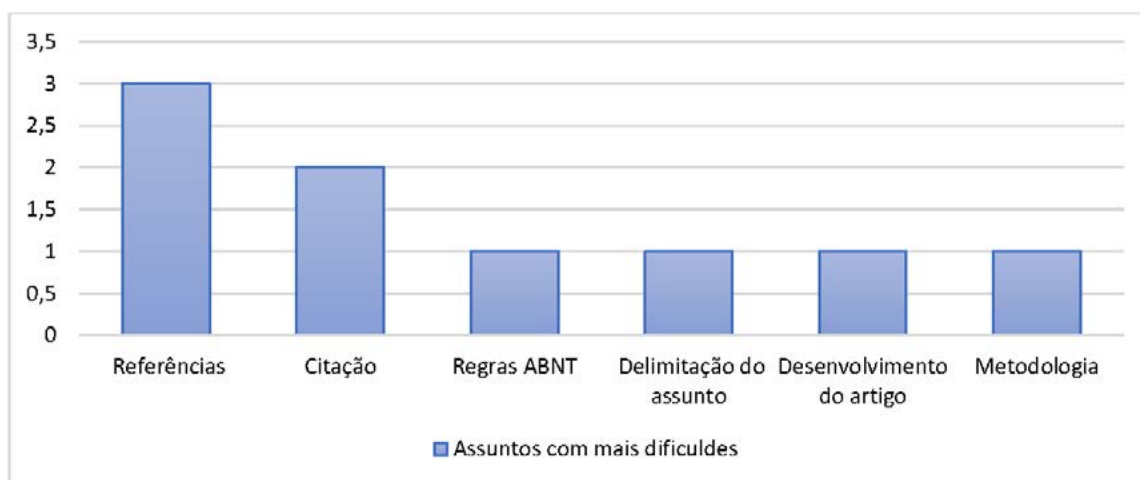
Gráfico 1 - Importância de um monitor na disciplina de MTC



Fonte: Dados da pesquisa.

Para os discentes a assistência das monitoras durante o processo de escrita foi crucial para o desenvolvimento do artigo, um discente relatou “É ótimo porque o monitor é alguém que está sempre disposto a ajudar, conferir nossas produções e esse *feedback* nos ajuda muito a melhorar”. Ao serem questionados também quais assuntos sentiram mais dificuldades em colocar em pratica na hora de escrever um artigo, dentro os citados no gráfico a seguir podemos ressaltar citações e referências.

Gráfico 2 – Assuntos considerados mais difíceis



Fonte: Dados da pesquisa.

Outras dificuldades que observamos foi a falta de conectivos e ligações entre parágrafos. Pensando nisso, ao longo dos encontros foram criados materiais complementares como “manual de boas expressões” para usar no texto durante o processo de escrita e um “template” de artigo para seguir como base. Esses dados apresentados são muito importantes pois revela onde os monitores e docentes podem melhorar no planejamento das aulas nos próximos semestres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busca-se constantemente a evolução do projeto para que pudesse alcançar melhor resultados dos alunos e assim possam melhorar suas pesquisas durante a graduação. O projeto também foi de grande experiência para a discente monitora do curso de graduação em Biblioteconomia, onde pode ensinar o que aprendeu no curso em outra área.

Convém ressaltar, que o engajamento obtido durante os encontros e o grupo no *WhatsApp* foram de suma importância para que pudessem sanadas as dúvidas. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a prática de monitorias acadêmica é de suma importância para o desenvolvimento tanto dos discentes quanto dos monitores envolvidos no projeto.

Portanto, para alavancar cada vez mais esse objetivo os projetos de monitorias nas universidades são necessários para auxiliar os discentes durante

a graduação. Um espaço criado para diálogo entre discentes podem ajudar na produção e na socialização do conhecimento com mais facilidade. Desta forma, a partir do referido projeto, podemos observar que o planejamento e os ajustes feitos ao longo do processo são necessários para o desenvolvimento dos discentes pois cada turma vai ter suas especificidades.

AGRADECIMENTOS

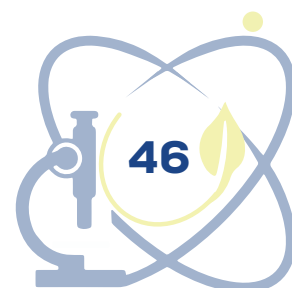
Este trabalho contou com bolsa do Programa de Iniciação à Docência (PID) da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e orientação da Docente Prof^a. Polliana de Luna Nunes Barreto.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL, Senado Federal. **Lei Federal nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [internet]. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dez, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL, Senado Federal. **Lei Federal nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [internet]. Diário Oficial da União, Brasília, 29 de novembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.



INICIAÇÃO CIENTÍFICA (IC): UM ESTUDO SOBRE A LEI Nº 10.639/2003 NO ENSINO BÁSICO DA MICRORREGIÃO BREJOSANTENSE

Rosália Felipe da Silva¹
Reginaldo Ferreira Domingos²

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo trata-se de um relato sobre os resultados de um projeto de Iniciação Científica (IC), o qual foi desenvolvido ao longo dos últimos cinco anos (2017- 2021) pelo Instituto de Formação de Educadores (IFE), Universidade Federal do Cariri (UFCA) no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI).

No projeto de Iniciação Científica (IC), Objetiva-se averiguar como ocorre o processo de aplicação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas públicas de Ensino Fundamental da Microrregião Brejosantense. Aqui irá tratar dos dados coletados referente a 8ª pergunta³ do questionário utilizado na entrevista com o núcleo gestor e o corpo docente das escolas da zona urbana da cidade de Penaforte, a mesma faz parte da microrregião Brejosantense.

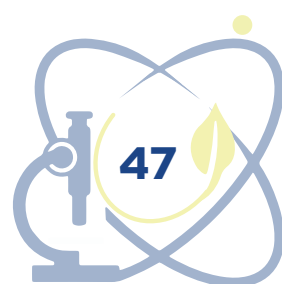
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa aqui alocada se concretizou em quatro etapas: a primeira sendo realizada a partir de estudos centrados em referenciais teóricos pertinentes a temática, a segunda pela observação dos espaços físicos das instituições foco; a terceira por meio da investigação documental feita mediante análise dos

¹ Universidade Federal do Cariri (UFCA); E-mail: silva.felipe@aluno.ufca.edu.br; Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

² Universidade Federal do Cariri (UFCA); E-mail: reginaldo.domingos@ufca.edu.br; Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação.

³ Já ouviu falar da Lei 10.639? (Se sim, o que aborda).



Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), por fim, a quarta etapa foi a realização de entrevistas com o corpo docente e núcleo gestor.

Quando determinada pesquisa toma como caráter logístico de cunho científico a investigação é um dos fenômenos preponderantes para esse tipo de pesquisa acontecer, sendo os métodos qualitativos e quantitativos essenciais na maioria dos casos (LEITE, 2008; SEVERINO, 2016). Nesse sentido, cabe ressaltar que tais métodos também fizeram parte da pesquisa supracitada.

Vale ressaltar que o estudo em questão trata-se dos resultados referente a 8ª pergunta do questionário utilizado nas entrevistas realizadas com o núcleo gestor e corpo docente, a mesma já anteriormente citada em nota de rodapé. Importante frisar que a pesquisa ainda se encontra em andamento, tendo como principal objetivo o de averiguar como ocorre o processo de aplicação da Lei nº 10.639/2003 nas escolas públicas de Ensino Fundamental da microrregião brejosantense. Cabe destacar que aqui especificamente, é exposto os dados referente à uma das cidades que compõe a microrregião supracitada.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Por muito tempo o sistema brasileiro de ensino foi construído a partir de uma base hegemônica, eurocêntrica e bastante discriminatória. Dentre os tipos de racismos existentes, o anti-negro, que impera desde meados do século XIX, é um dos fatores contribuintes no aumento significativo da evasão escolar, discriminação racial e exclusão social dos segmentos identitários. Tem-se travado grandes lutas por meio de ações coletivas dos movimentos sociais em prol de uma sociedade justa e equitativa, em que os indivíduos possam expressar livremente suas opiniões e pensamentos. Nesse sentido, busca-se a construção de um ambiente escolar que seja inclusivo e que possibilite a inserção de todos/as (SANT'ANA, 2005; NUNES, 2011; CAMARGO; BENITE, 2019).

Os estudos que perpassam as relações étnico-raciais no Brasil, segundo Cavalleiro (2017), “[...] trata-se de uma discussão necessária para a promoção de uma educação igualitária e compromissada com o desenvolvimento do futuro cidadão” (p. 9). Nesse sentido, o ato de silenciar, invisibilizar e/ou desconsiderar tais aspectos/estudos, considera-se um dois possíveis meios de veiculação de uma educação racista e discriminatória.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O gráfico abaixo, trata-se do conhecimento da lei por parte das 3 (três) escolas que se foi possível a realização das entrevistas. Vale destacar que os dados aqui tratados constam as respostas da pergunta 8 do questionário utilizado na pesquisa desde o ano de 2017. Portanto, das 11 (onze) pessoas entrevistadas, considerando os dois públicos (gestor e docente) apenas 2 (duas) afirmaram conhecer a Lei nº 10.639 (uma professora do 5º ano e um diretor, ambos de escolas diferentes).

Gráfico 3 - Conhecimento da Lei nº 10.639/03



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Tendo em vista o exposto, percebe-se a importância de fazer dois apontamentos. Para o corpo docente é imperativo uma formação que contemple o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, assim como as questões voltadas à temática étnico-racial, como é o propósito da Lei nº 10.639/2003 e de suas diretrizes. Para a gestão, cabe refletir criticamente e propor a construção de instrumentos didático-pedagógicos para a promoção de um ensino que contemple a diversidade, de modo a serem responsáveis, sobretudo “[...] na condução das políticas públicas voltadas para implementação da Lei nº 10.639/2003 no âmbito escolar” (NUNES; SANTOS, 2011, p. 67).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se foi possível concluir todas as etapas da pesquisa. Desta maneira, conseguiu-se coletar dados apenas de forma parcial. Mediante do que se foi possível alcançar de resultados nas escolas da zona urbana do município de Penaforte, percebeu-se que ainda predomina o desconhecimento da Lei nº 10.639/2003, e conseqüentemente de suas diretrizes. Vale ressaltar que o resultado aqui evidenciado é similar aos resultados das demais cidades, outrora pesquisadas.

Logo, percebe-se a necessidade de formações continuadas e ações que de fato, venham a ser efetivas nas instituições de modo a contemplar o que se pretende a Lei nº 10.639/2003 e suas diretrizes.

AGRADECIMENTOS

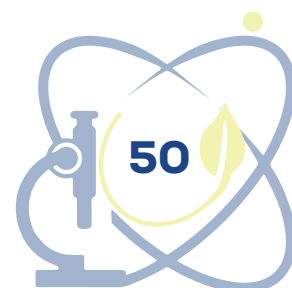
Agradecemos a Pró-Reitoria de Pesquisa Pós-graduação e Inovação da Universidade Federal do Cariri (PRPI-UFCA) pela contribuição no sentido de possibilitar financeiramente o incentivo a continuação da pesquisa, assim como todos e todas que se contribuíram de maneira direta ou indireta para a concretização desse estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 8 set. 2018.

CAMARGO, Marysson Jonas Rodrigues; BENITE, Anna Maria Canavarro. Educação para as relações étnico-raciais na formação de professores de química: sobre a lei 10.639/2003 no ensino superior. **Química Nova**, [s. l.], v. 42, p. 691-701, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/nxp6kmy7nHDPYcMffThdScH/?format=pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 6. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

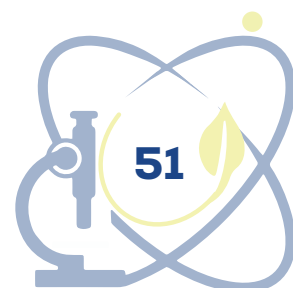


LEITE, Francisco Tarciso. **Metodologia Científica**: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. 3. ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008. 320 p.

NUNES, Cícera; SANTOS, Risomar Alves. A formação de professores e a inclusão da Lei N° 10.639/2003 nas práticas educativas no cariri cearense. *In*: CUNHA JÚNIOR, Henrique; SILVA, Joselina da; NUNES, Cícera (org.). **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: UFC, 2011. 283 p.

SANT'ANA, Antônio Olímpio de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. *In*: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005. 204 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016. 317 p.



COMPREENDENDO AS FINANÇAS E O ORÇAMENTO PÚBLICO:

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA MONITORIA

Larissa da Silva Miranda
Milton Jarbas Rodrigues Chagas
Patricia Maria Viana de Castro

1 INTRODUÇÃO

A monitoria “...se configura como uma estratégia relevante para o processo de ensino/aprendizagem” (Burgos *et al.*, 2019), uma vez que, o monitor exerce o papel de mediador, orientador e aprendiz, objetivando auxiliar no desenvolvimento da disciplina, assim apoiando o ensino e a aprendizagem, que por fim, favorece o professor, monitor e os alunos.

O processo de monitoria ocorre sob supervisão do professor-orientador, enquanto o monitor realiza atividades estabelecidas em um plano de trabalho a fim de desenvolver competências e habilidades atreladas à docência, contribuindo para a própria aprendizagem e dos demais discentes.

Desta forma, a monitoria exerce um papel fundamental na vivência universitária, ofertando um processo de aprendizagem cooperativa, onde o monitor adquire um conhecimento mais amplo de determinada disciplina para repassar aos discentes. Outrossim, ocorrem atividades extraclasse com finalidade de aprimorar o conhecimento dos alunos.

Com isso, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de monitoria no projeto Compreendendo as Finanças e o Orçamento Público, o qual engloba as disciplinas de Orçamento Público e de Finanças e Orçamento Público, respectivamente pertencentes aos cursos de graduação de Ciências Contábeis e Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é de perspectiva descritiva, para Gil (2012) a pesquisa descritiva tem por finalidade descrever uma dada realidade através de informações da pesquisa, por meio de relato de experiência acerca do desenvolvimento do projeto de monitoria intitulado como “Compreendendo as Finanças e o Orçamento Público”, durante o período letivo de 2021.2, que ocorreu de Março a Julho de 2022, sendo as turmas da disciplina de Orçamento Público composta por onze discentes e a disciplina de Finanças e Orçamento Público com um total de vinte e dois discentes, respectivamente dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri.

O projeto de monitoria tem como carga horária de 12 horas semanais, sendo divididas para auxiliar as duas turmas e o professor orientador. Inicialmente, foram disponibilizados meios de comunicação aos alunos, como e-mail e *whatsapp*, a fim de sanar possíveis dúvidas, facilitando a comunicação entre os envolvidos.

Durante o período da monitoria, foi estabelecido dois dias fixos na semana para a realização do plantão tira dúvidas, de maneira híbrida, tendo a flexibilidade de horários do atendimento em grupo. Além disso, ocorreu-se atendimentos individuais quando solicitado, auxiliando na fixação do conteúdo teórico ministrado em sala e sanando possíveis questionamentos acerca de simulados, exercícios e trabalhos.

Ocorreu a elaboração e seleção de questões relacionadas ao conteúdo programático das disciplinas, para confecção e aplicação de simulados em sala pelo professor, com apoio de materiais didáticos baseados no referencial teórico das disciplinas como Kohama (2016) e Giacomoni (2017).

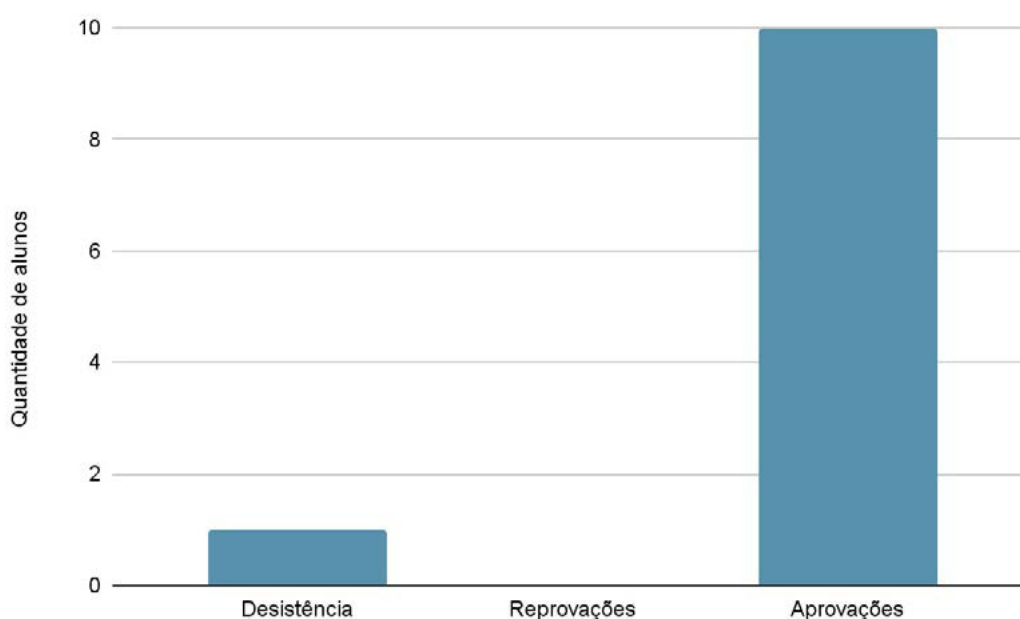
Alinhado às demais atividades citadas, foram realizadas reuniões juntamente com professor-orientador para debater estratégias, metodologias e os conteúdos a serem utilizados, além de compartilhar as principais dúvidas e dificuldades dos alunos nas disciplinas.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Vale frisar que, durante a monitoria, os discentes buscavam auxílio em dúvidas pertinentes a alguns conteúdos teóricos, resolução de exercícios e simulados, além de revisões antecedentes das avaliações escritas, tendo supervisão constante do docente, que instruiu para melhor resultado dos acompanhamentos.

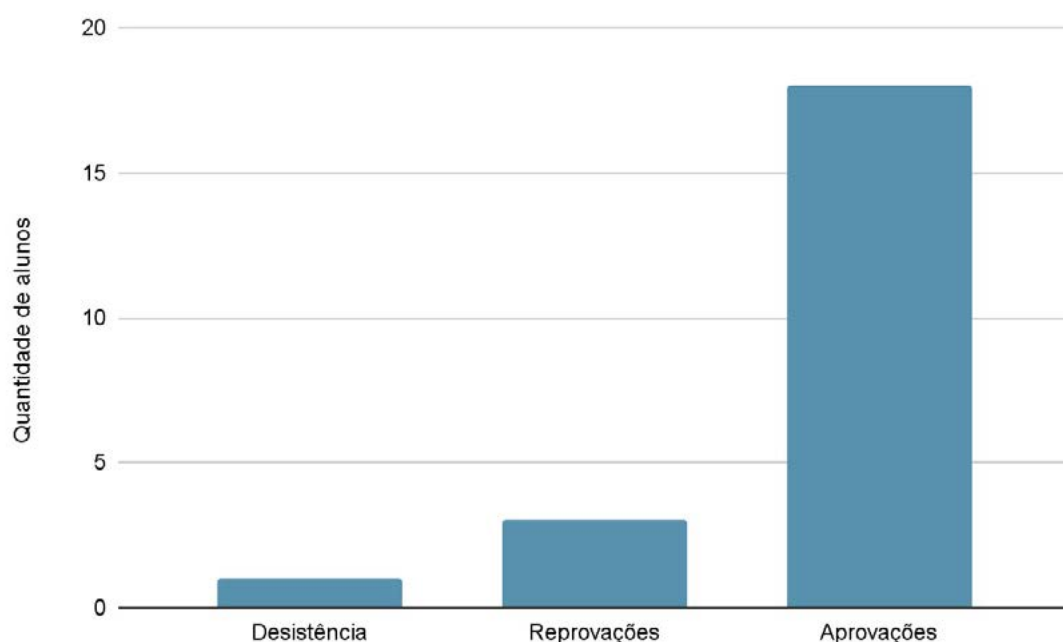
Dos 11 discentes matriculados na disciplina de Orçamento Público, 1 desses desistiu por motivos de trancamento da disciplina, e os demais foram aprovados. Na disciplina de Finanças e Orçamento Público, dos 22 discentes matriculados, 1 desses desistiu devido trancamento e 3 reprovaram por motivos de notas abaixo da média e os demais foram aprovados.

Gráfico 1 - Desempenho dos discentes matriculados na disciplina de Orçamento Público



Fonte: Autores.

Gráfico 2 - Desempenho dos discentes matriculados na disciplina de Finanças e Orçamento Público



Fonte: Autores.

Com base no gráfico 1 e o gráfico 2, podemos constatar que com auxílio prestado pela monitoria, a maioria das duas turmas foram aprovadas. Em relação aos discentes que não obtiveram êxito em face à disciplina, podemos justificar devido aspectos internos e externos do ensino, como os internos, o conteúdo programático e externos como a condição física e mental dos mesmos. E ainda houve, alguns dos alunos que se omitiram quanto ao auxílio do monitor ou não utilizaram a mesma completamente devido a outros fatores.

4 CONCLUSÕES

Por meio do projeto de monitoria “Compreendendo as Finanças e o Orçamento Público”, foi possível vivenciar novamente a experiência da docência, polir os conhecimentos específicos voltados ao projeto, contribuir na aprendizagem dos alunos e auxiliar o professor no desenvolvimento das disciplinas.

Portanto, conclui-se que a monitoria é relevante na vida acadêmica durante o ensino superior, levando em consideração que o monitor entende a visão dos

monitorados, de forma a acrescentar na aprendizagem dos alunos e aprofunda os seus conhecimentos, afinal “...ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2003, p. 47).

Nesse contexto, percebe-se que os resultados obtidos durante a monitoria foram satisfatórios, uma vez que cerca de 84% dos alunos matriculados foram aprovados. Com a flexibilização da monitoria, de maneira remota, pode alcançar maior número de alunos atendidos.

Ademais, o projeto de monitoria demonstra sua grande importância, uma vez que causa maior proximidade da atividade docente, e desenvolve e aprofunda conhecimentos outrora vistos. Logo, influência para uma boa formação do aluno, bem como desenvolve competências e habilidades inerentes a disciplina e a docência.

Recomenda-se para pesquisas futuras, a replicar a metodologia utilizada, com disciplina específica, assim como tratou este estudo, uma vez que demonstrem a viabilidade e importância do papel da monitoria no ensino superior para os envolvidos.

REFERÊNCIAS

BURGOS, C. das N.; BARICATI, C. C. de A.; MARTINS, J. T.; SVHOLZE, A. R.; GALDINO, M. J. Q.; KARINO, M. E. Monitoria acadêmica na percepção dos estudantes de enfermagem. **Revista de Enfermagem da UFSM**, [s. l.], 2019.

FREIRE, P. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública**: Teoria e Prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.



JOHNATHANN KISS PELAS COLUNAS SOCIAIS DO JORNAL DO CARIRI (1997-2000)

Carlos Felipe de Oliveira Souza¹

Tiago Coutinho Parente²

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa “Johnathann Kiss: influenciar de uma geração sem internet”, vinculado à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI) da Universidade Federal do Cariri (UFCA), que tem como objetivo organizar a biografia de Johnathann Kiss, empresário e produtor da região do Cariri. Ele foi assassinado no dia 10 de setembro de 2000 em sua residência. O crime de homofobia abalou a região, de modo que a manchete de sua morte estampou a primeira página do Jornal do Cariri.

Figura 1 - Foto da capa do Jornal do Cariri do dia 12 de setembro de 2000



Fonte: Jornal do Cariri ([2000]).

¹ Graduando em Jornalismo pela UFCA, E-mail: oliveira.felipe@aluno.ufca.edu.br

² Professor adjunto do curso de Jornalismo da UFCA, E-mail: tiago.coutinho@ufca.edu.br

Quase vinte e dois anos depois, seu nome ainda está gravado na memória de várias pessoas, mas ao pesquisar a respeito de Kiss na internet, apenas notícias sobre sua morte são encontradas. Dessa forma, o projeto realiza uma busca sobre essa persona que fez parte da história de sua região, inovando em questões de moda, publicidade, eventos, empreendedorismo etc.

Apesar da facilidade da internet para encontrar documentos e registros antigos, as informações a respeito do Johnathann eram muito escassas. Inicialmente, a pesquisa se desenvolveu a partir de entrevistas com pessoas que eram próximas a ele, já que, de acordo com Alberti (2000, p. 2), a transmissão de informações pela oralidade é um método “claramente multidisciplinar, praticado por historiadores, antropólogos, sociólogos, folcloristas, cientistas políticos, educadores e psicólogos, entre outros”.

Apesar da variedade das fontes, as diversas entrevistas contaram com muitos termos duvidosos, como “eu acho”, “não me lembro bem mas...”, “se não me engano”, imprecisões que carecem de um maior cuidado das checagens. Seguindo essa lógica, buscou-se um cruzamento dos fatos narrados com os vestígios em documentos e registros, sendo eles jornais, fotos, documentos, etc.

Com a apuração das informações, o grupo selecionou facetas de Johnathann Kiss para trabalhar na biografia São elas: Johnathann empresário, Johnathann organizador de eventos, Johnathann cafeiro, Johnathann candidato a vereador, Johnathann radialista, Johnathann colunista social, e Joãozinho, este último fazendo ligação com sua relação familiar.

De imediato, os integrantes do projeto criaram uma pasta compartilhada, onde as entrevistas, fotos e registros eram armazenadas, junto de anotações, listas de possíveis fontes e detalhes sobre o pesquisado. É necessário salientar também que, de acordo com Born (2001), uma biografia trata da interpretação subjetiva da trajetória de uma pessoa, incluindo não apenas o local dos acontecimentos, mas também opiniões, motivos, planos para o futuro, assim como a percepção e a interpretação do passado (BORN, 2001).

O grupo logo descobriu que Johnathann redigia uma coluna social no Jornal do Cariri em 1997, mas como o acervo não se encontra acessível na região, foi necessário o deslocamento dos membros do projeto até Fortaleza, mais precisamente na Biblioteca Estadual do Ceará, onde se encontram as edições

mais antigas do Jornal do Cariri. Desse modo, este produto pretende apresentar o material presente no jornal sobre Johnathann Kiss, que foi mapeado desde a sua participação nas colunas sociais, como também suas realizações após sua saída do veículo de comunicação.

2 JORNAL DO CARIRI (ANÁLISE DE DADOS)

O Jornal do Cariri é periódico fundado em 5 de setembro de 1997 e ainda hoje está em circulação. Sua publicação era diária, com edições maiores nos finais de semana, onde havia mais espaços para colunas sociais. A coluna que Johnathann redigia se chamava “Sociedade” (Figura 2), que posteriormente se tornou “People”. Johnathann foi colunista do dia da fundação do jornal até 24 de dezembro de 1997.

Nesta coluna, Johnathann Kiss apresentava aos leitores em sua coluna informações sobre realizações de festas, como casamentos e comemorações, inaugurações, como a do shopping local, dicas de etiqueta, por exemplo como se portar em festas de empresas, o que vestir dependendo da ocasião, curiosidades, reclamações populares e cobertura fotográfica de eventos.

Figura 2 - Foto de coluna social do Jornal do Cariri do dia 26 de setembro de 1997



Fonte: Jornal do Cariri ([1997]).

Após encerrar sua coluna, ele continuou, constantemente, sendo citado nas colunas sociais do mesmo jornal por causa dos eventos que produzia. Havia repercussão desde a promoção de eventos de premiações, desfiles, e até mesmo seus aniversários. Encontramos também notícias sobre o caso de seu assassinato.

Entre esses eventos, é possível apontar o Melhores do Ano, quando anualmente, Johnathann realizava uma pesquisa e selecionava empresas para premiá-las como as que se destacaram em seu ramo. Outra aparição muito comum eram os convites para seu aniversário. Grandes eventos com direito a orquestra, sorteio de carro. No ano de 1998, houve a presença da atriz global Isadora Ribeiro.

Analisar sua participação no jornal, dentro e fora da coluna, se faz importante para construir a imagem de Johnathann que não se tem atualmente, já que, de acordo com Schwarcz (2013), "é possível pensar que as obras e

documentos [...] estão encerrados em estruturas prévias e bastante determinadas, cada momento abre frestas para novas interpretações e releituras” (SCHWARCZ, 2013, p. 64).

3 CONCLUSÃO

A construção da biografia de Johnathann Kiss resgata sua história que periga ser perdida. Habitando na memória de muitos e em alguns documentos de difícil acesso, os percursos traçados por Kiss compõem parte da história do Cariri cearense, sendo o motivo da busca do projeto um resgate de tudo o que ele foi para além do crime de homofobia, e assim contar sua história para novas gerações, a partir de uma memória coletiva.

É necessário encontrar e trazer à tona a história de Johnathann a partir de suas habitações. Lilia Schwarcz (2013), ao analisar Walter Benjamin, afirma que “habitar é deixar rastros” (SCHWARCZ, 2013, p. 59-60). Johnathann Kiss habitou e ainda habita nos corações de amigos e familiares, nos desfiles que promoveu, nas viagens que fez, na revista que produziu e no jornal que participou. Logo, pautá-lo e apresentá-lo se justifica para mantê-lo vivo na memória e na história.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6715/1525.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, [s. l.], p. 240-265, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/ZRFBD4Y4DN5FF9tjvfKm3dm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2022.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2009. 114 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Biografia como gênero e problema**. História Social: Revista dos Pós-graduandos em história da UNICAMP, Campinas, jan./jul. 2013, p. 51-73, 2013. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/1577/1083>. Acesso em: 11 ago. 2022.

O TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DOS FÓSSEIS DO CARIRI

Alisson Justino Alves da Silva¹

Marcos Antonio Ruann Arruda Holanda²

Mayara Maria da Silva³

Tayslane dos Santos Gonçalves⁴

Fabiana Correia Bezerra⁵

RESUMO

O tráfico de fósseis consiste em uma prática antiga que vem cada vez mais acarretando em prejuízo para a comunidade científica. Essa prática vem de fatores históricos, onde a população acabou por se acostumar com seus bens sendo subtraídos, aliado ainda a falta de conhecimento sobre a importância desse material e a falta de leis que ajudem de forma eficaz no combate ao tráfico de fósseis. Com isso acaba prejudicando estudos científicos, uma vez que os fósseis traficados vão parar em museus de outros países e até mesmo em coleções particulares, sendo inacessíveis aos pesquisadores que estudam esses materiais dos locais onde acontecem os tráficos. O presente trabalho traz análises da situação atual do tráfico de fósseis que ocorre na região do Cariri, como também a situação desses materiais perante as leis brasileira. O objetivo dessa análise bibliográfica foi trazer a realidade do tráfico de fósseis nessa região, seus impactos para a comunidade científica e as ações de intervenções que foram criadas para combater o tráfico desse material, a exemplo dos Geoparks que são instituições que visam garantir a proteção e divulgação científica da importância desses fósseis que inclusive são protegidos por lei, uma vez que são considerados patrimônio da União. A realidade dos fósseis dessa região não é diferente das outras, o tráfico acontece tanto por falta de conhecimento como também pelo valor monetário que o mercado negro agrega a ele. As leis que deveriam proteger esses materiais são antigas, precisando de uma revisão para

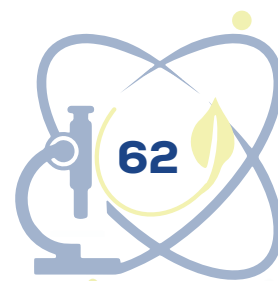
¹ Universidade Regional do Cariri, alisson12justino@gmail.com

² Universidade Regional do Cariri, Ruannarruda.18@gmail.com

³ Universidade Regional do Cariri, mayaramary666@gmail.com

⁴ Universidade Regional do Cariri, tayslanedossantosgoncalves@gmail.com

⁵ Universidade Regional do Cariri, fabiana.bezerra@urca.br



que possam ser executadas de forma mais eficiente.

Palavras-chave: Araripe; Patrimônio; Paleontologia.

1 INTRODUÇÃO

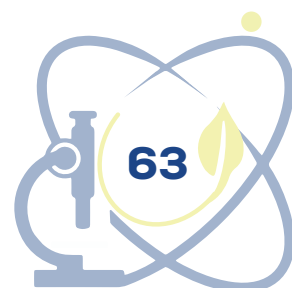
A vida surgiu há aproximadamente 3,8 bilhões de anos, e desde então, restos de animais e plantas ficaram preservados nas rochas, gelo e âmbar, sendo estudados pela paleontologia e denominados de fósseis, uma vez que para ser considerado fóssil esses restos devem apresentar idade igual ou superior a 11 mil anos.

De acordo com a Geociência, Oliveira; Viana; Gonçalves, (2022) afirmam que o estudo dos fósseis contribuiu muito para o conhecimento da evolução da Terra, além de possibilitar meios para a compreensão dos atuais ecossistemas. Nos últimos anos, o interesse pelos fósseis ultrapassou a esfera das geociências, tornando-se mais comum a utilização de novos métodos e técnicas de outras áreas como a física e a química. Portanto, vale ressaltar que o patrimônio paleontológico precisa ser inserido e estudado no âmbito jurídico do país, esse patrimônio constitui um bem material de direito a ser tutelado pelo Estado.

No Brasil, os fósseis e todos os recursos de origem mineral (rochas e minério) são tidos como propriedades da união. Sendo assim, qualquer atividade de escavação que envolva a coleta de fósseis precisa ser regulamentada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão subordinado ao Ministério das Minas e Energia (MME). Dentro da visão científica, os fósseis são considerados como material científico onde as atividades que envolvem fósseis, sigam normas estabelecidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) (TIAGO, 2015).

A lei brasileira que determina um controle de coleta e extração no Brasil precisa ser revisada, uma vez que ela foi estabelecida em 1942 (Presidência da República, 1942). Esta lei determina que toda atividade que envolva extração de fósseis necessite de autorização prévia e seja fiscalizada pela DNPM.

Políticas voltadas à educação patrimonial e medidas de geoconservação é um desafio a ser superado no Brasil, uma vez que essa lacuna dificulta a conscientização da população frente sua memória cultural e desenvolvimento



sustentável, Diante disso, surge o conceito de Geoparque: uma estratégia territorial com limites definidos, destinados a práticas de geoconservação e desenvolvimento econômico sustentável das cidades envolvidas, onde deve conter elementos de grande valor geológico, paleontológico ou arqueológico, como também expressar biodiversidade e potencial turístico, não sendo caracterizado como uma área de proteção ambiental legal (ONARY-ALVES *et al.*, 2015).

No entanto, o Geoparque do Araripe é o único do Brasil que possui o selo da UNESCO, localizado no Nordeste Brasileiro, na porção sul do Ceará entre os municípios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, possui uma área de 3.796 km² e está quase por inteiro na bacia sedimentar do Araripe. O tráfico de fósseis era um problema recorrente na região, desde o contrabando de peças para colecionadores particulares até sua extração para confecção de objetos de decoração, comprometendo potencialmente o conhecimento que esses registros poderiam gerar.

Depois da criação do Geoparque e do Museu da Universidade Federal Rural do Cariri - MP-URCA, veio dar a devida importância ao potencial científico do registro fossilífero da bacia do Araripe, tanto em relação à curadoria do acervo quanto a divulgação da importância desse registro (NUNES; PIOKER-HARA, 2018).

O objetivo deste trabalho foi realizar uma pesquisa bibliográfica a respeito do tráfico de fósseis na região sedimentar do Araripe.

2 JUSTIFICATIVA

O tráfico de fósseis ocorre há séculos e de várias maneiras. Após serem encontrados, essas matérias são vendidos para colecionadores particulares, ficando longe de centros de pesquisa e mantendo em segredo todo o seu valor científico. É uma prática que acarreta em prejuízo científico e que também pode acarretar em prejuízo econômico para as cidades que estão situadas em bacias fossilíferas uma vez que eles podem ser usados para atrair turistas e também para disseminar conhecimento científico.

3 HIPÓTESE

Estima-se que a criação de órgãos competentes para fazer a proteção desses materiais, bem como a atualização das leis ou a criação de mais leis que possam garantir que esse material não fique à mercê do tráfico e dos malefícios oriundos dessa prática possa ter uma grande relevância para o combate dessa prática criminosa.

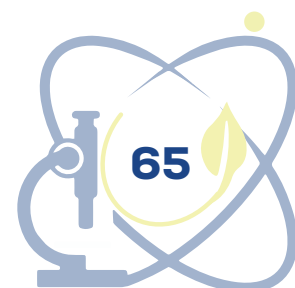
4 METODOLOGIA

A metodologia de abordagem qualitativa e quantitativa onde a primeira desperta a importância da racionalidade e subjetividade, a segunda analisa dados estatísticos. A técnica utilizada no trabalho foi uma pesquisa de análise bibliográfica. Para a coleta de dados, uma busca usando o Banco de Dados Periódicos Google Scholar, usando os seguintes descritores: Tráfico e Fósseis. Estudos publicados nos últimos dez anos, entre 2012 e julho de 2022 foram revisados. Artigos de texto completo foram selecionados se o título, resumo ou palavras-chave incluiu os descritores acima mencionados. Os artigos completos foram analisados de acordo com os seguintes critérios: Tráfico de fósseis da bacia sedimentar do Araripe.

Para o levantamento e obtenção de dados, foram realizados por meio de pesquisas em artigos da ferramenta Google Scholar, usando como critério palavras-chaves, como: Tráfico e Fósseis, para essa pesquisa foram utilizados estudos publicados nos últimos dez anos, entre 2012 e julho de 2022, leituras essas que foram utilizadas para revisões bibliográficas. Após as pesquisas no Banco de dados do Google Scholar, 5000 estudos foram contabilizados, uma vez que estabelecida a inclusão e critérios de exclusão, apenas 13 artigos foram selecionados e analisados, para a extração de dados e interpretação dos resultados.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

O tráfico de fósseis ocorre na região da Chapada do Araripe, no sul do Ceará. As investigações apontam para vários envolvidos (MIRANDA *et al.* 2019), chegando a conclusão que trabalhadores de pedreiras na Bacia do Araripe eram o ponto de partida para o tráfico de mais de duzentos fósseis apreendidos no ano de 2021. O esquema tinha o envolvimento, inclusive, de professores universitários



no Rio de Janeiro (DE OLIVEIRA; VIANA; GONÇALVES, 2022).

A bacia do Araripe é o maior sítio paleontológico do Brasil, tendo chamado a atenção de estudantes e pesquisadores de todo o mundo (DE OLIVEIRA; VIANA; GONÇALVES, 2022). Segundo pesquisadores a uma grande diversidade de fósseis de várias espécies entre animais e plantas, que viveram em terra a mais de 110 milhões de anos que são encontrados em perfeito estado de conservação (DE OLIVEIRA; VIANA; GONÇALVES, 2022).

O valor científico para os pesquisadores, tem chamado atenção, passando ser comercializado no mercado negro, chegando a valer milhares de dólar. Por esse motivo os paleontólogos brasileiros procuram a justiça para ser resgatada essa matéria que sai do Brasil de forma ilegal (DE OLIVEIRA; VIANA; GONÇALVES, 2022).

Graças aos pesquisadores da Universidade Regional do Cariri e a Polícia Ambiental, foi dado início ao trabalho investigativo com o apoio da justiça e centenas de fósseis foram recuperados de volta para o Brasil (DE OLIVEIRA SOARES *et al.*, 2014).

5.1 Importância da preservação dos fósseis do Araripe

Atualmente em Santana do Cariri, se encontra o museu de paleontologia, que oferece cursos, treinamentos, encontros, palestras e representa um ponto de apoio logístico para pesquisadores de todo o mundo possuindo acervo bibliográfico especializado (DE OLIVEIRA; VIANA; GONÇALVES, 2022). O Museu de Paleontologia mantém projetos de escavações de fósseis em toda a Bacia do Araripe (DE OLIVEIRA SOARES *et al.*, 2014).

Vários grupos de fósseis, sendo que seus maiores representantes são: troncos praticados, impressões de samambaias, pinheiros e plantas com frutos; moluscos, artrópodes como; crustáceos, aranhas, escorpiões e insetos; peixes (tubarões, raias e diversos peixes ósseos), anfíbios e répteis (tartarugas, lagartos, crocodilos, pterossauros e dinossauros). Todo esse material fossilífero foi encontrado na região (NUNES, 2018).

Estudo mostra que preservar esses fósseis que já foram encontrados e identificados, são de extrema importância para o patrimônio histórico da região do Brasil e do mundo, pois diversos estudos ainda podem ser feitos na região.



Como os microfósseis são capazes de alterar significativamente o estudo da reologia da região. A presença das cianobactérias, vestígios de plantas e animais são fatores importantes para a preservação de fósseis (LIMA, 2021; DE OLIVEIRA; VIANA; GONÇALVES, 2022).

5.2 O destino dos fósseis que foram traficados

Segundo a lei Brasileira de 1942, que torna os fósseis um bem da União (1), o comércio de fósseis brasileiros coletados a partir de 1942 é ilegal. Ainda assim, os fósseis, bem como obras de arte e outros artigos raros, são costumeiramente objetos de desejo por parte de colecionadores de várias partes do mundo, e o tráfico de peças decorrente de tal motivação se tornou um problema no Brasil e em vários outros países (SIMÕES *et al.*, 2015).

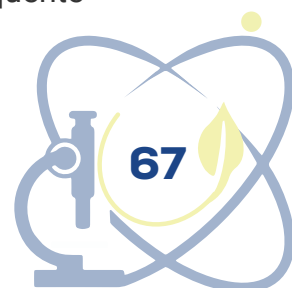
O elevado valor econômico de alguns fósseis, em resultado de fatores como raridade, qualidade de preservação, valor estético e histórico se dão origem a um comércio que, em grande parte dos países, é ilegal, colocando em risco muitas jazidas paleontológicas, e em especial em países com níveis socioeconômicos moderados (VILAS BOAS; BRILHA; DE LIMA, 2013).

Embora, sabe-se que parte da venda dos fósseis da bacia do Araripe está associada às explorações de calcário laminado. O destino destas vendas são vários, desde revendedores conhecidos na região e colecionadores particulares, até pesquisadores ligados às universidades (DE OLIVEIRA; VIANA; GONÇALVES, 2022). Em muitas situações, a melhor maneira de preservar fósseis consiste no seu resgate e transporte para instituições que possam assegurar a sua proteção (VILAS BOAS; BRILHA; DE LIMA, 2013).

5.3 Resgate dos Fósseis

Frequentemente a Polícia Federal realiza apreensões de carregamentos ilegais de fósseis ao exterior, mesmo assim, não consegue inibir a ação de grupos especializados em lucrar com a remessa de milhares de exemplares para instituições no exterior e até colecionadores particulares.

Ainda que, a aquisição de material contrabandeado pelos museus tenha impedido seu contrabando para fins não científicos e o consequente



desaparecimento do conhecimento, a pulverização dos materiais pelo mundo dificulta tanto a pesquisa paleobotânica como a divulgação científica (NUNES; PIOKER-HARA, 2018).

Infelizmente para o avanço da paleontologia brasileira, o contrabando ainda ocorre, apesar dos consideráveis avanços realizados nos últimos anos. No entanto, algumas campanhas contra o comércio ilegal de fósseis no Brasil e em outros países têm contribuído para despertar a conscientização de potenciais compradores no exterior sobre o risco de estarem comprando fósseis de procedência ilegal (CALDWELL, 1942).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Levantar questões sobre o tráfico nacional e internacional, totalmente ilegal de fósseis possui grande importância para os achados e descobertas científicas tanto a nível nacional, quanto internacional. Principalmente quando se trata de algo que causa um grande impacto nos estudos científicos, taxonômicos e evolutivos. As espécies pré-históricas que habitavam o Brasil, e, principalmente a região do Cariri, localizada a bacia sedimentar do Araripe.

O motivo de abordar esse assunto, para a obtenção de dados, foi o fato de não haver tantas pesquisas sobre o mesmo, como também, por ser algo que impacta de forma muito direta nos achados e comparações evolutivas de muitas outras espécies. Pode-se dizer ainda, que, já aconteceram há muito tempo, e hoje não se encontra sob os cuidados pelo fato de terem sido exportados e/ou traficados de forma ilegal para outros países.

O que espera-se obter como resultados dessa pesquisa é a contribuição para o fomento de informações e aprofundamento das pesquisas nessa área de conhecimento, não tão explorada, além de contribuímos de forma positiva, para o conhecimento popular sobre a importância dos fósseis, para os estudos científicos, taxonômicos e evolutivos sobre as nossas espécies viventes e já extintas, que podem ser comparadas com as espécies atuais, ajudando outros pesquisadores a conseguirem interligar e montar melhor esse quebra cabeça, sobre a ancestralidade em comum que todas as espécies possuem, além de contribuir para a educação e formação de caráter de muitos estudantes e futuros pesquisadores, que podem vir a contribuir muito mais, para com a ciência, ajudando também a combater a ignorância popular, que nos levaram a perda de

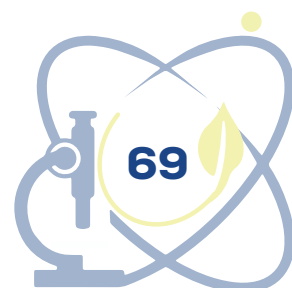


muitas espécies que foram coletadas, vendidas e exportadas para outros países de forma ilegal, por falta de conhecimento da população, que hoje em dia, mais consciente sobre o assunto, podem e nos auxiliam na luta pela recuperação de nossas espécies que foram levadas de nós.

O referencial teórico tem como finalidade explicar toda a trajetória de forma direta, como iniciou o tráfico de fósseis ocorrido na região da Chapada do Araripe, aponta também os principais culpados por esses atos, lembrar que a bacia do Araripe é o maior sítio paleontológico do Brasil, sendo esse um dos principais motivos de ter chamado atenção de estudantes e pesquisadores de todo o mundo. Por possuir uma grande diversidade de fósseis de várias espécies entre animais e plantas, que viveram em terra a mais de 110 milhões de anos e que são encontrados em perfeito estado de conservação.

Por esse motivo, aumentou o interesse de pesquisadores, que vieram ao Brasil no intuito de estudar essas espécies e adquirir algumas dessas mesmas, levando-as consigo. Muitas espécies que foram encontradas e comercializadas de forma ilegal foram e continuam sendo comercializados no mercado negro, sendo estimados em milhares de dólares. Essa situação tem alertado muito aos pesquisadores paleontólogos, que buscam junto da polícia a recuperação legal, desses materiais que foram levados de nossas terras de forma criminosa, buscando também combater o tráfico de fósseis, e graças aos esforços de pesquisadores da Universidade Regional do Cariri, inclusive ao professor Álamo Saraiva, o presente curador do museu de paleontologia de Santa do Cariri, junto a justiça, muitas dessas peças traficadas para fora do país foram recuperadas.

Em resposta ao tráfico de fósseis, e como forma de preservar esse material de grande importância científica, foi criado na cidade de Santana do Cariri, o museu de paleontologia, para comportar todo esse material recuperado e que vem sendo adquirido por meio de escavações, esse material depositado lá, é usado por vários pesquisadores para a produção de trabalhos científicos, dentre outras produções e finalidades, após a criação desse museu, houve um grande crescimento e movimentação na economia da cidade, devido ao fluxo de visitas ao museu e ao turismo ecológico educativo, gerando assim renda e emprego para a população, que por sua vez vem se conscientizando cada vez mais, sobre a importância preservação desse patrimônio histórico de grande valor que o Cariri possui.



Atualmente o museu oferece a toda comunidade escolar pública e de universidades, cursos e treinamentos preparatórios, para formar estagiários bolsistas, que irão atuar como guias turísticos, conduzindo os visitantes por todas as imediações do museu, lá também acontecem encontros e palestras, o local passou a ser considerado um ponto de apoio logístico para pesquisadores de todo o mundo além possuir um acervo bibliográfico especializado.

O desenvolvimento dessas atividades educativas, realizadas com os populares e turistas, tem contribuído de forma muito precisa e positiva para a conscientização dessas pessoas, sobre a importância de preservar, conservar e repassar o conhecimento obtido para as gerações futuras, impactando de forma positiva e direta, na diminuição do tráfico ilegal de fósseis na região do Cariri.

7 CONCLUSÃO

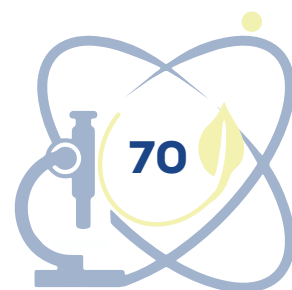
Os fósseis possuem valores inestimáveis. São muito importantes para o meio científico, pois abrigam em si uma história sobre um ambiente que já não existe mais. Além é claro de mostrar toda a biodiversidade que existia em um período que antecede as civilizações.

Todas as riquezas que os fósseis possuem acabam por serem perdidas por causa do tráfico desse material. Eles são retirados através de escavações clandestinas ou por desvios, acabando em coleções particulares e conseqüentemente impedindo que estudos sejam feitos sobre eles e posterior divulgação para a sociedade. Essas atitudes trazem danos às cidades que são detentoras desses materiais, uma vez que esses berços paleontológicos podem servir de atração turística e beneficiar a população, e também trazem prejuízo a comunidade científica que fica sem acesso a esse material.

As leis brasileiras não ajudam tanto a combater a extração ilegal desse material, uma vez que elas são leis muito antigas que já não comportam mais a situação atual do tráfico de fósseis. A solução vigente para esse problema é o empenho de pesquisadores nacionais associados à Polícia Federal, que juntos desempenham um papel importante para a proteção e recuperação desses materiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.146 de 14 de março de 1942. Dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 67, n. 4, out./dez. 2015.



CALDWELL, M. W. **Fósseis e legislação: breve comparação entre Brasil e Canadá.** n. 2, p. 50-53, 1942. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252015000400016&script=sci_arttext&lng=en. Acesso em: 11 ago. 2022.

CISNEROS, J. C. *et al.* Aprofundando-se nas práticas colonialistas da paleontologia no México e no Brasil dos dias atuais. **Laboratório**, [s. l.], v. 4576, p. 1989.

DE OLIVEIRA, P. V.; VIANA, M. S. S.; GONÇALVES, Y. M. Os fósseis além da paleontologia – uma questão jurídica. **Revista da Academia de Ciências do Piauí**, [s. l.], v. 3, n. 3, 2022.

DE OLIVEIRA SOARES, M. *et al.* Percepção ambiental e Educação Patrimonial: Estudo de caso sobre a conservação do Patrimônio Paleontológico. **Brazilian Journal of Environmental Sciences** (Online), [s. l.], n. 33, p. 100-117, 2014.

LIMA, D. S. de A. **Os tracodes das fases Rife e Pós-Rife das Bacias Jatobá, Tucano Norte e Araripe: taxonomia, bioestratigrafia e paleoecologia.** 2021. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

MIRANDA, M. P. S. **Fósseis são patrimônio cultural ameaçado no Brasil.** Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-mar-30/ambiente-juridico-fosseis-sao-patrimonioculturalameacado-brasil#_ftn4. Acesso em: 06 set. 2021.

NUNES, L. H. M. N.; PIOKER-HARA, F. C. Detetive paleontológico: o destino dos fósseis de plantas do Geopark Araripe como ferramenta para o ensino das Geociências. **TerraDidática**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 5-14, 2018.

NUNES, L. H. M. N.; PIOKER-HARA, F. C. Detetive paleontológico: o destino dos fósseis de plantas do Geopark Araripe como ferramenta para o ensino das Geociências. **TerraDidática**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 5-14, 5 jun. 2018.

OLIVEIRA, P. V.; VIANA, M. S. S.; GONÇALVES, Y. M. Os Fósseis Além Da Paleontologia - Uma Questão Jurídica. **Revista da Academia de Ciências do Piauí**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 197-210, 2022.

ONARY-ALVES, S. Y. *et al.* O conceito de geoparque no Brasil: reflexões, perspectivas e propostas de divulgação. **TerraDidática**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 94, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8640712>. Acesso em: 11 ago. 2022.

SIMÕES, T. R.; CALDWELL, M. W. Fósseis e legislação: breve comparação entre Brasil e Canadá. **Ciência e Cultura**, [s. l.], v. 67, n. 4, p. 50-53, 2015.

VILAS BOAS, M.; BRILHA, J. B. R.; DE LIMA, F. F. Conservação do patrimônio paleontológico do Geopark Araripe (Brasil): Enquadramento, estratégias e condicionantes. **Boletim Paranaense de Geociências**, [s. l.], v. 70, n. 70, p. 156-165, 2013.

ASPECTOS VALORATIVOS DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NAS MOSTRAS LATINO-AMERICANAS DE FOTOGRAFIA, MÉXICO (1978; 1981)

Olívia Rebeca Oliveira Alencar¹

Marcelo Eduardo Leite²

1 INTRODUÇÃO

A fotografia passou por vários processos ao longo da história, dentro e fora do Brasil. Ela esteve (e está) ligada a política, cultura, questões sociais, dentre outros contextos tecnológicos e econômicos. Sua atuação no Brasil foi além da criação de uma identidade nacional, passando a ser também um importante elemento jornalístico e de entretenimento ao longo dos anos.

Com a realização da 1ª Mostra de fotografia latino-americana (ocorrida em 1978), e a seguinte (realizada em 1981), deu-se início a um conceito descrito como “Fotografia Latinoamericana” (FERRER, 2016, p. 1). Até o momento da realização dos eventos, não havíamos tido nenhuma ação concreta que tentasse organizar a ideia de fotografia latinoamericana, a qual teve nos acontecimentos em questão um movimento pioneiro.

Trata-se, portanto, de uma construção que busca algo além da aproximação das pessoas ligadas ao meio da fotografia, pois visa encontrar um fio temático de ligação entre as várias linguagens fotográficas, sendo que emerge, como representante daquilo que seria a fotografia do subcontinente, uma fotografia com caráter documental, voltada à denúncia social e que aponta para as questões mais críticas dessas sociedades marcadas pelo colonialismo, pela desigualdade

¹ Bacharel em Jornalismo pelo Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Arte, da Universidade Federal do Cariri. E-mail: olivia.rebeca@aluno.ufca.edu.br

² Professor adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri.

Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Arte Universidade Federal do Cariri
E-mail: marcelo.leite@ufca.edu.br

e, naquele momento, pelas intervenções externas provocadas a partir das ações dos Estados Unidos e os regimes totalitários por eles apoiados.

A participação de fotógrafos brasileiros foi notável em ambas exposições e, além desse fator, o desejo de compreender quem eram esses fotógrafos e quais as suas atuações, bem como estilo de trabalho e contribuições foi despertado e resultou na elaboração desta pesquisa.

A partir da leitura de artigos sobre as mostras latino-americanas, além dos dois catálogos oficiais das exposições (CMF, 1978; CMF, 1982), foi possível reconhecer a significância e necessidade de conhecer quem eram os fotógrafos brasileiros que atuaram nesses dois eventos, observando o teor de seu trabalho fotográfico, além de encontrar dados sobre suas atuações posteriores.

1.1 OBJETIVOS

A pesquisa teve como objetivo geral sistematizar (para melhor compreender) um acervo documental/fotográfico dos fotógrafos brasileiros que participaram das duas mostras de fotografia latino-americanas. Com isso, permitir uma análise quantitativa e qualitativa da referida produção, dando relevo a emblemática participação brasileira nos dois eventos.

2 METODOLOGIA

Para realização da pesquisa, foram feitas, inicialmente, leituras de textos e artigos para uma melhor compreensão dos eventos, construindo assim um repertório bibliográfico sobre as duas mostras. Tal material consistiu, basicamente, no contexto do evento analisado (os dois colóquios oficiais), o que permitiu um aprofundamento no conhecimento dos trabalhos apresentados e sua organização, além do artigo que apresentou uma visão histórica da fotografia brasileira (“O campo da fotografia profissional no Brasil”, de 2016).

Após a leitura, foram desenvolvidas fichas de observação para cada uma das mostras fotográficas, que seriam usadas para o preenchimento com dados dos fotógrafos brasileiros participantes, a fim de melhor compreender e analisar tais profissionais e seus respectivos trabalhos nos dois eventos distintos.

Nelas foram colocados espaços com as seguintes informações sobre os participantes: “Nome”, “Nascimento”, “Falecimento”, “Campo de atuação na fotografia”, “Vínculos profissionais”, “Descrição quantitativa de fotos”, “Descrição qualitativa de fotos” e “Fontes de pesquisa”. Na figura abaixo vemos um exemplo desses formulários.

Figura 1 - Ficha da fotógrafa Claudia Andujar

Nome Claudia Andujar	
Nascimento 12 de junho de 1931 (Suiça)	Falecimento
Campo de atuação na fotografia	Trabalhou como fotojornalista no início da carreira, tendo trabalhos publicados nas revistas Life, Realidade e Claudia, tendo posteriormente se dedicado à causa dos índios Yanomamis. Desenvolveu nesse período vários projetos artísticos, sejam exposições ou livros publicados.
Vínculos profissionais (se houver)	Trabalhou para a Editora Abril e, como ativista (desde a década de 1970 se dedica à defesa dos índios Yanomami), realizou vários projetos captando recursos de agências do Brasil e do Exterior.
Descrição quantitativa das fotos	10
Descrição qualitativa das fotos	Série de fotografias em preto e branco sobre os Yanomamis
Fontes de pesquisa	Wikipédia (porém existem outros): https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Claudia_Andujar Galeria Vermelho: https://galeriavermelho.com.br/artistas/claudia-andujar/ Artigo fotografia em SP: http://www.fotoplus.com/download/spims.doc Site do Instituto Moreira Salles: https://ims.com.br/titular-colecao/claudia-andujar/ Revista Trip: https://revistatrip.uol.com.br/homenageados/2013/claudia-andujar

Fonte: Os autores (2022).

A partir dessa elaboração, a fase mais intensa da pesquisa constituiu em buscas online sobre os fotógrafos e o preenchimento dos dados obtidos nos formulários correspondentes, que foram elaborados em ordem alfabética, a fim de facilitar a busca e o anexo das informações encontradas. Foram organizados ainda álbuns relativos às duas mostras fotográficas, separadas nominalmente, com o objetivo de facilitar a análise do acervo.

Finalmente, foi realizada a análise das fotografias enviadas pelos fotógrafos, a partir do acervo já organizado, no intuito de relacionar as informações encontradas com o material que cada um deles enviou, sacramentando suas participações. Outra função desta etapa foi completar as informações no item “Descrição qualitativa das fotografias”, presente nos formulários, onde é possível entender o tema que o material desenvolvido pelos fotógrafos e fotógrafas usaram em suas participações nas duas mostras de fotografia.

Para isto, foi feita a observação das fotos, levando em consideração o

campo de atuação do respectivo fotógrafo(a), bem como suas preferências e área de trabalho. Assim foi possível nominar o grupo de fotos e preencher o campo nas fichas correspondentes, de maneira básica e objetiva.

3 RESULTADOS

Conforme mencionado anteriormente, foram realizadas buscas sobre todos os participantes, os quais tinham diferentes quantidades de informações. De alguns fotógrafos conseguimos dados de forma abundante, mas, de outros, sequer foram encontrados registros online.

De um total de 72 fotógrafos, 9 participaram de ambas as mostras. Eles são os fotógrafos: Antonio Carlos Silva D'Avila, Ayrton de Magalhães, João Aristeu Urban, Luis Humberto Martins Pereira, Luiz Abreu, Luiz Carlos Felizardo, Mario Espinosa, Ricardo Nardeli Malta e Vicente Sampaio Neto.

Também foi possível constatar a presença majoritária de fotógrafos do sexo masculino, tendo um total de 55 fotógrafos homens, enquanto as mulheres somaram um total de 17 fotógrafas. Além disso, a maior participação de mulheres ocorreu na 1ª mostra, a qual 10 fotógrafas apresentaram seus trabalhos.

A soma de fotografias apresentadas nas duas mostras é de 673.

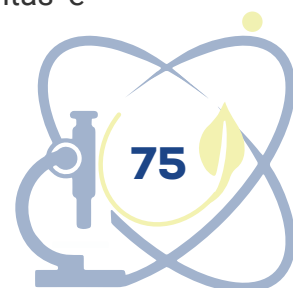
Tabela 1 – Quantidade de trabalhos apresentados

Mostra	Nº de fotografias
1978	405
1981	268

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Quanto às profissões, foi possível constatar que alguns dos participantes já se interessavam pela fotografia e seguiram por este ramo desde jovens, como os fotógrafos Mazda Perez (fotógrafa independente), Mendel Rabinovitch (fotógrafo autônomo) e Nair Benedicto (fotógrafa e curadora). Há também uma presença considerável de jornalistas, que atuaram ativamente nessa área, tendo participação em revistas e jornais como *Veja*, *Jornal da Tarde* e *Diário de São Paulo*, a exemplo dos fotógrafos Ayrton de Magalhães e Juca Martins.

Porém, outros participantes listados começaram por áreas distintas e



só depois, ou paralelamente, passaram a fotografar profissionalmente. Este é o caso de Abelardo Bernardino Alves Neto (arquiteto e artista visual), German Lorca (comerciante e contador) e Beatriz do Carmo Domingues Corrêa (artes visuais).

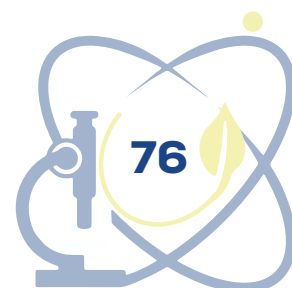
O desenvolvimento do trabalho dos fotógrafos também é diversificado. Muitos se dedicaram ao campo do fotojornalismo, mas outros passaram a trabalhar com publicidade e outras vertentes da fotografia, como a pesquisa, atuando também no ramo da docência. Alguns exemplos são os fotógrafos Alberto Melo Viana, Assis Valdir Hoffmann, Evandro Teixeira e Bernardo Alps.

Sobre a variedade dos conjuntos de fotografias, é possível observar que há uma diversidade temática, que pode ser explicada tanto pelo conjunto de imagens (alguns conjuntos apresentam fotografias de um mesmo tema, já outros, com imagens sortidas) quanto pelas diferentes áreas de interesse exploradas pelos fotógrafos, que naturalmente refletem em seu trabalho, como a característica dos fotojornalistas, por exemplo, que fotografavam a partir de pautas de interesse social.

Um exemplo marcante é o da fotógrafa Claudia Andujar, que atuou inicialmente no fotojornalismo, dedicando-se posteriormente à causa dos índios Yanomamis, a qual sua série de fotografias na 1ª mostra apresenta. Outro exemplo é o do fotógrafo Carlos Terrana, participante da 2ª mostra, que teve seu trabalho voltado para um evento afro-brasileiro de cunho religioso na Praia Grande, no litoral paulista.

Vale ressaltar que, no caso da 2ª mostra, de 1981, eram exigidas pelo menos 6 fotografias sobre um mesmo tema/assunto, de modo que os participantes tiveram de expor seus trabalhos com base nessa premissa. Tomando essa exigência como pilar de análise, foi possível observar ainda que, dos 35 participantes dessa segunda mostra, um grupo majoritário de 24 fotógrafos expuseram o número exato de 6 fotografias.

Além disso, há o caso da fotógrafa Beatriz do Carmo Domingues Corrêa, já citada anteriormente, que possivelmente teve 3 fotos perdidas, pois no arquivo reunido constam apenas 3. E ela não foi a única, pois também existe o caso da fotógrafa Renata Falzoni, que possui apenas 5 fotos reunidas no acervo/pasta da pesquisa.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do material existente sobre as duas mostras, tanto os colóquios oficiais quanto os artigos e teses elaborados posteriormente, foi possível compreender o evento, de modo geral, e elaborar uma pesquisa sequente cujo foco explora a participação dos fotógrafos brasileiros.

Dessa forma, foi possível observar as áreas de interesse de cada participante das mostras, segundo material obtido nas buscas online e transcrito nos formulários, analisando ainda o trabalho apresentado nas exposições, através das pastas separadas nominalmente. A variedade de temas e imagens expostas é uma característica marcante do acervo, representando o trabalho de seus respectivos autores.

A realização dessa pesquisa reflete, sobretudo, a composição de um numeroso grupo de fotógrafos brasileiros, cujos trabalhos e experiências distintas refletem na história social e profissional de cada um. Com os dados obtidos, foi possível compreender não apenas sobre o evento em si, referente as duas mostras de fotografia latino-americanas, mas também no trabalho realizado pelos fotógrafos do nosso país.

AGRADECIMENTOS

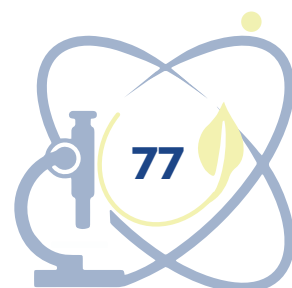
Registra-se os agradecimentos à Universidade Federal do Cariri (UFCA), fundação que possibilitou a pesquisa por meio de bolsa de iniciação científica (PIBIC), pelas oportunidades que esta possibilitou, e a todas as organizações que trabalham com a finalidade de incentivar e ajudar os estudantes a pesquisa científica no Brasil.

REFERÊNCIAS

COELHO, Maria Beatriz R. De V. O campo da fotografia profissional no Brasil. **Varia Historia**, [s. l.], v. 22, p. 79-99, 2006.

CMF. **Hecho en Latinoamérica**. Primera Muestra de la Fotografía Latinoamericana Contemporánea. Ciudad de México: Consejo Mexicano de Fotografía A.C., 1978.

CMF. **Hecho em Latinoamérica II**. Segundo Coloquio Latinoamericano

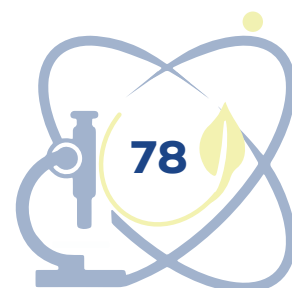


de Fotografía. Ciudad de México. Abril-Mayo 1981. Consejo Mexicano de Fotografía A.C. 1982.

FERRER, Mónica Villares. Hecho en Latinoamérica: La invención de la fotografía latinoamericana'. **Revista Sures**, [s. l.], n. 7, 2016.

LEITE, Marcelo Eduardo. A formação de um acervo brasileiro no México: as mostras Latinoamericanas de fotografia contemporânea, México (1978-1981). *In*: **3 Sebramus**, 2019.

ZERWES, Erica; COSTA, Eduardo Augusto. Os Colóquios Latino-Americanos de Fotografia e a institucionalização de uma fotografia brasileira. **Revista de Estudos Brasileños**, [s. l.], n. 8, v. 4, p. 145-159, 2017.



LABORATÓRIO ESCRITURAÇÃO DIGITAL: UMA ANÁLISE SOBRE A ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DAS ENTIDADES SOCIAIS DE JUAZEIRO DO NORTE-CE

Cícera Alessandra Bento Fernandes

Luan Gomes da Silva

Marcone Venâncio da Silva

RESUMO

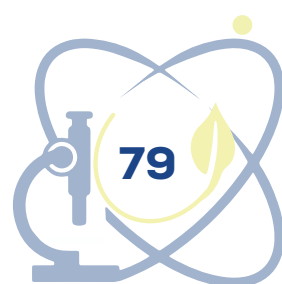
Este relato apresenta ações desenvolvidas pelo projeto de Extensão Laboratório Escrituração Digital (LED), realizado a partir de uma análise qualitativa da escrituração contábil para fins gerenciais das entidades do terceiro setor. Objetiva produzir um estudo sobre a importância da escrituração contábil para fins gerenciais estabelecendo como metodologia uma revisão bibliográfica e pesquisa documental, utilizando como técnica de coleta de dados entrevistas presenciais com dez entidades do terceiro setor na cidade de Juazeiro do Norte, tendo seus gestores como representantes. Conclui-se que oitenta por cento (80%) das entidades pesquisadas não possuem um controle gerencial contábil.

Palavras-chave: escrituração contábil; gerencial; LED.

ABSTRACT

This report presents actions developed by the Digital Bookkeeping Laboratory (LED) extension project, carried out from a qualitative analysis of bookkeeping for managerial purposes of third sector entities. It aims to produce a study on the importance of bookkeeping for managerial purposes, establishing as a methodology a bibliographic review and documentary research, using as a data collection technique face-to-face interviews with ten entities of the third sector in the city of Juazeiro do Norte, with their managers as representatives. It is concluded that eighty percent (80%) of the researched entities do not have an accounting management control.

Keywords: Bookkeeping; managerial; LED.



1 INTRODUÇÃO

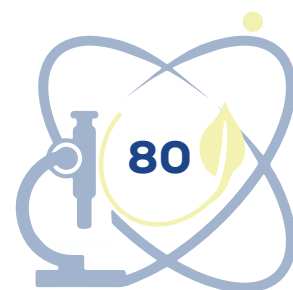
No momento atual é notório a forma como as entidades do terceiro setor não promovem suas informações contábeis, por maior parte do tempo, acabam deixando de entregar suas obrigações por falta de atentar-se a suas próprias vivências. Os autores Mendes e Luz (2019), a partir de suas pesquisas, concluíram que as prestações de contas nas ONG's não refletem a prática dessas organizações seguindo um mecanismo muito formal, os mesmos ainda acrescentam que "A contabilidade, apoiada por um conjunto harmonizado de indicadores, é então necessária para melhorar o déficit estatístico e melhorar a avaliação do desempenho das ONG's no Brasil".

Para Furtado e Celestrini ([2018]) as ferramentas de gestão buscam desenvolver os relatórios necessários para demonstrar os recursos arrecadados e alocados por essas entidades, esclarecendo assim sua importância e total honestidade para a sociedade. Deixam claro que com uso de ferramentas da contabilidade gerencial, as entidades possuiriam relatórios sobre suas atividades, saberiam a situação econômico-financeira e teriam visão de controle patrimonial, com isso, neste processo de gerenciamento das informações financeiras a entidade gerencia e aprimora seu processo na tomada de decisão, reduzindo a falta de recursos para desenvolver suas atribuições à assistência social.

Diante dessa perspectiva, o Laboratório de escrituração digital-LED, projeto vinculado a Pró-reitora de Extensão (PROEX) da Universidade Federal do Cariri - UFCA, se propõe a realizar escrituração contábil, para fins gerenciais, a entidades sociais, esperando contribuir de forma eficiente e eficaz com escrituração destinada única e exclusivamente para tomada de decisões, gerando relatórios gerenciais e demonstrando credibilidade e confiança para elas mesmas.

Diante do exposto, busca-se responder o seguinte problema: Qual o grau de conformidade das entidades do terceiro setor de Juazeiro do Norte?

Este relato possui como objetivo principal compreender qual o grau de conformidade das entidades do terceiro de Juazeiro do Norte – CE. Constitui-se como objetivos específicos: i) coletar dados e informações no decorrer das ações deste projeto; ii) evidenciar a contribuição da contabilidade nesse setor da sociedade; iii) observar como está sendo o processo de tomada de decisão



destas associações.

Nessa esteira, justifica-se o presente estudo como uma ferramenta para auxiliar os gestores dessas organizações, contribuindo como base para uma melhor gestão delas. Já no âmbito pessoal, sustenta-se no princípio da continuidade, buscando soluções para que essas entidades alcancem seus objetivos estatutários, gerenciando da melhor forma possível, os recursos controlados pelas entidades, tendo como meta contribuir, de forma eficiente e eficaz, nos seus objetivos sociais e estatutários.

2 METODOLOGIA

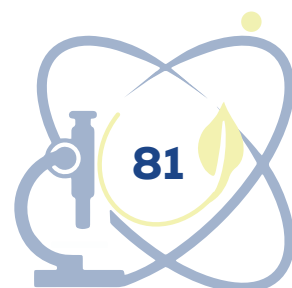
Quanto à abordagem, este relato manifesta-se como qualitativa, onde os autores procuram a qualidade das informações levantadas, ao invés da quantidade dos resultados, a pesquisa é também bibliográfica e documental (GIL, 2010; FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2015).

Foram selecionadas vinte e cinco entidades do terceiro setor em Juazeiro do Norte – CE, para que fossem realizadas entrevistas de maneira presencial, durante um período de dois meses, no qual foram visitadas, para saber como estava a situação contábil das mesmas.

Na seleção dessas associações, buscou-se seletar aleatoriamente entidades que buscam um apoio para o gerenciamento contábil de suas atividades no município em vigor.

Nestas reuniões buscamos saber como vinha sendo realizada a organização contábil dessas entidades, realizamos perguntas voltadas a administração das mesmas, sendo elas:

1. Realizam escrituração contábil na entidade?
2. Possui controle contábil?
3. Existe um controle de obrigações por tipo de fornecedor?
4. Possui uma tesouraria ou um financeiro que cuida dos recebimentos e pagamentos?
5. Qual método é utilizado para a tomada de decisões?



3 REFERENCIAL TEÓRICO

A contabilidade é vista como uma ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade. A informação contábil se expressa por diferentes meios, como demonstrações contábeis, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos, livros, planilhas, listagens, diagnósticos e descrições críticas (CFC, 1995; FIPECAFI, 1994).

A escrituração é uma técnica contábil que consiste em registrar nos livros próprios (diário, razão, caixa etc.) todos os acontecimentos que ocorrem na empresa e que modifiquem ou possam vir a modificar a situação patrimonial. [...] o controle contábil das empresas começa com escrituração dos atos administrativos no livro diário, completandose, depois, nos demais livros de escrituração (RIBEIRO, 2013). A norma brasileira contábil NBC no ITG 2000 (R1) deixa claro que na elaboração da escrituração contábil a interpretação deve ser adotada por todas as entidades, independente da natureza e do porte.

Do mesmo modo que nas demais empresas, a contabilidade mostra-se uma importante ferramenta de apoio à gestão estratégica no terceiro setor, pois, concentra as informações de toda a movimentação financeira e patrimonial da empresa, o que permite aos seus gestores uma melhor visualização do negócio para a tomada de decisões, assim como facilitam a avaliação por parte das organizações investidoras, uma vez que mostram seu desempenho ao longo dos exercícios anteriores (FRANÇA; ANDRADE, 2015).

Através de estudos de caso Furtado e Celestrini ([2018]) percebeu o pouco conhecimento das entidades sobre a contabilidade gerencial, por maioria das vezes utilizam a contabilidade para fins fiscais e ainda frisam que essa falta de conhecimento são falta de incentivo da sociedade. Puderam analisar também que as entidades não calculam seus custos por falta de orientações ou por não produzirem nada, e quando calculada é por conta de exigências do governo para liberação de verbas.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A foto ilustrativa representa anexo da entrevista realizada com a Associação dos Lapidários Artesãos Minerais e Ourives da região do Cariri representada pela presidente Mônica Estevão Bezerra e o secretário Mizael Jelmont Alencar da Silva.

Figura 1 - Foto registrado em 11 de maio de 2022



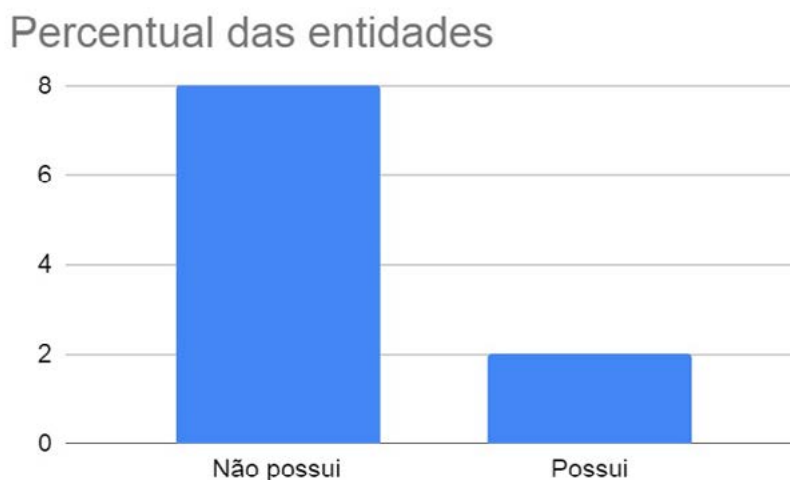
Fonte: Fotografia tirada na Reunião.

A imagem conta com a participação da bolsista do projeto de Extensão LED, Cicera Alessandra Bento Fernandes, o secretário da Associação, Mizael Jelmont Alencar da Silva, a presidente da Associação, Mônica Estevão Bezerra e o voluntário do projeto de Extensão LED Luan Gomes da Silva.

As entidades entrevistadas consideram a contabilidade essencial para organização financeira de suas atividades, do seu gerenciamento e tomada de decisões, mas não possuem o controle dessas informações fazendo com que não atribuam resultados eficazes.

Segue a seguir, apuração de dados referentes às entrevistas realizadas com vinte e cinco entidades do terceiro setor de Juazeiro do Norte- CE.

Gráfico 1 - Nível de percentual de entidades do 3º Setor que possui escrituração contábil



Fonte: Elaborado pelos autores.

Como ilustrado acima, 80% das entidades pesquisadas não possuem um controle contábil, com isso, podemos apontar que um dos motivos para que essas entidades não tenham uma grande crescente, é uma má gestão acerca de demonstrações contábeis para tomada de decisões.

5 IMPACTO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE EXTENSIONISTA

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) disponibiliza projetos no qual é altamente enriquecedor para a formação acadêmica, proporcionando uma maior interação entre a teoria e a vivência na prática, contribuindo para a fomentação de um aluno mais preparado ao fim de sua graduação. Vale ressaltar que, com a disponibilização das bolsas no valor de R\$400,00, dar um poderio financeiro maior para os alunos conseguirem executar suas atividades e conseguir realizar pesquisas para com o assunto.

6 CONCLUSÕES

Percebe-se, pelos resultados da pesquisa, que poucas organizações do terceiro setor não utilizam a contabilidade para fins de gestão da entidade, deixando uma lacuna no processo de tomada de decisões, tendo em vista a falta de relatórios que possam subsidiar o processo decisório.

Dessa forma, podemos concluir que através deste estudo de caso, o serviço ofertado pelo LED, é de suma importância para o funcionamento das entidades supracitadas contribuindo para que elas possam manter uma maior organização quanto a escrituração contábil. Sendo assim, a partir daí, existindo um leque maior de informações para tomar melhores decisões para fins gerenciais.

REFERÊNCIAS

FURTADO, M. R.; CELESTRINI, R. **As ferramentas da contabilidade nas entidades do terceiro setor**. [2018]. Disponível em: <https://jaru.fimca.com.br/gerenciador/data/uploads/2022/01/AS-FERRAMENTAS-DA-CONTABILIDADE-NAS-ENTIDADES-DO-TERCEIRO-SETOR-2018.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

LUZ, G.; MENDES, D. **Atuação da contabilidade no terceiro Setor**. 2019. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/8058/1/GILMA%20FERREIRA%20DA%20LUZ-2.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **ITG 2000 (R1) - escrituração contábil**, de 5 de dezembro de 2014. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/ITG2000(R1).pdf) Acesso em: 10 ago. 2022.

RIBEIRO, O. M. **Contabilidade geral fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia de Pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

STROEHER, A. M.; FREITAS, H. Identificação das necessidades de informações contábeis de pequenas empresas para a tomada de decisão organizacional. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE GESTÃO DA TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (CONTECSI), 3., 2006, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: FEA/USP, 2006. p. 233. 1 CD-ROM.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

O MITO DE DONA AURORA: AS TRANSFORMAÇÕES CAUSADAS PELA COMUNICAÇÃO ORAL NA MEMÓRIA SOCIAL

Rosa Ravena Alves dos Santos

1 INTRODUÇÃO

A oralidade ela forma e transforma, ela forma uma aldeia ou uma cidade e transforma lembranças em uma parte significativa da história para aqueles que não costumam aparecer nos livros oficiais. São das lembranças e memórias de um povo que a história é feita, só depois cortada para caber aos parâmetros do que o historiador deseja tratar como “história oficial”. É no ato de lembrar que os mais velhos trazem para o presente os contos e causos da família, da rua ou da cidade, para Pierre Nora “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (1993, p. 9). Também através de suas próprias memórias podemos começar a compreender os motivos que lhe fazem ser.

Escutar essas histórias é um costume cada vez menor em nossa sociedade da pressa e do imediatismo, Nora (1993) diz que a consciência que forma a memória é a percepção de um tempo que passou, de um passado que não voltará. Em determinado momento percebemos que o tempo e nossas histórias passam a significar tão pouco, que então o registro delas recebe novos significados, seja aqueles gravados em vídeos caseiros, nos álbuns de família ou ao narrarem nossas memórias, pois “A necessidade de memória é uma necessidade de história” (NORA, 1993, p. 14). Ao observar as histórias ao redor e os contos orais, elas passam a ser heranças repassadas na família. A vontade de não deixar ser esquecido e que o tempo apague esses contos motiva a escrita de transformar a memória em algo gravado.

A história da cidade de Aurora é do tipo de conto que é difícil saber onde começou, mas que segue no imaginário popular dos moradores da cidade. Ela

é passada oralmente entre seus moradores, onde pouco importa os fatos e sua veracidade. Os únicos registros escritos sobre Aurora, mulher, e a nomeação da cidade em sua homenagem, fazem parte de algo que um visitante da cidade ouviu contar e tomou-lhe aquilo como verdade. Essa Aurora, mulher sertaneja traz a mente as representações de tantas outras nordestinas que foram sendo construídas midiaticamente através de filmes e novelas. Porém, Aurora não é uma história lembrada com bons olhos para historiadores da cidade, passa a ser considerada algo vergonhoso e somente um conto popular. Por estar tão ligada a uma memória coletiva e oral.

Aurora é uma das histórias que não podem ser simplesmente apagadas, mesmo com a “verdade” ou como “mito”. Quantas dessas histórias reais são apagadas por não ser a imagem de pureza às quais as pessoas gostariam de serem lembradas? Mesmo não oficiais, elas marcam a construção da memória social da cidade e são nelas que o povo se lembra ao sentar para o café depois do almoço, para as tardes de domingo no alpendre ou ao pôr do sol sentado na calçada.

Desses diversos contos sobre a formação da cidade e personagens que só serão lembradas ao serem invocadas, existem outras tantas mulheres que são apagadas de seus lugares na história. Suas vidas são marcadas pelas labutas e sacrifícios para o bem-estar de suas famílias, elas são as herdeiras da memória familiar. É na força e coragem da mulher nordestina que muitos artistas se inspiraram, pouco lembradas como protagonistas, pois se esquecem das situações econômicas, o sistema patriarcal, os abusos e violências que as levaram a receberem os estereótipos que tanto a mídia gosta de lembrar. A cidade de Aurora é composta por grandes matriarcas, mulheres inspiradoras que são peças fundamentais para a construção social da cidade, não somente aquelas que remetem aos grandes sobrenomes da região, mas as que estão ligadas de diferentes maneiras à formação e urbanização do município.

Localizada na região do Cariri - CE, Aurora é uma cidade com 25 mil habitantes, onde a zona rural é maior do que a zona urbana. Tendo apenas 139 anos desde sua formação oficial como município do estado do Ceará. Sobre sua nomeação, hoje não existe nenhuma pesquisa documental que prove sobre o porquê recebeu tal nome. O dito popular é que Aurora era dona de uma pousada em uma estrada que ligava o interior à capital, onde existia uma vila conhecida por Venda. Ela era amante do Coronel Xavier de Souza, que viveu pela região

e que foi ele que sugeriu o nome da cidade em sua homenagem, essa história surge pela primeira vez em um livro de Amarildo Gonçalves, que estava de passagem e ouviu o conto de um morador. Nenhum outro registro sobre Aurora é encontrado de acordo com o professor e historiador da cidade, João Tavares Calixto Júnior, que também considera impossível a existência de tal personagem e o nome da cidade. O motivo se dá pela diferença de mais de 50 anos entre o período em que o Coronel Xavier viveu na região e a nomeação da cidade. A história de Aurora, o mistério de sua existência e os mitos que envolvem essa personagem que independente de quem foi ainda é uma mulher sertaneja no meio de “lugar nenhum”, que por ter sido amante de um homem casado à história popular lhe reduziu como “meretriz” e “prostituta”, é uma das tantas histórias e representações que são apagadas das narrativas oficiais.

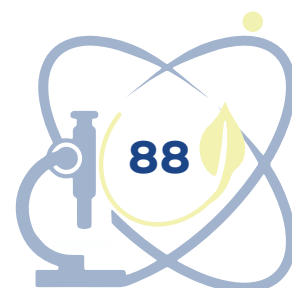
A cidade de Aurora começou com uma estrada de terra cheia de vendas e pousadas de descanso para os viajantes, além de toda a construção do município vim do catolicismo, ela cresce ao redor de uma igreja. Em uma das histórias sobre sua nomeação, remete ao Beato Benedito José dos Santos que foi pessoalmente a Dom Pedro II buscar um sino para a construção de uma capela, lá a princesa Isabel ao perguntar o nome da cidade sugeriu o nome Aurora.

É através do arquétipo da mulher sertaneja e nordestina e da personagem Aurora, que narra as memórias de mulheres da cidade, aquelas que podem até ser encontradas em mais de um lugar do Nordeste, que se vê a oportunidade de uma pesquisa ligada à comunicação oral para a fundação da memória social de um lugar.

2 METODOLOGIA

No artigo *A pesquisa em memória social* (1993), Ecléa Bosi, pesquisadora da área de psicologia, escreve sobre o percurso metodológico para a escrita de sua tese *A memória dos velhos* (1994), diz que a memória é uma atividade de conservação do espírito, que instigada pode ser convocada

O projeto apresentado pretende trabalhar para o entendimento da criação da história de Dona Aurora, na memória social da cidade. Isso se dará principalmente através de entrevistas com a população e de como ela percebe e vive esta história.



O que dá início aos questionamentos das variedades de lembrar é a comum história de quem foi Aurora, um conto dito tantas vezes entre os moradores que se tornou real. Por se tratar de uma investigação, contará com a participação de historiadores com trabalhos já realizados sobre a existência de Dona Aurora. Não está entre os objetivos provar a existência de Aurora, somente suas aparições na memória popular.

Crescer em um ambiente onde a história é viva e contínua, em que passado e presente se misturam é ter uma fonte para escrita das histórias, antes somente oralizadas, é marcá-las para sempre como um fato que aconteceu no mundo e que essas mulheres viveram aqui.

Tudo que precisava para começar era a vida e o mundo, praticamente qualquer tipo de mundo ou ambiente; pois o mundo está cheio de histórias, de acontecimentos e ocorrências e eventos estranhos, que só esperam ser contados, e a razão pela qual geralmente permanecem não contados é, segundo Isak Dinesen, a falta de imaginação - pois somente se você consegue imaginar o que aconteceu de alguma maneira, repeti-lo na imaginação, é que você verá as histórias, e somente se você tem a paciência de contá-las e recontá-las é que poderá contá-las bem (ARENDRT *apud* GUSMÃO, 1987, p. 88).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A busca pelo encontro com a história, seja ela vinda de fontes orais ou de registros documentais, necessita de um olhar sensível e de aprendizagem, pois “É preciso descobrir os tempos da história que se acumulam no espaço e que podem e devem ser resgatados pela memória” (PESAVENTO, 2020, p. 13). Essa observação dos espaços ao longo do tempo resgata o passado pelas memórias coletivas e individuais. Faz parte da história a evocação dessas memórias e ao trazê-la para o presente dotá-la de sentidos. Quando falamos da memória de uma cidade estamos retomando uma representação que não mais existe, mas que formam a identidade de um local. Para Pesavento (2020) o registro não pode ser somente material, com dados e provas, ela também precisa vir do registro da memória e do resgate do imaterial, das lembrança e testemunhos de uma outra época. A *memória voluntária* é a lembrança evocada pelo indivíduo saudosista, construída como uma *memória social* ela fornece significados para o passado, essas reflexões surgem para Durkheim e Halbwachs, onde essa herança seria transformada em uma *memória*

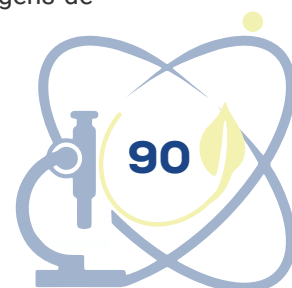
coletiva, “[...] que corresponde ao modo como, institucional e culturalmente, uma comunidade passa a evocar, construir e transmitir seu passado” (*apud* PESAVENTO, 2020, p. 13). Em resumo, Pesavento vai falar sobre os enlaces entre memória e história, como elas são a fonte para que o passado permaneça vivo. Elas estão presentes em cada ser vivo pensante, o imaterial e subjetivo, mas também nos prédios, objetos e tudo aquilo que for material.

Esses espaços preenchidos de memórias dão vida às cidades, fornecem uma identidade para um povo, estes também produtores da cultura, das tradições e dão significados a acontecimentos e lugares. O pesquisador Guedes Júnior acredita que “[...] a cidade pode ser lida como um texto que registra as atitudes e as experiências de uma sociedade” (2011, p. 5) e que ao falar da cidade é preciso considerar sua parte física e os sujeitos em conjunto, isso tornaria possível entender de que forma elas se relacionam. As relações que são formadas dentro da cidade, exploram suas diferentes formações, já que as vivências dos seus moradores dão novos significados e se apropriam de novas formas de contar histórias.

É ainda nessa medida que uma cidade inventa seu passado, construindo um mito das origens, recolhendo as lendas, descobrindo seus pais ancestrais, elegendo seus heróis fundadores, identificando um patrimônio, catalogando monumentos, atribuindo significados aos lugares e aos personagens, definindo tradições, impondo ritos. Mais do que isso, tal processo imaginário de invenção da cidade e de escrita de sua história é capaz de construir utopias, regressivas ou progressivas, através das quais a urbe sonha a si mesma (PESAVENTO *apud* GUEDES JUNIOR, 2011, p. 7).

A história de Aurora mulher é um patrimônio da cidade, existente somente na memória coletiva. Um mito, contando e recontada diversas vezes, onde as pessoas só tomam como verdade. Ela é mencionada nas rimas do poeta conterrâneo Francisco Leite Serra Azul, composta em 1983 para o aniversário da cidade. Ela também aparece no livro do escritor aurorense Amarílio Gonçalves, “*Aurora, História e Folclore*” (1998). Para o pesquisador José Tavares Calixto Junior, Aurora é de fato um mito. Ele escreveu e compilou dados sobre a história cronológica da cidade em seu livro “*Venda Grande d’ Aurora*” (2012) e em sua única menção a mulher Aurora ele diz:

É bem verdade que se trata de lenda a versão que noticia ter havido na ribeira do Salgado, uma mercearia ou comércio de beberagens de



proprietária de nome Aurora, que vivia de concubina como Cel. Xavier [...] Sobre a Dona Aurora, a mulher, nada se conseguiu topar” (CALIXTO JÚNIOR, 2012, p. 36).

Mesmo uma pesquisa que comprove a não existência dessa mulher ela ainda estaria presente de alguma forma na construção da imagem da cidade.

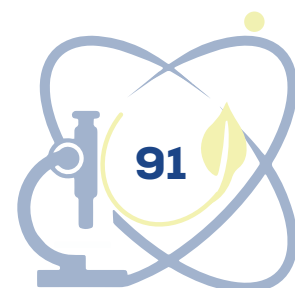
4 RESULTADOS

As técnicas utilizadas durante as entrevistas para essa pesquisa, terão similaridades metodológicas aquelas usadas por Bosi. Essa decisão é baseada em como seu trabalho é um dos mais reconhecidos na definição de uma abordagem entre o pesquisador e o entrevistado. As interpelações de Bosi com os entrevistados trazem reflexões que abrangem o leque de possibilidades e de interpretações acerca de como as pessoas falam e do que elas desejam falar “[...] é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa afetivo e intelectual da sua experiência e da experiência do grupo [...]” (BOSI, 1993, p. 283).

O objetivo é investigar e registrar o conto de Aurora, no decorrer da narrativa cronológica das suas primeiras aparições em livros e na memória dos aurorenses ao fazer uma comparação entre a história “oficial” ligada a religiosidade do povo e a da mulher amante do coronel tão popularizada pelos moradores.

5 CONCLUSÃO

Para Pierre Nora (1993) nossas histórias são vestígios do tempo, quanto mais buscamos alcançar o passado, nos prendemos ao que já não pode ser mais tocado. O ato de lembrar nos salva do esquecimento, mas também nos prende nesses *lugares da memória* - sendo a memória contínua, ela não pode ser presa e está em constante transformação e sempre sendo descoberta. O que acontece é que essas memórias fazem parte de nós, elas representam o que somos e recoberta de simbolismos ajuda a entender o presente e as ramificações da história. Para isso é preciso que ela possa ser contada, já que “Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária dela se encarregar” (NORA, 1993, p. 18).



Neste projeto, não se pretende a investigação ou a prova da veracidade da vida de Dona Aurora, mas contar como ela alterou a memória social de toda uma população. Aurora é um símbolo feminino, pouco reconhecido e de grande significância para a história da mulher nordestina. É esperado chegar ao final deste projeto com a definição de que como a história se modifica através das tradições e contos orais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Luiz Celestino por todas as oportunidades e pelos anos que colaboramos. Agradeço ao CNPq pelas chances de engrandecer o meu conhecimento através do incentivo à produção científica.

REFERÊNCIAS

BOSI, E. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, [s. l.], v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34480>. Acesso em: 15 out. 2021.

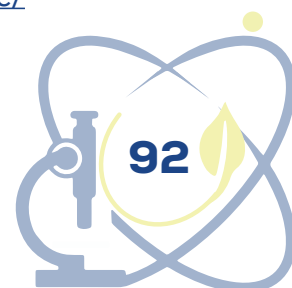
CALIXTO JÚNIOR, J. T. **Venda grande d'Aurora**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012.

GUSMÃO, D. S.; JOBIM E SOUZA, S. História, memória e narrativa: a revelação do "quem" nas histórias orais dos habitantes do Córrego dos Januários. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 288-298, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3093/309326457009.pdf>. Acesso em 15 out. 2021.

JUNIOR, A. F. C. G. Entre o tempo e o espaço: cidade e memória social. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, [s. l.]. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300876852_ARQUIVO_Entreotempo_eoespacocidadeememoriasocial.pdf. Acesso em 15 out. 2021.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/download/12101/8763>. Acesso em: 15 out. 2021.

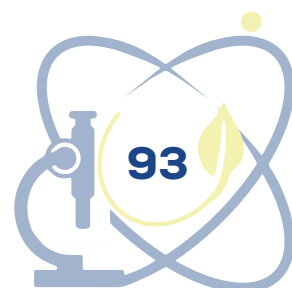
NORA, P. *et al.* Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/>



[download/12101/8763](#). Acesso em: 15 out. 2021.

PESAVENTO, S. J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, [s. l.], n. 158, 2020.

TAVARES, A. G. **Aurora**: História e Folclore. Fortaleza-CE: Imprensa Oficial do Ceará - IOCE. 1993.



PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI SOBRE O ENADE

Cynthia Lima dos Santos¹

Karina de Brito Silva²

Jaqueline Dourado do Nascimento³

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objetivo apresentar os resultados preliminares da pesquisa intitulada "O uso dos resultados das avaliações externas: desafios e perspectivas na ótica dos atores institucionais da Universidade Federal do Cariri (UFCA)", em fase final, que busca compreender como os atores institucionais da UFCA utilizam os resultados das avaliações externas da educação superior, nos quais nos debruçamos sobre as percepções dos coordenadores de cursos de graduação que participaram da pesquisa desta instituição no que tange ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), a sua importância como mecanismo de melhoria e aprimoramento das práticas institucionais, bem como a influência nas avaliações de aprendizagem.

Segundo Dias Sobrinho (2003), é necessário compreender o significado de diagnóstico da avaliação e como pode ser utilizado para melhorar a aprendizagem, a qualidade educacional e, por conseguinte, contribuir para a formação cidadã do indivíduo e nas práticas institucionais. Pensar nos resultados e os seus diversos usos remete a um processo que antecede este contato prévio dos coordenadores com dados extraídos das avaliações externas, é necessário reconhecer a relevância do processo de comunicação dessas informações e, mais além, compreender que o uso e a apropriação dos resultados é condicionado à forma

¹ Universidade Federal do Cariri, E-mail: cynthia.lima@aluno.ufca.edu.br

² Universidade Federal do Cariri, E-mail: karina.brito@aluno.ufca.edu.br

³ Universidade Federal do Cariri, E-mail: jaqueline.dourado@ufca.edu.br

como é comunicado e à sua adequação aos atores envolvidos nesse processo. A comunicação deve ser estruturada e contínua, transcendendo a mera publicação e disponibilização dos dados.

A comunicação é considerada uma dimensão institucional de análise relevante que permite identificar, por exemplo, como se dá a apropriação e o uso dos resultados das avaliações institucionais, internas e externas. O conceito de comunicação pública trazido por Zemor (2009, p. 189) se aproxima da proposta desse ensaio, por considerar a comunicação como a “[...] troca e compartilhamento de informações de utilidade pública ou de compromissos de interesses gerais”. A comunicação não se confunde com a mera transmissão de dados, ela perpassa o campo meramente formal e organizacional, baseada no diálogo e no sentimento de pertencimento (CRUZ, 2010).

Na realização das entrevistas com os coordenadores de cursos de graduação da UFCA, verificou-se que o processo de comunicação dos resultados reverbera diretamente na apropriação e usos dos resultados e, por conseguinte, na melhoria e aprimoramento das práticas institucionais de modo geral. Destaca-se a necessidade de ações estruturadas e contínuas voltadas à comunicação e discussão dos resultados, com estratégias específicas para cada público envolvido, ou seja, desde a gestão superior até os discentes, que não se dê apenas em anos de realização do Enade.

2 METODOLOGIA

O percurso metodológico deste ensaio está ancorado na abordagem qualitativa através do estudo de caso, visto que busca-se um estudo detalhado acerca do objeto a ser investigado, a fim de compreender a percepção dos coordenadores de cursos de graduação da UFCA sobre as avaliações externas, em específico, o Enade (GIL, 2009). Utilizou-se como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada, no qual foi construído um roteiro para subsidiar a coleta de dados, submetido este a um pré-teste, com o objetivo de identificar possíveis erros, visando realizar as devidas correções. As entrevistas foram gravadas no formato de áudio e transcritas após o consentimento escrito dos mesmos. A tabulação dos dados foi realizada tomando como parâmetro o roteiro semiestruturado elaborado, para que então fossem categorizadas as

informações a partir das dimensões construídas, com base na literatura: gestão, tomada de decisão e comunicação.

Para a realização das entrevistas foi elaborado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponibilizado para os entrevistados, apresentado e assinado, após a explicação dos objetivos e metodologia da pesquisa. Tal procedimento teve como objetivo garantir a autonomia de todos os envolvidos na pesquisa, o anonimato e a confidencialidade das informações obtidas, não trazendo nenhum risco ou dano ao participante da pesquisa, de acordo com as prerrogativas da Resolução nº 466/2012 e a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012; 2016). Em conivência ao cumprimento destas resoluções, o projeto de pesquisa “O uso dos resultados das avaliações externas: desafios e perspectivas na ótica dos atores institucionais da Universidade Federal do Cariri” foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFCA.

As entrevistas foram realizadas no decorrer do mês de agosto de 2020, sendo entrevistados 07 coordenadores de cursos de graduação, sendo que atualmente a UFCA possui 25 cursos de graduação. A disparidade em relação ao quantitativo de coordenadores e respondentes se deve ao momento em que foram realizadas as entrevistas que coincidiu com os efeitos da emergência sanitária do Sars-CoV-2, causador da Covid-19, no qual a instituição precisou repensar as práticas institucionais e os coordenadores trabalharem na construção do Período Letivo Especial (PLE), justificando assim a baixa participação.

Contudo, é válido pontuar que foi enviado convite para participação na pesquisa a todos os coordenadores de curso da UFCA, no qual um coordenador não aceitou participar da pesquisa, outros 03 indicaram incompatibilidade de horários, em relação aos demais não obtivemos resposta, no qual foi enviado novamente os convites, porém sem respostas.

Para fins de análise utilizamos as seguintes questões: “Qual a sua compreensão em relação aos estudantes realizarem o Enade?”; “Há alguma influência do Enade no modo como os professores avaliam a aprendizagem dos seus estudantes? Se sim, qual (is)?”; “Em que medida a nota do Enade exerce influência sobre as ações implementadas para o curso que você trabalha?”; “Os resultados do Enade têm contribuído para a modificação das práticas de

gestão do curso? Se sim, de que forma/maneira?"; "Como se dá a discussão dos relatórios do Enade no âmbito da universidade?".

3 REFERENCIAL TEÓRICO

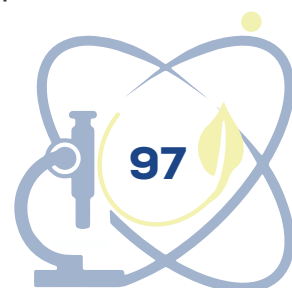
A avaliação remete à construção de um juízo de valor sobre o objeto avaliado, utilizase de uma metodologia para analisar e avaliar as ações a partir dos objetivos e metas estabelecidas, indicando parâmetros que permitam avaliar a qualidade, a forma de coleta de informações, utilidade e outros critérios relevantes para o processo avaliativo (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004). Todavia não há consenso na literatura sobre o conceito de avaliação.

Nesse sentido, a avaliação está relacionada às questões que vão muito além de medir ou quantificar determinada ação, programa ou projeto. Traz em seu bojo abordagens que permeiam questões culturais, éticas, políticas e sociais que devem ser levadas em consideração ao avaliar. No contexto educacional, a avaliação tem assumido um caráter controlador, o que tende a limitar o potencial de atuação da mesma.

Segundo Dias Sobrinho (2003), é necessário compreender o significado de diagnóstico da avaliação e como pode ser utilizado para melhorar a aprendizagem e a qualidade educacional, para contribuir na formação cidadã do indivíduo. Dias Sobrinho (2010) considera que para avaliar a educação é necessário a combinação de metodologias e instrumentos de enfoques quantitativo e qualitativo de maneira a apresentar um retrato mais aproximado da realidade nas tomadas de decisão, tornando-as mais confiáveis e eficazes.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) foi criado com o objetivo de abarcar e integrar informações existentes acerca da educação superior brasileira, ou seja, um sistema que viabilizasse o fomento de políticas educacionais desenvolvidas com caráter nacional, bem como pelas próprias instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas. Este sistema é alicerçado pela prática da avaliação institucional realizada interna e externamente, distribuído em três componentes (POLIDORI; ARAÚJO; BARREYRO, 2006).

O primeiro componente, é a avaliação das instituições, que busca conhecer as características pertinentes a cada Instituição de Ensino Superior



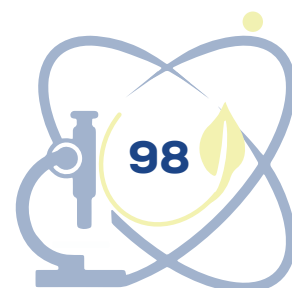
(IES), além de disciplinar a prática da autoavaliação, um dos mecanismos mais importantes para conhecer sua realidade institucional e contribuir para a tomada de decisão no âmbito da gestão, bem como preparar para as avaliações externas. O segundo componente, é a avaliação dos cursos de graduação, que já era realizado anteriormente, agora possuindo características mais eficazes, como a criação de uma equipe multidisciplinar de especialistas que serão encarregados de avaliar os cursos. O terceiro componente é o estudo do desempenho dos estudantes, sendo que o principal instrumento é o Enade (POLIDORI; ARAÚJO; BARREYRO, 2006).

Dentro do contexto das políticas públicas, a comunicação viabiliza a aproximação dos atores envolvidos, no processo de formação de agenda, planejamento, implementação e acompanhamento das políticas públicas, ou seja, “[...] um instrumento potencializador da relação entre os atores envolvidos”, que ocupam diversos espaços (CEZAR, 2018, p. 53).

O processo de comunicação dos resultados das avaliações externas, assim como toda a dinâmica avaliativa, necessita estar alinhada a outros documentos norteadores da gestão universitária, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Institucional, os Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos, bem como o Plano de Comunicação das IES. Cumpre ressaltar que a comunicação é avaliada conforme constante no artigo 3º da lei que instituiu o Sinaes (BRASIL, 2004).

4 RESULTADOS E CONCLUSÃO

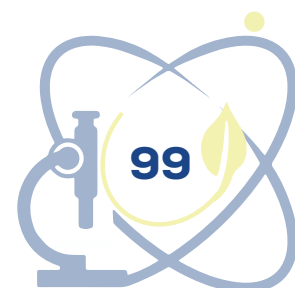
É válido ressaltar que os dados coletados através das entrevistas realizadas neste ensaio são preliminares, visto que existem outras informações em fase final de tratamento e análise. Outra questão relevante diz respeito à quantidade de respondentes, como indicado anteriormente, apenas 07 coordenadores de cursos foram entrevistados, isso se deve ao momento em que foram realizadas as entrevistas que coincidiu com os efeitos da emergência sanitária do Sars-CoV-2, causador da Covid-19, nos quais os atores institucionais foram desafiados a repensar as práticas institucionais, bem como uma forma de dar continuidade às atividades acadêmicas através da construção do Período Letivo Especial (PLE) e, por conseguinte, da adaptação dos currículos pelas coordenações e o seu respectivo colegiado de docentes.



Acerca da compreensão dos coordenadores em relação aos estudantes realizarem o Enade, foi observado que a maioria destaca a importância, contudo não sabem ao certo os reflexos dessa participação para o aprendizado, nos quais alguns entendem ser uma prova generalista, que não fornece insumos específicos, ligada mais ao coletivo do que propriamente ao individual, uma prova que fornece um panorama demasiadamente amplo. A maioria dos coordenadores entende como sendo um requisito meramente formal, pouco explorado e divulgado nas instâncias acadêmicas. Em relação à influência no processo de avaliação da aprendizagem observou-se que as ações referentes ao Enade, na maioria das vezes ocorre próximo ao calendário de aplicação da prova, com a realização de simulados e oficinas com o intuito de apresentar o estilo das questões, a comunicação sobre o Enade acontece com mais frequência no ano de avaliação do curso.

Sobre a influência que o Enade exerce sobre as ações implementadas nos cursos e, por conseguinte, nas práticas de gestão, observou-se que são mínimas e consideradas pontuais, observadas na maioria das vezes próximo ao ano de realização do Enade. Todavia, cabe salientar que um respondente indicou que houveram diversas mudanças com base nas avaliações externas, ocorrendo assim melhoria e aprimoramento das práticas no curso de graduação em questão. A comunicação e discussão dos resultados ainda não reflete em ações estruturadas e contínuas, dessa forma os seus usos são limitados, porque embora os coordenadores tenham acesso aos resultados, os dados não são utilizados para melhoria e aprimoramento das práticas, ficando concentrado em públicos específicos, resumido assim na mera divulgação. A comunicação envolve segundo Cezar (2018), um agente importante para efetivação do acompanhamento das políticas públicas, no caso da educação superior, seria para verificação da qualidade do ensino nas diferentes instituições.

É necessário ainda que haja alinhamento entre os atores institucionais, para que possam reconhecer e compreender que o Enade não se reduz ao ranqueamento, trata-se de um mecanismo que produz dados relevantes para o processo de formação dos discentes, que possui limitações como em todo processo avaliativo, daí a necessidade de uma comunicação e discussão efetiva dos resultados para que se aproximem da realidade social e esteja em consonância com as demais avaliações.



Portanto, foi verificado a partir dos diálogos com os coordenadores de cursos de graduação que o aspecto da comunicação foi citado pela maioria, principalmente no tocante à discussão dos resultados e como se dá a apropriação, seja enquanto docente ou coordenação, como também o que chega ao discente. As avaliações em larga escala, no caso, o Enade, é considerado por eles como um processo avaliativo impacta minimamente na avaliação de aprendizagem dos discentes nos componentes curriculares. Contudo, chamou atenção o entendimento (ou ausência) que eles possuem sobre as avaliações externas e, mais especificamente, ao Enade, sendo raso e por vezes contraditório, tanto em face da sua relevância para a formação dos discentes, como também seus reflexos na instituição de ensino.

Suscita pensar sobre processos que priorizem a formação com vistas à participação qualificada dos atores envolvidos, que será objeto de outro ensaio, mas que está ligado também ao processo de comunicação, que não pode ser reduzido apenas aos resultados, mas toda a dinâmica inerente a esse tipo de avaliação, as suas implicações e, principalmente, as contribuições para os públicos envolvidos direta e indiretamente.

AGRADECIMENTOS

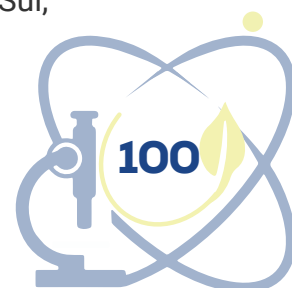
Estima agradecimentos à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal do Cariri (PRPI/UFCA) pelo apoio institucional e financeiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.861**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 14 de abr. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 18 abr. 2022.

CEZAR, L. C. Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p. 52-70, jan./fev. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/6shdxQ3fVjRQmzMJRf49SZr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2022.

CRUZ, C. M. L. **A comunicação interna na perspectiva da avaliação institucional em universidades no Rio Grande do Sul**. 2010. 263 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,



Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/4423/1/425380.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p.195-224, mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n1/v15n1a11.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAUJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.** [online]. Rio de Janeiro, v. 14, n. 53, p. 425-436, out./dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000400002&script=sci_arttext. Acesso em: 05 jun. 2022.

ZEMOR, P. Como anda a comunicação pública? **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 60, n. 2, p. 189-195, 23 jan. 2014. Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). DOI: <http://dx.doi.org/10.21874/rsp.v60i2.21>. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/21>. Acesso em: 17 jun. 2022.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas**: concepções e práticas. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gente, 2004.

JONATHANN KISS:

PRODUÇÃO BIOGRÁFICA E PRODUÇÃO DE UMA MEMÓRIA COLETIVA

Letícia Holanda¹

Tiago Coutinho Parente²

1 INTRODUÇÃO

Este resumo expandido vai apresentar a aplicação e os métodos utilizados no projeto “Jonathann Kiss: um influencer de uma geração sem internet”. O projeto é fruto da necessidade da construção de uma memória coletiva sobre Jonathann Kiss, um produtor de eventos e comunicador que foi assassinado por um crime de homofobia no dia 10 de setembro de 2000, em Juazeiro do Norte (CE). Para refletir a construção de biografia e memória coletiva, fizemos o grupo de estudo “Narrativas Biográficas” onde estudamos escritas de trajetórias. As principais obras estudadas foram “Orlando, uma biografia”, de Virginia Woolf; “O queijo e os vermes”, de Carlo Ginzburg e “A mulher calada”, de Janet Malcolm. As obras foram escolhidas por serem, respectivamente, uma ficção paródia, uma biografia histórica e uma reportagem sobre biografias. A partir delas, pudemos cruzar os gêneros em que estão inseridas e construímos um estudo interdisciplinar sobre a produção biográfica.

2 FRACTAIS: MÉTODO E TEORIA

Para a construção da narrativa, fizemos um mapeamento das fontes a partir de aspectos da vida do personagem. Considerando o estudo “Teoria da Biografia sem fim”, de Felipe Pena, trabalhamos a partir do conceito de fractais. Pena (2004) defende os sistemas caóticos como fractais, permitindo

¹ UFCA E-mail: lereholand@gmail.com PIBIC/UFCA.

² UFCA E-mail: tiago.coutinho@ufca.edu.br PIBIC/UFCA.

um cruzamento de múltiplas linguagens e identidades. Os fractais biográficos escolhidos vão ser definidos a partir dos deslocamentos da personagem e as áreas relevantes de sua vida: religião, relação familiar, sexualidade, trabalho, etc. No caso de Jonathann Kiss, temos, por enquanto: empresário, organizador de eventos, cafuçu, candidato a vereador, Joãozinho e comunicador. A partir dos aspectos de sua vida, analisamos as fontes que podem nos ajudar a compreender cada área da vida do personagem, organizando um mapeamento das fontes, como mostra a Tabela 1 a seguir.

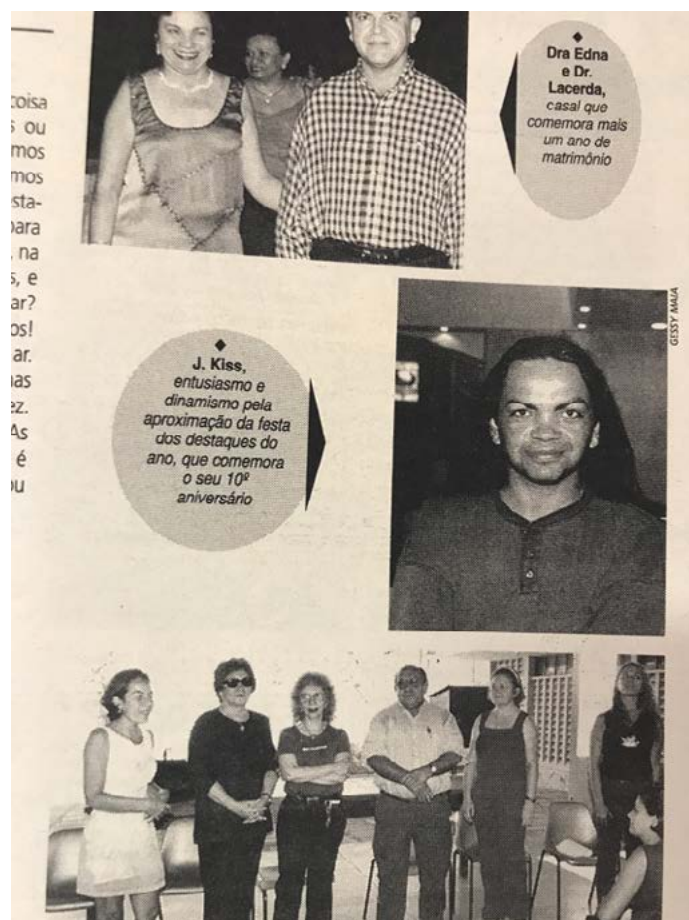
Tabela 1 – Fractais

Área	Objetivo
Empresário	Entender seu trânsito dentro do comércio.
Organizador de eventos	Ele organizou diversos eventos, como desfiles de moda, casamentos, festa de debutantes.
Cafuçu	Relações pessoais e os ambientes de lazer em que ele transitava: festas, vaquejadas, bares. O termo cafuçu surgiu no processo de apuração, em uma das entrevistas, era um termo de tratamento comum em suas relações pessoais.
Candidato a vereador	Compreender a campanha de 1992 e o contexto político em que ele estava envolvido.
Joãozinho	Suas relações familiares. O termo “Joãozinho” era utilizado carinhosamente pela sua mãe e por outros familiares.
Jornalista/comunica	Ele tinha um programa dor de rádio semanal. Atuou também como colunista social no jornal do Cariri com a coluna “People”.

Fonte: Produzido pelos autores.

Fizemos entrevistas presenciais e online, e, a partir disso, vamos costurando a história, na tentativa de construção de uma memória coletiva. Além disso, tivemos acesso ao processo da investigação do assassinato, as notícias que saíram sobre seu assassinato, as revistas que o personagem produziu, a coluna que Jonathann manteve no jornal do Cariri e acervos fotográficos. Todo este acervo nos possibilitou uma amplitude de informações sobre o personagem estudado.

Figura 1 - Imagem do Jornal do Cariri registrado em 3 de agosto de 1999



Fonte: Jornal do Cariri ([1999]).

A partir da leitura dos textos do grupo de estudo “Narrativas Biográficas”, foi possível compreender problemas/conceitos que devem ser contornados na produção biográfica como heroicização, temporalidade, lacunas documentais, a relação entre fato e ficção, divergências que podem surgir na história. No desenvolvimento da pesquisa, também levou a compreender a dificuldade de reproduzir a vida de alguém apesar de uma história concisa e coerente, que é reforçado pelo pensamento de Bordieu:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma seqüência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOURDIEU, 2008, p. 185).

Nesse sentido, o autor Felipe Pena (2004) propõe um texto biográfico produzido através de fractais que seriam capítulos independentes um do outro e falariam sobre cada aspecto específico dentro de sua história, como familiar, amigo, trabalho, entre outros aspectos que pudessem surgir.

3 APLICAÇÃO METODOLÓGICA: APURAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

A história ainda está em construção, até o momento temos um bom acervo de materiais e informações obtidas em entrevistas. Para entender Jonathann como empresário, entrevistamos J. Rodrigues um importante radialista e produtor de eventos que trabalhou junto com Jonathann no evento Arco da Velha. Como organizador de eventos entrevistamos algumas mulheres que trabalharam com ele, como Suyanne Moreira, modelo lançada por Jonathann que participou de diversos eventos produzidos por ele. Roberta Rocha também participou de desfiles e foi fotografada pela equipe de Jonathann para a loja da sua mãe. Entrevistamos também Regina, que foi garota Pepsi AABB e se tornou uma de suas melhores amigas. Para compreender suas relações pessoais e de lazer (cafuçu, termo informal e pejorativo que pode se referir a alguém desajeitado) entrevistamos o comunicador Fernando Martins, o dançarino e pesquisador Alysson Amâncio e o amigo Ailton Gama. Para compreender o personagem como candidato a vereador entrevistamos Cláudia Rejanne, que apesar de não ter muitas informações sobre sua candidatura, nos ajudou a compreender o contexto político no Cariri da época. Nas relações familiares, entrevistamos seu sobrinho Pedro que nos deu acesso a uma nova faceta da personalidade de Jonathann: Tio João ou Joãozinho, como era carinhosamente chamado pela família.

A partir de agora é necessária a sistematização do material que já foi adquirido e uma reflexão em cima deles para entendermos por onde continuar, fazer um cruzamento de informações a partir do material e pensar outro mapeamento de fontes a partir das informações adquiridas no processo de apuração. Além do material para a biografia, também produzimos um artigo para refletir sobre a linguagem biográfica que fizemos no nosso grupo de estudo, para refletir os desafios da escrita e do processo biográfico.

4 CONCLUSÃO

Jonathann Kiss teve muita relevância para a região do Cariri Cearense, considerando a sua influência nos meios de comunicação e produção de eventos culturais da região do Cariri e entender sua história é também entender o Cariri de décadas atrás. Ainda tem muito a ser feito no projeto, apesar da evolução que tivemos durante o primeiro ano de pesquisa, a cada entrevista feita surgem novas possibilidades. Constantemente surgem novas fontes e novas narrativas, e acessamos novos acervos e histórias, isso mostra a complexidade que o projeto demanda. A previsão é que o projeto precise de pelo menos mais um ano de apuração e sistematização, para, então, iniciar o processo de escrita. Quanto ao estudo da linguagem biográfica, nós continuaremos com o nosso grupo de estudo “Narrativas Biográficas”, e ressaltamos que a produção feita até agora ainda está em construção e as fractais são mutáveis, as categorias que estão nos norteando surgiram a partir da apuração, com a continuidade do projeto novas classificações podem aparecer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Cariri e ao CNPq pela bolsa PIBIC que possibilitou minha dedicação e comprometimento ao desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

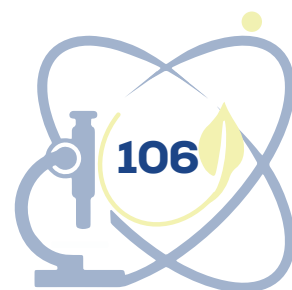
BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FJV, 2008, p. 183-191.

GINZBURG, C. **O queijo e os vermes**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

MALCOLM, J. **A mulher calada**: Sylvia Plath, Ted Hughes e os limites da biografia. Tradução de Sergio Flaskman. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

PENA, F. **Teoria da biografia sem fim**. Rio de Janeiro: Mauad. 2004.

WOOLF, V. **Orlando, uma biografia**. Tradução de Laura Alves. Edição especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.



ESTUDO EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:

O CASO DO CONJUNTO HABITACIONAL SÃO SEBASTIÃO NO BAIRRO BETOLÂNDIA EM JUAZEIRO DO NORTE/CE

Bruna Emanuelle Feitosa Castro¹

Diego Coelho do Nascimento²

1 INTRODUÇÃO

O Brasil teve um problemático processo de urbanização. A migração desordenada do rural para as cidades em busca de empregos, e também para suprir a necessidade da indústria, ocasionou em diversas problemáticas para as cidades brasileiras, dentre elas, o déficit habitacional em decorrência também da desigualdade social e de renda.

Conforme o IBGE (2010), a taxa de urbanização brasileira teve grande elevação. A taxa estava em 31,3% em 1940, pulou para 44,67% em 1960, 67,59% em 1980, deu um grande salto para 81,23% em 2000 e, com tendência à estagnação a partir de 2010, com 84,36%. Esse intenso processo de urbanização brasileiro não acompanhou as oportunidades de emprego e nem a oferta de moradia, tampouco infraestrutura e serviços urbanos, implicando em ocupações irregulares e desordenada no solo.

O Brasil sofre com muita desigualdade social e renda, onde grande parte da população não possui condição de adquirir um imóvel, além dos elevados preços na área da construção civil que eleva o preço de habitação e dificulta ainda mais a aquisição de moradia. Diante dessas questões, a população pobre não tem muitas opções e acabam sendo obrigados a irem pelo caminho das

¹ Centro Universitário Paraíso (UNIFAP/CE); Licenciada em Geografia e graduanda em Arquitetura e Urbanismo; Bolsista de Iniciação Científica da FUNCAP no LAURBS/UFCA; <mailto:brunafeitosacastro@gmail.com>

² Universidade Federal do Cariri (UFCA), Doutor em Geografia, Bolsista de produtividade da FUNCAP e coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas; diego.coelho@ufca.edu.br

moradias irregulares.

Juazeiro do Norte, assim como grande maioria das cidades brasileiras, teve um processo de urbanização desordenado, seletivo e excludente. É a cidade mais importante e mais rica da Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri) e possui 278.264 habitantes (IBGE, 2021). Juazeiro do Norte lidera o déficit habitacional na região, de acordo com o relatório de Demanda Habitacional no Brasil (DHB), elaborada pela Caixa Econômica Federal no ano de 2012, No município, cerca de 7500 famílias não possuíam casa ou vivem em regiões de extrema vulnerabilidade habitacional a partir de dados do documento sobre Demanda Habitacional no Brasil elaborado pela Caixa Econômica Federal no ano de 2012. Diante disso, para suprir essa necessidade, a prefeitura de Juazeiro do Norte com o apoio do Governo Federal decidiu por implementar o Programa de Habitação Nacional Minha Casa, Minha Vida (MCMV), o qual foi excluído e substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela.

O Conjunto Habitacional São Sebastião I e II, está localizado no Bairro Betolândia em Juazeiro do Norte, possui 781 unidades residenciais unifamiliar, no total, onde o Conjunto São Sebastião I conta com 333 habitações e o Conjunto Habitacional II conta com 448. Teve investimento de 49,2 milhões do Governo Federal por meio do Programa Minha Casa Minha Vida em maio de 2017.

Diante do contexto apresentado, surgiram algumas inquietações: Diante do déficit habitacional, crescimento urbano acelerado de Juazeiro do Norte, além de pequena extensão territorial, a escolha por residências unifamiliares em conjuntos habitacionais foi a melhor alternativa? No que a concepção anacrônica de repetição das fachadas interfere no desenho urbano, logo, no funcionamento da cidade? Todas essas questões nos levam diretamente aos questionamentos de direito à cidade.

Visando procurar respostas a esses questionamento, elencou-se como objetivo geral deste trabalho analisar o conjunto habitacional Conjunto Habitacional São Sebastião I e II no bairro Betolândia em Juazeiro do Norte com relação ao desenho urbano e ao planejamento urbano do município.

Como procedimentos metodológicos, foi utilizado a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A natureza da pesquisa foi qualitativa de cunho exploratória, ancorando-se no estudo de caso como procedimento.

2 METODOLOGIA

A pesquisa é caracterizada como teórica e empírica, visto que, foi feito levantamento bibliográfico, pois lida com ideias e conceitos presentes no espaço urbano e sua dinâmica arquitetônica. Mas também implica na prática da pesquisa e coleta de dados de Juazeiro do Norte relacionados aos objetivos do estudo. Essa cidade consiste no recorte espacial e empírico da pesquisa.

A pesquisa empírica busca dados relevantes e convenientes obtidos através de experiências. Tem como objetivo chegar a novas conclusões a partir da maturidade do(s) outro(s). A coleta de dados deverá ser feita a partir de fontes diretas.

A população da pesquisa consta de moradores contemplados no Programa de habitação Casa Verde e Amarela “Conjunto Habitacional São Sebastião I e II” no bairro Betolândia na cidade de Juazeiro do Norte. A presente pesquisa caracteriza-se como pesquisa descritiva, pois o objeto de estudo poderá ser descrito, de acordo com que acontece. Os dados e informações coletadas e as experiências poderão ser descritas no trabalho. Segundo Gil (2008, p. 10):

[...] a pesquisa descreve as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

A observação sistemática também se faz necessária, pois deve ser realizada a análise dos espaços urbanos e a característica arquitetônica da unidade habitacional por meio da observação, a pesquisa não consiste em uma categorização e classificação da arquitetura, mas sim em como a forma arquitetônica implica nas problemáticas de desenvolvimento urbano, bem como em questões sociais, ambientais e econômicas da população do conjunto habitacional Betolândia, e na cidade como um todo.

A pesquisa possui característica qualitativa, pois faz-se necessário mensurar e analisar as informações num nível de detalhe que a leitura quantitativa não permite realizar. Assim, procurando observar, analisar, escutar e interpretar da melhor maneira possível, tendo em vista a preocupação com a qualidade das informações resultantes do contato direto com os sujeitos da investigação. Pensando nisso, Silva e Mendes (2013, p. 207), contribuem:

A abordagem qualitativa baseia-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos a partir de suas representações, crenças, opiniões, percepções, atitudes e valores. Nela, há uma relação dinâmica e interdependente entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. Vários procedimentos são utilizados nessa abordagem, dentre os sujeitos se destacam: a observação, a entrevista, a história oral e a pesquisa documental [...].

A pesquisa de campo se faz indispensável, sendo fundamental às pretensões deste trabalho, à medida que favorece o entendimento do processo de produção diferencial do espaço por meio da observação sistemática e outras metodologias de pesquisa como citado acima, para o alcance dos objetivos e entendimento da pesquisa.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Juazeiro Norte está situada no extremo Sul do estado do Ceará, devido ao seu desenvolvimento econômico nas últimas décadas, atualmente é a principal cidade da RM Cariri. Sua economia é fortalecida pelos movimentos religiosos, onde muitos romeiros visitam a cidade em determinadas datas durante o ano, ligadas ao Padre Cícero. Nos últimos anos, o setor comercial e de serviços puxou o crescimento econômico.

[...] a cidade que emergiu a partir de um pequeno arraial circunscrito ao território do hoje vizinho município do Crato, desponta como a maior concentração urbana do Sertão cearense e uma das maiores do Sertão nordestino. Excetuando-se a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Juazeiro do Norte representa uma das centralidades principais do Estado e ocupa, assim como a cidade de Sobral, conforme o IBGE (2008), o posto de *capital regional*. Em um século de emancipação política, 101 anos para ser mais exato, o pequeno povoado de outrora contrariou todas as expectativas e alcançou uma condição privilegiada, tanto econômica quanto politicamente, não apenas no âmbito do Cariri, mas, também, no Sertão nordestino (QUEIROZ, 2013, p. 85).

Os espaços urbanos são produzidos em sua maioria sem planejamento ou injustamente planejados por uma parcela pequena da população que escolhe e define a vida de cada habitante. Com isso temos o resultado de cidades não democráticas em que seus acessos e usos públicos como um todo, poucos têm direito.

[...] O direito à cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso

individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. [...] (HARVEY, 2014, p. 28).

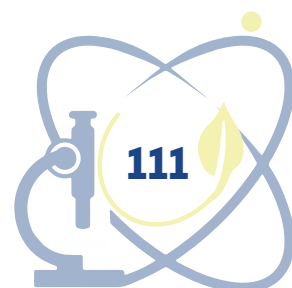
O Sistema Financeiro de Habitação (SFH) foi implantado em 1964, e desde então, a alternativa que o poder público encontrou para resolver o déficit habitacional, tem sido até hoje com a construção de conjuntos habitacionais populares. Porém essas habitações acabam gerando diversos outros problemas que dificultam a garantia do direito à cidade. Como afirma Lacerda, Marroquim e Andrade (2011, p. 309):

A padronização da construção acaba gerando moradias impessoais, sem referências com a diversidade de moradores que ali irão habitar. Além disso, as moradias são produzidas com ambientes e dimensões mínimas, visando diminuir o custo das obras.

A única preocupação do poder público é em baratear a obra e resolver de maneira direta o problema em questão, porém gerar essa padronização das residências se baseia em suposições sobre a vida dos moradores e isso gera mudanças pelos próprios moradores que acabavam intervindo internamente e externamente. Uma das primeiras proclamações dos moradores é em construir grandes muros e isso acaba gerando fachadas cegas que influencia diretamente na insegurança urbana e dificulta o uso das ruas e acessos públicos.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RESULTADO

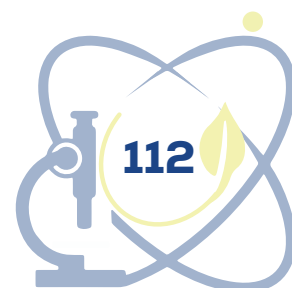
O Conjunto Habitacional São Sebastião I e II no bairro Betolândia em Juazeiro do Norte, conta com 781 unidades residenciais e foi feita de forma horizontal. Em uma cidade, cuja demanda pela utilização mais concisa do solo urbano em virtude da alta demanda por moradias e da pequena extensão territorial do município, a escolha pela horizontalidade pode ter sido equivocada. Porém, essa confirmação só pode ser atestada com a documentação referente às articulações e reuniões com vistas à implementação do conjunto que, infelizmente, não foram encontrados e nos documentos analisados não há justificativa pela escolha da horizontalidade nesses conjuntos.



Na pesquisa de campo a partir das visitas *in loco* se constatou a necessidade de se envolver a população mais diretamente em todo o processo de uma política habitacional como o Casa Verde e Amarela, a fim de que problemáticas socioambientais e econômicas das famílias sejam consideradas e atenuadas.

Não houve cuidado no desenho urbano do conjunto habitacional quanto ao alinhamento com os arruamentos existentes nos bairros próximos, desconsiderando premissas importantes de planejamento urbano. Outra das problemáticas é que o local é bem distante dos bairros com centralidade comercial e de serviços e, paralelamente, não foi previsto em projeto lotes comerciais, fazendo com que os moradores tenham dificuldade ao acesso de materiais necessários no dia a dia, além de não gerar emprego próximos às moradias. A mobilidade também é uma questão a ser repensada, tendo-se em vista que esses habitantes encontram dificuldade em deslocamento e mobilidade também devido a localidade do Conjunto Habitacional e a baixa oferta de linhas de transporte coletivo que contemplem a área. É notável também que as ruas não foram pensadas para pedestres e transportes públicos. São ruas simples de uso único que acaba dificultando cada vez o uso da cidade quanto a mobilidade urbana em que respeite a hierarquia dos transportes e pessoas, bem como pensar em uma cidade que seja mais confortável priorizando o transporte público.

Diante do que foi discutido no trabalho, é possível elencar diversas problemáticas urbanas que impactam nos Conjuntos Habitacionais São Sebastião I e II, dentre elas: Incapacidade de proporcionar qualidade de vida a maioria dos usuários; Desperdício e subutilização do solo urbano pela tipologia individual térrea; Subutilização da infraestrutura instalada; Não contribuição com o desenho qualificado da paisagem; Prioriza, na configuração espacial, mais o transporte individual com mais vias locais nos espaços internos dos loteamentos em detrimento de vias para pedestres capazes de promover áreas de convívio coletivo; Não prevê áreas para geração de emprego e renda no desenho urbano; Reproduzir ambientes sem identidade, massificação e que contribui muito pouco para a autoestima dos moradores.



5 CONCLUSÕES

Percebe-se que não há muito cuidado em atender a necessidade de habitação em Juazeiro do Norte. Simplesmente constroem unidades habitacionais, selecionam as famílias e decidem que o problema foi resolvido. Porém, quando não é feito da maneira correta, a cidade acaba desenvolvendo diversas outras problemáticas. As construções habitacionais devem ser planejadas por aspectos qualitativos de produção espacial. Visto que, há implicações sociais, ambientais, entre outras, que interferem no cotidiano da população. E devido à essas questões essenciais, é necessário que se tenha um bom partido urbanísticoarquitetônico dessas habitações, para que reduza consideravelmente os problemas urbanos.

REFERÊNCIAS

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Demanda Habitacional no Brasil**. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-documentos-gerais/demanda_habitacional.pdf. Acesso em: 24 ago. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 27-67.

IBGE. **IBGE Cidades: Dados Demográficos, 2021. Brasil, 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em: 24 ago. 2022.

QUEIROZ, I. S. **A Metrópole do Cariri: Institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do crajubar**. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal do Pernambuco, Recife-PE, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11043>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SILVA, J. M.; MENDES, E. P. P. Pesquisa qualitativa: aplicações nos estudos rurais. In: **Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, p. 207-221. ISBN 978-85-7511-443-8. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hvsdh/pdf/marafon-9788575114438-13.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2022.

ASPECTOS LEGAIS DA VIOLAÇÃO DE DADOS EM REDES SOCIAIS: UM EXAME DO TIKTOK À LUZ DA LGPD

Ingrid de Alencar Grangeiro¹

Larissa Maria de Souza Coêlho²

RESUMO

O presente trabalho se trata de uma pesquisa bibliográfica e exploratória que aborda a relação entre a violação de dados pessoais dos usuários por parte da aplicação TikTok e os questionamentos a respeito da aplicabilidade e eficiência Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A pesquisa realizada, constatou a importância da LGPD no resguardo dos direitos fundamentais da privacidade e da liberdade frente às violações de dados pessoais na era digital.

Palavras-chave: Tecnologia; TikTok; Violação de Dados; LGPD.

1 INTRODUÇÃO

A popularização de plataformas virtuais que objetivam conectar pessoas através da troca de informações pessoais resultou na diminuição das barreiras entre o público e o privado. Por efeito dessa fragilidade advinda da exposição, criou-se um ambiente propício para a violação de direitos fundamentais instituídos pela Constituição Federal de 1988, dentre eles os direitos à privacidade e à liberdade (SILVA *et al.*, 2021).

Devido à natureza contemporânea da Internet, há uma deficiência legislativa e jurídica quanto a formas eficazes para regulamentação dos fenômenos relacionados ao meio virtual, como a proteção de dados de usuários de redes sociais (PECK, 2020).

¹ Discente do Curso de Direito da UniFAP. E-mail: ingridalencarde@gmail.com

² Discente do Curso de Direito da UniFAP. E-mail: larissacoelho910@gmail.com

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva explorar a urgência do debate acerca da transparência no processo de tratamento de dados, através da análise da relação entre o TikTok, acusado de absorver dados de seus titulares sem seu consentimento, e a legislação pátria abordando as consequências da política de tratamento de dados da empresa estrangeira à luz da Lei Geral de Proteção de Dados.

Diante do exposto, o projeto tem como pergunta de pesquisa: Qual a repercussão da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), desenvolvida com a finalidade de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade do indivíduo, com a conduta da empresa TikTok de rastrear as teclas digitadas pelos usuários, sem seu consentimento?

2 METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e exploratório, a respeito da coleta não consentida de dados por parte da aplicação TikTok e sua repercussão frente à legislação pátria. A pesquisa foi executada, em primeiro momento, em sites como Folha de São Paulo e The Guardian, onde foram encontrados reportagens acerca da conduta da empresa, intituladas respectivamente, “TikTok pode rastrear as teclas digitadas pelos usuários, de acordo com uma nova pesquisa” e “TikTok Has Been Accused of “Aggressive” Data Harvesting. Is Your Information at Risk?”³.

Realizou-se também buscas na base de dados do Google Acadêmico, analisado materiais publicados de relevância para a temática que fossem escritos em língua portuguesa e possuíam em seus títulos ou resumos os descritores “TikTok”, “Tratamento de dados” e “LGPD”. Ademais, buscaram-se informações em instituições de pesquisa e estatística como OpinionBox e Statista, referentes ao uso da Internet e especificamente a popularidade da aplicação TikTok em território brasileiro.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Os avanços da tecnologia são um marco para o desenvolvimento da

³ “TikTok é acusado de coleta “agressiva” de dados. Suas informações estão em risco?” (Tradução livre).

humanidade, entretanto, junto às novas tecnologias, também surgem novas problemáticas. Nessa perspectiva, houve a criação da Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014, também chamada de Marco Civil da Internet e da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, popularmente conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados. Tais leis visam criar um ecossistema cibernético mais seguro, através da proteção das informações pessoais e o resguardo dos direitos fundamentais.

A LGPD possui forte influência do modelo europeu de proteção de dados, que considera os sistemas de tratamento de dados como ferramentas a serviço do Homem (EUROPA, 1995). Assim, a LGPD surge a fim de regular o uso dos dados pessoais de pessoas naturais por entidades jurídicas de direito público e privado. Nesse contexto, não há a proibição do armazenamento de dados pessoais de terceiros pelos entes jurídicos, mas sim a imposição de parâmetros para o armazenamento e compartilhamento seguro e transparente dessas informações (GARCIA, 2020).

O documento legal foi produzido a partir de noções como o respeito à privacidade, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem, assim como o resguardo aos direitos humanos e ao livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade. Conjuntamente a essas premissas, a LGPD possui princípios para o tratamento de dados pautados na boa-fé, são alguns desses os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade e da transparência (BRASIL, 2018).

A LGPD, em seu artigo 5º, se dispõe a definir o dado pessoal como toda informação que identifique ou possa ser usada para identificar uma pessoa natural, sendo essa denominada a *titular* desses dados (BRASIL, 2018). Ainda no tópico, o inciso II do mesmo artigo convém para a diferenciação dos dados pessoais e dos dados sensíveis, sendo esses últimos referentes às características da personalidade do indivíduo e suas escolhas pessoais, tais como origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, biometria e dados genéticos (PECK, 2020).

Diante do exposto, destaca-se a importância do debate acerca da violação de dados pelas redes sociais. A aplicação Tiktok, pertencente à companhia de tecnologia chinesa ByteDance, é uma rede social voltada ao compartilhamento de vídeos curtos. Segundo levantamento realizado em 2022, o Tiktok obteve sucesso massivo entre o público mais jovem, somando mais 4,72 milhões de

usuários só no Brasil (OPINIONBOX, 2022).

Por outro lado, a aplicação é envolta em diversas controvérsias acerca de suas políticas de privacidade. No caso mais recente, relatado pela Folha de São Paulo, a plataforma foi acusada de violar os dados de seus clientes. Uma pesquisa realizada por Félix Krause, ex-engenheiro da Google e pesquisador na área de privacidade de dados, revelou que o aplicativo possui uma funcionalidade que lhe permite rastrear as teclas digitadas por seus usuários dentro do aplicativo e no navegador embutido na aplicação (MOZUR, 2022; KRAUSE, 2022).

Essa não é a primeira vez que o aplicativo é implicado em uma polêmica envolvendo a invasão de dados de seus consumidores. Um levantamento elaborado pela empresa de cibersegurança Internet 2.0, demonstrou através da análise do código-fonte do Tiktok, que a aplicação possui uma abordagem mais agressiva do que suas concorrentes quando o assunto é coleta de dados. Nesse sentido, é delimitado por padrão que o usuário forneça mais permissões que o necessário para o pleno funcionamento da plataforma, fazendo assim, com que o Tiktok, mesmo não apresentando um propósito direto para a coleta desses dados, tenha acesso a eles (TOUMA, 2022).

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diferentemente do Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados discorre especificamente sobre a coleta, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, sendo a primeira norma focada no tema em âmbito nacional. A LGPD define um *standard*, isto é, um modelo a ser seguido para que as condutas das empresas em relação aos dados de seus clientes estejam enquadradas dentro da legalidade (TEPEDINO, 2022).

Primeiramente, Félix Krause observou que não é atípico que grandes plataformas como o Facebook e o Instagram rastreiem a atividade de seus usuários. No entanto, o pesquisador afirma que o Tiktok vai além do simples rastreamento, pois enquanto as outras aplicações coletam dados acerca de quais sites foram visitados e quais produtos retiveram a atenção de seus usuários por mais tempo, o Tiktok acompanha todos os caracteres digitados por seus clientes (MOZUR, 2022).

Dessa forma, esse tipo de rastreamento permite que sejam catalogadas informações sensíveis como dados de logins em outros sites, assim como senhas e números de cartão de crédito. Assim, fazendo com que seus usuários estejam mais vulneráveis a golpes bancários e aos golpes de *phishing* (e-mail que aparenta ser uma empresa legítima, mas objetiva roubar informações pessoais do destinatário) ou *ransomware* (os dados são criptografados ou seu sistema operacional é bloqueado por cibercriminosos).

Ademais, a LGPD discorre sobre as operações de tratamento de dados ocorridas no estrangeiro. Consoante seu artigo 3º, inciso III, há a aplicação da LGPD nos casos em que os dados são coletados em território nacional e tratados somente no exterior. São considerados coletados no Brasil os dados cujo titular se encontrava no país no momento da coleta (BRASIL, 2018). Isto posto, conclui-se que a conduta do Tiktok deve ser regulamentada pelo regimento pátrio, dado que, apesar da empresa possuir sede na China, onde ocorre o tratamento dos dados, esses são apurados em solo nacional.

A análise da conduta abusiva exposta na matéria do jornal Folha de São Paulo, demonstra que a empresa violou o princípio da finalidade presente no artigo 6.º, inciso I, da norma, enquanto coletou dados de forma excessiva e sem apresentar um propósito legítimo, específico e de conhecimento de seus titulares. Essa atuação está diretamente correlata a infração do princípio da necessidade, que dispõe que o agente de tratamento deve coletar somente dados essenciais para realização de suas finalidades. Além disso, cabe falar sobre o princípio da transparência, visto que o TikTok não elucidou a motivação por trás da funcionalidade que capta os caracteres digitados por seus clientes, ou o objetivo da coleta dessas informações (BRASIL, 2018).

É imperativo salientar que a LGPD adota a teoria da responsabilidade civil subjetiva, ou seja, se analisa a conduta da empresa e sua conformidade, ou ausência dela, com os parâmetros estabelecidos pela norma, não considerando a intenção direcionada do agente de modo abstrato (TEPEDINO, 2022). Nessa ótica, a empresa TikTok pode ser responsabilizada civilmente quanto o rastreamento indevido dos dados coletados sem a ciência de seus clientes, isso se dá, pois essa conduta, por si só, já configura uma violação à LGPD.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se que é necessário cautela no que diz respeito ao tratamento de dados dos usuários de redes sociais. Na medida que a coleta dessas informações de maneira abusiva, como evidenciado na prática do TikTok, torna os clientes mais expostos e, conseqüentemente, mais suscetíveis a violação de sua intimidade e liberdade, sendo assim, uma afronta aos direitos fundamentais e aos padrões de segurança delimitados pela Lei Geral de Proteção de Dados.

Isto posto, o trabalho em foco objetivou analisar o tópico da violação dos dados pessoais e seus efeitos perante a legislação nacional. Salientando as inovações trazidas pela Lei nº 13.709/2018, que concerne à regulamentação do processo de tratamento de dados de pessoas naturais, estipulando padrões para que esse ocorra dentro dos limites da boa-fé e assim resguardando os direitos fundamentais da privacidade e da liberdade frente às violações de dados pessoais na era digital.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Lei nº 13.709/2018**. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL, Marco Civil da Internet. **Lei nº 12.964/2014**. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 19 ago. 2022.

DEGENHARD, J. "Social Media User Worldwide 2020, by Country". **Statista**, [s. l.], 20 Jul. 2021. Disponível em: www.statista.com/forecasts/1145300/social-media-user-by-country. Acesso em: 24 ago. 2022.

GARCIA, L. R. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):** Guia de implantação. [S. l.]: Editora Blucher, 2020. *E-book*. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555060164/>. Acesso em: 22 ago. 2022.

KRAUSE, F. **iOS Privacy:** Announcing InAppBrowser.com - see what JavaScript commands get injected through an in-app browser. 2022. Disponível em: <https://krausefx.com/blog/announcing-inappbrowsercom-see-what-javascript-commands-get-executed-in-an-in-app-browser>. Acesso em: 21 ago. 2022.

MOZUR, P. TikTok Pode Rastrear Dados Digitados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 ago. 2022. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/amp/tec/2022/08/tiktok-pode-rastrear-as-teclas-digitadas-pelos-usuarios-de-acordo-com-uma-nova-pesquisa.shtml. Acesso em: 21 ago. 2022.

PECK, P. **Proteção de dados pessoais**. [S. l.]: Editora Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553613625/>. Acesso em: 23 ago. 2022.

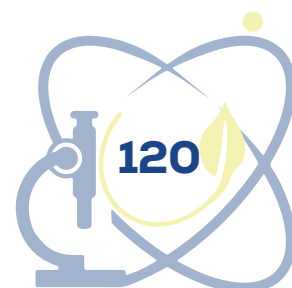
SALGADO, D. TikTok No Brasil: Pesquisa Revela Dados Surpreendentes Sobre Os Usuários. **Blog Opinion Box**, [s. l.], 28 de jun. de 2021. Disponível em: blog.opinionbox.com/pesquisa-tiktok-no-brasil/. Acesso em: 22 ago. 2022.

SILVA, W. L.; SILVA, C. M.; MATEUS, C. R.; ROCHA, G. K. S.; CRUVINEL, L. I. A.; SILVA, M. F. R. Aspectos Jurídicos Da Exposição De Dados Pessoais Na Internet E A Sua Relação Com O Direito Fundamental À Privacidade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], v. 7, n. 10, p. 2638–2654, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i10.2906. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/2906>. Acesso em: 24 ago. 2022.

TEPEDINO, G.; TERRA, A. M. V.; GUEDES, G. S. C. **Fundamentos do Direito Civil: Responsabilidade Civil**. v. 4. [s. l.]: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643967/>. Acesso em: 20 ago. 2022.

TOUMA, R. “TikTok Has Been Accused of “Aggressive” Data Harvesting. Is Your Information at Risk?”. **The Guardian**, [s. l.], 19 Jul. de 2022. Disponível em: www.theguardian.com/technology/2022/jul/19/tiktok-has-been-accused-of-aggressive-data-harvesting-is-your-information-at-risk. Acesso em: 23 ago. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. **Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho**. 1995. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=celex%3A31995L0046>. Acesso em: 23 ago. 2022.



INTEGRAÇÃO METROPOLITANA DE JUAZEIRO DO NORTE SOB A PERSPECTIVA DE EX-PREFEITOS

Daniel de Souza Rocha¹

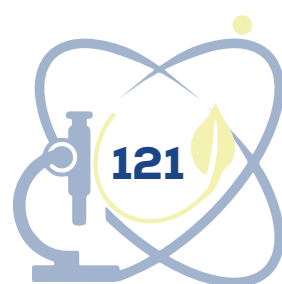
Diego Coelho do Nascimento²

RESUMO

O presente resumo expandido refere-se à uma breve abordagem acerca da percepção dos atores políticos-institucionais (ex-prefeitos) de Juazeiro do Norte, no período compreendido entre 2009 e 2020, sobre o processo de integração metropolitana. A discussão do tema parte da compreensão dos ex-prefeitos quanto ao incentivo e atuação de suas respectivas gestões no município no tocante a ações metropolitanas com outros municípios. Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizamos para além da consulta de bibliografia a partir de textos diversos sobre o tema, além da realização de duas entrevistas estruturadas com posterior análise do discurso. Para suporte dos resultados, foram verificadas as ações ditas pelos gestores e as realizações do Poder Executivo Municipal no período de suas respectivas gestões além de uma breve abordagem acerca da necessidade e relevância da integração para o desenvolvimento das relações interfederativas. Por fim, diante da reflexão é notado a falta de integração metropolitana de Juazeiro do Norte com os demais municípios da Região Metropolitana do Cariri e como essa falta de integração se deve à ausência de uma visão compartilhada entre os atores político-institucionais. Sendo identificado, com isso, que a falta de articulação entre os atores políticos é o principal motivo da falta de avanços na integração, e que o executivo municipal é o principal ator responsável por essa articulação.

¹ Graduando em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri (UFCA), Bolsista de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFCA). E-mail: daniel.rocha@aluno.ufca.edu.br

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Cariri (UFCA) atuando no curso de Administração Pública/Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Bolsista de Produtividade em Pesquisa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e Coordenador/Líder do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS). E-mail: diego.coelho@ufca.edu.br



Palavras-chave: Integração; Gestão municipal; Planejamento Urbano.

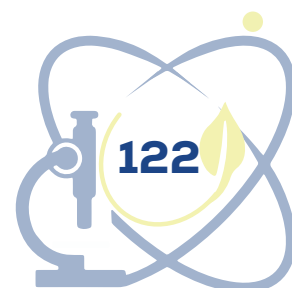
1 INTRODUÇÃO

Instituída em 2009 pelo governo estadual, estabelecida através da Lei Complementar nº 78, em 26 de junho de 2009, composta pelo município de Juazeiro do Norte e mais oito cidades, aos quais se destacam ainda Crato e Barbalha que juntos formam o aglomerado urbano denominado de Crajubar. A Região Metropolitana do Cariri surge, segundo a Secretaria das Cidades (CEARÁ, 2022), a partir da necessidade de reduzir as disparidades econômicas e sociais entre a capital e o interior, principalmente frente a expansão do desenvolvimento desigual do triângulo Crajubar.

Em se tratando do desenvolvimento urbano, a partir de uma observação mesmo que superficial das últimas décadas sobre o contexto metropolitano das regiões do país, percebe-se que houve profundas mudanças na natureza. O que por sua vez infere diretamente na maneira como foram/são construídas as políticas públicas de planejamento urbano e territorial.

O próprio contexto da criação da RM Cariri revela uma conturbada realidade melindrada pela desigualdade Inter e Intra-regionais corroborada por um complexo momento de crise. Segundo, Silva e Nascimento (2020), a criação de áreas ou regiões metropolitanas está relacionada à existência de uma unidade socioespacial que implicará na existência de problemáticas comuns que, por envolverem/impactarem a mais de um município circunscritos a RM, só podem ser solucionadas a partir da cooperação entre distintos entes federativos e territoriais por meio de serviços, políticas ou funções públicas de interesse comum.

Conceitualmente, embora haja uma multiplicidade de significados atribuídos ao conceito de região metropolitana, em consonância com a expressão legal impressa nos versos da Lei nº 13089/2015, mais conhecida como Estatuto da MetrÓpole, temos que a aglomeração urbana é compreendida como “a unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômica” (BRASIL, 2015, p. 1).



Nesse sentido, o presente texto discute a importância do processo de integração metropolitana a partir da ótica dos atores políticos-institucionais de Juazeiro do Norte no período compreendido entre o período de 2009 e 2020. Assim, o objetivo estabelecido para tal reflexão consiste em produzir uma discussão introdutória acerca da integração tendo em vista a dinâmica discursiva dos ex-prefeitos de Juazeiro do Norte acerca da integração municipal em suas respectivas gestões.

Vale ressaltar que, o presente trabalho é um desdobramento de um Projeto de Pesquisa maior realizado desde 2020 no âmbito do Laboratório de Estudos Urbanos, Políticas Públicas e Sustentabilidade (LAURBS), intitulado: “Planejamento Urbano e Territorial em Juazeiro do Norte – CE: Repercussões e Inter-Relações na Região Metropolitana do Cariri”. Sua realização tem como objetivo central, analisar o processo de ordenamento e planejamento territorial do município de Juazeiro do Norte – CE no pósEstatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001) e as repercussões e inter-relações desse processo sobre a organização espacial e institucional da Região Metropolitana do Cariri.

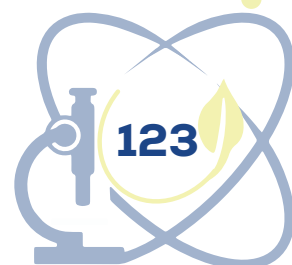
2 OBJETIVO

Compreender como o processo de integração metropolitana de Juazeiro do Norte é percebido pelos atores políticos-institucionais a partir do discurso dos ex-prefeitos do município.

3 METODOLOGIA

Utilizou-se para a elaboração da presente análise com foco na percepção dos atores políticos-institucionais sobre o processo de integração na gestão municipal. O estudo usou de dados primários no que se refere à percepção dos ex-prefeitos que atuaram entre 2009 e 2020 na gestão municipal, colhidos por meio da aplicação de duas entrevistas estruturadas realizadas entre fevereiro e março do decorrente ano (2022), bem como de arcaibouço documental utilizados para alicerçar as ações objetivadas.

Nesse sentido, as indagações: “Durante a sua gestão municipal, existiram tentativas de diálogo e planejamento conjunto com outros municípios da RM



Cariri para a formulação de convênios, consórcios, acordos e/ou planejamentos territoriais? Caso não, quais os motivos da não consolidação dessas articulações e parcerias regionais?"; e, "A sua gestão em alguma medida contribuiu para essa articulação em prol da criação do aterro sanitário consorciado do Cariri? Caso não, qual a sua visão em relação à proposta do aterro sanitário consorciado do Cariri? Na sua opinião, qual o motivo do aterro ainda não ter sido construído?", foram indagações que conduziram as reflexões explanadas no presente trabalho.

Assim, no âmbito exploratório, foram realizadas duas entrevistas estruturadas, sendo posteriormente feita a análise de seus resultados a partir da dimensão da integração – dedicada a identificar qual a percepção dos atores políticos em relação ao processo de integração no âmbito municipal.

É importante ressaltar que, dado o tema aqui tratado, é complexo abordar de forma que atinja todos os atores que compõem o cenário municipal relativo à integração. Portanto, analisou-se apenas a perspectiva dos agentes do executivo municipal, com base nos dados já consolidados sobre o seu discurso. Sendo assim, é relevante que novas pesquisas possam ser realizadas no âmbito municipal no que concerne a integração para constatar a perspectiva dos demais atores envolvidos neste processo.

4 RESULTADOS

O assunto do presente artigo começou a ser discutido após a sistematização das locuções coletadas em uma das etapas do projeto de pesquisa mencionado anteriormente. Assim, tendo em vista que os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha vivenciam um fenômeno de conurbação, o que significa que essas cidades se fundem cada vez mais em relação aos seus espaços físicos e suas atividades econômicas/sociais/públicas. Foi indagado sobre se houveram tentativas de diálogo e planejamento conjunto com outros municípios da RM Cariri para a formulação de convênios, consórcios, acordos e/ou planejamentos territoriais na gestão municipal dos gestores.

Nesse sentido, outra indagação sugestiva dirigida aos ex-prefeitos do município foi relativa às articulações para a criação do aterro sanitário consorciado do Cariri, visto que há alguns anos as prefeituras da RM Cariri debatem e tentam gerar articulações para a criação dele, atendendo, assim,

às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Porém, dentre outras questões, o local onde esse aterro será destinado causou inúmeros dissensos. O que por si explica o fato desse aterro sanitário ainda não existir. Dito isso, foi posto o questionamento sobre o se a gestão do respectivo ator em alguma medida contribuiu para essa articulação em prol da criação do aterro sanitário consorciado do Cariri e qual a sua concepção em relação à proposta do aterro sanitário consorciado do Cariri.

No Quadro 1 constam as perguntas e alguns trechos comentados pelos atores políticos abordados durante a análise da dimensão da integração sob a ótica dos ex-gestores municipais de Juazeiro do Norte.

Quadro 1 – Opinião dos ex-prefeitos de Juazeiro acerca do processo de integração urbana

Perguntas	Durante a sua gestão municipal, existiram tentativas de diálogo e planejamento conjunto com outros municípios da RM Cariri para a formulação de convênios, consórcios, acordos e/ou planejamentos territoriais? Caso não, quais os motivos da não consolidação dessas articulações e parcerias regionais?	A sua gestão em alguma medida contribuiu para essa articulação em prol da criação do aterro sanitário consorciado do Cariri? Caso não, qual a sua visão em relação à proposta do aterro sanitário consorciado do Cariri? Na sua opinião, qual o motivo do aterro ainda não ter sido construído?
Gestor A	<p>“Nós temos por iniciativa do governo alguns consórcios, consórcio de saúde que abrange outras cidades também, mas a cidade de Juazeiro, Crato e Barbalha, sobretudo, elas são responsáveis por uma população superior a 2 milhões de habitantes eu acho que nós não deveríamos ter o isolamento, deveríamos ter um tratamento que pudesse o cidadão que morasse em Barbalha na hora que tivesse em Juazeiro e senti sua necessidade pudesse se tratar no Juazeiro.”</p> <p>“(…) Isso é um pensamento que eu já imaginava anteriormente, mas quando a gente chega lá dentro é tanta coisa para fazer que a gente termina por não lembrar.”</p>	<p>“Houve. Muito foi dito. Eu fui contra pela demora de como eu falei a pouco tempo de 10, 12 anos. Agora mais recente veio novamente com a promessa de que isso ia ter, ia acontecer. Lamentavelmente eu não conheço nenhum projeto que demore tanto tempo assim e tenha encerrado em solução. Então eu acho que tem faltado atenção. Vontade política deve ter, mas tem faltado atenção para esse projeto? Tem! E é um dos principais que a gente precisa, porque é inadmissível que em pleno século XXI que a gente padeça com as mesmas dificuldades de séculos XIX, sei lá quanto tempo.”</p>

<p>Gestor B</p>	<p>“Existia sim, a gente tentou consorciar para resolver algumas gestões. O exemplo mais interessante disso foi o consórcio da saúde”.</p> <p>“Essa questão da área da saúde é onde ele se dá melhor (...)”</p> <p>“Essas ações precisam ser planejadas, discutidas e planejadas, a gestão da saúde a gente tem uma troca de prestação de serviços bem importante.”</p> <p>“O Aterro Sanitário nós planejamos, nos reunimos e na parte de Juazeiro a gente atendia qualquer parte de proposta de encaminhamento, mas não resolvido porque toda vez que se definia um local aparecia algum obstáculo.”</p>	<p>“Nós fizemos várias reuniões e na hora de dar o encaminhamento, votar a solução do problema, a gente sempre estava a favor da solução que era proposta, mas tinha sempre alguém contrário.”</p> <p>“(…) se criava um empecilho ambiental, da questão do solo que iria contaminar o lençol freático e que ia ter uma coisa ou outra, mas sempre tinha um pretexto para fazer a confusão. Eu acho que muitas vezes era por gestão política (...)”</p> <p>“Na minha opinião são empreendimentos lucrativos (...). Eu não vi como o pessoal não conseguia pensar uma maneira de gestão compartilhada entre os municípios se fosse um empreendimento público.”</p>
------------------------	---	--

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do LAURBS (2022).

Diante do quadro acima, vemos que a falta de planejamento é um dos principais entraves ao desenvolvimento das ações desenhadas pela gestão municipal. Nesse caso, o município não consegue desenvolver ações de integração eficientes quando há falta de planejamento integrado. Ou seja, como resultado, um primeiro aspecto a ser ressaltado é o planejamento, pois as ações ficam fragmentadas e não atingem seus objetivos de forma eficiente caso não o tenha. O planejamento é, portanto, fundamental para o sucesso das ações integrativas na esfera municipal.

Tendo em vista que basicamente as duas perguntas sobre a integração municipal de Juazeiro compreendem a RM Cariri em uma questão e a outra reflete o aterro sanitário enquanto proposta e ação integrativa entre os municípios da RM Cariri. O consórcio pretende em si garantir a integração de diferentes setores de uma área específica, no caso o de saúde. Isto torna possível a realização de ações em conjunto, o que aumenta a eficiência e a efetividade das mesmas. O consórcio também facilita o acesso às informações, uma vez que os diferentes setores estão integrados. Porém, analisando as respostas dos atores, vê-se que o consórcio (tomando por exemplo o consórcio de saúde utilizado pelos atores) sozinho não é garantia de integração, mas é um passo na direção certa.

Integração é um processo que deve acontecer antes da ação, estando presente durante o planejamento em termos de discussão e troca de prestação de

serviço, até a execução da ação. Às vezes, esse processo é objeto de esquiva da gestão municipal, como evidenciado com o Consórcio Intermunicipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (COMARES), pela dificuldade de se chegar a um consenso, por exemplo, na hora de decidir sobre sua localização.

A discussão política é apontada como um dos principais obstáculos para a consolidação do consórcio, o que demonstra que os interesses políticos são o principal determinante do nível de integração entre os municípios. Isso pode ser percebido a partir das manifestações destacada por ambos os atores quando questionados sobre o COMARES.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se, desde a reflexão sobre o discurso dos atores estudados, que o principal motivo da não consolidação das articulações e parcerias regionais que possibilitam a efetivação da integração metropolitana é a falta de uma visão compartilhada entre os atores político-institucionais. Ou seja, a falta de articulação política-institucional é o principal motivo da falta de avanços na integração metropolitana, e que o executivo municipal é o principal ator responsável por essa articulação.

Em outras palavras, a falta de articulação político-institucional é o principal motivo da falta de avanços na integração metropolitana, sendo o executivo municipal o principal ator responsável por essa articulação. Portanto, é de suma importância aprofundar a análise dos resultados desta pesquisa, bem como realizar outras análises que possam estimular o desenvolvimento e o conhecimento sobre a área.

Dito isso, é importante destacar que esse é apenas um breve ensaio sobre o assunto e que não pretende, tampouco poderia satisfazer a carência sobre o assunto. Sugere-se, portanto, que outros estudos possam ser realizados sob a ótica da integração para um preciso diagnóstico dos problemas que interferem no seu desenvolvimento. Por exemplo, uma análise a partir do diálogo com o atual prefeito e outros atores do executivo municipal a fim de identificar os principais obstáculos à integração e suas possíveis soluções, apresenta-se como uma estratégia válida para a identificação hodierna das razões que justifiquem a ausência de uma visão compartilhada entre os atores político-institucionais.

Em outras palavras, a falta de articulação político-institucional é o

principal motivo da falta de avanços na integração metropolitana, sendo o executivo municipal o principal ator responsável por essa articulação. Portanto, é de suma importância aprofundar a análise dos resultados desta pesquisa, bem como realizar outras análises que possam estimular o desenvolvimento e o conhecimento sobre a área.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio concedido pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e pela Universidade Federal do Cariri, por meio da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI) as atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 ago. 2022.

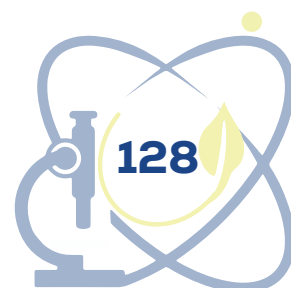
BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade, Brasília, DF. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.089/2015**. Institui o Estatuto da MetrÓpole, altera Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. Brasília, DOU, 2015.

CEARÁ. Secretaria das Cidades do Estado Do Ceará – SCIDADES. **Região Metropolitana do Cariri**. Site da Secretaria das Cidades. 2022. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/regiao-metropolitana-do-cariri/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa populacional Juazeiro do Norte**, 2021.

SILVA, F. R. M.; NASCIMENTO, D. C. Funções Públicas de Interesse Comum e Governança na Região Metropolitana do Cariri. **Redes**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 1096-1122, 28 set. 2020. APESC - Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul. DOI: <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v25i3.15246>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552067996010/html/>. Acesso em: 18 ago. 2022.



A CIDADE MARGINAL: CORPOS, ESTÉTICA E MUSICALIDADES NA COMUNICAÇÃO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE

Acácio Morais Silva

1 INTRODUÇÃO

O presente resumo apresenta um recorte do estudo “(In)visibilidades urbanas: perspectivas comunicacionais e estéticas da imagem de Juazeiro do Norte atual”. Este tem como enfoque documentar as expressões narrativas marginais de Juazeiro do Norte, em especial, as manifestações artísticas de rua e obras audiovisuais, como elementos midiáticos invisibilizados.

Neste percurso, tivemos como diretriz exploratória o conceito de marginalidade, para além do seu sentido opressor. O referencial bibliográfico foi desenvolvido atrelado aos conceitos relacionados à pesquisa. Após esta etapa, observamos as formas da cidade marginal e sua comunicação efetiva nas ruas, prédios e corpos presentes nos espaços.

O projeto desenvolvido tem relevância quanto à representação dos sujeitos, espaços e estéticas marginais: corpos, linguagens e expressões artístico-musicais. Visibilizar as composições estético-marginais da cidade que são mascaradas pela imponência de imagens e monumentos, traz para a pesquisa observações de lugares e corpos não-hegemônicos.

2 METODOLOGIA

O Memorial Padre Cícero é um monumento histórico e cultural da cidade de Juazeiro do Norte, no Ceará, O local documenta parte da vida do patriarca da cidade, o Padre Cícero. Trata-se de uma figura emblemática na construção política, social e religiosa do município. Entretanto, em relação a contextos sócio-espaciais, o Memorial participa de uma dinâmica central de poder, que promove

determinadas invisibilidades urbanas, como também estéticas.

Entendemos “margem/marginalidade” conforme conceituada pelo pensador brasileiro Eduardo Coutinho (2014, p. 38), referindo-a como uma “determinação social”. Isso se tornou significativo para, a partir de escritas, fichamentos e entrevistas, montarmos um mapa conceitual que se divide em cinco especificidades marginais: contra-hegemonia, espaço crítico de resistência, corpo marginal/malandro, linguagem situada e estéticas periféricas.

Estes nos levam às (in)visibilidades marginais que transfiguram o local do Memorial. Com isso, foram identificados os movimentos (sociais e estéticos) que promovem a marginalidade no Memorial Padre Cícero. Chegamos a Jhonny MC (rapper caririense), representando a Batalha do Cangaço (evento que é semanalmente realizado ao lado do Memorial Padre Cícero), e Fiama Vieira, representando a produtora Green Valleys, localizada na mesma cidade. E, através de entrevistas, conseguimos chegar ao último sujeito de pesquisa: Johnny Positive, artista da região do Cariri, *rapper* e integrante da Green Valleys.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo foi estruturado sob a ótica teórico-conceitual de margem/marginalidade, que, como vimos, para o pensador Eduardo Coutinho (2014, p. 38), “é uma determinação social”. Ao pensar especificamente sobre o lugar que destacamos, Cristina Holanda (2018) expõe que o Memorial Padre Cícero se apresenta como uma ferramenta cultural que paira sobre a cidade, capaz de incentivar a tradição e peregrinação da fé.

Voltado para um olhar de cidade entrelaçado às relações de poder, Harvey (2013) nos fala dos “fragmentos fortificados” presentes na cidade, dialogando com os estudos de Carvalho e Mariani (2017), que apontam a “segregação sócio-espacial” (2017, p. 913), reiterando o poder como algo ainda presente na constituição da cidade, tornando determinada parte como marginal.

Gomes e Pereira (2001) trazem o pensamento da invisibilidade elaborada socioculturalmente, que, em termos espaciais, compreende a margem como só existente devido a um mascaramento. Para os autores, a invisibilidade é uma “elaboração sociocultural que é apresentada à realidade como uma realidade

plena e natural". É o que vemos no caso do Memorial, impondo poder social através da sua robusta construção. De forma paralela, as estéticas periféricas, como falam Carvalho e Mariani (2017), contribuem para o entendimento do espaço como agente formador de periferias que dinamizam o espaço, deixando a margem múltipla.

Ratts (2009), nesse aspecto, aborda o corpo como elemento primordial para o espaço, já que é este que o desenha. Além desses pensadores, nosso arcabouço teórico contou com as noções de "margem" dos autores bell hooks (2019) e Ibanez (2016), que complementam a percepção do marginal para além de um sentido único e opressor, sendo também enriquecido por resistências à hegemonia.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a apuração das informações de pesquisa, notamos a marginalidade não só como uma determinação social, mas como uma forma de resistência que ainda permeia nos arredores do Memorial Padre Cícero. Johnny Positive e Green Valleys promovem suas narrativas identitárias e suas relações com o espaço. Ambos se autodeclaram marginais e contra-hegemônicos, tendo em vista as suas existências sociais enquanto fora do centro.

Ao estudarmos os seus modos de linguagem, gírias e expressões, inclusive nas suas obras, estes sujeitos tendem a levar elementos linguísticos a um outro patamar, que é o de liberdade artístico-musical. Essa característica, advinda do *rap/reggae*, nos faz perceber que a linguagem situada no cotidiano é inerente à linguagem musical, convergindo-se em uma só.

Encontramos, em quatro músicas e seus respectivos videoclipes, signos representativos que somam para a construção marginal e estética da pesquisa. As músicas são: *Madrugada Juá City* (Bruno Rass e Johnny Positive), *Madrugada Juá City 2* (Johnny Positive, Bruno Rass, Alto Yuri e Skinny), *Ano do Rato* (Bruno Rass, Alto Yuri e Johnny Positive) e *Só querem ser nós* (Johnny Positive, Bruno Rass e Lucas Dazara).

A partir das leituras dos textos, fichamos através de citações, todas as partes que contemplavam o sentido teórico do trabalho, tendo em vista que estas serviram tanto nos reforços de escrita final, quanto nos pensamentos

em que cada autor pairava. Elencamos, neste percurso, cinco modos de pensar a marginalidade e a transfiguração do Memorial: contra-hegemonia, espaço crítico de resistência, corpo marginal/malandro, linguagem situada e estéticas periféricas. Alicerçadas nestes, as entrevistas foram elaboradas sob um viés investigativo para trilharmos os vieses que tensionam as margens existentes socialmente, num período de um mês e meio, elaborando e decupando ambas as entrevistas dos sujeitos citados.

A marginalidade resiste no Memorial e a arte promove esse elo comunicacional que habita os arredores de monumentos na cidade de Juazeiro do Norte. São corpos, sons e performances imagéticas que vivenciam e dinamizam as relações de poder dos espaços. Através dos audiovisuais, signos e representações sócio-espaciais e marginais vêm à tona através de corpos que desafiam percepções de centro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação marginal apresentada neste trabalho abrange elementos e signos da cidade de Juazeiro do Norte-CE, bem como a performance e estética de signos dos videoclipes da produtora de *rap* e *reggae* independente Green Valleys. Percebemos que a linguagem marginal, os signos, os símbolos e os cenários urbanos dispostos são elos comunicacionais propostos pelos músicos.

As músicas e análises de imagem servem como fontes interpretativas da dinâmica criativa da comunicação marginal, entendendo-a como lugar de pertencimento e resistência. A rua carrega a marginalidade, assim como a marginalidade está na rua. As resistências marginais ecoam, principalmente, das ruas, pois são nelas que o corpo marginal ensaia sua liberdade.

Relacionando os pilares atribuídos à marginalidade, as entrevistas com os sujeitos de pesquisa e suas músicas, chegamos à consideração de que há comunicação marginal possível, desafiando a mídia e imagens hegemônicas que são naturalizadas nos processos sócio-culturais urbanos. Destacar e interpretar alguns dos signos e significados das produções musicais de Juazeiro do Norte (corpos, poses, espaços, vestimentas, palavras, cenografia, iluminação, dentre outros) nos estimulou para outras possibilidades de olhar para a cidade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a toda confiança que foi depositada em mim, nesses últimos anos de bolsa PIBIC. Em especial à orientação e tutoria, e às agências de fomento que ainda estão resistindo para que a pesquisa continue sendo uma criação de saber.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, C. O.; MARIANI, C. N. Escritas marginais nas ruas: expressões do direito visual à cidade. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, Jan./Maio, p. 912-932, 2017.
- COUTINHO, E. G. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- GOMES, N. P. M.; PEREIRA, E. A. **Ardis da imagem**: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira. Belo Horizonte: Mazza Edições, Editora PUCMinas, 2001.
- HARVEY, D. A liberdade da cidade. *In*: HARVEY, D.; MARICATO, E. (org.). **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HOOKS, B. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. Tradução de Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019.
- HOLANDA, C. R. O Memorial Padre Cícero. *In*: ALMEIDA, R. R. **Memorial Padre Cícero e outras histórias**. Nova Olinda: Fundação Casa Grande Memorial do Homem Kariri, 2018.
- IBANEZ, M. R. Ressignificando a cidade colonial e extrativista. *In*: DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. (org.). Tradução de Igor Ojeda. **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- RATTS, A. **Traços étnicos**: espacialidades e culturas negras e indígenas. Fortaleza: Museu do Ceará - Secult, 2009.

AGROTÓXICOS E SAÚDE:

QUAL O CONHECIMENTO DOS ALUNOS DO CURSO DE DIREITO UNIFAP A RESPEITO?

Anna Shátya Santos Gonçalves Lima
Giovanna Maria Alves da Silva

1 INTRODUÇÃO

De forma geral, os agrotóxicos são compostos químicos sintetizados com o intuito de afastar as pragas e controlar as enfermidades que estes agentes podem trazer, visando um melhor e regular desenvolvimento de plantas e vegetais. Esses compostos podem ser utilizados no meio agrícola, em vários processos pertencentes às etapas do cultivo, como preparação e limpeza do solo; podem também ser usados em atividades não agrícolas, por exemplo, no controle das florestas brasileiras ou cuidados com lagos e rios. Todavia, apesar de supostas boas intenções, a atuação dos agrotóxicos contra as pragas pode afetar os humanos de forma nociva, não somente através do consumo da água contaminada e de alimentos cultivados em solos com o uso desses compostos, mas também através da sua inalação, ao serem pulverizados, ou com o contato direto com a pele do manipulador do produto. Nesse contexto, segundo o dossiê promovido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva em 2015, o Brasil se tornou um dos maiores consumidores dos agrotóxicos e desde 2008 permanece nesse posto, continuando a expor a população atual e futura do país a um grande risco, pois tais compostos podem causar danos aos genes humanos.

Estudo publicado neste ano de 2022 na revista científica *International Journal of Environmental Research and Public Health* sobre “Os impactos dos agrotóxicos na saúde humana nos últimos seis anos no Brasil”, analisa 51 pesquisas de possíveis doenças e impactos que podem ser causados pela exposição aos agrotóxicos. Foi feito um levantamento baseado no recolhimento de quantidades de ocorrências em uma população exposta a esses agrotóxicos

e outra não. Alguns dos estudos revelaram a presença de agrotóxicos na urina, no sangue e em fios de cabelos dessa população exposta aos pesticidas. Restaram prejudicadas não somente as pessoas que trabalham com esse tipo de produto como também as pessoas que ingerem alimentos cultivados com algum tipo de fungicida, pesticida, entre outros (ALVES, 2022).

Consequentemente, efeitos agudos apontados pelo contato com agrotóxicos são, segundo Klaassen (2013): irritação e ardência na pele, boca e garganta, desidratação, alergias, dores no peito e no estômago, náuseas, diarreia, dificuldade ao respirar, dentre outras. Além desses, existem os efeitos crônicos que foram apontados pela ANVISA em 2018 e estes vão de insônia até infertilidade, abortos, malformação de fetos e influência no seu intelecto; foi também apontado pela ANVISA que os compostos sintéticos são possivelmente cancerígenos. Em suma, os agrotóxicos buscam melhorar o cultivo e o controle do ecossistema, mas acabam expondo a população a consequências graves à sua saúde e até mesmo alteração do DNA, gerando o câncer. Diante disso, surgiu o questionamento sobre o quanto os alunos do curso de direito do Centro Universitário Paraíso - Unifap de Juazeiro do Norte (CE) conhecem a respeito dos males dos agrotóxicos no seu dia a dia, e como as instituições de ensino podem agir na difusão de saberes a respeito.

2 METODOLOGIA

Utilizando um formulário disponibilizado on-line, foram feitas três perguntas para averiguar a informação que os alunos teriam sobre a relação dos agrotóxicos e a saúde humana nas turmas de direito do Centro Universitário Paraíso. A primeira pergunta “Você acredita que consumo de produtos com agrotóxicos pode causar alteração no seu DNA?”. A segunda, “Você acredita que consumo de produtos com agrotóxicos pode causar câncer?”. E a terceira, “Você gostaria de participar de atividades dos alunos com a comunidade sobre o tema agrotóxicos e sua relação com a saúde?”. O questionário foi enviado por whatsapp na noite de 18 de agosto de 2022 para os representantes de turma para que estes replicassem para os grupos de turma, tendo-se aguardado as respostas até às 12 horas do dia 19 de agosto de 2022. Somente 27 alunos responderam.

2.1 Apresentação e discussão dos resultados

Obteve-se uma porcentagem de 44,4% para sim na primeira pergunta feita, 96,3% para sim na segunda, e 70,4% para, sim, na última pergunta feita. Assim, embora quase todos acreditem que os agrotóxicos podem causar câncer, menos da metade sabe que o câncer pode ser resultado de alterações no DNA das células. De acordo com a pesquisa realizada, (KAHL *et al.* 2018), ao longo do estudo sobre esse assunto, foi observado que através de mutações genéticas – alterações no DNA, mais especificamente, enviando instruções erradas para as células – derivadas do consumo dos agentes químicos podem causar câncer, ao serem combinados com outros elementos como fatores genéticos, do ambiente, alimentação, álcool, drogas etc.

3 CONCLUSÃO

Diante do resultado expressivo da terceira pergunta, associado ao fato de a resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelecer a destinação de, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação para a extensão na educação superior, a partir do final de 2022, o tema agrotóxico e sua relação com a saúde pode ser uma das propostas de oferta. Entretanto, há de se considerar que o número de alunos que responderam ao questionário é muito pequeno diante da totalidade dos alunos, que se estima deva superar os seiscentos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Monografias autorizadas**. Brasília, DF: ANVISA, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causase-prevencao-do-cancer/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxico#:~:text=Agrot%C3%B3xicos%20s%C3%A3o%20produtos%20qu%C3%ADmicos%20sint%C3%A9ticos,2002%3B%20INCA%2C%202021>. Acesso em: 19 ago. 2022.

ALVES, S. Contato com agrotóxicos pode levar a dano do DNA, causar câncer, problemas renais e doenças no sangue. **De olho nos ruralistas**, [s. l.], 25 jul. 2022. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2022/07/25/contato-com-agrotoxicos-podelevar-a-dano-do-dna-causar-cancer-problemas-renais-e-doencas-no-sangue/>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CARNEIRO, F. F. *et al.* Segurança Alimentar e nutricional e saúde. Parte 1. In CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al.* (org.). **Dossiê ABRASCO**: um alerta

sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/wpcontent/uploads/2013/10/DossieAbrasco_2015_web.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

KAHL, V. F. S. *et al.* Occupational Exposure to Pesticides in Tobacco Fields: The Integrated Evaluation of Nutritional Intake and Susceptibility on Genomic and Epigenetic Instability. *Oxid Med Cell Longev*, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29967663/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. [Sem título]. 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 16 ago. 2022.

A NÃO TÃO FINA ESTAMPA: ESTEREÓTIPOS DA REPRESENTAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA NA TELENOVELA FINA ESTAMPA

Paulo Junior Alves Pereira¹

Luís Celestino de França Júnior²

RESUMO

As telenovelas são um dos principais produtos da televisão brasileira, se enquadrando como uma produção fortemente ligada à cultura de massa, porém, também oferecendo acepções e representações sociais ao corpo maior da sociedade. Questões de relevância comunitária são trazidas seguidamente ao escopo das tramas. Dentre elas, é importante destacar o arcabouço representativo da homossexualidade masculina, que tem ocupado espaços crescentes no seio das produções. Diante disso, o presente artigo almeja observar quais representações a telenovela *Fina Estampa* oferece ao público sobre a homossexualidade masculina, notando se há a afirmação de estereótipos ou a sua contestação.

Palavras-chave: telenovela; Fina Estampa; homossexualidade masculina; Rede Globo.

ABSTRACT

Soap operas are one of the main products of Brazilian television, fitting as a production strongly linked to mass culture, however, also offering meanings and social representations to the larger body of society. Issues of community relevance are then brought to the scope of the plots. Among them, it is important to highlight the representative framework of male homosexuality, which has occupied increasing spaces within the productions. Therefore, this article aims

¹ Jornalista formado pela Universidade Federal do Cariri - UFCA.

E-mail: p.junior.pj405@gmail.com

² Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri – UFCA. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

E-mail: luis.celestino@ufca.edu.br

to observe what representations the soap opera *Fina Estampa* offers the public about male homosexuality, noting whether there is an affirmation of stereotypes or their contestation.

Keywords: soap opera; *Fina Estampa*; homosexuality male; Rede Globo.

1 INTRODUÇÃO

As telenovelas são parte importante da televisão brasileira, ocupando longas horas na programação de praticamente todas as grandes redes do país. Elas tornam-se parte integrante do cotidiano da maioria das famílias brasileiras e, mesmo em um momento de ascensão da internet e serviços de streaming, estes produtos conseguem manter uma abrangência considerável, atingindo um público nitidamente massivo.

Os produtos de teledramaturgia diária tendem a ser um meio importante para que o contato com o sensível se estabeleça, isso no contexto nacional (GUIMARÃES; FRANÇA, 2006). Esse fator torna-se real devido a questão de tratar-se de um produto feito para alcançar um público pulverizado, logo, acaba chegando aos mais diversos locais, lares e ambientes. Ao fazer isso, a telenovela se situa de modo bastante adensado no seio de produtos que se enquadram fortemente no contexto da cultura de massa, nessa linha, indicase, ainda, que ela pode ser alocada como uma das produções de maior importância e influência nesta área (LEAL, 1986).

Estas produções seguidamente estabelecem diálogo entre aquilo que é comum ao dia a dia do espectador, mas, também elencando discussões de cunho social, econômico e entre outras, tudo isso encaixado em um roteiro que coaduna ou contesta aspectos ligados ao senso comum (PEREIRA, 2020). Contudo, nesse segmento, é indispensável que sejam realizadas ponderações sobre aquilo que é levado ao espectador a partir da trama novelística, a ligação desse produto com acepções do sensível, o fato de se tratar de algo massivo e abrangente, ou o tamanho do produto, não podem servir de justificativa para não complexificação dos aspectos e modos de exposição trazidos ao público pela dramaturgia diária (KEHL, 2015).

O Brasil segue como um dos principais gerados deste tipo de conteúdo,

dispondo nacionalmente do maior conglomerado de mídia da América Latina, o Grupo Globo, que também carrega o posto de maior produtora de telenovelas do mundo (TNONLINE, 2017). Esse posto, naturalmente, exige responsabilidade sobre aquilo que se leva diuturnamente ao espectador mais fiel, pois estas produções oferecem enquadramentos sobre aspectos da vida nacional, abordando normalmente problemas com base no campo do real e pragmático, assim, os tensionamentos devem dispor de uma carga mínima de superficialidade, se permitindo aprofundar suas discussões e imbricamentos (KEHL, 1991).

O horário das 21h é, já a algum tempo, o principal espaço publicitário da TV brasileira, neste momento é veiculada, também, a principal telenovela do país, a novela das 21h da Rede Globo (VAQUER, 2017, ANDRADE, 2019). A novela vem ampliando seu espectro de abordagem sobre questões que envolvem a comunidade LGBTQIA+, contudo, na maior parte das vezes, as tramas tendem a direcionar sua presença neste escopo a partir de personagens gays, em sua maioria homens.

Portanto, é indispensável compreender que as telenovelas oferecem ao seu público diariamente aspectos, percepções, enquadres e acepções sobre a homossexualidade. Nessa linha, é fundamental notar como essa representação é feita, as bases que definem a homossexualidade novelística, e os personagens que a encarnam.

Diante destas ponderações, da abrangência da telenovela e da sua capacidade de gerar discussões e pautar o debate na esfera pública, o presente artigo almeja perceber qual representação social a telenovela 'Fina Estampa', de 2011, oferece ao seu público sobre a homossexualidade masculina. Observando se ela endereça tensões ao espectro do senso comum, ou se apenas o reafirma envolvendo-se em estereótipos.

2 A NOVELA COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Seria no mínimo irracional crer que um produto com o peso que as telenovelas tem, fosse incapaz de produzir aspectos ligados diretamente às representações sociais. Essas tramas são parte do dia a dia de diversas pessoas. Logo, elas são responsáveis por intermediar debates e discussões muito importantes ao meio público. Em determinados momentos essas elaborações

atingem um patamar de considerável responsabilidade social, e em outras surgem como aspectos pouco úteis às causas em observação.

Os enredos envolvem núcleos familiares inteiros que, muitas vezes, param para ver o desfecho da narrativa que vinha sendo contada (XAVIER, 2015). A televisão e, primordialmente, as telenovelas, promovem uma verdadeira mudança no campo dos valores, desde a sua percepção até a compreensão por completo do que estaria sendo exposto naquele instante (FRANÇA, 2012).

As novelas funcionam nacionalmente como uma das muitas camadas de representação social. Ou seja, parte das questões nacionais perpassa o todo das produções, oferecendo ao espectador um enquadre bastante específico sobre determinadas acepções do diário, sejam tensões políticas, partidárias, sociais. Tudo é encaixado no inteiro da trama. Porém, como já dito anteriormente, esse encaixe nem sempre encontra a profundidade pretendida ou desejada.

O campo do simbólico também está ancorado nas produções novelísticas. Elas entregam ao espectador um ideal de representação, oferecem nas entrelinhas do enredo ponderações ligadas ao modo padronizado como algo deveria ser lido pelo corpo da sociedade (LEAL, 1986). Essa leitura pode ser altamente perigosa, pois nela pode estar contida o cerne do estereótipo e da exclusão.

Nesse segmento, é essencial observar que tudo deve ser notado a partir do espectro da tomada de posição. Ou seja, as tramas sempre, e de modo repetido, irão oferecer aos seus consumidores uma, ou várias, perspectivas sobre um assunto, tema; essa entrega assume na sua gênese um ideal posicional, demarcando como aquele personagem, enredo ou recorte temporal deve ser compreendido pelo espectador, buscando na maior parte das vezes evitar que seja possível abrir brechas interpretativas (SOUZA, 2002).

Na linha da tomada de posição e da observação fundamental da narrativa novelística enquanto produto do capitalismo, é essencial que se verifique que narrativas homoafetivas e transgêneras, por exemplo, estão sempre sujeitas à resposta da audiência. Sujeitas à capacidade do espectador em construir o que seria uma exceção aceitável. Ou seja, a trama trabalha para aquela narrativa específica seja estabelecida no campo do tolerável, sem ofender em demasia aqueles que são costumeiramente conservadores (PEREIRA; SALMITO, 2019).

A carga melodramática que marca de modo expressivo as novelas brasileiras tendem, em determinada medida, a favorecer a rasidão representativa de alguns contextos e campos do corpo social (GOMES, 2011). Essa circunstância coaduna, na maior parte das vezes, para construção de repetições do senso comum, portanto, a telenovela abria um espaço importante de ponderações sociais, mas não daria conta de guiá-lo em alto nível. E ao balizá-lo para baixo, terminaria por produzir desfavores à profícuas discussões sociais.

Produto de massa, as telenovelas, em especial as veiculadas no horário das 21h na Rede Globo de Televisão, são capazes de alargar notoriamente o espaço de debate público. Oferecem seguidamente importantes arcos de representação e discussão social, contudo, fatores monetários, de audiência e a ligação enraizada à fatores de senso comum levam ao vazio de algumas elaborações novelísticas.

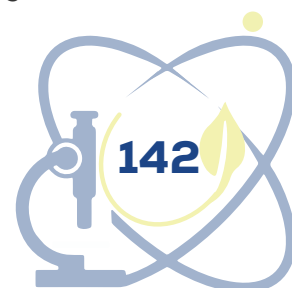
3 A TELENOVELA FINA ESTAMPA

A novela assinada por Aguinaldo Silva, um dos mais consagrados novelistas dos últimos tempos, estreou em agosto de 2011 e se estendeu até março de 2012. A trama trazia uma quantidade considerável de clichês, porém, foi bem recebida pela maioria do público, atingindo médias de audiência bastante consideráveis, a ponto de ser o enredo mais assistido da última década, com 39,1 pontos de média no Ibope (STYCER, 2020).

‘Fina Estampa’ trazia uma história com moldes clássicos, usava de enredos de superação familiar e ascensão social, especialmente a partir da protagonista Griselda, interpretada pela atriz Lília Cabral. Contudo, abusava constantemente de soluções fáceis e caminhos um tanto quanto questionáveis, fazendo com que a trama, apesar da audiência, observasse uma acentuada quantidade de críticas a partir dos meios especializados (SANTANA, 2020).

O fato de a telenovela ser escrita por Aguinaldo Silva a colocava em um patamar de maior importância, pois o autor, à época, era considerado um dos principais medalhões da Rede Globo de Televisão, tinha no currículo tramas que haviam caído nas graças do público e da crítica.

Porém, a trama em destaque trouxe construções que não conseguiam



ultrapassar o superficial, desde acepções ligadas a formação do ideal de feminilidade, até a construção de um machismo aceitável, sem questionamentos ou quaisquer outras coisas. Também são nuances da trama, a inadequada abordagem de temas como a violência doméstica, chegando a prestar um desserviço no campo social (JUNIOR, 2021).

O enredo oferece, ainda, acepções importantes sobre a homossexualidade masculina, estas, são notadas de modo mais premente por meio do personagem Crodoaldo Valério, interpretado por Marcelo Serrado. Crodoaldo surge na tela de modo bastante cômico, certas vezes ele assume de modo nítido um caráter circense. Assim, o ideal de homossexualidade apresentado pelo autor segue traços muito marcantes do senso comum, e o personagem gay é levado automaticamente para o campo do alívio cômico.

4 A HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA EM FINA ESTAMPA

As questões de cunho LGBTQIA+ vem crescendo no campo público, deixando um pouco o espaço do subentendido e passando ao local da luminosidade e do foco, centrando-se como uma questão de necessária discussão. Discussão sobre as oportunidades postas, ou não, aos integrantes da sigla, sobre as cargas de preconceito e exclusão social às quais a maioria está exposta. Esse tensionamento que já ocorre a um longo tempo no espaço público, agora também está espalhando-se para as produções da mídia massiva, assim, personagens LGBTQIA+ estão constantemente presentes nas produções das grandes redes de televisão brasileira.

Contudo, é fundamental observar que a sigla encontra notória dificuldade de representação, já que majoritariamente se verifica a mesma representação. Assim, produção após produção, o que se nota é a manutenção de personagens gays, adensando em uma representação mais forte da homossexualidade masculina. Assim, enquanto o “G” detém um largo escopo de personagens ao longo da história recente, as demais letras dispõem de volume infinitamente menor.

Este espectro é importante, pois ao se notar essa questão, fica claro que há uma predileção representativa, tal fato endereça que o corpo social foi acostumado à representação da homossexualidade masculina, quase que

em detrimento das demais, que dispõem de pouco espaço, e quando o tem, geralmente encontram maior dificuldade de inserção. Ou seja, são narrativas que demoram a encontrar o apoio e a torcida popular.

Esse contexto demarca objetivamente que existe um árduo processo de invisibilização. Processo este que necessita urgentemente ser desestabilizado e contestado, em especial por ambientes como a televisão. Nos arcos dessa invisibilização deve-se notar que somente na última década se observou uma crescente representação da homossexualidade no âmbito das telenovelas, antes disso o que se tinha eram apenas alguns poucos momentos que no máximo arranham a bolha (JUNQUEIRA, 2009). Até o início do século XXI, as produções que tentavam investir nesta abordagem eram fortemente rejeitadas, encaminhando soluções absurdas para expurgar os personagens gays das tramas (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2012).

Indica-se que mesmo os personagens gays sendo os mais frequentes, eles não observam, via de regra, construções narrativas muito destoantes aos aspectos do senso comum. Assim, em diversas produções, o personagem gay surge na tela como alívio cômico, ele é encarnado como alguém expansivo, sempre afeminado e com uma gama infinda de manias e trejeitos.

Na telenovela 'Fina Estampa' acreditava-se que as nuances de representação da homossexualidade teriam uma carga maior de humanidade, deixando de lado acepções um tanto preconceituosas. Essa percepção tinha como base o fato de o autor da trama ser Aguinaldo Silva, conhecido novelista, e um dos fundadores do Jornal 'Lampião da Esquina', famoso periódico dos anos 1970. O impresso tinha forte ligação com as causas gays, sendo durante muito tempo identificado como '*jornal gay*'. Aguinaldo era um dos principais redatores da equipe, que também se dedicou a debater racismo, questões de cunho ambiental e muitas outras questões (PESSOA, 2016).

Em 'Fina Estampa' o arquétipo da homossexualidade está fortemente ancorado no personagem Crodoaldo Valério, o Crô. Interpretado por Marcelo Serrado, Crô ultrapassa as acepções do senso comum. O personagem, que caiu nas graças do público, é a representação arquétipo do gay afeminado. Porém, a trama usa o personagem como eterno alívio cômico, assim, a homossexualidade surge na tela como um aparato circense, algo que existe para distrair e divertir

um público padrão e normativo (JUNIOR, 2021).

O caráter circense se repete de modo indefinido, o enredo de Crô é vago, não sendo capaz de trazer grandes revelações ao espectador da trama. Assim, o personagem, de fato, surge na tela com intuito de gerar riso e comicidade, nada além disso.

Nesse trajeto, é indispensável observar com atenção superior, as marcas que constroem a relação de Crodoaldo e Baltazar (Alexandre Nero). Baltazar, colega de trabalho de Crô, o hostiliza de modo seguido, e essa hostilização é costumeiramente tratada com ares de normalidade, não havendo quase que em nenhum momento a complexificação das agressões enquanto manifestação de homofobia. Essa não complexificação acaba por endereçar camadas de naturalização da homofobia no corpo social, já que a telenovela tem impacto no cotidiano real (SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2012).

Essa ausência de complexidade também coloca automaticamente a homossexualidade masculina em um caráter de subordinação. Assim, no campo do tácito e do simbólico, existe a formação de uma homossexualidade submissa, que deve estar subjugada aos espectros sociais dominantes. Uma homossexualidade quieta e silenciosa.

Acrescenta-se, também, que ao tentar construir alguma explicação para as ofensas observadas na tela, o enredo lambuza-se no senso comum mais banal possível. A trama constrói a justificativa rasa de que as ofensas de Baltazar escondem um desejo sexual reprimido, endossando uma irracional consideração de que a homofobia bebe, unicamente, na repressão de vontades sexuais.

Ainda no entorno do personagem Crodoaldo, é preciso observar a relação que o autor estabelece entre ele a patroa, a personagem Tereza Cristina (Cristiane Torloni). Crô à venera, coloca-a em um pedestal, chama-a de rainha do Nilo. Seguidamente o personagem subordina sua vida a vida dela.

Esse diálogo relacional deve ser problematizado, pois ele tende a encaminhar tensões complicadoras ao campo social representativo. No imaginário social se reafirma a incoerente percepção que o desejo do homem gay é assumir o local do feminino. Desta forma, a trama constrói interrelações equivocadas, ao confundir ideias de orientação sexual e identidade de gênero.

'Fina Estampa' entrega uma homossexualidade masculina cômica e desprovida de profundidade. A trama enroscasse nos arquétipos do senso comum mais banal e raso, não sendo capaz de produzir tensões profícuas ao ambiente de discussão. A telenovela termina por desorganizar o espaço de diálogo, pois repete preconceitos e endereça justificativas irracionais ao contexto da modernidade social. Em 'Fina Estampa', a representação da homossexualidade encontra respaldo nos conceitos de Bauman (2001), é líquida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A homossexualidade masculina assume, em 'Fina Estampa', um caráter cômico e circense. Deste modo, o personagem gay aparece ao espectador como alguém pensado unicamente para lhe gerar risadas, jamais com o objetivo de lhe deslocar do posto de dominação em que ele está posto. Seguidamente a homossexualidade surge na tela segundo as mais variadas cartilhas de senso comum, ancorando-se em arquétipos rasos, vagos e pouco úteis ao ambiente social.

A telenovela em destaque evita seguidamente enveredar tensões mais fortes, ou até mesmo ressignificar o personagem Crodoaldo, faz isso em nome de fatores voltados à lógica de mercado, ou seja, baseando-se em números de audiência e faturamento comercial. O receio de complexificar a narrativa e afastar o público é tanto, que foi preferível construir a afirmação da exclusão e do preconceito.

Fina Estampa pinta uma homossexualidade exagerada, e unicamente, afeminada. Uma homossexualidade que é eternamente passiva às agressões que recebe, estando sempre na posição de subalterno. Uma homossexualidade desprovida de desejos e vontade próprias, pois sua maior ânsia é servir a uma musa inspiradora, sonhando um dia ocupar um lugar semelhante.

A telenovela em análise entrega ao espectador uma representação da homossexualidade que está de acordo com camadas conservadoras, que enxergam a pessoa gay como inferior e, até mesmo medíocre. A novela não se permite adensamentos que encontrem maior respaldo no campo do real, prefere o estereótipo e o arquétipo. Fina Estampa entrega ao seu espectador uma representação limitante e, nitidamente, preconceituosa. Em 'Fina Estampa'

a homossexualidade masculina é circense, cômica, e existe para entreter uma classe privilegiada, dominante e, em alguma medida, também, preconceituosa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. **Quanto custa anunciar na Globo?** Comercial no JN pode custar até R\$ 1,3mi. [S. l.]: Notícias da TV, 2019. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/quanto-custa-anunciar-na-globo-comercial-no-jn-vale-mais-de-r-13-mi-27923>. Acesso em: 29 ago. 2021.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. [S. l.]: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2001.

FRANÇA, V. *In*: FRANÇA, L. G. C. V. (org.). **Mídia, instituições e valores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

GOMES, I. M. M. Gênero televisivo como categoria cultural: um lugar no centro do mapa das mediações de Jesús Martín-Barbero. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 111-130, 2011.

GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

JUNIOR, P. A não tão Fina Estampa. **Corte Seco Revista**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://cortesecorevista.wixsite.com/quartaedicao/vest%C3%ADgio>. Acesso em: 29 ago. 2021.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. *In*: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p. 13-52.

KEHL, M. R. *In*: NOVAIS, A. (org.). **Rede Imaginária: televisão e democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, secretaria municipal de cultura, 1991.

KEHL, M. R. O espetáculo como meio de subjetivação. **Revista Concinnitas**, [s. l.], v. 1, n. 26, p. 86-96, 2015.

LEAL, O. F. **Leitura social da novela das oito**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

PEREIRA, P.; SALMITO, R. Um olhar sobre amor à vida: construção narrativa e beijo homoafetivo nas telenovelas brasileiras. *In*: SEMINÁRIO ARTE, GÊNERO, ENSINO, 2., [2019?], Crato. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2019.

PEREIRA, P. J. A. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL HISTÓRIA E CONTEMPORANEIDADES: PASSADOS (RE)NEGADOS: HISTÓRIA, VERDADE E DEMANDAS POLÍTICAS, 4., 2020, Crato. **Anais [...]**. Crato: [s. n.], 2020.

PESSOA, G. S. Editado por Aguinaldo Silva jornal gay 'Lampiao da Esquina

ganha filme. **Jornal Folha de São Paulo**, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/08/1804347-editado-por-aguinaldo-silva-jornal-gay-lampiao-da-esquina-ganha-filme.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SANTANA, A. **Fina Estampa**: o bom e o ruim de Aguinaldo Silva. [S. l.]: Observatório da TV, 2020. Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/critica-de-tv/fina-estampa-o-bom-e-o-ruim-da-trama-de-aguinaldo-silva>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. A. Insensatos afetos: homossexualidade e homofobia na telenovela brasileira. **Barbarói**, [s. l.], p. 50-66, 2012.

SOUZA, M. C. J. A construção social de sentidos e o fenômeno da recepção: em questão o papel dos realizadores. **Revista Famecos**, [s. l.], v. 10, n. 20, p. 46-57, 2002.

STYCER, M. **Reprise de Fina estampa teve mais ibope que duas tramas originais de Aguinaldo**. [S. l.]: Portal UOL, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/colunas/mauricio-styker/2020/09/18/reprise-de-fina-estampa-teve-mais-ibope-que-2-tramas-originais-de-aguinaldo.htm>. Acesso em: 30 ago. 2021.

TNONLINE. **Conhecidas pelas novelas, Globo e Televisa disputam liderança na América Latina, Afinal quem é maior?** [s. l.]: Tnonline. Disponível em: <https://tnonline.uol.com.br/noticias/cotidiano/67,422960,14,07,conhecidas-pelas-novelas-globo-e-televisa-disputam-lideranca-na-america-latina-afinal-quem-e-a-maior.shtml>. Acesso em: 30 nov. 2019.

VAQUER, G. **A Força do Querer ultrapassade vez Amor à Vida e vira novela de maior sucesso desde Avenida Brasil**. [S. l.]: Observatório da Televisão, 2017. Disponível em: <https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/audiencia-da-tv/2017/10/a-forca-do-querer-ultrapassa-de-vez-amor-a-vida-e-vira-novela-de-maior-sucesso-desde-avenida-brasil>. Acesso em: 25 ago. 2021.

XAVIER, N. **Globo transformou a novela no principal produto de entretenimento do Brasil**. [S. l.]: UOL, 2015. Disponível em: <https://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2015/04/09/globo-transformou-a-novela-no-principal-produto-de-entretenimento-do-brasil.htm>. Acesso em: 2 jul. 2021.

RESILIÊNCIA EMPREENDEDORA E FEMININA:

UM ESTUDO NA FEIRA DAS MINAS CARIRI

Rondenelly Braz Longuinho

Beatriz Gondim Matos

1 INTRODUÇÃO

O conceito de resiliência, originado nas ciências naturais, vêm sofrendo adaptações teóricas para englobar uma finalidade cada vez mais voltada à pesquisa em diferentes áreas. A discussão sobre a resiliência ganhou capilaridade nas ciências médicas e comportamentais, mas também emergiu como uma discussão no contexto das ciências sociais e aplicadas (SMITH *et al.*, 2008).

As mudanças no contexto socioeconômico e constantes reestruturação dos sistemas econômicos urbanos formais e informais (BURNARD; BHAMRA, 2011).

Conseqüentemente, perceber as vulnerabilidades existentes e por sua vez entender os esforços capazes de sustentar micro e pequenos empreendedores, pode contribuir para o avanço da discussão a respeito da resiliência e contextos turbulentos.

A importância da resiliência para os mercados de varejo informais está centrada na capacidade desses mercados se adaptarem aos avanços e inovações do setor formal. Os mercados informais encontram inúmeras respostas à evolução dos modernos centros de consumo, a fim de evitar seu apagamento (OZUDURU; VAROL; ERSCOSKUN, 2012).

Portanto, levando em consideração o número pequeno de artigos empíricos relacionados à resiliência, especialmente na região da América Latina, de acordo com Castro e Zermeño (2020) e a carência de contribuições conceituais mais profundas concernentes a resiliência dos sistemas informais de varejo (OZUDURU; VAROL; ERSCOSKUN, 2012; PETRESCU; BHATLI, 2013), esta pesquisa tem como objetivo analisar a resiliência de mercados informais, a

partir da compreensão de suas vulnerabilidades e fortalezas.

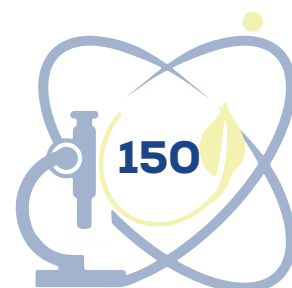
O estudo foi aplicado junto a empreendedores da Feira das Minas. A escolha pela feira se deu também pela relevância social. O gênero feminino é, geralmente, aquele que mais assume trabalhos precários e vulneráveis, além de receberem salários mais baixos e ter que acumular funções profissionais com demandas familiares, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2016).

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é de natureza qualitativa exploratória, e utilizará de estratégia de pesquisa-ação. O modelo proposto trata-se de uma espécie de pesquisa social de base empírica desenvolvida e aplicada com propósito de solucionar um problema coletivo no qual tanto pesquisador quanto participantes da pesquisa estão envolvidos de modo cooperativo (THIOLLENT, 1997). Sendo assim serão propostas intervenções resolutas no rol de vulnerabilidades encontradas levantadas no estudo.

A coleta será realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, observação participante e análise documental, em conjunto com as participantes e gestoras da feira. Serão entrevistadas um total de doze mulheres, sendo dez expositoras, indicadas pelo critério de maior engajamento e participação ativa na organização, assim como serão ouvidas as duas gestoras da Feira das Minas. Tudo isso, para diagnosticar as dificuldades e fortalezas dessas mulheres enquanto empreendedoras dos mercados de varejo informais, observadas através das lentes da resiliência empreendedora.

Levantadas as questões propostas pelo estudo, será concebido plano de intervenção composto por estratégias adaptativas e resolutivas que contribuam efetivamente e convertam-se em mudanças reais no negócio da feira.



3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Mercados de varejo urbano alternativos: as feiras livres

Além de constituírem a realidade diária de pessoas e cidades, as feiras livres tiveram um papel imprescindível para o nascimento dos primeiros povoados, contribuindo de forma direta para o desenvolvimento das relações comerciais entre diferentes localidades. As feiras reuniram os elementos básicos responsáveis pela mudança e o desenvolvimento dos primeiros agrupamentos humanos em grandes centros urbanos (PANDOLFO, 1987; PIRENNE, 1997).

As feiras livres são exemplos de sistemas de varejo urbanos que sobreviveram a mudanças históricas na sociedade (PANDOLFO, 1987; PIRENNE, 1997). O movimento de formalização do mercado expatriou as feiras para regiões rurais ou áreas pobres dos grandes centros urbanos (PANDOLFO, 1987; OLAVARRIETA *et al.*, 2008; RAJAGOPAL, 2010).

As feiras caracterizam-se por suas baixas barreiras à entrada, por se tratar de um negócio que necessita de pouco investimento financeiro para instalação e operação do negócio, operando em pequena escala, relacionando atividades comerciais de baixo capital, fazendo uso geralmente de mão de obra familiar. Outra característica das feiras livres é a pouca ou nenhuma regulamentação governamental (OLAVARRIETA *et al.*, 2008; BUSSO, 2010).

A precarização de algumas atividades profissionais e o estímulo ao empreendedorismo criativo, impulsionou novos formatos de feiras distintas daquele formato inicial da feira livre e a adesão de pessoas à comercialização de produtos ou serviços desenvolvidos a partir de suas habilidades artesanais e artísticas.

3.2 Resiliência Empreendedora

A resiliência é a capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências adversas, de acordo com Grotberg (2005). Essa capacidade é indispensável para a sobrevivência das organizações no universo do empreendedorismo.

Para Salisu *et al.* (2020) a resiliência é vista como a habilidade de se

adaptar às mudanças. Os empreendedores são confrontados constantemente com inúmeras situações estressantes e complexas que afetam a sobrevivência de seus negócios. A resiliência tem sido utilizada para descrever características de indivíduos capazes de responder e se recuperar de forma mais ágil, diante das adversidades enfrentadas em suas atividades empreendedoras.

Segundo Korber (2018) comportamento empreendedor é visto como determinante da resiliência organizacional, ele supõe a existência de uma relação unidirecional entre resiliência individual e organizacional, o empreendedorismo é visto como mentalidade ou comportamento, essa noção de resiliência remete à flexibilidade a novas circunstâncias e está ligado a inovação.

Quando se trata de empreendedorismo feminino, é o gênero mais excluído do mercado formal de trabalho, pois buscam no empreendedorismo uma forma de subsistência e resistência, em caráter predominantemente informal e na grande maioria das vezes, familiar. Nos aspectos da Economia Criativa sob a perspectiva de feiras livres, um estudo realizado por Santos e Silva (2020) sobre feiras colaborativas, identificou alguns perfis de empreendedores, como produzem e se articulam, onde observou-se a maior participação de mulheres nas feiras, buscando uma saída para o desemprego ou complemento de renda, afirmam (SANTOS; SILVA, 2020). No entanto, o processo de empreender, seja por oportunidade ou necessidade é difícil, quando se é uma mulher, as dificuldades inerentes a esse processo se articulam às discriminações impostas à construção histórica do gênero feminino (ALPERSTEDT; FERREIRA; SERAFIM, 2014).

Nesse contexto, de acordo com Gomes e Pereira (2005), no Brasil, a exclusão social relaciona-se, predominantemente, com a pobreza, tendo em vista que as pessoas que ocupam essa condição encontram-se em risco pessoal e social, excluídas das políticas sociais básicas, sem acesso à plenas oportunidades e distantes dos locais de decisão. Pode-se identificar a figura feminina pertencente a grupos sociais mais suscetíveis à desigualdade social, caracterizados por baixo nível socioeconômico, baixa escolaridade, famílias numerosas e sob sua chefia. De forma geral, as mulheres permanecem em trabalhos tidos como precários e vulneráveis, além de receberem os piores salários e possuírem jornadas extensas de trabalho, fruto da acumulação do trabalho remunerado com serviços de cuidado do lar.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS PRELIMINARES

A pesquisa está em processo de desenvolvimento, mais precisamente na etapa de coleta, dessa forma os resultados aqui apresentados serão preliminares e refletem o entendimento possível ao momento em que se encontra o estudo.

A pesquisa teve como principal objetivo investigar a resiliência de mercados informais retratados pela Feira das Minas, levantando suas vulnerabilidades e fortalezas, amparados pelos conceitos de resiliência, de modo a melhorar a teorização da resiliência nas feiras livres, através do exame das experiências vividas por mulheres empreendedoras além de contribuir para evidenciar as problemáticas levantadas no estudo.

A priori, a análise da literatura existente, revelou o aspecto marginal das feiras livres, que no decorrer da história foi substituída por centros comerciais e direcionada para subúrbios, regiões rurais ou áreas pobres dos grandes centros urbanos. Nesse mesmo contexto de adversidade, a figura da mulher empreendedora se destaca como agente presente e atuante dos varejos urbanos alternativos, compartilhando das vulnerabilidades existentes nesse ambiente, somados às dificuldades historicamente construídas pela sociedade.

Essa relação torna-se um campo fértil para a criação e desenvolvimento de comportamentos e ações de resiliência, frente ao cenário desigual enfrentado pelas mulheres. A falta de conhecimento técnico, a conciliação da vida profissional e pessoal, a sobrecarga de trabalho, a falta de oportunidades iguais e até mesmo a ausência de políticas públicas e de serviços básicos, são constantes presentes na realidade dessas mulheres e demandam estratégias adaptativas e comportamento resiliente.

As empreendedoras da Feira das Minas demonstraram-se fortalecidas diante das dificuldades levantadas, adotando uma postura criativa e aberta à inovação, com uma busca constante por melhoria e aprendizado, de modo a garantir a continuidade e crescimento da feira, como também o desenvolvimento pessoal e profissional das suas participantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa é de que ao fim desse estudo, os resultados obtidos possam contribuir efetivamente para melhoria na realidade da Feira das Minas e suas participantes, assim como possa enriquecer e estimular a discussão acerca da resiliência de mercados urbanos alternativos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o programa de iniciação científica da Universidade Federal do Cariri, pela oportunidade de adentrar nesse universo fantástico e tão necessário do conhecimento científico.

Agradeço de modo especial a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP, fomentar, contribuir e estimular o debate científico, ao apoiar o desenvolvimento de novos estudos que contribuem para uma sociedade mais sustentável.

REFERÊNCIAS

ALPERSTEDT, G. D.; FERREIRA, J. B.; SERAFIM, M. C. Empreendedorismo feminino: dificuldades relatadas em histórias de vida. **Revista de Ciências da Administração**, [s. l.], v. 16, n. 40, p. 221-234, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2014v16n40p221>. Acesso em: 1 ago. 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça**. 4. ed. Brasília: IPEA, 2011.

BURNARD, K.; BHAMRA, R. Resiliência organizacional: desenvolvimento de uma estrutura conceitual para respostas organizacionais. **International Journal of Production on Research**, [s. l.], v. 49, n. 18, p. 5581-99, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233003197_Organisational_resilience_Developm_ent_of_a_conceptual_framework_for_organisational_responses. Acesso em: 1 ago. 2022.

BUSSO, M. Las ferias comerciales: también un espacio de trabajo y socialización. Aportes para su estudio. **Trabajo y Sociedad**, [s. l.], v. 16, p. 105-123, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3873/387334688007.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2022.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade

social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/tw4jYGw65NMVCC4ryKNKzPv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 ago. 2022.

GROTBERG, E. H. Introdução: novas tendências em resiliência. In: MELILLO, A.; JEDA, E. N. S. (org.). **Resiliência**: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

KORBER, S. E; MCNAUGHTON, R. B. Resiliencia y emprendimiento: una revisión sistemática de la literatura. **International Journal of Entrepreneurial Behavior and Research**, [s. l.], v. 24, n. 7, p. 1129-1154. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJEER-102016-0356>. Acesso em: 1 ago. 2022.

OLAVARRIETA, S. *et al.* Un análisis a los atributos relevantes de los mercados de las pulgas para los compradores: Evidencia desde América Latina. **Revista de Ciencias Sociales**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 468-478, 2008.

OZUDURU, B. H.; VAROL, C. Y.; ERCOSKUN, O. Y. **Os shopping centers diminuem a resiliência das ruas comerciais?** A coexistência de ambos os estabelecimentos comerciais em Ancara, Turquia. *Cidades*, v. 36, p. 145-57, 2012.

PANDOLFO, M. **Feira de São Cristóvão**: a reconstrução do nordestino num mundo de paraibás e nortistas. 1987. 233 f. Thesis (Master in Administration) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, 1987.

PETRESCU, M.; BHATLI, D. Comportamento do consumidor em mercados de pulgas e marketing até o topo da pirâmide. **Journal of Management Research**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 5563, 2013.

PIRENNE, H. **As cidades na idade média**. Lisboa: Europa-América, 1997

RAJAGOPAL. Coexistence and conflicts between shopping malls and street markets in growing cities: analysis of shoppers behavior. **Journal of Retail & Leisure Property**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 277-301, 2010.

SALISU, I.; HASHIM, N.; MASHI, M. S.; ALIYU, H. G. Perseverança de esforço e consistência de interesse para o sucesso da carreira empreendedora: a resiliência importa? **Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 279-304, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/jeee-02-2019-0025>. Acesso em: 1 ago. 2022.

SANTOS, E.; SILVA, C. Feiras Colaborativas e Economia Criativa em Caruaru, Pernambuco. **Desenvolvimento em Questão**, [s. l.], v. 18, n. 52, p. 286-307, 2020.

SMITH, B. W. A Escala de Resiliência Breve: avaliando a capacidade de se recuperar. **International Journal of Behavioral Medicine**, [s. l.], v. 15, p. 194-200, 2008.

THIOLLENT, **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. Cortez editora: São Paulo, 1986.

PROJETO TESSITURAS:

APROXIMAÇÃO CONCEITUAL ENTRE GESTÃO SOCIAL E O BEM VIVER INDÍGENA

Mariana dos Santos Diniz¹

Marília Ruana Nascimento Moura²

1 INTRODUÇÃO

O conceito de resiliência, originado nas ciências naturais, vêm sofrendo adaptações teóricas para englobar uma finalidade cada vez mais voltada à pesquisa em diferentes áreas. A discussão sobre a resiliência ganhou capilaridade nas ciências médicas e comportamentais, mas também emergiu como uma discussão no contexto das ciências sociais e aplicadas (SMITH *et al.*, 2008).

O presente trabalho tem como objetivo traçar um diálogo entre os elementos da gestão social e a filosofia indígena do bem viver através do Projeto Tessituras: Diálogos Sobre Gestão Social e Povos Originários. Buscamos apontar a aproximação, especialmente da Gestão Social enquanto campo do conhecimento científico, com os conhecimentos milenares dos povos indígenas.

Entendemos que este trabalho pode trazer contribuições para fomentar as discussões e ampliar o debate sobre Gestão Social dentro da academia. Com isso, o estudo em questão, se justifica como uma maneira de demonstrar que os elementos que dão fundamento à gestão social assemelham-se aos princípios do bem viver, apontados direta ou indiretamente na fala dos indígenas que participaram do projeto. O bem viver é uma filosofia dos povos originários das Américas, apresentando singularidades fundamentais que podem corroborar na compreensão

¹ Bacharelanda do curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri e Bolsista de Iniciação Científica da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS-UFCA). E-mail: mariana.diniz@aluno.ufca.edu.br

² Bacharelanda do curso de Administração Pública e Gestão Social da Universidade Federal do Cariri e Bolsista de Iniciação Científica da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (ITEPS-UFCA). E-mail: marilia.moura@aluno.ufca.edu.br

de uma gestão social para além da que se tem hoje no meio académico.

O Projeto em questão é financiado pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) e pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e está desenhado como uma ação de pesquisa e extensão com o propósito de justamente compreender o pensamento indígena e de inseri-lo na agenda da discussão sobre gestão social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O tema gestão social tem sofrido (re)visitações, que vem transformando este conceito conforme modificam-se suas práticas e entendimentos na sociedade. Durante muito tempo, gestão social estava mais associada “[...] à gestão de políticas sociais, de organizações do terceiro setor, de combate à pobreza e até ambiental, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer naquelas relações de caráter produtivo”.

A partir disso, Cançado, Pereira e Tenório (2015) levantam alguns elementos que dão fundamento à gestão social como um campo do conhecimento científico. Nesse sentido, a gestão social tem sido compreendida como parte de um processo gerencial dialógico por meio do qual a autoridade decisória é distribuída entre os participantes da ação (ação que pode ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais). Desse modo, o adjetivo social que qualifica o substantivo gestão passa a ser entendido como o espaço privilegiado de relações sociais em que todos possuem o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2005, p.102). “Um processo de tomada de decisão coletiva, não hierárquico, baseado na democracia e no interesse coletivo dos participantes” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2015, p. 15).

A gestão social está mais interessada nos pares sociedade e trabalho, em que a solidariedade seja a mola propulsora dos indivíduos que, unidos, consigam dialogar a partir da ótica da intersubjetividade “a gestão social deve ser determinada pela solidariedade. Portanto é um processo de gestão que deve primar pela concordância, em que o outro deve ser incluído e a solidariedade o seu motivo” (TENÓRIO, 2005, p.103).

O termo bem viver, a partir de sua origem equatoriana, e de acordo com Salgado (2010), diz respeito a todo um modo de vida de um povo, um conceito que enfeixa uma visão de mundo e uma forma de se viver – o *sumak kawsay*. O termo evoluiu para o reconhecimento de que, de fato, ele se fundamenta em práticas tradicionais de diversos povos das Américas – que possuem elementos em comum do Alasca à Patagônia, como apontam Stumpf e Bergamaschi (2016) – e incorpora princípios, cosmovisão e formas de vida comuns entre tais povos.

Em síntese, a filosofia indígena do bem viver encara o ser humano como parte da natureza e não sob um viés antropocêntrico; a comunidade e os aspectos de desenvolvimento comunitário, como a reciprocidade, a partilha e outros fatores assumem aspecto central; a terra é vista como mãe, uma cuidadora que oferece todos os elementos necessários para a coexistência; e a natureza é um sujeito, todos os seres vivos são dotados de personalidade e dignos de serem considerados neste sentido; e, há um sentido de espiritualidade que permeia todas as ações e relações humanas.

O bem viver como paradigma se fundamenta sob uma visão holística do mundo em que tudo que existe está correlacionado, por tanto, valoriza o conhecimento adquirido pela experiência vivencial, integrando emoções, espiritualidade e mente. Reconhece a emotividade, os sentimentos e a subjetividade e enxerga os indivíduos como dependentes uns dos outros, valorizando assim o espírito de comunidade, o que promove a solidariedade, a redistribuição e a reciprocidade simétrica (SALAZAR, 2016).

3 DOS ENCONTROS REALIZADOS

O Projeto Tessituras foi pensado com o objetivo de fomentar e ampliar o debate sobre gestão social a partir do diálogo com indígenas, entre eles, pensadores, gestores, pesquisadores e lideranças de diferentes etnias do Nordeste e de outras regiões do país. Os seminários foram realizados mensalmente durante os meses de agosto a dezembro de 2021, totalizando cinco encontros. Todos os encontros foram gravados e estão disponíveis de forma aberta na internet através da rede social YouTube.

Estes encontros abordaram diversos temas contemporâneos e

fundamentais para a compreensão do modo de vida desses povos, como políticas públicas indigenistas, educação, processos de tomada de decisão e a importância do território para essas culturas. A Tabela 1 abaixo destaca alguns elementos de caracterização destes encontros:

Tabela 1 - Encontros realizados no âmbito do Projeto Tessituras

Data do encontro	Tema	Convidados(as)
09/08/2021	Políticas Públicas Indigenistas e Marco Legal	Weibe Tapeba , Vereador do Município de Caucaia, Advogado da FEPOINCE e liderança Indígena
06/09/2021	Povos Indígenas e Relação com Território	Teka Potiguara e Itamar Tremembé , e as Psicólogas Zulmira Bomfim e Nara Maria , bem como as lideranças indígenas
11/10/2021	Medicina Tradicional Indígena e a sua Importância para os Povos Originários	Makairy Fulni-ô , e Edinaldo Rodrigues (Xukuru)
08/11/2021	Democracia e Processo de Tomada de Decisão	Cassio Junior , indígena Xukuru-Kariri e Secretário Municipal da Cultura em Palmeira dos Índios/AL
13/12/2021	Saberes Indígenas: Processos de Transmissão de Conhecimento e Educação	Darlene Yaminalo da etnia Kurã Bakairi e Coordenadora do Instituto Yukamaniru de Apoio às Mulheres Indígenas Bakairi

A partir da análise dos seminários realizados, é possível identificar dois níveis de aproximação do contexto/falas dos indígenas com a gestão social. O primeiro deles é no que se refere à questão temática. Aparecem com frequência questões que são tratadas de maneira relativamente central dentro dos debates que acontecem no campo da Gestão Social. Assim, vemos pontos ligados às políticas públicas, especialmente indigenistas, como a questão da saúde, levantada por Edinaldo Xukuru, da educação, trazida por Darlene Taukane, e do marco legal, levantada por Weibe Tapeba. Quando tratamos de gestão social, por

sua vez, há uma vasta literatura que aborda a discussão das políticas públicas a partir do seu viés (gestão social), seja como um tipo de gestão de “políticas voltadas ao social”, visão considerada por alguns autores como não definidora mais precisa da gestão social (FRANÇA FILHO, 2007), seja na visão desta como um definidora de outro tipo de gestão, ou seja, como um qualificador da forma de fazer política pública, a partir das discussões, por exemplo, dos mecanismos de participação e controle social.

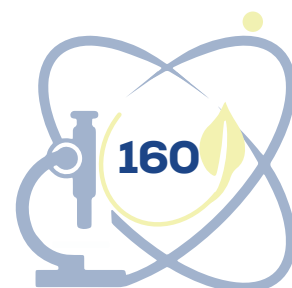
Outro tema que aparece de forma central nas questões apontadas pelos(as) indígenas é o do território, tema em torno do qual se levantam questões na fala de praticamente todos os palestrantes. Nestas, aparecem principalmente pontos relacionados com a identidade, ligada ao território, e com a luta pelo direito ao uso dos territórios tradicionais de cada povo. Quando tratamos da gestão social, o tema aparece, sobretudo, relacionado a questões como o “desenvolvimento territorial”.

O segundo nível de aproximação com a gestão social seria, então, o conceitual. De fato, os/as indígenas chamados para o debate não articulam diretamente o conceito de gestão social, mas podemos fazer uma leitura, a partir das suas falas, de elementos que caracterizariam uma gestão social, e que podem contribuir para o seu campo de estudos.

Neste ponto, a mediação do conceito de Bem Viver pode se apresentar como particularmente útil. Conceitos como a democracia, dialogicidade, intersubjetividade, racionalidade comunicativa, bem comum, esfera pública e emancipação, elementos característicos da gestão social (CANÇADO *et al.*, 2015) são facilmente evidenciados na fala dos convidados. Talvez os principais elementos de diferenciação se dão no como estas categorias se expressam a partir da prática indígena. Os processos que acontecem em uma aldeia são, neste caso, permeados fortemente por saberes ligados às práticas ancestrais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que existe um diálogo muito profícuo a ser realizado com povos indígenas, a partir das temáticas que a gestão social evoca. Essas temáticas que são críticas e que procuram questionar algumas das questões que nos são postas, como as relacionadas às propostas de inclusão, de democracia, de participação e de empoderamento.



Entendemos também que este texto apresenta uma reflexão inicial sobre o tema. O projeto em tela tem servido como oportunidade para abrir caminhos para a exploração das práticas indígenas tendo-se em vista questões que envolvem a gestão social.

REFERÊNCIAS

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Fundamentos Teóricos da Gestão Social. **Desenvolvimento Regional em Debate**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 4-19, jan./jun. 2015.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo Gestão Social. *In*: ENAPEGS, I., 2007, [s. l.]. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2007.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; ARIAS, A.; ÁVILA, J. El pensamiento indigenista ecuatoriano sobre el Sumak Kawsay. *In*: HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; GARCÍA, A. G.; GUAZHA, N. D. **Sumak Kawsay Yuyay**: Antología del Pensamiento Indigenista Ecuatoriano sobre Sumak Kawsay. [S. l.]: Universidad de Huelva. 2014.

SALAZAR, A. R. **Teoría y Práctica del Buen Vivir**: Orígenes, Debates Conceptuales y Conflictos Sociales. El Caso de Ecuador. 2016. Tese (Doutorado) - Universidad del País Vasco, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10810/19017>. Acesso em: 01 set. 2022.

SALGADO, F. Sumaq Kawsay: The Birth of a Notion? **CADERNOS EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 11, 2010.

O ACESSO À INFORMAÇÃO JURÍDICA ACESSÍVEL:

UM ESTUDO NO ÂMBITO DA OUVIDORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Homero Wellington Bernardo Araújo

Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeira

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um direito concebido por lei. Antes da regulamentação da Lei nº 12.711/2012, o acesso mínimo de deficientes não tinha tanto destaque nas discussões nacionais que viabilizam as políticas públicas (BRASIL, 2012). Mas, já havia cobranças em 2004, quando foi sancionado o Decreto nº 5.296/2004 que se ao regimento e promoção à acessibilidade, obrigando as emissoras de radiodifusão a oferecerem recursos assistivos para deficientes visuais (audiodescrição) e deficientes auditivos (janela de intérpretes e legendagem ou *closedcaption*) (BRASIL, 2004).

Como pergunta-problema temos a seguinte questão: Em que medida a acessibilidade audiovisual de informações jurídicas da ouvidoria da UFCA desenvolve a inclusão da pessoa com deficiência? Uma das hipóteses é que esse elenco de informações acessíveis disponibilizadas em materiais acessíveis desenvolve um sistema cognitivo de literacia e inclusão informacional do cidadão com deficiência. O desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) conseguirá desenvolver e refletir sobre a Produção, Comunicação e Usos da informação acessível e direcionada às questões da Mediação e Conciliação de Conflitos do cidadão com deficiência que está, em alguns casos, excluído dos métodos de autocomposição de resolução de conflitos.

O objetivo geral desse projeto de pesquisa é desenvolver uma proposta de acesso às informações jurídicas multimídia às PcD sob o tema da Mediação e Conciliação de Conflitos, no âmbito da ouvidoria da UFCA em Juazeiro do

Norte, Ceará. E os objetivos específicos: a) investigar o processo de digitalização dos documentos jurídicos, ilustrações, fotográficos, sonoros e audiovisuais divulgados por ouvidorias no Brasil; b) desenvolvimento de informações acessíveis de documentos multimídia e c) pesquisar o desenvolvimento de uma biblioteca digital multimídia jurídica acessível com o uso de ferramentas de Legendagem e Audiodescrição.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na web, desde 2008, existe um documento internacional que fornece uma série detalhada de procedimentos recomendando aos produtores de conteúdo para a internet (desenvolvedores de *sites* e aplicativos, informatas, técnicos etc.) a elaborarem material multimídia acessível. Essa recomendação ocorre em quatro princípios básicos assistivos: percepção, operacionalidade, compreensão e robustez. Ou seja, elas são as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG)¹.

De certa forma, essas poucas iniciativas mostram uma preocupação em contribuir para eliminar as barreiras, oferecendo, ainda que minimamente, possibilidades de recursos, de estratégias ou práticas assistivas. E, assim, promovendo a independência e a inclusão das pessoas com algum grau de deficiência, que necessitam de auxílio de outros para assistirem ou entenderem os conteúdos televisivos, por exemplo.

Até porque, segundo a Cartilha “Características Gerais da População, Religião e Pessoas com D/eficiência” (INSTITUTO..., 2010), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 45.606.048 de Pessoas com Deficiência (PcD) (visual, auditiva, motora e mental ou intelectual), sendo 18,6% deficientes visuais e 5,10% deficientes auditivos (BRASIL, 2010). Esses dados são de 2010 e acredita-se que, atualmente, 2020, o número seja mais expressivo. Porém, quase não há dados atualizados ou pesquisas mais precisas que acompanhem essas estatísticas, o que demonstra a invisibilidade dessas pessoas mediante a falta de informações atualizadas.

Essa preterição também é materializada na própria negligência dos governos em adotarem medidas enérgicas, para o não cumprimento do

¹ Disponível em: <https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-PT>. Acesso em: 12 ago. 2022.

oferecimento básico dos recursos assistivos. Assim, mesmo que haja respaldo da legislação como foi descrito e, que desde 2006 a Norma Complementar nº 01/2006 do Ministério do Estado das Comunicações obrigue a implementação de tecnologias que viabilizem o consumo de programas audiovisuais para todos (BRASIL, 2006), no geral, o que identifica é que as emissoras de TV descumprem as leis. Além disso, elas se apoiam em lacunas como as do “alto custo” para reestruturar estúdios, adquirir equipamentos ou contratar pessoal especializado em tempo hábil, acarretando o “drible” das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR² 15290/2016 (ASSOCIAÇÃO..., 2016).

3 METODOLOGIA

Desse modo, esta pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri tem a intenção de refletir sobre os recursos assistivos, a partir de desconstruções de algumas premissas de codificação das informações jurídicas dispostas nos manuais de Mediação e Conciliação. Assim, o produto informacional deste estudo é um Guia Informacional de Legendagem e Audiodescrição de Documentos Audiovisuais e Fotográficos Jurídicos no âmbito da ouvidoria Universidade Federal do Cariri (UFCA), na Cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará.

3.1 Resultados parciais da pesquisa empírica

A ouvidoria foi criada juntamente com a implantação da UFCA em 5 de junho de 2013, sendo um elo entre o usuário do serviço público, seja ele da comunidade acadêmica ou não e a administração, visando facilitar o processo de pacificação social entre os envolvidos no conflito. As atividades de mediação consistem em métodos de soluções pacíficas de conflitos, absolutamente recepcionadas no Código de Processo Civil/2015, cujo objetivo persiste em promover a paz social, através do empoderamento das partes conflitantes, no qual uma terceira pessoa, neutra e imparcial, facilitará o diálogo entre as partes. Neste sentido, os princípios basilares como autonomia e solidariedade são efetivados com a implantação deste serviço.

² NBR é a sigla para Norma Brasileira. Disponível em: <https://www.consultoriaiso.org/o-que-e-nbr/>. Acesso em: 14 ago. 2022.

A mediação é compreendida como um procedimento estruturado, sem tempo pré-estabelecido para o seu término, logrando ou não êxito no acordo, dotando as partes de autonomia para buscar soluções que compatibilizem seus interesses e necessidades³. Na conciliação, por sua vez, o facilitador adota uma posição mais ativa, podendo sugerir possibilidades para a resolução dos conflitos, porém com uma postura neutra e imparcial. Compreendida como um método consensual breve. Ambas as técnicas são norteadoras de princípios como a informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade, oralidade e flexibilidade processual. A estrutura organizacional é formada por 02 (dois) servidores públicos da instituição, sendo uma, a ouvidora. Os dois foram capacitados e certificados através de cursos que abordam a mediação e conciliação de conflitos no âmbito de ouvidorias através da Controladoria Geral da União e outras instituições.

Um dos objetivos principais da implantação da ouvidoria consiste na pacificação social que é promovida pelo setor à comunidade acadêmica como um todo, bem como ressaltar o empoderamento das partes, onde elas percebem a importância de sua atuação dentro dos conflitos, com o esclarecimento dos seus direitos enquanto cidadãos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos digitais multimídia impõe a necessidade de uma abordagem entre teoria e prática dos processos de análise de conteúdo, representação e recuperação da informação. Partindo desse pressuposto, o presente anteprojeto de pesquisa buscará desenvolver um sistema de inclusão da pessoa com deficiência às informações jurídicas institucionais. Nesse sentido, será necessário adequar-se às linguagens utilizadas na legendagem e audiodescrição. A finalidade principal é interagir com a pessoa com deficiência, que necessita do serviço oferecido pela ouvidoria, mas, por questões limitadoras, não a consegue.

³ Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EUROPEIA PARA AS NECESSIDADES ESPECIAIS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **Linhas de orientação para informação acessível**: TIC para a acessibilidade à informação na aprendizagem (ICT4IAL). 2015. Disponível em: https://www.europeanagency.org/sites/default/files/Guidelines%20for%20Accessible%20Information_PT.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15290**: acessibilidade em comunicação na televisão. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 2 dez. 2004.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) 3 e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 25 ago. 2009.

BRASIL. Decreto nº 9.451, de 26 de julho de 2018. Regulamenta o art. 58 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 26 jul. 2018.

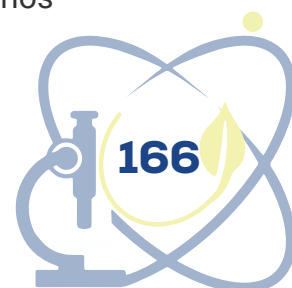
BRASIL. Decreto nº 62.150, de 19 de janeiro de 1968. Promulga a Convenção nº 111 da OIT sobre discriminação em matéria de emprego e profissão. **DOU**, Brasília, Senado Federal, 19 jan. 1968.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857. Fixando a Despeza e orçando a Receita para o exercício de 1858 - 1859. **DOU**, Brasília, Senado Federal, 26 set. 1857. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/542530/publicacao/15775618>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 8 jan. 1991.

BRASIL. Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996. Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários



ao exercício da cidadania. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 12 fev. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. **DOU**. Brasília: Senado Federal, 8 nov. 2000a.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 19 dez. 2000b.

BRASIL. Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005. Regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 5º da Constituição Federal e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 5 maio. 2005.

BRASIL. Lei nº 12.527, em 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 29 ago. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **DOU**, Brasília: Senado Federal, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). **DOU**, Brasília: Senado Federal, 6 jul. 2015.

BRASIL. Ministério de Estado das Comunicações. **Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006**. Aprova a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. 27 jun. 2006.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES - IFLA. **Bibliotecas para cegos na era da informação**: diretrizes de desenvolvimento. Editado por Rosemary Kavanagh e Beatrice Christensen Sköld. Trad. de Maria de Cléofas Faggion Alencar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. 99 p. (Relatório profissional, 86).

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Comunicação acessível para pessoas com deficiência visual nas redes sociais**. 14 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro/comunicacao-acessivel-para-pessoas->

[com-deficiencia-visual-nas-redes-sociais](#). Acesso em: 13 ago. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção 111**: sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão. 15 jul. 1960. Disponível em: [https://www.oas.org/dil/port/1958%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20em%20Mat%C3%A9ria%20de%20Emprego%20e%20Profiss%C3%A3o%20\(Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20%20n%C2%BA%20111\).pdf](https://www.oas.org/dil/port/1958%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20em%20Mat%C3%A9ria%20de%20Emprego%20e%20Profiss%C3%A3o%20(Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20%20n%C2%BA%20111).pdf). Acesso em: 13 ago. 2022.

TURISMO CULTURAL E PESQUISA BRASILEIRA:

A PROPOSTA DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA CIENTÍFICA

Mateus Dias da Silva
Beatriz Gondim Matos

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial do Turismo – OMT define turismo cultural como a intensa movimentação de pessoas motivadas, essencialmente, em consumir ou experienciar produções culturais de uma determinada localidade ou grupo social, essas produções podem ser segundo a própria OMT “excursões de estudo, teatralizações e excursões culturais, viagens para festivais e outros eventos culturais, visitas a localidades e monumentos, viagens para estudar a natureza, folclore ou arte e peregrinações” (RICHARDS, 2009, p. 1). Outra definição a respeito de turismo cultural é a de Richards (1996, p. 25), para ele turismo cultural é, “o movimento de pessoas para atrações culturais longe de seu local normal de residência, com a intenção de reunir novas informações e experiências para satisfazer necessidades culturais”. Com o intuito de entender mais a respeito dessa forma de turismo no contexto brasileiro o presente estudo procura investigar, por meio de uma revisão sistemática de literatura: Quais são os aspectos e potencialidades do turismo cultural nacional, a partir da literatura científica?

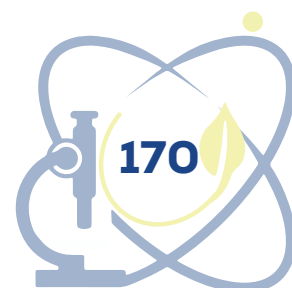
A literatura acadêmica brasileira encontra-se repleta de diversas publicações que relacionam-se com o tema em questão e que discorrem experiências de turismo cultural de todas as regiões do Brasil, porém convém evidenciar que a mesma carece de publicações que tem por finalidade se debruçar sobre esse conjunto promissor de dados, para analisá-los a fim de solidificar o conhecimento já existente, o presente trabalho se justifica e é idealizado com o propósito de colaborar para o preenchimento de tal lacuna na literatura existente.

Na primeira fase do trabalho foi realizado uma busca inicial por revisões

sistemáticas de literatura relacionadas com o turismo cultural no intuito de nortear a presente pesquisa, a principal onde foi constatado a falta de trabalhos que abordassem a revisão sistemática de literatura enquanto método de pesquisa aplicado a produções acadêmicas nacionais em relação ao turismo cultural.

As revisões sistemáticas são de fundamental importância para orientar pesquisadores da área a respeito do que já foi produzido e do que precisa de aprofundamento científico, evitando assim enviesamentos e pesquisas redundantes que se somam a literatura, porém pouco agregam a mesma. A investigação ocorre por meio desse método, tendo em vista a significativa importância que o mesmo tem para o desenvolvimento de futuras pesquisas acadêmicas a respeito do tema e a contextualização do estado da arte. A formulação dessa questão justifica-se pela própria necessidade que a ciência tem de se aprofundar em assuntos relevantes para a sociedade, outro ponto importante dessa discussão, é que ela aborda diretamente um conceito tão dinâmico e abrangente como é o conceito de “cultura”, tornando o turismo cultural, muito suscetível a mudanças, uma vez que o entendimento do que é a cultura está atrelado a percepção e a subjetividade das pessoas, se a sociedade muda e ela está em constante estado de mudança (principalmente nos últimos tempos) esse conceito também acompanhará tais transformações e percepções, demandando constante estudo e questionamento de todos os temas que se conectam a ele (conceito de cultura), tal como é o caso do turismo cultural.

O objetivo deste trabalho acadêmico é auxiliar na continuidade das discussões em torno do tema, apresentando aos atuais e futuros pesquisadores da área uma discussão crítica pós-construtivistas de como a literatura enxerga essa forma de turismo no Brasil. Somado a isso pretende-se também estudar as potencialidades do mesmo sugerindo lacunas e elementos que fundamentassem outros estudos na área.



2 METODOLOGIA

A proposta de desenvolver um estudo por meio de revisão sistemática foi sendo consolidada pouco, a pouco, na medida que as reuniões e orientações de iniciação científica foram ocorrendo, foi conduzido um breve estudo a respeito de revisões sistemáticas, suas características, objetivos e utilidade seguido por uma breve formação acadêmica com foco em recuperação de informação e uso de lógica booleana para fins de pesquisa.

A busca inicial ocorreu por meio das bases de dados Scopus, Web of Science, e por meio da plataforma acadêmica, Periódicos da CAPES (que indexa diversas bases acadêmicas do mundo todo), no período de 01 de agosto de 2022 até dia 17 de agosto de 2022. Foram utilizadas as seguintes palavras chaves em português e inglês com os operadores booleanos:

- Assunto “cultural tourism” ,
- Assunto “turismo cultural” ,
- Assunto “turismo cultural” AND Todos os campos “revisão sistemática” ,
- Assunto “cultural tourism” AND Todos os campos “systematic review” ,
- Assunto “cultural tourism” AND Todos os campos “review” .

Considerou-se como recorte temporal o período que se inicia em janeiro de 2002 e vai até junho de 2022, ou seja, trabalhos publicados nos últimos vinte anos. Esses trabalhos são de acesso livre (gratuito) e estão disponibilizados na plataforma Periódicos da CAPES, essa busca resultou em 369 trabalhos. Em seguida, foram considerados os critérios de exclusão ‘artigos realizados que se referem a contextos estrangeiros’ uma vez que, turismo cultural tem a mesma grafia no idioma espanhol e português de Portugal tornando necessário analisar o contexto territorial discutido em cada artigo. Após análise chegou-se a um número de 77 artigos que se referem ao contexto do turismo cultural brasileiro (Experiências culturais em geral que ocorrem em âmbito nacional), atualmente faz-se uso do Excel como ferramenta de armazenagem e gestão da informação, mas a proposta é que estes dados também possam ser analisados via MAXQDA (software que serve para a análise de dados qualitativos e de métodos mistos em pesquisas acadêmicas, científicas e comerciais).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Por ser uma área de pesquisa com forte caráter multidisciplinar o turismo cultural abarca questões relacionadas as mais diversas áreas do conhecimento como gestão, sociologia, economia e psicologia isso acaba por transformar a literatura da área em algo dinâmico e um tanto quanto complexo, segundo Richards (2018) para ser capturada tal complexidade é necessário realizar abordagens multidisciplinares e multidimensionais, que permitam ao pesquisador dissociar e estudar as múltiplas camadas desse tema. A este respeito, a revisão sistemática de literatura é um método de pesquisa com forte rigor científico, que preza por altos níveis de confiabilidade, com o objetivo de minimizar o enviesamento da literatura, ao mesmo tempo que recolhe e processa informações de uma grande quantidade de textos publicados sobre um tema em questão (THORPE *et al.*, 2005; TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003).

Considerando-se o entendimento de turismo cultural de Richards (1996) este estudo buscou aprender de que forma o turismo cultural vem sendo aplicado no Brasil enquanto teoria e prática. A revisão sistemática da literatura a respeito do turismo cultural nacional pode também ajudar a identificar elementos que precisam passar por uma nova investigação considerando perspectivas mais contemporâneas e questões que surgiram recentemente, auxiliando entre outras coisas a manter esse campo da pesquisa brasileira atualizado.

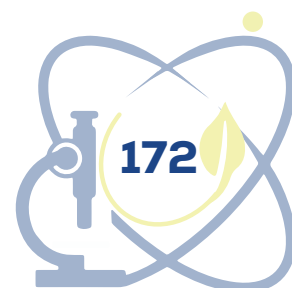
4 RESULTADOS PARCIAIS

Em relação aos resultados parciais dessa fase inicial de pesquisa estão:

A construção do protocolo de investigação que se trata de um instrumento para a continuidade do projeto, pois é ele que permitir a esse método ter altos níveis de rigor e transparência. O protocolo funciona como uma espécie de script (passa-a-passo) uma forma de procurar, filtrar e usar os estudos que serão a base da revisão sistemática de literatura.

Outro resultado é a definição do conjunto universo de artigos que serão submetidos a investigação e análise por meio de metassíntese qualitativa:

A metassíntese qualitativa é definida como integração interpretativa



de achados qualitativos (derivados de estudos fenomenológicos, etnográficos, da teoria fundamentada nos dados e outros) que são a síntese interpretativa de dados. Essas integrações vão além da soma das partes, uma vez que oferecem uma nova interpretação dos resultados. A nova interpretação não pode ser encontrada em nenhum relatório primário de investigação, pois são inferências derivadas do fato de todos os artigos terem se tornado uma amostra, como um todo (MATHEUS, 2009, p. 544).

Os 77 artigos identificados estão sendo analisados, em inteiro teor, a fim de se compreender o estado da arte das discussões a respeito do turismo cultural no panorama nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir é importante ter em mente que este resumo expandido se refere a uma pesquisa que está em fase de desenvolvimento, logo este trabalho ainda requer uma longa e profunda análise a fim de esboçar satisfatoriamente as características e tendências do turismo cultural brasileiro, tal esboço se configura em um grande desafio dado ao grande volume de mudanças sociais e a forte influência da tecnologia nas relações humanas. Questões com o intuito de investigar o impacto dessas mudanças no turismo cultural tanto a nível de mercado como de experiência subjetiva, podem ser a base de futuras pesquisas promissoras a esse campo de estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amigos e companheiros da iniciação científica, a(o) professor(a) orientador(a) desse processo que muito colaborou com este trabalho através de seu conhecimento e experiência, a UFCA por dispor da sua infraestrutura e agradeço também a FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico por seu apoio financeiro.

REFERÊNCIAS

KOHLER, A. F.; DIGIAMPIETRI, L. A. Turismo cultural: análise bibliométrica e de redes sociais do campo de turismo no Brasil, 1990-2018. **Passos**, [s. l.], v. 19, p. 825-844, dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/download/11910/8614>. Acesso em: 18 ago. 2022.

MATHEUS, M. C. C. Metassíntese qualitativa: desenvolvimento e contribuições para a prática baseada em evidências. **Acta paulista de Enfermagem**, [s. l.], v. 22, 2009, p. 543-545. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002009000800019>. Acesso em: 23 de ago. 2011

RICHARDS, G. Turismo cultural: Padres e implicações. In: CAMARGO, P.; CRUZ, G.; GUTIÉRREZ, A. D. **Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências**. Editus – Editora da UESC, Bahia, p. 25-48. 2009. *E-book*. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Greg-Richards-2/publication/34698866_Turismo_Cultural_Padros_e_implicacoes/links/5fd7513a92851c13fe850a75/TurismoCultural-Padros-e-implicacoes.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

RICHARDS, G. Cultural tourism: A review of recent research and trends. **Journal of Hospitality and Tourism Management**, Breda, The Netherlands, v. 36, p. 12-21, jul. 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1447677018300755>. Acesso em: 18 ago. 2022.

RICHARDS, G. The Scope and Significance of Cultural Tourism. In: RICHARDS, G. **Cultural Tourism in Europe**. Cabi, Wallingford: Atlas, 1996. p. 25. Disponível em: <http://www.atlas-euro.org/pages/pdf/cultural%20tourism%20in%20europe.PDF>. Acesso em: 20 ago. 2022.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003. Disponível em: <https://www.cebma.org/wp-content/uploads/Tranfield-et-al-Towards-a-Methodology-forDeveloping-Evidence-Informed-Management.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

TÉCNICAS DO *VISUAL LAW* PARA A COMPREENSÃO DO CONTEÚDO E PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA DE ESTUDANTES: PERCEPÇÃO INICIAL DOS GRADUANDOS DE DIREITO DO UNIFAP¹

Judah Lopes Pereira de Oliveira²

Luane Caroline Mendes³

Roberta Marina Cioatto⁴

1 INTRODUÇÃO

Certamente, a quantidade de conteúdos que um estudante de direito absolve durante sua graduação é demasiado. Assim, o ensino carece de técnicas que facilitem o entendimento, e, nada mais eficaz do que utilizar recursos gráficos para auxiliar na captação visual do aluno. Considerando a importância da comunicação no ambiente acadêmico, observou-se a necessidade da implementação de técnicas do *visual law* nos métodos de ensino das disciplinas do curso de direito com o objetivo de tornar o Direito mais compreensível e claro para o aluno, aplicando visualmente a prática, na teoria, sendo um tema a ser tratado e desenvolvido ainda no início da formação acadêmica.

Diante do exposto, surgiu o problema desta pesquisa, qual seja: Como a introdução da aplicação de técnicas do *visual law* no ambiente acadêmico do curso de direito pode contribuir para a compreensão do conteúdo e para a formação acadêmica dos estudantes de direito?

O objetivo do presente trabalho é investigar como as técnicas do *Visual Law* aplicadas no ambiente acadêmico do curso de direito podem contribuir para a compreensão do conteúdo e para a formação acadêmica dos estudantes de

¹ Versão inicial deste resumo foi apresentada na XIV Semana de Direito do Centro Universitário Paraíso.

² Judah Lopes Pereira de Oliveira, aluno Unifap - E-mail: Judah12oliveira@aluno.fapce.edu.br

³ Luane Caroline Mendes, aluna Unifap - E-mail: luanemendes@aluno.fapce.edu.br

⁴ Prof. Me. Roberta Marina Cioatto, Orientadora - E-mail: roberta.cioatto@fapce.edu.br

direito do Centro Universitário Paraíso.

Com isso, na semana de direito da instituição foram utilizadas técnicas do *visual law*, como elementos visuais, para transmitir aos alunos informações necessárias sobre o evento, por exemplo, como se inscrever, como encaminhar um resumo ou artigo para submissão, oportunidade que se utilizou o material para questionar aos alunos sobre a compreensão de informações através desses elementos.

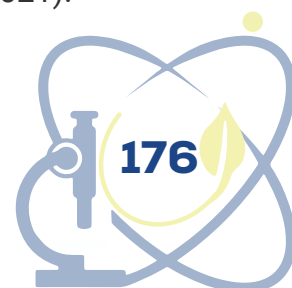
2 METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de natureza aplicada, sob abordagem quantitativa, utilizando-se do método indutivo, realizada com estudantes do curso de direito do Centro Universitário Paraíso de Juazeiro do Norte (CE) no período de 29/10/2021 a 02/11/2021 - período final de inscrições para a XIV Semana de Direito, que iniciou em 03 de novembro do mesmo ano. As perguntas elaboradas foram inseridas em formulário eletrônico enviado via *Whatsapp* para os líderes de turma para que estes encaminhassem aos alunos de suas respectivas turmas.

A presente pesquisa foi construída a partir das seguintes perguntas, “A divulgação de informações sobre a submissão de pôsteres e artigos na semana de direito, SEM a presença dos elementos visuais, foi de fácil compreensão?; A aplicação de elementos visuais no texto, facilitou na retenção da informação?; Você acredita que a organização de uma aula, com elementos visuais (infográficos, ícones, destaques, linha do tempo e etc.) facilita o aprendizado?; Você considera que elementos visuais facilitam o entendimento de assuntos jurídicos?; Você sabe o que é o *Visual Law*?”.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Os avanços tecnológicos estão mudando cada vez mais as relações sociais e a maneira de exercer determinadas profissões. Tais evoluções chegam aos operadores do direito de forma gradativa, e uma dessas significativas mudanças, que impacta diretamente na interação advogado e cliente, ou advogado magistrado, é o *Visual Law*. Subárea do *Legal Design*, que visa proporcionar uma experiência de comunicação simplificada através de mecanismos que facilitam o entendimento, torna o direito mais claro e compreensível (COUTINHO, 2021).



Consigna-se, que a ciência jurídica é essencialmente comunicativa, e o direito configura como a linguagem que reflete a norma (SOUZA; OLIVEIRA, 2021). Portanto, é de suma importância que a comunicação seja clara, simples e objetiva, para elucidar fatos e sustentar teses, sendo o *Visual Law* um mecanismo de excepcional valor para que ocorra um diálogo compreensível.

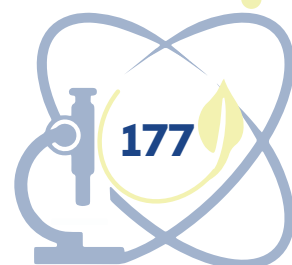
4 RESULTADOS ALCANÇADOS E CONCLUSÕES

O curso de direito Unifap é composto por aproximadamente 600 estudantes matriculados. Destes, 90 responderam ao formulário, o que equivale a 15% do total. Os participantes da pesquisa foram indagados sobre algumas questões e foram obtidas as seguintes respostas:

- 72,2% dos alunos disseram que as informações sobre a submissão de pôsteres e artigos na semana de direito, sem a presença dos elementos visuais, não foi de fácil compreensão.
- 27,8% afirmaram que não tiveram dificuldades de entendimento; no entanto, ao responderem a próxima pergunta, 90% dos discentes afirmaram que os elementos visuais vistos na publicação contribuíram para o entendimento do texto, facilitando a retenção da informação. Isto significa que, ao apresentar ao aluno informação em formatos mais dinâmicos simplifica o aprendizado.

Outra indagação foi quanto ao aprendizado durante as aulas, em que se questionou sobre a introdução de elementos do *visual law* no ambiente de ensino. 98,9% dos discentes afirmaram que a organização de uma aula, com elementos visuais (infográficos, ícones, destaques, linha do tempo e etc.) facilita o aprendizado. O restante informou que “talvez”. Com isso, é possível interpretar que a aplicações de métodos mais dinâmicos durante as aulas podem auxiliar na explicação de diversos assuntos, visando a tornar o Direito mais compreensível e claro para o indivíduo.

Nessa perspectiva, com o objetivo de analisar qual seria a opinião dos alunos do curso de direito referente à aplicação do *Visual Law* como forma de facilitar compreensão do assunto durante a ministração das aulas, 100% dos alunos consideram que elementos visuais facilitam o entendimento de assuntos



jurídicos e favorecem a absorção de conteúdo. Portanto, com a implementação das técnicas durante as aulas ou com o fornecimento de materiais de apoio com documentos claros, interativos e prazerosos de ler, seria possível transformar a informação jurídica em algo que qualquer pessoa seja capaz de entender.

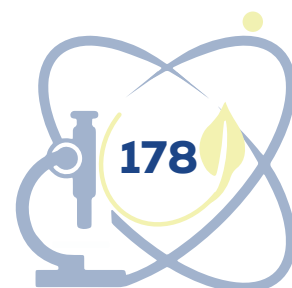
Por último, perguntou-se aos alunos se eles tinham algum entendimento a respeito do que seria *Visual Law*. 52,2% já ouviram falar sobre o assunto, mas não sabem bem o que significa, enquanto 28,9% desconhecem o tema e 18,9% sabem do que se trata.

Com isso, é importante analisar a possibilidade de implementação das técnicas do *visual law* no curso de direito, visto a necessidade de se adequar às atualidades do mundo jurídico, com o objetivo de aprimorar a comunicação no campo do direito e a capacitação de estudantes para o mercado de trabalho.

Infere-se, portanto, que embora os alunos não conheçam efetivamente a expressão *visual law* e o número de participantes da pesquisa sejam uma pequena parcela do total dos graduandos do curso de direito da faculdade, pode-se generalizar que os elementos visuais são importantes para a compreensão do conteúdo e para a formação acadêmica dos estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados colhidos a partir da consulta de opinião dos acadêmicos do Centro Universitário Paraíso, ampliou-se a compreensão sobre o objeto de estudo. É perceptível que há uma latente contribuição dos elementos gráficos do *Visual Law* para o melhor entendimento da linguagem e comunicação e o interesse dos acadêmicos em sua utilização. Desse modo, as técnicas poderiam ser usadas no âmbito acadêmico com boa recepção entre os alunos. Uma vez realizado este trabalho, percebeu-se também a necessidade de uma nova pesquisa, agora consultando os professores do curso sobre a técnica e sobre a viabilização de sua utilização em sala de aula, objeto para outra pesquisa.



REFERÊNCIAS

CAMPOLINA, I. A educação jurídica na era da transformação digital: os desafios na perspectiva dos estudos futuros. **Humanidades e inovação**, [s. l.], v. 8, n. 47, p. 136-150, 14 jun. 2021.

COUTINHO, R. **Visual Law e a efetividade da comunicação em petições e documentos jurídicos**. [S. l.]: Migalhas, 23 mar. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/342197/visual-law-e-a-efetividade-da-comunicacaoem-peticoes-e-documentos>. Acesso em: 25 out. 2021.

SOUZA, B. A.; OLIVEIRA, I. B. **Visual Law**: Como os elementos visuais podem transformar o direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DAS VIVÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRI

Antonio Lima de Brito¹

Cícera Thayná Gomes da Silva²

Cícero Marcelo Bezerra dos Santos³

Palavras-chave: precarização do trabalho; Santana do Cariri; dignidade; direito.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho realmente dignifica homem? O emprego satisfaz a quem? Há uma evolução ou guardamos resquícios da Europa do século XVIII, onde não se falava em direitos ao cidadão? São esses questionamentos que norteiam a compreensão do mercado de trabalho no município de Santana do Cariri para o desenvolvimento do presente trabalho.

O município de Santana do Cariri, localiza-se no estado do Ceará, nordeste do Brasil, mesorregião do Sul Cearense, bem como na Região Metropolitana do Cariri, com população estimada na ordem de 17.726 habitantes (IBGE, 2010). O município é reconhecido pela Lei Estadual nº 102/2005 por Capital Cearense da Paleontologia⁴.

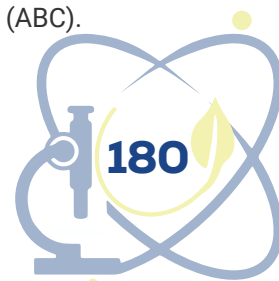
Ganhando evidência e notoriedade devido ao seu potencial expansivo

¹ Graduação em andamento no curso de Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri. E-mail: antonio.brito@aluno.ufca.edu.br

² Graduação em andamento no curso de Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Cariri. E-mail: thayna.gomes@aluno.ufca.edu.br

³ Pesquisador sobre Política Nacional dos Resíduos Sólidos e catadores de recicláveis, Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável pela UFCA, Professor da Universidade Federal do Cariri – UFCA, advogado com especialização em Direito Público Municipal. E-mail: marcelo.bezerra@ufca.edu.br

⁴ O município de Santana do Cariri se constitui no mais importante depósito de fósseis do Brasil, e está entre os 12 maiores do mundo, sendo o maior em registro de peixes fósseis, diz o naturalista e paleontólogo Diogenes de Almeida Campos membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC).



que atrai significativo número de pesquisadores que manifestam interesse pela região, o que é reforçado nas inúmeras pesquisas científicas em andamento nesta área do conhecimento. Tendo sediado o Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens⁵ da Universidade Regional do Cariri e o Parque dos Pterossauros⁶.

Além dos atrativos paleontológicos e científicos, Santana do Cariri abriga o Casarão (museu histórico) do Coronel Felinto Cruz, que corresponde a um dos maiores patrimônios arquitetônicos do município guardando em sua história um período de grande relevância do coronelismo no estado. Além da Igreja Matriz de Senhora Sant´ana, padroeira da cidade, ambas, construções centenárias e em estilo neoclássico. Ainda, o santuário de Benigna Cardoso da Silva considerada, em toda a região, como heroína da castidade, atraindo inúmeros fiéis e visitantes que buscam expressar as mais diversas manifestações religiosas através da sua fé. Atualmente encontra-se em andamento a construção do complexo religioso da menina Benigna, o que possibilitará expressivo crescimento econômico para a cidade através do turismo religioso.

Ao elencar os aspectos ambientais do município, deve-se evidenciar o Pontal da Santa Cruz, cuja elevação possibilita uma visão panorâmica da chapada do araripe, tendo como símbolo caracterizante deste geossítio⁷ uma enorme cruz de ferro considerada símbolo de proteção da cidade, uma vez que, segundo crenças populares, espanta os males e assombrações. Como também, torna-se necessário evidenciar o Vale do Buriti, compreendendo o verde vale repleto de nascentes e piscinas naturais.

Em meio a toda relevância religiosa, econômica, cultural, histórica e ambiental, o município de Santana do Cariri, de modo paradoxal, além das debilidades de serviços públicos e infraestrutura urbana, dispõe de condições precárias na distribuição de emprego e renda. Colocando os indivíduos a

⁵ O Museu de Paleontologia mantém projetos de escavações permanentes de fósseis em toda a Bacia do Araripe, bem como coleta sistemática de fósseis nas frentes de escavações do calcário laminado, nos municípios de Nova Olinda e Santana do Cariri. Esse programa é a principal ferramenta contra a exploração clandestina e o tráfico de fósseis na região (GEOPARK ARARIPE, 2022).

⁶ Este geossítio localiza-se no sopé no sopé da Chapada de Araripe e oferece um belo panorama paisagístico, sendo considerado um dos maiores achados de fósseis em todo o Nordeste (GEOPARK ARARIPE, 2022).

⁷ Áreas caracterizadas pela riqueza em formações geológicas e que apresentam relevância ambiental, cultural e turística, sendo delimitadas para preservação e visitação (GEOPARK ARARIPE, 2022).

submeter-se a questões subalternas de emprego, em grande parte dos casos, ganhando menos de 1/2 salário mínimo, é tanto que de sua população total, 56,5% tem rendimento nominal mensal de até 1/5 salário mínimo (IBGE, 2010).

Diante do contexto apresentado, o objetivo geral deste trabalho depreende-se na compreensão do mercado de trabalho no município de Santana do Cariri e as relações que se interpenetram com essa realidade. Tendo como objetivos específicos uma análise jurídica e humanística do direito brasileiro e das normas que regem a prestação de serviço e trabalho, além de uma análise ancorada na garantia dignidade humana – direito fundamental previsto constitucionalmente.

2 METODOLOGIA

Para a presente pesquisa, optou-se pela abordagem quali-quantitativa, com objetos explicativos e exploratórios, com uso de pesquisa bibliográfica, conceitual e documental, além de visitas técnicas e entrevistas.

Buscando-se perfazer uma análise dos estudos de casos que apresentam como objeto de pesquisa as relações e condições de trabalho, esta pesquisa encontra-se embasada em artigos, livros, documentos e outros projetos que retratam o objeto em estudo, ou que, mesmo possuindo outros objetos de pesquisa, analisam também esses elementos.

Além disso, utilizou-se de pesquisa de campo de março a junho de 2022 com atividades que envolviam desde visitas técnicas a entrevistas, utilizando métodos quantitativos, que contribuíam para identificar e ter contato direto com a realidade. Para composição do presente trabalho, as entrevistas foram realizadas com uma amostra de 47 pessoas com faixa etária entre 18 e 29 anos, residentes no município de Santana do Cariri.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Como método de pesquisa, o presente trabalho desdobra-se, inicialmente, na retomada histórica do neoliberalismo brasileiro - modelo econômico implantado durante a década de 1990 e pautado na ascensão econômica, segurança social, consumismo e qualidade de vida - bem como nas transformações ocorridas na sociedade pós implementação desse modelo econômico e as mudanças que



este acarretou para os modelos de trabalhos propostos.

De tal modo, embasada nas ideias de Antunes (2008), afirmando que a precarização do trabalho tem caráter estrutural, sendo uma faceta da reestruturação produtiva e organizacional, com o aumento de produtividade da mão-de-obra, ao passo em que se diminui a carga de direitos e postos de trabalho. Ainda, angariada nos postulados de Karl Marx ao compreender a divisão das classes sociais presente na sociedade e a exploração da classe detentora dos meios de produção sobre o proletariado.

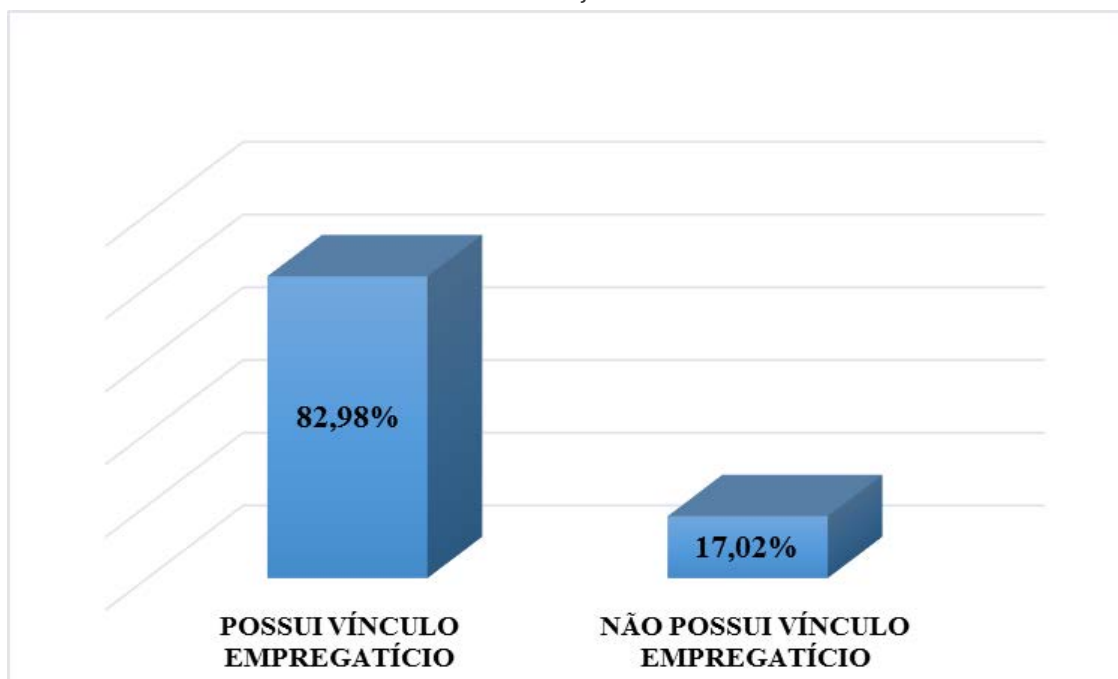
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Partindo dos pressupostos apresentados por Karl Marx e Frederich Engels na obra Manifesto do Partido Comunista (1948), a história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes, ou seja, historicamente nossa sociedade encontra-se marcada pelas contradições e tentativas de subordinação dos detentores dos meios de produção sob o proletariado, estando essa realidade não tão distante da atual conjuntura do mercado de trabalho brasileiro.

Inseridos em um contexto cujo espectro esteja racionalizado na busca constante pelo lucro, muitos são os desafios impostos diante as vivências em uma mercado de trabalho altamente competitivo e dinâmico, exigindo cada vez mais profissionais preparados e capacitados, restando para aqueles que não atendem esses anseios as margens da subalternidade e precarização laboral. Por esta razão, Antunes (1995) afirma que essa realidade sempre existiu no capitalismo, passando a ter lugar estratégico na lógica de dominação capitalista. Logo, percebe-se que essa conjuntura foi intensificada na década de 1990 com o desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil.

A partir desse entendimento, ao analisar o mercado de trabalho do município de Santana do Cariri seria possível verificar o quão atrelada a essa realidade estaria. Para tanto, buscou-se desenvolver uma pesquisa por meio de entrevistas para melhor compreensão desse cenário, cujos resultados serão apresentados nos Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 – Relação de trabalho

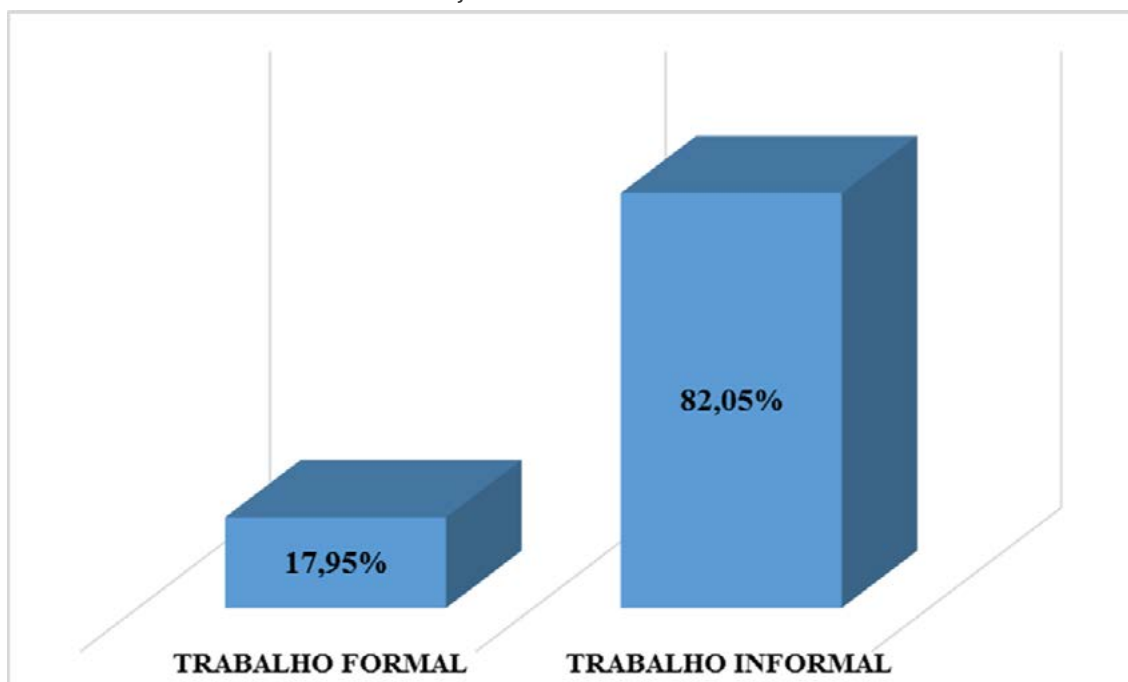


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Inicialmente, tinha-se como objetivo compreender, dentre as pessoas entrevistadas, quantas delas estavam inseridas no mercado de trabalho. Para consecução dessa atividade foram entrevistadas uma amostra de 47 pessoas com faixa etária entre 18 e 29 anos, residentes no município de Santana do Cariri. Como resultado, constatou-se que 82,98% deste quantitativo mantinham vínculo empregatício com alguma empresa e/ou estabelecimento da cidade. Já 17,02% declararam não possuir vínculo empregatício.

Por conseguinte, em posse das informações daqueles que declaravam possuir algum vínculo empregatício, buscou-se analisar quantos possuíam relação de trabalho formal e quantos trabalhavam na informalidade. Cujos resultados serão apresentados no gráfico 2.

Gráfico 2 – Relação de trabalho formal x informal



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Como consequência, observou-se que 17,95% daqueles que disseram possuir relação laboral, estavam inserido no contexto de relações trabalhistas formais, com contrato de trabalho e registro na Carteira Profissional. Sendo que, 82,05% se apresentavam em espectro contraditório, estando sujeitos ao trabalho informal, lhe dando diretamente com a instabilidade financeira e desamparados pelas garantias previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas. Ainda, questionados acerca da remuneração salarial, constatou-se as condições precárias de pagamento, os quais não ultrapassavam 1/2 salário mínimo, além de trabalharem mais horas do que a legislação trabalhista brasileira permite.

Karl Marx na sua obra Salário, Preço e Lucro (1988) afirma que quando o tempo de vida é substituído por tempo de trabalho, o ser humano perde o seu espaço social. Nesse viés, constata-se que tais problemáticas enfrentadas pelos munícipes santanenses perpassam para além dos fatores econômicos, engendrando também aspectos sociais. A partir desse ponto é possível identificar mais uma dificuldade vivenciada por estes cidadãos, pois aceitando trabalhar conforme preceitua esse modelo estão sujeitos a trabalharem por longa jornada de tempo, já que falta oportunidade e melhores condições trabalhistas que

deveriam garantir inserção social mais justa e a proteção previdenciária prevista.

Em virtude disso, tendo seus direitos sociais e trabalhistas parcialmente deturpados, ainda que a constituição cidadã de 1988 assegure em seu artigo 1º, inciso IV, o direito aos valores sociais do trabalho de livre iniciativa, fere o princípio indissolúvel da dignidade humana, previsto no artigo 1º, inciso III da referida constituição. Para tanto, a dignidade humana é um direito com o qual não há parâmetros de comparação. Não é um direito valorativo, ou quantitativo, e por assim o ser deve ser tido como supremo em relação aos demais [...] (MORAIS, 2003).

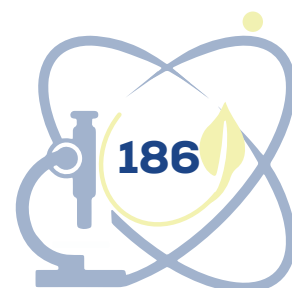
Ainda, deixando de atender ao apelo global feito pela Organização das Nações Unidas, na busca pelo alcance da Agenda 2030 no Brasil, na proposição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, diretamente o Objetivo 8, que trata sobre o trabalho decente e crescimento econômico, e o Objetivo 10 que versa sobre a redução das desigualdades.

Toda essa situação acarreta uma série de problemas para o desenvolvimento do município, pois esses indivíduos precisam sair de sua cidade natal em busca de oportunidades nas cidades vizinhas e nos grandes centros urbanos. Ao passo que saem para trabalhar fora, levam consigo seus desejos e necessidades de aquisição e consumo que serão preenchidos em outros lugares, o que dada as oportunidades necessárias potencializaria ainda mais os níveis de desenvolvimento econômico e social da cidade.

5 CONCLUSÕES

Por meio das atividades, pesquisas, entrevistas e estudos realizados, foi possível verificar a precarização do trabalho no município de Santana do Cariri e as relações que se interpenetram com essa realidade, contemplando uma análise social, jurídica, humana e crítica. A realidade nos remete a uma Europa na época da industrialização onde pessoas não tinham e não podiam exigir direitos.

Para tanto, constatou-se que o município se apresenta em espectro contraditório em face aos seus potenciais religioso, econômico, cultural, histórico e ambiental. Tendo em vista que as pessoas com vínculo empregatício recebem parte dos salários e não estão protegidas pelos direitos trabalhistas,



mostrando que este emprego satisfaz exclusivamente aos interesses do dono do capital. Havendo subalternização, exclusão, segregação e humilhação pelas quais muitos de seus munícipes precisam se submeter a fim de conseguir seu próprio sustento e inserção no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995; 2008.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

GEOPARK ARARIPE. **Museu de Paleontologia Plácido Cidade Nuvens**. 2022a. Disponível em: http://geoparkararipe.urca.br/?page_id=1591. Acesso em: 25 ago. 2022.

GEOPARK ARARIPE. **Parque dos Pterossauros**. 2022b. Disponível em: http://geoparkararipe.urca.br/?page_id=1721. Acesso em: 25 ago. 2022.

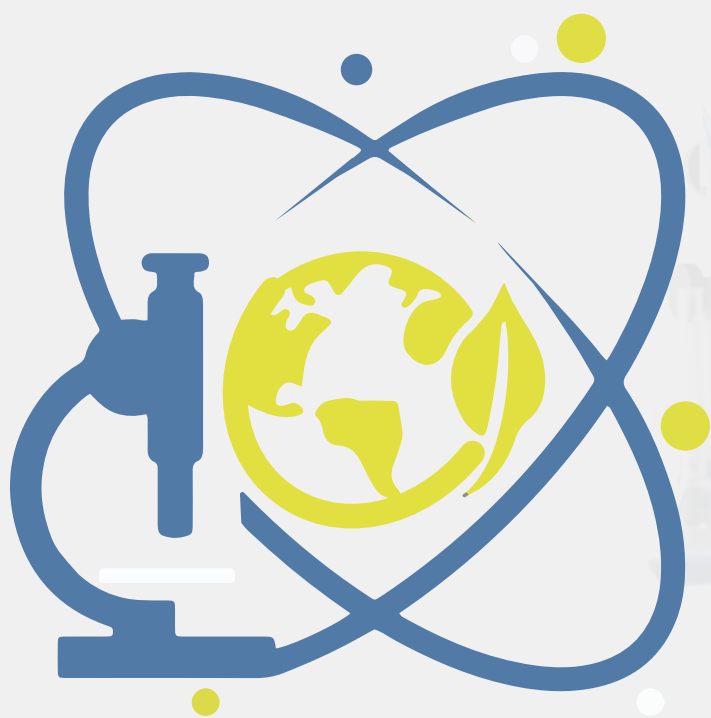
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> Acesso em: 27 ago. 2022.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. Tradução de Eduardo Salo. São Paulo: Edipro, 2004.

MORAIS, Alexandre. **Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015.

PETRA, James. **"The Communist Manifesto: Is it Revant Today?"** Nova York, mimeo, 1997. Tradução de Jair Pinheiro para a revista Lutas Sociais, nº 3. São Paulo: Xamã, 1997.



Resumos Simples

**Ciência e tecnologia para
o desenvolvimento social**

MULHERES E VIOLÊNCIA NO CARIRI CEARENSE:

LESÕES CORPORAIS EM MULHERES SUBMETIDAS A EXAME DE CORPO DE DELITO EM 2020

Cicera Luana Cruz Tavares

Bruna Kerolayni Leite Cesario

Marcela Prado Araujo Brito

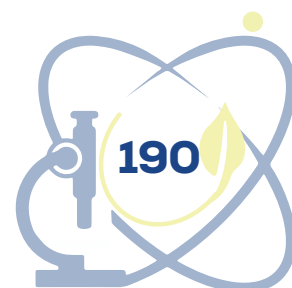
Patricia Maria de Albuquerque Brayner

RESUMO

Desde o início da década de 70, a violência contra a mulher tem recebido crescente atenção e mobilização. O problema inclui diferentes manifestações, como: assassinatos, estupros, agressões físicas e sexuais, abusos emocionais, prostituição forçada, mutilação genital, violência racial, por causa de dote ou por opção sexual. A violência pode ser cometida por diversos perpetradores: parceiros, familiares, conhecidos e estranhos. O presente trabalho tem por objetivo apresentar através da busca e coleta sistemática no banco de dados digitalizados do Instituto Medico Legal/IML e em livros-registros para aqueles não digitalizados, as características e tipos de violência contra a mulher, o perfil das mulheres agredidas e do agressor e observar as relações estabelecidas entre instituições de combate a violência, tipos de encaminhamentos e resolução dos casos detectados. O projeto tem como metodologia a pesquisa aplicada de base bibliográfica e documental, qualitativa, realizada de junho de 2021 a agosto de 2021 em conjunto com a Iniciação Científica. Realizado no IML com seleção de prontuários e documentos seguindo de categorização conforme os objetivos e descrição dos sujeitos no ano de 2020. Foi observado através da busca de dados realizada no IML em Juazeiro do Norte-CE, que a violência contra a mulher é mais frequente em mulheres entre 18 e 50 anos, e em sua maioria são praticadas por seus companheiros/parceiros. Outro ponto importante, é que mesmo sendo essas as idades mais comuns, também é possível observar que a violência está presente em mulheres acima de 70 anos de idade, inclusive há registro de aposentada de 78 anos, mas a idade prevalente gira em torno de 30 anos, ou seja mulheres em idade reprodutiva. Chama a atenção que esse padrão encontrado em delegacias de defesa da mulher que têm preponderância de parceiros como o principal agressor físico. As agressões no âmbito doméstico são também muito

mais repetitivas do que as cometidas por pessoas estranhas ou conhecidas da vítima, o que sugere um maior impacto sobre a saúde das mulheres submetidas a essas agressões, aumentando, assim, a responsabilidade dos serviços em sua detecção. E que as lesões em sua maioria incluem equimose e edema peri-orbital, escoriações ungueais e equimose em membros superiores, e podem indicar, além de um comportamento de defesa com os braços, o caráter simbólico de humilhação e de agressão à dignidade da pessoa humana de que se revestem os atos de agressão à face.

Palavras-chave: violência; mulher; agressor.



A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DOS CATADORES DE JUAZEIRO DO NORTE

Natanael Viana Nogueira¹

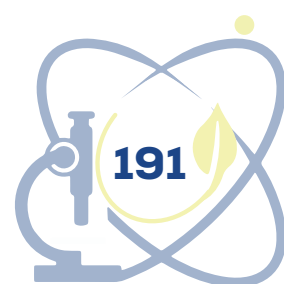
Cícero Marcelo Bezerra dos Santos²

RESUMO

A cidade de Juazeiro do Norte, localizada no interior do Ceará, possui 278.264 habitantes (IBGE, 2022), e tem sido importante enquanto metrópole da Região Metropolitana do Cariri, devido seu crescimento econômico que tem ocorrido, por causa de seu crescimento urbano, fixação de franquias e indústrias na cidade e de seus eventos de grande porte, como as Romarias que movimentam boa parte da economia da cidade. Todavia, devido a esse crescimento urbano e econômico, frisa-se desenfreado, a produção de resíduos da cidade cresce também de maneira exponencial nesses últimos anos. O que agrava ainda mais a situação é o fato de que esses resíduos são descartados de maneira irregular (num aterro controlado, quando o certo seria um aterro sanitário) na cidade, os dados do Sistema Nacional de Informação de Resíduos Sólidos – SINIR, mostram que esse descarte irregular possui uma média de 325.000 ton/ano, os efeitos negativos dessas toneladas descartadas são inúmeros. Sendo estes lixões focos de doenças que afetam a saúde pública da cidade. Os maiores contribuintes para a redução do descarte irregular de resíduos são os agentes recicladores, estes são essenciais na limpeza urbana e contribuem para um desenvolvimento regional sustentável, quando coletam toneladas e toneladas de resíduos em seu ofício, esses catadores são pilares essenciais da limpeza urbana e merecem reconhecimento, formalização e valorização do município (CORDEIRO *et al.*, 2012). Este trabalho tomou como base teórica a conceituação do Desenvolvimento Regional Sustentável e de uma globalização inclusiva onde os avanços estruturais e econômicos devem ser equivalentes ao avanço do estilo de vida de determinada população, onde a riqueza seja desfrutada por todos e o contato do ser humano com a natureza seja saudável e amigável (SACHS, 2009), enquanto a globalização e seus benefícios possam ser desfrutados por

¹ natanaelboa123@gmail.com, Bolsista PIBIC – EM, Universidade Federal do Cariri (UFCA).

² marcelo.bezerra@ufca.edu.br, Orientador, Universidade Federal do Cariri (UFCA).



todas as classes sem distinções (SANTOS, 2003), logo se o tal desenvolvimento sustentável e a globalização inclusiva não ocorrem, deve-se haver a reformulação desses processos. Tomando essa base teórica, o estudo mostra como os catadores devem ser incluídos de maneira democrática por meio de políticas públicas e de maneira formal dentro do processo de desenvolvimento da cidade, fazendo com que esses trabalhadores essenciais para o desenvolvimento de Juazeiro do Norte sejam acolhidos pelo município de forma financeira com auxílios, na saúde articulando a secretaria para acolher esses profissionais e os formalizando em larga escala para que esses profissionais não executem seus ofícios desamparados.

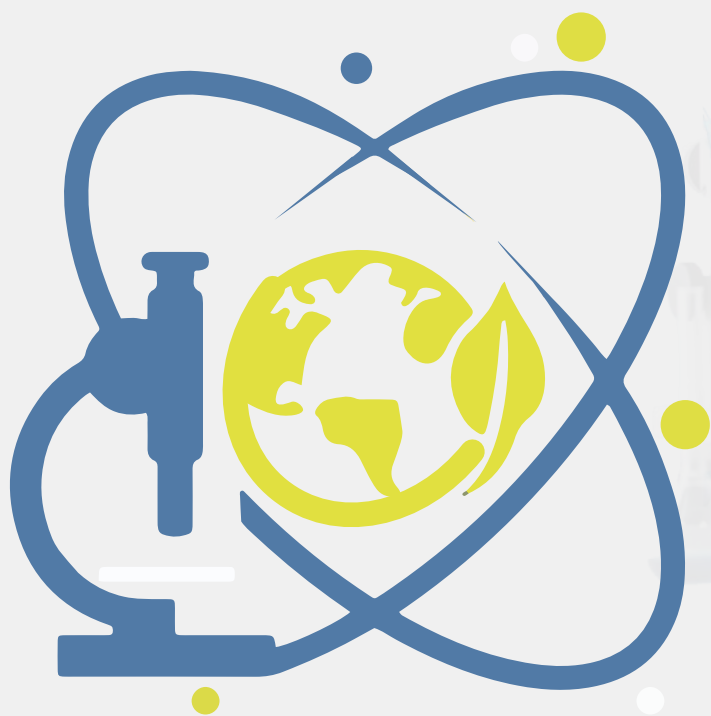
Palavras-chave: resíduos sólidos; políticas públicas; desenvolvimento; descarte irregular.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Cícera *et al.* **Prejuízos causados aos catadores que Trabalham no lixão do município de Juazeiro do Norte – CE**, 2012. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/enciclop/2012b/multidisciplinar/prejuizos.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2022.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 151 p. Plataforma do SINIR. Disponível em: <https://www.sinir.gov.br>. Acesso em: 4 ago. 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003. 196 p.



Trabalhos Completos

**Ciência e tecnologia para
o desenvolvimento social**

ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA INOVAÇÃO E DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL PARA O EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL NO SETOR EMPRESARIAL CARIRENSE

Brenna E. B. Holanda¹

Benjamin Rocha Arnou²

Marcelo F. L. C. Pinto³

Marcus V. O. Brasil⁴

RESUMO

Quais são os fatores mais importantes para colaboradores do comércio/serviços no tocante a ações empreendedoras inovadoras de responsabilidade socioambiental? Este estudo tem por objetivo a extração e compreensão de fatores relevantes que caracterizam o perfil das empresas de comércio/serviços na região do Cariri com relação a ações empreendedoras inovadoras de responsabilidade socioambiental, por meio da técnica estatística multivariada Análise Fatorial Exploratória. A sustentabilidade é de extrema importância para a população, pois visa reverter a destruição causada na natureza, trazendo consigo justiça social e qualidade de vida, portanto, atividades como a inovação social e o empreendedorismo sustentável se fazem necessários, pois além de abrangerem áreas sociais e ambientais, agrega vantagem competitiva as organizações em relação a concorrência e aos clientes, afetando diretamente a imagem da empresa no mercado. Com isso, para realização desta pesquisa foram aplicados questionários aos colaboradores de 4 empresas, todas do tipo comércio e prestação de serviços e posteriormente analisados os dados descritivos e os dados quantitativos, através do uso da análise fatorial exploratória que auxiliou na redução da dimensão dos dados, agrupando as variáveis de cada construto em fatores mais correlacionados, com a menor perda possível de informações. Na realização da análise fatorial exploratória houve redução aos seguintes números

¹ Bolsista PIICT/CNPq, Universidade Federal do Cariri, E-mail: brenna.espindola@aluno.ufca.edu.br.

² Bolsista PIICT/UFCA, Universidade Federal do Cariri, E-mail: benjamin.rocha@aluno.ufca.edu.br.

³ Voluntário PIICT/UFCA, Universidade Federal do Cariri, E-mail: marcelo.lino@aluno.ufca.edu.br.

⁴ Prof. Doutor em Administração, Orientador PIICT/CNPq/UFCA, E-mail: Universidade Federal do Cariri, marcus.brasil@ufca.edu.br.

de fatores: 6 fatores referentes ao construto inovação, 5 fatores referentes ao construto empreendedorismo sustentável, 3 fatores referentes ao construto responsabilidade social e 2 fatores referentes ao construto responsabilidade ambiental.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Sustentabilidade; Análise Fatorial Exploratória; Empresas.

ABSTRACT

What are the most important factors for commerce/industry employees regarding innovative entrepreneurial actions of socio-environmental responsibility? This study aims to extract and understand relevant factors that characterize the profile of commercial/services companies in the Cariri region in relation to innovative entrepreneurial actions of socio-environmental responsibility, through the multivariate statistical technique Exploratory Factor Analysis. Sustainability is extremely important for the population, as it aims to reverse the destruction caused in nature, bringing with it social justice and quality of life, therefore, activities such as social innovation and sustainable entrepreneurship are necessary, because in addition to covering social and environmental factors, adds competitive advantage to organizations in relation to competition and customers, directly affecting the company's image in the market. With this, to carry out this research, questionnaires were applied to employees of 4 companies, all of the trade and service type and later analyzed the descriptive data and quantitative data, through the use of exploratory factor analysis that helped to reduce the size of the data, grouping the variables of each construct into more correlated factors, with the least possible loss of information. In carrying out the exploratory factor analysis, there was a reduction in the following numbers of factors: 6 factors referring to the innovation construct, 5 factors referring to the sustainable entrepreneurship construct, 3 factors referring to the social responsibility construct and 2 factors referring to the environmental responsibility construct.

Keywords: Entrepreneurship; Sustainability; Exploratory Factor Analysis; Companies.

1 INTRODUÇÃO

A capacidade empreendedora sustentável do setor empresarial de comércio e serviços carirense, quando discutida na identificação de projetos de responsabilidade socioambientais, na capacitação e gerenciamento dos recursos humanos para o mercado, possibilitará melhores práticas naquelas

empresas e em empresas de outros segmentos, tal estímulo se faz necessário quando leva-se em consideração que empresas sustentáveis tendem a ser mais criativas para aproveitar as novas oportunidades, destacando-se no mercado (PIMENTEL *et al.*, 2012).

As pressões sociais, governamentais e mercadológicas têm ganhado força, a fim de implementar a sustentabilidade nos negócios. Os estudos de campo de empreendedorismo sustentável já abrangem publicações no exterior, no entanto, parece ser uma área pouco desenvolvida em termos de literatura no Brasil. Essas pesquisas contribuem para a sociedade, uma vez que, empresas industriais sustentáveis buscam conscientizar públicos específicos sobre o tema da responsabilidade socioambiental corporativa.

A pergunta de partida deste artigo é: quais são os fatores mais importantes para colaboradores do comércio/serviços no tocante a ações empreendedoras inovadoras de responsabilidade socioambiental? Este estudo tem por objetivo a extração e compreensão de fatores relevantes que caracterizam o perfil das empresas de comércio/serviços na região do Cariri com relação a ações empreendedoras inovadoras de responsabilidade socioambiental, por meio da técnica estatística multivariada Análise Fatorial Exploratória.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa através da estatística descritiva e análise fatorial exploratória (AFE) com o auxílio do software estatístico SPSS 21. A pesquisa de campo envolveu os colaboradores de empresas de comércio/serviço da região do Cariri, por meio de questionários aplicados aos responsáveis, funcionários e terceirizados.

O questionário continha 67 questões, estruturado em 5 partes: inovação, empreendedorismo sustentável, responsabilidade social e responsabilidade ambiental, agrupadas na escala *Likert* de 1 a 4 pontos, variando de “discordo plenamente” a “concordo plenamente”, no qual foi aplicado a 4 empresas do setor de comércio/serviços da região do Cariri, obtendo-se 61 questionários respondidos, sendo, portanto, a nossa amostra por conveniência do estudo. Dentre os questionários apurados, a maioria teve as 67 variáveis respondidas, porém houve colaboradores que deixaram de responder algumas questões.

Contudo, os dados obtidos foram tratados de forma a apurar o tipo e o porte das empresas e a aplicação da AFE, com o intuito de reduzir os fatores. Para a realização da análise fatorial exploratória em questão fez-se necessário avaliar os questionários, que referentes aos construtos inovação, empreendedorismo sustentável, responsabilidade social e responsabilidade ambiental possuíram 24, 20, 14 e 9 variáveis, respectivamente.

Neste estudo foi utilizado o método varimax. Inicialmente, foram realizados o teste de KMO e o teste de esfericidade de *Bartlett's* para cada construto, a fim de verificar a adequabilidade dos dados para aplicação da AFE. Vale lembrar que quanto mais próximo o resultado do teste KMO estiver de 1, maior será o grau de explicação dos dados.

O teste de esfericidade *Bartlett's* é um teste estatístico para a presença de correlações entre as variáveis, no qual mede a adequação da análise fatorial, com isso, o valor desse teste deve ser estatisticamente significativo, ou seja, "Sig." < 0,05 para que seja adequada a utilização da análise fatorial. Em contrapartida, valores de significância maiores que 0,05 revelam que os dados não são adequados para o tratamento com a AFE. Outro método utilizado foi o teste de *Alfa Cronbach* (AC) que com apenas um teste fornece uma medida de confiabilidade aceitável (HAIR JR., et al., 2010), no qual valores acima de 0,8 demonstram um bom nível de confiabilidade.

Portanto, para realização da análise fatorial exploratória é necessário medir a consistência interna do modelo de mensuração, sendo assim, foi analisada a medida do *alfa de Cronbach* (AC). Hair Jr. et al. (2014) afirma que os valores do AC acima de 0,60 e 0,70 são considerados adequados em pesquisas exploratórias e valores de 0,70 e 0,90 do CC são considerados satisfatórios. Também foi realizado o teste de *Kaiser – Meyer- Olkin* (KMO) ou Medida de Adequação da Amostra (MSA), em português.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O crescente envolvimento de empresas em questões de sustentabilidade, desenvolvimento e empreendedorismo sustentável deve-se a suas preocupações com questões ambientais e sociais (LOPES; MIRANDA, 2017). Os empreendedores sustentáveis atuam como agentes de desenvolvimento, por desenvolverem

inovações de produtos e processos sustentáveis e fornecerem mecanismos de transmissão e transferência de tecnologia mais limpa, permitindo avanços do conhecimento e crescimento econômico, com preocupação social e ambiental (AZEVEDO *et al.*, 2019).

Diferentemente das inovações tecnológicas de cunho mais econômico, as inovações sociais tentam promover através de iniciativas socioeconômicas a resolução de problemas sociais através de ações, que podem até tomar a forma de produtos e processos que contemplem os indivíduos, as comunidades e as instituições (RODRIGUES, 2006). O empreendedorismo social explora ideias inovadoras criando e gerindo negócios que aumentem a riqueza social (ZAHRA *et. al.*, 2009).

Lohn (2011) apresentou um conjunto de indicadores de responsabilidade socioambiental voltados para as universidades, a autora (2011) fez uma adaptação do conjunto de Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial do Instituto Ethos (2005), sendo que esse conjunto de indicadores está baseado na teoria dos stakeholders (*stakeholder normative theory*) de Freeman (2005), além de contemplar questões sociais e ambientais. Sendo assim, os indicadores de inovação social, ambiental e institucional da pesquisa que foram adaptados por Brasil (2014) estão associados à colaboração de Lohn (2011) e Rodrigues (2006).

Arundel e Kemp (2009) defendem que as questões econômicas e as ambientais motivam eco-inovações, já que estas além de explorar novos produtos, processos de produção e serviços reduzem os impactos negativos da ação econômica sobre o meio ambiente. Para Kemp (2009) as eco-inovações estão ligadas a um processo de produção mais limpa, objetivando reduzir custos quando os insumos envolvem variáveis ambientais e econômicas ao mesmo tempo. Com isso, a inovação institucional alavanca novas formas organizacionais e em geral combinam aspectos institucionais diferentes na formação de uma nova lógica de como ver as coisas, provocando mudanças quebrando estruturas resistivas (TRACEY; PHILLIPS; JARVIS, 2011).

É importante ressaltar que o empreendedorismo sustentável se baseia nos pilares do desenvolvimento sustentável ao buscar, através de suas atividades, ações que integrem e beneficiem a sociedade e o ambiente natural (THOMPSON; KIEFER; YORK, 2011; SCHLANGE, 2006; PARRISH, 2008). Além disso, compreende-se o empreendedorismo sustentável como uma forma de negócio que busca o lucro,

e conduz seus objetivos em direção à sustentabilidade ao integrar as dimensões econômica, social e ambiental (ABRAHAMSSON, 2007; CHOI; GRAY, 2008).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Análise da dados iniciais

No presente trabalho foram recolhidas informações sobre o tipo, número de funcionários e o porte da empresa. Sendo assim, dentre os questionários aplicados, obtivemos resultados dos colaboradores de 4 empresas, nomeadas de A, B, C e D, onde todas são empresas do tipo comercial.

Existem duas formas para definir o tamanho de uma empresa. A Receita Federal se baseia no faturamento bruto anual das empresas, enquanto o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) considera o número de colaboradores do negócio. Neste estudo, optou-se classificar o porte das empresas partindo da quantidade de colaboradores, sendo assim, como todas as empresas analisadas são do tipo comércio e prestação de serviços, de acordo com o IBGE (2011) tem-se a seguinte classificação por porte: micro (até 9 pessoas ocupadas), pequena (de 10 a 49 pessoas ocupadas), média (de 50 a 99 pessoas ocupadas) e grande (acima de 100 pessoas ocupadas).

Com base nos questionários aplicados sabe-se que: a empresa A possui 30 colaboradores, a empresa B possui 12 colaboradores, a empresa C possui 5 colaboradores e a empresa D possui 25 colaboradores, ou seja, as empresas A, B e D são de pequeno porte, enquanto a empresa C é uma microempresa.

4.2 Análise fatorial exploratória quantitativa

4.2.1 Construto Inovação

Para o construto Inovação foi encontrado o valor de KMO igual a 0,797, mostrando que há uma explicação de dados mediana, pois seu resultado ficou entre 0,7 - 0,8. O teste de esfericidade de *Bartlett's* mostrou-se significativo com "Sig." = 0,000, uma vez que ele deve ser menor que 0,05, para que exista relação

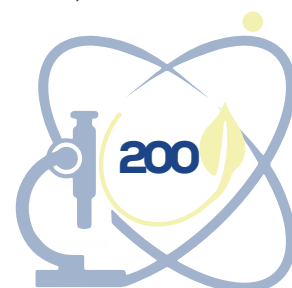
suficiente entre os indicadores. E o *Alfa Cronbach* (AC) apresentou um resultado igual a 0,950, demonstrando um bom nível de confiabilidade, uma vez que está acima de 0,8. Como consequência disso, foram realizadas as primeiras tentativas de análise fatorial com as 24 variáveis do construto inovação.

Na análise fatorial é possível observar a matriz anti-imagem, no qual revela o poder de explicação dos fatores em cada variável, sendo assim, através da sua diagonal principal são reunidos os valores de MSA (medida necessária para indicar se uma variável deve ou não ser retirada) para cada variável. Essa medida é considerada muito baixa quando é inferior ao valor de 0,50, portanto, resulta na eliminação da variável (CORRAR, 2009).

Acerca das medidas de comunalidade de todos os fatores, pode-se considerar que os valores acima de 0,70 mostram uma boa explicação dos componentes extraídos, porém alguns componentes possuem valores entre 0,50 e 0,70 e podem ser considerados razoáveis. Normalmente, 0,5 é o valor mínimo aceitável, abaixo desse valor a variável deve ser excluída e a análise rodada novamente, pois é um indicativo de que essa variável não possui poder de explicação suficiente. Tem-se também o total de variância explicada, no qual determina o número de fatores que devem ser extraídos, devido aos autovalores de cada fator que representam esta variância. Com isso, seguindo o critério de raiz latente, *Kaiser*, é recomendado por padrão que valores acima de 1 sejam extraídos.

Posto isto, tem-se que na primeira tentativa da análise fatorial do construto Inovação foram obtidos todos os valores de MSA igual ou superior a 0,50 na diagonal da matriz de anti-imagem, portanto nenhuma variável foi retirada. As medidas de comunalidades mostram que todos os valores estão acima de 0,70, sendo considerados bons resultados, com exceção de um componente que possui valor entre 0,5 e 0,7, mas ainda assim é um resultado razoável. Com isso, ao analisar a variância explicada para 24 variáveis, apenas os 6 primeiros componentes obtiveram um bom grau de explicação, de aproximadamente 84% da variância das variáveis originais.

Além disso, através da matriz rotacionada para 24 variáveis pelo método de rotação Varimax com normalização de Kaiser, foi possível observar que houveram convergências em 8 iterações e a rotação continuou a concentração nos fatores: 1- Efeitos positivos na redução de impactos ambientais (6 variáveis),



- 2- Efeitos positivos na sociedade local através da inovação social (5 variáveis),
- 3- Efeitos positivos nas relações de família, trabalho e comunidade (4 variáveis),
- 4- Crescimento sustentável na comunidade local (5 variáveis),
- 5- Inovação em tecnologia (2 variáveis) e
- 6- Marketing da organização (2 variáveis).

4.2.2 Construto Empreendedorismo Sustentável

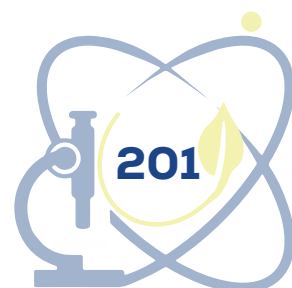
Para o construto Empreendedorismo Sustentável foi encontrado o valor de KMO igual a 0,804, mostrando um bom nível de confiabilidade dos dados, pois obteve resultado entre 0,8 - 0,9. O teste de esfericidade de *Bartlett's* mostrou-se significativo com "Sig."= 0,000. E o *Alfa Cronbach* (AC) apresentou um resultado igual a 0,917, demonstrando um bom nível de confiabilidade. Como consequência disso, foram realizadas as primeiras tentativas de análise fatorial com as 20 variáveis desse construto.

Com base nos dados da primeira tentativa de análise fatorial desse construto foi retirada a variável "V29" pois obtive valor abaixo de 0,50 na diagonal da matriz de anti-imagem. Em relação às medidas de comunalidades, a maioria dos valores estão acima de 0,70, sendo considerados bons resultados, com exceção de dois componentes que possuem valor entre 0,5 e 0,7, obtendo um resultado razoável.

Com isso, ao analisar a variância explicada para 20 variáveis, apenas os 5 primeiros componentes obtiveram um bom grau de explicação, de aproximadamente 81% da variância das variáveis originais. Além disso, através da matriz rotacionada pelo método de rotação Varimax com normalização de Kaiser, foi possível observar que houve convergência em 6 iterações e a rotação varimax concentrou muitas variáveis no fator 1 (5 variáveis) e no fator 2 (5 variáveis).

Partindo da retirada da variável "V29" foi realizada uma segunda tentativa de análise fatorial para o construto Empreendedorismo Sustentável, repetindo os testes já realizados. Dessa forma, o valor do teste KMO foi de 0,819, apresentando uma melhora em ao primeiro teste, pois apresentava um valor de 0,804. O teste de esfericidade de *Bartlett's* continua com um nível de significância adequado com "Sig."= 0,000 ou seja menor que 0,05.

Através da matriz anti-imagem com 19 variáveis foi possível analisar a



matriz de correlações anti- imagem, no qual apresentou todos os valores de MSA igual ou superior a 0,50 na sua diagonal, portanto, não é necessário retirar nenhuma variável. Ao verificar as medidas das comunalidades na segunda tentativa de análise fatorial, nota-se que todos os valores estão acima de 0,70, índice considerado bom.

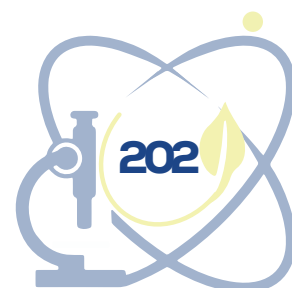
Baseado no total de variância explicada para 19 variáveis, tem-se que os 5 primeiros fatores abrangem um bom grau de explicação, pois possuem autovalores maiores que 1. Assim sendo, houve uma melhora na explicação da segunda tentativa em relação ao primeiro teste, pois antes a variância explicada era de 81,363, e na segunda tentativa subiu para 81,924.

Contudo, ao observar a matriz rotacionada para 19 variáveis, foi possível identificar que a matriz converge em 6 iterações e que assim como na primeira tentativa, a rotação Varimax concentrou variáveis nos fatores: 1- Sustentabilidade nas empresas (5 variáveis), 2- Ecoeficiência nas empresas (5 variáveis), 3- Gestão estratégica nas empresas (4 variáveis), 4- Gestão socioambiental nas empresas (3 variáveis) e 5- Prestação de serviços (2 variáveis).

4.2.3 Construto Responsabilidade Social

Para o construto Responsabilidade Social foi encontrado o valor de KMO igual a 0,799, mostrando uma confiabilidade mediana, pois seu resultado ficou entre 0,7 - 0,8. O teste de esfericidade de *Bartlett's* mostrou-se significativo com "Sig."= 0,000. E o *Alfa Cronbach (AC)* apresentou um resultado igual a 0,873, demonstrando um bom nível de confiabilidade. Como consequência disso, foram realizadas as primeiras tentativas de análise fatorial com as 14 variáveis desse construto.

Contudo, tem-se que na primeira tentativa da análise fatorial desse construto foram obtidos todos os valores de MSA igual ou superior a 0,50 na diagonal da matriz de anti-imagem, sendo assim, nenhuma variável foi retirada. Com relação às medidas de comunalidade, a maioria dos valores estão acima de 0,70, mostrando boa explicação dos componentes extraídos, porém cinco componentes possuem valor entre 0,5 e 0,7, indicando uma explicação razoável, em contrapartida, deve ser retirada a variável "V47" pois apresentou comunalidade abaixo de 0,5, ou seja, não apresenta uma boa explicação dos componentes extraídos.



Com isso, ao analisar a variância explicada para 14 variáveis, apenas os 3 primeiros componentes obtiveram um bom grau de explicação, de aproximadamente 73% da variância das variáveis originais. Além disso, através da matriz rotacionada pelo método de rotação Varimax com normalização de Kaiser, foi possível observar que houve convergências em 5 iterações que a rotação concentrou mais variáveis nos fatores: 1- Efeitos da responsabilidade social nas práticas de trabalho (7 variáveis), 2- Efeitos da responsabilidade social na comunidade (4 variáveis) e 3- Prática dos direitos humanos (3 variáveis).

Foi realizada uma segunda tentativa de análise fatorial para o construto responsabilidade Social, partindo da exclusão da variável "V47", repetindo os testes efetuados. Com isso, o valor do teste KMO apresentou uma melhora em relação ao primeiro teste, pois apresentava um valor de 0,799 e na segunda tentativa aumentou para 0,801. O teste de esfericidade de *Bartlett's* continua com um nível de significância adequado com "Sig."= 0,000 ou seja menor que 0,05.

Foi possível analisar a matriz anti-imagem com 13 variáveis e através dela, percebe-se a matriz de correlações anti- imagem que apresentou todos os valores de MSA igual ou superior a 0,50 na sua diagonal, sendo assim, não é necessário retirar nenhuma variável. Ao verificar as medidas das comunalidades na segunda tentativa de análise fatorial, pode-se observar que a maioria dos valores estão acima de 0,70, índice considerado bom, mas alguns componentes extraídos ainda possuem valores entre 0,50 e 0,70 e são considerados índices razoáveis.

Baseado no total de variância explicada para 13 variáveis, tem-se que os 3 primeiros fatores abrangem um bom grau de explicação, devido aos seus autovalores serem maiores que 1. Assim sendo, houve uma melhora na explicação da segunda tentativa em relação ao primeiro teste, pois antes a variância explicada era de 72,688, e na segunda tentativa subiu para 76,484. Contudo, ao observar a matriz rotacionada para 13 variáveis, foi possível identificar que a matriz converge em 5 iterações e que assim como na primeira tentativa, a rotação varimax concentrou muitas variáveis no fator 1- Efeitos da responsabilidade social nas práticas de trabalho (7 variáveis), porém diminuiu uma variável no fator 2-Efeitos da responsabilidade social na comunidade (3 variáveis) e o fator 3- Prática dos direitos humanos (3 variáveis).

4.2.4 Construto Responsabilidade Ambiental

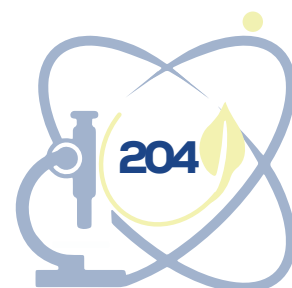
Para o construto Responsabilidade Ambiental foi encontrado o valor de KMO igual a 0,813, mostrando um bom nível de confiabilidade dos dados, pois obteve resultado entre 0,8 - 0,9. O teste de esfericidade de *Bartlett's* mostrou-se significativo com "Sig."= 0,000. E o *Alfa Cronbach* (AC) apresentou um resultado igual a 0,921, demonstrando um bom nível de confiabilidade. Como consequência disso, foram realizadas as primeiras tentativas de análise fatorial com as 9 variáveis desse construto.

Sendo assim, tem-se que na primeira tentativa da análise fatorial desse construto foram obtidos todos os valores de MSA igual ou superior a 0,50 na diagonal da matriz de anti-imagem, sendo assim, nenhuma variável foi retirada. Com relação às medidas de comunalidade, a maioria dos valores estão acima de 0,70, mostrando boa explicação dos componentes extraídos, apenas um componente apresentou valor entre 0,5 e 0,7, indicando uma explicação razoável.

Com isso, ao analisar a variância explicada para 9 variáveis, apenas os 2 primeiros componentes obtiveram um bom grau de explicação, de aproximadamente 80% da variância das variáveis originais. Além disso, a matriz foi rotacionada para 9 variáveis pelo método de rotação Varimax com normalização de Kaiser, com isso foi possível observar que houveram convergências em 3 iterações e a rotação continuou a concentração nos fatores: 1- Mudanças climáticas (7 variáveis) e 2- Gerenciamento do impacto ambiental (2 variáveis).

5 CONCLUSÕES

Neste trabalho foram analisados os dados descritivos e quantitativos coletados com 61 colaboradores de 4 empresas. Na primeira tentativa de análise fatorial para os construtos Inovação e Responsabilidade Ambiental foram obtidos resultados com um bom grau de explicação para os dados, onde o KMO para o construto Inovação foi de 0,797 e para o construto Responsabilidade Social foi de 0,813 e ambos mostraram-se significantes para a esfericidade com "Sig."= 0,000, além disso, apresentaram variância de aproximadamente 84% e 80% da variância das variáveis originais, respectivamente. Como método de rotação foi utilizado o Varimax, e nos dois construtos não houveram variáveis excluídas, pois apresentaram todos os valores de MSA igual ou acima de 0,5 na diagonal



da matriz de anti-imagem.

O estudo das variáveis para os construtos Empreendedorismo Sustentável e Responsabilidade Social foi realizado através de 2 tentativas da FEA. No construto Empreendedorismo Sustentável os valores de KMO na primeira tentativa foi de 0,804 subindo na segunda tentativa para 0,819, já na primeira tentativa do construto Responsabilidade Social o valor de KMO foi de 0,799 e aumentou para 0,801 na segunda tentativa. Ambos os construtos se mostraram significativos para a esfericidade com “Sig.”= 0,000. Para rotacionar a matriz também foi utilizado o método Varimax, sendo que no construto Empreendedorismo Sustentável foi retirada a variável “V29” pois obteve valor de MSA abaixo de 0,5 na diagonal da matriz de anti-imagem e no construto Responsabilidade Social foi retirada a variável “V47”, pois não apresentou uma boa explicação dos componentes extraídos ao obter comunalidade abaixo de 0,5. A variância explicada foi de 81,363 na primeira tentativa, subindo para 81,924 na segunda tentativa para o construto Empreendedorismo Sustentável e de 72,688 na primeira tentativa e 76,484 na segunda tentativa para o construto Responsabilidade Social.

Portanto, o uso da análise fatorial exploratória auxiliou na redução da dimensão dos dados, agrupando as variáveis de cada construto em fatores mais correlacionados, com a menor perda possível de informações. Na realização da análise fatorial exploratória houve redução aos seguintes números de fatores: 6 fatores referentes ao construto inovação, 5 fatores referentes ao construto empreendedorismo sustentável, 3 fatores referentes ao construto responsabilidade social e 2 fatores referentes ao construto responsabilidade ambiental.

Ou seja, com os resultados apresentados nesse estudo foi possível caracterizar o perfil de empresas sob a influência da inovação e da responsabilidade socioambiental. Vale ressaltar que uma organização sustentável deve se atentar às suas dimensões sociais, ambientais e econômicas, fazendo-se necessário realizar constantes estudos na área, pois essas atualizações são de grande importância para a detecção de ações que são realmente sustentáveis. Na pesquisa futura deste projeto será coletada uma amostra mais expressiva de dados de colaboradores para análise de equações estruturais. A principal limitação deste trabalho descritivo é o fato de que não se pode generalizar os resultados.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (IC- CNPq) e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) da Universidade Federal do Cariri (UFCA) pelo fomento às bolsas.

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSSON, A. Researching sustainopreneurship – conditions, concepts, approaches, arenas and questions *In: PROCEEDINGS OF THE INTERNATIONAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT, Research Conference, Västerås, Sweden, 13., 2007. Anais [...].* Västerås: Research Conference, 2007.

ARUNDEL, A.; KEMP, R. **Measuring Eco-Innovation.** UNU-MERIT Working Paper Series 017, United Nations University. Netherlands: Maastricht Economic and Social Research and Training Centre on Innovation and Technology, 2009.

AZEVEDO, I. M. *et al.* Administrando um Mundo Possível: um panorama internacional de pesquisas sobre empreendedorismo sustentável. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 135-156, 2019.

BRASIL, M. V. O. **Empreendedorismo sustentável em projetos sociais de uma fundação educacional.** 2014. 313 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, 2014.

CORRAR, L. J; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise multivariada para os cursos de administração, ciências contábeis e economia.** São Paulo: Editora Atlas S. A, 2009.

CHOI, D. Y.; GRAY, E. R. The venture development processes of “sustainable” entrepreneurs. **Management Research News**, [s. l.], v. 31, n. 8, p. 558-569.

FREEMAN, R. E. Stakeholder theory of the modern corporation. *In: COLLINS, Chobanian (ed.). Ethical challenges to business as usual.* New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2005.

HAIR JR., J. F. **Fundamentos de pesquisa de marketing.** Tradução de Francisco Araújo da Costa. Porto Alegre: Bookman, 2010.

HAIR JR. **A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLSSEM).** [S. l.]: Sage Publications (CA), 2014.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de inovação PINTEC-2011:** instruções para o preenchimento do questionário. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012.

LOHN, V. M. Indicadores de responsabilidade social: uma proposta para as instituições de ensino superior. **Rev. Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 110-128, jan./abr. 2011.

LOPES, A. E. M. P; MIRANDA, C. F. Empreendedorismo sustentável: uma oportunidade de estratégias competitivas. *Ágora: Revista de divulgação científica*, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 45-65, 2017.

PARRISH, B. D. **Sustainability-driven entrepreneurship**: a literature review. Leeds, UK: University of Leeds, 2008.

PIMENTEL, T. A. B. Análise das dimensões de empreendedorismo sustentável em micro, pequenas e médias indústrias no Ceará. *Reuna*, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 85-104, 2012.

RODRIGUES, A. L. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre Nonprofit Sector e Economia Social. *In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓSGRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO*, 30., 2006, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPAD, 2006.

SCHLANGE, L. E. What drives sustainable entrepreneurs. *In: PROCEEDINGS OF THE APPLIED BUSINESS AND ENTREPRENEURSHIP ASSOCIATION INTERNATIONAL (ABEAI)*, 3., 2006, Conference, Kona, HI, USA. **Anais [...]**. Kona: ABEA, 2006.

THOMPSON, N.; KIEFER, K.; YORK, J. G. Distinctions not dichotomies: exploring social, sustainable, and environmental entrepreneurship. *In: LUMPKIN, G. T.; KATZ, J. A. (ed.). Social and sustainable entrepreneurship - advances in entrepreneurship, firm emergence and growth*, v. 13. Bingley, UK: Emerald Group Publishing, 2011. p. 201-229.

TRACEY, P.; PHILLIPS, N.; JARVIS, O. Bridging Institutional Entrepreneurship and the Creation of New Organizational Forms: a Multilevel Model. *Organization Science*, [s. l.], v. 22, n. 01, 2011.

ZAHRA, S. A. *et al.* A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and ethical challenges. *Journal of Business Venturing*, [s. l.], n. 24, v. 5, p. 519-532, 2009.

PESQUISA DAS INFLUÊNCIAS DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EM EMPRESAS EMPREENDEDORAS SUSTENTÁVEIS CARIRENSES

Benjamin Rocha Arnou¹

Brenna E. B. Holanda²

Marcelo F. L. C. Pinto³

Marcus V. O. Brasil⁴

RESUMO

Como as empresas do Cariri têm trabalhado ações empreendedoras sustentáveis de responsabilidade socioambiental? O objetivo deste trabalho é pesquisar as ações de responsabilidade socioambiental, no contexto empreendedor sustentável carirense. Buscando atitudes e atividades empreendedoras inovadoras sustentáveis nas empresas realizou-se uma revisão da literatura e aplicados questionários a um total de 61 colaboradores via estudo descritivo. É notório que na capacidade empreendedora das empresas carirenses cresceu o interesse pela responsabilidade socioambiental ao analisar-se os níveis de empreendedorismo sustentável, pensando-se também em ações, para que o desenvolvimento sustentável seja mais presente na região, pois apesar de haver uma necessidade, o desenvolvimento sustentável ainda não é uma realidade para muitos empresários carirenses. Dando assim um feedback sobre as práticas da responsabilidade socioambiental na região do Cariri. Os resultados apontam para a necessidade de um maior engajamento das empresas rumo ao empreendedorismo sustentável. Apesar disso, já existem na Região do Cariri, mecanismos que estão sendo desenvolvidos para amenizarem os impactos ambientais causados por tais empresas.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Empresas; Responsabilidade Socioambiental; Sustentabilidade.

¹ Bolsista PIICT/UFCA, Universidade Federal do Cariri, E-mail: benjamin.rocha@aluno.ufca.edu.br.

² Bolsista PIICT/CNPq, Universidade Federal do Cariri, E-mail: brenna.espindola@aluno.ufca.edu.br.

³ Voluntário PIICT/UFCA, Universidade Federal do Cariri, E-mail: marcelo.lino@aluno.ufca.edu.br.

⁴ Prof. Doutor em Administração, Orientador PIICT/CNPq/UFCA, Universidade Federal do Cariri, E-mail: marcus.brasil@ufca.edu.br.

ABSTRACT

How have companies in Cariri been working on sustainable entrepreneurial actions of socio-environmental responsibility? The objective of this work is to research the actions of socioenvironmental responsibility, in the sustainable entrepreneurial context of Carirense. Looking for sustainable entrepreneurial innovative attitudes and activities in companies, a literature review was carried out and questionnaires were applied to a total of 61 employees via a descriptive study. For sure that in the entrepreneurial capacity of Carirense companies, interest in socio-environmental responsibility has grown when analyzing the levels of sustainable entrepreneurship, also thinking about actions, so that sustainable development is more present in the region, because although there is a need, sustainable development is still not a reality for many carirense entrepreneurs. Thus, giving feedback on the practices of socio-environmental responsibility in the Cariri region. The results point to the need for greater engagement of companies towards sustainable entrepreneurship. Despite this, mechanisms already exist in the Cariri Region that are being developed to mitigate the environmental impacts caused by such companies.

Keywords: Entrepreneurship; Companies; Social and Environmental Responsibility; Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Ao estudar a capacidade das empresas carirenses na área da inovação do empreendedorismo sustentável, com ênfase no estudo e da responsabilidade socioambiental, isso possibilitará um melhor desenvolvimento do setor empresarial na região do Cariri. Ao estimular os empresários a inovarem de forma sustentável pode-se incentivar novas formas de proteção ambiental e social da atividade empreendedora industrial na Região do Cariri e no Estado do Ceará. Este artigo justifica-se devido à necessidade de ações de responsabilidade socioambiental, no contexto empreendedor sustentável da industrial carirense, pois tal tema é de suma importância para o surgimento e adequação de organizações sustentáveis na Região do Cariri.

A sustentabilidade tem se tornado de extrema importância, pois a população precisa buscar maneiras de reverter a destruição gerada na natureza, sendo assim, a responsabilidade socioambiental deve ser utilizada nas empresas na direção da sustentabilidade. O aumento crescente da população mundial pode agravar os problemas sociais existentes, e a criação de negócios

sustentáveis é uma possível solução na tentativa de minorar seus efeitos, pois a responsabilidade socioambiental deixou de ser papel somente do governo e estendeu-se a todos os setores da população (ALMEIDA, 2007).

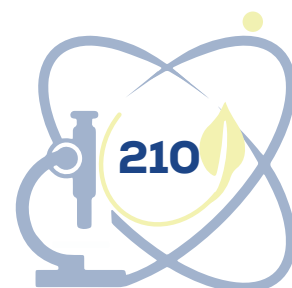
Os resultados esperados para esta pesquisa são: publicação de artigos em revistas científicas de circulação nacional e internacional, nas áreas de Empreendedorismo e Responsabilidade Socioambiental, e apresentação dos resultados da pesquisa em congressos e seminários. Como as empresas do Cariri têm trabalhado ações empreendedoras sustentáveis de responsabilidade socioambiental? O objetivo geral desta pesquisa é pesquisar as ações de responsabilidade socioambiental, no contexto empreendedor sustentável carirense e os objetivos específicos são: fazer a revisão de literatura sobre o tema escolhido, estudar métodos qualitativos e realizar pesquisa de campo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após observar o grande aumento das atividades empreendedoras no Cariri cearense, nasceu o interesse em estudar a economia da área focando no setor empresarial, com isso foram elaborados questionários e feita revisão de literatura sobre o tema da pesquisa, buscando-se atitudes e atividades empreendedoras inovadoras sustentáveis em empresas ao realizar uma pesquisa de campo, levando-se em consideração a região. Fez-se a entrega de questionários, que foram aplicados aos responsáveis, funcionários e terceirizados de algumas carirenses por conveniência.

A metodologia aplicada foi um estudo descritivo com breve revisão de literatura. Por meio de questionários, é notória que a participação dos 61 respondentes serviu para obter opiniões relevantes, que podem contribuir para definir ações sustentáveis a serem implementadas na região do Cariri.

Na pesquisa qualitativa é analisada a subjetividade de seus participantes, cada particularidade, desde práticas, costumes, cultura, renda e até mesmo comportamento desses indivíduos. Esse artigo foi produzido a partir de 61 questionários, sendo a amostra por conveniência, via pesquisa de campo nos meses de março a junho de 2022 (SILVIA *et al.*, 2006).



3 REFERENCIAL TEÓRICO

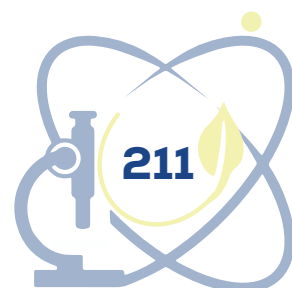
Para fazer um projeto de responsabilidade socioambiental ser prático é necessário que exista mão de obra qualificada, desempenhando o trabalho de maneira sustentável e com qualidade. Da mesma forma deve o empreendedor fazer seu projeto sustentável sair do papel para ser aplicado com eficiência e praticidade (GOMES, 2005).

Segundo Melo Neto e Froes (2002) os empreendedores sociais conduzem aos problemas sociais a mesma imaginação que os empreendedores comerciais transferem à criação de riquezas, com isso o empreendedor social se caracteriza como sendo um indivíduo, grupo, rede, organização ou aliança de organizações que por meio de ideias buscam resolver problemas sociais e gerar uma mudança sustentável em larga escala, além disso, identificam e avaliam as oportunidades e o impacto gerado através da sua missão social e esta missão é o elemento principal e não somente a busca por riqueza material.

A realização de métodos de avaliação de impacto socioambiental pelos empreendedores e investidores no Brasil ainda está em desenvolvimento e apresenta várias dificuldades para os ingressantes nessa área. Custos, mão de obra qualificada, a falta de experiência e conhecimento consistente e confiável são exemplos das primeiras e principais dificuldades apresentadas pelos empreendedores no início de sua carreira. Assim, o desenvolvimento do campo do empreendedorismo social envolve o desafio da elaboração e mensuração de métricas de retornos sociais e financeiros dos investimentos, de modo a planejar mudanças estratégicas, aperfeiçoar modelos de negócios e atrair investidores (LIMEIRA, 2016).

Afirmar que o desenvolvimento sustentável é praticado por todas as empresas ainda não é possível, porém, o interesse de tal prática tem sido evidenciado, pois muitas organizações já compreenderam que devem adaptar-se ao ecologicamente correto, e caso não se adaptem a essa realidade, muitas irão declarar falência pois, até mesmo as leis e fiscalizações têm se tornado mais rígidas, quando o assunto é agredir o meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável abriu as portas para pequenas e médias empresas, que possuem características inovadoras e sustentáveis. O interesse



em abrir um negócio atualmente, não pode cometer os mesmos erros de antigamente, tudo vem se modernizando, assim como o mercado empresarial e o comércio, e se não estiver pronto para compreender esses avanços ambientais e aderi-los, será muito difícil ser competitivo frente aos concorrentes.

Hoje em dia, o tema sustentabilidade está em crescente discussão na esfera global por ser considerado um tema muito relevante para a vida futura do planeta e sua sobrevivência, isso se dá, já que o homem ultrapassou o limite de poluição e degradação do meio ambiente, através de empresas que visam o lucro a qualquer custo, sem dar importância para a qualidade de vida da população e para os prejuízos que causam ao meio ambiente (GONÇALVES, 2021).

Além disso, deve-se ressaltar que a responsabilidade pelo planeta é de caráter universal, sendo assim, os países e suas populações devem ter um modo de vida sustentável não só localmente, mas também globalmente (BOFF, 2012), a fim de alcançar qualidade de vida e no âmbito empresarial, uma vantagem competitiva no mercado.

O extrativismo desenfreado causou muitos problemas ao meio ambiente e por falta de leis que regulamentassem tais métodos de produção, perdurou por muitos anos, o que levou a uma verdadeira crise socioambiental, já que danos causados ao meio ambiente geram problemas sociais, o que é uma realidade, pois a preservação do meio ambiente o deve ser um dever de todos, e assim podendo chegar a uma grande conscientização ambiental, que concilie as empresas e o meio ambiente, ou seja, o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2014).

Sem dúvidas, o empreendedorismo sustentável surgiu como uma ferramenta a fim de auxiliar os empresários, tanto os mais antigos, como os que ainda estão começando no mundo dos negócios, essa alternativa de empreender atualmente tornou mais que uma regra para quem tem o interesse em manter seu negócio aberto e se manter competitivo, pois as palavras chave do desenvolvimento sustentável são: sustentabilidade, eficiência, viabilidade, lucratividade, responsabilidade social, preservação ambiental, *ecodesign* e etc. Todos esses itens funcionam como peças de uma ferramenta maior que é o empreendedorismo sustentável (BRASIL, 2015).

De acordo com o pensamento de Ribeiro e Sousa (2011), a competitividade entre organizações é uma prática estratégica positiva para o desenvolvimento



sustentável. Assim, a dinâmica entre a sustentabilidade ambiental e a competitividade são exercícios que se completam e reforçam um bem comum para um desenvolvimento sustentável e de uma empresa.

Dessa forma, o empreendedorismo sustentável surge como uma das alternativas viáveis de negócios que visam criar produtos e processos voltados à viabilidade econômica, com responsabilidade social e ambiental (BACKES; KOBAYASHI; SILVEIRA, 2016).

A responsabilidade social é ressaltada por Benevides e Passos (2005) como uma atitude importante e que garante produtividade e compromisso dentro de uma empresa, gerando um novo pensamento para que as empresas se tornem mais produtivas e gerem uma relação entre capital e trabalho, mantendo sua essência de forma revolucionária. A organização promove a Sustentabilidade Corporativa (SC), quando ela incentiva em suas políticas institucionais o incremento do capital de base social, econômica e ambiental de forma sustentável (DYLLICK; HOCKERTS, 2002, p. 131-132).

Abreu *et al.* (2008) classificou a conduta social das empresas como fraca, intermediária e forte, esta última é caracterizada pela existência dentro da empresa de projetos sociais, que extrapolam o atendimento da legislação e ainda pela presença de projetos sociais externos. É importante existir uma coerência entre as estratégias de produto orientadas para o mercado e as questões ligadas a RSC através do isomorfismo institucional (HUSTED; ALLEN, 2006).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A pesquisa descritiva foi direcionada pela interação que os empresários e colaboradores foram tendo, dando assim um Feedback para serem analisados os resultados obtidos. Foram elaborados questionários adaptados de Aragão (2002); Santos, Brilhante e Pio (2017) aplicados nos meses de março a junho de 2022, buscando-se atitudes e atividades empreendedoras inovadoras sustentáveis nas empresas.

Fez-se a análise das questões dos questionários, que foram aplicados aos responsáveis, funcionários e terceirizados de 4 empresas. A participação de 61 colaboradores das empresas pesquisadas serviu para obter os resultados qualitativos.



Tabela 1 - Sistematização de práticas para aumentar a produtividade

RESPOSTAS	SIM	NÃO
Criar agenda de articulação entre os atores do setor:	36	26
Criar parcerias empresariais que possibilitem o desenvolvimento de novos modelos de negócio:	39	22
Desenvolver canais de venda inovadores e mais atrativos ao consumidor:	50	11
Divulgar serviços ofertados pelo Senai para empresas do setor	45	16
Fortalecer representatividade dos sindicatos patronais:	35	26
Intensificar missões internacionais para promover a inovação e novos negócios para o setor:	39	22
Mapear cadeia produtiva de calçados e acessórios em couro e outros materiais:	25	36
Promover encontro com entidades de setores fornecedores para a cadeia coureiro-calçadista:	31	30
Prospectar novos mercados nacionais e internacionais:	30	31
Fortalecer articulação entre instituições de ensino, pesquisa e indústria:	33	28
Promover eventos relacionados a novos materiais, design e sustentabilidade com foco no setor:	24	37
Criar câmara setorial voltada ao setor:	23	38
Fortalecer canais de interação entre fornecedores e clientes:	31	30
Promover feira internacional para incentivo à geração de novos negócios e oportunidades para o setor:	20	41
Consolidar integração da cadeia produtiva do setor:	21	40
Fortalecer integração entre instituições de ensino e setor produtivo:	22	39

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Ao falar-se sobre sistematização de práticas relativas ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação de programas, políticas ou iniciativas, no intuito de promover o uso inteligente dos recursos disponíveis e aumentar a produtividade do setor empresarial, foi questionado entre sim ou não, quais pontos colaboram com as ideias citadas acima na Tabela 1. É possível observar os pontos citados no questionário com as respectivas respostas.

A partir disso, é possível notar um grande avanço dentro das empresas, pois quando há investimento nos funcionários, toda a empresa cresce, por isso a importância do desenvolvimento sustentável que visa bem-estar de todas as camadas empresariais. Além disso, quando se tem funcionários bem capacitados o nível da empresa aumenta, tanto na qualidade como também na lucratividade. Dessa forma, essa prática é cada vez mais essencial para o crescimento de uma

organização social e para formação de pessoas capacitadas para lidar com a sociedade moderna.

Tabela 2 - Gerenciamento adequado da infraestrutura

RESPOSTAS	SIM	NÃO
Identificar tendências logísticas e de inovação tecnológica para gestão de dados e informações.	62	-
Levantar demandas por infraestruturas onde as atividades do setor são desenvolvidas.	52	9
Integrar sistemas de transporte, em especial com a Transnordestina.	1	30

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Ao falar-se sobre o gerenciamento adequado da infraestrutura, com equipamentos e instalações fundamentais, pode-se contribuir para maximizar os resultados econômicos da Região do Cariri. Foram listados pontos os quais foram questionados na opinião do público se sim, colaboram com as ideias acima ou não colaboram com as ideias acima. As respostas dos pontos citados no questionário foram divididas entre sim ou não, como é possível observar na Tabela 2.

Tabela 3 - Ambiência de interação entre produtores e consumidores

RESPOSTAS	SIM	NÃO
Criar agenda de aproximação entre academia e empresa;	31	31
Criar programa de desenvolvimento regional contemplando o Setor de Confecções e Acessórios;	31	30
Criar selo de sustentabilidade para incentivo às boas práticas sociais, ambientais e econômicas nas empresas do setor;	35	26
Fortalecer integração com os demais segmentos da economia criativa;	45	16
Incentivar e orientar empresas sobre diferentes formas de comercialização (e-commerce, branding, experiência de usuário, lojas próprias etc.);	48	13
Realizar diagnóstico de sustentabilidade setorial;	35	26
Alinhar estratégias de negócios às tendências de mercado sustentáveis;	41	20
Ampliar e integrar agenda de eventos anuais do setor no Estado;	32	29
Ampliar o portfólio de serviços e benefícios às empresas sindicalizadas;	18	43
Criar uma agenda permanente entre academia e empresa;	16	45
Fortalecer atuação do sindicato patronal na região;	14	47

Consolidar um ambiente de interação, como câmara setorial, sindicatos patronais, fóruns acadêmicos;	11	50
Consolidar a imagem do Ceará como polo produtor de moda de alto valor agregado.	15	46

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Acima, vê-se a Tabela 3 com as respectivas respostas. A ambiência de interação entre produtores e consumidores, relacionando aspectos de informação, preço e quantidade de oferta e demanda, promovendo intercâmbio de bens e serviços por meio de transações éticas entre seus atores culminando na disseminação de conhecimento e inovações que levem ao progresso industrial da região. A partir dessas informações, foi marcado entre sim ou não os pontos que na opinião do público pesquisado colaboram com as ideias citadas acima.

Assim, está cada vez mais inviável as empresas e comércios investirem em ideais sustentáveis. A sustentabilidade tem se tornado cada vez mais um fator primordial para a ascensão de empresas no mercado de trabalho, pois atualmente as pessoas já entendem a sua importância. Fazer empreendedorismo não é apenas conhecer a área, e sim entender em que as atitudes e comportamentos podem acarretar no mundo como um todo e desenvolver valores a respeito disso. Então, é sempre um desafio encontrar um equilíbrio entre desenvolver inovações sustentáveis e econômicas.

Tabela 4 - Influência do Estado e a Sustentabilidade

RESPOSTAS	SIM	NÃO
Criar plano para ampliação do uso do centro de eventos, com incentivos aos setores estratégicos, como o de moda	35	27
Criar programas de incentivo ao desenvolvimento da economia criativa no Ceará	51	10
Incentivar desenvolvimento e divulgação da identidade e marca local;	47	14
Instituir política de estado para combater a informalidade;	49	12
Mapear linhas de crédito e editais de fomento direcionadas ao setor;	49	12
Reduzir entraves para obtenção de crédito;	52	9
Utilizar medidas antidumping para coibir importação de produtos com concorrência desleal;	31	30
Ampliar e fortalecer política de combate à informalidade;	56	5
Articular revisão e modernização das leis trabalhistas;	50	11

Otimizar mecanismos de atração e retenção de investimentos para o setor;	48	13
Consolidar a política de combate à informalidade.	49	12
Reduzir burocracias ligadas ao setor.	46	15
Melhorar a infraestrutura logística para escoamento da produção;	35	26

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Acima, vê-se a tabela 4 com as respectivas respostas. São disposições, medidas e procedimentos que trazem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais influenciando a realidade econômica, social e ambiental que dependem do governo para definir objetivos e configurar processos que podem solucionar entraves, alavancando a competitividade e a sustentabilidade na Região do Cariri. A partir dessas informações, foi marcado entre sim ou não os pontos que na opinião do público colaboram com as ideias citadas acima.

Tal sustentabilidade tem por objetivo oferecer justiça social, qualidade de vida e equilíbrio ambiental para a população, através de um modelo de desenvolvimento, que não busque somente a riqueza dos países, mas também inclua outras áreas (social, ambiental e econômica) (JACOBI, 2003).

Tabela 5 - Importância do capital humano x desempenho e produtividade

RESPOSTAS	SIM	NÃO
Ampliar experiências práticas dos alunos nas indústrias do setor;	38	24
Ampliar iniciativas de capacitação de empreendedores e gestores empresariais em inovação e sustentabilidade;	34	27
Aprimorar qualidade dos cursos de formação e qualificação relacionados ao setor;	46	15
Criar programa setorial de qualificação dos gestores;	40	21
Disseminar programa de saúde, segurança e qualidade de vida do trabalhador;	44	17
Fortalecer participação dos empresários do setor em feiras, eventos e workshops;	43	18
Fortalecer programas de estágio e trainee nas empresas do setor;	39	22
Incentivar programas de formação continuada dos profissionais, com ênfase em design;	28	33
Promover valorização dos profissionais do setor, incluindo desenvolvimento de carreira;	32	29

Ampliar qualificação dos profissionais do setor para operação de novas tecnologias;	24	37
Consolidar programas de estágio e trainee nas empresas do setor;	31	30
Consolidar polo de formação, atração e retenção de talentos para o setor de confecções e acessórios.	24	37

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Na Tabela 5, com as respectivas respostas, pode-se observar, que o foco voltado para aspectos relacionados à atração, retenção, formação e capacitação do capital humano na organização é fator chave para se obter níveis excelentes de desempenho e de produtividade, contribuindo para o alcance de anseios pessoais, dos objetivos organizacionais.

O empreendedorismo sustentável tem sido a chave para muitas empresas, pois abre as portas para um novo modelo de empreender, a partir do mesmo foi possível unir o melhor dos dois mundos, econômico e sustentável. Lucratividade, preservação ambiental e responsabilidade social foram unidas em um só numa tentativa de ampliar o alcance das empresas em vários âmbitos.

Tabela 6 - Interação entre produtores e consumidores

RESPOSTAS	SIM	NÃO
Aproximar empresas âncoras e seus potenciais fornecedores locais de matéria-prima	38	24
Atrair eventos, feiras e rodadas de negócios do setor para o Estado	31	30
Fortalecer a política de atração de investimentos para o adensamento das cadeias do setor	34	27
Mapear as cadeias produtivas da Indústria Agroalimentar no Estado	37	24
Realizar o estudo de disponibilidade e risco de escassez da matéria-prima utilizada no processo produtivo	42	19
Realizar o estudo para implementação de imagem de marca para produtos de origem do Ceará	48	13
Definir estratégias de negócios para as cadeias produtivas do setor com a participação dos stakeholders	34	27
Realizar rodadas de negócios entre os atores das cadeias produtivas do setor	35	26
Fortalecer a participação dos produtos regionais nos mercados nacionais e internacionais	24	37

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Acima, vê-se a Tabela 6 com as respectivas respostas. A ambiência de interação entre produtores e consumidores, relacionando aspectos de

informação, preço e quantidade de oferta e demanda, promovendo intercâmbio de bens e serviços por meio de transações éticas entre seus atores culminando na disseminação de conhecimento e inovações que levem ao progresso industrial da região. A partir dessas informações, foi marcado entre sim ou não, os pontos que na opinião do público colaboram com as ideias citadas acima.

Tabela 7 - Opinião dos entrevistados sobre assuntos diversos

RESPOSTAS: 1-Discordo, 2-Discordo, 3-Concordo em termos, 4-Concordo plenamente.	1	2	3	4
O Estado do Ceará, apesar de seu grande potencial econômico, é comumente presente nas listas das unidades federativas com os piores desempenhos em importantes indicadores econômicos e sociais	11	22	11	17
O aperfeiçoamento e instauração de valores e atitudes voltados ao desenvolvimento de uma identidade cultural são indispensáveis para criação e preservação de uma sociedade mais engajada com sua própria história e evolução.	3	15	6	37
Assim como a formação e capacitação de profissionais que atuam na região e necessitam absorver informações técnicas, inovações e tecnologias irão garantir o desenvolvimento da indústria local.	2	11	8	40
O nível de desenvolvimento das indústrias carirenses é plenamente satisfatório para a região e supre a todas as necessidades tecnológicas e ambientais.	10	15	10	26

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Acima, na Tabela 7, é possível observar a opinião dos entrevistados a respeito de perguntas diversas contidas no questionário. As informações foram expostas em uma tabela, de maneira que foram divididas as respostas em. 1- Discordo, 2- Discordo, 3- Concordo em termos, 4- Concordo plenamente.

As questões econômicas e sociais ainda são grandes percalços para um melhor avanço. O incentivo de pequenas e médias empresas aderirem aos modelos ecoinovadores têm sido excelentes respostas para o crescimento do desenvolvimento sustentável das empresas e tais práticas reforçam o movimento ecoinovador dos empreendedores.

Uma vez que, a sustentabilidade busca oferecer justiça social, qualidade de vida e equilíbrio ambiental para a população, através de um diferente modelo de desenvolvimento, que não vise somente a riqueza dos países, mas também inclua outras áreas, se mostrando essencial para que o planeta consiga ter condições de fornecer condições mínimas de vida para os seus habitantes atuais e continuar garantindo futuramente para as próximas gerações (JACOBI, 2003).

5 CONCLUSÕES

Atualmente, os empreendedores que visam trabalhos sociais não são obrigados a abster-se dos lucros, pois os novos modelos de trabalho permitem que seus empreendedores tenham em seu negócio a lucratividade e o bem-estar da comunidade e do meio ambiente.

Ultimamente, a sociedade tem abertos os olhos para os impactos causados ao meio ambiente, que ao longo do tempo as indústrias e o extrativismo têm causado grandes prejuízos, porém, com a chegada de novas tecnologias e novos modelos de produção tais impactos têm sido amenizados numa tentativa de preservar o meio ambiente.

Anteriormente, existia a ideia de que recursos naturais eram inesgotáveis pelo fato de que empresas e comércios usufruíram de *commodities* sem se preocuparem com a quantidade ainda disponível e o que aquela extração iria acarretar ao meio natural e na população. Diante do dilema, de que, se o público tiver que escolher entre os benefícios de um produto ou contribuir para a sustentação da natureza, eles não pensariam no melhor para natureza.

É notório, que na capacidade empreendedora das empresas carirenses cresceu o interesse pela responsabilidade socioambiental ao analisar-se os níveis de empreendedorismo sustentável, pensando-se também em ações, para que o desenvolvimento sustentável seja mais presente na região, pois apesar de haver uma necessidade, o desenvolvimento sustentável ainda não é uma realidade para muitos empresários carirenses.

Com relação as práticas da responsabilidade socioambiental na região do Cariri, os resultados apontam para a necessidade de um maior engajamento das empresas rumo ao empreendedorismo sustentável. Apesar disso, já existem na Região do Cariri, mecanismos que estão sendo desenvolvidos para amenizar os impactos ambientais causados por tais empresas. Para pesquisas futuras do 3º ano deste projeto de pesquisa, sugere-se o desenvolvimento de entrevistas com empresários e principais colaboradores de uma indústria da região, buscando-se assim o aprofundamento no tema.



AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Iniciação Científica da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPI) da Universidade Federal do Cariri (UFCA) pelo fomento à pesquisa via bolsa PIBIC-UFCA.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. C. S. *et al.* Perfis estratégicos de conduta social e ambiental: estudos na indústria têxtil nordestina. **Revista Gestão e Produção** (UFSCar), [s. l.], v. 15, n. 1, p. 159-172, 2008.

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade**: uma ruptura urgente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ARAGÃO, E. F. (Coord.) *et al.* **O Fiar e o Tecer**: 120 anos da Indústria Têxtil no Ceará. Fortaleza: Sinditêxtil- FIEC, 2002. Disponível em: <http://www.sfiiec.org.br/portalv2/images/SindTextil/PDF/OFiarEOTecer.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

BACKES, D. A. P.; KOBAYASHI, A. R. K.; SILVEIRA, A. Empreendedorismo Sustentável: Entendendo a Evolução da Produção Científica. *In*: ANAIS DO V SINGEP, 5., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, SP: SINGEP, 2016, p. 15-30.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Ciência & saúde coletiva**, [s. l.], v. 10, p. 561-571, 2005.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é, o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BRASIL, M. V. O. *et al.* Empreendedorismo e Inovação Sustentável em uma Fundação Educacional. *In*: ENCONTRO DA ANPAD - ENANPAD 2014, 38., 2014, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, RJ: ANPAD - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2014. p. 1-15.

BRASIL, M. V. O. *et al.* Os diversos tipos de empreendedorismo sustentável. **Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios**, [s. l.], p. 11- 31. Ano 4, n. 1, ago. 2014 - jan. 2015.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. Beyond the business case for Corporate sustainability. **Business Strategy and the Environment**, [s. l.], 19 abr. 2002.

GOMES, A. F. O empreendedorismo como uma alavanca para o desenvolvimento local. **Revista de Administração de Empresas**, [s. l.], v. 7, n. 2, jul./dez., 2005.

GONÇALVES, F. L. P. Contribuições da inovação social e do empreendedorismo social para a sustentabilidade. **REGIT**, [s. l.], v. 15, 1. ed. p. 75-88, 2021.

HUSTED, B.; ALLEN, D. B. Corporate social responsibility in the multinational



enterprise: strategic and institutional approaches. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], n. 37, p. 838-849, 2006.

JACOBI, P. **Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 2003.

LIMEIRA, T. M. V. **Empreendedorismo social no brasil**: estado da arte e desafios. 2016. Disponível em: http://ice.org.br/wpcontent/uploads/pdfs/Empreendedorismo_Social_no_Brasil_ICE_FGV.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Qualitymark Editora Ltda, 2002.

RIBEIRO, S. R. de M; SOUZA, W. J. de. Visões e perspectivas de empresários do segmento industrial do Rio Grande do Norte acerca da responsabilidade social. **Revista Alcance**, Biguaçu, v. 18, p. 387-400. Edição Especial 2011. Universidade do Vale do Itajaí Biguaçu, Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477748597003>. Acesso em: 18 out. 2021.

SANTOS, C. N; BRILHANTE, E. R.; PIO, J. A. (org.). Federação das Indústrias do Estado do Ceará. **1º Fórum das Indústrias do Cariri 2017-2025** / Federação das Indústrias do Estado do Ceará. Fortaleza: Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2017. Disponível em: <https://arquivos.sfiec.org.br/nucleoeconomia/files/files/Forum%20das%20Industrias%20do%20Cariri.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SILVA, G. R. F. *et al.* Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. **Online Brazilian Journal of Nursing**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 246-257, 2006. Universidade Federal Fluminense Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3614/361453972028.pdf>. Acesso em: 09 dez. 21.



O USO EXCESSIVO DE REDES SOCIAIS E O IMPACTO NA VIDA DE ADOLESCENTES E JOVENS

Yan Carlos Vieira Freitas
Orlando Júnior Viana Macêdo

RESUMO

A presente pesquisa contempla a temática das redes sociais e como o uso excessivo delas interferem na vida de adolescentes e jovens. Torna-se interesse da Psicologia abordar esse fenômeno porque a internet e os meios virtuais de comunicação assumem papel fundamental no cotidiano da maioria dos brasileiros, sendo fundamental para a vida de uns e frequentemente utilizada na de outros. Estabeleceu-se a seguinte questão como norteadora do estudo: como o uso intensivo de aparelhos tecnológicos conectados às redes sociais, pelos adolescentes e jovens, têm impactado a vida desses sujeitos? Foi definido como objetivo geral analisar como o uso intenso das redes sociais podem impactar a vida de adolescentes e jovens. O estudo foi realizado a partir da revisão de artigos e periódicos localizados por meio das bases eletrônicas: Google Acadêmico, *Scientific Eletronic Library Online* (ScieLo), Periódicos CAPES/MEC, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), Portal de Periódicos (UFG) e Estácio Periódicos Científicos. Foram usados os seguintes indicadores: "Psicologia", "Adolescência", "Jovens", "Redes Sociais", "Dependência", "Cyberbullying". Os resultados encontrados na pesquisa reforçam que, apesar dos aspectos positivos dessas redes sociais, o seu uso desenfreado por jovens e adolescentes impacta tanto no âmbito psicológico, social e quanto no físico, podendo levar a depressão, solidão, ansiedade, problemas de relações com a família e amigos além de outros problemas. Considera-se, portanto, fundamental orientações por parte das famílias, educadores e profissionais de Psicologia, para viabilizar uma utilização mais adequada das redes sociais, de forma a possibilitar que o avanço tecnológico traga benefícios, ao invés de impactos negativos nas vidas dos adolescentes e jovens.

Palavras-chave: Psicologia; Adolescência; Jovens; Redes Sociais; Dependência.

ABSTRACT

The following research contemplates the theme of social networks and how their excessive use interferes in the lives of adolescents and youngsters. It is of interest to Psychology to approach this phenomenon because the internet and the virtual means of communication play a fundamental role in the daily lives of most Brazilians, being fundamental to the lives of some and frequently used by others. The following question was established to guide the study: how has the intensive use of technological devices connected to social networks by adolescents and young people impacted the lives of these subjects? The general objective was to analyze how the intensive use of social networks can impact the lives of adolescents and young people. The study was carried out from a review of articles and journals located in the following electronic databases: Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (ScieLo), Periódicos CAPES/MEC, Biblioteca Virtual em Saúde, Psicologia (BVS) Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic) Portal de Periódicos (UFG) and Estácio Periódicos Científicos. The following indicators were used: "Psychology", "Adolescence", "Youth", "Social Networks", "Addiction". The results found in the research reinforce that, despite the positive aspects of these social networks, their unbridled use by young people and adolescents impacts the psychological, social, and physical aspects, causing sequels such as depression, loneliness, anxiety, problems in relationships with family and friends, and other problems. Therefore, it is essential to provide guidance on the part of families, educators and psychology professionals, to enable a more adequate use of social networks, in order to allow technological advances to bring benefits, rather than negative impacts on the lives of adolescents and young people.

Keywords: Psychology; Adolescence; Youth; Social Networks; Addiction.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a temática do meio virtual direcionada para uma análise dos possíveis impactos do uso excessivo das redes sociais por adolescentes e jovens. A partir de uma análise histórica, percebe-se o papel cada vez mais significativo do mundo virtual na sociedade, conseqüentemente o seu impacto crescente na constituição da subjetividade humana. É notável que o século XXI foi o marco da Era Digital e que a internet provocou mudanças importantes na forma pela qual o homem vive em sociedade.

Esse avanço tecnológico tem transformado rapidamente a maneira como as pessoas se relacionam, se informam e se comunicam. A cada dia mais indivíduos adquirem dispositivos capazes de se conectar à internet. Quando se trata de



smartphones, é comum encontrar sujeitos que ainda não entraram adolescência, porém já usufruem dos mais variados tipos de serviços oferecidos nos meios digitais, principalmente de aplicativos ou serviços de mensagens instantâneas.

Essa facilidade ao acesso ao mundo virtual abre inúmeras portas para novos conhecimentos e relacionamentos. Esses conhecimentos e relacionamentos estabelecidos virtualmente podem, então, apresentar um mundo novo ao usuário que navega pela rede social. O que incita mudanças na conduta dos adolescentes e jovens, a partir dessas interações vivenciadas no mundo virtual. Como destaca Line (2014 *apud* CAMPEIZ *et al.*, 2020) na atualidade da Era Digital, os adolescentes e jovens apresentam novas demandas às instituições escolares, de saúde, de segurança, entre outras, uma vez que fazem uso constante de dispositivos tecnológicos de comunicação e entretenimento, permanecendo conectado e integrando as tecnologias em sua vida.

Justifica-se o presente estudo em função da necessidade de compreendermos e sistematizarmos as informações existentes acerca da forma como esses avanços da virtualidade na contemporaneidade têm impactado na vida de adolescentes e jovens, pois essa proposta de pesquisa pôde possibilitar uma melhor compreensão das demandas desses sujeitos para diferentes instituições nas quais profissionais de psicologia atuam.

Diante de tais aspectos, o presente estudo busca responder a seguinte questão: como o uso exacerbado de aparelhos tecnológicos conectados as redes sociais, por parte de adolescentes e jovens, têm impactado na vida desses sujeitos?

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo, este consiste numa pesquisa qualitativa do tipo pesquisa exploratória, já que busca proporcionar maior familiaridade frente ao fenômeno que é investigado (GIL, 2008). O estudo foi desenvolvido a partir da técnica de pesquisa bibliográfico. Entende-se, por jovens, no presente estudo todo e qualquer cidadão de idade entre 15 e 29 anos.

A busca dos artigos para a realização da presente pesquisa foi realizada nas bases eletrônicas: Google Acadêmico, *Scientific Eletronic Library Online* (ScieLo), Periódicos CAPES/MEC, Biblioteca Virtual em Saúde- Psicologia

(BVS-Psi), Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), Portal de Periódicos (UFG) e Estácio Periódicos Científicos. Utilizou-se os descritores: “Psicologia”, “Adolescência”, “Jovens”, “Redes Sociais”, “Comportamentos”, “Psicanálise”, “Dependência”, “Suicídio”, “Cyberbullying” e “Mudança”, combinados de diferentes formas, por meio do operador booleano AND.

Os artigos selecionados, foram lidos e classificados de acordo com os seguintes critérios de inclusão:

- a) abordarem a temática do impacto das redes sociais nos adolescentes e jovens;
- b) ter sido publicado nos últimos 10(dez) anos;
- c) estarem disponíveis na íntegra e gratuitamente no idioma português.
- d) Foram excluídos os artigos que:
- e) contemplam a temática do uso excessivo de redes sociais sem relação direta com os jovens ou adolescentes;
- f) contemplem somente a internet sem mencionar algum tipo de rede social;
- g) dão ênfase apenas a problemática de jovens e adolescentes sem conectar com as redes sociais.

Foram selecionados 10(dez) artigos que foram analisados qualitativamente para realização do presente estudo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a realização da presente pesquisa buscou-se suporte teórico na perspectiva histórico-cultural. Para essa teoria psicológica a adolescência não deve ser simplesmente reduzida ao biológico, pois o adolescente é um ser construído através, também, do histórico e do social (VYGOTSKY, 1996). Para Vygotsky, a compreensão do desenvolvimento humano requer considerar a filogênese (evolução humana), a ontogênese (desenvolvimento do indivíduo), a microgênese (história da formação de cada processo específico em curto prazo, bem como as experiências vividas do indivíduo), e a sociogênese (história do grupo cultural) É necessário entender que os adolescentes e jovens estão inseridos numa realidade objetiva, que envolve cultura, questões sociais, econômicas e políticas, e que indivíduo e sociedade se influenciam simultaneamente, por meio de uma relação dialética.



Levando em consideração essa perspectiva dialética, como destaca Barrientos-Parra (2009), não existe uma única juventude ou adolescência, mas multiplicidades dela, como aquelas organizadas por adultos, tais quais igrejas e sindicatos, e aquelas formada espontaneamente por grupo de jovens que se identificam com alguma atividade cultural acadêmica ou científica. Ele também salienta que universalmente a juventude se destaca pela singularidade de seu posicionamento perante a vida, além de que a própria juventude também é um estilo de vida que vai além da definição de idade, evocando a transgressão e o conformismo do indivíduo que se encontra nesse estilo de vida mencionado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos encontrados estabelecem que a internet e as redes sociais são tema de relevância e de importância para a atualidade, considerando-se que a facilidade de acesso a elas e as formas como afetam a vida dos adolescentes e jovens. As pesquisas abordam como as redes sociais impactam nesses sujeitos, contemplando desde aspectos físicos, até aspectos psicológicos e sociais.

Por meio de uma análise qualitativa do material selecionado, emergiram as categorias: solidão, suicídio, construção de identidade e *cyberbullying*. Todas essas categorias serão abordadas abaixo, observando cada uma separadamente para esclarecimento adequado, considerando o que os estudos realizados identificaram acerca dos possíveis impactos do uso excessivo das redes sociais por parte de adolescentes e jovens.

Um estudo organizado por Rosa *et al.* (2021) teve como objetivo analisar a percepção dos jovens brasileiros sobre as possíveis repercussões das redes sociais em sua subjetividade. Participaram deste estudo 50 usuários das redes sociais com idade média de 18 a 26 anos, composto por jovens masculinos e femininos com os seguintes níveis de escolaridade: 4% com Ensino Médio completo, 84% com curso superior incompleto e 12% com curso superior completo. Os dados obtidos revelam que as redes sociais mais utilizadas pelos sujeitos são Facebook (94%), Instagram (70%), WhatsApp (60%), Twitter (14%) e Snapchat (12%).

Com relação ao tempo de acesso Rosa *et al.* (2021) constataram que 70% dos jovens se conectavam por mais de duas horas diárias e 48% deles, por mais



de 3 horas. Vale ressaltar que os jovens entrevistados mencionaram aspectos positivos e negativos sobre estar conectado. Entre os negativos, destacam-se: agressividade e intolerância, exposição da própria vida, informações superficiais e aparência de vida perfeita ou atmosfera de falsa felicidade. No que se refere aos pontos positivos, destacam-se a obtenção de informação, interagir ou manter contato com outros sujeitos e a comunicação mais ágil e prática.

A partir dos resultados da pesquisa, percebe-se que as redes sociais repercutem na subjetividade do jovem, especialmente caso o uso seja excessivo repercute mais negativamente.

“Essas redes atraem, modificam condutas e mantém os usuários capturados pelos conteúdos interessantes e gratificações esporádicas oferecidas” (ROSA *et al.*, 2021, p. 08). As autoras acrescentam que esses pontos podem ser fontes de angústia e ansiedade, modificando vínculos amorosos dos jovens na atualidade.

O estudo citado acima destaca que afetos importantes para o desenvolvimento da juventude podem ficar fragilizados no contexto familiar. O período de tempo utilizado nas redes sociais pelos adolescentes que se mantêm conectados às redes se torna inversamente proporcional ao tempo que o adolescente tem para fortalecer seus vínculos familiares. Os estudos de Rebelo *et al.* (2020), Silva e Silva (2017) e Farias e Crestani (2017) também abordaram essa questão da convivência familiar do jovem que usa excessivamente as redes sociais e confirmam o enfraquecimento do vínculo familiar em decorrência disso, como também foi percebido que a construção da identidade do jovem finda fragilizada e moldada através das redes sociais e dos seguidores, além de outros problemas que serão expostos a seguir.

Rebelo *et al.* (2020) conduziram uma pesquisa de cunho observacional e transversal, através de dados colhidos com o preenchimento de questionários anônimos distribuídos na escola do Concelho de Guimarães (Portugal), com 3518 alunos, entre jovens e adolescentes que frequentam o 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundário. Foi identificado que quase todos os adolescentes são proprietários de aparelhos tecnológicos (99,3%) e que as plataformas sociais mais utilizadas por eles são: *Youtube*, *Instagram* e *Facebook*. Foi evidenciado, também, que 85% dos jovens e adolescentes acessam as redes sociais várias

vezes ao dia, sendo que 28% deles admitem ser a atividade que ocupa a maior parte do dia e esse tempo em excesso conectado às redes sociais proporcionam interações com outros seguidores, interações que podem provocar o isolamento e o baixo desenvolvimento de capacidades relacionais (REBELO *et al.*, 2020).

Foi constatado por Rebelo *et al.* (2020) que a maioria dos adolescentes entrevistados passa mais tempo conectada nas redes sociais no período da noite do que no turno da manhã. O que pode comprometer o sono, desenvolvendo preocupações com seus efeitos na concentração e potenciais repercussões no desenvolvimento e desempenho acadêmico. Foi também resultado da pesquisa que dois, em cada três adolescentes, já se encontraram online com desconhecidos. Um, em cada quatro, já agendaram encontros com desconhecidos. Importante destacar que o estudo envolveu adolescentes menores de idades.

Conforme o estudo mencionado, nota-se que os adolescentes e jovens estão propensos a diversos riscos tanto de desenvolvimento psicológico, quanto perigos como sequestro e abusos sexuais. De acordo com o mencionado neste estudo os autores constataram que não há, na perspectiva desses adolescentes, a percepção do perigo a que estão expostos, apesar da gravidade dos riscos. Os autores destacam a falta de entendimento sobre as repercussões que os comportamentos online podem ter para eles ou para sua família (REBELO *et al.*, 2020).

O estudo de Rebelo *et al.* (2020) demonstra a realidade crescente da navegação em redes sociais e como se tem pouca compreensão dos riscos e consequências para os adolescentes. O controle dos pais é vago sobre o que o filho acessa, ou quando ele acessa as redes sociais, até mesmo com quem conversam. As redes sociais são uma área de pouca regulação, facilmente contornadas pelos jovens, que os expõem a um perigo mascarado.

Silva e Silva (2017) realizaram um levantamento do conhecimento atual veiculado à literatura especializada acerca dos impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes. Tais autores identificaram que o uso abusivo das tecnologias digitais acarreta diversos problemas, tais como isolamento social, narcisismo, depressão, ansiedade e dependência. No campo cognitivo, diversas patologias estão relacionadas ao excesso de informações não processadas, que acabam por gerar uma sobrecarga cognitiva, ao contrário de conhecimento.

Farias e Crestani (2017) organizaram uma pesquisa de caráter qualitativo com o intuito de identificar como as redes sociais influenciam o comportamento dos adolescentes. Apresentou uma pesquisa com base no Método da Explicação do Discurso Subjacente – MEDS. Este é um método exploratório que tem por objetivo ouvir detalhadamente o que os entrevistados têm a dizer. Foi aplicado um questionário para as pessoas com a faixa etária de 13 a 18 anos e com usuários das redes sociais. Participaram da pesquisa 17 adolescentes de diferentes regiões do Brasil.

Farias e Crestani (2017) identificaram que o crescente uso das redes sociais vem modificando as formas de comunicação e de relacionamento. Os autores consideram que essas redes sociais evocam o sentimento de “segurança”, de modo que os adolescentes se abstem de frustrações, rejeições e de outros sentimentos que, na realidade, têm que enfrentar. Eles podem, através desse meio social, ter um local onde explora sua liberdade de expressão sem medo de julgamentos, se valendo de perfis falsos, nos quais eles podem ser outra pessoa, concretizando sua intenção de poder.

Outro problema causado pelo uso excessivo das redes sociais e identificado pelo estudo de Farias e Crestani (2017) foi a mudança no desenvolvimento da escrita dos adolescentes, na maioria dos casos a empobrecendo. Tais autores consideram que houve, também, um grande prejuízo no rendimento escolar, uma vez que os participantes afirmavam passar muito tempo nas redes e esquecerem de estudar, ou repetiam de ano por conta do uso excessivo.

É notável haver problemas desencadeados por este mal uso das redes sociais como apresentados nos estudos acima. Consoante a esta afirmação, os estudos realizados por Fonseca *et al.* (2018) e Moromizato (2017) buscaram dar ênfase ao como o uso excessivo dessas redes sociais acarretaram sentimentos como solidão, ansiedade e depressão, além de outros aspectos negativos.

Como mencionado anteriormente o estudo realizado por Fonseca *et al.* (2018) buscou correlacionar a dependência das redes sociais com a percepção de solidão. A pesquisa foi feita através da aplicação de testes psicométricos em 234 participantes universitários de João Pessoa com a idade média de 23,94 anos. Fonseca *et al.* (2018) identificaram que estar conectado e fazer uso frequente de redes sociais traz algumas rotinas negativas ao indivíduo. Passa



a ser vulnerável por não haver contato físico e não sentir afeto pelas pessoas, tendo problemas de ansiedade, solidão e depressão.

Moromizato (2017) correlacionou sintomas depressivos e ansiosos com o uso excessivo das redes sociais por parte dos adolescentes. O autor fez uma pesquisa descritiva, transversal e quantitativa, com amostragens por conveniência, realizada com estudantes de Medicina no ano de 2015, na qual ele analisava os sintomas ansiosos e depressivos através do Inventário de Ansiedade de Beck (BAI) e do Inventário de Depressão de Beck (BDI), além de um questionário confeccionado pelos pesquisadores com base no *Internet Addiction Test* (IAT).

O estudo de Moromizato (2017) revelou que dos 169 estudantes avaliados na pesquisa, 98,8% (167) fazem uso de internet ou redes sociais, 18% desses passam mais de 8 horas diárias conectados. A impossibilidade de estar conectado produz ansiedade em 45,8% dos usuários e tédio em 55,6%. A depressão é a doença mais relatada e associada ao uso problemático da internet em adolescentes e o aumento da depressão em adultos.

Por meio do que foi observado no estudo de Moromizato (2017), notou-se que a má utilização não só das redes sociais, como da própria internet, pode desencadear depressão e ansiedade nos indivíduos que fazem uso delas, além de incitar o estado de dependência, acarretando transtornos. Alguns exemplos retirados do artigo analisado sobre os problemas do mal uso de redes sociais são: mau gerenciamento do tempo, conflitos nas atividades diárias ou em relacionamentos com amigos e familiares.

Assunção e Matos (2014) deram ênfase no como as redes sociais também sugestionam as relações interpessoais de adolescentes. Organizaram uma pesquisa de caráter qualitativo que foi realizada com 20 indivíduos. Foi utilizado como material para nortear coleta de dados um roteiro para condução de grupos focais. Assunção e Matos (2014) explicam que as relações interpessoais vivenciadas no mundo virtual interferem no comportamento perante as figuras parentais do jovem, podendo enfraquecê-la.

Um estudo qualitativo realizado por Gonçalves e Nuemberg (2012) com dez adolescentes, tinha como objetivo verificar a adicção dos adolescentes no mundo virtual e como esta pode influenciar a vida social destes. Os autores consideram que tanto pode auxiliar, quanto prejudicar o adolescente.

Constataram que, a partir do medo do julgamento, o adolescente, com o temor de não ser compreendido, descarrega tudo nos referidos ambientes virtuais. O uso excessivo pode levar a depressão, dificuldades na escola, saúde mental, *bullying* e comprometimento do vínculo familiar (GONÇALVES; NUEMBERG, 2012).

Dentro de pesquisas que contemplam o fenômeno do *cyberbullying* se destaca o estudo realizado por Deslandes e Ferreira (2018) que buscou organizar uma revisão crítica para compreender melhor esse fenômeno, incluindo suas dinâmicas, personagens identificados e o impacto causado em intimidados e perpetradores desse tipo de violência. De acordo com as autoras, o *cyberbullying* estabelece atores dentro do cenário: os que praticam o ato de violência, as vítimas, aqueles que assistem e compartilham o conteúdo que viola outrem, os educadores e os pais (DESLANDES; FERREIRA, 2018). Identificaram que: sujeitos envolvidos com o *cyberbullying* têm maiores chances de desenvolver uma psicopatologia; podem desenvolver insônia, depressão, baixo rendimento escolar ou baixa concentração; diminuição de horas de sono e menor apetite do que pessoas que sofreram outro tipo de violência. Outro aspecto de interesse é que aqueles, que eram assediados virtualmente por conhecidos, são propensos a relatar conflito com os pais, comportamentos agressivos e outros problemas de interação.

O estudo apresentado acima sobre o *cyberbullying* estabelece uma relação entre esse tipo de violência com o suicídio. O uso excessivo de redes sociais e esta prática estão interligados intimamente, pois as redes sociais são o meio mais utilizado para a disseminação desse tipo de *bullying*, tornando-a uma ferramenta viável para indivíduos que buscam ofender ou humilhar adolescentes e jovens no contexto virtual e social. A ausência de um suporte, que auxilie os adolescentes e jovens que sofrem esse tipo de violência, pode levá-lo a um fim trágico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais e a própria internet estão em constante evolução e cabe a nós acompanhá-las. Essa evolução incita profunda influência atualmente nos adolescentes e jovens. A literatura evidencia que o uso sem moderação pode gerar mudanças comportamentais, no desenvolvimento de valores e patologias. O que esses sujeitos acessam e as interações que vivenciam, impactam diretamente



na sua subjetividade.

O uso excessivo das redes sociais por adolescentes e jovens, sem a supervisão adequada dos pais, influenciam negativamente na vida desses sujeitos. Podem expor tais sujeitos a violência ou riscos. Faz-se necessário reflexão sobre como o jovem se mantém dentro do meio do virtual, o que ele acessa, com quem conversa, o que faz e, principalmente, por quanto tempo utiliza essas redes sociais. A supervisão dos parentes é de extrema importância nesse processo. Ela serve de apoio e de guia para os adolescentes e jovens na tomada de decisões, para que esses impactos sejam reduzidos.

É de interesse que a própria Psicologia também volte sua atenção a casos envolvendo redes sociais no período de adolescência para que, através de pesquisas, novas concepções e manejos sejam desenvolvidos para o auxílio do jovem e do adolescente, quando este for impactado por algumas das questões referidas. Considera-se que tais pesquisas podem oferecer novos mecanismos de ajuda dentro da clínica ou em qualquer área de atuação do psicólogo.

Aponta-se como uma limitação do presente estudo o fato de o mesmo ter sido realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica. Pode, portanto, reproduzir uma análise enviesada já presente nas fontes secundárias que serviram de base para a pesquisa. Dessa forma, recomenda-se realização de outros estudos que recorram a outras estratégias metodológicas e analisem com maior profundidade a relação do uso das redes sociais por adolescentes e jovens, de forma a contemplar tanto as especificidades local, quanto verificar o poder de generalização desses resultados que foram apresentados.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Raquel Sofia; MATOS, Paula Mena. Perspetivas dos adolescentes sobre o uso do Facebook: um estudo qualitativo. **Psicologia em estudo**, [s. l.], v. 19, p. 539-547, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/nd6hy7sNBZQnZbXRqdPfBqS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge. O estatuto da Juventude. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 41, n. 163, p. 131-151, jul./set. 2004. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/pmc/estatuto_da_juventude_comentado.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

CAMPEIZ, Ana Beatriz *et al.* Redes sociais digitais: exposição à violência na

intimidade entre adolescentes à luz da complexidade. **Texto & Contexto-Enfermagem**, [s. l.], v. 29, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-265x-tce-2019-0040>. Acesso em: 6 abr. 2022.

DE ARAUJO FARIAS, Cassia; CRESTANI, Patricia. A influência das redes sociais no comportamento social dos adolescentes. **Revista Ciência e Sociedade**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 52-69, 2017.

DESLANDES, Suely Ferreira; FERREIRA, Taiza Ramos de Souza Costa. Cyberbullying: conceituações, dinâmicas, personagens e implicações à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 23, p. 3369-3379, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.13482018>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FONSECA, Patrícia Nunes da *et al.* Uso de redes sociais e solidão: evidências psicométricas de escalas. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 198-212, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000300014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 maio 2022.

GIL Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Bruna Goudinho; NUERNBERG, Denise. A dependência dos adolescentes ao mundo virtual. **Revista de Ciências Humanas**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 165-182, 2012. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/d3ca/51763e05916446bd1142d968bc79f573fdf9.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MOROMIZATO, Maíra Sandes *et al.* O uso de internet e redes sociais e a relação com indícios de ansiedade e depressão em estudantes de medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [s. l.], v. 41, p. 497-504, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v41n4RB20160118>. Acesso em: 26 maio 2022.

REBELO, Alícia Raquel . Os adolescentes e as redes sociais. **Adolesc. Saude**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 84-90, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/adolescenciaesaude.com/pdf/v17n2a11.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2022.

ROSA, Gabriel Artur Marra e *et al.* Percepção de Jovens Brasileiros sobre as Repercussões das Redes Sociais na Subjetividade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [s. l.], v. 37, e37349, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e37349>. Acesso em: 10 maio 2022. ISSN 1806-3446.

SILVA, Thayse de Oliveira; SILVA, Lebiã Tamar Gomes. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 34, n. 103, p. 87-97, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 nov. 2021.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.



CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA CIENTÍFICA À EQUIPE DE UM PROJETO: SIGNIFICADOS SOB O FORMATO DE CORDEL

Ives Romero Tavares do Nascimento¹

Luiz Felipe de Sousa Fideles²

Francisco Wagner Santana Filgueiras³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar, sob o formato de cordel, as impressões da equipe de um projeto de pesquisa que teve como objeto a criação das chamadas “novíssimas” universidades federais brasileiras. Ancorado na possibilidade de se difundir conhecimento científico através de diferentes gêneros literários, o cordel assume posto central neste texto por permitir à equipe a expressão musicada e poética de suas impressões acerca da atuação em três anos de investigação. A partir de um ensaio, o cordel apresenta os resultados, que vão desde os sentimentos expressidos e a contribuição à Administração e outras Ciências Sociais Aplicadas do cordel como oportunidade de divulgação de conhecimento científico.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Políticas Públicas; Educação Superior; Cordel.

ABSTRACT

This work aims to present, in a cordel format, the impressions of the team of a research project whose object was the creation of the so-called “brand new” Brazilian federal universities. Anchored in the possibility of disseminating scientific knowledge through different literary genres, cordel assumes a central

¹ Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social – Liegs Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA Universidade Federal do Cariri – UFCA Bolsista BPI Funcap.

² Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social – Liegs Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA Universidade Federal do Cariri – UFCA Bolsista BPI Funcap.

³ Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social – Liegs Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA Universidade Federal do Cariri – UFCA Bolsista BPI Funcap.



position in this text as it allows the team to express themselves through musical and poetic verses their impressions about the performance in three years of investigation. From an essay, the cordel presents the results, ranging from the feelings expressed and the contribution to Administration and other Applied Social Sciences of the cordel as an opportunity to disseminate scientific knowledge.

Keywords: Regional development; Public policies; Higher education; Cordel.

1 INTRODUÇÃO

Este texto ensaístico tem como mote a apresentação, sob o formato de um cordel, dos aprendizados sentidos pela equipe de um projeto de pesquisa que analisou as condições político-institucionais de criação de três universidades federais brasileiras: a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Em outras palavras, o cerne é relatar, de modo poético e musicalizado, as impressões acerca dos alcances intangíveis da ação de investigação pela ótica de seus membros, sem apresentar, todavia, considerações diretas ao objeto da pesquisa.

Assume-se a posição epistemológica da Administração como a ciência capaz de dar subsídio às análises realizadas, uma vez que o ambiente de observação daqueles fenômenos em tela – as novíssimas universidades federais – perpassa-as tanto pelo viés da gestão (especialmente a gestão pública, que as criou e conduz) quanto pela lógica da organização, enquanto ideal humano que congrega num conjunto símbolos e aspectos imateriais da ação orientada de múltiplos indivíduos. Seria este, portanto, o duplo objeto de estudo da Administração para França Filho (2004).

No bojo dessa segunda possibilidade interpretativa, recai a chance de incluir-se aspectos emotivos e emocionais em análises científicas, questões admitidas como válidas nos contextos informais dessas mesmas organizações. Portanto, podem assumir igual validade de aprendizado a aspectos objetivos e concretos muito ligados à expressão de conteúdos ligados à publicação de artigos, livros e demais peças de comunicação científica.

E se para Fischer *et al.* (2007) as iniciativas de ensino e aprendizagem em Administração podem ser plurais e ligadas à literatura em seu seio, recorre-se à



elaboração de um cordel como escolha criativa à publicização de como a equipe do projeto que estudou a criação das novíssimas universidades federais do Brasil. E vai além: dá corpo ao intangível quando traduz em palavras musicadas os sentimentos e as expressões emotivas ligadas a seu aprendizado em três anos de investigação.

E, para isso, o Item a seguir apresenta as razões regionais empregadas pela equipe do projeto para contextualizar o cordel elaborado, de modo a situar a escrita e os alcances desejados com a elaboração do texto.

2 SER TERRITORIAL PARA O PROJETO

Buscar a qualidade de territorial para o projeto tanto foi meio quanto finalidade. As novíssimas universidades federais brasileiras – incluída neste grupo a Universidade Federal do Cariri (UFCA) – podem ser admitidas como instituições regionalizadas pelo fato de terem sido montadas pela ótica do desenvolvimento do interior do Brasil com o estabelecimento de novas organizações públicas que agiriam em prol da melhoria qualitativa da vida humana através da oferta de vagas públicas de ensino superior (NASCIMENTO, 2018). Em espaços distantes dos grandes centros urbanos do país, estas universidades foram criadas como parte de uma ação estatal que, de modo plural e sociocêntrico⁴, fez incluir nelas a missão de se conectar com as necessidades e potencialidades dos lugares onde foram instaladas, reduzindo as assimetrias regionais e fortalecer determinados segmentos sociais (ANDRIOLA; SULIANO, 2015; GUMIERO, 2019).

Território, neste caso, é uma conceituação que vai além da compreensão geoespacial de lugar físico ao incorporar conceitos, forças, interesses e outras tensões em torno de uma mesma força-motriz: a vida humana interseccionada. O que se quer dizer é que se assume a visão que território pode significar uma unidade – tanto de gestão quanto de análise – de caracteres tangíveis e intangíveis como meio ambiente, pessoas e motivações (dentre outros) aglutinados em uma mesma teia de relações. Estas, por sua vez, podem ser, segundo Saquet (2004), ambientais, políticas, sociais e institucionais, como é o caso das universidades

⁴ O caráter sociocêntrico aludido faz menção ao fato de membros da sociedade civil – e não apenas a representação do Estado – terem participado direta e indiretamente da constituição dessas universidades.



investigadas pela pesquisa em tela.

Tais relações são complexas e a socioeconomia de sua tessitura deve ser considerada para que um território possa ser individualizado (RIBEIRO, 2009). Em outras palavras, ao olhar-se para as quatro novíssimas, perguntar-se-ia: o que faz o Cariri cearense, o sul e o oeste baianos e o sul-sudeste do Pará individualizados? Na tentativa de incluir esta questão como um dos pilares das análises sobre as universidades, a equipe pôde perceber-se diante de uma indagação: somos também territoriais em nossa ação de pesquisa?

Uma resposta positiva pode ser dada quando se percebem aproximações com a ideia de educação contextualizada de Baptista e Campos (2013), ao tornarem assertivo o conceito de que saberes passam a ter sentido às pessoas quando estas percebem ligação entre os conteúdos ensinados e a realidade por elas vividas. Ou seja, a lógica do pertencimento é questão norteadora e definidora de uma contextualização, seja ela da educação ou de qualquer outro sentido. E este, portanto, foi o elo que o projeto encontrou para se conectar à sua análise: considerar que não apenas os objetos corpóreos compreendem os aprendizados no nível da pesquisa científica. Importam também as lições para a ação de investigadores, sensíveis ao objeto analisado e perspicazes à natureza *sui generis* daquelas instituições⁵.

Dessa forma, o objetivo de demonstrar as questões intangíveis da pesquisa por meio de um cordel foi alcançado em virtude do traço de um caminho metodológico pautado na liberdade de um ensaio acumulada à rima e música de um cordel. O Item a seguir apresenta como o texto-objeto deste trabalho foi construído.

3 METODOLOGIA

O percurso metodológico seguido para a escrita do cordel foi dividido em duas etapas: a primeira, que constou na compreensão de que um trabalho com o objetivo posto teria a tendência de requerer uma formação pouco menos rígida que comunicações científicas tradicionais tais como os artigos, trazendo à tona as potencialidades de um formato ensaístico. A segunda etapa, por sua vez, traduziu-se na versificação e montagem de todo o cordel.

⁵ Recomenda-se a leitura do trabalho de Nascimento (2018) para detalhamento da UFCA como uma expressão dessa condição singular. As referências deste trabalho indicam o caminho para se acessar o texto.



No que tange à elaboração de ensaios, autores como Meneghetti (2009) e Lara e Vizeu (2019) argumentam serem, aquelas, peças literárias com alto teor de conhecimento em linhas menos rígidas em termos de estrutura e metodologia que os demais, ao passo em que não se desprendem do rigor científico. Ou seja, é como se um ensaísta se comportasse tal como um artista plástico, que modela sua peça ao rol de suas emoções e em compasso com as interpretações de múltiplas perspectivas daqueles indivíduos que contemplam aquela mesma produção artística (LARA; VIZEU, 2019).

Portanto, a escrita de um ensaio permite flutuações no estilo literário da peça. Essa maleabilidade permite a experimentação de outros gêneros de texto, nos quais o cordel se enquadra, dada sua gênese e expressão: são a revelação de momentos cotidianos, que expressam em alto grau o regionalismo (e por que não dizer territorialidade, quando se conecta o conceito de região ao território quando se quer traduzir as questões que unificam povos) e as características sociais e culturais de determinada localidade (CUNHA, 2018).

Por definição, um cordel é um texto em que se apresentam fatos a partir do relacionamento de três elementos básicos: a rima, a oralidade e a métrica (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018) em versos, que por sua vez são organizados em estrofes. A rima é a composição escrita e falada que aproxima sílabas de palavras o mais próximo possível, de maneira a caracterizar forte semelhança no ato da leitura e da fala. Feita de modo constante e padronizado, a rima em um cordel lhe confere oralidade, que é o reconhecimento de cadência sonora que caracteriza os cordéis.

A métrica, por sua vez, ocupa lugar de destaque na composição de textos em cordel. Isso ocorre dada a evolução e conseqüente sistematização dos processos de escrita de cordéis, que fez surgir um elaborado conjunto de classificação para o cordel a partir do emprego de determinadas métricas. Porém, cabe aqui uma importante distinção: a métrica de um cordel é calculada em sua sílaba poética, aquela unidade indivisível do som materializado na palavra, que a distingue das demais. Ela não pode ser confundida com a sílaba gramatical, pois esta é definida pelas regras do vernáculo e, não necessariamente, expressa o tom musical de uma palavra.

Na taxonomia do cordel, muitas são as possíveis classificações: parcelas,

quadras, sextilhas, septilhas (ou setilhas) ou martelos agalopado, dentre outras (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2018). Cada tipo se diferencia pela quantidade exata de versos e de sílabas poéticas. Os Martelos Agalopados, por exemplo, possuem estrofes com dez versos e onze sílabas poéticas, estilo ABBAACCDDC. Esta codificação, por sua vez, significa que:

A – a sílaba poética se localiza no final do primeiro verso;

B – a sílaba poética se localiza no final do segundo verso;

B – a sílaba poética se localiza no final do terceiro verso, mas deve combinar com a do segundo verso (B = B);

A – a sílaba poética se localiza no final do quarto verso, mas deve combinar com a do primeiro verso (A = A). E assim sucessivamente.

Dessa maneira, o cordel foi escrito e se apresenta no Item que se segue. De modo a reproduzir os folhetins onde os cordéis são publicados, optou-se por apresentar o Cap. 4 (que se segue) em folhas divididas em duas colunas, seguindo-se a tradição regional.

4 O CORDEL

Este cordel vem aqui para falar
Lá de uma investigação científica
Do conhecimento, obra magnífica
Seus resultados, ele vai revelar
De muita boa conquista a se saudar
Falará de seus mais que aprendizados
Desejos da equipe realizados
Para a ciência quer se contribuir
Ensino superior se investir
Seus discentes muito bem mobilizados.

Falamos de quatro universidades
Criadas no interior do Brasil
Com um forte espírito estudantil
Vistas as suas locais necessidades
Como também as potencialidades
Ao desenvolvimento fazer surgir
Desejo de a ele contribuir
Na sua condição territorial



E por que não seria ela regional?
Sinônimos para um mesmo devir.

As universidades são as novíssimas
Espalhadas no Brasil em três Estados
São quatro, por eles outrora instados
Ao seu desenvolvimento, fidelíssimas
Às suas populações, preciosíssimas
Uma delas fica lá no Ceará
Todo mundo chama de UFCA
Na Bahia há uma: é a UFOB
E não se vê povo sendo esnobe
Pois uma segunda se mencionará.

É a UFSB, meus amigos
Que fica já bem lá no sul do Estado
Para o povo baiano ser contemplado
Suas demandas e desejos mais antigos

Da tristeza e pobreza são inimigos
Pois eles desejam para a sua gente
Uma forma de vida mais que decente
Pois se sabe que com a educação
A vida vai para outra dimensão
Num plano que só se segue ascendente.

E também a Unifesspa no Pará
Que é mais uma irmã daquelas três outras
Da sociedade, são vontades doutras
Com tal história que se ilustrará
Só mais educação que não cessará
Com uma educação regionalizada
Ao desenvolver foi parametrizada
E à população local ajudar
Uma nova vida se concretizar
Universidade regionalizada.

Partiu daí uma observação
Possível fenômeno a observar
Quatro objetos a se investigar
As políticas públicas em ação
Novo projeto para nossa nação
As universidades a construir
Novos profissionais a constituir
Com um bom ensino e com a certeza
Atenção ao nosso povo: a presteza



Um novo Brasil, mais justo, a surgir.

Foram criadas de modo mui novo
E isso só chamou a nossa atenção
Para nossa nova investigação
Com a participação do nosso povo
Preciosa, tal qual um Fabergé-Ovo⁶
Seguiram de modo único-plural
Política pública inaugural
Nós falamos do Reuni⁷, meus amigos
Outros atores sociais mais antigos
Movimento social e cultural.

Assim nosso projeto fora criado
As universidades investigar
O novo fenômeno a revelar
Pela PRPI foi apoiado
E pela Funcap fora chancelado
Dada a sua grande movimentação
Os docentes e discentes em ação
Seus quatro meandros revelar-se-iam
A saber como as pessoas agiam
Nessa nova grande investigação.

Foi preciso muita coisa começar
Para o projeto iniciar bem-feito
As pessoas alinhadas num bom jeito

Pois elas queriam já investigar
As universidades a revelar
As suas condições individuais
Que as fizeram no Brasil nada iguais
Novíssimas organizações o são
Pois não, um *sui generis* diapasão
Brasileiros novos tempos, colossais!

Para o plano de pesquisa formar
Três sustentáculos foram usados
Que em conjunto são investigados
Para saber na reflexão integrar
E então ser capaz de demonstrar
A ação do poder de transformação

⁶ Mais informações sobre os Ovos de Fabergé estão disponíveis na página eletrônica:
<https://www.bbc.com/portuguese/internacional/reuni.mec.gov.br>.

⁷ Informações detalhadas sobre o reuni em: <https://reuni.mec.gov.br>.



Que possui o conceito educação
No desenvolvimento regional
O que representa valor sem igual
Na qualidade de vida do cidadão.

O primeiro pilar é essencial
Mas vamos falar de desenvolvimento
Que vem acabar com nosso sofrimento
Atuando no crescimento local
Promovendo progressão territorial
Para alguns é a automatização
Para outros é a qualificação
E necessita da vinda da ciência
Para ter uma melhor eficiência
Assim objetivando evolução.

E o desenvolvimento sustentável
Busca os ecossistemas preservar
Os recursos naturais, se conservar
E é manter o planeta habitável
Promover uma economia rentável
Sem o meio ambiente agredir
Então a humanidade impedir
Que essa predatória exploração
Culmine em tamanha destruição
A coexistência deve existir!

Em mãos temos o livro e o caderno
O segundo pilar é educação
A universidade em expansão
Chegar aos lugares do Brasil interno
Seguir para os povoados tão fraternos
Nesse Brasil vasto, multicultural
Levar educação superior tal
Tentar se democratizar o acesso
A fim de se facilitar o sucesso
Promovendo a transformação local.

Triste a realidade do discente
Antes se ele quisesse estudar
Tinha que a sua mãe-terra deixar
E dinheiro faltava a toda gente
Povo que vivia quase indigente
A nação que visava a ascensão
Interiorizar a educação
A ida das quatro universidades



A graduação foi às suas cidades
Desejo de formar a população.

Então chegamos ao terceiro pilar
As políticas públicas discutir
Pressionando o Estado a agir
O povo instigado a atuar
Problemas sociais evidenciar
E formou-se uma grande união
Entre o Estado e a população
Em prol da valorização social
Garantir direito constitucional
E melhorar a vida de uma nação.

O Reuni como investimento
Financiando as novas federais
Reduzindo assimetrias locais
Estabelecer o comprometimento
Então promover o desenvolvimento
Para a execução, o foi fundamental
A ação de uma tradição regional
A participação dos demais atores
Que se mostraram os sólidos tutores
De uma política institucional.

Foi o Estudo-base desse projeto
Procurar compreender-se a conexão
Proporcionar-se à autorreflexão
Analisar-se o complexo objeto
Tentar criar-se num contínuo trajeto
Da base bibliográfica partir
Saberes científicos transmitir
Desenvolvimento no interior
Conquista do ensino superior
Uma temática a se refletir.

Nós conhecemos muitas realidades
Brasileiros, mais outros três territórios
Com interesses e atores notórios
Desenvolvimento para as cidades
Sem esquecer as suas ruralidades
Para essas chegadas instituições
Deu-se em conta muitas avaliações
Para o desenvolvimento ser gerado
Era preciso ter-se mobilizado



Locais pessoas e organizações.

Foi essa a pauta do nosso bom projeto
Que nos ajudou a agir e pensar
Sobre a bela arte de investigar
As IFES⁸ novíssimas como objeto
Tê-las na ciência e no nosso afeto
A PRPI nos proporcionou
E a Funcap mais que nos apoiou
Também muita gente, nós mobilizamos
Muitos atores nós entrevistamos
No projeto, toda a gente atuou.

A Região Sul da Bahia, visitada
Para a universidade se conhecer
As particularidades perceber
A UFSB foi comentada
Bela joia fora ali instalada
Com respeito à baiana tradição
Ver seus povos com carinho e emoção
Vagas superiores se ofertar
Os saberes locais vão incrementar
Percursos de superior formação.

A Região Sul da Bahia, visitada
Para a universidade se conhecer
As particularidades perceber
A UFSB foi comentada
Bela joia fora ali instalada
Com respeito à baiana tradição
Ver seus povos com carinho e emoção
Vagas superiores se ofertar
Os saberes locais vão incrementar Percursos de superior formação.

A Região Sul da Bahia, visitada
Para a universidade se conhecer
As particularidades perceber
A UFSB foi comentada
Bela joia fora ali instalada
Com respeito à baiana tradição
Ver seus povos com carinho e emoção
Vagas superiores se ofertar
Os saberes locais vão incrementar
Percursos de superior formação.

⁸ Sigla de Instituições Federais de Ensino Superior.

Faltou o Oeste baiano visitar
Foi apenas uma ida muito breve
Esperamos que a isto se releve
Com mais tempo para se investigar
E a UFOB puder se revelar
Uma novíssima instituição
Devotada àquela sua população
Da UFBA, uma filha que rebenta
Aos jovens e velhos, ela representa
A nova chance de boa formação.

Nós ficamos felizes com o projeto
Pois pudemos, em três anos, aprender
A fazer ciência e a conhecer
Tais nuances de nosso caro objeto
As novíssimas, mais um caso concreto
De como o Estado pode bem agir
À vida do seu povo contribuir
A educação pública melhorar
E ao trabalho formal incrementar
Ética e cidadania, o povir!

Mais coisa poderia ser feita, sim
Pois nem tudo se vai como esperado
Um bom projeto é apenas espelhado
Na vontade de quem pesquisa a fim
E produzir conhecimento, assim
Todavia restamos nós, contentes
Pois estivemos nele sempre presentes
Nosso projeto pôde bem caminhar
E nossa equipe sempre a pesquisar
O saber e a ciência em nossas mentes!

Aprendemos agora, com a clareza
Para crescer e ficar desenvolvido
O lugar deve ter seu povo unido
Alterando um cenário de pobreza
Libertando da dor e da incerteza
Os que vivem sem a fé, só pela sorte
Reduzindo o seu índice de morte
Pela falta de água e de comida
Pondo fim numa questão mal resolvida
Bem comum no Nordeste e lá no Norte.



Para mudar de verdade tal problema
Mais política pública se carece
Mesmo até que se firme em sua tal prece
O caboclo não findará seu dilema
Mas chegou o Estado, já não se tema
Pois tem jeito, se formos na parceria
Governantes e povo, quem diria?
Trabalhando-se em prol do coletivo
Garantindo-se o desejo sempre vivo
De alcançar o bem-estar com alegria.

Estudantes também são os responsáveis
Na sua terra, por ter-se o conhecimento
Que é útil para ter-se bom crescimento
Qual o bom gérmen no solo, vós cresceis
Cultivado por vós que estabeleceis
Mas é, sim, um amigo de sua gente
Se é doutor ou até se indigente,
Não importa o título ou a fama
Vale mais se atende a quem a ele chama
Com mais presteza, não mais indiferente.

Conhecer-se os atores envolvidos
Foi-nos também um trabalho importante
Saber quem, na sua terra, já garante
Os direitos daqueles mais desvalidos
Superando os cartéis mais que temidos
Que abafam as vozes da sociedade
E só age pela universidade
Que nos fazem o saber bem mais precioso
P'ra vencer o discurso mais que doloso
Sobre como mudar a realidade.

É, pois, gente, o caráter regional
Que assume nossa universidade
O que move toda a atividade
No que é o fazer e saber social
Ligado a alto valor cultural
Percebido por todos que ali vivem
Precisando de quem mais os incentivem
Poder público, se tanto que possível
A sociedade e todos, se cabível
Para que seus direitos se efetivem.

E percebemos que as instituições
São vitais para cada seu território



Se forem criadas como num empório
De viáveis e melhores soluções
Aos problemas que se surgem aos milhões
Pelo vulto de mil lidas demandadas
Que se colocam urgentes e cobradas
Para um ambiente qual mais sustentável
Em que haja a justiça mais notável
Para nossa gente de todas as camadas.

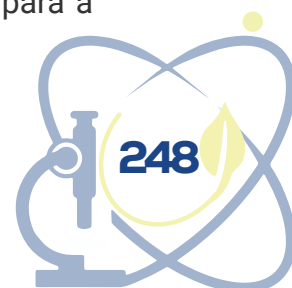
Publicarmos esses nossos resultados
Através de cordel é bem fascinante
Enaltece uma prática fundante
Do local em que nós somos radicados
Facilita os nossos aprendizados
Do que fora tão árduo esquadrihar
Mas também prazeroso o caminhar
Para todos que tenham este intento
De saber algo a mais que o comento
Cuja arte vai ainda se alinhar.

Sejam estas palavras o instrumento
De fazer a ciência em mais ação
Almejando melhorar educação
Promovendo maior desenvolvimento
Se atrair novos meios de fomento
Todos juntos agora participando
Construindo, agindo e partilhando
Só então se verá a dignidade
Nas famílias do campo e da cidade
Com respeito, saúde e se amando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo apresentar os resultados intangíveis da execução um projeto de pesquisa para sua equipe por meio de um texto de cordel. Foram apresentadas as razões para se elaborar este tipo de trabalho, demonstrando o poder criativo e sensorial deste tipo de produção literária aliada à possibilidade de se divulgar o conhecimento científico de diferentes maneiras.

As questões em tela oferecem uma interpretação em dupla chance: a primeira que faz reconhecer a potencialidade de projetos de pesquisa para o desenvolvimento pessoal de cada membro que neles atuam, posto que é preciso aprimorar a capacidade individual como condição *sine qua non* para a



consecução de uma boa investigação científica. Em segundo lugar, suscita o debate de que as comunicações científicas elaboradas sob diferentes formatos podem ter o mesmo grau de alcance e contribuição à ciência e ao saber, pois requerem habilidades criativas para a manutenção do rigor e da metodologia científica.

O cordel, neste caso, figurou como o meio pelo qual a equipe do projeto pôde expressar-se de modo livre, demonstrando como o debate acerca da criação das novíssimas universidades federais brasileiras gerou conhecimento tanto sobre esses fenômenos do Brasil quanto para as pessoas que participaram da investigação.

Espera-se, ao final, que este trabalho possa inspirar a elaboração de outras peças científicas pautadas na sensibilidade, na literatura e nas artes em geral e, sobretudo, na criatividade dos pesquisadores. Afinal, fazer pesquisa e ciência é oportunidade para a boa formação profissional e cidadã.

AGRADECIMENTOS

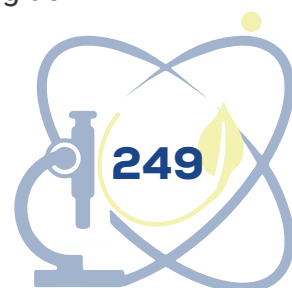
Agradecimento são feitos à Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal do Cariri (PRPI/UFCA), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap) pelo apoio institucional e financeiro (auxílios e bolsas).

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira; SULIANO, Daniele Cirilo. Avaliação dos impactos sociais oriundos da interiorização da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 96, n. 243, p. 282-298, ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S217666812015000200282&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 dez. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/339512841>.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. Educação contextualizada para a convivência com o semiárido. *In*: CONTI, Irio Luiz Conti; SCHROEDER, Edni Oscar (org.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília/DF: Editora IABS, 2013. p. 99-112.

CUNHA, Rafael da Silva. **Literatura de cordel em rede: o fazer com tecnologias**



digitais. Dissertação (Mestrado em Cognição, Tecnologias e Instituições) -Programa de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições, Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, Brasil. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/1096/1/RafaelSC_DISSERT.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.

FISCHER, T. *et al.* Razão e sensibilidade no ensino de administração: a literatura como recurso estético. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, p. 935-958, jan. 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6613/5197>. Acesso em: 22 maio 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Para um olhar epistemológico da administração: problematizando seu objeto.: SANTOS, Reginaldo Silva (org.) **Administração Política como Campo do Conhecimento**. São Paulo-Salvador: Edições Mandacaru/Fundação Escola de Administração UFBA, 2004.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. Avaliação da Expansão do REUNI UFGD no Mato Grosso do Sul. **Interações**, [s. l.], v. 20, n. 4, out./dez. 2019. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2028>. Acesso em: 19 dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.20435/inter.v20i4.2028>.

LARA, Luiz Gustavo Alves de; VIZEU, Fabio. (Re)Pensando o “ensaio como forma” no campo de estudos organizacionais. ENCONTRO DA ANPAD (EnANPAD), 43., 2019, [s. l.]. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.]. Disponível em: http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjcwMTE=. Acesso em: 14 ago. 2022.

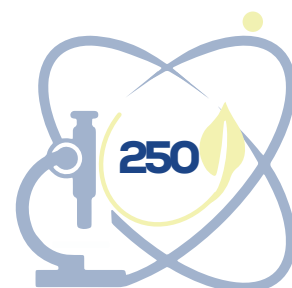
MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um Ensaio-Teórico? *In*: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 2., [2009?], [s. l.]. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA – MinC. **Literatura de cordel**: dossiê de registro. Brasília: MinC, 2018. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Descritivo\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Descritivo(1).pdf). Acesso em: 24 abr. 2022.

NASCIMENTO, Ives Romero Tavares do. **A expansão da educação superior como estratégia de desenvolvimento territorial**: O caso da Universidade Federal do Cariri. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2018.

RIBEIRO, Maria Teresa Franco. Introdução. *In*: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos Roberto Sanchez (org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar Salvador: EDUFBA, 2009.

SAQUET, Marco Aurélio. Território. *In*: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em Gestão Social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014.



PESSOAS ESCRAVIZADAS E FORRAS NOS REGISTROS DE BATISMO DOS CARIRIS NOVOS (1732-1742)

Evellen Rodrigues de Sousa
Daphyne Rodrigues da Silva
Amanda Teixeira da Silva

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar a presença de pessoas de origem africana – escravizadas ou forras – na região do Cariri durante a colonização do território, especialmente no período anterior a 1753, quando houve a instalação das minas de ouro de Missão Velha. A historiografia local costuma sustentar que até então era diminuta a existência de escravizados de origem africana na região. Através das transcrições de assentos de batismo do *Livro de Registros de batismos, casamentos e óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó (1701-1799)*, foi possível observar, no entanto, que entre 1732 e 1742, pelo menos 31% da população nascida nos Cariris Novos era formada por pessoas escravizadas de origem africana. Portanto, no período estudado, quando a colonização era ainda incipiente na região, quase um terço das crianças nascia em estado de escravidão. Pretendemos, a partir da abordagem da História Social, compreender os movimentos e transformações das vidas de pessoas retiradas de seu meio e exploradas pelos latifundiários do Cariri, identificando, na medida do possível, conexões entre a vida material e as trajetórias e experiências desses sujeitos.

Palavras-chave: registros de batismo; escravidão; Cariris Novos.

ABSTRACT

This research pretends to investigate the presence of people of African origin - enslaved or freed - in the Cariri region during the colonization of the territory, especially in the period before 1753, when were installed the gold mines of Missão Velha. Local historiography usually maintains that until the installation of the mines, the existence of enslaved of African origin in the region was insignificant.

Studying the transcriptions of baptism records from the Book of Records of baptisms, marriages, and deaths of the Parish of Nossa Senhora da Expectação do Icó (1701-1799), it was possible to observe that between 1732 and 1742, at least 31% of the population born in Cariris Novos was formed by enslaved people of African origin. Therefore, in the period studied, when colonization was still incipient in the region, almost a third of the children were born in a state of slavery. From the approach of Social History, we intend to understand the movements and transformations of the lives of people removed from their environment and explored by the landowners of Cariri, identifying, as far as possible, connections between concrete life and the trajectories and experiences of these people.

Keywords: Baptism records; Enslavement; Cariris Novos.

1 INTRODUÇÃO

Aos dezessete dias do mês de março de mil sete centos [e] trinta [e seis?], batizou com minha licença o padre Jacinto Barboza de Souza a **Francisca, filha da crioula Domingas, escrava** do capitão José Paes Landim¹. Foi padrinho o alferes Marcos Rodrigues da Costa. Não levou os santos óleos: *era ut supra* e me assinei// Valerio Gomes de Castro² (grifos nossos).

Este registro demonstra a presença negra no Cariri desde o período de sua colonização, a expressividade da ação de latifundiários na localidade e mesmo a adoção, por parte de escravizados, da religião imposta pelas elites brasileiras. Infelizmente tais informações, como tantas outras que constam em livros paroquiais atualmente acessíveis através de arquivos digitais, permanecem pouco exploradas pelos pesquisadores. É de se supor que os sesmeiros que buscavam garantir a posse de terras na região teriam, sob sua propriedade, sujeitos escravizados. A historiografia local, no entanto, não abordou esse tema até o momento, se dedicando principalmente a desenvolver pesquisas sobre a escravidão no Cariri do século XIX. É forçoso notar que há também uma produção intelectual que se aplicou a estudar a história e, especialmente, a genealogia dos conquistadores do século XVIII, mas até o momento as pessoas escravizadas por esses sujeitos, bem como suas trajetórias, seguem desconhecidas.

¹ Considerado um dos pioneiros da colonização do Cariri.

² LIVRO DE REGISTROS de batismos, casamentos e óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó (1701-1799), fl. 34-r. Com o objetivo de tornar a leitura mais fluida, optamos por modernizar a transcrição, atualizando a grafia das palavras e a pontuação. Mantivemos, no entanto, a paragrafação das fontes.



O Ceará teve uma ocupação tardia em comparação às áreas açucareiras. A conquista dos sertões, particularmente, se iniciou somente no final do século XVII. Francisco José Pinheiro aponta que a primeira grande onda de expropriação das terras indígenas se deu quando as fazendas de gado avançaram pela Ribeira do Jaguaribe, entre 1680 e 1720 (PINHEIRO, 2008, p. 22). Houve conflitos violentos, acarretando o extermínio de numerosos grupos indígenas que habitavam as ribeiras daquele território. Com o adensamento da população e dos conflitos, foi necessário criar, ainda na década de 1730, a primeira vila afastada do litoral, a de Icó³.

Pompeu Sobrinho (1937, p. 347) afirma que “desde os primeiros tempos da colonização, foram introduzidos negros africanos e crioulos no sertão nordestino, como auxiliares dos vaqueiros”; defendendo posteriormente, no entanto, que devido a condições diversas, tais como a terra imprópria para lavoura, as secas constantes e as mortes decorrentes das péssimas condições sociais, seria pequena “a contribuição do sangue africano nas populações nordestinas [...] e com manifesta tendência para diminuir”, pois haveria, desde o século XVIII “uma espécie de seleção eliminatória do sangue africano no Nordeste” (POMPEU SOBRINHO, 1937, p. 348). Atualmente, por outro lado, os historiadores, especialmente aqueles dedicados a analisar o Oitocentos, vêm demonstrando a artificialidade dessa narrativa que minimiza a exploração da mão de obra de origem africana – seja livre ou escravizada –, bem como sua contribuição para a formação do povo cearense.

A ocupação da região do Cariri por sesmeiros ocorre a partir das primeiras décadas do século XVIII, se consolidando por volta de 1740. A região estava ainda sob a jurisdição da freguesia de Nossa Senhora da Expectação (vila do Icó), mas já possuía, no entorno, razoável população de moradores e de escravizados. O primeiro território povoado por brancos surgiu por volta de 1720, sendo elevado, em 1748, a “Freguesia de Nossa Senhora da Luz dos Cariris Novos”, posteriormente batizada como São José dos Cariris Novos (território hoje pertencente a Missão Velha). A atuação do frei Carlos Maria de Ferrara junto

³ CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], Henrique Luís Pereira Freire de Andrada, ao rei [D. João VI], sobre a carta do desembargador Antônio Marques Cardoso, sindicante dos distúrbios no Ceará entre as famílias Monte e Feitosa, e da criação da nova vila do Icó, ribeira do Jaguaribe, com juiz de fora e capitão-mor, como pedem os seus moradores. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/39609. Acesso em: 01 abr. 2021.

à Missão do Miranda – atualmente Crato –, por sua vez, se iniciou entre os anos 1733 e 1739, quando teria reunido indígenas de diversas nações, encaminhando-os para a margem do riacho do Miranda⁴.

A descoberta de ouro em Missão Velha atraiu, posteriormente, novos moradores para a região. A exploração das minas se iniciou em junho de 1753, tendo se encerrado por volta de 1759 em virtude da baixa produtividade⁵. A historiografia local costuma sustentar que até então era diminuta a existência de escravizados de origem africana e foi a partir da

[...] expedição realizada à procura por ouro [...] que a introdução de africanos [...] foi intensificada nesta localidade, pois, até aquele momento, apenas contava em maior medida com a mão de obra indígena e de poucos homens livres pobres (CORTEZ, 2008, p. 43).

Nossa investigação indica, no entanto, que havia, já na década de 1740, numerosa presença escrava na região.

A partir do acesso a fontes antes indisponíveis foi possível constatar que, antes da exploração das minas de São José dos Cariris, havia presença consolidada de pessoas escravizadas, notadamente de sujeitos vindos de Angola e da Costa da Mina, bem como de seus descendentes. É possível assegurar também, de maneira expressiva, a presença do tráfico entre capitanias, com escravizados vindos com os colonizadores da Bahia, de Sergipe e de Pernambuco, embora apenas a pesquisa em outras fontes possa indicar com maiores seguranças quais seriam as principais conexões sociais e econômicas do Cariri naquele período.

⁴ CARTA do [governador da capitania de Pernambuco], Henrique Luís Pereira Freire de Almeida, ao rei [D. João V], sobre representação dos índios tapuias em que se queixam de maus tratos que os afastam da conversão e a respeito de suas terras e do cativeiro, que tendo sido consultada pela Mesa da Consciência, remeteu para o Conselho Ultramarino as cópias das Juntas das Missões e a distribuição das aldeias. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/40001. Acesso em: 1 abr. 2021.

⁵ OFÍCIO do comandante e intendente das Minas dos Cariris Novos, Jerônimo Mendes Paz, ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Tomé Joaquim da Costa Corte Real, sobre a execução do fechamento das minas. Disponível em: http://resgate.bn.br/docreader/015_PE/65961. Acesso em: 1 abr. 2021.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como indicado anteriormente, nosso objetivo principal foi analisar a presença negra no Cariri desde a época da colonização, a partir do acesso a fontes antes indisponíveis, tais como o *Livro de Batismos, Casamentos e Óbitos de Icó (1701-1799)*; o *Livro de Assento dos Batizados da Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó (1742-1786)*, o *Livro de Registros de Batismo de Missão Velha (1748-1764)*, e outros documentos eclesiásticos. Com base nesses registros, é notável a presença de pessoas negras antes da exploração das minas de São José dos Cariris.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessária a realização de um treinamento com o objetivo de treinar a leitura, a transcrição e a tabulação das informações, procedendo para a análise quando os dados foram suficientes. Foram realizadas as transcrições de todos os registros referentes à região do Cariri, resultando na construção de uma tabela, contendo informações consideradas relevantes: de que capitânicas brasileiras e/ou nações africanas estas pessoas vieram e em que parte do território caririense habitavam; nos casos de pessoas escravizadas, eram registrados também quem eram os seus proprietários e quais as configurações de suas famílias, tanto buscando informações referentes ao casamento quanto dados relacionados ao compadrio.

A primeira etapa da pesquisa foi a transcrição, pois estes documentos são manuscritos, apresentando comumente tinta transpassada, bordas danificadas e outros problemas que frequentemente dificultaram o entendimento de algumas palavras. Por vezes os documentos chegavam a ser pouco legíveis, o que gerou a perda de dados importantes, especialmente quando se tratava de registros de batismo, por constarem informações dos pais, dos avós e dos padrinhos das crianças. Para atingir os objetivos propostos para esta pesquisa, foram selecionados livros paroquiais contendo dados de batismo, matrimônio e óbito na forma digital. A cada semana eram transcritas pelo menos cinco páginas dos livros de registros e feita uma revisão com a orientadora para verificar se alguma palavra havia sido mal compreendida, se houve dificuldades em um termo específico, e com o foco em investigar particularidades do período colonial no Cariri. Logo após a coleta de todos os dados necessários, o próximo passo foi a análise,

cotejando as informações dos registros com outras fontes referentes ao período e realizando a leitura de trabalhos sobre a escravidão no Brasil e, particularmente, no Ceará colonial, formulando ainda todas as correlações possíveis.

Finalmente, os dados foram passados para tabelas referentes a cada livro que estudamos. Todas as informações foram repassadas cuidadosamente. Nesses índices, focamos nos anos em que apareciam nos documentos transcritos, os nomes das pessoas (fossem livres ou escravizadas); atributos sociais (branco, preto, crioulo, pardo, índio, criado, capitão, alferes, Dona etc.); e condição jurídica (escravo, forro ou livre). Algumas observações importantes registradas pelos religiosos também foram colocadas na coluna “outras informações”. Tais dados foram listados com o objetivo de facilitar a busca posterior e possibilitar a análise detalhada do panorama local. Com os resultados já adquiridos, as transcrições foram arquivadas para uso no decorrer deste projeto.

O maior percalço encontrado foi o fato de alguns párocos não registrarem os dados relevantes para esta pesquisa, especialmente aqueles referentes a cor, estatuto jurídico e/ou condição social. Foi o que aconteceu quase integralmente com o *Livro de Assento dos Batizados da Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó (1742-1786)*. Por este motivo, privilegiamos aqui a análise dos registros referentes ao Cariri encontrados no *Livro de Assento dos Batizados da Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó (1742-1786)* que continha informações mais detalhadas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Como dito acima, embora seja uma temática pouco estudada, a presença de escravizados de origem africana em terras caririenses é um fato. Nos documentos eclesiásticos analisados, notamos a participação efetiva dessas pessoas no processo de surgimento e consolidação do lugar que hoje conhecemos como Cariri. O batismo das pessoas escravizadas e a sua inserção na religião católica era uma obrigação delegada ao proprietário de escravos, caso contrário havia o risco de perder a posse do “bem” (SILVA, 2018, p. 02).

O ato de submissão dos escravizados ao catolicismo atribuía ao dono de escravos um caráter também caridoso, tanto em relação ao escravo quanto à nova terra colonizada. Sobre isso, Silva afirma:



[...] essa interpretação, quando aliada ao ideário salvacionista e missionário de levar a fé aos povos, ganha o sentido da purificação e de afastar o pecado da terra, um pensamento que se refletiu durante vários séculos de colonização (2018, p. 03).

Assim, percebe-se os motivos da inclusão de pessoas tidas como posse nos registros paroquiais; no entanto, mesmo esta inclusão já era feita de forma classificatória para distinguir os sujeitos por cor, raça e estatuto social. Como diz Bassanezi,

Quando os cônjuges pertenciam às categorias sociais e econômicas mais elevadas [...], as anotações eram mais completas incluíam os nomes de avós maternos e paternos de cada cônjuge, a paróquia e a diocese de nascimento moradia e, além do vigário e das testemunhas, outras pessoas presentes assinavam o registro (2009, p. 151-152).

Nos documentos aqui estudados, poucas vezes foram encontradas informações tão detalhadas. De todo modo, procedemos à análise integral dos documentos, incorporando todos os dados disponíveis. Nosso enfoque não foi meramente quantitativo ou factual. Pretendemos, a partir da abordagem da História Social, compreender os movimentos e transformações das vidas dessas pessoas retiradas de seu meio e exploradas pelos latifundiários do Cariri, identificando conexões entre a vida material e as trajetórias e experiências desses sujeitos. Partimos das ideias de Thompson por compreendermos que:

[...] é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades” (THOMPSON, 1981, p. 112).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Era importante sinalizar e definir as diferenças raciais nos registros eclesiásticos, visto que a distinção por cor era uma prática característica daquele contexto. Além disso, a terra recém-colonizada não possuía uma nacionalidade própria, sendo ainda parte pertencente a Portugal; por isso, se fazia importante sinalizar os estrangeiros, seus descendentes, os da terra e demais habitantes (CORTEZ, 2015, p. 59). No livro de Batismos, Casamentos e Óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó observamos exemplos desta diferenciação, como no assento de batismo de Pedro:

Aos vinte e dois do mês de novembro de mil sete centos e quarenta anos no sítio de Santa Ana dos Cariris Novos, distrito desta freguesia de Nossa Sen hora da Expectação do Icó batizou de licença minha o padre Manoel Felix da Costa a **Pedro, preto**, filho de **Barbara, crioula solteira, escrava do alferes Sebastião Roiz**, sem Santos Óleos: foram pa drinhos José Bezerra e Luiza da Silva, ambos sol teiros, fregueses desta freguesia de que se fez este as ento. *Diogo Freyre de Magalhães o padre Manoel Felix da Costa*⁶ (grifos nossos).

Observamos no assento de Pedro alguns elementos curiosos: um deles é que não constam informações sobre a condição social dos padrinhos, dando a entender que, além de solteiros, eles eram brancos, portanto, livres, diferindo do hábito da época, quando crianças escravizadas tinham padrinhos também escravizados ou forros. Sabemos que havia uma hierarquia com relação ao apadrinhamento e aqueles que possuíam padrinhos de destaque eram bem-vistos na sociedade, recebendo oportunidades de melhorar de vida (SILVA, 2018, p. 09).

Na historiografia regional é possível analisar diversas configurações de compadrio, tanto entre pessoas escravizadas quanto entre brancos livres e pessoas escravizadas, como no registro de Pedro. E não seria um disparate supor que esse último tipo de laço também fosse uma maneira de estreitar relações de interesse entre os senhores, pois fazer esse tipo de boa ação para um fazendeiro amigo poderia, em outro momento, representar uma vantagem (SILVA, 2018, p. 08).

Uma configuração de apadrinhamento bastante observada nos registros de batismo do livro de Icó se dava entre pessoas forras e cativas, o que nos trouxe um demonstrativo de como funcionou a rede de apoio e o senso de comunidade entre escravizados, mesmo que em condição de servidão. Sobre isso, Silva diz:

Outro grupo que também foi bastante representativo entre os padrinhos que batizavam os africanos são os forros, que vivendo fora do cativeiro não deixaram o mundo de que fizeram parte. Pelo contrário, regressavam, com uma condição diferente: agora eram como um segundo pai ou mãe para estes “novos filhos” que conquistavam (SILVA, 2018, p. 13).

O último ponto a ser ressaltado é que Pedro foi descrito como preto e sua mãe, Bárbara, como crioula. Sabemos que “é comum encontrarmos na

⁶ LIVRO DE REGISTROS de batismos, casamentos e óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó (1701-1799), fl. 58- v.

historiografia o termo crioulo usado para o negro que nasceu no Brasil” (SANTOS, 2005, p. 118), enquanto o termo ‘preto’, destinado a Pedro, era frequentemente usado para se referir aos africanos ou aos descendentes próximos deles (CORTEZ, 2015, p. 60). É possível que o filho tenha nascido com características físicas do pai, não citado no registro, o que poderia ter causado a discrepância em sua classificação racial.

Um aspecto notável no Brasil Colônia eram as uniões ilegítimas, que frequentemente geraram filhos. Muitos deles, senão todos, apesar de serem filhos bastardos, eram batizados segundo o sacramento da Igreja Católica, que repudiava esse tipo de relação não reconhecida pelo clero, mas concedia aos seus frutos o acesso à cristandade por meio do batismo, buscando, entre outras coisas, amenizar a culpa pelo pecado da sua concepção (SILVA, 2018, p. 07). No registro de batismo abaixo notamos um caso bem peculiar:

Aos vinte dias de Fevereiro de mil setecentos [rasurado +2 palavras] anos batizou com minha licença o reverendo Luis Marrey ros da Silva a **Manoel, filho de Inoçençio Teixeyra e de Luiza Gomes de Lima, escrava do dito Inoçençio Teixeyra**. Foram padrinhos o ajudante Antonio Pinto de Andrade e Francisca dos Santos, mulher viúva. Não lhe puseram os santos óleos: *era vt supra* e me assinei// Valério Go mes de Castro//⁷

Nota-se neste documento um caso bem curioso de batismo, onde o senhor teve um filho com uma mulher escravizada por ele e o registrou como seu filho. É interessante que Inocencio tenha batizado seu rebento com Luiza, já que os senhores de escravos não costumavam registrar os filhos que tinham com as mulheres escravizadas. Este, assim como muitos outros assentos, nos faz pensar em diversas questões: por que Inocencio registrou justamente a Manoel? Teria ele batizado outros filhos seus com escravizadas? O que ele terá vivido com Luiza? Seria uma relação consensual ou violenta, como tantas outras entre senhores e mulheres escravizadas? Por que Inocencio não a alforriou? Manoel, nascido de uma mulher escravizada, teria a escravidão como condição jurídica. Mas seria criado como livre? Silva (2018) diz que, apesar das lacunas, podemos utilizar o pouco das histórias trazidas nos assentos de batismo para reconstruir as inúmeras possibilidades a respeito das escolhas feitas pelas pessoas no

⁷ LIVRO DE REGISTROS de batismos, casamentos e óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó (1701-1799), fl. 33-v.

nosso passado colonial.

Com a população indígena escravizada, o processo de classificação ocorreu de maneira diferente. Missionários e “desbravadores”, com o objetivo de explorar a terra e evangelizar o povo, trouxeram e impuseram, além da nova religião, um novo modo de viver e de se relacionar, sem respeitar os modos de vida dos povos já instalados no lugar. A junção de múltiplos povos com suas próprias culturas e costumes, como os Kariris, Assus e Quixelôs, na missão do Miranda, sendo alguns deles inimigos entre si (OLIVEIRA, 2017, p. 165), sem se importar com as suas subjetividades, é um exemplo nítido de que não havia grandes discrepâncias no tratamento da pessoa cativa, seja ela nativa aldeada ou trazida de África e escravizada. Sobre um dos objetivos por trás da catequização indígena, Oliveira pondera que para a incorporação dos indígenas à vida dos colonizadores: “[...] era necessária a eficaz ação dos missionários junto aos Tapuias ali estabelecidos, através dos métodos de doutrinação diário; ou seja, pelas missas, confissões, catecismo, dentre outras práticas”⁸ (OLIVEIRA, 2017, p. 177). Notamos que nos livros de registros de batismo e casamentos do Icó, a aparição do adjetivo “forro” era mais frequente entre os indígenas que nos assentos de pessoas de origem africana, como no exemplo abaixo:

Aos dois dias do mês de junho de mil setecentos trinta e seis anos batizou com minha licença o padre Jacinto Barboza de Souza a **Feliciana, filha de Luiza, índia forra, e de Antonio Gomes**. Foram padrinhos o coronel João Mendes Lobato⁹ e Cosma da Costa. Não levou o santos oleos; *era vt supra* e me asi nei *Valério Gomes de Castro*¹⁰.

Neste trecho podemos perceber a inserção de pessoas indígenas consideradas “forras” na sociedade colonial do Cariri¹¹. Pensando ainda no assento acima, considerando a importância dada na época ao ato de diferenciar

⁸ Os povos que receberam a alcunha de “tapuias” eram heterogêneos, possuindo diferentes línguas e costumes. A compreensão desses povos como uma suposta unidade foi elaborada em oposição aos povos tupis, então habitantes do litoral.

⁹ João Mendes Lobato, também citado como João Mendes Lobato Lira, é frequentemente apontado como um dos primeiros sesmeiros do Cariri.

¹⁰ LIVRO DE REGISTROS de batismos, casamentos e óbitos da Freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó (1701-1799), fl. 34- r.

¹¹ Apesar da existência de diversas leis proibindo a escravidão indígena, o trabalho compulsório dos índios perdurou, em muitos casos, até o século XIX.

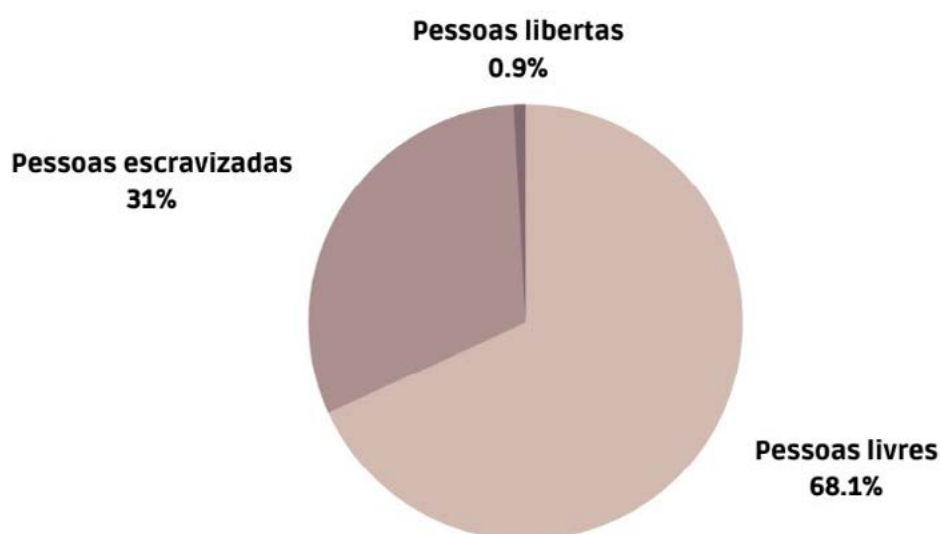


as pessoas por raça e cor, observamos que é citada a origem nativa e o estatuto social de Luiza, mãe de Feliciano, mas não de Antonio Gomes, que é pai de Feliciano, dando a entender que Antonio era livre, pois seu estatuto jurídico também não é mencionado. Casos como este eram frequentes, pois nos Cariris Novos, assim como no Brasil colonial, se firmaram inúmeras configurações de relação entre nativos aldeados, pessoas escravizadas, sujeitos livres etc.

5 CONCLUSÕES

Apesar do descaso das autoridades públicas com a documentação histórica brasileira e da dificuldade de acesso aos registros paroquiais no Brasil – e, particularmente, no Cariri –, acreditamos, como Bazanessi, que a pesquisa cuidadosa pode nos oferecer um panorama de diversos aspectos socioculturais do Cariri colonial (BAZANESSI, 2009, p. 142-143). Do ponto de vista quantitativo, podemos confirmar esta afirmação a partir dos seguintes gráficos elaborados a partir das transcrições realizadas nesta pesquisa:

Gráfico 1 - Batismos - Cariris Novos: 1732-1742



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com base nas transcrições de registros de batismo de pessoas nascidas nos Cariris Novos entre 1732 e 1742.

Identificamos ao longo de dez anos (1732-1742), 113 pessoas nascidas no território que atualmente configura o Cariri cearense. Destas, 77 eram livres, 35 eram escravizadas e apenas uma foi alforriada no ato do batismo. Houve

também casos de batismos de pessoas já adultas, provavelmente escravizadas e/ou de origem indígena. Muitas informações são omitidas pelos párocos, por isso acreditamos ser importante investigar também dados sobre as mães das crianças. O resultado foi relevante por mostrar que muitas das crianças livres eram filhas de índias escravizadas. No total, somaram-se 69 mães livres (brancas, pardas ou mamelucas), 36 mães escravizadas (pretas ou crioulas) e 11 mães indígenas (de etnias não especificadas). Os dados são referentes a 116 registros. Algumas das crianças não foram classificadas por haver dificuldade na leitura dos dados referentes a elas.

Como se pode notar, foi possível construir esse gráfico através de uma amostragem provavelmente relevante para o período, embora possivelmente numerosas pessoas tenham deixado de ser registradas, seja por serem indígenas ainda não catequizados, seja por quaisquer outros motivos. No período estudado, quando a colonização era ainda incipiente na região, os dados apresentam a existência de pelo menos 31% da população escravizada, formada por pretos trazidos da África ou já nascidos no Brasil.

O Ceará, identificado como “Terra da Luz” por ter sido o primeiro estado brasileiro a abolir a escravidão, ainda precisa acertar contas com sua história e com a população negra. Acreditamos, como Ribard e Funes (2020, p. 28), que certa ênfase dada por intelectuais cearenses

[...] à autocelebração redencionista e abolicionista, bem como a sua constante memorialização [...] correspondem a um mecanismo de ocultação e de negação do processo de manutenção da exploração e coerção da população negra.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP e à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da Universidade Federal do Cariri. Ambas, através da concessão de bolsas de iniciação científica, possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho. Agradecemos também a Clóvis Ferreira da Cruz Ribeiro Campos, George Ney Almeida Moreira e Joatan Viana Mendonça, que gentilmente disponibilizaram os arquivos pertencentes à Diocese de Iguatu que permitiram a realização desta pesquisa.



REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Maria Silvia. Registros Paroquiais e Civis: Os eventos vitais na reconstituição da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 140-193.

OLIVEIRA, Antônio José de. **Os Kariri – resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no Século XVIII**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, UFC, 2017. p. 159-178.

PINHEIRO, Francisco José. **Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. O homem do Nordeste. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, Instituto do Ceará, p. 321-388, 1937. Disponível em: <http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1937/1937OHomemdoNordeste.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

RIBARD, Franck; FUNES; Eurípedes A. Fortaleza, uma cidade negra na “Terra da Luz”. *In*: FUNES, Eurípedes A; RODRIGUES, Eylo Fagner Silva; RIBARD, Frank (org.) **Hisórias de Negros no Ceará**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 17-47.

SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. **Afro-Ásia**, [s. l.], n. 32, p. 115-137, 2005.

SILVA, Gian Carlo de Melo. Os filhos da escravidão e o primeiro sacramento: batismo, compadrio e sociedade escravista na freguesia de Santo Antônio do Recife, Capitania de Pernambuco, no fim do século XVIII. **História**, São Paulo, v. 37, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2018024>. Acesso em: 4 jan. 2022.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIOLÊNCIAS DE GÊNERO E FEMINISMOS NO CONTEXTO ESCOLAR: PESQUISAS NECESSÁRIAS

Eugèrbia Paula da Rocha¹

Raquel Pereira Quadrado²

Elaine de Jesus Souza³

RESUMO

Este trabalho é um recorte da pesquisa qualitativa, que está sendo desenvolvida no Mestrado em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande. Temos como principal objetivo analisar discursos sobre feminismos e violências contra as mulheres no contexto escolar, a partir de narrativas docentes. Essa pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento e os caminhos metodológicos estão sendo delineados, entretanto, no primeiro momento, foi feito um levantamento bibliográfico na plataforma, no primeiro momento, foi feito um levantamento bibliográfico na plataforma, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no Portal de Periódicos da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). No segundo momento, pretendemos realizar entrevistas semiestruturadas com professores/as da rede pública de ensino de um município cearense. A partir do levantamento bibliográfico, evidenciamos que embora existam muitas pesquisas sobre violências de gênero, especificamente contra as mulheres, nota-se que a maioria não estão relacionadas ao contexto educacional. Visto que, dentre os 114 trabalhos publicados, apenas três pesquisas foram realizadas diretamente no ambiente educacional. Assim, destacamos a relevância e o potencial dessa pesquisa, por entendermos a escola e demais espaços socioeducacionais como potentes para discussão acerca de gênero e violências, visando questionar os processos de construção sociocultural de identidades/diferenças, bem como, problematizar a cultura machista e os efeitos das relações de poder que (re) produzem as violências de gênero nas diversas instâncias sociais, políticas e educacionais.

¹ Universidade Federal do Rio Grande – FURG, E-mail: eugerbiorochabs@gmail.com, Bolsista CAPES.

² Doutora em Educação em Ciências; Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, E-mail: raquelquadrado@hotmail.com.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Professora Adjunta do Instituto de Formação de Educadores (IFE) na Universidade Federal do Cariri (UFCA), E-mail: elaine.souza@ufca.edu.br.

Palavras-chave: Feminismos; Violências de gênero; Escolas.

ABSTRACT

This work is a part of the qualitative research, which is being developed in the Master in Education, by the Federal University of Rio Grande. Our main objective is to analyze discourses on feminisms and violence against women in the school context, based on teaching narratives. This research is under development and the methodological paths are being outlined, however, at first, a bibliographic survey was carried out on the platform, Scientific Electronic Library Online (SciELO), on the CAPES Periodicals Portal and on the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). In the second moment, we intend to carry out semi-structured interviews with teachers from the public education network of a municipality in Ceará. From the bibliographic survey, we show that although there are many studies on gender violence, specifically against women, it is noted that most are not related to the educational context. Considering that, among the 114 published works, only three researches were carried out directly in the educational environment. Thus, we highlight the relevance and potential of this research, as we understand the school and other educational spaces as potent for discussion about gender and violence, aiming to question the processes of sociocultural construction of identities/differences, as well as to problematize the sexist culture and the effects of the power relations that (re)produce gender violence in the various social, political and educational spheres.

Keywords: Feminisms; Gender violence; Schools.

1 INTRODUÇÃO

A violência de gênero é um conceito amplo que abrange distintas categorias sociais, podendo ser expressa por agressões físicas, sexuais, emocionais, e psicológicas contra pessoas em situação de vulnerabilidade social em razão da sua identidade de gênero ou orientação sexual (SAFFIOTI, 2001). Esse tipo de violência afeta diretamente a vida de muitas pessoas, tendo como alvo principal as mulheres, pois, está diretamente ligada às relações de poder que sustentam o machismo na sociedade patriarcal.

Os efeitos dessas violências comprometem diretamente o bem-estar, a segurança e a autoestima das mulheres, tornando-as vulneráveis a práticas machistas, assédios, estupros, relacionamentos abusivos em diferentes espaços; institucionais, escolares e sociais. Com isso, ocasiona-se um sistema de

submissão que cria um jogo de abusos e violências, constituindo um vínculo difícil de ser quebrado, muitas vezes ocasionando feminicídios. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública⁴, o Brasil, apresenta altos índices de violência de gênero, somente no ano de 2021, ocorreram 1.319 feminicídios no País, tendo em média uma mulher morta a cada sete horas pela condição de seu gênero.

É importante destacar que a região do Cariri cearense (onde será realizada a pesquisa), apresenta alto índice de violência doméstica familiar. Segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Ceará (SSPDS/CE)⁵, os indicadores criminais apontam que até o mês de junho de 2022, já haviam sido registrados 9.106 casos de violência com base na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), no Ceará. Vale ressaltar que, esse quadro de violência é bem mais agravante, visto que, muitos casos não são notificados.

Nesse contexto, justifica-se a necessidade de discutir, cada vez mais, as questões das violências de gênero e feminismos nas escolas, visando problematizar machismos, misoginias e práticas sexistas, que contribuem para as relações desiguais, e conseqüentemente, para o aumento das violências contra as mulheres nos distintos espaços socioeducacionais. Nessa direção, este trabalho tem como **principal objetivo** analisar discursos sobre feminismos e violências contra as mulheres no contexto escolar, a partir de narrativas docentes.

2 ESTUDOS CULTURAIS PÓS-ESTRUTURALISTAS, ESTUDOS FEMINISTAS

2.1 Algumas considerações

Situada nos campos dos Estudos Culturais, feministas e pós-estruturalista, nesta pesquisa, buscamos desenvolver um olhar investigativo que permita problematizar machismos, misoginias, práticas sexistas a fim de desnaturalizar as violências de gênero no contexto socioeducacional. Nesse sentido, os feminismos, em suas distintas vertentes, podem ser entendidos como um

⁴ Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021v5.pdf>. Acesso em: 4 maio 2022.

⁵ Disponível em: https://www.sspds.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/24/2022/07/Lei-Maria-da-PenhaEstatisticas-Mensais_06_2022.pdf. Acesso em: 5 jun. 2022.



movimento que reivindica os direitos sociais e políticos das mulheres, buscando a equidade nas relações de gênero e possibilitando às mulheres posições de poder, bem como, conquistas e ocupação plena dos diversos espaços sociais (OLIVEIRA; CASSAB, 2012; SILVA, 2008).

Os Estudos Culturais (EC) surgiram em 1964, na universidade de Birmingham, na Inglaterra, a partir da movimentação de grupos sociais com intuito de questionar uma cultura dominante. Os EC constituem um campo multidisciplinar que possibilitam investigar saberes e práticas culturais, aos quais estão situados diferentes grupos sociais, que lutam pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003; SILVA, 2004). Importa salientar, que na ótica dos EC pós-estruturalistas, a cultura pode ser entendida como campo de luta em torno da significação social. Para Silva (2015, p.133), a cultura “é um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciadas de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla”. Nesse sentido, a cultura está envolvida no processo de constituição das identidades dos sujeitos e relações sociais, englobando, sobretudo, jogos de poder que delimitam posições sociais e desigualdades de gênero.

Peters (2000) caracteriza o pós-estruturalismo como um modo de pensamento que problematiza a linguagem e as práticas discursivas que constituem os sujeitos, possibilitando questionar “singularidades”, “essencialismos”, “verdades transcendentais” e “narrativas mestres”, colocando em xeque dicotomias, visando desconstruir relações de poder que contribuem para desigualdades e violências de gênero no contexto socioeducacional. Desse modo, essa perspectiva teórica nos permite ampliar um olhar investigativo, instigando “pensar o impensado”, “desconfiar das verdades” e “certezas”, bem como, questionar a linguagem e os “regimes de verdades” tidos como “naturalizados” levando em consideração o contexto histórico em que esse discurso foi construído e as relações com vários campos do saber (MEYER; PARAISO, 2014).

Nessa perspectiva, os estudos feministas surgem como um campo de estudos que reivindicam os direitos sociais e políticos das mulheres, promovendo reflexões críticas e questionamentos das condições de inferioridades impostas às mulheres na sociedade, contribuindo para a conquista de direitos e espaços sociais, levando em consideração as suas especificidades e multiplicidades

(PINTO, 2010). Desse modo, os feminismos aliados aos estudos de gênero constituem campos de estudos potentes que atravessam os ambientes escolares, e demandam de abordagens e problematizações que possibilitam reconhecer as desigualdades e as (des)construções das múltiplas identidades/diferenças nos distintos espaços socioeducacionais.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, de antemão vale ressaltar que os caminhos metodológicos ainda estão sendo definidos, pois, esta pesquisa está na fase de (des)construção. Porém, destaco alguns passos iniciais que já vêm sendo desenhados. No primeiro momento, foi feito um levantamento bibliográfico com o intuito de saber como as pesquisas acadêmicas vêm explorando as questões das violências de gênero, especificamente, as violências contra as mulheres no contexto socioeducacional. Partimos para uma busca de artigos, e dissertações na plataforma, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO)⁶, no Portal de Periódicos⁷ da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁸.

Utilizamos, a princípio, o indexador “violência contra as mulheres”, na busca, encontramos 1.731 trabalhos no site da Biblioteca da Digital Brasileira BDTD, 1.875 no portal da SciELO e 21 dissertação no periódico da CAPES. Entretanto, devido ao alto número de produções encontradas, com o intuito de refinar a pesquisa, optamos por utilizar filtros que direcionassem e delimitassem nossa busca: por área de conhecimento, por idioma, e limitando o período de publicação, entre 2018 e 2022, resultando, assim, em 62 produções. Sendo 12 trabalhos no portal da CAPES, 26 dissertações no site da Biblioteca da Digital Brasileira BDTD e 24 produções na base de dados da SciELO.

Em seguida, realizamos uma segunda busca, dessa vez, optamos pela busca avançada por oferecer o refinamento de levantamento de pesquisas com filtros, e possibilitando a combinação de termos, com o uso do operador booleano *and*. Utilizamos as seguintes combinações de palavras chaves; “Violências contra as mulheres” AND “Feminismos”, “Violências contra as mulheres” AND “Ceará”, “Violências contra as mulheres” AND “Cariri”, “Violências contra as mulheres”

⁶ Disponível em: <https://scielo.org/>.

⁷ Disponível em: <https://www.periodicos-capes.gov.br.ezl.periodicos.capes.gov.br/>.

⁸ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>.



AND “Nordeste”. No quadro abaixo estão expostos os resultados obtidos com a combinação dos termos na busca avançada.

Tabela 1 - Artigos e dissertações encontrados através da combinação de termos

TERMOS COMBINADOS	DISSERTAÇÕES	ARTIGOS
Violências contra as mulheres AND feminismos	9	12
Violências contra as mulheres AND Ceará	20	10
Violências contra as mulheres AND Cariri	0	1
Violências contra as mulheres AND Nordeste	0	0
Total	29	23

Fonte: elaboração da autora.

Após esse levantamento geral, encontramos, ao total 114 produções, dentre artigos e dissertações publicadas até agora. Uma vez que, nosso foco de análise, nessa pesquisa, são os feminismos e as violências de gênero no contexto educacional do Cariri cearense, incluímos apenas trabalhos que abordam essas temáticas centrais, para um estudo mais detalhado. Além disso, utilizamos os seguintes critérios de exclusão: não ter relação com a temática, não abordar, especificamente, os feminismos e/ou as violências contra as mulheres, repetições. Resultando 60 trabalhos no total, sendo 26 trabalhos com indexadores “*violência contra as mulheres*”, 16 trabalhos “*violências contra as mulheres*” AND “*feminismos*” e 18 trabalhos “*violências contra as mulheres*” AND “*Ceará*”.

A partir desse levantamento, será feita uma análise das produções publicadas buscando aproximações e distanciamentos com o nosso objeto de estudo, lançando um olhar atento, a fim de selecionar as que possuem mais aproximação com essa pesquisa, que servirá como base teórica da mesma. No segundo momento da pesquisa, pretende-se realizar dez entrevistas semiestruturadas, com professores/as da educação básica da rede pública de ensino, das escolas do município X, localizada no Cariri cearense, envolvendo narrativas docentes acerca das violências de gênero no contexto escolar. Para Larrosa (2002), as narrativas compõem uma modalidade discursiva que constituem os sujeitos, a partir de experiências e práticas sociais que (re)produz significados e subjetividades, constituindo as múltiplas identidades/diferenças dos sujeitos, uma vez que, os relatos das histórias refletem os modos de

construção de si mesmo.

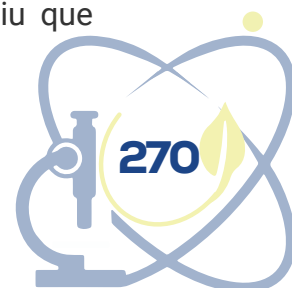
A produção do material empírico será realizada em duas etapas; A primeira, será elaborado um questionário, via *Google Forms*, que será encaminhado para as escolas municipais e/ou estaduais, com o intuito de fazer um levantamento dos/as participantes da pesquisa. A partir desse retorno, será feita a triagem dos/as participantes para a realização das entrevistas. A segunda etapa será realizada as entrevistas semiestruturadas, de forma *on line*, por meio de uma plataforma digital utilizando o *Google Meet*. Vale ressaltar que todas as conversas serão gravadas e, posteriormente transcritas e analisadas, a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por todos/as os/as participantes.

Como procedimento analítico será utilizado a análise cultural, que aliada aos Estudos Culturais, constitui uma ferramenta potente para problematizar as desigualdades e relações de poder. Segundo Wortmann (2007, p. 74), “as análises culturais dão visibilidades a aspectos e relações não referidas em análises tradicionais”. Desse modo, caberia ao/a pesquisador/a se mundo atentar ao modo com que os discursos são construídos, incorporando visões do social e cultural e como os indivíduos são posicionados nas relações de poder-saber.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa está na fase de construção dos dados empíricos e início das análises, entretanto, apresentamos, brevemente, alguns resultados parciais da primeira fase. A partir do levantamento bibliográfico, lançando um olhar analítico para as produções publicadas, foi possível perceber que existem muitas pesquisas sobre as violências contra as mulheres.

Contudo, nota-se um distanciamento dessas pesquisas sobre violências de gênero quando relacionadas ao contexto escolar. Visto que, dentre os 114 trabalhos publicados, apenas três pesquisas foram realizadas diretamente no ambiente educacional. Dentre essas pesquisas, a primeira foi uma dissertação realizada por Tassinari (2020), intitulada por “Mulheres estudantes universitárias em situação de violência de gênero e a rota crítica para o seu enfrentamento”, com o objetivo de “Identificar a rota crítica de mulheres estudantes universitárias para o enfrentamento da violência de gênero”. A pesquisadora concluiu que



a maioria das mulheres estudantes universitárias não inicia a rota crítica e desconhecem os serviços que podem auxiliá-las no enfrentamento da violência de gênero. Assim, recomenda-se o desenvolvimento de estratégias de prevenção da violência de gênero entre mulheres estudantes universitárias.

A segunda pesquisa foi produzida por Schmidt (2019), intitulada por “Violência contra as mulheres no trabalho: o assédio sexual em uma Universidade Federal”, objetivando contribuir com a discussão sobre o assédio sexual contra as mulheres nas relações de trabalho na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Os resultados indicaram que os/as servidores/as não toleram violência sexual, e que, ainda não há um local de atendimento, ao acolhimento, para as vítimas de assédio sexual na instituição. Desse modo, propõe-se o estabelecimento de um local com atendimento multidisciplinar para as vítimas, bem como, a promoção de ações preventivas, visando à orientação para homens e mulheres que trabalham na instituição.

Araújo (2018) realizou a pesquisa intitulada “Problematizando a formação dos(as) estudantes da graduação em direito sobre a lei “Maria da Penha” e a violência contra as mulheres”. Com o objetivo de problematizar o processo de formação de estudantes do curso de Direito, de uma universidade privada, no interior do estado de São Paulo, no que se refere à discussão sobre violência de gênero e violência contra as mulheres. Os resultados desta pesquisa revelam a carências na formação inicial dos(as) futuros(as) operadores(as) do Direito, que os(as) impede de identificar, por exemplo, os fatos históricos que constituíram o patriarcalismo, o machismo, bem como a negação das discussões de gênero em nossa sociedade.

As análises dos trabalhos aqui encontrados apresentam potencialidades que trazem importantes contribuições acerca das temáticas dos feminismos e violências de gênero. Visto que, as pesquisas de Schmid (2019), Tassinari (2020) e Araújo (2018), sinalizam a necessidade das discussões de gênero no contexto sociocultural para desconstruir o patriarcado e o machismo estrutural que disseminam desigualdades e violências de gênero na sociedade, bem como, a necessidade do desenvolvimento de estratégias de prevenção das violências de gênero entre mulheres estudantes.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa ainda em desenvolvimento, nesse momento, trazemos apenas considerações iniciais. A realização do levantamento bibliográfico nos possibilitou dialogar com diversos teóricos, que já vêm pesquisando sobre o tema, trazendo contribuições bastante enriquecedoras para a escrita desta pesquisa, tais como; abordagens conceituais, problematizações sobre assédio e demais tipos de violências nos distintos espaços socioeducacionais.

Assim, destacamos a relevância e o potencial dessa pesquisa, por entendermos a escola e demais espaços educacionais como potentes para discussão acerca de gênero e violências, visando questionar os processos de construção sociocultural de identidades/diferenças, bem como problematizar a cultura machista e os efeitos das relações de poder que (re)produzem as violências de gênero nas diversas instâncias sociais, políticas e educacionais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsas para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. G. **Problematizando a formação dos (as) estudantes da graduação em direito sobre a lei “Maria da Penha” e a violência contra as mulheres** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, SP, 2018.

BECK, D. Q.; GUIZZO, B. S. Estudos culturais e estudos de gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais. **HOLOS**, [s. l.], v. 4, p. 172-182, 2013.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista brasileira de educação**, [s. l.], n. 23, p. 36-61, 2003.

MEYER, D. E; PARAÍSO, M. A. (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

OLIVEIRA, L. P. R.; CASSAB, L. A. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. *In*: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2014, [s. l.]. **Anais [...]**. [Londrina]: Universidade Estadual de Londrina. 2014.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte:



Autêntica, 2000. p. 7-46 (Parte I).

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, [s. l.], v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

RIBEIRO, P. R. C.; ÁVILA, D. A. Sujeitos, histórias, experiências, trajetórias... a narrativa como metodologia na pesquisa educacional. Pesquisas em Educação: experimentando outros modos investigativos. **Coleção cadernos Pedagógicos da EaD**, Rio Grande, v. 18, 2013.

SCHMIDT, J.; KOCOUREK, S.; FREITAS, K. Violência contra as mulheres no trabalho: O assédio sexual em uma universidade federal. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA. UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DESEMPENHO ACADÊMICO E OS DESAFIOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 19., 2019, Florianópolis, Santa Catarina. **Anais** [...]. [S. l.: s. n.], 2019. ISBN: 978-85-68618-07-3.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagú**, [s. l.], v. 16, p.115-136, 2001.

SILVA, E. R. Feminismo radical – pensamento e movimento. **Textura**, [s. l.], v. 3, n. 6, p. 24-34, 2008.

TASSINARI, T. T. *et al.* **Mulheres estudantes universitárias em situação de violência de gênero e a rota crítica para o seu enfrentamento**. 2020. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2020.

WORTMANN, M. L. Análises Culturais. *In*: COSTA, M. V. (org.). **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 71-90.

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NUMA ESCOLA INFANTIL PRIVADA

Gabrielle Targino Silva¹

Maria Júlia Vieira Dantas²

Taynná Peixoto de Alencar³

Orlando Júnior Viana Macêdo⁴

RESUMO

O presente artigo é fruto da pesquisa realizada na unidade curricular Estágio Básico: Psicologia Organizacional e do Trabalho, do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso, localizado no município de Juazeiro do Norte – CE. Objetivou-se analisar o campo de atuação e a rotina do profissional da Psicologia no contexto escolar, buscando compreender como se dá essa atuação a partir de uma ótica da Psicologia Organizacional e do Trabalho. A pesquisa possui caráter qualitativo, tendo sido realizada em duas etapas: a primeira uma pesquisa observacional não participante e a segunda etapa, uma entrevista semiestruturada com uma profissional. A partir da observação realizada e da entrevista, foi possível encontrar diversos dados sobre a atividade profissional do psicólogo no âmbito escolar: a atuação que envolve todas as pessoas incluídas no processo educacional e que acolhem as diversas demandas desse contexto; a relevância da inclusão no ambiente escolar; a atenção em nunca diagnosticar as crianças ou rotulá-las e a necessidade de estar atenta as especificidades de cada uma delas; importância de uma atuação ética e pautada no acolhimento dos alunos na questão da inclusão escolar; a não colaboração de um dos envolvidos no processo inclusivo como um dos principais desafios da atuação; a necessidade de formação continuada e a grande relevância de boas condições de trabalho para exercer a atuação. Dessa forma, foi possível compreender as

¹ Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso, E-mail: gabi.targino@aluno.fapce.edu.br

² Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso. E-mail: juliavieira@aluno.fapce.edu.br

³ Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso, E-mail: taynnaalencar@aluno.unifapce.edu.br

⁴ Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso. E-mail: orlando.macedo@fapce.edu.br

possibilidades de atuação do psicólogo no contexto escolar, a partir de uma visão baseada na Psicologia Organizacional e do Trabalho.

Palavras-chave: Psicologia Escolar; Condições de trabalho; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Educação inclusiva.

ABSTRACT

This article is the result of research carried out in the Basic Internship course: Organizational and Work Psychology, of the Psychology course at Centro Universitário Paraíso, located in the municipality of Juazeiro do Norte - CE. The objective was to analyze the field of action and the routine of the Psychology professional in the school context, seeking to understand how this performance takes place from the perspective of Organizational and Work Psychology. The research has a qualitative character, having been carried out in two stages: the first a non-participant observational research and the second stage, a semi-structured interview with a professional. From the observation carried out and the interview, it was possible to find several data about the psychologist's professional activity in the school environment: the performance that involves all the people included in the educational process and who welcome the different demands of this context; the relevance of inclusion in the school environment; attention to never diagnosing children or labeling them and the need to be aware of the specifics of each one of them; importance of an ethical performance based on the reception of students in the issue of school inclusion; the non-collaboration of one of those involved in the inclusive process as one of the main challenges of action; the need for continuous training and the great importance of good working conditions to perform the activity. In this way, it was possible to understand the possibilities of the psychologist's performance in the school context, from a view based on Organizational and Work Psychology.

Keywords: School Psychology; Work conditions; Organizational and Work Psychology; Inclusive Education.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da pesquisa realizada na unidade curricular Estágio Básico: Psicologia Organizacional e do Trabalho. Tal Unidade Curricular faz parte dos componentes obrigatórios do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso, localizado no município de Juazeiro do Norte - CE. O Estágio Básico teve como proposta promover aos estagiários a oportunidade

de observar e entrevistar profissionais para que pudessem compreender e refletir acerca dessas atuações, tendo ocorrido em uma instituição de educação localizada no município de Juazeiro do Norte. Conforme o Conselho Federal de Psicologia – CFP, Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – CRP-SP e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP (2013), o estágio visa o desenvolvimento de práticas que integram competências e habilidades pertinentes ao núcleo comum de formação, núcleo este que estabelece uma formação de base homogênea, englobando a habilitação para lidar com os conteúdos da Psicologia.

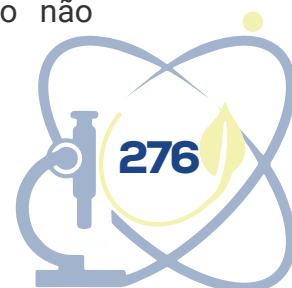
Objetivou-se responder a seguinte questão norteadora: como se dá a atuação do profissional da Psicologia no contexto escolar a partir de uma ótica da Psicologia Organizacional e do Trabalho? Dessa forma, considerou-se como objetivo da pesquisa analisar o campo de atuação e a rotina do profissional da psicologia no contexto escolar. Nesse sentido, tendo por objetivos específicos, buscou-se observar a rotina de trabalho desse profissional, a partir de visitas ao campo de estágio escolhido, bem como realizar uma entrevista semiestruturada com o psicólogo atuante no contexto escolar.

No referente a relevância da temática, refletir acerca das experiências proporcionadas pelo Estágio Básico é de suma importância, tendo em vista a pertinência desse momento para o universitário, como indica Silva (2006), pontuando que os estágios têm proporcionado vivências que tem impactado no modo de ser dos discentes, tendo feito com que passem a assumir um compromisso com sua formação. Cury e Neto (2014), também indicam a importância dos estágios na formação, que integram competências, conhecimentos e habilidades, possibilitando aos discentes, situações concretas de atuação, o que os leva a uma atividade que ultrapassa o atrelamento a um conteúdo de uma disciplina específica.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui caráter qualitativo, tendo sido realizada em duas etapas: a primeira uma pesquisa observacional não-participante e a segunda etapa uma entrevista semiestruturada.

O primeiro momento do estudo contemplou uma observação não



participante, que tinham como objetivo: compreender como se dava a atuação da psicóloga no contexto escolar; identificar a dinâmica de funcionamento da organização; as relações que a profissional de Psicologia estabelecia, tanto com as crianças, quanto com outros profissionais; e possibilitar elementos para a construção do roteiro de entrevista. A visita durou 2 (duas) horas e os resultados foram registrados em um diário de campo das pesquisadoras.

No segundo momento do estudo recorreu-se a uma entrevista semiestruturada, realizada individualmente, com a psicóloga que atuava na escola. O roteiro norteador da entrevista foi composto por 18 itens, que versavam sobre as demandas de atuação, relação com o trabalho, formação profissional e condições de trabalho. A entrevista foi gravada, posteriormente transcrita literalmente e analisada qualitativamente, por meio da técnica de análise temática.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), é um campo que tem um longo percurso histórico desde seu surgimento. Pode-se compreender essa área como uma das ferramentas de desenvolvimento de capacidades do sujeito, como também de benefício a empresa, segundo Rothmann e Cooper (2017). Zanelli, Borges-Andrade e Bastos (2014) apontam que a tarefa central dessa área é a de explorar, analisar e compreender a interação das múltiplas dimensões que caracterizam a vida dos sujeitos, grupos e organizações, no mundo crescentemente complexo, construindo então, estratégias e procedimentos que promovam, preservem e restabeleçam a qualidade de vida e bem-estar dos sujeitos, sem desconsiderar a produtividade que impacta no atendimento das necessidades dos sujeitos e grupos sociais.

Bertoldi (2013) faz uma contextualização histórica da POT, que surge na metade do século XIX, com o advento da Revolução Industrial, buscando encontrar homens adequados para os novos trabalhos que surgiam. Assim, a autora aponta como inicialmente a Psicologia era aplicada nessa área, para seleção de pessoas para o trabalho nas fábricas e para recrutamento de soldados. Na Primeira Guerra Mundial, foram usados testes objetivando medir a habilidade de soldados para colocá-los em funções mais adequadas. Na Segunda Guerra



Mundial, também foram utilizados testes nesse contexto de adequação, além de trabalhos de treinamento, avaliação de desempenho e desenvolvimento de equipes, entre outras atividades.

A autora traz ainda a divisão de três fases da POT: a primeira fase sendo a da Psicologia Industrial, no período de 1924 a 1970, onde se caracteriza pela psicometria, orientação vocacional, estudos acerca das condições de trabalho, visando adequar o homem ao trabalho, com foco no lucro e produtividade; a segunda fase ocorreu entre 1970 a 1990 e teve como características o olhar sobre os efeitos da estrutura organizacional e demais variáveis, sobre disposições e ações do trabalhador. Observa-se um interesse sobre dinâmica de grupos, desenvolvimento de equipes e liderança; a terceira fase se inicia a partir dos anos 90, passando a se denominar como Psicologia Organizacional e do Trabalho, se ocupando sobre a saúde e bem-estar do trabalhador, ergonomia, poder e conflitos, direcionando-se para o estudo e compreensão do trabalho humano e suas manifestações e significados.

Nóbrega e Rodrigues (2019) trazem em sua pesquisa com profissionais da área da POT na atualidade, que a percepção desses profissionais sobre a atuação nesse campo é de que suas atribuições ainda não são bem compreendidas, bem como, suas atividades se limitam às clássicas técnicas de campo. Consideram ainda que os vínculos trabalhistas se mostram fragilizados e que há uma excessiva carga laboral em relação ao tempo disponível para execução das ações. Entretanto, os profissionais relatam que acreditam no potencial de transformação mediado pelo profissional da psicologia inserido nas organizações de trabalho, a favor do trabalhador, empregadores e sociedade.

Bastos, Yamamoto e Rodrigues (2013) apontam que as questões éticas vinculadas ao profissional de Psicologia Organizacional e do Trabalho não são diferentes de qualquer outra área de atuação da Psicologia. Os autores refletem ainda que uma prática que expresse o compromisso ético e social do Psicólogo Organizacional e do Trabalho e que o faça atuar na mudança da realidade para além do plano restrito dos problemas que lhe competem, envolve muito mais do que soluções prontas para os dilemas da atuação, salientando a importância de uma atuação reflexiva do cotidiano de suas ações, expandindo a consciência dos impactos das suas decisões.



4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da observação realizada e da entrevista, foi possível encontrar diversos dados sobre a atuação do psicólogo no âmbito escolar. Dentre esses dados, cabe destacar a descrição da entrevistada sobre sua atuação envolver todas as pessoas que estão incluídas no processo educacional e que acolhem as diversas demandas desse contexto, pois as mesmas estão interligadas e chegam até seu setor. Andrada *et al.* (2019) abordam sobre a atuação do Psicólogo Escolar, descrevendo que esta, se volta à produção de práticas e conhecimentos que subsidiem o trabalho desses profissionais, tendo por objeto a escola e as relações que se desenvolvem nesse contexto, focando nos sujeitos que estão envolvidos nas práticas educativas, desde alunos, professores, gestores, até familiares e a comunidade.

A entrevistada enfatizou bastante a questão da relevância da inclusão no ambiente escolar, descrevendo uma série de medidas que a instituição toma para que ocorra esse processo: a capacitação da equipe; o levantamento de demandas; conhecer a criança enquanto indivíduo, antes de qualquer diagnóstico; e montar um planejamento individualizado dentro das necessidades da criança. Fonseca, Freitas e Negreiros (2018) abordam a temática da inclusão, que focaliza o processo de ensino-aprendizagem dos alunos da Educação Especial e envolve reflexões de temas referentes à educação na diversidade, como também discussões sobre os desdobramentos necessários para a efetivação, o que inclui uma aprendizagem bem-sucedida, reestruturação do espaço educacional e a implicação dos membros da comunidade escolar.

Ainda com relação a essas questões percebemos que a profissional nos alertou sobre a possibilidade de muitos encaminhamentos da escola para outros profissionais e que devesse sempre existir um alerta de nunca diagnosticar as crianças ou rotulá-las e a necessidade de estar atenta aos detalhes. Diante disso é importante de ser lembrado que a formação acadêmica em Psicologia tem um cunho que prioriza disciplinas voltadas para o diagnóstico (Testes Psicológicos Técnicas de Exames Psicológicos, Psicodiagnóstico), o que nos leva diretamente para centrar o olhar do aluno encaminhado com algum problema escolar, desconsiderando a dinâmica do funcionamento da escola e o porquê surge essa queixa (TADA; SÁPIA; LIMA, 2010).

A Psicóloga da instituição mostrou pontos essenciais para que exista uma atuação ética e pautada no acolhimento dos alunos na questão da inclusão escolar, são eles: comprometimento da equipe, formação continuada, planejamento educacional individual personalizado. Segundo Modesto (2008), o lugar do julgamento se volta para os “deficientes”, e o mesmo ressalta a importância de fazer o oposto, de acolher o “deficiente” e ajudá-lo a fazer parte do sistema educacional. Ainda sobre o mesmo autor, percebemos que quando ocorre a classificação dos alunos somente através do que eles aprenderam na escola pode acabar ocorrendo um lugar de sofrimento que os alunos especiais podem encontrar nesse contexto educacional, culminando em reforçamento dos estereótipos, do fracasso escolar e da continuidade na ideia de que o problema está centrado no aluno e não nas próprias diretrizes educacionais. Como forma de acolhimento dessas questões a aceitação da diversidade e a busca pela aprendizagem poderá ser o começo para uma caminhada com uma escola de qualidade no ensino.

Acerca da atuação do psicólogo escolar, a entrevistada relatou diversas demandas que dizem respeito a sua atuação, englobando todas as pessoas que envolvem o contexto escolar, desde os alunos e familiares, até os funcionários. Conforme o Conselho Federal de Psicologia - CFP (2019), a fundamentação teórica da Psicologia em consonância com o conhecimento da rotina escolar, da prática exercida e demais fatores, irão basear novas práticas para superação dos determinismos sociais que impossibilitem o entendimento da complexidade das relações dentro da escola, buscando levar os alunos a se apoderar dos conhecimentos produzidos pela humanidade. Machado, Arruda e Oliveira (2017) também tratam da psicologia escolar, apontando que o trabalho nessa área deve ser interdisciplinar, contextualizado e que o profissional deve atuar considerando o aluno e abarcando todos os seus contextos de desenvolvimento, apresentando conhecimentos básicos acerca das teorias e práticas do trabalho, assim como estar em contínuo estudo.

Um dos principais desafios apontados pela profissional entrevistada foi a não colaboração de um dos envolvidos no processo inclusivo (família, funcionários, etc.), o que dificultava a realização do processo. Machado, Arruda e Oliveira (2017) apontam que um dos maiores desafios vivenciados pelos psicólogos dentro do contexto escolar é a questão do trabalho em grupo, pois



nem todos os funcionários da escola, pais, familiares e a comunidade, colaboram no planejamento escolar que objetiva o desenvolvimento do aluno, deixando de se envolver nas atividades propostas.

Foi observado na fala da psicóloga o comprometimento com o estudo para além da sua formação acadêmica e também a importância do estudo continuado. Ela relata que todos os seus estágios e ênfases foram na área escolar com foco na inclusão, e ao fim a mesma falou sobre a formação em Neuropsicologia clínica e o estudo do espectro do autismo trazendo como suporte teórico para diversas demandas que surgem neste âmbito. Quando não existe o caminho de estudo ou uma formação continuada existe uma relação de não entendimento sobre as diversas dinâmicas que envolvem o saber na escola, e quando o profissional não está a par desse suporte teórico possivelmente poderá ocorrer a culpabilização do aluno ou de sua família pelo não sucesso escolar (TADA; SÁPIA; LIMA, 2010).

No referente às condições de trabalho, a profissional relatou que a escola lhe proporciona aquilo que é necessário para que ela possa fazer seus serviços, existindo um diálogo muito positivo entre ela e a gestão escolar. O estudo de Costa, Borges e Barros (2015), aponta que existe uma tendência de que quanto mais desfavoráveis forem as condições de trabalho, mais isso repercutirá na saúde do trabalhador, no afeto com o trabalho e no ambiente de trabalho. No caso dos achados do presente relatório, verifica-se que há condições favoráveis de trabalho e que não há indício de impactos negativos do trabalho na saúde. Pelo contrário, a profissional se mostra satisfeita e realizada com sua atuação.

5 CONCLUSÕES

Por meio do presente estudo foi possível compreender as possibilidades de atuação do profissional da Psicologia no contexto escolar, a partir de uma visão baseada na Psicologia Organizacional e do Trabalho, identificando os fatores envolvidos nessa prática. Ficou evidente que a prática do psicólogo no contexto escolar, não se restringe a atendimento ou avaliações de alunos, mas ao campo escolar como um todo, de aluno a formação com docentes, ou seja, um coletivo dentro do campo escolar. Além disso, são muitos os desafios para estar alinhados com a proposta de inclusão e realmente ser uma escola inclusiva.

Dessa forma, conclui-se destacando a importância dessa aproximação

da realidade, por meio de pesquisas, estágios ou projetos de extensão, que oportunizem aos discentes visualizar de forma clara a relação entre teoria e prática. É válido ressaltar também que é necessário que existam condições de trabalho favoráveis, como o clima e cultura organizacional, para que o profissional da psicologia possa contribuir de forma efetiva para todos os atores sociais que estão envolvidos na organização.

REFERÊNCIAS

- ANDRADA, Paula Costa de. *et al.* Atuação de Psicólogos (os) na Escola: Enfrentando Desafios na Proposição de Práticas Críticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, p. 1-16, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003187342>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/qjCZv6PcbjtT5kckk6YPkpg/?lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2022.
- BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; YAMAMOTO, Oswaldo H.; RODRIGUES, Ana Carolina de Aguiar. Compromisso social e ético: desafios para a atuação em Psicologia Organizacional e do Trabalho. *In*: BORGES, Livia de Oliveira; MOURÃO, Luciana (org.). **O Trabalho e as Organizações: Atuações a partir da Psicologia**. São Paulo: Artmed, 2013. cap. 1, p. 25-52. ISBN 9788565852708.
- BERTOLDI, Alexandra Danuza. **Psicologia Organizacional e do Trabalho**. Indaiatã: Uniassevi, 2013. 257 p. ISBN 978-85-7830-816-2.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP/ CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO - CRP-SP/ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE PSICOLOGIA - ABEP. **Carta de Serviços Sobre Estágios e Serviços-Escola**. 1. ed. Brasília, 2013.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) na educação básica**. Brasília, 2019.
- COSTA, Maria Teresa Pires; BORGES, Livia de Oliveira; BARROS, Sabrina Cavalcanti. Condições de trabalho e saúde psíquica: um estudo em dois hospitais universitários. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 43-58, 2015. DOI: <https://doi.org/10.17652/rpot/2015.1.490>. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v15n1/v15n1a05.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- CURY, Bruno de Moraes; NETO, João Leite Ferreira. Do Currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares: os estágios na formação do psicólogo. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 494-512, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.16789523.2014V20N3P494>. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/7950>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- FONSECA, Thaisa da Silva; FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger; NEGREIROS, Fauston. **Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: A**



Atuação Junto aos Professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 3, p. 427-440, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/zRrFDrCtRP4WKtskcbk4mYj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2022.

MACHADO, Phamela Rondon; ARRUDA, Rita Cássia; OLIVEIRA, Tawany Caroline. **A atuação do psicólogo no contexto educativo: contribuições à Psicologia Escolar**. Orientador: Profa. Ma. Renata Vilela Rodrigues. 2017. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Centro Universitário de Várzea Grande, Várzea Grande, 2017. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.univag.com.br/index.php/Psico/article/view/72>. Acesso em: 25 maio 2022.

MODESTO, Vília Mariza Fraga. **Inclusão escolar: um olhar para a diversidade: as representações sociais de professores do ensino fundamental da rede pública sobre o aluno com necessidades educacionais especiais**. Orientador: Teresa Cristina Siqueira Cerqueira. 2008. 197 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1931/1/2008_ViliaMarizaFragaModesto.pdf. Acesso em: 5 jun. 2022.

NÓBREGA, Sâmela Matias; RODRIGUES, Larissa Vasconcelos. Percepções sobre a formação acadêmica, a inserção profissional e a atuação do Psicólogo Organizacional e do Trabalho. **Revista InterScientia**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 218-241, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/interscientia/article/view/1038/623>. Acesso em: 14 abr. 2022.

ROTHMANN, Ian Rothmann; COOPER, Cary I. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. 344 p.

SILVA, Simone Cerqueira da. Estágios de Núcleo Básico na formação do psicólogo experiências de desafios e conquistas. **Psicol. Am. Lat.**, México, n. 5, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870350X2006000100012. Acesso em: 17 ago. 2022.

TADA, Iracema Neno Cecilio; SÁPIA, Iuna Pereira; LIMA, Vanessa Aparecida Alves de. Psicologia Escolar em Rondônia: formação e práticas. **Psicol. Esc. Educ.**, Rondônia, v. 14, n. 2, p. 333-340, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572010000200015>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/ZYhdn9crQDzctkjCZqyhKMQ/?lang=pt>. Acesso em: 5 jun. 2022.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt (org.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. ISBN 978-85-8271-085-2.

O PAPEL DA PSICOLOGIA FRENTE AOS ADOLESCENTES INFRATORES POR MEIO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Bruna Maria do Nascimento¹

Evanize Pereira da Silva²

Orlando Júnior Viana Macêdo³

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa produzida a partir do componente curricular Projeto Integrador: Psicologia e Políticas Públicas. Objetivou-se explorar o fazer da(o) Psicóloga(o), por meio da Política Pública de Assistência Social, frente aos adolescentes infratores. Trata-se de uma pesquisa exploratória, realizada a partir da técnica de pesquisa bibliográfica. As buscas de artigos científicos deram-se por meio da plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), a partir dos indicadores: Psicologia; adolescentes; medidas socioeducativas; meio aberto; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Combinados de diferentes formas por meio do operador booleano AND. Os dados acessados revelam inúmeras críticas acerca das medidas socioeducativas, vista por muitos autores, como apenas mais uma forma de punir os adolescentes, de forma a ignorar a função educacional e acolhedora. Apesar de todos os avanços acerca da garantia dos direitos dos adolescentes assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelas normativas internacionais, a prática ainda reflete resquícios de uma atuação pautada na doutrina menorista. Conclui-se pela necessidade de operacionalização das medidas de meio aberto coerente com os marcos legais que direcionam para a doutrina de proteção integral, o que demanda maiores investimentos nas Políticas Públicas de Assistência Social e um diálogo mais efetivo com outras políticas, de forma a possibilitar contribuição para que os adolescentes que cometeram atos infracionais ressignifique os atos que cometeram e tenham condições de traçar novos projetos de vida.

Palavras-chave: Psicologia; Adolescentes; Medidas Socioeducativas; Políticas Públicas.

¹ Discente da UniFAP, E-mail: bruna19nascimento@gmail.com

² Discente da UniFAP, E-mail: evanizes@aluno.fapce.edu.br

³ Docente da UniFAP, E-mail: orlando.macedo@fapce.edu.br

ABSTRACT

This article is the result of research produced from the curricular component Projeto Integrador: Psicologia e Políticas Públicas. The objective was to explore the work of the Psychologist, through the Public Policy of Social Assistance, in the face of delinquent adolescents. This is an exploratory research, carried out using the bibliographic research technique. The search for scientific articles took place through the Scientific Electronic Library Online platform – SciELO, based on the following indicators: Psychology; teenagers; educational measures; half open; Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS). Combined in different ways using the Boolean AND operator. The data accessed reveal numerous criticisms about socio-educational measures, seen by many authors as just another way to punish adolescents, in order to ignore the educational and welcoming function. Despite all the advances in guaranteeing the rights of adolescents guaranteed by the Child and Adolescent Statute (ECA) and by international regulations, the practice still reflects remnants of an action based on the minority doctrine. It concludes by the need to operationalize open-ended measures consistent with the legal frameworks that lead to the doctrine of integral protection, which demands greater investments in Public Policies for Social Assistance and a more effective dialogue with other policies, in order to enable contribution for adolescents who have committed infractions to give a new meaning to the acts they have committed and to be able to outline new life projects.

Keywords: Psychology; Teenagers; Educational measures; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta de uma pesquisa produzida a partir do componente curricular Projeto Integrador: Psicologia e Políticas Públicas. Disciplina que tem como foco de análise os limites e possibilidades da atuação da Psicologia em diferentes políticas públicas, e faz parte do quadro de unidades obrigatórias para a formação em Psicologia no Centro Universitário Paraíso (UniFAP). Assim, foi eleito como temática deste estudo, o papel da Psicologia frente a adolescentes infratores por meio da assistência social.

A Psicologia pode ser encarada, como categorizou Vygotsky (1924 *apud* BOCK, 2007), sendo uma ciência que conduz os indivíduos à consciência de si e do mundo, tornando-se, assim, algo inerente ao fazer científico e profissional desta área. Em tradição filosófica e científica, vários autores debruçaram-se sobre a capacidade humana quanto ao deslocamento de um ente de um ponto de partida cujas percepções são menos desenvolvidas para outro estágio, no qual possui

ciência e, conseqüentemente, mais desenvolvido. A partir da contribuição de Vygotski, apoiado na perspectiva marxista de materialismo histórico, foi possível analisar os sujeitos sem amarras reducionistas, contemplando-o em todos os seus âmbitos existentes, principalmente a realidade em que vive, o mundo social, desprendendo-se de visões metafísicas sobre o fenômeno psicológico.

Immanuel Kant (1784) que escreveu sobre o processo de esclarecimento, como sendo a passagem do homem da menoridade (intelectual) para a maioridade, no qual o senso crítico prepondera, trouxe uma importante visão sobre a necessidade de o indivíduo estar consciente de seus processos para ser considerado apto a julgar a realidade que o cerca. Desse modo, é evidente que conhecer a realidade é um fato decisivo para qualquer tipo de desenvolvimento, principalmente de indivíduos que ainda não atingiram de fato a maioridade, seja ela psíquica ou biológica, como sujeitos na fase infantojuvenil.

Segundo essa perspectiva, Levinsky (1995) conceitua a adolescência como uma fase de evolução da infância para a vida adulta que envolve fatores ambientais e de história pessoal. Dessa maneira, ela é compreendida sobre uma perspectiva psicossocial, mas que não deixa de ser influenciada pelos marcos da puberdade ou desenvolvimento cognitivo.

A Psicologia como ciência e profissão encontrou seu espaço nas políticas públicas ancorando-se nos direitos humanos para garantir à população um desenvolvimento individual e social mais saudável possível. A partir dessas análises, pode-se afirmar que a Psicologia é um instrumento capaz de conduzir indivíduos de um estágio inconsciente para um outro consciente, com uma atenção voltada para o processo de desenvolvimento humano.

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2012), desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, Lei Federal 8.069, artigo 227, crianças e adolescentes são sujeitos de direitos universalmente reconhecidos, considerando sua condição de pessoa em desenvolvimento. Esses direitos - à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária -, além de colocá-los a salvo de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão devem ser assegurados pelo Estado, pela família e pela sociedade



com absoluta prioridade.

Além disso, Weber (1979 *apud* MORAES, MAESTRO FILLHO; DIAS, 2003), produziu o conceito de tipo ideal, uma abstração da realidade, de um grupo ou de uma esfera social de modo a gerar um perfil do determinado conjunto em estudo. Utilizando-se desse método, pode-se analisar os sujeitos a partir da perspectiva de infração penal antes da maioridade são geralmente: sujeitos de classes sociais baixas, com baixa escolaridade ou vítimas de algum tipo de agressão ou violação de direitos. Porém, de acordo com Deslandes (1994), não se sabe exatamente a frequência de abusos e maus-tratos contra crianças e adolescentes no Brasil - que só teve a temática de violência considerada uma questão de saúde pública na década de 80 -, pois são poucos os serviços que lidam com a demanda de registro de maus-tratos no país.

Ainda de acordo com Deslandes (1994),

A Associação Brasileira de Crianças Abusadas e Negligenciadas estima a ocorrência de 4,5 milhões de crianças vítimas de abuso e negligência por ano no país. Estatísticas do Serviço de Advocacia da Criança (SAC) da Secretaria do Menor de São Paulo registraram o atendimento de 6.056 casos de crianças vítimas de violência na Capital, no período de 1988 a 1990. Destes, 64% eram casos de violência doméstica. A Associação Brasileira de Proteção à Infância (Abrapia), no período de 1991 a março de 93, realizou 3.981 atendimentos de crianças vitimizadas no lar no Rio de Janeiro (DESLANDES, 1994, p. 02).

Segundo o Ministério da Cidadania (BRASIL, 2015), o adolescente que comete um ato infracional deve cumprir medidas socioeducativas que podem ser divididas em duas categorias: as de meio aberto e as de meio fechado. Nessa pesquisa será estudada as medidas socioeducativas de meio aberto que são acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) oferece o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A finalidade é prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens encaminhados pela Vara de Infância e Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente ou Juiz Singular. Também cabe ao CREAS fazer o acompanhamento do adolescente, contribuindo no trabalho de responsabilização do ato infracional praticado (BRASIL, 2015, p. 1).

Na liberdade assistida, há um acompanhamento sistêmico do adolescente e restrições de direitos sem tirá-lo do seio familiar e do contato com a comunidade. Já a prestação de serviços: “consiste na realização de atividades gratuitas de interesse geral, por período não superior a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos, bem como em programas comunitários governamentais” (BRASIL, 2015, p. 1).

Nesse sentido, levando em consideração as recomendações do Conselho Federal de Psicologia através das Referências Técnicas para atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (2012), entende-se que é recomendado ao profissional de Psicologia que sua atuação com adolescentes que cumprem Medidas Socioeducativas (MSE) siga a perspectiva de garantir o aspecto educacional da medida, considerando a subjetividade e produzindo intervenções pautadas no respeito aos direitos dos adolescentes estabelecidos pelo ECA e normativas internacionais, não restringindo sua atuação à elaboração de pareceres e relatórios e evitando rótulos e estigmas. Ademais, esta “prática profissional deve acontecer em um contexto de interdisciplinaridade, onde as relações com os demais profissionais sejam de parceria, socialização e construção de conhecimentos” (CFP, 2012, p. 44).

Diante disso, cabe à Psicologia garantir os direitos da criança e do adolescente, neste caso com foco especial no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). O que nos levanta uma questão, que norteou a realização da presente pesquisa: como o profissional de Psicologia lida com as demandas dos adolescentes infratores por meio da Política Pública de Assistência Social?

Sabe-se que, ao longo dos anos, houve avanços significativos na forma do Estado lidar com os adolescentes. A Doutrina de Situação Irregular Código de Menores, por exemplo, vigorou antes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e possuía como princípio fundamental a ideia de “crianças e adolescentes como “menores em situação irregular”, identificando-os como carentes, abandonados e infratores” (CFP, 2012, p. 29). Com a criação do ECA há o rompimento dessa concepção e a afirmação de que crianças (0 a 12 anos) e adolescentes (12 a 18 anos) “gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, devendo ser a eles asseguradas todas as oportunidades e direitos que lhes facultam um desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e



social, em condições de liberdade e de dignidade” (CFP, 2012, p. 29).

Nesse sentido, objetiva-se explorar o fazer da(o) Psicóloga(o), por meio da Política Pública de Assistência Social, frente aos adolescentes infratores. Como objetivos específicos, foram elencados: averiguar as demandas que os adolescentes apresentam para com a(o) psicóloga(o); identificar como acontecem as intervenções junto aos adolescentes e compreender a percepção da(o) profissional de Psicologia sobre os adolescentes, seus direitos e possíveis violações desses direitos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem teor qualitativo e caráter bibliográfico, que é a base que sustenta qualquer pesquisa científica. Uma vez que, toda pesquisa inicia-se com um estudo acerca da temática e da literatura existente sobre.

Em relação às fontes de pesquisa utilizadas, foram trabalhados artigos científicos publicados em periódicos da área. Acessados através da biblioteca virtual SciELO a partir das palavras chaves: *Adolescentes Infratores, Medidas Socioeducativas de Meio Aberto, Psicologia e CREAS*, onde foram selecionados um total de 6 artigos intitulados: *Atuação dos Profissionais de Psicologia Junto à Infância e à Adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social; Juridicalização da Vida: Democracia e Participação, Anarquia e o que Resta; Face da Morte: A Lei em Conflito com o Adolescente; Medida Socioeducativa de Internação: Estratégia Punitiva ou protetiva?; Adolescência e ato Infracional: Violência Institucional e Subjetividade em Foco e Medidas Socioeducativas em São Paulo: Os Serviços e os Técnicos.*

A análise dos artigos foi de cunho qualitativo. Procurou-se identificar as ideias centrais dos artigos, interpretá-las e organizá-las em consonância com nossos objetivos e as ideias introdutórias do presente estudo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscou-se suporte teórico na Psicologia Social Crítica e nas Referências Técnicas para atuação da Psicologia nas Políticas Públicas. Essa proposta crítica da Psicologia Social, desenvolveu-se a partir das ideias de Lane (1994)

que buscou no materialismo histórico-dialético suporte para desenvolver uma Psicologia que analisasse a subjetividade contemplando a realidade objetiva. Compreendendo os sujeitos como seres ativos, que se constituem a partir do meio social, mas que também modificam essa realidade que o cerca.

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), órgão vinculado ao CFP, tem objetivo de produzir e divulgar informações sobre a Psicologia e Políticas Públicas, bem como produzir referências para prática dos(as) profissionais de Psicologia em diferentes áreas das Políticas Públicas. O CREPOP caracteriza uma nova etapa na construção da presença social da profissão de psicólogo no Brasil. Vem buscando produzir uma nova identidade profissional marcada pela prestação de serviços a indivíduos, grupos e instituições, sobretudo àqueles grupos vinculados às principais áreas de necessidades sociais. Dessa forma, as pesquisas da Psicologia Social Crítica e orientações técnicas e pesquisas realizadas pelo CREPOP deram suporte ao presente estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Macêdo, Pessoa e Alberto (2015) a Política de Assistência Social como um direito ressignificou a atuação da Psicologia no serviço público, particularmente voltada para infância e adolescência, cuja criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) abriu uma diversidade de campos de atuação.

Ao focar nos estudos acerca da temática Medida Socioeducativa de Meio Aberto encontra-se inúmeras críticas acerca dessa modalidade, vista por muitos autores como Augusto (2012), Scisleski (2015), Azevedo, Alberto e Amorim; (2017) e Mâcedo *et al.* (2015), como apenas mais uma forma de punir os adolescentes, de forma a ignorar a função educacional e acolhedora. Em relação a subdivisão denominada Liberdade Assistida que é acompanhada pelo CREAS pode-se entender as divisões sobre as Medidas Socioeducativas, que se dão de acordo com o tipo de infração cometida. Conforme citado por Scisleski (2015) “No que concerne à gestão, encontra-se uma separação na administração das medidas de proteção e das medidas socioeducativas em meio aberto, geridas pela Assistência Social, e as medidas socioeducativas de internação, geridas pela Segurança Pública” (SCISLESKI, 2015, p. 4).



Identificou-se em estudos feitos em 2008 pelo ILAUND e pelo Instituto Fonte, que medidas socioeducativas em meio aberto tendem a crescer, no entanto, isso não significa que o número de internações irá diminuir, e sim “diversificar as formas de punir os jovens infratores” (AUGUSTO, 2012, p. 33). Além disso, Medidas Socioeducativas em Meio Aberto proporcionam, como diz

Augusto, campos de concentração a céu aberto:

O campo de concentração a céu aberto se refere a uma tecnologia de governo que opera não mais em lugares de confinamentos fechados, nem mesmo por uma delimitação territorial em relação ao centro, mas por uma administração da vida em território monitorado por seus próprios habitantes (AUGUSTO, 2012, p. 34).

Ainda de acordo com Augusto (2012, p. 33) ONGS, organizações público-privadas, são responsáveis por implementar Medidas Socioeducativas em Meio Aberto em bairros pré-determinados, oferecendo cursos e atividades esportivas e/ou culturais fazendo com que mantenham os jovens “presos” naquele lugar. Caso algum jovem volte a cometer um ato infracional, ele é mantido no local onde paga sua “pena”, além de servir para estudos das ONGS, porém não diminui em nada a possibilidade de reincidência deste jovem. No entanto, reduzem a quase zero suas potencialidades de resistências.

Ademais, para Azevedo, Alberto e Amorim (2017), grande parcela dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em liberdade assistida (LA) ou prestação de serviço comunitário (PSC) veem o direito como algo seletivo, apenas devidamente efetivados para aqueles que têm oportunidades, dando vazão a exclusão social, dificultando o fazer do CREAS em auxiliar na superação do ato infracional e conjuntamente, na não reincidência do adolescente.

Considerando a importância da atuação responsável, pautada no respeito e livre de julgamentos por parte de profissionais atuantes em unidades de atendimento como o CREAS, identificou-se que os direitos desses adolescentes ainda são violados de muitas formas, pois existe uma construção muito forte de estereótipos sobre esses adolescentes, que perpetua em instituições que contraditoriamente deveriam cumprir a função de acolhimento, quebra de preconceitos e fortalecimento dessas pessoas. Nesse sentido, citamos Scisleski (2015) ao dizer que:

O ECA estabelece a Doutrina de Proteção Integral, preconizando serem prioritários as crianças e os adolescentes. E o que acontece com os jovens em conflito com a lei? Após o ato infracional, eles serão submetidos a medidas socioeducativas que, de certa forma, continuam violando seus direitos (SCISLESKI, 2015, p. 31).

Ideia reforçada por Macêdo *et al.* (2015) ao dizer que

[...] Tal situação compromete as ações postas em prática por esses profissionais por distanciá-las das realidades concretas dos sujeitos envolvidos, limitando contribuição para se efetivar os direitos das crianças e adolescentes usuárias da Política de Assistência Social, haja vista ações meramente técnicas, carentes de uma perspectiva crítica, reflexiva e investigativa (MACÊDO *et al.*, 2015, p. 928).

Frente a isso, o CFP através das Referências Técnicas para atuação de Psicólogas(os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (2012), apresenta o trabalho do profissional em Psicologia, no contexto das medidas socioeducativas, que envolve a construção de práticas para que as políticas públicas sejam efetivada em um paradigma que articula ações entre o Estado, a família e a sociedade. Assegurando os direitos desses adolescentes e a transformação das instituições pautadas em práticas irregulares. O CFP (2012), cita ainda a lei nº 12.594/2012, onde são descritos os objetivos da medida socioeducativa: “a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional; a integração social e a garantia dos direitos individuais e sociais do adolescente através do cumprimento do Plano Individual de Atendimento (PIA);” (CFP, 2012, p. 33-34).

A partir desses objetivos a Psicologia pode contribuir na organização do PIA:

[...] com a escuta do adolescente e a análise da demanda, tanto no momento inicial ao pactuar as orientações para o atendimento a ser desenvolvido, quanto no acompanhamento e no desenvolvimento da participação do adolescente no decorrer da medida, afirmando e revendo ações, junto com o orientador, conforme a singularidade e as circunstâncias de cada adolescente (CFP, 2012, p. 34).

Acolher, acompanhar, conhecer a história dos adolescentes e não só de seu ato infracional, com a escuta que possibilita intervenções singulares que acolhem vivências e respostas de cada adolescente capacita a(o) psicóloga(o) a intervir de forma a contemplar a pactuação do Plano Individual de Atendimento (PIA) e suas articulações com ofertas concretas oriundas das políticas públicas, menos calcada num

saber normatizado, homogeneizador ou moralizante que serviria para “todos” (CFP, 2012, p. 43).

Ademais, aponta-se como necessário atentar-se a outras questões que envolvem o adolescente nesse processo de responsabilização e exercício de direitos:

[...] além da relação com o adolescente que cumpre a medida, o trabalho pode exigir a aproximação daqueles que compõem o seu círculo social, seja na família, outras pessoas de referência, na escola, nos grupos juvenis ou em outros espaços de convivência na comunidade (CFP, 2012, p. 35).

Como resultado da leitura realizada no artigo de Macêdo *et al.* (2015), ressaltamos que os profissionais de psicologia têm em sua percepção a visão de que adolescentes passam por variadas violações de direitos. Aspecto corroborado na constatação de Santos (2007) e Salles (2005) no que tange a realidade social brasileira, que de forma majoritariamente desigual, faz com que as crianças e os adolescentes pertencentes às classes de baixo poder aquisitivo passem por uma constante negação dos seus direitos, fato que acarreta muitas consequências para esses adolescentes e influencia diretamente suas ações presentes e futuras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir da revisão bibliográfica realizada, que apesar dos significativos avanços ao que se refere a garantia de direitos dos adolescentes, as medidas socioeducativas não cumprem o seu papel de forma ideal. O caráter punitivo, a violação dos direitos e a carência do fator educativo são fatores que não podem ser ignorados e se tornam demandas a serem trabalhadas. Desse modo, a abordagem da Psicologia referente aos adolescentes que cometem atos infracionais, torna-se de grande importância por se tratar de sujeitos que ainda estão em estágios de descobertas sobre quem são ou da realidade. Portanto, precisam de subsídios para que isso ocorra de forma mais saudável possível. Como já citado, o profissional de Psicologia tem como função garantir os direitos desses adolescentes e o cumprimento do papel socioeducativo das medidas. Além de intervir e acolher as demandas desses adolescentes diante da prática da Escuta.

REFERÊNCIAS

- AUGUSTO, Acácio. Juridicialização da vida: democracia e participação. Anarquia e o que resta. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 24, n. SPE, p. 31-38, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/XqncDDkqwq7nbLQn9BDY5wq/?format=html#>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- AZEVEDO, Cinthya Rebecca Santos; AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. Adolescência e Ato Infracional: Violência Institucional e Subjetividade em Foco. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 37, ed. 3, p. 579-594, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/FmP5B6LpckCtBWHhQBqLhRD/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- BRASIL. **Medidas Socioeducativas**. [S. l.]: Ministério da Cidadania: Secretaria Especial do desenvolvimento social, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servico-de-protecao-social-a-adolescentes-em-cumprimento-de-medida-socioeducativa-de-liberdade-assistida-la-e-de-prestacao-de-servicos-a-comunidade-psc>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/LJkZzRzQ5YgbmhcnkKzVq3x/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- CARVALHO, Maria Aparecida Alves Sobreira. A formação do conceito de consciência em Vygotsky¹ e suas contribuições à Psicologia. **Arq. bras. psicol**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, p. 13-22, 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000300003#:~:text=A%20consci%C3%AAncia%20em%20Vigotski%20\(1924,realidade%20e%20sobre%20si%20mesma](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000300003#:~:text=A%20consci%C3%AAncia%20em%20Vigotski%20(1924,realidade%20e%20sobre%20si%20mesma). Acesso em: 16 ago. 2022.
- DESLANDES, Suely F. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: análise de um serviço. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 177-187, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/t7HjQpTPVJr3p5JTqVsgSKM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2022.
- LANE, Silvia. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- LEVINSKY, David. **Adolescência: reflexões psicanalíticas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- MACÊDO, Orlando Júnior; PESSOA, Manuella Castelo Branco; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. Atuação dos Profissionais de Psicologia Junto à Infância e à Adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/w8VVjF3dzdbVT6q7vFw8Twm/?lang=pt>. Acesso em: 27 maio 2021.
- MORAES, Lúcio Flávio Renault de; MAESTRO FILHO, Antonio Del; DIAS, Devanir Vieira. O paradigma weberiano da ação social: um ensaio sobre a compreensão



do sentido, a criação de tipos ideais e suas aplicações na teoria organizacional. **Rev. adm. contemp**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 57-71, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/NfWKmnLVByZ4tpfwdLwzRMn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MULLER *et al.* Perspectivas de adolescentes em conflito com a lei sobre o delito, a medida de internação e as expectativas futuras. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 70-87, 2009. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1213/Perspectivas%20de%20adolescentes%20em%20conflito%20com%20a%20lei%20sobre%20o%20delito.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 ago. 2022.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho . Medida socioeducativa de internação: estratégia punitiva ou protetiva? **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/psoc/a/X6VdxJjfGDVbkLYN6pT4N9P/?lang=pt>. Acesso em: 27 maio 2021.

AS METODOLOGIAS ATIVAS E O PROJETO INTEGRADOR: VIVÊNCIAS EM GRUPO POR PARTE DE ESTUDANTES

Aryhadna Teles Lima¹

Bianca Gomes Gonçalves Torres²

Marianna Héllen Ferreira de Lima³

Taynara Fernandes Inácio⁴

Orlando Júnior Viana Macêdo⁵

RESUMO

Este trabalho foi elaborado para melhor compreensão das vivências grupais em projetos integradores acadêmicos, e como podem vir a influenciar no processo de aprendizagem em práticas profissionais. Assim, o trabalho possui como objetivo analisar as vivências dos grupos, e a influência que cada integrante pode causar aos demais, e como essa conduta pode impactar em suas vidas. A pesquisa foi realizada através de abordagens quantitativa e qualitativa, pois além de buscar compreender sobre a aplicação das metodologias ativas, houve uma pesquisa de campo, através de formulário virtual, com 27 alunos dos cursos da área de saúde do Centro Universitário Paraíso - do município de Juazeiro do Norte - Ceará, a fim de saber como se dão, de forma prática, as experiências nesse formato metodológico. Assim, pôde-se perceber que um dos pontos essenciais para que as disciplinas de Projetos Integradores sejam desenvolvidas de forma mais efetiva é a participação ativa dos discentes que compõem o

¹ Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso do Ceará (UniFAP), E-mail: aryhadnalima@aluno.fapce.edu.br

² Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso do Ceará (UniFAP), E-mail: biancatorres@aluno.fapce.edu.br

³ Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso do Ceará (UniFAP), E-mail: mhellen@aluno.fapce.edu.br

⁴ Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso do Ceará (UniFAP), E-mail: taynaramorales234@aluno.fapce.edu.br

⁵ Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso do Ceará (UniFAP), E-mail: orlando.macedo@fapce.edu.br

grupo, o sentimento de pertença e respeito que o sujeito tem dentro do seu grupo faz com que o trabalho flua de forma mais prazerosa, colocando esses alunos como protagonistas de suas formações. Ademais, apesar da pesquisa de campo realizada ter sido limitada aos alunos de uma única universidade e de uma área específica, foi possível atingir os objetivos propostos. As Metodologias Ativas se tornam importantes devido ao espaço que abre para que as aprendizagens sejam inovadoras dentro das instituições de ensino. São objetivas, promovem a reflexão e a autonomia dos estudantes, contribuindo também no futuro ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Metodologia ativa; Projeto Integrador; Processos grupais.

ABSTRACT

This work was developed to better understand the group experiences in academic integrative projects, and how they can influence the learning process in professional practices. Thus, the work aims to analyze the experiences of the groups, and the influence that each member can cause to the others, and how this conduct can impact their lives. The research was conducted through quantitative and qualitative approaches, because besides seeking to understand the application of active methodologies, there was a field research, through a virtual form, with 27 students of health courses at the Centro Universitário Paraíso - in the city of Juazeiro do Norte Ceará, in order to know how the experiences in this methodological format happen, in a practical way. Thus, it was possible to realize that one of the essential points for the disciplines of Integrative Projects to be developed more effectively is the active participation of the students who make up the group, the sense of belonging and respect that the subject has within his group makes the work flow more pleasantly, placing these students as protagonists of their training. Furthermore, although the field research was limited to students from a single university and a specific area, it was possible to achieve the proposed objectives. Active Methodologies become important because of the space it opens for learning to be innovative within educational institutions, they are objective, promote reflection and autonomy of students, also contributing to their future work environment.

Keywords: Active Methodology. Integrative Project. Group Processes.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo foi desenvolvido em atendimento à disciplina Projeto Integrador: Psicologia e Processos Grupais do Centro Universitário Paraíso do Ceará (UniFAP), buscando abordar as vivências grupais dos estudantes, e como



a metodologia ativa influencia na vida acadêmica dos discentes, por meio de análise das suas vivências nas produções dos Projetos Integradores.

As unidades curriculares que se enquadram nos Projetos Integradores estruturam-se por meio da produção de trabalhos acadêmicos que propiciem o desenvolvimento de um conjunto de competências no campo de sua futura atuação profissional, por meio de uma aproximação maior entre a realidade prática e a teoria aprendida em sala de aula. Para tanto, além de discussões em sala de aula com o professor responsável pelo componente curricular, são desenvolvidas atividades extra sala, sempre em grupo e com o acompanhamento docente.

Com o avanço da tecnologia nos tempos atuais, as instituições de ensino também ficaram atentas às mudanças, dessa forma elas eram mais profundas à medida que iam avançando. Novos modelos de educação foram sendo criados ao longo das décadas, as metodologias ativas trouxeram para a educação uma nova forma de como os estudantes poderiam se tornar protagonistas do seu próprio futuro, quebrando com um modelo de ensino tradicional. Ademais, os professores são importantes mediadores nesse processo, pois além de continuarem se comunicando de forma presencial com os seus alunos, eles também farão com que esse contato se estenda para a parte digital.

Dessa perspectiva, é possível inferir que os saberes necessários ao ensinar não se restringem ao conhecimento dos conteúdos das disciplinas. Quem leciona sabe muito bem que, para ensinar, dominar o conteúdo é fundamental, mas reconhece também que este é apenas um dos aspectos desse processo (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017, p. 2).

Além das metodologias ativas a aplicação de trabalhos em equipe busca a utilização do método de instrução da aprendizagem colaborativa e cooperativa, na tentativa de promover um processo de aprendizagem mais ativo, estimulando o pensamento crítico; o desenvolvimento de capacidades de interação, negociação de informações, resolução de problemas e o desenvolvimento da capacidade de autorregulação do processo de ensino-aprendizagem. Para isso os (as) docentes assumem predominantemente papel de mediador, por meio da formulação de grupos e no esclarecimento de dúvidas, atribuindo mais responsabilidades aos discentes pela aprendizagem, principalmente por meio de trabalhos colaborativos, todos em busca de um objetivo em comum.



Esse método de ensino objetiva desenvolver nos discentes, mais autonomia de forma que ele buscará ser o autor do seu próprio aprendizado, descentralizando esse poder do professor. Considera-se que aprender a trabalhar em grupo, pode desenvolver uma maior confiança, um desenvolvimento do senso crítico, além de que os alunos podem começar a visar o seu futuro acadêmico, assim como o seu profissional.

Dessa forma, o presente estudo busca responder a seguinte questão norteadora: de qual forma as metodologias ativas podem influenciar no desenvolvimento dos alunos, na aplicação desse método nos Projetos Integradores? Assim, queremos compreender de qual forma as metodologias ativas podem influenciar no desenvolvimento dos alunos, na aplicação desse método nos Projetos Integradores. Tendo como objetivo analisar as vivências dos grupos, e a influência que cada um pode causar para os demais, e como essa conduta pode impactar na vida dos discentes.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho, apresenta um caráter tanto qualitativo quanto quantitativo, pois além de buscar compreender a aplicação das metodologias ativas nos Projetos Integradores, serão elaborados formulários para entender qual a influência das experiências em grupo sobre os alunos.

Foi utilizado o método de pesquisa descritiva com a finalidade de buscar descrever informações a respeito das metodologias ativas, de como elas podem influenciar no desenvolvimento dos alunos, na aplicação desse método nos Projetos Integradores e como as vivências dos grupos, podem impactar a vida dos discentes, de forma a aumentar a familiaridade com o tema e elucidar hipóteses mais precisas. Realizando-a, assim, através de um estudo de campo, que segundo Gonsalves (2001, p. 67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

O instrumento de pesquisa possuía 12 questões fechadas e 1 questão

aberta. As questões fechadas contemplaram os seguintes aspectos: vivência em grupo dos estudantes que participam das disciplinas de PI; o nível de participação nos grupos; avaliação da sua experiência vivenciada; contribuição do professor como mediador; relação entre teoria e prática; impacto da vivência na formação do discente. No que se refere à questão aberta, foi abordado de que forma a participação do discente dentro dos Projetos Integradores podem contribuir para a formação do mesmo.

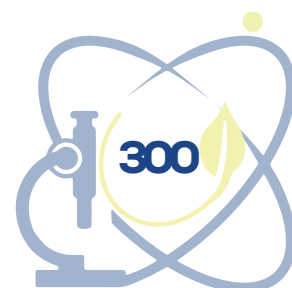
A coleta de dados ocorreu do final do mês de outubro do dia 31 ao dia 4 de novembro do semestre letivo de 2021.2. O instrumento foi enviado para os participantes através das mídias sociais: *Whatsapp* e *Instagram*.

A pesquisa foi realizada com 27 estudantes dos cursos de Saúde, das disciplinas de Projeto Integrador do Centro Universitário Paraíso - UniFAP da cidade de Juazeiro do Norte - CE. Os estudantes foram esclarecidos quanto à finalidade do estudo e, quando de acordo em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para análise dos dados acessados por meio das questões fechadas recorreu-se à estatística descritiva. No que se refere às respostas das questões abertas, estas foram categorizadas, a partir de análise qualitativa.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os grupos são contextos nos quais os indivíduos fazem parte, e formam um todo, segundo Lewin (1978) um grupo é mais do que somente a soma de seus membros, ele consiste em uma totalidade dinâmica que não resulta apenas da soma de seus integrantes, tendo propriedades específicas enquanto totalidade. Dessa forma, compreende-se que as dinâmicas grupais abrangem uma diversidade de ideias, pensamentos, valores e outras características as quais podem ser fatores decisivos para o desenvolvimento e funcionamento do grupo, como cita Minicucci (2002, p. 24):

[...] a expressão dinâmica de grupo não limita seu significado apenas ao campo de investigação dirigida no sentido de progredir no conhecimento da vida do grupo; também se refere a uma série de premissas valorativas, a uma série de objetivos de educação e a um conjunto de procedimentos mediante os quais possam ser mantidas a ordem do grupo, para a obtenção do sucesso desses objetivos.



Os grupos caracterizam-se pela busca de um objetivo em comum que segundo Aubry (1978) são dispostos em graus diferentes e sob modalidades diversas, mas, ainda assim compreende-se como a procura por um propósito em comum, que motiva a participação na atividade do grupo. Uma outra característica também citada por Aubry (1978) refere-se ao fato de que os sujeitos que se reúnem em torno de um mesmo desígnio estabelecem múltiplos intercâmbios entre si, através dessas estruturas o grupo por sua vez confere sua existência própria.

Para Schultz (1974) todo ser humano é dotado de necessidades específicas, sendo estas, parte importante para o campo das relações interpessoais, as quais podem ser denominadas como: inclusão, controle e afeto (afeição), o autor ainda caracteriza cada uma das necessidades interpessoais, sendo a inclusão a carência que qualquer indivíduo possui de pertencer e sentir-se aceito por um grupo, já o controle refere-se a necessidade que esses sujeitos sentem de participarem e sentirem-se como parte integrante e influente do todo, e por fim, o afeto que diz respeito ao grau de afeição que está sendo recebido dentro daquele conjunto, o que faz com que a pessoa saiba se está sendo ou não valorizado dentro do grupo.

Lewin (1978) afirma em seus estudos que os grupos possuem interdependência uns com os outros e é isso que mantém a sua essência viva. Dessa forma, os grupos vão além de pessoas que compartilham normas, objetivos e outras características em comum, isto é, as necessidades individuais e os interesses coletivos também adentram esse processo e são expressos dentro do convívio social (LANE, 1981). Ademais, cada pessoa possui necessidades específicas e integrar em um grupo está ligado ao fato de que essas necessidades podem vir a serem satisfeitas (LEWIN, 1978).

Dessa forma, os objetivos são o que direcionam as ações dos grupos, é preciso se atentar quais são objetivos individuais e grupais de cada um e avaliar o que influenciou para que aquele indivíduo estivesse inserido naquele grupo, esses objetivos não são cristalizados, eles podem se modificar ao longo do tempo, além do mais, quando esses interesses pessoais e coletivos não estão convergindo é comum que apareçam insatisfações e conflitos entre os grupos (MELO; MAIA FILHO; CHAVES, 2014).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

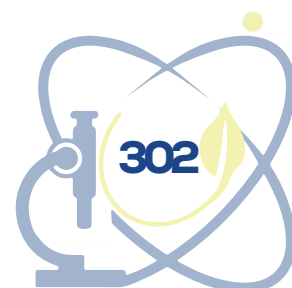
Ao todo foram obtidas 27 respostas e foram distribuídas pelos seguintes cursos: Enfermagem (1), Nutrição (2), Psicologia (11) e Fisioterapia (13). Desta forma, a seguir será feita uma discussão sobre as respostas obtidas através do formulário.

As respostas obtidas acerca da pergunta se havia uma participação ativa de todos os integrantes na construção do trabalho ficaram divididas entre: 48,1% das pessoas responderam que concordavam com a afirmação, 14,8% responderam que concordavam totalmente, 11,1% responderam que nem concordam e nem discordam, 22,2% discordaram da afirmação e 3,7% discordaram totalmente.

Os dados revelam que mais de 25% dos participantes consideram que não há uma participação ativa de todos os integrantes dos grupos de Projetos Integradores. Sobre essa questão Bacich e Moran (2017) destacam que é de suma importância a participação de todos os integrantes na construção ativa do Projeto Integrador, uma vez que a vivência em grupo busca fazer com que os estudantes tenham mais vínculos uns com os outros, aprendam novas formas de autonomia e saibam como lidar com situações futuras no seu ambiente de trabalho. Ademais, os projetos integradores tem como método a metodologia ativa e ela se chama “ativa” devido o fato que os estudantes se tornam protagonistas do seu próprio aprendizado e com isso eles aprendem novas técnicas que os envolvem nas práticas pedagógicas (BACICH; MORAN, 2017).

Em relação a como cada participante avaliava a sua experiência dentro do grupo, as respostas obtidas foram: 44,4% avaliaram como boa, 33,3% muito boa, 18,5% razoável e 3,7% ruim. Berbel (2011) afirma que é importante o engajamento em relação a novas atividades, uma vez que isso amplia a sua capacidade de autonomia ao tomar as decisões, e isso prepara o estudante para o seu exercício profissional. Por isso, essa variável de avaliar bem a sua experiência dentro do Projeto Integrador se torna importante.

Em relação ao sentimento de pertença dos estudantes aos seus grupos, foram apresentados os seguintes itens: sinto-me aceito e sinto-me valorizado. Foram obtidas as seguintes respostas, respectivamente: 66,7% responderam que concordavam com a afirmação, 29,6% disseram que concordavam totalmente e 3,7% responderam que nem concordam e nem discordam; 59,3% responderam



que concordavam, 22,2% concordaram totalmente, 11,1% nem concordaram e nem discordaram e 7,4% discordaram da afirmação.

Ademais, se sentir bem e valorizado dentro do seu grupo ajuda para que as pessoas consigam se desenvolver melhor, permite uma interação e um interesse maior pelo seu fazer, além do mais, aprender a lidar com situações desde a graduação permite que o estudante visualize situações futuras e aprenda a lidar com elas. Para isso é preciso que os estudantes estejam engajados com o processo de aprendizagem. Schutz (1989) afirma em seus estudos que as pessoas possuem uma necessidade de se sentir valorizados e respeitados dentro do seu grupo e isso se chama a necessidade de inclusão.

No que se refere às suas próprias opiniões dentro dos grupos dos Projetos Integradores os discentes avaliaram as suas respostas como: 59,3% concordaram com a situação, 29,6% concordaram totalmente, 3,7% nem concordaram e nem discordaram e 11,1% discordaram da afirmação. Em relação às opiniões dos demais estudantes, foram obtidas as seguintes respostas: 55,6% concordaram, 29,6% concordaram totalmente, 11,1% nem concordaram e nem discordaram e 3,7% discordaram. Berbel (2011) afirma que, quando acatadas e analisadas as contribuições dos alunos, valorizando-as, são estimulados os sentimentos de engajamento, percepção de competência e de pertencimento, além da persistência nos estudos, entre outras.

Referente ao sentimento de exclusão dos alunos dentro do grupo do projeto integrador, ou seja, se eles se sentiam todos inclusos dentro da dinâmica do grupo. Onde foram obtidas as seguintes respostas, 44,4% dos alunos discordaram totalmente e 51,9% discordam, ou seja, essa parcela de estudantes afirma não se sentir excluídos dentro do grupo do Projeto Integrador, enquanto 3,7% optaram por a opção não concordo nem discordo.

Sentir-se incluído dentro do grupo e de todo o processo de desenvolvimento do trabalho do Projeto integrador é uma parte importante para que a disciplina ocorra em todo seu curso de maneira satisfatória e gere um aprendizado a longo prazo, carregado de uma experiência prática e proveitosa. Melo, Maia Filho e Chaves (2014) afirmam que as pessoas que se sentem incluídas e possuem um alto nível conseguem se dar facilmente com as demais pessoas, além de terem um círculo de relações grandes, elas conseguem gozar de todo um prestígio e de uma



popularidade. Dessa forma, uma vez que as pessoas dentro do grupo conseguem se incluir e se dar bem, todo o processo de aprendizagem se torna mais fácil.

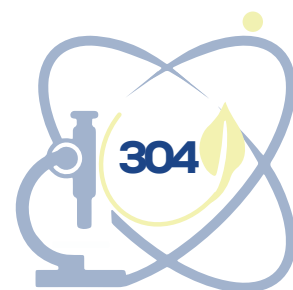
Com relação ao fato do Projeto integrador ser realizado em grupo deixa os integrantes deste mesmo mais confiantes, seja na elaboração ou apresentação do trabalho. Para essa questão 40,4% dos discentes responderam que concordam e 22,2% que concordam totalmente com o fato de que a dinâmica de grupo contribui com o processo de confiança no desenvolvimento deste e possivelmente de outros trabalho e atividades, já 25,9% nem concordam e nem discordam, 7,4% não concordam com a afirmação e 3,7% discordam totalmente.

Dessa forma, a dinâmica de grupo para maior parte dos discentes funciona de maneira benéfica, desenvolvendo alguns processos como a confiança, o fato de interagir com outros estudantes e sentir-se incluso dentro de um grupo com pessoas com necessidades e dúvidas similares às suas, faz com que ele tenha a sensação de pertencimento ao grupo e encorajado, pois não se sente diferente dos demais.

Em referência a colaboração do professor na construção do Projeto Integrador, se ele contribui de forma ativa auxiliando em todo processo de desenvolvimento do trabalho. Uma parcela de 40,7% dos discentes responderam que concordam e outra de 40,7 responderam que concordam totalmente, 14,8% não concordam e nem discordam e 3,7% discordam.

Segundo Reeve (2009) o professor contribui para promover a autonomia do aluno em sala de aula, quando: a) nutre os recursos motivacionais internos (interesses pessoais); b) oferece explicações racionais para o estudo de determinado conteúdo ou para a realização de determinada atividade; c) usa de linguagem informacional, não controladora; d) é paciente com o ritmo de aprendizagem dos alunos; e) reconhece e aceita as expressões de sentimentos negativos dos alunos.

No que se diz a respeito das Metodologias Ativas presentes nos Projetos Integradores, se elas ajudam a desenvolver, nos discentes, mais autonomia. Para essa questão 70,4% concordam e 22,2% concordam totalmente, ambos acreditam dessa forma que as Metodologias Ativas presentes nos Projetos Integradores têm um papel importante na disciplina, ajudando a desenvolver mais autonomia nos discentes, uma parcela de 3,7% não concorda e nem discorda e outra também de 3,7% discorda.



As metodologias ativas têm o potencial de despertar a curiosidade, à medida que os alunos se inserem na teorização e trazem elementos novos, ainda não considerados nas aulas ou na própria perspectiva do professor. Quando acatadas e analisadas as contribuições dos alunos, valorizando-as, são estimulados os sentimentos de engajamento, percepção de competência e de pertencimento, além da persistência nos estudos, entre outras. Com a intenção de fazer a aproximação entre estes estudos voltados para a promoção da autonomia do aluno e o potencial da área pedagógica na mesma direção (BERBEL, 2011, p. 28).

A questão referente à possibilidade de se estabelecer relações entre a teoria e a prática através da construção dos Projetos Integradores, teve uma parcela de 55,6% dos discentes que concordam e outros 22,2% que concordam totalmente com tal afirmação, 14,8% não concordam e nem discordam e os 7,4% restantes discordam.

A pergunta sobre as disciplinas dos Projetos Integradores oferecerem novas formas de aprendizado, que podem trazer inúmeros benefícios não só para a vida acadêmica como também para a vida profissional, obteve 63% de discentes que concordam e 37% que concordam totalmente.

A última pergunta do formulário era subjetiva e questionava de que forma a participação ativa do discente dentro da disciplina de Projeto Integrador contribui para a formação desse mesmo. Dentre as respostas obtidas muitos alunos relataram que tal experiência contribui de forma positiva para sua formação, promovendo mais conhecimento, autonomia, desenvolvendo o pensamento crítico, responsabilidade, compromisso, como também, trabalhando questões relacionadas à sociabilidade, interação e a timidez, como relata um estudante: “[...] Contribui ao me auxiliar no desenvolvimento de várias competências”.

Além disso, muitos trouxeram em suas narrativas que a dinâmica proporcionada pela disciplina traz uma maior relação entre teoria e prática, aproximando-os da realidade de suas áreas de estudo e trabalho, por fim, ainda foi posto que a elaboração desses trabalhos também auxilia como uma forma de exercício e preparação para a produção de artigos, resumos e projeto de conclusão de curso, como é colocado por um estudante. O relato a seguir representa bem como essa questão é percebida pelos participantes do estudo: “[...] A participação me auxilia a desenvolver habilidades em pesquisa, em trabalhos em grupo, bem como me auxilia a aprender mais sobre a temática trabalhada no Projeto Integrador”. Alguns discentes relataram a dificuldade de

trabalhar em grupos, pela falta de participação dos integrantes e principalmente quando é tirado da equipe o direito de escolher os seus parceiros de equipe e essa escolha parte dos professores, como relata o estudante: “[...] minha única crítica é quando os professores escolhem os grupos, já passei por experiências bem ruins com os Projetos Integradores”.

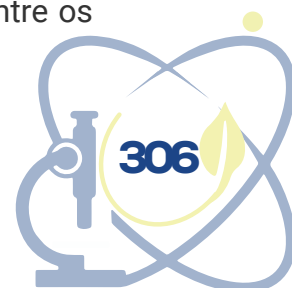
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados empíricos acessados no presente estudo percebe-se que as metodologias ativas são de grande importância para a inovação nos estudos dos discentes. Descentralizar o processo de aprendizagem do professor como sendo o único detentor do saber, contribui para que os alunos passem a ter mais autonomia e desenvolvam mais o seu senso crítico. Além do mais, esse método ativo ajuda a quebrar os paradigmas do modelo tradicional de educação.

Por meio dos dados obtidos através do formulário, podemos concluir que a participação dos estudantes no projeto integrador contribui de forma positiva para que eles consigam se sair melhor dentro do seu grupo, assim como futuramente no seu ambiente de trabalho. Além do mais, é importante que esses discentes se sintam incluídos, valorizados e bem no ambiente em que estão inseridos, pois tudo isso influencia no seu processo de aprendizagem fazendo com que essa prática se torne mais leve e proveitosa para cada um. Apesar das metodologias ativas colocarem o aluno como o principal responsável pela sua própria aprendizagem, a participação efetiva do professor não é dispensada no processo, uma vez que ele deve ajudar nessa contribuição em busca de promover a autonomia do aluno em sala.

Podemos ver ao longo do artigo a importância de se sentir bem, valorizado e incluído dentro do seu grupo, o quanto isso influencia de forma positiva no desenvolvimento de cada um que está presente. Os processos grupais se tornam importantes para o ser, pois quando se é inserido dentro de um grupo, é possível partilhar de crenças, informações, conhecer as mais diversas opiniões e pontos de vista, aprender a lidar com o outro e a interagir com o mundo à sua volta.

Além do objetivo de compreender a influência das metodologias ativas no desenvolvimento dos alunos, conseguimos também entender de maneira mais direta questões sobre como é a vivência em grupo e a dinâmica entre os



professores e estudantes que participam das disciplinas de PI. Ainda que o artigo apresente algumas limitações, devido a pouca quantidade de respostas, tanto em relação aos estudantes do curso de saúde, quanto por ele se limitar apenas a uma única instituição de ensino, foi possível que fosse observado através dos relatos dos próprios alunos quais eram os benefícios e as fraquezas de se trabalhar em grupo. Propõe-se realização de outros estudos com uma amostra mais representativa, para que possa ser verificado o poder de generalização dos resultados encontrados.

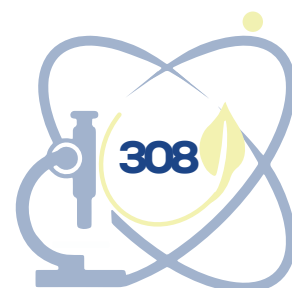
O uso das metodologias ativas abre um imenso espaço de novas aprendizagens na vida dos discentes e dos docentes, mas é preciso se atentar que caso não possua um objetivo não leva a lugar algum, por isso é preciso que esses métodos sejam sempre avaliados, possuam objetivos e levem o estudante a conseguir a sua autonomia, além de que uma vez que essas metodologias são avaliadas é possível que elas sejam aperfeiçoadas.

No entanto, vale salientar que, ter uma metodologia ativa como base de uma instituição, mas não tiver um objetivo estabelecido não muda de forma alguma, uma vez que é preciso fazer, muitas vezes, uma ressignificação dos espaços de sala de aula, onde esse espaço deve ser de interações onde as pessoas compartilham as suas vivências e histórias, o aluno é incentivado a ter a sua própria autonomia, propor debates que instiguem a sua curiosidade e o faça querer aprender mais, além de que deve-se fazer com que o aluno seja protagonista do seu próprio aprendizado, pois com o tempo essa forma de ensinar por ensinar, sem qualquer objetivo vai se tornando rotineiro e cansativo, que não acrescenta em nada na vida dos estudantes. E, dessa forma, esses discentes acabam desenvolvendo um comportamento passivo, comum do método tradicional.

É importante que os docentes percebam esses objetivos como parte essencial do seu aprendizado, e que os docentes possam deixá-los o mais claro possível. Pois esses objetivos estão definidos dentro do plano pedagógico do curso e assim conseqüentemente nos planos de aprendizagem das unidades curriculares.

REFERÊNCIAS

- AUBRY, J.; SAINT-ARNAUD, Y. **Dinâmica de grupo**: Iniciação a seu espírito e algumas de suas técnicas. [S. l.]: Edições Loyola, 1978.
- BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora**: uma abordagem teórico-prática. [S. l.]: Penso Editora, 2018.
- BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina**: Ciências sociais e humanas, Paraná, v. 32, n. 1, p. 25-40, 2011.
- DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017.
- GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alinea, 2001.
- LANE, S. T. M. Uma análise do processo grupal. **Cadernos PUC**, [s. l.], v. 11, p. 95-107, 1981.
- LEWIN, K. Problemas de dinâmicas de grupo. São Paulo: Cultrix, 1978
- MINICUCCI, A. **Dinâmica de Grupo**: teorias e sistemas. São Paulo: Atlas, 2002.
- MELO, A. S. E. de; MAIA FILHO, O. N.; CHAVES, H. V. Conceitos básicos em intervenção grupal. **Encontro**: Revista de Psicologia, [s. l.], v. 17, n. 26, p. 47-63, 2014.
- REEVE, J.; HALUSIC, M. How K-12 teachers can put self-determination theory principles into practice. **Theory and Research in Education**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 145-154, 2009.
- SCHUTZ, W. **Profunda simplicidade**: uma nova consciência do eu interior. São Paulo: Ágora, 1989.
- SCHUTZ, W. C. **O prazer-expansão da Consciência humana**. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1974.



A CONSTRUÇÃO GRUPAL ENTRE DEPENDENTES QUÍMICOS NO PERÍODO DE TRATAMENTO CLÍNICO

Helienay Alves Salviano

Jéssica Fernandes Freitas

Joana Amaro Oliveira

Mônica Elem Alencar Silva

Orlando Júnior Viana Macêdo

RESUMO

O presente artigo contempla a temática dependência química. Tal fenômeno reflete um grave problema social e de saúde pública, sendo necessário buscar maneiras de reabilitação que auxiliem o tratamento desses sujeitos. As vivências em grupos podem ser utilizadas como estratégia para enfrentamento desse problema. Assim, o trabalho possui como objetivo geral analisar qual a importância / relevância das intervenções grupais junto a sujeitos dependentes químicos em fase de reabilitação e possui os seguintes objetivos específicos: identificar de quais formas a Psicologia pode contribuir nas intervenções grupais com dependentes químicos; descrever algumas técnicas de dinâmicas de grupos utilizadas e entender como a família pode ajudar no processo de reabilitação. Para isso, foi realizada uma revisão de literatura utilizando a base eletrônica de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), buscando informações de forma a contemplar os objetivos propostos. Com a revisão foi identificado que: os sujeitos participantes de tais grupos sentem-se acolhidos e escutados, mantendo diálogo com outros dependentes e identificando-se com eles; No que se refere às técnicas utilizadas nas intervenções grupais, encontramos contribuições da grupoterapia e oficina de teatro com base na Psicologia Social; Quanto a atuação da Psicologia encontramos acerca do acolhimento, escuta qualificada, psicoterapia individual e terapia familiar; Já a família no processo de reabilitação é de muita importância, devendo funcionar como rede de apoio, no entanto, em casos onde encontra-se desestruturada, pode agravar ainda mais a situação. Dessa forma considera-se que as intervenções grupais são de grande necessidade, proporcionando uma homeostase no ambiente, facilitando a recuperação do sujeito com dependência.

Palavras-chave: Dependência química; Processos grupais; Psicologia Social.

ABSTRACT

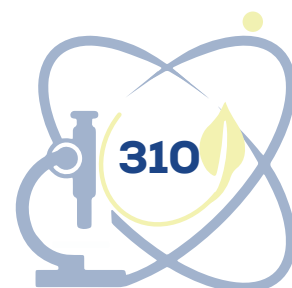
This article addresses the topic of chemical dependence. This phenomenon reflects a serious social and public health problem, and it is necessary to seek ways of rehabilitation that help the treatment of these subjects. The experiences in groups can be used as a strategy to face this problem. Thus, the general objective of the work is to analyze the importance / relevance of group interventions with chemically dependent subjects in the rehabilitation phase and has the following specific objectives: to identify in which ways Psychology can contribute to group interventions with chemical dependents; describe some group dynamics techniques used and understand how the family can help in the rehabilitation process. For this, a literature review was carried out using the Scientific Electronic Library Online (SciELO) electronic database, seeking information in order to contemplate the proposed objectives. With the review, it was identified that: the subjects participating in such groups feel welcomed and listened to, maintaining dialogue with other dependents and identifying with them; Regarding the techniques used in group interventions, we found contributions from group therapy and theater workshops based on Social Psychology; As for the performance of Psychology, we found about reception, qualified listening, individual psychotherapy and family therapy; On the other hand, the family in the rehabilitation process is very important, and should function as a support network, however, in cases where it is unstructured, it can further aggravate the situation. Thus, it is considered that group interventions are of great need, providing homeostasis in the environment, facilitating the recovery of the subject with dependence.

Keywords: Chemical dependency; Group processes; Social Psychology.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto do Projeto Integrador: Psicologia e Processos Grupais, componente curricular do terceiro ano azul do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso do Ceará - UNIFAP. Essa disciplina visa proporcionar conhecimentos acerca de como acontece a integração dos grupos, quais os processos psicológicos envolvidos e de quais formas o trabalho grupal pode interferir nas vivências dos sujeitos.

Pensando nos processos grupais como sendo um campo da ciência que busca investigar os fenômenos de sujeitos em microgrupos (MELO; MAIA FILHO; CHAVES; 2014), a presente pesquisa contempla a temática construção grupal entre dependentes químicos. De acordo com Pratta e Santos (2009),



a dependência química corresponde a um fenômeno bastante divulgado e discutido ultimamente, tendo em vista que o uso de substâncias psicoativas reflete um grave problema social e de saúde pública. Assim, diversas formas de reabilitação dessas pessoas são de grande importância, sendo uma delas, as vivências em grupos.

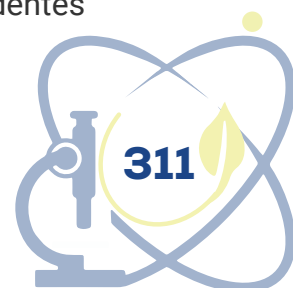
Diferentes estudos (ANTONIO *et al.*, 2017; DANIELI *et al.*, 2017; GOMES; BRILHANTE, 2021) apontam os grupos de apoio como estratégia que sujeitos dependentes podem recorrer, ou que podem dar suporte aos familiares desses sujeitos que estão vivenciando tal situação de adoecimento. Dessa forma, os indivíduos podem ter o acompanhamento com equipes multidisciplinares, para que possa começar o processo adequadamente entre os pacientes. E de acordo com sua rotina dos grupos, os dependentes passam por diversos procedimentos diários, regras a serem cumpridas, reuniões e dinâmicas grupais trabalhadas com eles.

Mas para que esse processo possa acontecer, o primeiro passo a ser tomado tem que partir do sujeito ao perceber que necessita de acolhimento e tratamento adequado para ter o conhecimento de sua própria identidade. A partir do momento que os dependentes químicos começam a participar das reuniões e atividades propostas pelos grupos, isso vai fazendo com que tenham uma melhor convivência entre eles e uma melhor estabilidade.

Como destacam Danieli *et al.* (2017) A vulnerabilidade da população de dependentes químicos demanda tratamento especializado, que deve ser adequado às particularidades de cada caso, a depender da gravidade da dependência, da aceitação do paciente, da presença de comorbidades e do perfil sociodemográfico. Considera-se a intervenção grupal como uma dessas possibilidades, que será explorada no presente estudo.

Pensando assim, o tema do nosso trabalho tem grande importância no contexto atual, buscando entender como os grupos sociais, em conjunto com uma equipe multidisciplinar, podem ajudar os sujeitos a desenvolverem recursos para lidarem com a abstinência química, auxiliando assim no processo de reabilitação, buscando um resultado de modo a evitar que o sujeito tenha uma possível recaída.

Foi eleita como questão norteadora da presente pesquisa: qual a importância / relevância das intervenções grupais junto a sujeitos dependentes



químicos em fase de reabilitação? Como objetivo geral: analisar a importância das intervenções grupais no tratamento de reabilitação de dependentes químicos. E como objetivos específicos: identificar de quais formas a Psicologia pode contribuir nas intervenções grupais com dependentes químicos; descrever algumas técnicas de dinâmicas de grupos utilizadas e entender como a família pode ajudar no processo de reabilitação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

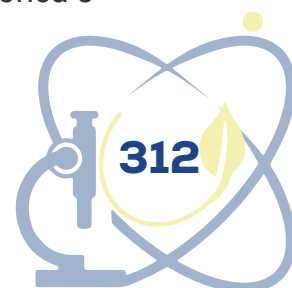
Recorreu-se a um estudo de revisão narrativa, buscando discutir sobre como ocorre as intervenções grupais em pacientes que estão em processo de reabilitação, e como a família e a equipe multidisciplinar participa nessas intervenções para ajudar o sujeito neste momento de mudanças e escolhas, de forma que venha a ter uma melhor convivência consigo mesmo e com os outros sujeitos. Entendendo isto, será possível compreender as formas de intervenções grupais para contribuir na reabilitação deste sujeito, para que dessa forma possa ter uma maior qualidade de vida.

Para Gil (2009) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Pensando nisso, a pesquisa foi realizada a partir de uma revisão bibliográfica de artigos, utilizando a ferramenta digital *Scientific Eletronic Library Online - SciELO*., buscando informações sobre o tema que auxiliem na elaboração da pesquisa.

Para a busca de artigos utilizou-se os descritores “dependência”, “química”, “grupos”, “psicologia”, combinados de diferentes formas a partir do operador booleano AND. Foram selecionados, pelas autoras do presente estudo, cinco artigos, todos eles nacionais, para leitura na íntegra, considerados relevantes para se alcançar o objetivo proposto. Com a leitura deles, foi dado destaque às questões que contemplam os objetivos geral e específicos deste presente estudo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para realização do presente estudo buscou-se suporte teórico na perspectiva social crítica proposta inicialmente por Lane (1994). O que se justifica em função da sua contribuição para a elaboração de uma concepção histórica e



dialética no estudo dos processos grupais, por parte da ciência psicológica.

De acordo com Lane (1994) todo grupo é uma experiência histórica, na medida em que se constrói num determinado espaço e tempo, fruto das relações que vão ocorrendo no cotidiano e, ao mesmo tempo, que traz para a experiência presente vários aspectos gerais da sociedade, expressas nas contradições que emergem no grupo, articulando aspectos pessoais, características grupais, vivência subjetiva e realidade objetiva. Assim, segundo Lane (1994) todo e qualquer grupo exerce uma função histórica de manter ou transformar as relações sociais desenvolvidas em decorrência das relações de produção e, sob este aspecto, o grupo, tanto na sua forma de organização como nas suas ações, reproduz ideologia, que, sem um enfoque histórico, não pode ser captada.

Lane (1994) afirma que os grupos visam adequar, ajustar os indivíduos às condições existentes e ao fazer isso, impedem o desenvolvimento da autonomia dos indivíduos. Pois eles têm caráter de reprodução das relações sociais de uma determinada época, de uma determinada sociedade. Por outro lado, essa mesma autora chama atenção para o papel determinante do processo grupal para a superação do individualismo profundamente arraigado em nossa sociedade, por meio do desenvolvimento da consciência social e autonomia dos indivíduos. Dessa forma, o grupo pode não só ser um meio de transformação dos indivíduos que compõem esse grupo, como podem transformar a própria sociedade.

Buscou-se, portanto, por meio da perspectiva da Psicologia Social Crítica, compreender a forma como as vivências grupais podem impactar nos sujeitos dependentes químicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Existem muitas clínicas e grupos voltados para a reabilitação de pessoas com dependência química, onde as intervenções grupais são de suma importância no tratamento desses sujeitos. Em uma pesquisa realizada por Halpern e Leite (2012), no Centro de Dependência Química (CEDEQ) da Marinha do Brasil (MB), realizado com pacientes de dois grupos terapêuticos, eles foram observados durante 24 sessões de grupoterapia, foram feitas entrevistas individuais após as sessões, com 13 pacientes escolhidos aleatoriamente dentre os 22 militares dos dois grupos.



Constataram a partir de entrevistas semiestruturadas que ao longo do tratamento a maioria dos pacientes constroem novas visões para si mesmos, reconhecendo-se como dependentes químicos. Um dos entrevistados da pesquisa, com nome fictício Geraldo, diz o seguinte: “O CEDEQ foi um local onde tive realmente contato com a minha doença. Saber aquilo, o que me levou a ter mais conhecimento de mim mesmo, me aprofundar na pessoa que eu sou”. Com isso, se vê que além do uso de intervenções grupais proporcionar uma possível diminuição no que se refere ao uso de drogas, proporciona também autoconhecimento para os sujeitos, que começam a enxergar novas formas para lidarem com seus vícios.

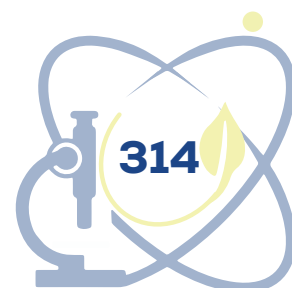
Além disso, as autoras trazem também que os entrevistados relatam que nos grupos, são estimulados a contarem suas histórias e ouvirem os relatos dos colegas. Com isso, enxergam esse diálogo como uma forma de acolhimento, onde podem falar sobre si e sobre sua dependência sem julgamentos, funcionando assim como um alívio para suas dores emocionais.

Nesse estudo de Halpern e Leite (2008) os pacientes são acompanhados por profissionais da Psiquiatria e do Serviço Social. Não é mencionado o acompanhamento psicológico no processo. Em um outro estudo, desenvolvido por Lima (2008), foi tratado acerca do sentido de uma oficina terapêutica de teatro para dependentes de drogas a partir da Psicologia Social, mais especificamente, a partir da teoria de identidade desenvolvida por Antônio da Costa Ciampa, cuja produção segue uma vertente denominada Psicologia Social Crítica.

Lima (2008) apresenta algumas contribuições da Psicologia Social na dinâmica de grupo, que no caso, em seu estudo, se trata de uma oficina terapêutica de teatro. Afirma que a Psicologia Social Crítica vai focar em

[...] investigar a possibilidade de desenvolvimento de um pensamento crítico que conduza os indivíduos à percepção de si mesmos como sujeitos ativos da história, possibilitando que saiam da alienação que os mantém na condição de objetos passivos que sofrem a história (LIMA, 2008, p. 94).

Ou seja, com enfoque nessa área da Psicologia, torna-se possível pensar no sujeito como alguém com uma identidade que está sempre em construção, não se limitando a ser apenas um sujeito dependente químico, mas sim um



sujeito que faz parte do mundo, modifica-o e é por ele modificado. Essa vertente da Psicologia traz a oportunidade de uma atuação onde os seres humanos não sejam vistos como agentes passivos, mas sim como pessoas capazes de transformarem suas realidades.

Em um outro estudo realizado por Wandekoken, Dalbello-Araujo e Sodr e (2021), em um Centro de Aten o Psicossocial -  lcool e outras drogas (CAPS ad) de um município do estado do Espírito Santo, participaram da pesquisa os 28 profissionais que compõem o serviço, incluindo médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes administrativos, motoristas, recepcionistas, vigilantes, auxiliares de serviços gerais, farmacêuticos, educadores físicos, terapeutas ocupacionais, gerentes, técnicos de enfermagem e assistentes sociais. A coleta de dados foi feita através da observa o da atua o desses profissionais e também por meio de entrevistas, buscando saber o que eles achavam de trabalhar naquele local. Os dados foram tratados por meio da análise temática derivada da análise de conteúdo, desenvolvida por Bardin (2009).

Nos resultados e discussões deste estudo   abordado um pouco sobre a questão das atividades grupais (acolhimento do paciente, passando por diversas atividades avaliativas, inser o em grupos, atividades terapêuticas, consulta com diversos profissionais da saúde) onde foi constatado que muitas vezes são realizadas nos CAPS ad apenas por psicólogos, sem a participa o de profissionais de outras áreas. Nesses grupos, o diálogo, escuta e acolhimento são os temas principais.

No que se refere a essa questão da participa o de profissionais de Psicologia junto aos grupos de sujeitos dependentes químicos, o estudo realizado por Pliacekos (2021), junto a outros profissionais da saúde, por meio de acolhimentos, além disso, muitos dependentes químicos necessitam também de um atendimento psicológico individual, onde possam elaborar questões que não foram comentadas nos grupos, pois a terapia tem como base dar estabilidade ao procedimento de persistência da abstinência após a desintoxica o, proporcionando mudanças de hábitos, além de dividir conhecimentos ao paciente a respeito da dependência química e ajudar a cria o de um projeto de vida sem o uso de substâncias psicoativas (PLIACEKOS, 2021).

De acordo com a descri o do psiquiatra Pliacekos (2021) que trabalha



diretamente com pacientes com dependência química, realça que o uso abusivo de álcool e de outras drogas pode causar problemas na saúde mental, como sintomas depressivos, ansiosos e medos infundados.

Percebemos que o paciente chega a aceitar em uma realidade imaginária, com fala delirante, tendo alucinações, sensação de vivências imaginárias, podendo ser acompanhadas de sintomas de despersonalização, agindo de acordo com suas experiências pessoais, misturando o real do irreal. Na pandemia, o paciente químico ficou ainda mais vulnerável a recaídas e exacerbação do quadro clínico por se sentir desprotegido. Por isso, é tão importante e necessário aceitar e buscar ajuda especializada (PLIACEKOS, 2021, p. 48).

No que se refere às técnicas de dinâmicas de grupo utilizadas, nos artigos analisados foram observadas as seguintes: no estudo de Halpern e Leite (2012), a técnica utilizada foi a grupoterapia, que consiste na formação de grupos para diálogos, escuta e troca de experiências sobre determinadas questões. No estudo de Lima (2008), foi utilizada a oficina terapêutica de teatro para dependentes de drogas a partir da Psicologia Social, focando no desenvolvimento da autonomia do sujeito através da atuação e de seu relacionamento com colegas da oficina. Por fim, no estudo de Wandekoken, Dalbello-Araujo e Sodré (2021), a parte que trata sobre atividades grupais menciona também os grupos terapêuticos, voltados para a psicoeduca o e escuta.

Ademais, um outro aspecto relevante   a importância da família no processo de reabilita o. Segundo Paz e Colossi (2013), ela tem um papel fundamental, pois faz parte da rede de apoio do sujeito. No entanto, muitas vezes os familiares podem não saber lidar com a situa o e acabar surgindo conflitos. Pensando nesse contexto, Paz e Colossi (2013) afirmam que tratar a disfuncionalidade familiar pode constituir-se um fator de prote o ao uso de drogas e preven o   recaída, a medida que uma família bem estruturada emocional e psicologicamente terá recursos para lidar com o sujeito e sua dependência, acolhendo-o e respeitando sua condi o.

Para Paz e Colossi (2013), o envolvimento da família no tratamento tem sido visto como um dos prováveis preditores de sucesso terapêutico da dependência química. Quando o paciente inicia o tratamento para a dependência química, a droga vai perdendo o lugar de extrema importância da aten o familiar e o paciente começa a investir, progressivamente, em contextos de vida



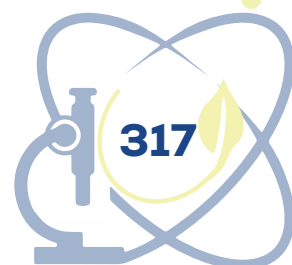
mais saudáveis. Com isso, é necessário que aconteça uma nova homeostase familiar, ou seja, mudanças de hábitos não apenas do sujeito em tratamento, mas de todos os membros da família, para que seja atingido um certo equilíbrio. O sujeito que possui a dependência química e que até então era visto como o filho usuário de drogas, aos poucos vai deixando de lado esse papel e passa a ter novos papéis sociais no seio familiar.

Assim, ao despertar a compreensão do fenômeno da dependência química não só para o dependente químico, mas também para seu contexto familiar, se torna mais fácil identificar aspectos que favorecem e perpetuam a sintomatologia, sendo possível construir novas possibilidades de intervenção, de modo a minimizar o sofrimento e restaurar relações afetivas e individualidades prejudicadas pelo contexto de uso e ou abuso de substâncias. A comunicação na família torna possível a transformação do contexto do qual o paciente dependente químico faz parte, tocando e sendo tocado por ele.

Paz e Colossi (2013) em seu estudo abordaram a importância da terapia familiar durante o período de reabilitação do sujeito dependente químico, contribuindo para a mudança de comportamentos nocivos que diminuem a qualidade de vida e que podem ser fatores que aumentam as chances de uma possível recaída do sujeito em tratamento. A família é necessária para fazer com que o dependente químico não esteja sozinho em um momento tão alterado. É através do apoio familiar que o dependente químico terá o estímulo para seguir em frente e não se entregar de uma vez por todas ao vício e ir acima da sua busca, mesmo quando quiser desistir. Precisa também estar preparada para agir corretamente com as situações apresentadas pelo dependente que ocasiona conflitos, tipo: comentários críticos, cuidados exagerados agindo de maneira superprotetora, fazendo com que suas ações ocasionem recaídas (PAZ; COLOSSI, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados acessados identificou-se que essas vivências em grupos colaboram para reforçar a motivação para a mudança dos dependentes químicos. Foi possível acessar dados que reafirmam a necessidade de abordagens de tratamento que observem o sujeito, como um ser integral, com diversas necessidades e desejos. As técnicas terapêuticas (a grupoterapia, a oficina terapêutica de teatro,



dinâmica de grupo e entrevistas individuais), poderão ajudar os pacientes a avançar na direção de estágios de ação e manutenção, para que eles estejam em evolução e assim, apontem para uma possibilidade de mudança. Assim, através dos grupos, eles podem ressignificar algumas questões relacionadas à dependência e assim encontrarem novas formas de encarar essa questão.

No caso da dependência química, é essencial conceituar e buscar entender qual o significado da mesma na vida de cada sujeito, uma vez que os relatos de vidas são diferenciados. Cada um possui formas específicas para representar o processo saúde/doença, o que traz a necessidade de um olhar voltado para a subjetividade, abrangendo também sentimentos, desejos e demais necessidades, exigindo assim ser visto como um ser ativo no processo saúde/doença. Assim, nas vivências em grupos, cada um vai levar consigo suas experiências de vida e sua visão de mundo. Ao compartilhar com outras pessoas, pode ajudá-lo a ressignificar experiências dolorosas e mesmo pensar em sua dependência de novas formas. O diálogo e afeto existente nas vivências grupais contribui para que o sujeito sintase acolhido. O tratamento deve focar não apenas no sujeito com dependência, mas também em sua família, que deve ser acolhida e instruída sobre a melhor forma de lidar com a situação.

Destaca-se a importância dos serviços públicos de saúde mental que cuidam em reabilitar os dependentes químicos. Destaca-se necessidade de uma maior oferta desses serviços, de forma gratuita e de qualidade, para com que as pessoas possam compreender melhor essa doença, fazendo com que diminua a carga de preconceito que atravessa o afetado, notando-se que as estratégias de trabalho precisam ser cada vez mais focada para a conscientização do sujeito, incentivando-o a aceitar sua responsabilidade no processo de tratamento, o que é viável através do método de grupos terapêuticos.



REFERÊNCIAS

- ANTONIO, Nelson Sexual addiction in drug addicts: The impact of drug of choice and poly-addiction. **Revista da Associação Médica Brasileira**, [s. l.], v. 63, n. 5, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/kJLYdmwvxbr946NgwQRnMw/>. Acesso em: 14 nov. 2021
- CAPISTRANO, Fernanda Carolina, FERREIRA, Aline Cristina Zerwes, SILVA, Thaise Liara, KALINKE, Luciana Puchalski, MAFTUM, Mariluci Alves. Perfil sociodemográfico e clínico de dependentes químicos em tratamento: análise de prontuários. **Pesquisa: Esc. Anna Nery**, [s. l.], v. 17, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/njKTLTKsTSfgsRPf4687yrm/?format=html>. Acesso em: 14 nov. 2021.
- DANIELI, Rafael Vinícius *et al.* Perfil sociodemográfico e comorbidades psiquiátricas em dependentes químicos acompanhados em comunidades terapêuticas. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, [s. l.], v. 66, n. 3, p. 139-149, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/cqjgMmTChzZGVbnvPYfmdSh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2021.
- DE LIMA, Aluísio Ferreira. Dependência de drogas e psicologia social: um estudo sobre o sentido das oficinas terapêuticas e o uso de drogas a partir da teoria de identidade. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 20, n. 1 p. 91-101, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000100010>. Acesso em: 14 nov. 2021.
- DIEHL, Alessandra; CORDEIRO, Daniel Cruz; LARANJEIRA, Ronaldo. **Dependência química: Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas**. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FERREIRA, Aline Cristina Zerwes; CAPISTRANO, Fernanda Carolina; MAFTUM, Mariluci Alves; KALINKE, Luciana Puchalski, KIRCHHOF, Ana Lúcia Cardoso. Caracterização de internações de dependentes químicos em uma unidade de reabilitação. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 17, n. 3, p. 444-451, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/29284>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Erika Ravena Batista; BRILHANTE, Aline Veras Moraes. Contações femininas: gênero e percepções de mulheres dependentes químicas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/CFb79DhtbgB4JYxddVDshwg/>. Acesso em: 10 nov. 2021.
- HALPERN, Elizabeth Espindola; LEITE, Ligia Maria Costa. Representações de adoecimento e cura de pacientes do Centro de Dependência Química do Hospital Central da Marinha. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 17, n. 4, p. 1079-1089, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000400029>. Acesso em: 14 nov. 2021.



HESS, Adriana Raquel Binsfeld; ALMEIDA, Rosa Maria Martins; MORAES, André Luiz. Comorbidades psiquiátricas em dependentes químicos em abstinência em ambiente protegido. Dossiê: Neurociência e Psicopatologia. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 17, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/3grKGPjGzNhnqcWLSBYR5YM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2021.

LANE, Silvia. **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MELO, Armando Sérgio Amerenciano de; MAIA FILHO, Osterne Nonato; CHAVES, Hamilton Viana. Conceitos básicos em intervenção grupal. **Encontro**: Revista de Psicologia, [s. l.], v. 17, n. 26, p. 47-63, jul. 2014. Disponível em: <https://revista.pgsskroton.com/renc/article/view/2414>. Acesso em: 10 set. 2021

PAZ, Fernanda Marques; COLOSSI, Patrícia Manozzo. Aspectos da dinâmica da família com dependência química. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 18, n. 4, p. 551-558, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000400002>. Acesso em: 14 nov. 2021.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. O processo saúdedoença e a dependência química: interfaces e evolução. **Psic.: Teor. e Pesq.**, [s. l.], v. 25, n. 2, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200008>. Acesso em: 12 set. 2021

SZUPSZYNSKI, Priscila Del Rio; DA SILVA, Margareth Oliveira. O Modelo Transteórico no tratamento da dependência química. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 10, n. 1, 2008, p. 162-173. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1938/193818625012.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021

WANDEKOKEN, Kallen Dettmann; DALBELLO-ARAUJO, Maristela; SODRÉ, Francis. "EnCAPSulados": autonomia e dependência no processo de trabalho em CAPSad. **Fractal**: Revista de Psicologia, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 100-107, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5793>. Acesso em: 14 nov. 2021



VIVÊNCIAS EM GRUPO DA COMUNIDADE SURDA DA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE NO INSTITUTO TRANSFORMAR - INTRA

Maria Eduarda Sabino de Andrade

Bruna Maria da Silva Pinheiro

Sheila Batista de Carvalho

Orlando Júnior Viana Macedo

RESUMO

O artigo contempla a temática vivências em grupo da comunidade surda da região do Cariri cearense no Instituto Transformar. Em vista da população surda da região e a sua baixa inserção nos espaços, a invisibilidade pela qual passam, além das diversas dificuldades enfrentadas na sociedade, as causas da comunidade surda ainda estão longe de ser ideal e de inclusão efetiva. Pensando nisso, buscou-se compreender como as vivências em grupo no Instituto Transformar afetam a vida dos surdos que lá participam. O trabalho foi constituído a partir de uma pesquisa exploratória visando obter uma maior aproximação ao objeto de estudo, além de uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos científicos, livros, capítulos e TCCs, sendo todos disponíveis nas bases de dados online Biblioteca Eletrônica Científica Online - SciELO e Google Acadêmico e análise documental dos depoimentos dispostos em vídeos feitos por integrantes do grupo em questão. A partir da análise dos dados empíricos emergiram as seguintes temáticas: Aprendizagem, Vivências em grupo no INTRA, e Impacto na vida dos sujeitos. Nos depoimentos analisados foi possível identificar o quão significativo é o processo de aprendizagem, na educação formal, através da interação, mas principalmente da Libras, a importância do processo de interação dentro do grupo, e como essas vivências impactaram no seu desenvolvimento. Portanto, considera-se que diante das contribuições que essas vivências em grupo trazem para os surdos, é importante haver mais espaços como o INTRA, que promovam experiências de desenvolvimento e inclusão, trazendo um impacto positivo para a comunidade surda no âmbito social.

Palavras-chave: surdo; grupos; interação.



ABSTRACT

The article discusses the group experiences of the deaf community in the Cariri region of Ceará at Instituto Transformar. In view of the deaf population in the region and its low insertion in spaces, the invisibility they go through, in addition to the various difficulties faced in society, the causes of the deaf community are still far from ideal and from effective inclusion. With this in mind, we sought to understand how the group experiences at the Transformar Institute affect the lives of the deaf who participate there. The work was constituted from an exploratory research aiming to obtain a greater approximation to the object of study, in addition to a bibliographic research from scientific articles, books, chapters and TCCs, all of which are available in the online databases Biblioteca Eletrônica Científica Online - SciELO and Google Scholar and documentary analysis of the testimonies displayed in videos made by members of the group in question. From the analysis of empirical data, the following themes emerged: Learning, Group experiences in INTRA, and Impact on the subjects' lives. In the analyzed statements, it was possible to identify how significant the learning process is, in formal education, through interaction, but mainly through Libras, the importance of the interaction process within the group, and how these experiences impacted their development. Therefore, it is considered that in view of the contributions that these group experiences bring to the deaf, it is important to have more spaces like INTRA, which promote experiences of development and inclusion, bringing a positive impact to the deaf community in the social sphere.

Keywords: deaf; groups; interaction.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho em questão trata-se de um artigo proposto no componente curricular Projeto Integrador: Psicologia e Processos Grupais, disciplina do curso Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Paraíso - UniFAP. Ele se concretizará em torno da temática das vivências em grupo da comunidade surda da região do Cariri cearense no Instituto Transformar - INTRA.

O presente artigo busca acompanhar os impactos que o grupo formado por surdos e simpatizantes do INTRA, pode gerar para a comunidade surda da região do Cariri, tendo em vista o aumento da população desses sujeitos na sociedade, e a sua inserção nos espaços da educação, no mercado de trabalho, entre outros.

Baseado nas últimas pesquisas feitas pelo IBGE, divulgadas em 2020,



mais de 10 milhões de pessoas possuem algum problema ligado à surdez. Observando esses dados, o processo de inclusão se torna algo necessário e urgente para essas pessoas, o que vai na contramão dos dados e práticas da atualidade com relação a acessibilidade dessas pessoas no Brasil, e em especial na região do Cariri.

Pensando em melhor atender e trazer visibilidade a esses grupos, o Instituto Transformar - INTRA foi criado. Fundado no dia 6 de julho de 2000, sendo uma comunidade filantrópica e sem fins lucrativos. Tem como objetivo auxiliar na aprendizagem dos surdos e de pessoas com deficiência auditiva na cidade de Juazeiro do Norte-CE. O mesmo conta com reforços escolares, cursos e eventos como forma de contribuir e qualificar o desenvolvimento da comunidade surda.

Apesar do significativo aumento para a visibilidade, e ter sido tema do ENEM, as causas da comunidade surda ainda estão longe de ser ideal e de inclusão efetiva. Esse grupo enfrenta bastante dificuldade, principalmente no contexto da comunicação, o que torna mais fácil a evasão escolar, a dificuldade na busca por uma vaga no mercado de trabalho, a fuga pelo ingresso ao Ensino Superior, etc.

Com os dados colhidos do IBGE em 2010, na região do Cariri cearense são cerca de 28.831 pessoas com algum tipo de deficiência auditiva. A comunidade surda do Cariri está organizada nas diversas associações municipais, a saber, a Associação dos Surdos da Região Metropolitana do Cariri (ASURMC), Associação dos Surdos do Cariri (A.S.C.), Associação dos Profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras da Região Metropolitana do Cariri (APILSMC) e Associação Cratense de Defesa da Pessoa Surda (ACDPS), além do Instituto Transformar (INTRA) fundado por missionários batistas norte-americanos (BOTELHO *et al.*, 2018).

Muitos surdos, por falta de informação ou de oportunidade, não têm acesso a linguagem brasileira de sinais e geralmente os pais também não tem conhecimento sobre tal, assim muitas crianças surdas crescem em um meio que não lhe permite desenvolver a linguagem dos pais e nem a que seria sua própria língua, a Libras.

Desde cedo, a criança ouvinte tem a oportunidade de conviver com a língua utilizada por sua família. O interlocutor adulto colabora para que a linguagem da criança flua, oportunizando atitudes discursivas que favorecem o desenvolvimento e a apropriação de aspectos socioculturais e linguísticos importantes. As crianças surdas, em geral,

não têm possibilidades para esse/a desenvolvimento/apropriação, já que na maioria das vezes não tem acesso à língua utilizada por seus pais (ouvintes). Tais crianças permanecem no meio familiar aprendendo coisas do mundo e da linguagem de forma fragmentada, dada a impossibilidade de acesso à língua a qual estão sendo expostas (LACERDA; LODI *apud* PAIVA; MELO, 2021, p. 95).

Além disso, ainda permeiam diversos tipos de preconceitos e crenças sobre as pessoas surdas, os quais cabe aqui citar o uso de termos como “surdo-mudo”, “mudinho”, a falta de conhecimento sobre os graus da deficiência auditiva, que podem ser parciais ou totais, além de ainda existirem atitudes e discursos capacitistas que refletem a falta de entendimento e clareza dos indivíduos sobre as pessoas surdas.

Pensando nisso, considera-se que a temática elencada possui extrema relevância no contexto sociocultural para a comunidade surda, pôr a vivência em grupo ser um espaço onde haja identificação, acolhimento e troca de experiências entre os mesmos, que é fundamental para pessoas que apresentam esta deficiência, pois atualmente ainda está sujeita a um certo esquecimento e preconceito por boa parte da população, o que acaba trazendo um certo desamparo para esses indivíduos em relação ao meio onde estão inseridos.

Tendo em vista o que foi exposto anteriormente sobre a temática e a sua relevância em relação à inclusão e acessibilidade da comunidade surda, coube discutir a seguinte questão problema: “Como as vivências em grupo no Instituto Transformar afetam a vida dos surdos?”

Para tanto, diante da questão elencada, foram definidos como objetivo geral, compreender qual o impacto do grupo, realizado no Instituto Transformar, na vida das pessoas surdas. E como objetivos específicos, identificar quais as contribuições do Instituto Transformar para esses sujeitos e analisar quais as consequências das vivências do grupo para o desenvolvimento dos mesmos.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foi adotada a pesquisa qualitativa de caráter exploratório, construída por meio das técnicas de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa qualitativa é de particular



relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida (UWE FLICK, 2009). O que traz uma maior amplitude para o presente trabalho. “Pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

A pesquisa exploratória foi elencada para a execução desse trabalho pensando com uma forma de se obter uma maior aproximação ao objeto de estudo, tendo em vista uma maior ligação ao tema escolhido, podendo envolver as entrevistas e estudos bibliográficos.

O processo do trabalho foi executado de forma teórica, baseado num trabalho qualitativo sobre o tema, com um estudo bibliográfico a partir de artigos científicos, livros, capítulos e TCCs, sendo todos disponíveis nas bases de dados online Biblioteca Eletrônica Científica Online - SciELO e Google Acadêmico utilizando os indicadores *grupos operativos, sujeitos surdos, comunidade surda e vivências*, fazendo uma análise de forma preliminar sobre o tema da pesquisa.

Além da pesquisa bibliográfica, também foi realizada uma pesquisa documental, que se caracteriza pela utilização de materiais que ainda não foram analisados, ou que ainda podem ser re-elaborados, propiciando a vantagem de tais materiais serem uma fonte rica e atemporal (GIL, 2002). Por meio dessa técnica foram analisados vídeos produzidos pelo pelas pessoas surdas, considerando os depoimentos dos surdos acerca de suas vivências em grupo no INTRA. Os conteúdos das falas dos sujeitos foram analisados por meio da análise de conteúdo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscou-se suporte teórico para o presente estudo na perspectiva de Psicologia Social proposta por Silvia Lane. Tal autora propôs que o estudo dos grupos se desse através da perspectiva materialista dialética. Dessa forma, para compreender como o indivíduo é afetado por seus grupos de pertença, Lane (1980) considerou dois níveis: o da vivência subjetiva e o da realidade objetiva. Tal autora busca a partir dessa perspectiva teórica compreender como os indivíduos interiorizam o mundo como realidade concreta, constituindo sua subjetividade, e externando esse mundo interno por meio de comportamentos.



A partir dessa perspectiva, Lane (1980) considera o grupo como uma experiência histórica, que se constrói num determinado espaço e tempo, fruto das relações que vão ocorrendo no cotidiano e, ao mesmo tempo, que traz para a experiência presente vários aspectos gerais da sociedade, expressas nas contradições que emergem no grupo, articulando aspectos pessoais, características grupais, vivência subjetiva e realidade objetiva. Justifica-se tal escolha teórica por entendermos que ressaltar o caráter histórico do grupo implica compreender que o grupo, na sua singularidade, contemplando a forma como este expressa as múltiplas determinações e as contradições presentes na sociedade contemporânea.

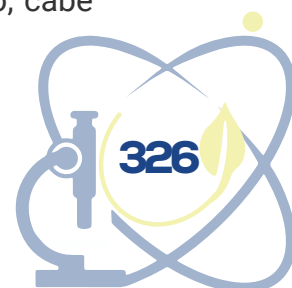
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em relação às vivências em grupo no Instituto Transformar e respectivo impacto na vida de seus integrantes, além das declarações oriundas dos depoimentos, também serão apresentadas discussões obtidas a partir de pesquisas bibliográficas que envolvam a temática das falas. Por meio de análise das declarações dos surdos, presentes nos vídeos, emergiram as seguintes temáticas: Aprendizagem, Vivências em grupo no INTRA, e Impacto na vida dos sujeitos. Tais categorias serão apresentadas e discutidas a seguir, trazendo também as respectivas falas dos membros do Instituto.

A análise do material empírico acessado por meio dos vídeos revelou diversos tipos de aprendizagens. O aprendizado mais representativo nos depoimentos dos sujeitos surdos que participam do INTRA, foi sobre a aprendizagem em Libras. O depoimento a seguir representa bem essa questão: “O INTRA me ajudou nas aprendizagens de Libras. Foi muito bom a sua ajuda para minha vida. O INTRA sempre trabalhou com atendimentos aos surdos”.

Além de propiciar a aprendizagem da Libras, os depoimentos presentes nos vídeos analisados, revelaram que as vivências no local e as diversas atividades que eram realizadas também proporcionaram grandes contribuições para os participantes, como indica a seguinte fala: “O INTRA era um local de encontros da comunidade Surda. Era muito boa a interação. Eu aprendi muito. Isso contribuiu bastante para o meu desenvolvimento”.

Sobre o processo de aprendizagem através por meio da interação, cabe



aqui citar:

A aprendizagem centrada nos processos grupais coloca em evidência a possibilidade de uma nova elaboração de conhecimento, de integração e de questionamentos acerca de si e dos outros. A aprendizagem é um processo contínuo em que comunicação e interação são indissociáveis, na medida em que aprendemos a partir da relação com os outros (BASTOS, 2010, p. 161).

Nas falas contidas nos documentos utilizados como referências para o presente estudo houve, também, um destaque para a relação entre todos no local para o processo de aprendizagem, em um dos relatos pode-se perceber isso: “Eu estudava muito com os professores, também com a comunidade surda, eu aprendi muito com ambos”. Já em outra fala foi trazida a questão do contato com outras pessoas surdas, que também proporcionou uma maior facilidade na aprendizagem: “O contato com outros surdos, facilitava o meu aprendizado, as palestras, as brincadeiras, os estudos das disciplinas”.

Portanto, nos relatos expostos acima, nota-se a grande importância que o local possui para esses sujeitos surdos e a comunidade em geral. Muitas pessoas que passaram no INTRA tiveram muita aprendizagem, como também a oportunidade de poder socializar e de se sentirem engajados em algum processo de comunicação e expressão surda. Os estudantes surdos devem ser estimulados a explorar as possibilidades de perturbação, de transgressão, de subversão das identidades de fronteira denunciando a artificialidade. Isto porque a cultura surda sempre tem uma oposição às particularidades da cultura ouvinte e encontra sua forma profunda, a estrutura profunda de sua vida cultural na visão (SILVA, 2000).

A educação formal, que também estava presente nesse ambiente, tem como proposta um desenvolvimento da pessoa surda, com cursos, palestras, estudos das disciplinas, os processos de aprendizagem foram gerando uma boa formação em libras desses sujeitos.

Ao longo desses 20 anos, quando o espaço do INTRA estava funcionando, vários cursos para os surdos eram oferecidos de forma gratuita. Muitos alunos faziam uso do projeto, que além do ensino voltado para a libras, também possuíam outros cursos interdisciplinares, como culinária. Assim, as demandas vinham aumentando conforme o conhecimento do local vinha chegando à

comunidade. Nos depoimentos abaixo, pode-se notar como os sujeitos eram bem acompanhados e obtinham bons resultados com as aprendizagens: “Quando fui aluno do INTRA, pude estudar várias disciplinas de grande ajuda para o meu aprendizado”; “Até então eu não sabia Libras. Eles me ensinavam e eu ia estudando e aprendendo”

O currículo intercultural engloba todas as ações e relações da escola; engloba o conhecimento científico, os saberes da humanidade, os saberes das comunidades, a experiência imediata das pessoas, instituintes da escola; inclui a formação permanente de todos os segmentos que compõem a escola, a conscientização, o conhecimento humano e a sensibilidade humana, considera a educação como um processo sempre dinâmico, interativo, complexo e criativo (GADOTTI, 2005, p. 4).

Ademais, esse processo de aprendizagem, o qual inclui desde a aprendizagem da Libras até conteúdos mais formais e outras atividades, proporciona o contato com diversos conhecimentos que antes esses indivíduos não tinham, como foi relatado anteriormente no depoimento, além de o contato com os demais integrantes ser fundamental para esse processo, como será exposto na próxima temática.

Na temática vivências em grupo no INTRA, foi notado nos depoimentos como é importante para os integrantes do Instituto Transformar fazerem parte de um grupo onde eles possam interagir, tanto com pessoas que vivenciam uma realidade parecida com a sua, como também, os ouvintes, que tem uma realidade diferente, visto que, esses não possuem nenhum tipo de deficiência auditiva. Um dos integrantes enfatiza bem essa questão da interação e sua importância, “Vocês pensam que só tinha professores ouvintes? Também tínhamos professores surdos. Identidades surdas e ouvintes, que nos auxiliaram muito no aprendizado.” aqui nota-se como a interação se faz importante nesse contexto.

Além disso, foi possível perceber nos relatos que no Instituto não havia apenas uma simples interação, mas também, uma boa convivência entre os integrantes e em como essa boa interação trouxe benefícios para os mesmos. “tínhamos sempre uma boa interação, eles me ajudavam, me ensinavam e eu ia estudando e aprendendo”. Sobre essa questão, de bom convívio no grupo, segundo Hoepers e Tomanik (2019):

Os encontros, as trocas, as vinculações, as afetações ali produzidas



vão gerando deslocamentos de sentidos, reflexões, outros posicionamentos. Os efeitos dos grupos não se restringem ao limite espaço-temporal de seus encontros, podem ir além, permitindo transformações na vida que se faz em outros espaços aos quais estas pessoas pertencem (HOEPERS; TOMANIK, 2019, p. 5).

Por fim, teve um depoimento que mostrou um sentimento de alívio por ter encontrado um grupo que entendia a sua realidade, pois, muitos surdos passam a maior parte do tempo convivendo apenas com pessoas ouvintes, principalmente na relação familiar, o que pode trazer muitas dificuldades. “O adolescente surdo com pais ouvintes têm um rompimento maior com o grupo familiar após o contato com a comunidade surda, pois vê a possibilidade de alcançar a singularidade, sentindo-se mais pertencente ao grupo de afinidades do que à família” (THOMAZ *et al.*, 2020, p. 3). “Quando avistei aquela quantidade de surdos eu fiquei muito feliz! por que antes, o meu contato era apenas com ouvintes, eu não me sentia bem, mas com os outros surdos eu me sentia feliz!”. Fica bem claro no depoimento como foi importante para o integrante poder ter contato com outras pessoas surdas. É fundamental que os surdos não estejam limitados a terem contatos apenas com os ouvintes. De acordo com Thomaz, Gabatz, Freitag e Vaz (2020):

Ser criança/adolescente com deficiência auditiva é um desafio complexo, pois as dificuldades na comunicação podem prejudicar a socialização e, conseqüentemente, todas as outras áreas que envolvem relações sociais, podendo acarretar na formação de indivíduos retraídos e inseguros, expostos a situações de maior vulnerabilidade, quando comparados aos pares sem essa deficiência (THOMAZ *et al.*, 2020, p. 3).

Então esse processo de interação é de suma importância para que os indivíduos possam desenvolver suas relações interpessoais através da socialização, o que acaba gerando impactos para além do grupo, que serão abordados na temática a seguir.

No que diz respeito ao impacto que não só o grupo, mas todos os envolvidos no Instituto Transformar, trouxe para a vida dos sujeitos surdos, é importante destacar que toda a interação e aprendizagem obtida pelos mesmos como já foi citado anteriormente, reverberou também na vida pessoal de cada um, tal fato pode ser percebido na fala: “Com ajuda que tive do INTRA, o aprendizado da Libras, todo conhecimento que pude obter, me ajudou muito. Hoje estou na

faculdade e tenho sofrido muito com a falta de intérprete de Libras”, além disso, uma observação a fazer sobre o relato é que infelizmente essas pessoas ainda sofrem pela falta de intérpretes e vários lugares que frequentam.

Foi identificado que um dos pontos principais e que mais teve impacto para os participantes do Instituto Transformar é a interação com os demais, “a partir destas interações, o sujeito pode referenciar-se no outro, encontrar-se com o outro, diferenciar-se do outro, opor-se a ele e, assim, transformar e ser transformado por este” (BASTOS, 2010, p. 162). “Os surdos desenvolviam sua cultura, sua identidade. Eles aprendiam o português devido ao contato e interação com os ouvintes. A fluência em Libras se desenvolvia por causa do INTRA”. Nesta outra fala é possível perceber o quão importante foi essa participação no Instituto na vida desse membro.

O Instituto Transformar é um local que promove a interação de surdos e ouvintes de todas as idades: “Eu jamais irei esquecer o INTRA, pois ele marcou a minha vida... o engajamento, a interação entre crianças, jovens e adultos, amo demais”, e é válido perceber o quão significativo é esse contato entre várias pessoas diferentes e que ao mesmo tempo compartilham dificuldades e aprendizados semelhantes, através desta fala, pois este sentimento é algo que permanece pelo resto de suas vidas.

Ademais, sobre a aprendizagem da Libras, a partir dos relatos foi visto que a maioria dos sujeitos surdos só conseguiram desenvolver esta linguagem depois que começaram a ter um envolvimento com o INTRA: “Eles me ensinavam e eu fui absorvendo os conhecimentos e aprendendo a língua de sinais. E isso me deixou muito feliz porque pouco a pouco fui conseguindo essa aquisição de língua e me desenvolvendo”, e essa aquisição da Libras permite não só uma maior comunicação e interação entre os surdos, mas também repercute diretamente nos desenvolvimentos dos mesmos, como foi dito no relato.

5 CONCLUSÕES

Diante do que foi exposto no presente trabalho, da temática elencada e considerando os processos de vivência em grupo, conclui-se que um local onde os sujeitos surdos possam encontrar outras pessoas que compartilham de dificuldades semelhantes e que se comuniquem da mesma forma através



da Libras, se torna um ambiente de muito aprendizado e troca de experiências significativas para o seu desenvolvimento a partir da interação uns com os outros.

A partir das pesquisas bibliográficas e da análise dos relatos dos integrantes do INTRA, pode-se pontuar que o Instituto Transformar é de muita importância para aqueles que participam do mesmo. Através dos relatos é possível notar como o sentimento de se fazer parte de um grupo que entenda e vivencie uma mesma realidade tenha grande relevância na vida de um sujeito. O grupo Transformar gera impactos positivos para a comunidade surda da região, levando em consideração ser um espaço onde surdos podem ter trocas de experiência e identificações.

É notório como as vivências em grupo no INTRA afetam de forma positiva a vida das pessoas surdas que participam das atividades no local, de modo que essas atividades que envolvem a aprendizagem em Libras, bem em educação formal também, cursos interdisciplinares, além da interação entre os surdos e surdos e ouvintes, todas contribuem de forma relevante para a vida dos mesmos, possibilitando assim que ocupem espaços na sociedade que antes não eram viáveis.

Teve como limitação para a conclusão do trabalho a questão da obtenção dos depoimentos de forma presencial, visto que, por conta dos protocolos que foram criados por conta da pandemia, casos de visitas são restritos nesse momento, assim como, todos os contatos foram feitos de forma virtual. As visitas também não foram possíveis pelo fato do Instituto não estar com suas atividades funcionando normalmente devido a falta de verba.

Portanto, considera-se que diante das contribuições que as vivências em grupo trazem para os surdos, e da importância de haver um espaço propício para que isso aconteça, bem como que se tenham mais locais que proporcionem essas experiências de desenvolvimento e inclusão, propõe-se que haja mais estudos que explorem a temática apresentada, levando em conta a quantidade de estudos limitada para a realização do presente trabalho, de modo que possam ser identificadas novas formas de intervenção e propostas de interação em grupos para a comunidade surda, promovendo assim maior desenvolvimento e inserção dessas pessoas na sociedade.



REFERÊNCIAS

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicol inf.**, [s. l.], v.14, n.14, p. 160-169, 2010. ISSN 1415-8809. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141588092010000100010. Acesso em: 18 ago. 2021.

BOTELHO, Adriana Barroso, **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Letras: Língua Brasileira de Sinais (Libras)**. 2018. Disponível em: <https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/08/LibrasUFCAProjeto-Pol%C3%ADtico-Pedag%C3%B3gico-2018.pdf>. Acesso em: 21 set. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: S.A, 2009.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da Educação Formal/Não-Formal**. Outubro, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5633199/mod_resource/content/1/eudca%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20formal_formal_Gadotti.pdf. Acesso em: 18 nov. 2021.

LANE, Sílvia Tatiane Maurer. Uma Análise Dialética do Processo Grupal. **Cadernos PUC.**, [s. l.], n. 1, p. 95-107, 1980.

PAIVA, Gisele Oliveira da Silva; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Acessibilidade Linguística de Surdos no Ensino Superior: Reflexões Sobre o Curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Bauru, v. 27, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/WvByDwr9hGGtgZnJZfKTjG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 set. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção Social da identidade e da diferença. In: SILVA T. T. da (org.) **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

THOMAZ, Manuela Maschendorf *et al.* Interação entre a família e a criança/adolescente com deficiência auditiva. **CoDAS**, [s. l.], v. 32, n. 6, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20202019147>. Acesso em: 11 nov. 2021.



O PROTAGONISMO DAS RÁDIOS E DOS VEÍCULOS ONLINE PARA A INFORMAÇÃO LOCAL NA REGIÃO DO CARIRI

Cicero R. Silva¹

Danilo O. P. Pereira²

Ivan S. Rezende³

RESUMO

Este trabalho busca compreender a distribuição de veículos jornalísticos no Cariri cearense com base na distinção entre desertos, quase desertos e não desertos de notícias. A pesquisa realiza um mapeamento das 29 cidades da região para compreender a dispersão geográfica da imprensa e os tipos de veículos (jornal impresso, emissoras de TV e rádio, sites e projetos online) encontrados em cada município. O referencial teórico aborda as interfaces entre jornalismo de proximidade, mídia local e promoção da cidadania. A pesquisa adotou um percurso metodológico em duas etapas: 1) constituição de rede de informantes locais; 2) triagem para verificação de conteúdo jornalístico. O estudo revelou a predominância de rádios e sites em detrimento de outros formatos, demonstrando que a mídia local une elementos tradicionais da radiodifusão e iniciativas contemporâneas no universo digital.

Palavras-chave: Jornalismo Local; Cariri; Rádio; Internet.

ABSTRACT

This work seeks to understand the distribution of journalistic vehicles in Cariri Ceará based on the distinction between deserts, almost deserts and not deserts

¹ Estudante do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA).
E-mail: rafael.silva@aluno.ufca.edu.br. Bolsista PIBIC/CNPq.

² Estudante do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA).
E-mail: danilo.pereira@aluno.ufca.edu.br. Bolsista PIBIC/UFCA.

³ Estudante do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA).
E-mail: danilo.pereira@aluno.ufca.edu.br. Bolsista PIBIC/UFCA.



of news. The research carries out a mapping of the 29 cities in the region to understand the geographic dispersion of the press and the types of vehicles (printed newspaper, TV and radio stations, websites and online projects) found in each municipality. The theoretical framework addresses the interfaces between proximity journalism, local media and the promotion of citizenship. The research adopted a two-step methodological approach: 1) constitution of a network of local informants; 2) screening for verification of journalistic content. The study revealed the predominance of radios and websites to the detriment of other formats, demonstrating that the local media unites traditional elements of broadcasting and contemporary initiatives in the digital universe.

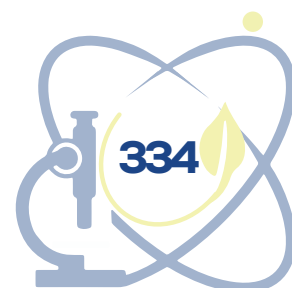
Keywords: Local Journalism; Cariri; Radio; Internet.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de pesquisa científica empreendida na região do Cariri, localizada no sul do estado do Ceará. A investigação contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIICT) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). A pesquisa teve como objetivo o mapeamento dos veículos e projetos jornalísticos, atuantes nas 29 cidades caririenses, numa tentativa de caracterizar os municípios em “desertos de notícias”(cidades sem veículos jornalísticos locais), “quasedesertos de notícias”(cidades que possuem 1 ou 2 veículos jornalísticos locais) e “não desertos de notícias” (cidades com 3 ou mais veículos jornalísticos locais).

A partir dos dados obtidos pelo mapeamento, que foi feito entre setembro de 2021 e fevereiro de 2022, verificou-se que as rádios e as iniciativas online são os segmentos mais encontrados na região e, conseqüentemente, são as principais responsáveis pela difusão de notícias. Em algumas cidades, a informação jornalística só chega a partir de um único tipo de mídia que, na maioria das vezes, quando não é uma rádio, é uma iniciativa online.

Dessa forma, ao entendermos que o jornalismo local é fundamental para a vida em sociedade, buscamos com este artigo, entender melhor o protagonismo que os meios online e as emissoras de rádios possuem para a informação jornalística local na região do Cariri. Além da apresentação e análise dos dados do levantamento, também incluímos nos resultados deste estudo alguns direcionamentos para futuras pesquisas.



Pontuadas tais questões, iniciamos o nosso estudo com uma breve discussão sobre a importância do jornalismo e da mídia local e os problemas dos desertos de notícias a partir de uma revisão de literatura, baseada em artigos que abordam a relevância e o papel da mídia local e do jornalismo de proximidade. Em seguida, dissertamos sobre o percurso metodológico da pesquisa e, posteriormente, apresentamos os resultados obtidos.

2 JORNALISMO LOCAL, MÍDIA LOCAL E DESERTOS DE NOTÍCIAS

O jornalismo é uma atividade essencial para a vida em sociedade. É ele quem mantém o indivíduo informado sobre os bastidores do mundo da política, da economia, da educação, da saúde, e de todas as áreas que interessam e que são pertinentes ao cidadão. Quanto mais próxima for praticada a atividade jornalística do círculo de vivência do indivíduo, mais significativa ela se torna; uma vez que é, justamente no espaço local, onde há uma maior demanda por informação, afinal o cidadão tem sede de saber” o que ocorre na sua rua, no seu bairro, nas vilas ou no município” (AVRELLA, 2014, p. 84).

Peruzzo (2005, p. 77-78) conceitua o jornalismo local como aquele que trabalha com a informação de proximidade. Para ela, só os meios de comunicação locais têm a possibilidade de mostrar “melhor do que qualquer outro a vida em determinadas regiões, municípios, cidades, vilas, bairros, zonas rurais”.

Segundo Costa (2013, p. 8), devido a essa proximidade com o cidadão, esse tipo de jornalismo se torna um “facilitador de cidadania”, uma vez que, “ao tratar de temas diretamente relacionados com o público, permite que a população participe do desenvolvimento local, reclamando os seus direitos políticos e administrativos e fiscalizando o poder político, pois a única forma possível de desenvolvimento é a participada”.

É por esse motivo que Kovach e Rosenstiel (*apud* PAULINO, 2018, p. 19) ressaltam que quando existe a pretensão de privar a liberdade de determinada comunidade, sempre haverá a necessidade de suprimir a imprensa, visto que ela é a responsável por “fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem”.

Sem o devido acesso à informação, o indivíduo fica mais vulnerável à

manipulação política e mais suscetível à desinformação. Victor Gentilli (2002) define a informação como um direito-meio, ou seja, uma porta que dá acesso a outros direitos. No caso do direito político, por exemplo, se “todos os cidadãos não forem informados sobre todas as alternativas em disputa numa determinada eleição, esta eleição passa a contar com um vício de origem que, embora não a desqualifique como antidemocrática, a torna menos democrática” (GENTILLI, 2002, p. 39).

Mesmo sendo uma atividade essencial, o jornalismo local também possui alguns pontos frágeis em relação à cobertura noticiosa. Via de regra, os meios de comunicação, por possuírem ligações com políticos ou por interferência do próprio proprietário da mídia, costumam tratar a informação de forma tendenciosa, chegando até a omitir os fatos. Mesmo sendo uma triste realidade, Peruzzo (2005) argumenta que, pelo fato de as pessoas acompanharem mais de perto os acontecimentos, existe também uma maior possibilidade de a população confrontar a versão exibida pela mídia com a versão real do fato.

Entre potencialidades e dificuldades, fato é que a atividade jornalística ainda é um elemento caro e insustentável para muitas cidades, principalmente, para as menores e do interior que, em geral, são mais frágeis economicamente. Por conta disso, uma imensa parte dessas localidades são consideradas “desertos de notícias”, ou seja, áreas sem cobertura jornalística a nível local.

De acordo com o relatório mais recente do Atlas da Notícia, em 2021, mais da metade dos municípios brasileiros estavam no patamar de “desertos de notícias”. Em números, essas cidades abrigam uma população de 29 milhões de pessoas, ou seja, 13,8% da população brasileira. Ainda que o número de localidades sem informações jornalísticas locais tenha diminuído 9,5%, em relação aos índices de 2020, o cenário atual ainda é preocupante, pois nestas localidades possuem “acontecimentos a serem noticiados”, no entanto, não existem formas ou alguém para interpretá-los e transmiti-los jornalisticamente (FURLANETTO, 2021, p. 28).

Os desertos de notícias privam a população de ter informações sobre a própria realidade, além de impactar nas relações sociais entre moradores e na manutenção de identidades culturais locais, representando uma ameaça à democracia em meio à crise de credibilidade midiática que vem sendo amplificada pela emergência das *fake news*. As informações que chegam até as pessoas que



vivem em desertos de notícias falam de uma realidade que para elas é plastificada ou não interessa aos seus cotidianos, em detrimento de informações sobre serviços básicos que afetam diretamente suas vidas (MEDEIROS, 2020, p. 374).

Um movimento que vem crescendo atualmente e que tem ajudado a diminuir o número de localidades sem informação local, é a prática jornalística em plataformas online. Ao contrário dos meios de comunicação tradicionais, no ambiente digital existe uma maior possibilidade de lucro. No Cariri, como será visto nos resultados dessa pesquisa, esse comportamento se repete, embora em algumas iniciativas a prática jornalística ainda seja incipiente.

Em último caso, com a ausência de jornalismo local, as assessorias de imprensa e de comunicação dos poderes e órgãos públicos assumem o papel de informar a população. No caso das assessorias das prefeituras, Lüdtkke (2022) afirma que elas têm se aperfeiçoado e oferecido serviços que, por vezes, se confundem com materiais jornalísticos. Segundo ele, durante a pandemia, esses sites ganharam relevância e disputaram “a atenção da população com iniciativas jornalísticas que deveriam ser fiscais do poder público” (LUDKE, 2022, s.p).

3 METODOLOGIA: MAPEANDO OS VEÍCULOS JORNALÍSTICOS NO CARIRI

Para a realização do mapeamento, inicialmente, foram contatadas pessoas que residiam em alguma das cidades da região do Cariri e que pudessem auxiliar, de forma voluntária, na coleta de informações. Com isso, foi construída uma rede de informantes locais.

No caso de algumas cidades consideravelmente grandes, como Juazeiro do Norte e Crato, achamos necessário contatar mais de um informante para a realização do levantamento. Aliado a essa estratégia, para o mapeamento também foram feitas buscas ativas em redes sociais e em sites de pesquisa.

Os dados coletados foram tabulados em uma planilha eletrônica, na plataforma online *Google Planilhas*. Entre as informações colhidas, estavam: nome do veículo; cidade do veículo; segmento do veículo: rádio (web e tradicional), televisão (web e tradicional), online (sites, portais, blogs e perfis de redes sociais)



e impresso (jornais e revistas); perfis de redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter, YouTube); número para contato e periodicidade.

Tabulados todos os veículos de comunicação, foi efetuada uma segunda etapa: triagem jornalística. Nessa parte, foram desclassificados aqueles veículos que não apresentavam conteúdo jornalístico em sua programação (no caso das rádios e televisões) ou nas publicações (no caso dos veículos digitais e impressos). Ademais, foi também verificado se tais veículos tinham periodicidade.

4 RESULTADOS

Ao todo, o levantamento mapeou 117 veículos de comunicação na região do Cariri. No entanto, apenas 103 foram reconhecidos como veículos jornalísticos. Na etapa de triagem, 14 deles foram descartados, pois não possuíam conteúdo noticioso ou não possuíam uma regularidade de publicações.

Assim sendo, foram contabilizadas 44 (43%) iniciativas online; 43 (42%) emissoras de rádio - nesse caso foram incluídas apenas rádios tradicionais, já que nenhuma webrádio apresentava conteúdo jornalístico -; 9 (9%) TVs, sendo 2 emissoras tradicionais e 6 webtv's; e 7 (7%) iniciativas impressas.

Com relação à distribuição desses veículos, Juazeiro do Norte e Crato despontam como as cidades que mais abrigam iniciativas jornalísticas na região do Cariri. Juntas, as duas cidades possuem 1/3 de todos os veículos encontrados na região. Em contramão, quatro cidades - Penaforte, Tarrafas, Jati e Granjeiro - não registraram a presença de veículos com características jornalísticas ou não possuíam sequer um veículo de comunicação.

As iniciativas online estão presentes em vinte cidades do Cariri, ou seja, em 69% dos municípios da região. Mesmo que a maior parte desses veículos seja formada por blogs e portais, é necessário considerar também a relevância dos perfis de redes sociais como promotores de informação. Em Abaiara e Farias Brito, por exemplo, não foram registrados nenhum outro veículo de caráter informativo, senão perfis de redes sociais.



Tabela 1 – Iniciativas jornalísticas online na região do Cariri

Tipo	Quantidade	Quantidade em %
Blogs	19	43,2
Portais	13	29,5
Sites de notícias	7	16
Perfis de redes sociais	5	11,3
Total Geral	44	100%

Fonte: Os autores.

Tabela 2 - Distribuição dos veículos online no Cariri por município

Município	Blogs	Portais	Sites	Redes sociais	Total
Abaiera	0	0	0	1	1
Altaneira	2	0	0	0	2
Antonina do Norte	0	0	0	1	1
Araripe	0	0	0	0	0
Assaré	1	0	1	0	2
Aurora	0	1	0	0	1
Barbalha	0	1	1	0	2
Barro	0	0	0	0	0
Brejo Santo	2	0	0	0	2
Campos Sales	0	1	0	1	2
Caririçu	0	0	0	0	0
Crato	6	0	1	0	7
Farias Brito	0	0	0	1	1
Granjeiro	0	0	0	0	0
Jardim	0	0	0	0	0
Jati	0	0	0	0	0
Juazeiro do Norte	1	7	2	0	10
Lavras da Mang.	1	1	0	0	2
Mauriti	0	1	0	0	1
Milagres	0	1	0	0	1
Missão Velha	0	0	0	1	1
Nova Olinda	1	0	0	0	1
Penaforte	1	0	0	0	1
Porteiras	1	0	0	0	1

Potengi	0	0	0	0	0
Salitre	2	0	0	0	2
Santana do Cariri	2	0	0	0	2
Tarrafas	0	0	0	0	0
Várzea Alegre	0	0	2	0	2
Total	19	13	7	5	44

Fonte: Os autores.

Ainda que as iniciativas online formem a maioria dos veículos e projetos jornalísticos encontrados na região do Cariri, são as rádios os veículos mais distribuídos geograficamente. Ao todo, vinte e três cidades possuem emissoras de rádios locais, o que equivale a 79,3% de todos os municípios caririenses. Dentre essas cidades, Araripe, Jardim e Potengi possuem apenas uma rádio local cada, as quais, também, são os únicos veículos informativos encontrados nessas cidades. No município do Barro, similarmente, não existem outros veículos informativos além das duas rádios locais.

Tabela 3 - Distribuição das emissoras de rádios no Cariri por município

Município	Quantidade de rádios
Abaiara	0
Altaneira	1
Antonina do Norte	1
Araripe	1
Assaré	1
Aurora	2
Barbalha	2
Barro	2
Brejo Santo	3
Campos Sales	3
Caririaçu	1
Crato	4
Farias Brito	0
Granjeiro	0
Jardim	1
Jati	0
Juazeiro do Norte	5

Lavras da Mang.	3
Mauriti	1
Milagres	3
Missão Velha	2
Nova Olinda	1
Penaforte	0
Porteiras	1
Potengi	1
Salitre	1
Santana do Cariri	2
Tarrafas	0
Várzea Alegre	1
Total	43

Fonte: Os autores.

Mesmo exercendo um papel significativo na região do Cariri, no que tange ao acesso à informações locais e na superação dos “desertos de notícias”, as rádios e, principalmente, as mídias online, ainda enfrentam muitas dificuldades para o exercício do jornalismo, que ainda é praticado de forma incipiente na maioria das cidades.

No caso das iniciativas online, boa parte das notícias são feitas com base em releases disponibilizados pelas assessorias das prefeituras ou por agências de comunicação. É frequente, também, a republicação direta de notícias veiculadas por jornais de âmbito estadual, como *O Povo* e o *Diário do Nordeste*, ou por jornais de caráter nacional, como a *Folha de S. Paulo* e o *Estadão*.

Já muitas das rádios, por não possuírem repórteres, fazem os seus radiojornais a partir do método do “jornalismo sentado”⁴, sem apuração própria, com a antiga prática do *Gillete Press* (expressão usada para denunciar a cópia de informação produzida por terceiros). Essa situação, que já foi observada outrora por Roque e Costa (2017) nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, ainda persiste e se repete em muitas localidades.

⁴ A expressão “jornalismo sentado” foi cunhada pelo francês Erik eveu (2001) para designar um déficit prática jornalística em que o profissional faz a apuração a partir do espaço da redação, sem se deslocar para os locais onde estão as fontes e nos quais os fatos se desenrolam. Para uma discussão sobre o termo no contexto brasileiro, sugere-se a leitura de Pereira (2003).

Outro método comum utilizado para preenchimento da grade de programação do radiojornal, é a introdução de entrevistas com personalidades locais, como políticos, profissionais da saúde e do direito. Tal prática, de certa forma, enriquece a programação do noticioso com informações sobre obras públicas, prevenção às doenças ou dúvidas sobre direitos previdenciários, por exemplo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer o mapeamento dos veículos e projetos jornalísticos caririenses não foi e não é uma tarefa fácil. Apesar de todo o trabalho árduo, o levantamento ajudou a melhor descrever a configuração jornalística da região. Por ele, detectou-se que as iniciativas online e as rádios tradicionais exercem papéis essenciais no que tange à difusão e produção de informações locais.

A partir dele também foi possível constatar que o jornalismo, em muitas cidades e muitos veículos, ainda é uma prática incipiente, principalmente nos veículos online e nas cidades menores. A utilização de releases disponibilizados por órgãos públicos e a republicação de matérias, são práticas muito utilizadas para movimentar os perfis de redes sociais e a alimentar os sites, blogs e portais existentes.

No entanto, mesmo com uma contribuição significativa, ainda existem muitas coisas a se pesquisar sobre o jornalismo caririense. São necessários mais estudos para se chegar a um diagnóstico mais preciso sobre a realidade vigente na região. Qual é o perfil dos profissionais que trabalham nesses veículos? Como são remunerados? Qual a situação laboral a que estão submetidos? Como é o acesso à informação nas cidades sem veículos jornalísticos? Essas, por exemplo, são algumas das indagações que precisam ser feitas e respondidas, por professores e/ou alunos em artigos e/ou projetos de TCC.

AGRADECIMENTOS

Por fim, é preciso ressaltar que o apoio financeiro foi essencial para a concretização desta pesquisa. Em vista disso, agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIICT) da Universidade Federal



do Cariri (UFCA) pelo financiamento das bolsas de pesquisa que contribuíram, de forma significativa, para o andamento do estudo e para a permanência dos bolsistas-estudantes no ambiente acadêmico.

Além disso, agradecemos também a todos os informantes que contribuíram de forma direta e indireta no mapeamento dos veículos jornalísticos do Cariri. Para não cometermos o erro de esquecer alguns nomes, optamos por não os citar aqui. Entretanto, saibam que a ajuda de vocês foi fundamental para a construção deste estudo.

REFERÊNCIAS

AVRELLA, Bárbara. **O radiojornalismo local em pequenas emissoras**: um estudo das rádios Luz e Alegria AM e Seberi AM. Orientadora: Valci Regina Mousquer Zuculoto. 2014. 300 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129118>. Acesso em: 5 maio 2022.

COSTA, Cátia Vânia Ferreira da. **Jornalismo local/regional**: o papel do jornalismo na fiscalização do poder político. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/4593845/Jornalismo_Local_Regional_-_O_papel_do_jornalismo_na_fiscalizac%C3%A3o_do_poder_pol%C3%ADtico. Acesso em: 5 maio 2022.

FURLANETTO, Anna Carolina Roque. **Desertos de notícias e o jornalismo de interior**: uma análise de seis cidades interioranas da região sul. Orientadora: Alciane Nolibos Baccin. 2021. 103 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal do Pampa, São Borja, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/6037>. Acesso em: 5 maio 2022.

GENTILLI, Victor. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a Comunicação. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 36-48, dez, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2002.19.3184>. Acesso em: 2 maio 2022.

LÜDTKE, Sérgio. **Atlas da Notícia identifica redução de desertos e liderança do jornalismo online no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/analise/atlas-da-noticia-identifica-reducao-de-desertos-e-liderancado-jornalismo-online-no-brasil/>. Acesso em: 17 jul. 2022.

MEDEIROS, Rafael. A função social do rádio local entre desertos de notícias e zonas de silêncio: reverberações da migração AM - FM. **Revista Latino-americana de Jornalismo - ÂNCORA**, João Pessoa, v. 7, n. 7, p. 360-378, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/51319/30851>. Acesso em: 15 jul. 2022.

NÉVEU, Erik. **Sociologie du journalisme**. Paris, França: La Découverte, 2001.

PAULINO, Sónia Raquel Cabecinhas. **Jornalismo local na sociedade em rede**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/6529>. Acesso em: 4 maio 2022.

PEREIRA, Fábio Henrique. **O jornalista on-line: um novo status profissional?** : uma análise sobre a produção da notícia na internet a partir da aplicação do conceito de 'jornalista sentado'. 2003. 146 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 26, n. 43, p. 67-84, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v26n43p67-84>. Acesso em: 3 abr. 2022.

ROQUE, Francisco Robson Pereira. COSTA, Débora Silva. Panorama do Mercado de Trabalho do Radiojornalismo em Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 19., 2017, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Intercom, 2017. p. 1-15. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0681-1.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.



ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE – CE

Leonardo Luiz de Souza Silva¹

Ana Carlota Esmeraldo Callou²

Emilly Camilly Siqueira³

Thaís Mesquita Rodrigues⁴

Orlando Júnior Viana Macêdo⁵

RESUMO

O presente estudo aborda a temática atuação da Psicologia nas Políticas Públicas de Assistência Social. Partiu da seguinte questão problema: qual a conduta do psicólogo no acolhimento dos usuários do CRAS, CREAS e Centro POP? Justifica-se tal proposta em função do quão importante é o acolhimento do profissional psicólogo no primeiro momento de interação com o sujeito que se encontra em estado de vulnerabilidade. O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, utilizando como procedimento a pesquisa documental e entrevistas semiestruturada. Participaram do estudo três profissionais de Psicologia. Os dados foram analisados qualitativamente por meio da análise temática. A partir da análise das entrevistas emergiram as seguintes temáticas e respectivas categorias – demandas – queixas emocionais, violações de direitos das crianças, adolescentes, mulheres e idosos, bem como abrigo e documentação; primeiro contato – acolhida, escuta, análise da vulnerabilidade e violência sofrida, cadastro e triagem; desafios para a atuação – limites de verba, estrutura física dos equipamentos e vulnerabilidade do próprio profissional no ambiente de trabalho. Após a realização da pesquisa, percebemos que os psicólogos desenvolvem o seu trabalho de acordo com as orientações estabelecidas pelo CREPOP/CFP

¹ Aluno do Centro Universitário Paraíso – UniFAP, E-mail: leonardoluzss095@gmail.com

² Aluna do Centro Universitário Paraíso – UniFAP, E-mail: anacarlotalcallou@gmail.com

³ Aluna do Centro Universitário Paraíso – UniFAP, E-mail: emillysiqueira2003@gmail.com

⁴ Aluna do Centro Universitário Paraíso – UniFAP, E-mail: thais.msqt.rdgs@gmail.com

⁵ Professor do Centro Universitário Paraíso – UniFAP, E-mail: orlando.macedo@fapce.edu.br

necessárias para uma boa atuação. Ademais conseguem proporcionar uma escuta qualificada com foco no atendimento psicossocial. No entanto limites inerentes à própria política pública de assistência social apresentam desafios para essa prática, com destaque para a estrutura física dos equipamentos e o sentimento de vulnerabilidade que os próprios profissionais de Psicologia vivenciam, em face da ausência de segurança no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Psicologia; Políticas Públicas; Assistência Social; Acolhimento.

ABSTRACT

This study addresses the role of Psychology in Public Social Assistance Policies. It started with the following problem question: what is the psychologist's conduct in welcoming CRAS, CREAS and Centro POP users? Such a proposal is justified in terms of how important the reception of the psychologist is in the first moment of interaction with the subject who is in a state of vulnerability. The present study is descriptive qualitative research, using as a procedure documental research and semi-structured interviews. Three Psychology professionals participated in the study. Data were analyzed qualitatively through thematic analysis. From the analysis of the interviews, the following themes and respective categories emerged – demands – emotional complaints, violations of the rights of children, adolescents, women and the elderly, as well as shelter and documentation; first contact – reception, listening, analysis of vulnerability and violence suffered, registration and screening; challenges for the performance – budget limits, physical structure of the equipment and vulnerability of the professional himself in the work environment. After conducting the research, we realized that psychologists develop their work in accordance with the guidelines established by CREPOP/CFP necessary for a good performance. In addition, they can provide qualified listening with a focus on psychosocial care. However, limits inherent to the public policy of social assistance present challenges for this practice, especially the physical structure of the equipment and the feeling of vulnerability that Psychology professionals themselves experience, given the lack of safety in the work environment.

Keywords: Psychology; Public policy; Social assistance; reception.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo realizado na disciplina de projeto integrador: Psicologia e políticas públicas, componente da grade curricular do curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso do Ceará, retrata como tema: A atuação do psicólogo



nas políticas públicas de assistência social na cidade de Juazeiro do Norte – CE.

A atuação do psicólogo nas políticas públicas de assistência social tem relevância para além da formação acadêmica desse profissional, uma vez que, os usuários que buscam atendimento nas unidades existentes encontram-se em situação de necessidade social, ou seja, em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, por conseguinte, são pessoas em vulnerabilidade, que necessitam de atendimento qualificado, especializado.

De acordo com informação contida na página do Ministério da Cidadania, do atual governo federal, as políticas públicas de Assistência Social são prestadas pelas seguintes unidades de atendimento: Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centro de Referência Especializado para a população em situação de Rua - Centro POP, Centro-DIA, Unidade de Acolhimento. No entanto o nosso trabalho de pesquisa será direcionado ao CRAS, CREAS e Centro POP existentes na cidade de Juazeiro do Norte-CE.

O CRAS – Centro de Referência de Assistência Social é mantido pela Prefeitura e Governo Federal, e o usuário pode ter acesso aos seguintes serviços: fazer seu Cadastro Único; ter orientação sobre os benefícios sociais; ter orientação sobre seus direitos; pedir apoio para resolver dificuldades de convívio e de cuidados com os filhos; fortalecer a convivência com a família e com a comunidade; ter acesso a serviços, benefícios e projetos de assistência social; ter apoio e orientação sobre o que fazer em casos de violência doméstica; ter orientação sobre outros serviços públicos. Dessa forma, o CRAS realiza um trabalho mais preventivo, informativo, educativo.

O CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social atende pessoas em vulnerabilidade social que sofreram violação de direitos ou violências, tais como abuso e exploração sexual, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, trabalho infantil, violência intrafamiliar, discriminação referente a orientação sexual, raça, etnia, dentre outros. O CREAS compõe o Sistema de Garantia de Direitos – SGD, que é composto por órgãos judiciais, defensorias públicas, ouvidorias, conselhos de direitos, conselhos tutelares e de maneira transversal e intersetorial, articula todas as políticas públicas.

O Centro Pop – Centro de Referência Especializado para população em



situação de Rua, disponibiliza aos usuários os seguintes serviços: fazer refeições; ter um espaço para higiene pessoal e lavar suas roupas; ter apoio para conseguir documentos pessoais; guardar seus pertences; ter informações sobre trabalho; e tirar suas dúvidas sobre como ter acesso aos seus direitos. O atendimento é gratuito e o usuário não precisa ter documento para ser atendido. Além disso, o endereço do Centro POP pode ser usado como referência para documentos ou para inclusão no Cadastro Único.

Dessa forma, nossa pesquisa buscará compreender como ocorre a atuação do psicólogo junto ao CRAS, CREAS e Centro Pop na cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, analisar como deve ocorrer o acolhimento aos usuários desses serviços, bem como, identificar quais demandas psíquicas serão encaminhadas para outras unidades de atendimento.

Tem como base a questão problema: Qual a conduta do psicólogo no acolhimento dos sujeitos que utilizam as unidades de atendimento CRAS, CREAS e Centro POP? Tal questionamento surge para analisar como funciona o processo de recebimento e a comunicação exercida do psicólogo para com os pacientes, bem como o encaminhamento para outras unidades de políticas de assistência social, específicas para cada tipo de demanda.

Este trabalho visa como objetivo geral, analisar a conduta do psicólogo no acolhimento das demandas psíquicas, dos usuários acompanhados pelas unidades de política de assistência social. Baseado por sua vez em como o psicólogo deve interagir e conduzir o atendimento primário dos indivíduos e suas demandas, partindo como base os centros de assistência social da cidade de Juazeiro do Norte – CE.

Como objetivos específicos temos o intuito de compreender como ocorre a atuação do psicólogo no CRAS, CREAS e Centro POP, no que se refere à realização de entrevistas que permitam, através dos relatos de psicólogos entrevistados, averiguar o que acontece no cotidiano do psicólogo atuante nestas unidades; analisar como deve ocorrer o processo de acolhida realizado pelo psicólogo, no primeiro momento de contato com o paciente, tendo em vista a sua situação de fragilidade; identificar como funciona o encaminhamento quando necessário para outras unidades de atendimento, além das principais demandas que são tratadas no próprio local de atuação, compreendendo por vez, qual frequência e



gravidade dos principais casos recorrentes.

Justifica-se tal proposta do estudo em função do quão importante é o acolhimento do profissional psicólogo, no primeiro momento de interação com o sujeito, que se encontra em estado de vulnerabilidade, precisando da atenção, apoio e compreensão do profissional do serviço de assistência social, mesmo que tal não possa oferecer aquele serviço específico ou atendê-lo de imediato, tendo que encaminhá-lo para outra unidade.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, utilizando como procedimento a pesquisa documental e entrevista. No método qualitativo a pesquisa é descritiva, ou seja, as informações obtidas não podem ser quantificáveis. Nesse sentido a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa (MATIAS-PEREIRA, 2012).

A pesquisa documental foi realizada a partir das referências produzidas pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, com a finalidade de compreender como devem ser as práticas do profissional de Psicologia nas políticas públicas de Assistência Social.

Em segundo momento, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas em cada unidade de atendimento (CRAS, CREAS e Centro POP), a partir de um agendamento prévio que levou em conta a disponibilidade do profissional. Um pesquisador conduziu as entrevistas e os outros dois fizeram registro manual das respostas dos participantes. Antes do início das entrevistas os participantes foram esclarecidos acerca dos objetivos do estudo, e a coleta de dados foi realizada mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

O roteiro norteador da entrevista contemplou as temáticas: demandas dos usuários da política de assistência social; rotina de trabalho; ações realizadas; dificuldades vivenciadas no exercício profissional. Os dados da entrevista foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscou-se, para realização do presente estudo, suporte teórico na Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski. Macêdo *et al.* (2015) consideram tal marco teórico da Psicologia como pertinente para o objeto de estudo da presente pesquisa, pelo fato de tal teoria considerar que a subjetividade não pode ser analisada desconsiderando-se a realidade objetiva. Entende-se, dessa forma, que tanto a atuação dos profissionais de Psicologia, quanto a realidade dos sujeitos que acessam as políticas de assistência social, precisam ser analisadas considerando toda a realidade mais ampla que interfere nas vidas desses sujeitos. Pois a realidade concreta na qual o sujeito está inserido, condições históricas, políticas e culturais diferentes produzem transformações não só na representação da realidade que o cerca, mas também na sua interioridade.

Vigotski (2007) buscou justamente desenvolver um modelo explicativo que conseguisse compreender essa complexa relação entre mundo social e mundo individual, realidade objetiva e realidade subjetiva. Tal autor considera que a internalização das formas culturais dos comportamentos envolve a reconstrução da atividade psicológica, tendo como base as operações com signos. Dessa forma, estabelecemos relações com os outros quando assumirmos papéis diante de alguém, enquanto esse alguém vai assumindo papéis diante de nós. Tal fundamento nos possibilita pensarmos sobre o papel da Psicologia junto aos usuários das políticas de assistência social. E como esses sujeitos são afetados pelas intervenções da Psicologia.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das falas dos profissionais de Psicologia, observamos que a principal função do psicólogo no CRAS, CREAS e Centro POP é a acolhida, e dependendo das demandas dos usuários, o encaminhamento para outras unidades de atendimento. Sendo que no CRAS é trabalhado o fortalecimento dos vínculos na vida dos sujeitos. No CREAS trabalham o acolhimento dos usuários que se encontram em situação de direitos violados. No Centro POP é realizada uma acolhida dos usuários em situação de rua. Ressaltamos que nenhum deles realiza atendimento psicoterápico, somente uma escuta qualificada psicossocial.



No CRAS são realizados atendimentos grupais, individuais, coletivos, visitas domiciliares, planejamento de ações junto aos usuários, grupos e relatórios. No CREAS é realizado o atendimento da vítima, da família ou atendimento domiciliar, fazem campanhas, palestras, abordagens sociais, conscientização da comunidade e dos seus direitos, além de realizarem relatórios para justiça, mas não pericial. No Centro POP é realizada uma escuta, acolhida, encaminhamentos para outras redes quando necessário, busca de documentos, confecção de currículos, rodas de conversas, refeições, banho, lavanderia para lavagem de roupas e campanhas de cuidados pessoais.

De acordo com as orientações do CREPOP (2008), a atuação do psicólogo no CRAS é de baixa complexidade, tendo como finalidade básica o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas. Nesse sentido, a Psicologia pode oferecer, para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência Social, contribuições no sentido de considerar e atuar sobre a dimensão subjetiva dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e cidadania.

A atuação do psicólogo no CREAS é de média complexidade, tendo como finalidade a superação das situações de violações de direitos. De acordo com as orientações do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), o trabalho do Centro POP é de média complexidade, de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades da população em situação de rua, visando a construção de novas trajetórias de vida.

Conforme a pesquisa, constatamos que as maiores demandas que chegam ao CRAS estão relacionadas a queixas emocionais. No CREAS são violências que infringem os direitos de crianças, adolescentes, mulheres e idosos. As principais demandas que chegam ao Centro POP são alimentação, abrigo e documentação. Ressaltamos que todos eles realizam encaminhamentos para unidades especializadas para cada demanda.

De acordo com as orientações do CREPOP (2012), são realizados no CRAS serviços, benefícios, programas e projetos. Os serviços oferecidos são socioeducativo-geracionais, intergeracionais e com famílias; sócio comunitário; reabilitação na comunidade; outros; os benefícios oferecidos são transferência



de renda (bolsa-família e outra); Benefícios de Prestação Continuada – BPC; benefícios eventuais – assistência em espécie ou material; outros; os programas e projetos oferecidos são capacitação e promoção da inserção produtiva; promoção da inclusão produtiva para beneficiários do programa Bolsa Família – PBF e do Benefício de Prestação Continuada; projetos e programas de enfrentamento à pobreza; projetos e programas de enfrentamento à fome; grupos de produção e economia solidária; geração de trabalho e renda.

Nos dados da pesquisa do CREPOP, as ações realizadas por psicólogas(os) com maior frequência foram: Acolhida, Entrevista Inicial e Triagem; Atendimentos Individuais, Plantões; Grupos; Elaboração de Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar; Visitas Domiciliares, Acompanhamento dos usuários nos diversos serviços do sistema judiciário; Relatórios Técnicos, Laudos e Avaliações; Ações integradas com a rede; Atuação em equipes multidisciplinares; Atividades educativas e de esclarecimentos para a população em geral e Coordenação dos serviços.

De acordo com as orientações do MDS (2011), para o Centro POP cabe à política de Assistência Social o desenvolvimento de serviços, programas e projetos para: Proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica; Criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços; Adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários; Implementar Centros de Referência Especializados para Atendimento da População em Situação de Rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência.

Estas unidades de atendimento trabalham através da comunicação e intervenções em rede, o que permite que os profissionais acompanhem os seus encaminhamentos visando o atendimento integral dos usuários e qualificação das intervenções, para que não substituam ou realizem o trabalho especializado de outra unidade ou política distinta, tendo assim o melhor acompanhamento dos casos.

Diante das informações colhidas, o psicólogo no CRAS mantém um contato direto com a comunidade, buscando acolher e entender as razões que fazem os sujeitos estarem vulneráveis, construindo junto com eles a maior



condição de saída ou superação da problemática. No CREAS se prioriza que o usuário perceba que está em um ambiente seguro, onde buscam compreender a situação do sujeito levando em conta a sua situação de fragilidade e o seu próprio tempo para falar, para que não seja cometida uma violência institucional, ou seja, tentando deixar os clientes mais à vontade para que não achem que o CREAS é uma instituição de investigação. No Centro POP, tendo em vista que os usuários estão com laços familiares interrompidos devido a própria situação de rua, o primeiro contato do psicólogo tem o objetivo de cadastro e triagem, verificando questões documentais e motivos que os levaram aquela situação.

De acordo com as orientações dadas pelo CREPOP para o CRAS, o psicólogo deve atuar de modo integrado à perspectiva interdisciplinar, especialmente entre a psicologia e serviço social, além de atuar a partir do diálogo entre o saber popular e o saber científico da psicologia, valorizando as expectativas, experiências e conhecimento, favorecendo processos e espaços de participação social.

Seguindo as orientações do CREPOP (2008), a Psicologia, ao compor as equipes de referência dos CREAS, contribui para um olhar na perspectiva do sujeito em sua relação na família e na sociedade, sendo o trabalho no CREAS de natureza interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional, consideramos que é um compromisso ético do psicólogo no CREAS contribuir para melhorar os fluxos e a articulação das instituições que compõem o SGD, evitando que as famílias e indivíduos referenciados nos CREAS sofram uma dupla opressão, pois eles trazem experiências relacionadas a exclusão social e submetê-los aos fluxos burocráticos da rede pode ocasionar uma nova violência.

De acordo com as orientações do MDS (2012) para o Centro POP, a acolhida inicial constitui importante momento para o atendimento inicial e a escuta qualificada das necessidades e demandas trazidas pelos indivíduos ou famílias no acesso ao Serviço. Tem como objetivo compreender as situações vivenciadas, identificar demandas, conhecer as expectativas dos usuários e iniciar a construção de vínculo para o desenvolvimento do trabalho. Sua realização constitui responsabilidade dos profissionais da equipe também envolvida no acompanhamento especializado.

As unidades entrevistadas apresentaram como maior obstáculo para a atuação do psicólogo, a ausência de verba, estrutura, comunicação e trabalho em

rede e investimento público. Foi ressaltado no Centro POP a falta de segurança, uma vez que o público marginalizado vem em estado psicológico alterado, onde boa parte utiliza álcool e substâncias entorpecentes. No CREAS foi levantada a questão da necessidade de mais de uma única unidade para o público de Juazeiro do Norte.

Os principais obstáculos mencionados pelo CREPOP para o CREAS são a garantia de sigilo, informações em reuniões, atividades que não são competência do CREAS, dificuldades na articulação com a rede e em relação às atividades realizadas pelas (os) psicólogas (os) nos CREAS, que são determinadas por gestores ou juízes, tais como a obrigação de realização de laudos psicológicos para o Judiciário, averiguação de denúncias, trabalho concomitante em outras políticas, e outras práticas fora dos critérios regulamentados, parecem caracterizar uma situação de abuso de autoridade ou posicionamentos assistencialista ou clientelista.

5 CONCLUSÕES

Após a realização da pesquisa, concluímos as principais funções dos psicólogos que atuam na política pública de assistência social consistem em acolhida, escuta e encaminhamentos. Percebemos ainda que os psicólogos desenvolvem o seu trabalho de acordo com as orientações estabelecidas pelo CREPOP necessárias para uma boa atuação.

Apesar dos obstáculos enfrentados no cotidiano do trabalho, os psicólogos apresentaram um grande comprometimento com as atividades desenvolvidas, e conseguem proporcionar uma escuta qualificada com foco no atendimento psicossocial, levando em consideração alguns elementos clínicos para melhor compreensão do usuário, diante da sua própria situação de vulnerabilidade.

Diante das dificuldades relatadas pelos profissionais, decorrente de limites da própria política em questão, destaca-se a necessidade de maiores investimentos nas políticas de assistência social, de forma a possibilitar maiores contribuições tanto de profissionais de Psicologia, quanto de outras categorias profissionais que compõem as equipes das unidades do CRAS, CREAS e Centro POP.



REFERÊNCIAS

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referência Técnica para Atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2008.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referências Técnicas para Prática de psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS**. Conselho Federal de Psicologia. Brasília: CFP, 2012.

MACÊDO, O. J. V. *et al.* Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 809-823, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/G5jcnc3JsqWvKthLGTQxm8c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2022.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP**. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania; Secretaria nacional de Assistência Social. Brasília: Gráfica e editora Brasil LTDA, 2011.

VIGOTSKI, L. S. **Formação social da Mente: o desenvolvimento dos processos mentais superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



AS POSSIBILIDADES DE CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA EM MATERNIDADES PÚBLICAS DIANTE DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Thaís Fontenelle Bezerra¹

Pedro Jorge Alves Bernardino²

Barbara Magna Mendes Dias³

Laura da Silva Almeida⁴

Orlando Júnior Viana Macêdo⁵

RESUMO

O presente estudo aborda a temática violência obstétrica. Foi eleita como questão norteadora da presente pesquisa: Qual a concepção dos profissionais de medicina acerca da violência obstétrica? Objetivou-se analisar as condições de parto em maternidades públicas, a partir dos relatos de acadêmicas do curso de medicina que atuaram em maternidades públicas, e identificar possibilidades de atuação dos profissionais da Psicologia para amenizar os casos dessa violência. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado por meio de entrevista semiestruturada com duas discentes em período de internato do curso de medicina, de uma instituição de ensino superior do interior do Ceará. A entrevista foi analisada por meio de análise de conteúdo. Os dados empíricos revelaram: cultura cesarista, na qual o profissional de medicina é o protagonista, realizando condutas sem consentimento da mulher; dificuldade das mulheres em identificar o que é violência; aumento dos riscos, tanto de mortalidade materna, quanto da criança; e importância da psicologia atuar junto com outros profissionais para um melhor atendimento na hora do parto, compondo a equipe multiprofissional. Conclui-se, chamando atenção para necessárias mudanças nas maternidades públicas, para que possa abranger as demandas relacionadas às mulheres parturientes e dos profissionais de saúde inseridos nesse âmbito.

¹ Centro Universitário Paraíso - UniFAP, E-mail: thaisfontenelle@aluno.fapce.edu.br

² Centro Universitário Paraíso - UniFAP, E-mail: pedrojorgealvesbernardino@aluno.fapce.edu.br

³ Centro Universitário Paraíso - UniFAP, E-mail: barbaramagna@aluno.fapce.edu.br

⁴ Centro Universitário Paraíso - UniFAP, E-mail: lauraalmeida@aluno.fapce.edu.br

⁵ Centro Universitário Paraíso - UniFAP, E-mail: orlando.macedo@fapce.edu.br



Palavras-chave: Violência Obstétrica; Violência Psicológica; Psicologia; Parto.

ABSTRACT

This search has the objective to approach the thematic os obstetric violence. Was selected as a northern question of this searching: What is the medical professional's conception about obstetric violence? Aimed at analyzing the birth conditions in public maternity hospitals toward the reports of medicine's students that interned on public maternity, and identify possibilities of actuation of Psychology's professionals to ease the cases of this violence. This is a qualitative study, realized toward an semi-structured interview with two medicine students that interneted on public maternity in an institution in the interior of Ceará. The interview was studied through content analysis. The empirical data revealed: cesarist culture, in which the medical professional is the protagonist, realizing conducts without the woman concern; difficulty os the woman to identify what is obstetric violence; increased risks of both the mother and baby; and the importance of Psychology to act together with other professionals to a better service on the time of birth, making part of a multiprofessional team. It concludes, calling attention to necessary changes on the public maternity system, so that it can cover the demands related to parturients and health professionals inserted in this context.

Keywords: Obstetrical Violence; Psychological Violence; Psychology; Birth.

1 INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho está voltado para a temática de violência obstétrica, que é muito frequente e pouco comentada, por ainda ser considerada um tabu na atualidade. Os relatos de mulheres que foram vítimas dessa violência são maiores nas maternidades públicas, e em decorrência disso, faz-se necessária uma análise do quadro, levando em consideração os dados disponíveis de diversos levantamentos a respeito do tema.

Hodiernamente, muitos são os discursos em que retratam o contexto sócio-histórico em que as mulheres foram inseridas gradativamente nos âmbitos da sociedade. De acordo com Ribeiro (2022), desde os primórdios existe uma visão reducionista da mulher, atribuindo a ela o papel de submissa, servidora e não podendo exercer o papel protagonista da história. Apesar de hoje em dia a mulher ter ganho um espaço significativo (RIBEIRO, 2022) e terem alcançado



inúmeras conquistas, ainda existem lacunas a serem altamente consideradas, visto que as violações de seus direitos ainda são persistentes e manifestas das mais diversas formas. Um cenário bastante comum, mas pouco falado, é o da violência obstétrica, fenômeno esse que consiste em abusos sofridos por mulheres quando buscam apoio pelos órgãos de saúde para a hora do parto (MARINHO, 2020).

Segundo Donelli (2013), em virtude da condição de fragilidade que a mulher se encontra no período gestacional, torna-se necessário refletir a respeito da necessidade de assistência a mesma nesse período. Em solo brasileiro, um quarto das mulheres alegam terem sofrido maus tratos e intervenções desnecessárias no parto como também não terem recebido assistência qualificada, privando-as do direito de ter um acompanhante presente, tendo restrições para movimentar-se e sendo mal alimentadas durante o processo (TESSER *et al.*, 2015, *apud* CARNEIRO *et al.*, 2021).

Após o início do progresso da medicina especializada na área da obstetrícia, o ato de parir deixou de ser algo fisiológico da esfera feminina, passando a ser apreendido como prática médica (SANFELICE *et al. apud*, 2014, ZANARDO *et al.*, 2015). As mulheres, que antes contavam com o amparo e acolhimento de parteiras, buscavam ajuda médica, muitas vezes sendo submetidas a processos cirúrgicos desnecessários, e até mesmo violações durante o processo. Por muitos anos, diversas práticas violentas eram aceitas como prática médica, hoje, elas se configuram como violência obstétrica, portanto, não mais aceita. Uma delas é a “Manobra de Kristeller”, que consiste em empurrar a barriga da gestante para acelerar o nascimento da criança.

De acordo com o Dossiê da Violência Obstétrica (CIELLO *et al.*, 2012) as consequências dessa técnica são graves, dentre elas destaca-se não apenas os danos físicos causados na mulher, como também nas crianças. Em determinados casos, os bebês podem chegar a óbito em decorrência do manejo incorreto de um procedimento natural que, salvo exceções, não necessita de intervenção cirúrgica. Diante do pressuposto, foi elaborada a seguinte questão: Qual a concepção dos profissionais de medicina acerca da violência obstétrica?

Nesse contexto, a seguinte pesquisa tem como objetivo central identificar possibilidades de contribuição do saber psicológico para os profissionais de

medicina que trabalham em maternidades públicas, mediante a demanda encontrada com as parturientes, além dos familiares e de toda a equipe médica.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia do presente trabalho caracteriza-se em uma perspectiva qualitativa, considerando aspectos mais subjetivos, e na categoria descritiva, por meio da técnica de entrevista semiestruturada. Nesse contexto, foi feita uma busca da problemática através de consultas em literaturas, focadas sobretudo, na análise e descrição dos fenômenos em questão. E para fins de maior aprofundamento, também houve a realização de uma entrevista semiestruturada.

A pesquisa foi realizada através de uma entrevista com duas discentes em período de internato do curso de medicina da UFCA, as quais identificamos aqui com nomes fictícios para garantir o anonimato das entrevistadas, que auxiliam na coordenação do projeto de extensão “Arte de Partejar”, desenvolvido com o objetivo de versar a respeito da violência obstétrica não apenas para os acadêmicos do curso, como também para as mães e futuras mães e para a equipe multiprofissional que atua em todo o período de gestação ao pós-parto. A entrevista foi realizada virtualmente, por meio da plataforma Zoom, e inicialmente questionamos acerca das motivações das estudantes para estudar a temática e criar um projeto de extensão.

Trata-se de uma pesquisa realizada por meio da técnica de entrevista semiestruturada, tendo como instrumento perguntas abertas nos permitindo flexibilidade, que propõe compreendermos os acontecimentos que ocorrem em todo o contexto relacionado á violência obstétrica. Assim, poderemos obter uma visão mais objetiva da forma que a temática é abordada em âmbito acadêmico.

As perguntas norteadoras da entrevista versaram sobre as temáticas voltadas para a questão da violência obstétrica no Cariri, e como a Psicologia pode intervir desde o pré-natal ao pós-parto, para amenizar os impactos desse tipo de violência. Com isso, a partir dos dados obtidos por meio da entrevista, foi feito um alinhamento com as informações pesquisadas nas literaturas, e dessa forma, fornecendo embasamento para a problemática. Todo o processo de condução da pesquisa seguiu as recomendações das Resoluções n 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando o âmbito das políticas públicas e suas finalidades, tal como se voltar às questões políticas, sociais e governamentais, pode se analisar no contexto social vivido, inúmeras demandas atreladas com as questões de saúde, educação e segurança, por exemplo. Desse modo, não basta apenas existir as políticas públicas propriamente ditas, mas a certificação de sua funcionalidade e viabilidade em detrimento da sociedade a qual se propõe a atender.

No que concerne ao âmbito da Psicologia, como campo de estudo estritamente ligado ao indivíduo e com a sociedade, suas contribuições e potencial de alcance social não passam despercebidas. Uma de suas manifestações no que tange a esfera das políticas públicas é a presença do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), cujo objetivo consiste em:

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas é uma instância aglutinadora dos melhores caminhos construídos pelo trabalho dos profissionais em Psicologia na esfera pública. Com ele é possível um diálogo sistematizado com os gestores, a troca de experiências e a formulação de novos espaços de interação profissional. Como resultado, objetivamos a qualificação profissional e o estímulo à definição de um padrão de excelência nas políticas públicas comprometidas com a afirmação da democracia e dos direitos humanos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Baseado na análise de dados realizada serão apresentadas as principais categorias que emergiram na análise das entrevistas realizadas com Maria e Mirela. Estes são nomes fictícios indicados pelas autoras do presente estudo. A primeira entrevistada, Maria, fundadora de um projeto de extensão voltado para as mulheres gestantes, relatou que seu interesse na área veio juntamente com a vontade de estudar medicina, porque ouvia muito de as mulheres de sua família relatarem sofrimento durante o parto. O estágio em um hospital em 2019 foi decisivo para o desejo de estudar e trabalhar sobre o tema, foi quando presenciou diversos tipos de violência obstétrica.

Na entrevista, foi possível reafirmar o protagonismo do profissional da medicina durante o parto, onde as condutas são feitas sem necessariamente o



consentimento da mulher. As entrevistadas comentaram a respeito de vivermos em uma cultura cesarista, ou seja, que exalta a cesárea, mesmo sem indicação ou levar em conta a saúde da mulher e do bebê. Desse modo, é algo enraizado em nossa sociedade que o parto normal é lugar de sofrimento, e a partir da cirurgia o processo torna-se mais rápido, entretanto, a rapidez, por muitas vezes é exigida pelo médico e não pela mãe. Na região do Cariri, a maioria das mulheres grávidas são indicadas para a cesárea, seja de convênio, particular ou público, sendo que, de acordo com as entrevistadas, quando não é indicada, essa supervalorização da cesárea não leva em conta a saúde da mulher.

As entrevistadas também falaram que as parturientes se queixam mais das sequelas físicas do que as emocionais, que é mais perceptível e que elas julgam ser menos frequentes do que as psicológicas. Elas salientam a dificuldade das mulheres em identificar o que é violência, mesmo por falta de informação e devido a uma cultura que traz o ato de parir como um momento doloroso.

Quando questionadas se já presenciaram algum caso de violência obstétrica, uma delas ressaltou que em 2019, no seu estágio, presenciou um caso que lhe foi muito impactante. Se tratava de uma mulher que acabara de ter seu filho de forma cesária que chegou queixando-se de gases, porém desabafou na emergência que seu emocional se encontrava muito abalado, fruto da violência psicológica que sofreu durante o parto. A entrevistada salientou que a violência obstétrica é pertinente na região do Cariri e que são feitos muitos procedimentos ultrapassados que geram sofrimento físico e emocional na mulher, como por exemplo a episiotomia.

Para que se possa entender os desdobramentos ainda atuais da violência obstétrica, se faz necessário compreender o contexto histórico referente aos tratamentos atribuídos ao parto e relacionados. No surgimento da Obstetrícia Médica, no início do século XX, por exemplo, o uso de fórceps e narcóticos eram considerados métodos humanizados, mesmo que no processo do parto, o corpo feminino ficasse inconsciente. É válido ressaltar que, principalmente nesse período, as intervenções médicas eram majoritariamente masculinas e o ofício de parir excluía a participação da mulher no processo (DINIZ, 2005).

Paralelamente a isso, nesse mesmo período, ainda havia uma forte influência da Igreja Católica, que via o sofrimento do parto como uma pré-

disposição divina, como uma forma da mulher sanar o pecado original (DINIZ, 2005). Consequentemente, qualquer intervenção que visasse a diminuição de riscos e sofrimento era encarada como ilegal. Perspectivas históricas como essas, contribuem para o entendimento de que, se hoje, esse suporte no momento do parto, ainda que mascarado, é tido como um ato crucial e humano, antes tinha um caráter submerso a perspectivas negligentes. Essas perspectivas estiveram cooperando com o senso comum de que o parto deve ser doloroso e sofrido, banalizando assim o sofrimento.

Um dos questionamentos levantados durante a entrevista foi a respeito do preparo das maternidades públicas para com as mulheres gestantes, em resposta, dita por Maria, é que as maternidades públicas de nossa região são grandes responsáveis por encaminhamentos a cirurgias cesáreas sem a devida indicação. A visão que temos sobre o sofrimento durante o parto normal vem do pensamento reafirmado por Diniz (2005), que, com a evolução da medicina, o ato de parir como algo que não pertence apenas à mulher, trazendo um protagonismo da medicina, quando oferecem a opção de um parto doloroso ou com as devidas anestésias.

Outro dado importante obtido de acordo com a entrevista foi relacionado às maiores chances de mortalidade materna ou da criança durante o parto, serem cesáreas, e a obstetrícia atual acaba contribuindo com as indicações em prol de um parto mais rápido, porém com mais riscos. Uma das entrevistadas relaciona tais encaminhamentos como uma violência obstétrica proveniente dos próprios obstetras e bastante comum na região do Cariri. Outra informação importante diz respeito à formação dos profissionais de medicina, e dos próprios professores, que ensinam técnicas ultrapassadas que hoje se configuram também como violência, como a questão da episiotomia, por exemplo.

Parafraseando Kitzinger (1987), o parto é uma experiência de extrema importância na vida, no que tange às esferas de subjetividade e singularidade da figura feminina, e por esse motivo, serão revividas todas as emoções e sensações envoltas desse processo de parto e gestação ao longo da vida. Dessa forma, as consequências da assistência não qualificada podem provocar sequelas que acompanharão a mulher, e algumas vezes, até mesmo outros membros da família, criando espaços para o surgimento de quadros de angústia ou de tristeza, entre outras adversidades.



Diante disso, quando questionamos se as entrevistadas já haviam presenciado a atuação de profissionais da Psicologia em casos de violência obstétrica, a resposta obtida foi:

Com a Psicologia presente, talvez isso pudesse ser evitado, porque as questões seriam lidadas de forma melhor. Em uma das violências obstétricas que presenciei, pensei muito na importância da Psicologia, foi uma mulher que estava numa cesárea que ela não queria, aliás, não sei exatamente o motivo, não sei se era realmente para ela fazer cesárea ou não, mas a questão é que ela estava muito ansiosa, estava muito nervosa e chorando muito. Era o primeiro bebê dela se não me engano, e chegou uma hora que o anestesista meio que cutucou ela e falou para ela “se tu continuar assim vai ser pior, vai é atrapalhar o processo, vai ser pior” e ela teve que engolir o choro e eu pensei “meu deus cadê alguém que tenha um preparo para lidar com uma pessoa ansiosa nessa sala? (MARIA).

Em outra ocasião, a entrevistada comentou acerca da inserção dos profissionais da Psicologia nas salas de parto em alguns países da Europa, que já é uma prática comum, diferente da realidade que encontramos em um dos hospitais maternidades que temos em nossa região, que há apenas uma psicóloga, e que só entra em contato com a parturiente quando extremamente necessário, a mesma ainda enfatiza a importância da Psicologia atuar junto com outros profissionais para um melhor atendimento na hora do parto e manifesta o desejo de estar em um equipe multiprofissional para que o protagonismo dos médicos e enfermeiros seja superado durante o processo.

Ainda na entrevista, as participantes falaram a respeito das principais queixas das puérperas, e infelizmente o que elas perceberam que a realidade enfrentada difere do que temos como identificação da violência, sendo que a mais perceptível, é a que menos se tem queixa, visto que em toda violência física, há também violência psicológica, porém, nem em toda violência psicológica há uma violência física.

A mulher geralmente não consegue identificar a violência, acha que é normal e faz parte do processo, mas eu acho que a principal violência que elas veem, não é a que deixa mais sequelas, xingamento, humilhação, desrespeito, enfim, a que deixa mais sequelas, é a que menos percebem. A que elas mais percebem, se queixam mais, é mais perceptível, que eu acho a menos frequente, são as físicas, como a manobra de Kristeller, episiotomia, a parte física é a que elas mais se queixam e tem mais noção que é errado. Mas eu acho que a psicológica é a que menos se

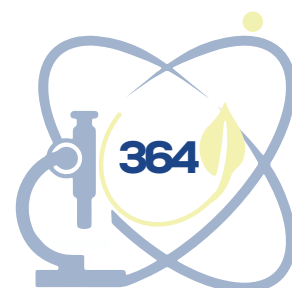
queixam e que mais acontecem, porque normalmente onde tem uma violência física, tem uma violência psicológica, mas nem sempre uma violência psicológica é acompanhada de uma violência física, às vezes a mulher não teve violência física, mas teve violência psicológica que ela nem percebeu, porque acha que faz parte do processo, mas eu acho que é isso (MIRELA).

Diante disso, a dificuldade de identificação do que seria violência obstétrica se dá também a pouca divulgação da temática, trazendo consigo a perpetuação da violência que mais predomina, a psicológica. Após salientar a importância dos profissionais da Psicologia, as participantes aconselharam aos futuros psicólogos que desejam atuar nessa área a não terem em ser diferente, em mostrar o erro, porque é uma área de muita dificuldade, mas que se tiverem sede de mudança podem fazer acontecer, e conseguir que as mulheres tenham um acompanhamento psicológico é um passo essencial para a luta contra a violência obstétrica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é nítida a urgência de mudanças na esfera hospitalar, para que possa abranger as demandas relacionadas às mulheres parturientes e os profissionais de saúde inseridos nesse âmbito. Muito embora exista uma grande influência do contexto por trás do ato do parto e suas perspectivas por parte dos profissionais no decorrer do tempo, é crucial que haja uma reparação que saiba promover o cuidado e zelo para com as gestantes e seus familiares, combatendo a temática do desrespeito e violência perpetrados pelos profissionais da saúde.

A violência obstétrica está atrelada a diversos parâmetros como por exemplo a desigualdade de gênero, com isso gerando um problema de saúde e dos direitos humanos principalmente com o ser mulher. É fato que a presença dos profissionais da área da saúde estão ali para realizar os procedimentos com o que eles possuem em mãos, além de seus conhecimentos, e esses profissionais acabam, por muitas vezes, destilando ofensas com essas parturientes de forma como se fossem seres humanos que merecem passar por aquela situação, onde muitas vezes elas não têm escolha por serem leigas (a grande maioria). A normalização da violência psicológica no parto é uma prova disso, porque acabam se adaptando às ofensas e pressões psicológicas, e, na situação que estão, por simplesmente



querer amenizar a dor, e, enfim, ter seus filhos nos braços, sem ao menos pensar nas violências e no que pode ter sofrido e ocasionado ao próprio corpo.

Também é extremamente perceptível a ausência de um pilar sustentado pela Psicologia, cujo papel nesse cenário é pouco ou ainda quase imperceptível. Na entrevista, podemos ver que não há um preenchimento das lacunas deixadas pela ausência dos profissionais da Psicologia. A violência persiste, em esferas mais subjetivas ao nível psicológico. Violências físicas deixam sequelas além do corpo, principalmente quando ocorridas em momentos em que as mulheres estão em situação de vulnerabilidade, e poderiam ser amenizadas caso a presença de psicólogos em maternidades públicas fossem ampliadas não apenas em casos de extrema urgência no pós-parto, e sim desde a gestação.

Percebe-se por exemplo que alguns profissionais como enfermeiros, tentam prestar apoio emocional e afetivo, muito embora para situações como essa, seria de fundamental importância a execução por parte de um profissional psicólogo(a), que teria uma noção e um manejo mais apurados, considerando atender todas as questões psíquicas e psicológicas que perpassam nesses processos. Nesse viés, muito se ainda tem a fomentar que o processo de parto vai além do natural e biológico, abrangendo também e principalmente, a parte subjetiva e singular dos envolvidos, necessitando de um manejo mais humanizado, com escuta qualificada e um bom preparo dos profissionais, para que possa garantir uma experiência única e saudável, sem sequelas físicas ou psicológicas.



REFERÊNCIAS

CIELLO, Cariny *et al.* **Dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres**. 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/sscepi/doc%20vcm%20367.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JQVbGPcVFfy8PdNkYgJ6ssQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 maio 2022

DONELI, Tagma Marina Schneider; LOPES, Rita de Cássia Sobreira. Descortinando a vivência emocional do parto através do Método Bick. **Psico-USF**, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/tsH5mBfLHNsr796RVSFYspP/?lang=pt>. Acesso em: 9 maio 2022.

KITZINGER, Sheila. **A experiência de dar à luz**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MARINHO, Kamila. **Você sabe o que é violência obstétrica?** Câmara Municipal de São Paulo. 2020. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/voce-sabe-o-que-e-violencia-obstetrica/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

RIBEIRO, Amarolina. **"Mulher moderna"**. Brasil Escola. 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mulher-moderna.htm>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho *et al.* Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], jul. 2017. ISSN 1807-0310. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29155043>. Acesso em: 20 mar. 2022.



ATUAÇÃO DA(O) PSICÓLOGA(O) JUNTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

Yasmin Farias Almeida

Maria Luisa da Silva Gomes

Letícia Piancó Marques

RESUMO

O presente estudo contempla o trabalho do(a) psicólogo(a) junto às crianças e aos adolescentes em situação de rua. Foi norteador pela seguinte questão: como o profissional de Psicologia pode atuar para efetivar os direitos das crianças e adolescentes que vivem em situação de rua? Tem-se como objetivo geral analisar a atuação do psicólogo, por meio das políticas públicas, junto a crianças e adolescentes em situação de rua, e como demais objetivos específicos: Compreender os fatores que desencadeiam a crianças e adolescentes a se encontrarem em situação de rua; identificar maneiras de atuação do psicólogo para a execução efetiva dos direitos legais assegurados às crianças e adolescentes; destacar possíveis consequências e os riscos vivenciados por essas crianças e adolescentes. Recorreu-se uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, realizada por meio de técnica de pesquisa bibliográfica. Utilizou-se de artigos científicos disponíveis na base de dados do *Scientific Library Online-Scielo*. Os resultados obtidos foram categorizados de acordo com os seguintes temas: Motivos das crianças e adolescentes encontram-se em situação de rua; Consequências e riscos dessa situação; A atuação de profissionais de Psicologia. Os dados revelam que o descaso Estado e da sociedade e vivências marcadas por extrema vulnerabilidade social. Tal situação está diretamente ligado a questões sociais mais amplas como a desigualdade social e desemprego estrutural. Conclui-se pela necessidade de um reposicionamento do Estado, por meio de políticas mais efetiva no combate a tais problemas, de forma a possibilitar condições dignas de vida para todo e qualquer sujeito.

Palavras-chave: Psicologia; Crianças; Adolescentes; Condição de rua.



ABSTRACT

The present study contemplates the psychologist's work with children and adolescents living on the streets. It was guided by the following question: how can the Psychology professional act to realize the rights of children and adolescents living on the streets? It has as a general objective to analyze the psychologist performance, through public policies, with children and adolescents living in street situation, and as other specific objectives: To understand the factors that trigger children and adolescents to be in street situation; to identify ways of psychologist performance for the effective execution of legal rights assured to children and adolescents; to highlight possible consequences and risks experienced by these children and adolescents. It was used a qualitative research, of exploratory nature, carried through bibliographical research technique. We used scientific articles available in the Scientific Library Online-SciELO database. The results obtained were categorized according to the following themes: Reasons why children and adolescents are on the streets; Consequences and risks of this situation; The action of Psychology professionals. The data reveals that the neglect by the State and society and experiences marked by extreme social vulnerability. Such situation is directly linked to wider social issues such as social inequality and structural unemployment. We conclude that there is a need for the State to reposition itself through more effective policies to combat such problems, in order to enable dignified living conditions for each and every individual.

Keywords: Psychology; Children; Adolescents; Street condition.

1 INTRODUÇÃO

Em situações de vulnerabilidade em que crianças e adolescentes são encontrados, a vida nas ruas se exhibe como um ambiente de muitos riscos. Com isso, é comum que a partir dessa situação aconteça o aumento da probabilidade de muitas necessidades, como grande exposição à entrada ao universo da fome, pobreza, violência, entre outros perigos existentes.

Para Kaloustian e Ferrari (1994 *apud* GOMES; PERREIRA, 2005, p. 360), “por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou inatingida pela política oficial”. Portanto, pode-se compreender e pautar que o desenvolvimento físico, psíquico e social de cada ser humano depende do relacionamento com a família e da condição que ela está inserida, sendo papel essencial do núcleo familiar a garantia da segurança, educação e bem-estar de cada sujeito. Assim, percebe-se a urgência das políticas públicas para a assistência familiar, para



que seja possível que o crescimento da criança ou do adolescente ocorra de forma saudável, pois são nessas fases em que há o maior desenvolvimento de identidade e de mudança de personalidade e ideais.

Ademais, segundo o Art. 4 da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990, art. 4).

Percebe-se, dessa forma, marcos legais que protegem integralmente toda e qualquer criança. No entanto, urge que ações eficazes sejam realizadas, de acordo com as determinações constitucionais previstas, em que o psicólogo(a), em conjunto com as políticas públicas, atuem efetivamente para reverter tal intempérie.

Diferentes estudos (SANTANA, 2004; DONINELLI, 2004) demonstram que as crianças e adolescentes que vivem em condição de rua vivenciam situações de extrema vulnerabilidade social. Tal situação é tratada com indiferença pela sociedade o que dificulta ainda mais a reversão da problemática e contraria os marcos legais que protegem as crianças e adolescentes, pois, de acordo com o Art. 4 da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, a sociedade tem papel fundamental para assegurar o direito a uma vida digna desses indivíduos. A sociedade em geral não costuma direcionar um olhar empático para as crianças e adolescentes que estão em condições de rua, devido a naturalidade diante de tantos casos vistos, causando um sentimento de exclusão social. Conforme destacam Santana *et al.* (2004) essas crianças e adolescentes não são vistos como sujeitos de direito, na medida em que:

[...] muitas vezes exige-se do poder público soluções enérgicas contra estas crianças e adolescentes, geralmente no sentido de puni-las, sem a intenção de garantir os seus direitos. A sociedade almeja que os jovens sejam retirados dos locais públicos, deixando, assim, de serem vistos e encarados como um problema social a ser resolvido, pois acredita que ao colocar as crianças e os adolescentes em instituições que, de certa forma escondem o problema, isenta-se de sua responsabilidade (SANTANA *et al.*, 2004, p. 60).

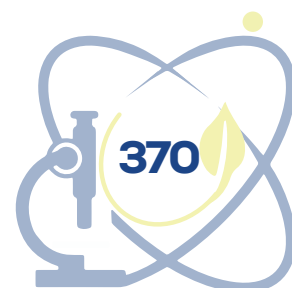
Visto o que foi argumentado acima, medidas são cabíveis para que situação atual seja alterada de maneira positiva e, assim, aconteça a união da sociedade a fim de que haja melhores expectativas de vida para esses indivíduos.

De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (1992, p. 1), “O Psicólogo, dentro de suas especificidades profissionais, atua (...) com o objetivo de promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano”. Assim, segundo a citação acima apresentada, conclui-se que o papel do(a) psicólogo(a) em sua profissão e no nicho social que será frisado, se encontram como essenciais, de assistência ao indivíduo, além do respeito aos direitos e valores devidos ao ser humano. Como cita o Código de Ética Profissional do Psicólogo:

Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo (CFP, 2005, p. 5).

A atuação desses profissionais deve promover muito mais além da assistência e do estudo, necessita da visão e tratamento humanizado desses indivíduos vulnerabilizados, observando a individualidade de cada ser. Segundo Ribeiro e Guzzo (2014), o papel do profissional de Psicologia deve estar embasado no seu olhar para a dimensão subjetiva, buscando-se compreender como cada sujeito se organiza e se apropria das condições sociais que cercam os usuários das Políticas Públicas e como eles vivenciam essa realidade. Ou seja, ele deve contribuir para a construção da ideia de que cada sujeito se organiza de maneira diferente, própria e, como psicólogo(a), deve buscar compreender essa questão, as organizações de cada indivíduo e como cada ser se envolve com o social.

Observa-se que na formação acadêmica em Psicologia, pode-se deparar com modelos clínicos individualizantes de atuação em que há análises descontextualizadas e muito distantes da realidade das necessidades que são evidenciadas por sujeitos vulneráveis (usuários de Políticas Públicas). Realidade essa que dificulta e limita a atuação do profissional em Psicologia para a transformação verídica da realidade desses sujeitos. Portanto, o tratamento eficaz dessas crianças e adolescentes necessita ser colocado em prática, pois esses indivíduos, por estarem em extrema vulnerabilidade, necessitam de uma maior assistência, de estudos humanizados e ações diretas na condição em que estão inseridos.



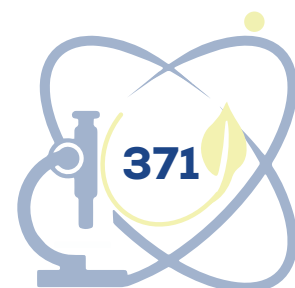
Fica claro portanto que, muito além das práticas tradicionais, o psicólogo(a) deve atuar com humanidade, tratando os sujeitos vulneráveis em questão de maneira completa e integral, analisando possíveis determinantes, estudo dos casos enfrentados, considerando predeterminações, patologias desenvolvidas, considerando a condição de menoridade e vulnerabilidade dos sujeitos. Essas medidas adotadas pelo profissional devem ser a fim de desenvolver a transformação social e reversão da realidade dessas crianças e adolescentes nessa condição, por meio de ações humanizadas e interpessoais entre profissional e paciente, em simultâneo com as Políticas Públicas de assistência a esses sujeitos.

Tendo em vista os dados acima apresentados e os frequentes problemas enfrentados por crianças e adolescentes em situação de rua, o presente trabalho buscará responder à seguinte questão problema: como o profissional em Psicologia pode atuar de forma a efetivar os direitos das crianças e dos adolescentes que vivem em situação de rua?

Diante do que foi apresentado, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a atuação do psicólogo, por meio das políticas públicas, junto a crianças e adolescentes em situação de rua. E como objetivos específicos: compreender os fatores que desencadeiam a crianças e adolescentes a se encontrarem em situação de rua; identificar maneiras de atuação do psicólogo em conjunto às políticas públicas, para a execução efetivação dos direitos assegurados às crianças e aos adolescentes; e destacar possíveis consequências e os riscos vivenciados por essas crianças e adolescentes diante das vivências em condição de rua.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, realizada por meio de técnica de pesquisa bibliográfica. Gil (2002) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo a familiarização com a problemática, de maneira a deixá-la mais explícita. Por sua vez a pesquisa bibliográfica é entendida como sendo a modalidade em que há análise, leitura e interpretação do material impresso, como por exemplo, livros, obras de divulgação, documentos, artigos, periódicos, manuscritos e entre outros, todos esses para que o uso dessa modalidade de pesquisa seja aplicado.



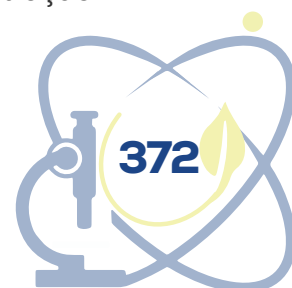
Foram utilizados artigos científicos disponíveis na base de dados do *Scientific Library Online* (SciELO). Para seleção dos artigos recorreu-se aos indicadores: “Políticas públicas”, “Crianças”, “adolescentes”, “situação de rua”, “condição de rua”, “Psicologia”, associados de diversas formas por meio do operador booleano AND, com filtros na área de Psicologia e com artigos da língua Portuguesa publicados entre 2014 e 2022.

Os artigos selecionados foram lidos e analisados qualitativamente a partir dos temas: Motivos das crianças e adolescentes encontram-se em situação de rua; Consequências e riscos dessa situação; A atuação de profissionais de Psicologia.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Buscou-se suporte teórico na Psicologia Social Crítica e nas Referências Técnicas para atuação da Psicologia nas Políticas Públicas. Essa proposta crítica da Psicologia Social, chama atenção Gonçalves (2010), constituiu-se a partir das iniciativas da Psicologia Comunitária das décadas de 1970 e 1980, nos bairros periféricos, bem como a partir das ações mais institucionalizadas nas décadas de 1980 e 1990, seja na saúde pública ou na educação, influenciada pelas experiências com Educação Popular. Essa atitude possibilitou outras formas de a Psicologia se inserir na sociedade, superando um modelo clínico, individualizante e elitista da Psicologia.

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), órgão vinculado ao Conselho Federal de Psicologia – CFP, tem objetivo de produzir e divulgar informações sobre a Psicologia e Políticas Públicas, bem como produzir referências para prática dos(as) profissionais de Psicologia em diferentes áreas das Políticas Públicas. O CREPOP caracteriza uma nova etapa na construção da presença social da profissão de psicólogo no Brasil. Vem buscando produzir uma nova identidade profissional marcada pela prestação de serviços a indivíduos, grupos e instituições, sobretudo àqueles grupos vinculados às principais áreas de necessidades sociais. Dessa forma, as pesquisas da Psicologia Social Crítica e orientações técnicas e pesquisas realizadas pelo CREPOP deram suporte ao presente estudo. Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), composto por leis que asseguram direitos à vida, saúde, alimentação, moradia e dignidade, foi bastante relevante para a construção



da pesquisa. Pensamos nas leis que garantem, ainda que existam jovens em situações precárias, possibilitando melhorias de vida.

Outro fator importante para a pesquisa foi o código de ética (CEPP, 2005) que expressa a concepção de que o homem segue sua direção em sociedade, ou seja, todos correspondem pelos seus atos, mas é necessário o respeito para que seja construída essa ponte. Na psicologia social não é diferente, o é importante que o olhar do sujeito para com os jovens seja de empatia e acolhimento, construindo para o bem-estar social desses jovens que estão em situação de rua e tanto precisam.

A importância da família no desenvolvimento e da vida da criança e do adolescente: Kaloustian e Ferrari (1994 *apud* GOMES; PERREIRA, 2005) realça justamente a necessidade da família diante do sujeito. A criança precisa da família nas primeiras etapas de vida, assim como o adolescente necessita do cuidado para adentrar uma nova fase de vida e, com ausência de ambos os cuidados, esses jovens vivenciam as necessidades orgânicas dos pais e procuram saciá-las. A família e o meio onde essas crianças crescem é o local onde acontece a construção das suas condutas.

O conceito de maturação precoce de Menezes (1998) contém conteúdos importantes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes em quesito de aprendizagem, o qual é importante para entender por que esses jovens que estão em situações precárias necessitam de um acolhimento adequado.

Ribeiro e Guzzo (2014); Gesser (2003) falam sobre dimensão subjetiva, exprimindo a importância da atuação do profissional em psicologia para com esses jovens que estão em situação de precariedade; a maneira como esses serão vistos e acolhidos. Associando a psicologia social e crítica de Ana Bock, Gonçalves (2004) exprime o estudo da dimensão psicológica por meio de todas as marcações simbólicas que compõem o sujeito que está inserido nos fenômenos sociais.

População infantil e adolescentes em situação de rua, aspectos e configurações: Rizzini e Couto (2019); Santana (2004); Ferreira (2011); Moreno ([2017?]), buscando compreender os aspectos culturais e históricos que levam esses sujeitos – crianças e adolescentes – a situação precária em que se encontram, destacando ainda os principais estudos sobre esse tema. Em



paralelo, é importante destacar a ideia de marginalização infantil (CASTEL, 1997), entendendo o fenômeno da marginalidade e visando compreender quais são as estratégias que serão utilizadas para conceder condições dignas às crianças e adolescentes, além de explicar a realidade desses indivíduos.

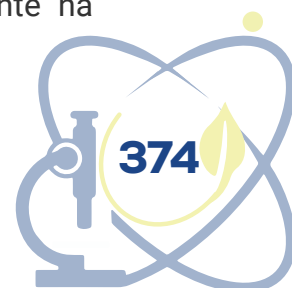
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados acessados revelam que muitas crianças e adolescentes sofrem com a precariedade de recursos básicos para sobrevivência no Brasil. Com o índice de pobreza cada vez maior, a miséria assume grande proporção e, conseqüentemente, é necessário que exista a procura por algum tipo de renda, sendo uma maneira viável ir às ruas tentar comercializar algum produto que seja possível adquiri-lo por um baixo custo para ofertá-lo por um preço justo e que se obtenha lucro, para a partir dele ter alguma renda para comprar algum alimento e levar para casa. A pobreza retira das pessoas a liberdade de saciarem a fome quando quiserem, de vestirem-se como quiserem, de morarem adequadamente, de terem água, saneamento, educação (LIMA *et al.*, 2012).

Outro fator que desencadeia para que crianças e adolescentes estejam em situação de rua é o desemprego dos pais e responsáveis e a falta de oportunidade para eles. Um pai de família que não consegue um emprego fixo, acaba procurando maneiras de conseguir alguma renda, praticando assim a alternância em empregos com pouca durabilidade, como por exemplo uma diária que normalmente garante alimento para um ou dois dias, dependendo da quantidade de membros que compõem a sua família (MENEZES, 1998). Desse modo, muitas crianças ou adolescentes, quando se deparam com essa situação dificultosa em seu núcleo familiar, buscam na rua formas de renda para auxiliar os pais e complementar a renda em casa.

[...] Parte considerável da população mundial convive com o “fantasma” do desemprego, mantendo-se a atualidade das discussões sobre a fome e a pobreza. Se, de um lado, amplia-se a massa de riqueza das sociedades (nunca se teve acesso a tantos bens como se tem hoje), por outro lado, comunidades/localidades em peso vivem num cenário de miséria e abandono, com impacto especialmente adverso para a população jovem (CARVALHO *et al.*, 2012, p. 654).

Visto isso, é válido destacar que a desigualdade social presente na



sociedade se torna outro fator determinante para a ocorrência de tanta pobreza e da busca de melhorias por parte de crianças e adolescentes nas ruas; a mão de obra é barata e o serviço é muito, distribuindo rendas de maneira errada.

Os estudos acessados revelam que, quando o indivíduo se encontra no contexto de condição de rua, há uma série de riscos que podem ser experimentados por ele. Em um estudo realizado por Moreno ([2017?]), é investigado a participação política na análise histórica, retratando a pouca possibilidade desses riscos estarem associados a um futuro de qualidade: a grande dificuldade do acesso à escola, que por diversos fatores é complexificado, e a própria dependência para o sustento, sendo cabido ao próprio indivíduo ser responsável pela sua própria fonte de renda financeira, consumindo o tempo e cedendo a falta de uma motivação para buscar uma educação são destacado pelo autor. Pode-se ressaltar, além desses pontos, a notória carência de acesso e até de perspectiva de as escolas visar essa margem social como uma prioridade para educar. Como destacaram Rizzini e Couto (2019)

[...] Todavia, o acesso à educação pode ser influenciado, restringido ou ampliado, por um conjunto de fatores que vão além das dimensões estritamente econômicas, como o número de dias trabalhados, a moradia na rua, a idade, a gravidez precoce e a localização em determinados municípios da região metropolitana (...) observa-se uma grande lacuna no que se refere à análise acerca das condições de escolarização. Crianças e adolescentes em situação de rua compõem um grupo heterogêneo. Dessa forma, não podemos deixar de sinalizar que o caso daquelas que vivem em instituições de acolhimento (RIZZINI; COUTO, 2019, p. 105).

O conceito reconhecido por Castel (1997) apresenta a marginalidade social onde o indivíduo encontra-se na atualidade, pode ser estabelecido para caracterizar aquele sujeito que se encontra à margem da sociedade, não sendo permitido ou conveniente uma atuação ativa do mesmo. Quando há possibilidades de ser considerado uma priorização do ser marginalizado, onde não é vista pela sociedade a necessidade de qualquer tipo de apoio para melhorar a condição de vida do sujeito ou que seja viável para a mesma interferir nesse processo, torna inconcebível que o processo de desenvolvimento dos sujeitos à margem se concretize de uma forma saudável e enriquecedora em relação aos distintos aspectos. Gontijo e Medeiros (2009) afirmam que esses indivíduos encontram-se “colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios sem encontrar aí um

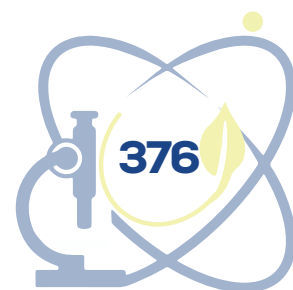
lugar designado” (GONTIJO; MEDEIROS, 2009, p. 2).

Outra necessidade indispensável, visto as condições gerais em que essa população específica é destinada diariamente, seria um fácil acesso a centros saúde pública de qualidade, visando uma melhor preservação da boa disposição da saúde física e mental populacional. Mesmo com o crescente acolhimento dessas pessoas, não se considera suficiente para acatar todas as necessidades dessa população específica, em especial a saúde tendo a considerar diversos fatores que devem ser analisados quando se busca soluções sendo elas “a difícil manutenção de hábitos de alimentação e higiene adequados, o trabalho infantil, o uso de drogas e a prática sexual como estratégia de sobrevivência” (RIZZINI; COUTO, 2019).

A maturação precoce que acontece quando a criança é encontrada nesse contexto, desde muito cedo em um cenário adulto, dificulta ou elimina qualquer tipo de possibilidade de que esse indivíduo tenha as suas caracterizações ou processos ocorra de forma natural e saudável, quando nos referimos ao aproveitamento da sua infância como direito (MENEZES, 1998).

Mediante as pesquisas realizadas considera-se que, como profissional, o(a) psicólogo(a) deve ter sua atuação fundamentada nos valores contidos da Declaração Universal dos direitos humanos, como liberdade, dignidade e integridade, além de zelar pela integridade da profissão, usando-a somente para fazer o bem (CFP, 2005). Logo, como previsto no Código de Ética, o(a) psicólogo(a) deve cumprir com os direitos assegurados aos indivíduos e, como se fala em crianças e adolescentes, esses sujeitos estão inseridos neste conjunto. Além do cumprimento ético da profissão, urge atentar para a maneira em que os profissionais, atuando nas políticas públicas, estão agindo para a garantia dos direitos legais das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade nas ruas.

Nesta análise, a atuação do psicólogo por meio das políticas públicas deve considerar como premissa principal e fundamental a subjetividade, para a garantia dos direitos humanos (GESSER, 2013). De acordo com Bock (2009) observa-se a necessidade de que seja compreendida como uma construção histórico-cultural, algo construído nas relações em que sujeito vivencia onde está inserido. Portanto, vê-se que, para que a garantia de direitos para crianças e adolescentes seja efetivada, se torna necessário a existência da subjetividade para análise e considerações dos fatores determinantes para a situação em



que se encontram, juntamente com a construção dos sujeitos como indivíduos construtores de vivências, essas fundamentadas de maneira histórico-cultural. Isso para que as reflexões a respeito desses sujeitos sejam pensadas de maneira humanizada e eficaz, com foco na ação de reversão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe na Lei nº 8.069, art. 4

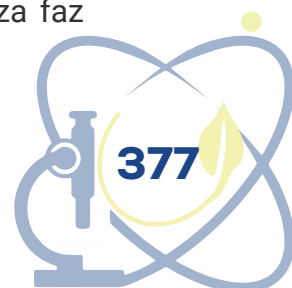
É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990, Art. 4).

Todos os membros da sociedade estão responsáveis na efetivação destes direitos acima citados, envolvendo todos os âmbitos das vidas de crianças e adolescentes. O profissional em Psicologia deve defender o valor que esses indivíduos têm, competem em excelência defender aquilo que está em harmonia com os direitos humanos, evitando pré-julgamentos e tratando os indivíduos de maneira humanizada, subjetiva e singular, para promoção da justiça (CFP, 2005).

Apesar de ser um acontecimento comum nas cidades, além da acomodação com esse fato por parte da sociedade, a condição de vulnerabilidade de muitas crianças e adolescentes deve ser tratada com grande atenção, cumprindo com as atribuições do Psicólogo, de maneira assessorar órgãos públicos e particulares, organizações de objetivos políticos ou comunitários, na elaboração e implementação de programas de mudança de caráter social e técnico, em situações planejadas ou não, por meio do estudo e análise dos aspectos determinantes à situação desses sujeitos (CFP, 1992). Concomitante a isso, a ação conjunta às Políticas Públicas necessita estar em sintonia com o profissional, de maneira a atuarem seguindo os mesmos ideais de respeito e justiça vigentes, para que a garantia de direitos básicos seja, em verdade, alcançada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste artigo, a pesquisa se ampliou com a compreensão e desdobramento a respeito da atuação do psicólogo junto às crianças e adolescentes em situação de rua. Portanto, concluiu-se que é de suma importância a presença de uma renda para uma família a qual a pobreza faz



parte da realidade. A criança e o adolescente que é responsável por uma fonte de renda para suprir o básico por conta da miserabilidade em que estão inseridos, acabam se expondo a perigos, além de sofrer agressões psicológicas na rua que comprometem o seu desenvolvimento psíquico, social, educacional e físico.

Desse modo, fica claro que essa situação de vulnerabilidade advém da influência gerada pela desigualdade social. O Estado e a sociedade precisam combater a pobreza extrema e a desigualdade social existente, reparar as necessidades de cada família necessitada, conseguindo ampará-las com condições dignas de vida que é direito de todos.

Durante o desenvolvimento da pesquisa se tornou evidente a importância da garantia dos direitos às crianças e adolescentes. Por meio da atuação do(a) psicólogo(a), juntamente com outros profissionais e por meio de políticas públicas sociais mais efetivas, é possível que estes direitos sejam promovidos a esses indivíduos. O trabalho por meio das políticas públicas revela a oportunidade de melhoria e abrangência da assistência a esses sujeitos, pois as possibilidades de atuação são variadas, além do desígnio de equipes para o cuidado a esses sujeitos. Direitos como proteção, cuidado, amparo emocional, familiar, social e educacional, com base no que foi pautado no estudo, pode, em verdade, ser garantido a crianças e adolescentes, pois eles, como seres humanos, necessitam do cumprimento desses direitos básicos à humanidade, previsto na nossa Constituição Federal e também na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

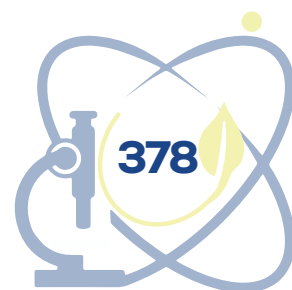
BARROS, P. C. M.; FREJ, N. Z.; MELO, M. F. V. Na exclusão social, palavras que alimentam e incluem o sujeito. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 743-752, dez. 2017.

FERREIRA, F. P. M. Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e seus Macro Determinantes. **Saúde e Sociedade**, São Paulo v. 20, n. 2, p. 338-349, jun. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, abr. 2005.

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo:



Cortez, 2010.

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. Crianças e adolescentes em situação de rua: contribuições para a compreensão dos processos de vulnerabilidade e desfiliação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 467-475, abr. 2009.

KALOUSTIAN, S. M. **Família brasileira, a base de tudo**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, W. C. G. D. L. Crianças e adolescentes em situação de rua: desenvolvimento econômico, estratégias compulsórias e direitos fundamentais. **Pensar**, Fortaleza, v. 17, n. 2, p. 646-671, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/2320>. Acesso em: 17 maio. 2021.

MENEZES, D. M. A.; BRASIL, K. C. T. Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [s. l.], v. 11, n. 2, 1998.

MORENO, C. **Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Brasil**. [2017?]. Disponível em: <https://susiquadros.jusbrasil.com.br/modelos-pecas/435847080/criancas-e-adolescentes-e-m-situacao-de-rua-no-brasil>. Acesso em: 17 maio. 2021.

PEREIRA, Á. **A influência da família no processo ensino-aprendizagem**. Projeto professor nota 10, Brasília, p. 1-92 nov. 2005. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/6622/1/40261573.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2021.

RIZZINI, I.; COUTO, R. M. B. do. População infantil e adolescente nas ruas: principais temas de pesquisa no Brasil. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 105-122, jan./abr. 2019.

SANTANA, J. P. Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 59-70, ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/cqLcVzLhYtmpNYyxFHNS9JN/?lang=pt>. Acesso em: 31 maio 2021.

SOUSA, L. A. **A psicologia e a população em situação de rua: novas propostas, velhos desafios**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, 2015. Disponível em: <https://redeassocialpg.files.wordpress.com/2016/01/a-psicologia-e-a-populac3a7c3a3-o-de-rua.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

IDENTIFICAÇÃO DE TEMAS SOCIALMENTE RELEVANTES SOBRE O RIO SÃO FRANCISCO PARA A PRODUÇÃO DE SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS

Reurilânia Alves dos Santos¹

Maria Andréia dos Santos Morato²

Aliana Francisca da Silva³

Tatiana Santos Andrade⁴

RESUMO

O Rio São Francisco é um dos maiores cursos de água natural brasileiro, sendo muito importante para a vida das pessoas que vivem em seu entorno. Nesse sentido, surge a proposta de realização da transposição de suas águas, que previa uma segurança hídrica aos habitantes do semiárido nordestino que sofrem com a escassez de água. Por se tratar de um tema controverso e que afeta muitas pessoas que dependem do Rio para suas diversas atividades, entendemos ser relevante levar essas temáticas para serem discutidas e refletidas no contexto da educação básica. Assim, este estudo tem como objetivo identificar temas socialmente relevantes a partir da perspectiva de professores da rede básica de educação em relação ao Rio São Francisco e a sua transposição, visando a produção de sequências didáticas para ensinar Ciências de modo contextualizado e significativo. Os dados coletados foram os discursos produzidos por professores de Ciências da rede básica de educação. O método utilizado para a análise dos dados foi a Análise de Conteúdo. Os resultados refletem a insatisfação da população em relação à transposição e por isso eles se sentem inseguros, pois percebem que essa obra está voltada mais para interesses econômicos do que os das populações afetadas pela transposição. Os dados apontam como temas socialmente relevantes: a construção de barragens, a degradação ambiental causada pela obra e expectativas de benefícios dos moradores que vivem ao redor das barragens na região do Cariri Cearense.

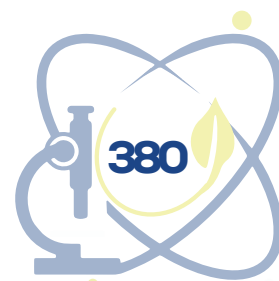
Palavras-chave: População; Rio São Francisco; Transposição.

¹ Universidade Federal do Cariri, E-mail: reurilania.santos@aluno.ufca.edu.br, PRPI/UFCA.

² Universidade Federal do Cariri, E-mail: andreia.morato@aluno.ufca.edu.br, PRPI/UFCA.

³ Universidade Federal do Cariri, E-mail: alianafrancisca228@gmail.com, PROEX/UFCA.

⁴ Universidade Federal do Cariri, E-mail: tatiana.andrade@ufca.edu.br, PRPI/UFCA.



ABSTRACT

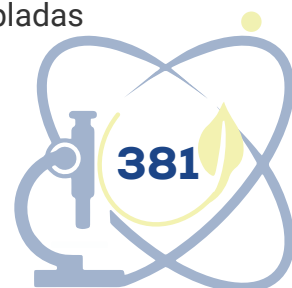
The São Francisco River is one of the largest natural waterways in Brazil, being very important for the lives of the people who live in its surroundings. In this sense, there is a proposal to carry out the transposition of its waters, which provided for water security to the inhabitants of the northeastern semi-arid region who suffer from water scarcity. As it is a controversial topic that affects many people who depend on the river for their various activities, we believe it is relevant to bring these topics to be discussed and reflected in the context of basic education. Thus, this study aims to identify socially relevant themes from the perspective of teachers of the basic education network in relation to the São Francisco River and its transposition, aiming at the production of didactic sequences to teach Science in a contextualized and meaningful way. The data collected were the speeches produced by Science teachers from the basic education network. The method used for data analysis was Content Analysis. The results reflect the population's dissatisfaction with the transposition and therefore they feel insecure, as they perceive that this work is focused more on economic interests than those of the populations affected by the transposition. The data point out as socially relevant themes: the construction of dams, the environmental degradation caused by the work and expectations of benefits of the residents who live around the dams in the Cariri region of Ceará.

Keywords: Population; São Francisco River; Transposition.

1 INTRODUÇÃO

O Rio São Francisco é um dos maiores Rio da América Latina, sendo considerado como fonte de vida para muitas pessoas, além de suas belezas naturais, ele tem uma grande importância econômica para o país e por isso, inúmeras atividades são desenvolvidas em torno dele. Além disso, é um Rio perene que não seca, sendo estável em todo o período do ano. Ademais, ele abrange diversas regiões do semiárido nordestino e para suprir a escassez de água nessas regiões quando em período de estiagem, o governo federal propôs o projeto de transposição do Rio São Francisco, um dos maiores empreendimentos hídricos do Brasil, buscando levar as águas do Velho Chico para as regiões do Nordeste Setentrional que sofrem com escassez, devido às secas. Dessa forma, “a transposição do Rio São Francisco passou a ser vista como a única alternativa de solução do problema [...]” (SUASSUNA, 2007, p. 1).

Com isso, muitas discussões foram surgindo em torno desse grande projeto, para alguns, a obra traria muitos benefícios às regiões contempladas

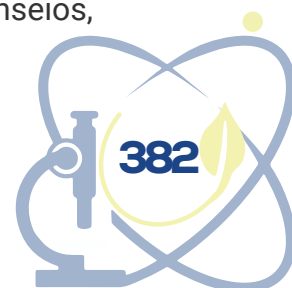


pela transposição, pois geraria empregos, também havia expectativas de que o problema da falta de água se findaria. Era a promessa de melhoria para o sertão. Porém, as águas chegaram e, muitas pessoas continuam sem acessá-las, o que indica que a obra se volta para os interesses econômicos deixando a população à margem. Além de não atender a demanda primária, a construção da obra exigiu que muitas famílias deixassem suas casas para que a obra pudesse passar, com isso, receberam indenizações que muitas vezes, não era o suficiente para adquirir um outro lugar, além disso, ainda se tem os laços sentimentais que os unem ao lugar (BEZERRA, 2016).

Outro aspecto importante de ser refletido, são os impactos ambientais que a realização da obra trouxe ao Rio e as regiões que receberam as barragens que comportam as águas trazidas pelos canais, pois as modificações no seu curso natural e a destruição das paisagens naturais, ocasionou grandes impactos ambientais. Se juntando a outros problemas que degradam o Rio e são percebidos ao longo do seu curso, como a poluição, às explorações de suas águas através de atividades agropecuárias, mineração e a construção de hidrelétricas (CASTRO; PEREIRA, 2019). Como também, tem-se a situação de desabastecimento “[...] torna-se muito frequente observarem-se populações inteiras passando necessidade, mesmo residindo a poucos quilômetros das fontes hídricas ou mesmo no entorno das principais represas nordestinas” (SUASSUNA, 2010, p. 345).

Devido às problemáticas que envolvem o Rio São Francisco, a sua transposição, a importância hídrica, social e cultural do Rio, acreditamos que essas, são temáticas importantes de serem pesquisadas e levadas ao contexto educacional. Portanto, são questões que devem ser refletidas e tratadas nas escolas, principalmente no ensino de Ciências, pois está diretamente ligada a conhecimentos dessas áreas. A identificação de temáticas socialmente relevantes pode proporcionar aos estudantes aprendizagens concretas a partir das compreensões dos conhecimentos científicos envolvidos na busca de soluções às problemáticas envolvidas no tema e que afetam a vida cotidiana das pessoas, como é o caso da questão do RSF e da sua transposição que afeta principalmente os que residem às suas margens ao redor da obra da transposição.

Por isso, é necessário buscar temas que retratam a realidade, para que diante disso os estudantes saibam “expressar a sua linguagem, os seus anseios,



as suas inquietações, as suas reivindicações [...]” (FREIRE, 1989, p. 13). Podendo esse tipo de abordagem, ajudar a reforçar as políticas públicas contra as adversidades que surgem do Rio São Francisco e da transposição.

Deste modo, neste trabalho, objetivamos identificar temas socialmente relevantes a partir da perspectiva de professores da rede básica de educação em relação ao Rio São Francisco e a sua transposição, visando a produção de sequências didáticas para ensinar Ciências de modo contextualizado e significativo.

2 METODOLOGIA

Neste trabalho, utilizamos pesquisa qualitativa. Para Mendes (2006, p. 11) a pesquisa qualitativa é a “demonstração lógica das relações entre conceitos e fenômenos, com o objetivo de explicar a dinâmica dessas relações em termos intersubjetivos”.

Dessa forma, os dados foram obtidos a partir da realização da oficina temática intitulada Scientia Opará (que recebeu esse nome porque Opará foi o primeiro nome que o Rio São Francisco recebeu dos indígenas, significando rio mar), uma das atividades propostas pelo Projeto de Pesquisa intitulado: Um Rio tinha contado: articulações entre Ciência, literatura e conhecimentos locais, realizada com professores da rede básica de educação do Cariri cearense e de algumas escolas do estado de Sergipe, ambas localizadas próximas a transposição e ao Rio São Francisco.

O objetivo da oficina foi promover reflexões iniciais sobre os entrelaçamentos entre o Rio São Francisco e/ou sua transposição e os atravessamentos territoriais, sociais, culturais, emocionais e de memória que permeiam a constituição de sujeitos na atuação docente. No primeiro momento, ocorreu a apresentação inicial dos participantes, na qual todos escolheram uma de 7 (sete) imagens relacionadas à água, que melhor lhe representava, em seguida foi proposto a escrita de memórias e/ou imaginários sobre o Rio São Francisco e a transposição.

Em relação a este trabalho, utilizamos dados que foram produzidos a partir dos discursos de 6 (seis) professores, tendo em vista atender ao objetivo deste



estudo. Assim, para a análise dos dados, empregamos Análise de Conteúdo pelos pressupostos de Bardin (2016). Pois, a Análise de Conteúdo dispõe de “[...] um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2016, p. 15).

Dessa forma, a análise dos dados se apoia nas três fases cronológicas de Bardin (2016) e que fazem parte da Análise de Conteúdo. A primeira fase é a pré-análise, em que acontece a organização do material, nesta são feitas as chamadas leitura flutuante; a segunda fase, consiste na exploração do material, correspondendo aos procedimentos de codificação, ou seja, o recorte de palavras em que ocorre uma transformação nos dados brutos. E por fim, a terceira e última fase, equivale ao tratamento e interpretação dos resultados que foram obtidos. Assim, “[...] os resultados brutos, são tratados de maneira a serem significativos (‘falantes’) e válidos” (BARDIN, 2016, p. 131).

3 DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os resultados apresentados foram obtidos a partir dos discursos de seis professores. Assim, para garantir o anonimato destes sujeitos, optamos por nomeá-los pela abreviação do nome professor seguido de um numeral, como “P1, P2, P3, P4, P5 e P6”, conforme apresenta-se no Quadro 1 a seguir. Neste, podemos observar os discursos dos sujeitos referentes a expectativa de benefícios em relação a transposição, pois trata de uma temática que é relevante porque demonstra o que estes pensam e esperavam da obra.

Quadro 1 - Discursos dos professores

UNIDADE DE CONTEXTO	UNIDADE DE REGISTRO	CATEGORIA
P1: "Tínhamos outra impressão, né, de que o rio fosse trazer benefícios para nós e na verdade não é essa ..."	... o rio fosse trazer benefícios para nós...	Expectativa de Benefício
P2: "No início achei que traria grandes benefícios para a comunidade..."	... achei que traria grandes benefícios...	
P3: "Sempre tive essa imagem da transposição vindo pra cá ajudar nosso sertão..."	... transposição vindo pra cá ajudar nosso sertão....	
P4: "O que continuou foi a promessa de melhorias, de abastecimentos das comunidades..."	... promessa de melhorias, de abastecimentos...	
P5: "Atualmente, a obra está quase finalizada, mas muito são os impactos negativos, até agora, na região onde moro não começou a grande revolução prometida"	... até agora, na região onde moro não começou a grande revolução prometida.	
P6: "[...] não apenas a transformação da paisagem que pude acompanhar, mas a transformação de vida da transposição, de toda região em decorrência dessa grande obra. Então, nós temos pontos positivos, pontos negativos, decorrentes da construção da hidrelétrica. O Rio São Francisco tem uma representação bem ampla para todos nós daqui da região. Nós temos uma ligação afetiva, uma ligação cultural e econômica com esse grande rio"	... transformação da paisagem [...] transformação de vida [...] pontos positivos, pontos negativos, decorrentes da construção da hidrelétrica [...] ligação afetiva, uma ligação cultural e econômica ...	

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante da transposição do Rio São Francisco, surgiram as promessas de que a obra traria inúmeros benefícios para a população receptora, porém é notável nos discursos a insatisfação das pessoas em relação a esse projeto, porque acreditavam que em consequência da chegada das águas, viriam outras melhorias para as comunidades afetadas, como nos mostram os discursos de P1 e P2. Nisto, é possível constatar no discurso de P1 que os interesses desse projeto estão voltados para outras questões, isso vem ao encontro da pesquisa de Baracho (2014) o qual relata que existe o entendimento de que o verdadeiro intuito da realização da obra de transposição, seja para disponibilizar água para o desenvolvimento de atividades do agronegócio e para a carcinicultura.

Assim, constatamos que existiam grandes expectativas das pessoas em relação a transposição, pois estas acreditavam que a obra traria melhorias para suas vidas, sendo também possível perceber a necessidade do atendimento da população, já que o intuito desta obra era o de garantir segurança hídrica a essas regiões, como uma alternativa para amenizar os efeitos das secas.

Nesse sentido, entendemos que essas são questões que precisam ser levadas em consideração, pois ter acesso à água para suprir as suas necessidades é um direito de todo cidadão. Para tanto, essas situações envolvem temáticas que podem e precisam ser exploradas no ensino de Ciências, pois estão intrinsecamente ligadas aos conteúdos curriculares que são desenvolvidos nas escolas. Assim, destaca-se a falta de abastecimento de água e suas consequências, como temáticas envoltas no cotidiano dos alunos.

Isso também pode ser identificado no discurso de P4, quando relata a dificuldade de abastecimento de água nas comunidades, um dos problemas que afeta as populações que moram ao lado do Rio São Francisco e das barragens da transposição. De acordo com Machado (2008, p. 247), diversas comunidades localizadas às margens do Velho Chico, não têm acesso à água encanada e tratada. Isso resulta na exclusão destas pessoas, pois como é sabido, essas estruturas comportam um grande volume de água, mas para essas pessoas é negado esse direito (o uso dessas águas) por parte do estado, o grande responsável pela má gestão das águas nessas comunidades.

Também P3 acreditava que a transposição mudaria a situação de escassez de água do Cariri cearense, pois a água ajudaria os sertanejos a sair de situações precárias que são agravadas com as secas. Mas a realidade mostra “[...] que o projeto não se destina a atender as populações rurais dispersas, aquelas que realmente sofrem com o drama da seca. Para essas, o projeto oferece, no máximo, a instalação de chafarizes ao longo dos canais [...]” (MACHADO, 2008, p. 236).

Dessa forma, podemos perceber a insatisfação dos professores com relação à chegada das águas da transposição onde suas expectativas não foram atendidas, por exemplo, P4 imaginava que as águas serviriam para o abastecimento das comunidades solucionando os problemas trazidos pela seca, mas a promessa não foi cumprida. Já P5 e P6 comentam sobre os impactos negativos causados pela obra da transposição, afetando tanto a paisagem,



quanto a vida das pessoas, pois muitos moradores tiveram que deixar suas casas para que a obra fosse concluída. Assim, conforme Silva e Santos (2020, p. 2):

[...] se revelam em perdas materiais, como indenizações irrisórias pagas para a desocupação das terras, dificuldade de acesso à água que passa pelos canais e perda de terras, ou ainda em perdas imateriais, simbólicas, como o agravo à saúde, o aumento de número de casos de ansiedade e depressão, o descrédito das pessoas em instâncias e representantes do governo, e até mesmo no sentimento de não pertencimento de quem foi realocado ou desapropriado de suas casas.

Deste modo, percebe-se que as pessoas foram afetadas ao serem retiradas de seus lugares, com isso, ainda a questão das indenizações que podem não ter sido o suficiente para adquirirem outra moradia, além disso, os laços sentimentais construídos com o lugar são fatores importantes e que podem impactar no seu modo de vida a partir desta situação, já que essas pessoas podem não se adaptar às novas moradias.

Um outro ponto que é importante destacar é a degradação ambiental causada pela obra e também pela construção das barragens, afetando a flora através das áreas nativas que foram desmatadas, e a fauna, interferindo na vida de diversas espécies de animais e insetos, que acabaram perdendo seus habitats. Ademais, podemos identificar que as escavações para a construção dos canais e das barragens, pode-se no decorrer do tempo iniciar ou acelerar o processo de erosão do solo, devido à ausência da cobertura vegetal que foi retirada, e com isso favorecer o processo de desertificação (SILVA *et al.*, 2017).

Por fim, cabe ressaltar que o Rio São Francisco além de trazer benefícios econômicos para a população, também transmite afetividade, termo presente na fala do P6. Isso pode estar relacionado ao convívio com o mesmo, o qual direta ou indiretamente faz parte da vida de quem vive próximo às suas margens, para Ferreira (2010) entre seres humanos e rios existe um sentimento de pertencimento.

Paratanto, essas temáticas como, a construção de barragens, a degradação ambiental, o meio ambiente e os impactos na sociedade, que foram tratadas nas discussões a partir dos resultados, precisam ser abordadas nas escolas, pois a “[...] A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de ideias, soluções, reflexões, aonde a organização popular

vai sistematizando sua própria experiência” (FREIRE, 2001, p. 15-16), para que dessa forma os estudantes possam contribuir para uma sociedade justa e mais humana, e que eles se tornem sujeitos transformadores e conscientes de que seu papel no mundo, sendo um sujeito que intervém (FREIRE, 1996).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados apresentados e das discussões realizadas, podemos entender que este trabalho alcançou seu objetivo e identificou temáticas socialmente relevantes a serem abordadas em sequências didáticas para o ensino de Ciências. Das questões que remetem a essas temáticas que permeiam o Rio São Francisco e a transposição, é evidente o descaso com a população afetada pela transposição, pois com a obra, surgiu a esperança no povo nordestino de solucionar o problema da escassez hídrica, ocasionado pelas secas. Além disso, criou-se as expectativas de que essa obra melhorasse a vida das pessoas dessa região, mas não passou de especulação e a população contínua na mesma situação.

Com isso, o que se tem entendido é que o interesse pela realização desta obra, não é de atender as necessidades do povo fragilizado, mas sim, que essas águas sejam utilizadas para favorecer outras atividades voltadas para interesses econômicos, essa água “não foi concebida para saciar a sede de pessoas e animais, mas para alimentar a indústria da irrigação voltada para a exportação” (MALVEZZI, 2007, p. 40).

Além disso, ainda se tem as consequências que essa obra pode ocasionar a médio e longo prazo para a fauna e a flora nordestina, afetada pelo desmatamento de áreas nativas. Como também, os efeitos no solo, que foram escavados para a construção dos canais de concreto e as barragens.

Deste modo, para assistir a população é preciso lançar vista sobre essas questões que envolvem essas pessoas e buscar compreendê-las, visando promover ações e políticas públicas que busquem atendê-las, garantindo-lhes uma melhor qualidade de vida. Portanto, faz-se necessário a abordagem de temáticas que envolvem a compreensão da realidade, e que procure desenvolver a criticidade dos alunos.

Assim, o desenvolvimento desta pesquisa, propõe a partir dos dados



obtidos, produzir sequências didáticas envoltas destas temáticas identificadas no cotidiano das comunidades, para assim, aplicarmos em escolas localizadas às margens da transposição, no Cariri cearense, buscando que os alunos, além de entenderem as situações sociais que envolvem o contexto ao qual estão inseridos, ampliem seu conhecimento em Ciências, e a partir disto, consigam intervir melhor na sua realidade e na sociedade.

AGRADECIMENTOS

A Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI), da Universidade Federal do Cariri (UFCA), pela concessão da bolsa.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70 Brasil, 2016.
- BARACHO, L. M. S. **Feridas da transposição do São Francisco**: um olhar sobre comunidades quilombolas do Semiárido Pernambucano. 2014. 233 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2014.
- BEZERRA, V. C. R. **Injustiça ambiental e Saúde**: a perspectiva dos agricultores familiares afetados pela transposição do rio São Francisco. 2016. 90 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2016.
- CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. **Revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco**: histórico, diagnóstico e desafios. Brasília: IPEA, 2019.
- FERREIRA, M. A. F. D. **Lugar, recursos e saberes dos ribeirinhos do médio rio Cuiabá, Mato Grosso**. 2010. 178 p. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.
- FREIRE, P. **A educação na cidade**. Prefácio de Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres; notas de Vicente Chel. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MACHADO, A. T. G. M. Um conflito federativo pelo uso das águas da bacia do rio da "integração nacional". In: ALVES FILHO, J. (org.). **Toda a verdade sobre a Transposição do Rio São Francisco**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 211-218.



MALVEZZI, R. **Semi-árido** - uma visão holística. Brasília: Confea. Pensar Brasil, 2007. Disponível em: <https://robertomalvezzi.com.br/wpcontent/uploads/2016/06/phpCDo4mz.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MENDES, A. M. Escuta e ressignificação do sofrimento: o uso de entrevista e análise categorial nas pesquisas em clínica do trabalho. *In*: CONGRESSO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO, 2., 2006, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho, 2006. Disponível em: <http://www.sbpot.org.br/iicbpot/anais.asp>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SILVA, A. P. *et al.* Impactos socioambientais e a transposição do rio são francisco: um olhar sobre o eixo leste. *In*: WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE AS ÁGUAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 3., 2017, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2017, p. 1-6. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/39046>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SILVA, G; SANTOS, S. E. "Grito da terra": narrativas acerca do fenômeno da desapropriação na transposição do velho chico. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 16, p. 01-23, 2020.

SUASSUNA, J. **Transposição do Rio São Francisco**. Fundaj, 2007. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/fran/html>. Acesso em: 08 ago. 2022.

SUASSUNA, J. **Transposição do Rio São Francisco na perspectiva do Brasil Real**. São Paulo: Porto de Ideias, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/35278/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Jos%c3%a9%20Anderson%20de%20Sousa.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2022.



PESQUISA (AUTO)BIOGRÁFICA E INTERSECCIONALIDADE:

HISTÓRIAS DE VIDA E FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DO INSTITUTO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES

Rafael Rodrigues Fialho
Lorran Cicero Melo dos Santos
Francione Charapa Alves

RESUMO

O presente trabalho é parte da pesquisa intitulada Interseccionalidade e acesso ao ensino Superior: marcadores de diferença de estudantes do Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri (UFCA), cujo plano de trabalho explorado foi Construção do referencial teórico sobre (auto) biografia e interseccionalidade. Teve como objetivo compreender os conceitos de interseccionalidade e marcadores sociais de diferença, aplicados por meio de pesquisa (auto) biográfica na educação, a partir das histórias de vida de estudantes. Nesse sentido foi realizada uma pesquisa bibliográfica das obras de autores como Akotirene e Josso, dentre outros autores. Ainda foram realizadas as rodas de registro baseadas nos estudos de Warschauer e Siqueira com dois estudantes do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática. Existem diversos marcadores sociais que influenciam na evasão dos estudantes de cursos de nível Superior, as políticas de inclusão têm se mostrado grandes aliados as permanências dos estudantes mais são diversos fatores que devem ser levados em conta, entre eles a motivação e o papel docente na formação.

Palavras-chave: Pesquisa (auto)biográfica; interseccionalidade; histórias de vida.

ABSTRACT

The present work is part of the research entitled Intersectionality and teaching to Higher Access: markers of difference of students from the Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri (UFCA), whose research plan was based on the theoretical framework of work on (auto) biography and

intersectionality. It aimed to understand the concepts of intersectionality and social markers of difference, applied through (auto) biographical education in education, based on the life stories of students. In this sense, a bibliographic research was carried out on the works of authors such as and Josso, among others. They were also published as registration wheels by Warschauer and Siqueira with two Interdisciplinary students from the Natural Sciences and Mathematics course. There are several higher-level training courses, as inclusion policies prove to be great allies in account, these are factors that must be several higher-level training courses.

Keywords: (auto) biographical research; intersectionality; life stories.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte integrante de uma pesquisa desenvolvida na Universidade Federal do Cariri, e financiada pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) denominada Interseccionalidade e acesso ao ensino superior: marcadores de diferença de estudantes do Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri, especificamente no Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática, no campus de Brejo Santo.

As questões norteadoras da nossa pesquisa foram: Quais os conceitos de interseccionalidade e de marcadores sociais de diferença? Quais marcadores sociais de diferença que aparecem no perfil dos estudantes do Instituto de Formação de Educadores (IFE) Como a vida desses estudantes influenciam na construção da futura identidade profissional docente? Quais fatores contribuem para permanência ou evasão do curso? Assim, objetivamos nesse trabalho compreender os conceitos de interseccionalidade e marcadores sociais de diferença, aplicados por meio de pesquisa (auto) biográfica na educação, a partir das histórias de vida de estudantes.

Assim, realizamos uma pesquisa (auto) biográfica no sentido de entender a relação entre os marcadores sociais, a interseccionalidade, o acesso e a permanência dos estudantes do IFE por meio de suas narrativas. Fundamentamos a nossa investigação nas leituras de Silva (2003); Akotirene (2019); Siqueira (2020); Josso (2010), dentre outros autores com o fim de compreender sobre o tema, e como aprofundar a pesquisa.



2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa (auto) biográfica nos permitiu traçar o perfil de dois alunos do IFE e conhecer excertos das suas histórias de vida, buscando identificar os marcadores sociais de diferença e fazer uma ponte interseccional entre eles, para identificarmos suas escolhas pelo curso, suas dificuldades de acesso ao ensino superior, inclusão social, digital, dificuldades de deslocamento ao campus, com vistas a conhecer a trajetória desses sujeitos e entender quais aspectos apresentam marcadores em suas trajetórias e que corroboram com o perfil profissional dos formandos.

A pesquisa teve uma abordagem qualitativa com foco nas histórias de vida e formação. Utilizamos a metodologia das rodas de registro que consistem em formar grupos para discutir sobre a vida, experiências, relatos. Tal metodologia requer uma aproximação maior entre os sujeitos do grupo, para que haja uma liberdade e todos consigam tratar com sensibilidade e empatia os assuntos abordados, algo que é comum no ambiente familiar ou em grupos de pessoas próximas. Segundo a autora, essa técnica não pode ser reproduzida sem que esteja presente a "sensibilidade e envolvimento das pessoas e da paixão pelos conhecimentos [...]". (WARSHAUER, 2017, p. 2)

Os instrumentos de coleta utilizados foram o roteiro da construção da linha da vida que considera a singularidade de cada história de vida por meio da 'vida escolar e acadêmica', da 'vida profissional' e da 'familiar' (WARSHAUER, 2017). Vale ressaltar que essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e cumpriu com todas as exigências da pesquisa com seres humanos, conforme Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

Houve um contato inicial com os alunos feito o convite para participarem da roda de registro, após ser aceito, foram definidos datas e horários, devido à pandemia que assola o país durante a pesquisa, e assim a necessidade de distanciamento social imposta pelos órgãos governamentais, nossa roda de registro foi realizada no formato virtual, em quatro encontros através da plataforma Google Meet.

A análise da roda de registro foi feita com base na própria metodologia da roda de registro, entretanto, fizemos uso também da análise de conteúdo de



Bardin que prevê a análise através da apresentação de categorias.

3 PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA E FORMAÇÃO

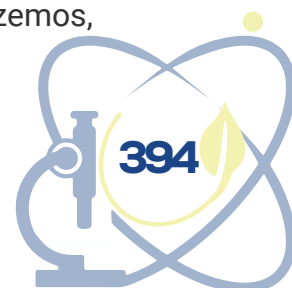
O trabalho (auto)biográfico produz através do compartilhamento da narrativa de si um processo formativo para os pesquisadores e reflexivo aos perscrutados, nessa relação se formam vínculos e esse processo estimula a produção do autoconhecimento e pensamento crítico. Narrar o passado nos remete a lembrar de todo o percurso para chegar aonde estamos, ou porque ainda não estamos onde desejaríamos estar no contexto da nossa formação ou futura formação, é importante diante desse aspecto conhecer sobre a própria ótica dos estudantes todos os percalços que estão presentes no processo formativo, ou seja, nos permitir conhecer o outro através de sua narrativa.

Sou habitada por essa ideia de que o movimento de abordagens biográficas nos campos de formação, preparo de formadores ou animadores e nas práticas sociais tem uma responsabilidade nesse processo de um melhor conhecimento um do outro (JOSSO, 2010, p. 50).

É no campo das narrativas (auto)biográficas que conseguimos encontrar com o outro pontos interseccionais, permitindo uma auto reflexão e possibilitando assim destacar quais as motivações ou quais as soluções para determinados conflitos, fatos que não nos permitiram desistir, podendo com isso manifestar dentro da pesquisa e ajudar a quem está enfrentando os mesmos conflitos ou dificuldades, Josso acredita que nas narrativas biográficas são “salva vidas” que nos levam a suportar diversas adversidades.

Parece-me que as narrativas biográficas se converteram, em muitos casos, em salva-vidas que talvez nos permitam resistir às tempestades e turbulências que já estão se manifestando e aquelas que nos esperam a curto prazo, preservando, no mínimo, a autoestima para imaginar soluções temporárias e um mínimo de solidariedade para encontrar formas viáveis de cooperação, na esperança de que possam se tornar focos de renovação social e política (JOSSO, 2010, p. 42).

Narrativas podem ser descritas como fatos que são contados, sejam de forma oral, escrita, através de símbolos ou outros, conseguindo assim expressar sentimentos, emoções angústias, medos e narrativas. Se trata de um processo humano muito natural pois a todo tempo falamos onde estivemos, o que fizemos,



de que nos alimentamos, quando falamos de nós estamos (auto)biografando, e quando narramos fatos de terceiros estamos biografando, em se tratando de pesquisa é algo formativo pois à medida que pesquisamos utilizamos os instrumentos de coletas, e dessa forma as ferramentas se caracterizam como trabalho biográfico já que vamos relatar a história de terceiros, porém enquanto pesquisa, segundo Siqueira, uma pesquisa autobiográfica é melhor definida

[...] em redes de aprendizagens (como as constituídas nos espaços escolares), na medida em que se produz a narrativa de si (simbólicas, mentais, verbais e comportamentais) e a compartilha com outros participantes do mesmo processo formativo, se criam vínculos e restauram relações de pertencimentos (SIQUEIRA, 2020, p. 73).

Enquanto pesquisadores é necessário criar espaços de liberdade, esclarecendo o papel de simplesmente investigadores bem como definindo o papel dos sujeitos, para tenham clareza e autonomia para demonstrarem suas experiências e contarem suas trajetórias. Para tal, é crucial que entendam de forma clara os objetivos da pesquisa, a confiança, o seu processo de construção e qual o sentido de trabalhar com histórias de vida que

[...] conferem autonomia e eticidade aos sujeitos da pesquisa, pois estes se veem e compreendem o processo de investigação, constroem e se constituem no desenvolvimento dela, uma vez que, selecionam, organizam, evidenciam suas experiências e trajetórias de vida e conhecimento (SIQUEIRA, 2020, p. 69).

O processo de criar mecanismos e ferramentas para coletar, analisar e biografar; como também o processo de narrar através da memorização, são formativos. Em outras palavras, tanto pesquisadores quanto sujeitos estão construindo identidades no campo da subjetividade e assim constituindo-se dentro de uma perspectiva formativa, conforme Warschauer:

As narrativas evidenciavam um novo paradigma, no qual o desenvolvimento da formação, que se estende por toda a vida, implica pesquisas contínuas, inclusive sobre a própria subjetividade. E fazer uma pesquisa sobre a formação, nessa nova perspectiva, implica a pessoa e sua própria história de formação. Pesquisa e formação são inseparáveis, assim como o são as dimensões pessoais e profissionais (WARSCHAUER, 2017, p. 4).

4 INTERSECCIONALIDADE E MARCADORES SOCIAIS DE DIFERENÇA

Igualdades e diferenças, a dicotomia entre gênero masculino e feminino, sexualidade heterossexual e homossexual, diferenças sociais, dicotomia econômica, raça preto e branco, embora estes sejam assuntos abordados e com muitas discussões e vertentes de pensamentos a respeito de lutas e desconstruções de rótulos, ainda é enraizado de forma sistemática o preconceito e a negação da luta por igualdade, porque não dizer luta por liberdade.

Trabalhar com esses temas é imergir numa realidade onde se busca encontrar os pontos que nos ligam, enquanto ser humanos, é desconstruir primeiro para depois construir, é entender que se existe algo que enxergamos como conquista, alguém enfrentou as opressões para conseguir, a interseccionalidade é o elo que une pessoas no propósito de lutar, conforme Akotirene isso nos ajuda a enxergar os opressores e as opressões:

A interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas. Às vezes oprimimos, mas às vezes somos opressores. Concordo que racismo, por ser estrutura de poder, é intransferível de negro contra o branco, por isso que o negro, para discriminar, precisa de poder racial assegurado exclusivamente quando ele está fardado, representando a instituição, não a si próprio (AKOTIRENE, 2019, p. 56).

As mulheres sofrem discriminação pelo simples fato de “ser mulher”, o homem negro também é discriminado pelo fato de ser negro e não branco, com esses simples fatos narrados observamos que se tivermos uma mulher que também é negra, ela tende a ser discriminada duplicadamente, será uma deficiência nascer mulher e negra? Será se na luta feminista de mulheres brancas, as negras serão contempladas? Ambas passam pelos mesmos tipos de discriminação? Ambas são mulheres, mas as realidades podem sim ser muito diferentes.

Vejamos o que Akotirene traz com relação a matriz colonial.

Recomenda-se, pela interseccionalidade, a articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes reposicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, para finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista. Sendo assim, não



apenas o racismo precisa ser encarado como um problema das feministas brancas, mas também o capacitismo como problema das feministas negras cada vez que ignoramos as mulheres negras que vivem a condição de marca física ou gerada pelos trânsitos das opressões modernas coloniais: sofrendo o racismo por serem negras, discriminadas por serem deficientes (AKOTIRENE, 2019, p. 28).

Historicamente, podem ser identificadas as diferenças que regem as realidades das mulheres negras, que além de inferiorizadas pelo fato de serem mulheres obtinham o “fardo” de serem negras, logo eram escravas que serviam para as mulheres brancas dos senhores, mais tarde com o fim da escravidão o estigma ainda persistiu com raízes profundas. As mulheres brancas logo são mais abastardas, começam a realizar conquistas como espaço nas Universidades, enquanto as mulheres negras continuam como empregadas domésticas, não é difícil enxergar isso na contemporaneidade relatado pela mídia através de novelas, filmes, comerciais, enquanto a mulher branca é apresentada como a esposa que sai para trabalhar até mesmo em cargos de bastante importância, a secretária do lar é a mulher negra.

O impacto do colonialismo à natureza fez milhares de pretos serem atirados ao Oceano e lançou a dicotomia entre natureza e humanidade do padrão capitalista global. As feminilidades e masculinidades construídas pelo cis hetero patriarcado e racismo, juntos, saíram dessa experiência; no Atlântico, africanas choraram feminilidades e africanos seguraram o choro das masculinidades. Mulheres negras desde então são castigadas mais vezes (AKOTIRENE, 2019, p. 26).

Nesse contexto, trazendo para a Universidade atual, de forma ainda lenta, é possível constatar que a diversidade tem conquistado espaço, os programas sociais de combate às desigualdades têm apresentado resultados significativos, as cotas raciais têm sido importantes nesse processo. Hoje, dentro de um mesmo podem ser encontrados muitos marcadores sociais, sejam diferenças raciais, sociais, de raça, gênero, cor, trazendo à tona o conceito de interseccionalidade. Henning nos aponta como uma válvula propulsora para a desconstrução de desigualdades.

É preciso frisar que ao mesmo tempo em que a noção de interseccionalidade abre um relevante espaço para análise de contextos específicos de construção de diferenciações e de desigualdades sociais, ela pode também proporcionar uma contrapartida em termos de um potencial para analisar e por em relevo as ferramentas agenciais para “desfazer”, “desmontar” e “desconstruir” possíveis desigualdades (HENNING, 2015, p. 118).

As desigualdades no âmbito acadêmico nos levam a uma reflexão sobre a necessidade de políticas sociais que buscam trazer igualdade de condições para que os estudantes universitários possam obter êxitos em finalizarem seus cursos.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente, as rodas de registro seriam realizadas com um grupo composto por quatro alunos do IFE que estão no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática, entretanto, realizamos com apenas dois, um do sexo masculino e outra do sexo feminino, pois dois convidados que haviam confirmado a participação não conseguiram realizar, um por falta de conexão com a internet e outro por conta da falta de agenda devido ao trabalho que surgiu justamente na semana do início das rodas de registro. Ressaltamos que esses momentos foram conduzidos pelo grupo de pesquisa composto por alguns membros, sendo: a orientadora, dois bolsistas e um voluntário, que tiveram como foco identificar marcadores sociais que influenciam no acesso e na permanência dos estudantes, e encontrar os pontos de intersecção entre eles. Essas rodas de registro aconteceram no formato virtual e foram em quatro momentos. Neste trabalho será descrito como ocorreu o último encontro, e terá como foco discutir e analisar as narrativas da linha da vida.

Nessa fase, o encontro foi marcado pelas narrativas das histórias de vida, foi o momento em que a partir das marcações da linha da vida puderam ser construídas suas narrativas de vida. Os participantes nos contaram oralmente duas escritas de vida e posteriormente nos enviaram e esse material, cujo é o foco desse trabalho e terá a devida análise a seguir.

Partiremos seguindo a análise de conteúdo (BARDIN, 1977), assim elencamos as categorias e as subcategorias. As grandes categorias foram: vida pessoal, acadêmica e profissional; com o surgimento das subcategorias: família, ingresso, permanência e situação econômica, que analisaremos a seguir:

No que se refere à vida pessoal, a questão norteadora focou na família. Após a análise, surgiu a unidade de registro: Maternidade e Paternidade, e assim obtivemos as seguintes narrativas dos sujeitos:

[..] Neste mesmo ano minha filha nasceu, como eu continuava



estudando peguei três meses de recesso da universidade, na qual fiquei realizando as atividades em casa. Logo após a isso, tive que voltar para Universidade, em que foi um momento muito difícil para mim, pois, tive que deixar minha filha apenas com três meses de idade com o seu pai para eu poder conseguir realizar esse sonho. Estudante 01

[..] Em 2018 minha esposa e eu passamos por grandes dificuldades, pois ela apresentou problema no útero, foi necessário uma biópsia e a médica achava que poderia ser o câncer, porém graças a um milagre ela engravida e após o nascimento do meu filho mais novo ela fica completamente curada, a alegria o enorme eu era o pai mais uma vez de um menino Foi um dos maiores presentes que Deus já me deu um verdadeiro Milagre. Estudante 02

Na narrativa da Estudante 01 ela relata a dificuldade enquanto mãe, após o nascimento da sua filha, ter o recesso de suas atividades acadêmicas, e externa como um momento difícil, pois esse retorno envolve ter que deixar a sua filha mesmo que temporariamente enquanto se deslocava para a Universidade. O marcador sobre ser mãe e universitária, vivenciando uma “dupla jornada” é algo que Bitencourt trata, dizendo que:

A universidade ao abrir “a caixa preta” sobre a diversidade do público que atualmente é atendido por ela escancara as desigualdades que as mulheres vivenciam a partir da dupla jornada. Mesmo que a taxa de fertilidade tenha baixado nas últimas décadas entre as brasileiras, ainda há mulheres que decidem pela maternidade, serão essas as mais penalizadas (BITENCOURT, 2017, p. 6).

A universidade é para ser um espaço para todos com as mesmas condições, mas o fato da maternidade para as mulheres, é um fardo que pode até mesmo causar a evasão. Na narrativa do Estudante 02 percebemos que embora o nascimento do seu filho e as dificuldades enfrentadas em conjunto com sua esposa, no pós-paternidade há uma suavização da influência disso na vida acadêmica, ele não relatou sobre alguma dificuldade pelo fato do nascimento do seu filho, nascer enquanto estava no período acadêmico, o que marca assim o fato de que para a mulher, ser mãe e universitária implica um marcador de gênero. Em se tratando da vida acadêmica as questões norteadoras focaram no Ingresso e Permanência. Após a análise, surgiram as unidades de registro respectivamente: expectativas, papel dos docentes e bolsas como registro sobre as expectativas para o ingresso apresentaram-nos as seguintes narrativas:



No início de 2018 tive a felicidade de passar para estudar na Universidade Federal do Cariri no campus de Brejo Santo. Porém, como eu estava grávida fiquei um pouco apreensiva de não conseguir conciliar tudo, mas, como era dois sonhos que eu pretendia realizar, seguir em frente. Estudante 01

Em 2017 mais uma vez presta vestibular, depois de muitos outros prestados ao longo desses anos, porém desta vez eu sinto ser diferente, eu entro no curso de licenciatura interdisciplinar em ciências naturais e matemática da UFCA, a partir daí sinto que conseguirei terminar meu curso. Estudante 02

Com as falas dos sujeitos abre a percepção de que os ingressos na Universidade estão felizes pela possibilidade de estar no nível superior de ensino, porém há uma sensação de medo. No caso da Estudante 01 ela utiliza o termo “apreensiva”, justificando pelo fato de que estava grávida, fator da vida pessoal que também aparece como algo que pode atrapalhar a estudante em sua própria perspectiva e apreensão, já no caso do Estudante 02 sua narrativa é sobre ser mais uma tentativa, após passar por frustrações, nesse cenário surge a necessidade de olharmos para a importância de políticas públicas que vão para além do acesso, Campos *et al* conclui sobre a necessidade dessas políticas com o objetivo claro de promover igualdade, uma vez que ainda não alcançamos a igualdade social. Continua dizendo que

Precisamos tomar o cuidado necessário para as conduções dessas políticas implementadas no Ensino Superior para que não se tornem mais um agente de exclusão, de desigualdade social e de discriminação e que a temporariedade dessas políticas seja a mais breve possível”(CAMPOS *et al.*, 2011, p. 29).

Em se tratando ainda de modo mais específico sobre a permanência desses estudantes na Universidade, emergiram nas narrativas o papel dos docentes dentro desse processo formativo.

[.] Para minha felicidade não desiste, pois, a professora era bastante compreensiva e me deu forças para prosseguir me ajudando na escrita e na aplicação do projeto e através disso, tive meu primeiro contato com os alunos, na qual foi um momento muito prazeroso e me fez refletir que estava no caminho certo para seguir. Estudante 01

[.] Os professores trabalham com Metodologias afetivas, sinto-me acolhido os mestres me ajudam e compreende as minhas dificuldades, sempre interagindo em função do aprendizado e do crescimento do



aluno na UFCA. Estudante 02

O papel docente no processo formativo é marcado em ambos e destacado como motivadores, para a Estudante 01 quando ela diz “a professora era bastante compreensiva e me deu forças para prosseguir” ela reconhece que para além da função mediar conhecimento ou apenas ministrar aulas, a docente foi fundamental na permanência dessa estudante, no Estudante 02 ele destaca as “metodologias” e o “acolhimento dos mestres” como fatores que o ajudaram, assim os docentes devem sim ter sensibilidade as dificuldades dos alunos, inovar sempre nas metodologias e ser capazes de promover a criatividade, que motive os futuros formandos para a permanência desses estudantes, não eximindo a responsabilidade dos estudantes de seguirem para a conquista de suas formações, sobre esse papel docente Alencar e Fleith (2004), destacam a importância desses profissionais na sala de aula:

O professor universitário em sala de aula. Este, sem dúvida, é de fundamental importância no processo de ajudar o aluno a desenvolver o seu potencial e adquirir competências desejáveis para a sua realização pessoal e profissional (ALENCAR; FLEITH, 2004, p. 109).

As metodologias utilizadas devem ser agregadoras e que atendam os aspectos didáticos que cumpram com a inclusão social, vejamos uma reflexão sobre práticas pedagógicas que não cumpram com esses requisitos. Ainda sobre a permanência podemos destacar as falas dos estudantes sobre o papel colaborativo de incentivo através das bolsas e projetos de pesquisa.

No ano de 2019 tive oportunidade de ser voluntária de uma bolsa chamada Pibid, na qual foi uma experiência muito proveitosa em que tive a oportunidade de conhecer várias pessoas incríveis. Em que essa bolsa me auxiliou muito em minha formação acadêmica, ainda mais ampliando meus conhecimentos em relação a sala de aula. [...] Nesse mesmo ano consegui uma bolsa na universidade chamada de residência pedagógica na qual a mesma está me possibilitando a ampliação dos meus horizontes acadêmicos e me dando a oportunidade de estar em contato direto com os alunos. Estudante 01

[...] A pesquisa acadêmica na área de física com professor Edson Otoniel. Foi um divisor de águas, sendo um momento de muito aprendizado. [...] vivo com ajuda do auxílio alimentar da faculdade, e da bolsa de pesquisa, tenho muito medo pois logo ficarei sem bolsa, como não tenho casa própria preciso me mudar, vou para uma casa



muito longe, na periferia da cidade. Estudante 02

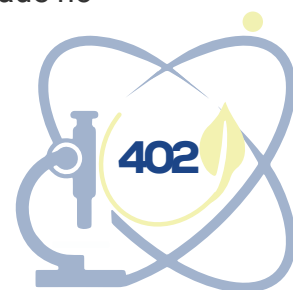
As bolsas estudantis e auxílios fazem parte de políticas públicas de incentivo a permanência dos estudantes, pois algumas bolsas são remuneradas, dando apoio financeiro aos que ingressam no nível superior e são oriundos família humilde, onde precisam se desdobrar para custear suas despesas, com transporte, material, e alimentação e quando não conseguem conciliar ao trabalho tendem a evasão. As bolsas, para além da parte financeira, também são responsáveis por contribuir na formação dos alunos, gerando possibilidades como pesquisadores, incentivo a praticas docentes, e aplicação de projetos, que para de forma especial a esses estudantes de um curso de Licenciatura são fundamentais dentro do processo formativo, além disso, existem os programas de assistência estudantil através do auxílios, que aliados a projetos dão base estrutural financeiramente para esses estudantes, sobre o fator permanência e os programas de assistência estudantil Oliveira *et al.* (2015) diz que a permanência escolar quando relacionada

[...] aos programas e ações de assistência estudantil pode ser compreendida como a promoção da participação qualitativa dos estudantes no ambiente escolar, bem como o seu acesso aos recursos infra estruturais e pedagógicos disponíveis na instituição de ensino (OLIVEIRA *et al.*, 2015, p. 200).

Porém, cabe também uma reflexão, será que apenas a ajuda financeira é uma condição suficiente para a permanência de estudantes Universitários em suas formações? É inegável a ajuda, além disso, existem diversos outros fatores, como as condições psicológicas, falta de apoio familiar entre outros, como destacam Campos e Mello (2011),

A bolsa de estudos é mais um complemento e não a solução para a sua permanência. Esses alunos, muitas vezes, trazem e continuam com os problemas oriundos de suas famílias, de ordem financeira, afetiva etc. A vinda à Universidade passa a ser mais um problema que envolve o envio de dinheiro e a constante solução de problemas de ordem familiar com o agravante da distância. Perdemos alunos que deixaram a universidade por conta de toda essa complexidade, apesar das várias intervenções e mediações realizadas. Neste sentido as bolsas pagas são insuficientes (CAMPOS; MELLO, 2011, p. 28).

No aspecto profissional, os Estudantes apontaram para uma realidade no



que se refere ao aspecto econômico, este que virou nossa unidade de registro tendo em vista que ainda estão em formação, mas relataram em suas narrativas um pouco das dificuldades encontradas no exercício de suas atividades, bem como dificuldades de acesso devido à localidade que se encontram.

No ano 2013 Como a gente vivia numa casa alugada meu padraсто decidiu comprar uma casa no sítio vizinho chamado Tabuleiro, na qual me mudei, mas, não gostava muito do lugar e por isso, vivia mais na casa do meu pai para casa da minha amiga na cidade de Abaiara.
Estudante 01

[...] a situação ficou um pouco mais difícil a escola perdeu uma de suas turmas na qual eu dava aula, o salário diminuiu, muitos dos meus colegas perderam seus empregos, e mais pessoas próximas morrem, tudo está muito difícil até para comprar os alimentos, pagar as contas, manter minha família estável, tem sido tudo muito doloroso, recebo ajuda e meu pai tenho que vender algumas coisas minhas para pagar as dívidas de água luz internet e aluguel, vivo com ajuda do auxílio alimentar da faculdade, e da bolsa de pesquisa, tenho muito medo pois logo ficarei sem bolsa, como não tenho casa própria preciso me mudar, vou para uma casa muito longe, na periferia da cidade, minha esposa está sempre do meu lado sempre me dando força e apoio às vezes fico triste penso em desistir, ela não deixa e sempre me elogia, falando do meu potencial. Estudante 02

Observamos pelos relatos uma dificuldade de acesso, a Estudante 01 teve que ir morar num sítio distante o que enquanto estudante é um marcador que dificulta o deslocamento, já o Estudante 02 detalha suas dificuldades que foram agravadas com a pandemia, traçamos desse modo que ambos não são de famílias com condições econômicas altas e que as políticas públicas de inclusão e assistência estudantil, foram os propulsores para que eles conseguissem se manter na Universidade, fato que é marcante na maioria dos estudantes que ingressam nas Universidades e que precisam dessas políticas para conseguir se formar, sobre esse aspecto econômico Campos e Melo (2011) apontam como um fato marcante.

Os aspectos econômicos são marcantes na vida acadêmica e, por isso, a importância de políticas públicas que deem amparo para a manutenção da atuação desses estudantes na academia com condições plenas para a interação com a universidade e, também, com as comunidades externas a ela (CAMPOS; MELLO, 2011, p. 27).

6 CONCLUSÕES

Essa pesquisa nos permitiu enquanto pesquisadores e futuros docentes conhecer um tema tão importante e contemporâneo que é a interseccionalidade, trazendo discussões que perpassaram pela diversidade de raça, gênero, cor, sexualidade. Nesse sentido, foi-se possível entender as diferenças, reconhecer que ainda existem muitos preconceitos e tabus, que devem ser abordados, sendo necessário intervenções para combater rótulos que são impostos para a sociedade. Também foi possível averiguar que dentro de grupos sociais, mesmo com diversos aspectos similares, cada um com sua individualidade é castigado e estigmatizado pela história em diferentes vertentes.

Conseguimos destacar que embora essa pesquisa tenha sido realizada em período pandêmico, foi possível avançar com os estudos de grupo, leitura e reuniões virtuais, que nos fortaleceram enquanto grupo e enquanto pesquisadores. Porém, lamentamos que devido a diversos fatores como trabalho, dificuldades de acesso à internet, aqui destacados como marcadores sociais de diferença, dois estudantes, não conseguiram concluir a pesquisa, e tivemos número reduzido de participantes.

Ao finalizar as rodas de registro e analisar o material, conseguimos nos enxergar dentro da realidade do outro, e identificar que existem pontos interseccionais que nos unem, seja a situação econômica, a necessidade de políticas públicas afirmativas para nossas permanências dentro da Universidade, ou do papel dos nossos professores, sejam com suas metodologias, com seus projetos, entre outros fatores. Conhecer o outro nos fez admirar e respeitar as histórias de vida, pudemos conhecer as igualdades e as diferenças, e entender que ainda há muito que se fazer para mudar alguns conceitos que existem sobre a discriminação, a falta de empatia e que a história penalizou muitos grupos de forma equivocada. Portanto, há uma lacuna ainda aberta que necessita de mais discussões e projetos que visem ao combate das desigualdades e preconceitos.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial Ltda, 2019. 113 p.

ALENCAR, Eunice ML; FLEITH, Denise de Souza. Inventário de práticas docentes que favorecem a criatividade no ensino superior. **Psicologia**: reflexão



e crítica, [s. l.], v. 17, n. 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/KW7NFXv8ncRP7cftyKbwLQc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2021.

BITENCOURT, Silvana Maria. Maternidade e Universidade: Desafios para a Construção de uma Igualdade de Gênero. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Anais [...]**. [S. l.]: ANPOCS. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt13-17/10724-maternidade-e-universidade-desafios-para-a-construcao-de-uma-igualdade-de-genero/file>. Acesso em: 18 set. 2021.

CAMPOS, Douglas Aparecido; MELLO, Maria Aparecida. Inclusão: acesso e permanência no ensino superior brasileiro. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/35676>. Acesso em: 18 set. 2021.

OLIVEIRA, Gleice Emerick; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. **Revista Eletrônica de Educação**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 198-215, 2015.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações** – Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/22900>. Acesso em: 18 set. 2021.

JOSSO, Marie-Christine. **A Experiências de vida e formação**. [S. l.]: Amazon Brasil: PAULUS, 2010. 344 p.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. [S. l.]: Amazon Brasil: Editora Vozes, 2003. 136 p.

SIQUEIRA, Luiz Carlos Carvalho. **Interseccionalidades nas histórias de vida de estudantes da educação de jovens e adultos no cariri cearense**. 2020. 140 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Regional do Cariri, Crato, CE. 2020. Disponível em: http://www.urca.br/mpe/wp-content/uploads/sites/14/2021/08/luiz_carlos_dissertacao.pdf. Acesso em: 18 set. 2021.

WARSCHAUER, Cecilia. **A Roda e o registro**: uma parceria entre professor, aluno e conhecimento. [S. l.]: Travessa: Paz & Terra, 2017. 304 p.

AMPLIAÇÃO DIALÓGICA NO PROCESSO ESTRUTURAL:

O COMPROMISSO SIGNIFICATIVO COMO FORMA DE FACILITAR A IMPLEMENTAÇÃO DE DECISÕES ESTRUTURAIS

Carlos Marx Matias Freire
Gustavo Machado Rebouças
Francilda Alcantara Mendes

RESUMO

A presente pesquisa tem por fito investigar a relação entre Compromisso Significativo e o processo estrutural, notadamente na fase de implementação, como mecanismo para salvaguardar direitos fundamentais relegados a segundo plano, ou, mesmo, brutalmente violados. Trata-se de temática no campo dos direitos fundamentais que representa assunto inovador na área processual, em especial no território brasileiro. Originada na Corte Constitucional sul-africana, a ideia de Compromisso significativo pode ser elencada como uma possibilidade de evitar a violação da tripartição dos poderes, de incentivar a dialogicidade entre a sociedade e o poder público, além de diminuir a possibilidade de um *backlash*. A metodologia eleita para a pesquisa é do tipo qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental. Os resultados obtidos indicam que o processo estrutural é uma alternativa válida à solução dos problemas coletivos, especialmente por ter potencial de efetivar direitos prestacionais previstos na Carta Magna de 1988 que se encontram sem eficácia instrumental-normativa no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: Processo estrutural; Compromisso significativo; Direitos Fundamentais.

ABSTRACT

The present research aims to investigate the relationship between Meaningful Engagement and the structural process, specifically in the implementation phase, as a mechanism to safeguard fundamental rights relegated to the background, or even brutally violated. It is a theme in the field of fundamental rights and represents a subject in the procedural area, especially in Brazil. Originated in the South African Constitutional Court, the idea must be listed as a possibility to avoid the

violation of the separation of powers, encourage a dialogue between society and public power, in addition to reducing the possibility of backlash. The methodology chosen for is qualitative, exploratory, bibliographic, and documentary research. The results indicate that the structural process is a valid alternative solution for collective problems, especially for the potential problems of lack of effectiveness foreseen in the Brazilian Constitution of 1988, which are without instrumental-normative efficiency in the contemporary context.

Keywords: Structural process; Meaningful compromise; Fundamental rights.

1 INTRODUÇÃO

O processo estrutural consiste em uma tentativa de, por meio de atuação jurisdicional, promover reformas em estruturas burocráticas, públicas ou privadas, cujo funcionamento ocasiona violações massivas e generalizadas de direitos (VITORELLI, 2022).

Resvalando por esta senda, o processo em comento, desde o seu início, com a atividade de conhecimento, até a fase de execução, com a implementação da decisão estrutural, carrega em seu núcleo uma série de dificuldades, que vão desde a falta de conhecimento técnico por parte do magistrado até resistência em relação aos mais diversos sujeitos.

Neste contexto, surge o instituto do Compromisso Significativo, de raízes sul-africanas, que consiste em promover um diálogo sobretudo com os grupos atingidos pela reforma, caracterizando-se como estratégia criativa à disposição dos juízes e tribunais. Busca-se, assim, por intermédio de uma ampliação do diálogo, assegurar a efetividade da decisão estrutural, transmudando um estado de coisas inconstitucional em algo que rume o estado ideal de coisas.

O tema se mostra importante pelo fato de que a efetivação de decisões judiciais se constitui como direito fundamental, decorrente da cláusula do devido processo legal, de feição constitucional. Dessa maneira, estabelecer a relação entre Compromisso Significativo e processo estrutural, notadamente na fase de implementação, importa em salvaguardar direitos relegados a segundo plano, ou, ainda, brutalmente violados.

O objetivo geral da pesquisa é definir de que maneira o Compromisso Significativo pode auxiliar na implementação das decisões estruturais. Para



ser atingido este objeto, serão delimitados os seguintes objetivos específicos: I) Compreender o que é o processo estrutural; II) Identificar dificuldades relacionadas à execução estrutural; III) Analisar de que maneira o Compromisso Significativo contribui com a efetivação das decisões estruturais.

Para fins de realização do presente trabalho a metodologia eleita é do tipo qualitativa, com procedimento bibliográfico e documental e objetivo exploratório. Bases de dados como a Plataforma Sucupira, Google Acadêmico, Plataforma Scielo e o portal de Periódicos da CAPES permitiram acesso à literatura e documentos utilizados para a coleta de dados que embasam a pesquisa. Os critérios de inclusão foram o de artigos, dissertações e teses em português e inglês a respeito do tema publicados como foco no debate acerca de direitos fundamentais e que estabeleciam diálogo com a perspectiva da garantia de direitos fundamentais no contexto ocidental.

2 DO PROCESSO ESTRUTURAL

O funcionamento de determinadas estruturas burocráticas, sejam elas públicas ou privadas, eventualmente pode causar, fomentar ou viabilizar violações que desaguam em litígios coletivos, aqui compreendidos como conflitos em que um grupo de pessoas é vulnerado enquanto pluralidade, sem haver atuação voltada a algum de seus integrantes em específico (VITORELLI, 2022).

A partir disso, ergue-se a noção de processo estrutural, indicada por autorizada parcela doutrinária como o modelo de processo mais apto a tutelar os direitos coletivos, nomeadamente em ações propostas contra o Poder Público, com vistas à implementação de políticas públicas (PIZZOL, 2020). Mas não apenas isso. O processo estrutural não fica restrito a estruturas públicas, abrangendo, demais, as privadas, na medida em que seu modo de operar também pode viabilizar violações massivas e persistentes de direitos (NEVES, 2020). Extraí-se, então, que o processo estrutural corresponde à atuação jurisdicional que visa a promover uma reforma em uma estrutura burocrática, pública ou privada, cujo modo de funcionamento acarreta ofensas a direitos.

Posteriormente ao reconhecimento da necessidade de intervenção do Judiciário na reorganização de determinada estrutura, atinge-se a fase executória. A execução, em que pese ser um conceito multívoco, pode ser definida, a contento,



como a realização, por intermédio de um procedimento devido, previsto em lei (ou, em certos casos, fixado pelas partes ou pelo magistrado), de uma prestação consolidada em um título executivo (MINAMI, 2020). Daqui, extrai-se que se trata de um conjunto de atos que possui por propósito efetivar um título executivo (é dizer, um documento que representa a existência de alguma obrigação). No contexto dos processos estruturais, a execução corresponde à fase de sua implementação, recebendo essa denominação quando se pretende, por meio do Judiciário, uma reforma em alguma estrutura.

Diante do que foi ventilado, é possível adiantar que o processo estrutural, dada a complexidade que o envolve, apresenta dificuldades com os mais sortidos tipos de dificuldade. Faz-se necessário, então, realizar a análise de algumas delas.

3 DIFICULDADES ATRELADAS AO PROCESSO ESTRUTURAL

O processo estrutural, por pretender rearranjar uma estrutura burocrática, depara-se, naturalmente, com uma série de obstáculos. Pode-se mencionar como exemplos a falta de uma legislação específica acerca do assunto, dificuldades políticas, procedimentais, vieses cognitivos, enfim. Tais vicissitudes, por coarctarem a efetividade das decisões estruturais, merecem estudo detido.

A dificuldade política guarda estreita relação com os poderes conferidos ao Judiciário, que deve se imiscuir nas atribuições da Administração Pública (VERBIC, 2013), o que gera intenso debate na seara acadêmica, notadamente sob o argumento de déficit de legitimidade democrática do Poder em comento (CONSANI, 2014). Ademais, esta dificuldade política também contempla a perspectiva de que “os processos coletivos estruturais podem ser vistos como um instrumento para desafiar a autoridade estatal enquanto podem funcionar como ferramenta de participação direta cidadã no controle da coisa pública” (MINAMI, 2020). Este embate de interesses enseja uma intensa conflituosidade. Para Rodolfo de Camargo Mancuso (2018, p. 120), “está presente a marcante conflituosidade, derivada do fato de que tais interesses envolvem escolhas de caráter político”, corroborando quão difícil pode ser a implementação de uma decisão estrutural.

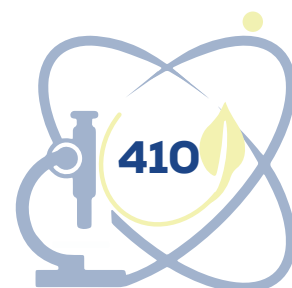
De outro giro, arvoram-se as dificuldades procedimentais, isto é, não existe, nestas hipóteses, um procedimento detalhado que possa ser seguido

(MINAMI, 2020). Isto, podese dizer, tem “raízes na ideologia da participação individual que tradicionalmente perpassa o processo civil” (RUDINIKI NETO, 2018). O Código de Processo Civil de 2015 possui por foco principal o processo individual. O microsistema processual da tutela coletiva é composto de uma legislação esparsa e nem sempre harmônica, tendo havido, por muito tempo, certa reticência em acolher os litígios coletivos, por motivos das mais diversas ordens, v.g., temor de pulverização do poder estatal, risco de “desequilíbrio” da tripartição dos Poderes, dentre outros (MANCUSO, 2018).

De mais a mais, existe, no que concerne à tomada de decisão judicial, uma dificuldade relacionada aos denominados vieses cognitivos, métodos inconscientes de que se valem os indivíduos com vistas a esquivar-se de problemas (BLANCO, 2017). Tais vieses são empregados por uma ampla gama de motivos, dentre os quais se pode mencionar a limitação dos recursos cognitivos inerentes à mente humana, a influência emocional e social, e, por fim, as heurísticas, divididas em três grandes categorias, a saber, de disponibilidade, de representatividade e de ancoragem-ajustamento (BLANCO, 2017). Mostra-se imperioso analisar, ainda que em breves linhas, cada uma delas, relacionando-as ao processo estrutural.

Steven Pinker (2018, p. 64) sintetiza a heurística de disponibilidade da seguinte forma: “As pessoas estimam a probabilidade de um evento ou a frequência de um tipo de coisa pela facilidade com que esses tipos de caso lhes vêm à mente”, ou seja, ao invés de decidir com fulcro em sólidas informações, resolve-se o problema recorrendo a situações vivenciadas anteriormente, em um completo subjetivismo. Estabelecendo um liame com a decisão judicial, “as partes buscarão apresentar, e o julgador estará mais propenso a acolher, pretensões construídas e sustentadas a partir de histórias individuais dramáticas. Os dados estatísticos sólidos [...] tenderão a ter menos peso” (VITORELLI, 2022).

A heurística da representatividade, no que lhe concerne, possui difícil conceituação, apresentando, entretanto, grande aplicabilidade prática: quando um exemplar é percebido como representativo de um grupo, todas as características típicas deste grupo são atribuídas ao exemplar. Para esclarecer, um exemplo: uma pessoa, apenas por usar óculos, é inteligente (BLANCO, 2017). Vitorelli (2022, p. 430) esclarece a relação com o processo estrutural:



Os problemas de representatividade fazem com que legitimados coletivos e juízes identifiquem falsas relações de causalidade para o problema que querem resolver e projetem soluções que lhes parecem ideais para readequação do cenário sobre o qual o processo se debruça aos valores promovidos, sem considerar os efeitos colaterais decorrentes das soluções.

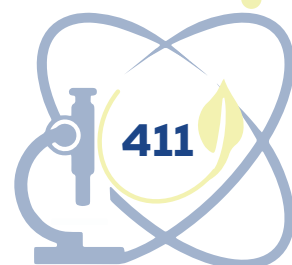
Em arremate, é erigida a heurística da ancoragem-ajustamento. Consoante Tversky e Kahneman (2007, p. 1128, trad. nossa), “em muitas situações, pessoas fazem estimativas iniciando de um valor inicial que é ajustado para produzir a resposta final”. Desta feita, “o mais provável é que o juiz resista a iniciar a reforma estrutural, permanecendo fiel ao modelo tradicional de decisão, a menos que sua necessidade seja patente” (VITORELLI, 2022, p. 5431). Ora, o juiz, no mais das vezes, não possui interesse em promover reformas estruturais, visto a complexidade contida em seu bojo (tamanho das instituições, possibilidade de resistência por parte de terceiros, grande número de processos que têm que lidar cotidianamente, enfim).

Por tudo, vislumbra-se que o processo estrutural possui uma miríade de entraves à sua concretização, o que importa dizer que, em sua essência, direitos fundamentais estão sendo vulnerados. Para alterar esta árdua realidade, é imprescindível que haja a confluência de vontade social e do poder político (PASSOS, 2016).

4 ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E O COMPROMISSO SIGNIFICATIVO

Não se faz tardio mencionar que no tecido jurídico brasileiro existe um extenso rol de direitos cuja concretização se faz inobservada. Marcelo Neves (1996) há muito observou a questão da desconstitucionalização fática nos países periféricos: tem-se “Constituições nominalistas”, que possuem seu sentido semântico degradado no processo de concretização do que foi estabelecido. Sob outro enfoque, há uma hipertrofia simbólica em detrimento da eficácia instrumental-normativa. “Ao texto constitucional simbolicamente incluyente, contrapõe-se a ‘realidade constitucional’ excludente” (NEVES, 1996, p. 327).

Como dito anteriormente, os processos estruturais têm como ponto de partida a sistemática violação aos direitos fundamentais. Ou, ainda, possuem



o caráter de refrear a constitucionalização puramente simbólica. O objetivo se concretiza propriamente pela solução de um litígio coletivo que verte pelo sentido de readequar as políticas públicas à efetivação dos direitos. Reparar somente o direito dos indivíduos afetados não se faz adequado para os fins do interesse público. Nos dizeres de Vitorelli (2015, p. 564), “há necessidade de tomar a violação como ponto de partida, mas não para indenizar o lesado, e sim encontrar formas para cessar o comportamento que a origina ou o contexto estrutural que a favorece”.

A preponderância de litígios promovidos contra ou pelo Estado no sistema jurídico brasileiro revela haver grande destaque nas Litigâncias de Interesse Público na esfera individual. Pela falta de mobilização específica para litígios coletivos, há um predomínio da resolução de litígios nas esferas individuais, e não a resolução do problema sistêmico. O Judiciário não se preocupar com uma mudança conjuntural das práticas estatais abre brecha para uma proposição de inúmeros casos idênticos que sobrecarregam a justiça. Uma ação coletiva bem-feita seria uma possível solução para os problemas estruturais apresentados (NUNES *et al.*, 2019).

Ao se tratar de processos estruturais, tem grande relevo a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 347/2015, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), onde se arguiu o estado de coisas inconstitucional do sistema carcerário brasileiro. Utilizando a expressão “verdadeiros infernos dantescos” (UERJ, 2015) para se referir aos presídios brasileiros, a referida ADPF ganhou forte repercussão nacional e extenso debate. A decisão da Corte foi inspirada na Corte Constitucional Colombiana e cristalizou o que seria o estado de coisas inconstitucional no Brasil.

Na resolução do Estado de Coisas Inconstitucionais podemos citar os processos estruturais. Não sem debates, o ponto sensível da resolução dos litígios estruturais é o canônico princípio da separação dos poderes. Há que se definir como serão resolvidos o estado de coisas inconstitucional sem que o STF viole a separação dos poderes e o princípio democrático. Convém trazer à luz, ainda, que existe um problema no Brasil onde o poder legislativo se vê amarrado diante de temas polêmicos e de alta repercussão. Citemos o caso do aborto de anencéfalos (ADPF nº 54) e o caso da união civil entre pessoas do mesmo sexo (ADPF nº 132 e ADIN nº 4277) (NUNES *et al.*, 2019).



É no sentido de pôr em debate as possíveis soluções ao estado de coisas inconstitucionais que é trazido à luz o compromisso significativo (*meaningful engagement*) para a solução dos litígios estruturais. Tomando emprestado a experiência da África do Sul, é possível defini-lo como a possibilidade de uma dialogicidade entre o judiciário e a sociedade (SERAFIM; LIMA, 2021). Ao passo que há a possibilidade de minorar a inobservância estatal perante o descumprimento de normas fundamentais, também se respeita as competências pertinentes a cada um dos poderes, resguardando, assim, a tripartição.

O percurso do compromisso significativo na África do Sul perpassa os casos Grootboom (2000) e Olivia Road (2008), paradigmáticos para a origem do Compromisso Significativo. Posteriormente, a ideia é refinada no caso Joe Slovo (2009) (MAMADE; NETO; RODRIGUES, 2021).

É com referência ao caso Grootboom que Gloppen (2005) põe em xeque o argumento por parte de sociólogos do direito que juízes são invariavelmente pertencentes às altas classes sociais, fato que torna as decisões reflexos da prevalência das relações de poder; ato contínuo, afirma que foi no caso Grootboom que a corte sul-africana demonstrou sua complacência em levar a sério os direitos sociais dos grupos vulneráveis economicamente.

A referida autora ainda apresenta condições para os litígios coletivos (*social rights litigation*) que ocorreram na África do Sul, sendo eles: a possibilidade de vez e voz dos grupos que clamam pelos direitos sociais; a capacidade de resposta adequada da corte às reivindicações sociais; a capacidade dos juízes serem capazes de identificar e aplicar as estratégias legais que efetivem e protejam os direitos relevantes; e a extensão da jurisprudência criada às demais autoridades executivas.

O caso Olivia Road v. City of Johannesburg tem início quando a cidade de Johannesburgo ajuíza no Tribunal Regional de Witwatersrand uma solicitação para despejar mais de 400 residentes de prédios que seriam reestruturados. Mesmo sendo negado por violar a seção 26 da Constituição Sul-africana, que assegura o direito à moradia, em apelação à Suprema Corte de Apelação (SCA) a decisão do Tribunal Regional foi revista e os despejos foram autorizados.

Os residentes conseguiram subir a ação à Corte Constitucional, onde foi expedida a primeira ordem para que um Compromisso Significativo fosse

realizado entre as partes do litígio. Após as negociações, foram estabelecidos critérios que iriam acompanhar o remédio estrutural, quais sejam: (i) um padrão de razoabilidade flexível aos contextos específicos de cada caso; um diálogo com os cidadãos afetados para o planejamento das políticas públicas; (ii) o reconhecimento pela Corte da vulnerabilidade dos cidadãos afetados com o incentivo a uma representação especializada; e, por fim, (iii) determinou que o governo desenvolvesse e mantivesse um arquivo público sobre cada Compromisso (SERAFIM; LIMA, 2021).

Em estreita relação com o tema das demandas sociais, podemos citar o caso brasileiro da cidade de Morada Nova de Minas, impactada na década de 1960 pela construção da UHE (usina hidrelétrica) de Três Marias. As consequências foram drásticas: a volta das lamparinas em decorrência de um gerador coberto pelas águas; o uso de balsas para acessar áreas agora ilhadas; destruição da fauna e flora local; perda de terras altamente férteis; além dos abalos psicológicos irreversíveis. Em síntese,

[...] uma população emancipada, tornou-se refém e alienada, dependente e sem identidade, registros essenciais para discernir a internalização de sujeitos de direito e acesso à justiça, emancipação e participação social nos processos de desenvolvimento (RIBEIRO; SILVA, 2021, p. 77).

A ausência de diálogo sobre decisões com tanto impacto na vida coletiva “revelam uma gramática de atuação excludente, desorganizada e pouco participativa do poder público” (RIBEIRO; SILVA, 2021, p. 96). Uma violência que se repete na contemporaneidade.

Diante do exposto, podemos inferir que o Compromisso Significativo, fugindo à ideia tradicional do sistema de freios e contrapesos, seria uma alternativa válida para mitigar o impacto de decisões que rompem com as expectativas de direitos fundamentais. Ainda assim, promovendo o fomento do diálogo entre distintas funções estatais sobre casos com tanta proeminência social. Sendo aplicado de maneira adequada, se mostra um caminho viável para a solução do estado de coisas inconstitucional presente em diversas situações brasileiras.



5 AMPLIAÇÃO DIALÓGICA E COMPROMISSO SIGNIFICATIVO NO PROCESSO ESTRUTURAL

Conforme ora mencionado, o processo estrutural, sobretudo em sua fase de implementação, é permeado pelas mais diversas sortes de obstáculos. Alguns deles são a falta de conhecimento técnico específico do julgador acerca do objeto do processo, o grande número de atingidos pela decisão, dentre outros. Permitir sua persistência, sem qualquer tentativa de transposição, importa em macular o direito fundamental à efetividade das decisões judiciais, emanação da cláusula do devido processo legal (MINAMI, 2020). Neste passo, a ampliação do diálogo surge como medida salutar à superação de alguns entraves. Afinal, a natureza humana é, por si mesmo, dialógica, sendo o diálogo essencial à formação de ideias: “viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc.” (BAKHTIN, 2018, p. 329). Negar o diálogo importa em negar a própria condição humana.

A ampliação do diálogo supramencionada é possível de algumas maneiras. Para dar início, afigura-se relevante citar o instituto do *town meeting*, desenvolvido por Stephen Yeazell. Vitorelli (2022, p. 438) tece considerações acerca do tema:

O juiz, nesse modelo, toma a frente da direção do processo, delimitando as questões do processo e conduzindo a produção de provas, para fomentar ocasiões de diálogo ampliado com a sociedade impactada, nos moles da atuação de órgãos administrativos ou legislativos.

O conceito, que, em tradução livre, significa “encontro da cidade”, diz respeito à integração da sociedade (ou, em uma abordagem mais restritiva, dos grupos que sofrerão com a implementação da decisão), de tal forma que é dado ao juiz ampliar seus conhecimentos específicos acerca do tema (dando azo a uma tomada de decisão mais eficaz), ouvir as partes sobre eventuais insatisfações, enfim.

De outra quadra, também não se mostra descabido recorrer aos *amici curiae* (“amigos da corte”), modalidade *sui generis* de intervenção de terceiros (NEVES, 2020), e que está prevista no artigo 138 do Código de Processo Civil de 2015, cuja redação assevera a necessidade de confluência de três fatores, quais sejam, relevância da matéria, especificidade do tema objeto da demanda



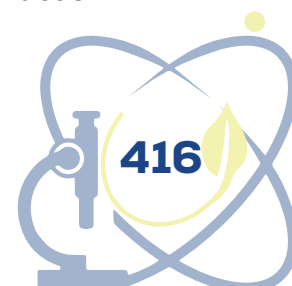
e a repercussão social da controvérsia. Assim, os *amici curiae*, que trazem em seu núcleo a perspectiva de integrar ao processo uma pessoa natural ou jurídica estranha à relação jurídica originária, promovem uma abertura do espaço de debates na seara processual, viabilizando a superação de uma série de problemas, ao permitir a “participação do membro do grupo sem que ocorra discussão sobre sua legitimidade” e ao dar espaço a um “amplo controle social da legitimação” (DIDIER; ZANETI, 2016). Sua participação guarda, pois, estreita relação com a “noção de direito de participação procedimental, inerente à ideia de Estado Democrático de Direito” (MEDINA, 2020, p. 631).

Tem-se, finalmente, o instituto do Compromisso Significativo como manifestação da ampliação dialógica no processo estrutural. Aqui, trata-se do compromisso significativo como uma forma prévia à formação das políticas públicas. O diferencial dessa forma de trabalhar são o alcance e concretização possíveis a partir de uma solução previamente estabelecida, participativa e sob a fiscalização do Poder Judiciário (MAMADE; NETO; RODRIGUES, 2021). Atualmente, no Brasil, há o Projeto de Lei do Senado nº 736/2015, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), que pretende disciplinar o estado de coisas inconstitucional e o uso do compromisso significativo no controle de constitucionalidade brasileiro com intuito de solucionar os litígios estruturais mediante alteração na lei da ADPF.

Dessa forma, possibilita-se adequar o processo estrutural às pedagógicas lições de Calmon de Passos (2016, p. 353): “Urge submeter os centros de poder, não só ao princípio da legalidade e a um sistema de freios e contrapesos como, precipuamente, a controles diretos pela sociedade civil (governados). E nisso consiste, essencialmente, a democracia participativa”. Afinal, a democratização da função jurisdicional (máxime com a integração do Compromisso Significativo) representa um passo importante em direção à efetivação de direitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática apresentada representa um importante espaço de pesquisa na área jurídica. O estudo da concretização judicial dos direitos fundamentais é tema de grande relevo no controle de constitucionalidade continental, sobretudo naqueles países cujo passado os relegou aos disparates das omissões políticas.



Convém lembrar que a recepção da noção de estado de coisas inconstitucional no Brasil somente se deu após a ADPF 347/2015. Mesmo com avanço, percebeu-se uma tímida atuação do STF no tocante às soluções ao não compartilhar o diálogo com as outras instâncias de poder a fim de encontrar um caminho resolutivo palpável.

O reconhecimento de uma tessitura nacional permeada por diversos cenários de estado de coisas inconstitucional coloca como consequência clara a lotação da justiça brasileira em litígios individuais em detrimento de uma solução sistêmica. O processo estrutural entra como uma alternativa válida à solução dos problemas coletivos, com a possibilidade de minoração desse quadro de inconstitucionalidade estrutural, por meio de uma efetividade dos direitos prestacionais previstos em nossa Carta Maior que se encontram sem eficácia instrumental-normativa. É com o referido remédio estrutural que há a possibilidade de delimitação das possibilidades resolutivas.

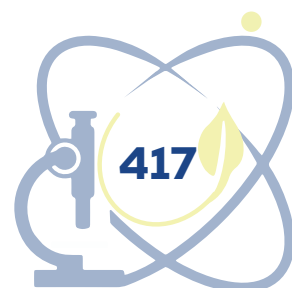
Apesar da magnitude do procedimento estrutural, há importantes diálogos que perpassam a seara da tripartição dos poderes. Há o iminente risco de a função prestacional pertinente ao Executivo e ao Legislativo serem invadidas pela do Judiciário. Esse paradoxo pode ser abafado tendo em vista não haver dicotomia absoluta no que tange a solução de conflitos. Entendeu-se que o constitucionalismo dialógico foge da leitura tradicional do sistema de freios e contrapesos.

Com a ideia de Compromisso Significativo, inspirada nas inovações da Corte Constitucional sul-africana, surge uma vereda possível para chegar nessa solução. Com o destaque de evitar a violação da tripartição dos poderes, um constitucionalismo dialógico mitiga a preocupação quanto à ausência de preparo técnico do judiciário ao formular políticas públicas, além da consequente diminuição da possibilidade de um *backlash* por parte da população.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.

CONSANI, Cristina Foroni. A crítica de Jeremy Waldron ao constitucionalismo contemporâneo. **Revista da Faculdade de Direito**, Curitiba, v. 59, p. 143-173,



2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/35730>. Acesso em: 17 ago. 2022.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI, Hermes. **Curso de Direito Processual Civil: Processo coletivo**, v. 4. 10. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

GLOPPEN, Siri. **Social Rights Litigation as Transformation: South African Perspectives**. Chr. Michelsen Institute, CMI Working Paper WP, 2005.

MAMEDE, Julia Maria Borges; NETO, Helio das Chagas Leitão; RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. O estado de coisas inconstitucional e o compromisso significativo enquanto instrumentos do constitucionalismo dialógico no Brasil: virtudes e limites. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 807-835, set./dez. 2021.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Interesses difusos: Conceito e legitimação para agir**. 9. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Constituição Federal comentada**. 6. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2021.

MINAMI, Marcos Youji. **Da vedação ao non factibile: uma introdução às medidas executivas atípicas**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

RUDINIKI NETO, Rogério. **Processo coletivo passivo: Uma proposta de sistematização e operacionalização**. Ed. única. São Paulo: Almedina, 2018.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

NEVES, Marcelo. Constitucionalização simbólica e desconstitucionalização fática: mudança simbólica da Constituição e permanência das estruturas reais de poder. **Revista de Informação Legislativa**, [s. l.], n. 132, p. 320-330, set. 1994.

NUNES, Dierle *et al.* Processo estrutural e litigância de interesse público. *In*: NUNES, Dierle *et al.* (org.). **Processo coletivo, desenvolvimento sustentável e tutela diferenciada dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

PASSOS, José Joaquim Calmon. **Ensaios e Artigos, v. II**. Salvador: Juspodivm, 2016.

PINKER, Steven. **O novo iluminismo: Em defesa da razão, da ciência e do humanismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PIZZOL, Patricia Miranda. **Tutela coletiva: Processo coletivo e técnicas de padronização das decisões**. São Paulo: Thomson Reuters, 2020.

RIBEIRO, Mônica Thaís Souza; SILVA, Frederico Augusto Barbosa da.



Desenvolvimento no escuro: cartografias subjetivas como legitimação de participação popular em construção de barragem. **Constituição, Economia e Desenvolvimento**: Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional, [s. l.], v. 13, n. 24, fev. 2021.

SERAFIM, Matheus Casimiro Gomes; MARMELSTEIN, George. Compromisso Significativo: contribuições sul-africanas para os processos estruturais no Brasil. **Revista de Investigações Constitucionais**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 771-806, set./dez. 2021.

TVERSKY, Amos; Kahneman, Daniel. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. **Science**, [s. l.], v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1738360>. Acesso em: 18 ago. 2022.

UERJ. **Clínica de Direitos Fundamentais da Faculdade de Direito da UERJ**. 2015. Disponível em: <http://uerjdireitos.com.br/adpf-347-estado-de-coisas-inconstitucional-nosistema-penitenciario>. Acesso em: 20 ago. 2022.

VERBIC, Francisco. Ejecución de sentencias en litigios de reforma estructural en la República Argentina: Dificultades políticas y procedimentales que inciden sobre la eficacia de estas decisiones. *In*: CONGRESO NACIONAL DE DERECHO PROCESUAL, 27., 2013, Córdoba. **Anais [...]**. [s. l.: s. n.], set. 2013. p. 18-20. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317344882_Cognitive_bias. Acesso em: 17 ago. 2022.

VITORELLI, Edilson. **O devido processo legal coletivo**: representação, participação e efetividade da tutela jurisdicional. Orientador: Prof. Dr. Luiz Guilherme Marinoni. 2015. 719 p. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISES DOS DESAFIOS ENFRENTADOS POR ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Felipe Fabricio Genuino Sampaio¹

Ana Cecília Figueiredo Leite²

Francione Charapa Alves³

RESUMO

A expansão do ensino superior no Brasil forneceu melhores condições para que estudantes de grupos historicamente subalternos conseguissem adentrar o espaço acadêmico. No entanto, ampliar não é o suficiente, pois é preciso garantir que os discentes possam permanecer e concluir o curso. Assim, este trabalho objetiva investigar as dificuldades enfrentadas por discentes do curso de pedagogia de uma universidade do Cariri cearense para a sua permanência no ensino superior. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que foi realizada a aplicação de um questionário *online* via *Google* Formulários com estudantes do referido curso. Os resultados evidenciaram que as dificuldades se centram mais em aspectos relativos à adaptação ao ensino remoto, mas também constatou-se que questões financeiras e psicológicas também foram relatadas como um entrave. Deste modo, é importante que haja mecanismos da universidade e demais agentes públicos que possam dar suporte ao acadêmico.

Palavras-chave: Ensino Superior; Desafio; Permanência; Adaptação Pedagógica.

ABSTRACT

The expansion of higher education in Brazil provided better conditions for students from historically subaltern groups to be able to enter the academic space. However, expanding is not enough, as it is necessary to ensure that students can stay and complete the course. Thus, this work aims to investigate

¹ Universidade Federal do Cariri, , E-mail: felipe.fabricio@aluno.ufca.edu.br, CNPq

² Universidade Federal do Cariri, , E-mail: ana.leite@aluno.ufca.edu.br, UFCA

³ Universidade Federal do Cariri, , E-mail: francione.alves@ufca.edu.br, UFCA/CNPq



the difficulties faced by students of the pedagogy course at a university in Cariri, Ceará, for their permanence in higher education. This is a qualitative research in which an online questionnaire was applied via Google Forms with students of that course. The results showed that the difficulties focus more on aspects related to adapting to remote teaching, but it was also found that financial and psychological issues were also reported as an obstacle. Thus, it is important that there are mechanisms of the university and other public agents that can support the academic.

Keywords: University education; Challenges; Permanence; Pedagogical Adaptation.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o diploma de graduação é sinônimo de acesso a melhores postos de trabalho e também de maior remuneração para quem o detém, comparando-se com cidadãos que possuem apenas nível médio ou fundamental. Assim sendo, é válido afirmar que a entrada no ensino superior está atrelada à busca por uma melhor situação financeira e a um trabalho mais estável e confortável.

Ingressar no ensino superior é um sonho comum a muitos brasileiros. O último ano do ensino médio costuma ser marcado pela preparação para o ingresso⁴ no Ensino Superior, que pode ser por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ou vestibular.

A utilização da nota do ENEM, através do Sistema de seleção unificada (SISU) e do Programa universidade para todos (PROUNI), ampliou as possibilidades de se conseguir uma vaga em um curso superior. Além disso, atingiu grupos sociais menos abastados e fez com que estas populações adentrassem em um curso de graduação. Outra iniciativa política que também ampliou as possibilidades de acesso foi o sistema de cotas raciais, uma vez que criou condições para que tais grupos pudessem garantir presença neste espaço.

Os percalços entre o vestibular/ENEM, a entrada na graduação e a permanência no curso costumam apresentar várias nuances de acordo com raça, classe e renda, gênero e afins. Vários marcadores sociais são evidenciados na

⁴ No Brasil o ingresso no ensino superior pode ocorrer através de vestibulares específicos e/ou através da utilização da nota do Exame Nacional do Ensino Médio.



trajetória formativa de alguns, enquanto outros encontram acesso livre para chegar onde almejam. Ou seja, apesar das lutas pela democratização do ensino superior, ainda parece ser um sonho distante para muitos/as jovens e adultos do país.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024), estabelece em sua meta 12 que o estado deve garantir a expansão e democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, além da manutenção da qualidade. No entanto, não basta ampliar vagas, pois, o ingresso em um curso superior nem sempre garante a conclusão do curso. Muitas vezes estudantes de graduação costumam enfrentar mais dificuldades para permanecer e concluir o curso do que para entrar. Os percalços para a permanência na graduação evidenciam-se em vários fatores, como questões financeiras, de mobilidade, tempo, conciliação com o trabalho, etc.

Em meio a uma pandemia⁵ que redesenhou os padrões de ensino e também aprendizagem, somada ao cenário de incerteza financeira e sanitária mais a alta dos preços dos alimentos, da luz, por exemplo, entende-se que é natural a acentuação de dificuldades para permanecer em uma graduação.

Diante do exposto, o presente trabalho objetiva investigar as dificuldades enfrentadas por discentes do curso de pedagogia de uma universidade do Cariri cearense para a sua permanência no ensino superior.

2 METODOLOGIA

Esta investigação é fruto de um projeto de pesquisa⁶ Intitulado *Interseccionalidade e acesso ao ensino superior: marcadores de diferença de estudantes do Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri*.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa cujos dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário⁷ *online* que ocorreu no primeiro semestre de 2021, através da ferramenta *Google Formulários*, e evidenciava diversos marcadores sociais, entretanto para a análise deste artigo, utilizamos apenas as respostas

⁵ Pandemia de COVID, doença respiratória causada pelo novo Coronavírus e transmitida pelo ar e através de contatos físicos, no Brasil teve seu primeiro caso registrado em fevereiro de 2020.

⁶ A pesquisa, aprovada pelo Comitê de Ética (nº 4.568.197), teve início no ano de 2020 e finalizará em 2023. Inicialmente foi financiada pela UFCA e FUNCAP, e a partir de 2021, pelo CNPQ e UFCA.

⁷ O questionário enviado por e-mail, foi elaborado para a grande pesquisa e continha quarenta questões. Foi realizado com estudantes dos cursos de Licenciaturas: Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática, Biologia, Matemática, Química, Física e Pedagogia.



obtidas com os estudantes de Pedagogia⁸ e que tratavam das dificuldades em relação à sua permanência no ensino superior⁹. Todavia, além das respostas referentes ao ponto já citado, fatores como renda e sexo/gênero, também foram levados em consideração para os resultados e discussões deste trabalho.

Vale ressaltar que todos os preceitos éticos de pesquisas com seres humanos foram resguardados e os nomes dos alunos tiveram sigilo preservado. Utilizamos a letra D para identificar os discentes, seguidos do número de acordo com a ordem de respostas. Após a coleta, realizamos a leitura das respostas e em seguida fizemos a categorização e interpretação à luz dos teóricos que discutem as temáticas pertinentes ao estudo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O Censo da Educação Superior de 2010 mostrou que a primeira década do século XXI foi marcada pela expansão e ampliação de vagas no ensino superior pelo país, medidas implementadas pelo Ministério da Educação possibilitaram melhores condições para que camadas populares historicamente e geograficamente menos favorecidas tivessem oportunidades de chegar à graduação, este panorama iniciado segue até os dias atuais, onde se evidencia um público mais diversificado nas universidades.

Na atual configuração do perfil do estudante do ensino superior, uma questão não pode ser desconsiderada: as mudanças ocorridas nas universidades brasileiras, cujas expansão da oferta de vagas nos cursos superiores, a inserção de novas formas de seleção, ações afirmativas como a adoção da lei de cotas, mudaram o perfil socioeconômico do estudante universitário propiciada, o que demanda a necessidade de reformulação das ações e políticas de permanência na universidade (ALVES; BRITO, 2021, p. 31).

Em um país marcado por fortes desigualdades sociais, é importante compreender que as condições de adentrar e se manter em cursos de graduação não fornecidas de forma igualitária. Portanto, discutir o acesso e permanência no ensino superior no Brasil requer analisar uma série de fatores sociais, econômicos,

⁸ O curso de Licenciatura em Pedagogia da UFCA, teve o seu início em meio à pandemia, no ano de 2020.

⁹ Trata-se da questão do formulário (2.9): Quais as maiores dificuldades que enfrenta para a sua permanência no Ensino Superior?



culturais e pedagógicos que podem estar conectados as dificuldades pertinentes a jornada acadêmica.

Além de questões socioeconômicas, a pandemia e suas consequências também devem ser consideradas fatores determinantes no percurso acadêmico, ao menos na época desta pesquisa, uma vez que a crise sanitária trouxe a necessidade de repensar a rotina acadêmica, o ritmo de estudos e os modelos de ensino praticamente por todo o país.

Por termos vivenciado um cenário de pandemia que modificou a dinâmica educacional no Brasil inteiro, no âmbito do ensino superior, o Ministério da Educação emitiu, em 2020, a portaria nº 343, indicando a possibilidade de substituir as aulas presenciais por aulas remotas enquanto persistisse a pandemia da COVID-19 no país. Conforme o seu artigo 1º fica autorizado:

[...] em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino (BRASIL, 2020).

Praticamente todas as universidades públicas do país adotaram o ensino remoto para dar prosseguimento às atividades acadêmicas.

O ensino remoto, recomendado pelo ministério da educação e adotado por as universidades no país, trouxe importantes discussões acerca das dificuldades referentes a permanência no ensino superior, uma vez que trouxe a necessidade iminente de readaptações por parte de docentes e demais profissionais das universidades, bem como, dos discentes. Destarte, questões estruturais como qualidade do acesso à internet, local de estudos, acústica, iluminação, distrações corriqueiras em casa e na internet e serviços domésticos são pontos importantes e entrelaçados ao processo de adaptação ao ensino remoto.

Com a suspensão de aulas presenciais e a implementação do ensino remoto, os universitários, abruptamente, tiveram que reinventar uma maneira de viver o cotidiano acadêmico. Diante de tais circunstâncias, e tendo em vista principalmente os estudantes cujas iniquidades sociais são mais marcantes, dificuldades diversas foram identificadas, a exemplo da falta de ferramentas tecnológicas e de acesso à internet, o que prejudicou o acompanhamento das atividades acadêmicas (CARVALHO; SILVEIRA, 2021, p. 2).



A pandemia, as medidas sanitárias e o ensino remoto, indiscutivelmente, trouxeram significativas modificações na vida estudantil. Necessidade de readaptar a rotina de estudos, reorganização de horários e ambientes para estudos, aumento do uso de telas, dentre outras possíveis readaptações como mudanças no sono, na alimentação, na prática de atividades físicas e de lazer, desgaste emocional e procrastinação. Fatores intrínsecos a adaptação ao ensino remoto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este tópico trata da análise e discussões das respostas dos estudantes no que concerne à seguinte questão: quais as maiores dificuldades que enfrenta para a sua permanência no Ensino Superior? Os resultados aqui apresentados e discutidos pontuam três fatores observados nas respostas dos sujeitos alvos da pesquisa. Estes fatores referem-se ao ensino remoto, a questões financeiras e psicológicas.

Neste panorama, é importante salientar que fatores relacionados a necessidade de estudar em casa em virtude das restrições sanitárias, somadas às dificuldades corriqueiras para adaptar-se a nova configuração de ensino, são aspectos relevantes nesta análise. Além disso, o cenário incerto sobre a economia com inflação em alta traz para o centro da discussão os impactos relativos à renda. Por fim, o cansaço mental observado com maior frequência na contemporaneidade, se fez presente nos resultados do levantamento e nos trouxe reflexões e ponderações importantes.

Responderam ao questionário treze estudantes do curso de pedagogia, sendo onze do sexo feminino e dois do sexo masculino. No que diz respeito a renda familiar destes estudantes, três afirmaram que a família detém uma renda inferior a um salário-mínimo, oito afirmaram que a família possui renda entre um e dois salários-mínimos, por fim uma afirmou que a renda está entre três e quatro salários-mínimos e outra informou ter renda familiar acima de quatro salários. Das que afirmaram renda abaixo de um salário, são todas do sexo feminino. Enquanto os dois do sexo masculino estão presentes no grupo de renda entre um e dois salários. Em relação ao período letivo, na época da aplicação, dez se encontravam cursando o primeiro semestre e três cursando o segundo semestre.

Ademais, oito discentes afirmaram ter acesso a algum tipo de auxílio da



instituição, seja financeiro ou atendimento pedagógico e/ou psicológico. Três afirmaram não usufruírem deste amparo e outros dois não souberam responder. Sobre programas de bolsas, oito responderam ser bolsistas de algum programa¹⁰ e cinco responderam nunca ter tido algum tipo de bolsa.

A partir dos resultados analisados, percebemos que o maior entrave acerca da permanência no ensino superior, durante o período da aplicação do questionário, refere-se a questão de adaptação ao ensino remoto. É importante ressaltar que questões relacionadas ao ambiente de estudo e também a gestão do tempo, foram consideradas como referentes à adaptação, já que tem influência no processo. Vejamos as respostas fornecidas por duas discentes e um discente:

A questão do acesso à internet e um local específico para estudo. (D7)

Até o momento acredito que uma das maiores dificuldades que venho enfrentando é a questão da adaptação diante de um período remoto. (D11)

Minha grande dificuldade é a adaptação com o ensino remoto, pois não é fácil estudar em casa [...]. Assim, estudar em casa acaba sendo uma tarefa complicada, uma vez que eu tenho que preparar um horário de estudo, e tentar não me distrair com a internet enquanto estudo. (D13)

Por ser algo inédito para muita gente, é natural observar que os discentes encontraram dificuldades acerca da adaptação ao modelo, principalmente aqueles que estavam chegando de um ensino médio presencial. Neste contexto, também podem surgir dificuldades a respeito da gestão e organização do tempo, o que acaba se tornando uma barreira no processo de adaptação.

No que diz respeito ao ambiente de estudos, entende-se que nem sempre é uma tarefa simples organizar um local adequado, seja por conta da infraestrutura da moradia, seja por conta da quantidade de pessoas que convivem no mesmo ambiente ou até mesmo por conta dos preços dos itens essenciais para se ornamentar um ambiente confortável, neste rol entram questões relacionadas à qualidade da internet e os recursos tecnológicos a disposição. Portanto,

Vários pontos devem ser levados em consideração, sendo que um dos principais problemas encontrados no ensino remoto diz respeito a não

¹⁰ Neste caso, todos os estudantes eram bolsistas do Subprojeto PIBID Pedagogia. Edital Capes 2020-2022.



disponibilidade dos recursos tecnológicos para todos e a falta de acesso a uma internet de qualidade, além da falta de um ambiente adequado para os estudos. Com isso, muitos estudantes não têm a oportunidade de se adequar ao ensino remoto, visto que, não possuem equipamentos necessários para esse processo (COSTA *et al.* , 2021, p. 83).

No que tange as questões relativas as condições financeiras, duas pessoas, ambas do sexo feminino, responderam:

Minha maior dificuldade é a condição financeira. (D2)

A maior é a questão financeira. Algumas vezes parece ser necessário que eu deixe os estudos para trabalhar e ajudar meus pais em casa. Até agora não precisei fazer essa renúncia, mas pode acontecer. (D12)

O perfil socioeconômico é um fator relevante no que concerne à manutenção e o êxito na jornada acadêmica, pois, dispor de uma situação financeira que garanta ao discente, condições para se dedicar aos estudos e a participação em atividades acadêmicas contribui positivamente no seu desenvolvimento enquanto universitário e futuro profissional.

Para os estudantes oriundos das camadas mais pobres, somente o ingresso, em muitos casos, não se faz suficiente para a conquista da diplomação, tendo em vista que os diversos custos com a escolarização universitária poderão representar um “peso” no orçamento individual e/ou familiar, que eles podem não conseguir corresponder (PINTO, 2015, p. 66).

Neste contexto, programas de bolsas como o PIBID e demais auxílios estudantis podem se configurar como um relevante mecanismo de suporte ao graduando. Portanto, é de suma importância compreender que “se as probabilidades de acesso são menores para os estudantes oriundos das classes populares, por sua vez, o risco de evasão e retenção é maior para estes indivíduos do que para aqueles pertencentes às classes médias e altas” (VARGAS, 2011, p. 151). Uma vez que estudantes oriundos de famílias de baixa renda, podem em algum momento, ter de preterir a graduação para trabalhar e prover seu sustento, como relatado na resposta da participante D12.

No que diz respeito a aspectos relativos a saúde mental, duas discentes responderam:

A maior dificuldade que enfrento é minha saúde mental, a alguns anos venho sofrendo com alguns períodos de “surto” que pode durar meses, embora eu sofra com isso nunca fui no psicólogo então não sei o que tenho e também, o ambiente que tenho para estudar me atrapalha e desconcentra. (D10) Ambiente e psicológico. (D14)

As questões relacionadas ao psicológico do estudante de graduação é um ponto muito importante a ser destacado, uma vez que há quem já chegue à universidade tendo alguns problemas, mas há quem desenvolva ou acentue dentro do ambiente acadêmico, como circunstância das mudanças provocadas.

A entrada na Universidade é um marco muito importante na vida dos estudantes, carregada de um simbolismo de status, posição de vantagem na sociedade e realização de um ideal de muitos pais. Porém, é caracterizada também como um momento de angústias, conflitos, ansiedade, decisões difíceis, fantasias etc. [...] (MARTINCOWSKI, 2013, p. 130).

As mudanças oriundas da rotina acadêmica trazem uma série de mudanças a vida do discente, pois traz toda uma necessidade de adaptações que podem influenciar no sono, humor e alimentação. Ademais, o ensino remoto pode ter sido um fator estressor e que por sua vez contribuiu em danos psicológicos aos acadêmicos que responderam a esta pesquisa.

A partir das discussões elencadas, devemos considerar que

[...] a ampliação da taxa de permanência estudantil na educação superior deve estar associada a políticas de acesso, inclusão, ações afirmativas e assistência estudantil, como forma de garantir o sucesso acadêmico aos estudantes desse nível de ensino (ALVES; BRITO, 2021, p. 26).

A assistência deve ser fornecida de maneira amplificada e diversificada, de modo a sanar as problemáticas vivenciadas por estudantes, contemplando tanto dificuldades financeiras, como pedagógicas e psicológicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia trouxe um impacto significativo na vida acadêmica, pois com ela veio a necessidade de estudantes e docentes se adaptarem a um novo panorama educacional, este sem tantas interações físicas e sociais. Trouxe



também incertezas financeiras¹¹ para as famílias. Portanto, fez-se necessário ofertar um maior amparo para que estudantes consigam se adaptar a essas mudanças, bem como, tenham suporte financeiro para atravessar as dificuldades existentes.

Diante do exposto, não somente no período pandêmico, mas em todo tempo é fundamental que haja mecanismos governamentais e institucionais que garantam condições plenas aos discentes para que possam permanecer na graduação e também se formar.

Dispor de apoio pedagógico nas universidades é importante para que estudantes se adaptem a novos modelos de ensino, dentro de um cenário pandêmico e pós-pandemia. É também neste apoio que os discentes podem ter ajuda na maneira de organizar rotinas de estudo e maneiras de gerir seu tempo e espaço de acordo com sua situação.

No que tange o perfil socioeconômico, é essencial que acadêmicos de baixa renda disponham de auxílios financeiros que forneçam suporte para permanecerem na universidade. No Instituto de Formação de Educadores, os estudantes dispõem de programas de bolsas nas modalidades pesquisa, cultura, ensino, extensão e aprendizagem prática (PAP). O Instituto também é contemplado pelo PIBID que é mais centrado nas categorias ensino, pesquisa e extensão. Para além de bolsas, são ofertados semestralmente auxílios financeiros para estudantes de baixa renda. Estas políticas fornecem melhores condições de permanência aos discentes do referido instituto.

Por fim, conclui-se que os desafios postos e reforçados pela crise sanitária são enormes e complexos e requerem ação conjunta de instituições e órgãos governamentais, no intuito de garantir a permanência e a formação de milhares de estudantes de graduação.

¹¹ <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/21/a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-nobrasil/>



REFERÊNCIAS

ALVES, Daniel Cardoso; BRITO, Marta Lorena Lima. Permanência estudantil e autonomia universitária: a questão do SISU no contexto de uma universidade estadual do interior da Bahia. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior Campinas, v. 26, n. 1, p. 24-44, abr. 2021.

ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor; ANDRIOLA, Wagner Bandeira; CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo; CHAGAS, Denise Maria Moreira. Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 24, n. 3, p. 722-743, dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 10 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343**, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 53. ed., 18 mar. 2020. Seção 01, p. 39. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/03/2020&jornal=515&pagina=39&totalArquivos=125>. Acesso em: 20 fev. 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 2. ed. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020. 373 p.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (org.). **Juventudes e a pandemia de coronavírus**. 2021. Disponível em: https://atlasdasjuventudes.com.br/wpcontent/uploads/2021/08/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210702.pdf. Acesso em: 7 jun. 2022.

COSTA, Jefferson de Andrade *et al.* Dificuldades enfrentadas durante o ensino remoto. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, [s. l.], v. 1, p. 80-95, 2021. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/9>. Acesso em: 1 jun. 2022.

GEMAQUE, Adrimauro. **A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2021/05/21/a-pandemiaagravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MARTINCOWSKI, Terezinha Maia. A inserção do aluno iniciante de graduação no universo autoral: A leitura interpretativa e a formação de arquivos. **Cadernos da Pedagogia**, São Carlos, v. 6, p. 129-140, 2013.

MEDEIROS, Josué Cordovil. Possibilidades da educação em tempos de Covid-19. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo**, [s. l.], v. 3,



n. 3, p. e335198, 2021. DOI: <https://www.doi.org/10.47149/pemo.v3i3.5198>.
Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/5198>.
Acesso em: 13 abr. 2022.

PINTO, Giselle. **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil.** 2015. p. 266. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25843/25843.PDF>. Acesso em: 21 jul. 2022.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação:** Revista Avaliação da Educação Superior, Campinas, Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 149-163, mar. 2011.

UMA ANÁLISE HISTÓRICA ACERCA DO REAL PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL NA REGIÃO DO CARIRI

Maria Hellen Santana Pereira¹

Ramilis Rodrigues Chaves²

RESUMO

As instituições sociais possuem um papel extremamente relevante para o processo de integração social e de formação dos cidadãos ao longo de suas vidas. Porém, a existência de organizações falhas e desestruturadas seguem causando um retrocesso social à população. Neste texto, as análises foram detidas à instituição responsável pela educação pública, em especial às instituições localizadas na microrregião do Cariri. Diante disso, foram utilizadas metodologias bibliográficas para a comprovação das informações contidas no presente estudo que objetiva analisar a importância da eficácia de tal instituição, além de identificar os principais empecilhos que impedem a execução plena de suas funções.

Palavras-chave: Instituição social; escola pública; Cariri; organizações eficazes.

ABSTRACT

Social institutions play an extremely important role in the process of social integration and the formation of citizens throughout their lives. However, the existence of flawed and unstructured organizations continues to cause a social setback for the population. In this text, the analyzes were detained at the institution responsible for public education, especially at institutions located in the Cariri micro-region. In view of this, bibliographic methodologies were used to prove the information contained in the present study, which aims to analyze the importance of the effectiveness of such an institution, in addition to identifying the main obstacles that prevent the full execution of its functions.

Keywords: Social institution; public school; Kariri; effective organizations.

¹ Universidade Federal do Cariri (UFCA), E-mail: ramilis.chaves@aluno.ufca.edu.br

² Universidade Federal do Cariri (UFCA), E-mail: ramilis.chaves@aluno.ufca.edu.br



1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU), define em seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (2015), que uma instituição eficaz é um organismo estruturado que cumpre continuamente com uma função de utilidade social. A Escola pública, é classificada como uma instituição social criada primordialmente para organizar a sociedade e promover a ampliação das relações coletivas dos indivíduos desde a mais tenra idade.

De acordo com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 a qual o Brasil é regido, “A educação é um dever a ser provido pelo setor familiar e estatal”, sendo assim, a escola pública, como uma instituição independente mantida pelo Estado, deve despertar valores sociais duradouros e singulares pautados em interesses do bem-estar coletivo, à exemplo de questões sustentáveis, políticas e culturais.

Entretanto, no atual contexto brasileiro a real função de estruturas sociais como a organização de ensino não é posta em prática. Além disso, a configuração deste cenário, classificado por Zygmunt Bauman em sua obra modernidade líquida (2001), às chamadas Instituições zumbis, rígidas e ineficazes, tendem a sofrer alterações quando restritas às análises a determinadas comunidades, possibilitando a existência de diferentes fatores socioespaciais quanto aos impactos da funcionalidade das escolas públicas locais.

Desse modo, ao direcionar as análises por meio de um olhar específico para a região do Cariri, às indagações norteadoras para a escrita deste presente artigo foram: Qual o real papel designado à escola como principal instituição social responsável pela formação ética social dos indivíduos, bem como, os impactos gerados pela ineficácia funcional destas instituições à sociedade caririense. Assim, objetiva-se que, por meio de uma análise histórica quanto ao desempenho formacional cidadão do instituto educacional da região, se possa entender a real importância de instituições sociais secundárias e teoricamente democráticas, como a escola pública. no processo de socialização e formação ética dos infantes e adolescentes do Cariri.

Para tanto, deve-se conceituar o que são instituições sociais bem como, a sua relevância social em relação à escola no processo de socialização secundário, abordar conceitos fundamentais ao desenvolvimento da pesquisa,

como Instituições zumbis, cunhado pelo filósofo polonês Zygmunt Bauman, realizar um levantamento histórico acerca da funcionalidade das instituições escolares no Cariri e por fim, apontar as principais falhas que ocasionam a ineficiência de entidades educacionais na região metropolitana caririense.

Em vista disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica constituída basicamente por livros, pesquisas regionais feitas por veículos de comunicações locais e artigos científicos associados de modo relevante para a comprovação da existência de uma falha social relacionada à estruturação inflexível das instituições públicas, tal como conceitos necessários para melhor compreensão da temática abordada neste pequeno estudo.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

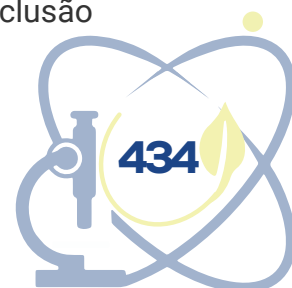
Para dar conta de realizar o que propõe esse estudo de caracterização científica, foram utilizadas estratégias metodológicas de natureza aplicada, geralmente utilizadas de modo técnico por pesquisadores da área das ciências sociais aplicadas, com intuito de responder e elaborar soluções a uma determinada questão que impacta a sociedade de algum modo.

De posse das palavras de Marconi e Lakatos (2003), a metodologia científica consiste na aplicação de métodos que objetivam responder a problemáticas interessantes a serem investigadas para a realização de críticas e tentativas experimentais provisórias a fim de solucioná-las. Quanto aos fins da pesquisa, foram respectivamente exploratórios e descritivos.

No que se refere a classificação do estudo, foi realizada uma pesquisa que atende às exigências qualitativas, podendo ter por meio desta técnica um aprofundamento acerca da compreensão da organização em estudo, assim definida pelo autor como:

[...] Pode ser definida como a que se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados. Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade (ZANELLA, 2009, p. 75 *apud* SIMÕES, 2015).

Já os meios de abordagem para a elaboração da pesquisa foram de cunho bibliográfico, método pautado no princípio da inclusão e da exclusão



de artigos relacionados à temática abordada no estudo desenvolvido nesta pequena elaboração acadêmica. O levantamento do material bibliográfico foi feito através das bases de dados “Google acadêmico”, “SciELO” e pelo próprio buscador da empresa “Google”, os quais os resultados foram compilados e verificados cuidadosamente, além disso, leituras para a validação e aplicabilidade desta análise técnica foram extremamente necessários, à exemplo da obra “Modernidade líquida” de Bauman (2001) e demais publicações a serem citados ao decorrer do trabalho. Este escrito é dividido em seções, as quais são; O processo de socialização, um breve histórico, Instituições sociais eficazes, O real papel das organizações sociais públicas e educativas, As instituições zumbis do Cariri e, por fim, Análise de possíveis soluções.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 O processo de socialização, um breve histórico

O processo de socialização descrito por Berger (1966) como um processo natural, contínuo e subjetivo, essencial para a construção da realidade social a qual conhecemos, é necessário direcionar um olhar histórico para compreender como os indivíduos primeiramente, estruturaram um sistema capaz de organizá-los socialmente. De acordo com a teoria contratualista (1651), movimento este, jusnaturalista e político. Anterior à existência do Estado moderno, a população humana vivia em total liberdade quanto aos seus direitos e deveres, impunes de quaisquer mecanismos de regulação social, situação caótica à qual lhes era natural.

De acordo com Hobbes (2005), como precursor desta teoria pactualista, expõe que o Estado deve ser caracterizado por uma forte concentração de poder e de concentração da violência. O leviatã, terrível figura representativa da entidade reguladora estatal, deveria ser temido e respeitado, pois utilizaria da violência para castigá-los, já que é o único mecanismo conhecido, pois “o homem é o lobo do homem”. Neste sentido, Locke (2006), afirma em seus escritos que o Estado deve ser um órgão liberal capaz de reger sob os indivíduos leis e normas com aplicabilidade padronizada, a fim de impedir a ocorrência de conflitos. Para tanto, a Instituição social estatal deveria desprezar a utilização da força para focar na criação de uma sociedade civil organizada.



Após a compreensão sob à gênese da sociedade civil, outros elementos importantes para a análise deste caso são necessários. Assim, para promover a integração social humana, o Estado, com base no processo de socialização tende a elaborar mecanismos pautados no aprendizado, na reprodução de ações e, finalmente, na identificação das pessoas com uma determinada corporação social. Neste sentido, Berger (1966) classifica o processo de socialização em níveis primário e secundário, os quais, respectivamente, deveriam ser de responsabilidade do seio familiar e posteriormente de algum grupo social.

[...] A função do grupo é definir papéis e, conseqüentemente, a identidade social dos indivíduos; é garantir a sua produtividade social. O grupo coeso, estruturado, é um grupo ideal, acabado, como se os indivíduos envolvidos estacionassem e os processos de interação pudessem se tornar circulares (LANE, 2012, p. 79).

Desse modo, infere-se que o indivíduo é produto de um todo da organização social, ou seja, à sociedade precede a existência do sujeito. De acordo com as elaborações de Durkheim (2002), a principal responsável por manter a ordem entre os indivíduos é são às instituições sociais, além do mais, são elas que disseminam as regras e normas da sociedade para os cidadãos e os formam enquanto indivíduos pertencentes a determinado grupo social.

3.2 Instituições sociais eficazes

Na visão de Durkheim (2002), as instituições sociais são micro corporações capazes de exercer diretamente uma força motriz capaz de integrar os indivíduos em uma sociedade. Por meio deste mecanismo de organização, seriam difundidas às regulações e padronizações preestabelecidas aos recém integrantes do tecido social, normas estas, pré-estabelecidas anteriormente à sua existência como sujeito. Além disso, o modo como tais instituições tendem a impactar o meio ao qual estão inseridos de forma coesa, desperta nos próprios indivíduos um sentimento de coercitividade, característica relacionada ao poder, ou a força, com a qual os padrões culturais de uma sociedade se impõem aos indivíduos que a integram.

Dessa maneira, pode-se dizer que o exposto acima se caracteriza de modo conceitual ao que o sociólogo Durkheim (2002) chamou precursoramente de fato social.



[...] É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2002, p. 11).

Uma vez que às corporações coletivas criadas pelo Estado são encarregadas de transmitir os fatos sociais e os mesmos são precursores à existência da sociedade civil, infere-se que existe uma inter-relação mutualística entre os conceitos. Na medida em que o fator social é aplicado diretamente no meio plural, os valores estabelecidos por ele e perpassados por corporações sociais tendem a afetar a um determinado grupo social de diferentes maneiras. Por mais que pareçam inicialmente imutáveis, estes fatores podem ser moldados por meio de diferentes artifícios, como por exemplo à educação ofertada gratuitamente à sociedade.

De acordo com a ONU ([2015]), foram definidos 17 Objetivos do desenvolvimento sustentável, dentre eles, existe um ODS responsável por direcionar uma perspectiva relacionada apenas às elaborações de instituições eficazes. O objetivo 16, descreve que tais instituições são mecanismos que proporcionam, de certa forma, a execução de funcionalidades úteis à sociedade seja qual for a área de atuação, à exemplo de instituições políticas, educativas, religiosas, familiares ou até mesmo econômicas. Estas entidades, independentemente de suas formas físicas (públicas ou privadas) ou abstratas (ideia) só podem ser consideradas eficazes quando são capazes de suprir uma necessidade da sociedade, logicamente, prestando seu apoio e serviço à comunidade.

Consoante à Bauman (2001), existiam instituições sociais realmente eficazes durante a modernidade sólida, quando as relações coletivas eram profundas e duráveis, as corporações realmente desempenhavam na sociedade o papel histórico que se propuseram a realizar primordialmente. Entretanto, Bauman (2001) afirma que com o advento da modernidade, as relações sociais se tornaram rasas, escassas e voláteis. Essa nova época foi definida pelo sociólogo como modernidade líquida, nas palavras do autor “Numa vida líquida moderna, não há laços permanentes, e caso tenha algum... deve ser frouxo para que possa ser desfeito quando as circunstâncias mudarem” (BAUMAN, 2001).

Na medida em que a ascensão dos novos tempos liquefaz os vínculos



da sociedade moderna, torna-se raso, também, o modo de funcionamento de instituições sociais, como a escola. De modo que, as ações sociais necessárias para a formação do caráter dos indivíduos por elas realizadas, passaram a não mais serem postas em prática ou, praticadas de forma superficial e ineficiente. Tal situação, configura uma patologia social a que Bauman (2001) denomina de Instituições zumbi.

[...] Numa entrevista a Jonathan Rutherford no dia três de fevereiro de 1999, Ulrich Beck (que alguns anos antes cunhara o termo “segunda modernidade” para conotar a fase marcada pela modernidade “voltando-se sobre si mesma”, a era da assim chamada “modernização da modernidade”) fala de “categorias zumbi” e “instituições zumbi”, que estão “mortas e ainda vivas” (BAUMAN, 2001, p.10).

Portanto, associa-se que existem falhas no sistema educacional, principalmente, no sistema público, pois o mesmo é fruto da adoção de métodos ineficientes de uma instituição falha, configurada como “morta-viva”, tendo em vista que o sistema educacional desempenha majoritariamente funções puramente acadêmicas, inoperantes quanto às abordagens interdisciplinares e sociais, formando dicionários e calculadoras ambulantes ao invés de humanos socialmente responsáveis.

3.3 O real papel das organizações sociais públicas e educativas

Uma excelente formação social, educacional e ética é, sem dúvida alguma, um direito constitucional cidadão que deve ser democraticamente provido por instituições sociais eficazes. Entretanto, devido à configuração do cenário explicado no tópico anterior, vê-se que o colapso funcional das instituições modernas afetou diretamente o “modus operandi” da educação, desencadeando fatores que propuseram a caracterização da conjuntura crítica do sistema educacional brasileiro. Ou seja, a configuração de uma educação que sobrevive de modo parasitário de resquícios de um sistema que um dia já funcionou, e hoje, mantém seus enfoques e abordagens pautadas em estratégias ineficientes, perpetuando a prevalência de estruturas defasadas, tal como os mortos ambulantes.

Para entender até que ponto a escola pública realiza seus papéis funcionais



com afinco, é necessário vislumbrar qual tipo de educação é difundida nessas instituições que deveriam ser a base para a formação social continuada dos infantes, adolescentes e jovens. Freire (1968) denomina que para se ter uma pedagogia revolucionária e eficaz, ou seja, para que a escola desempenhe um papel eficaz na formação do sujeito, a instituição deve parar de aplicar métodos falidos, o aluno não é um depósito de conhecimento, a “educação bancária”, não é eficaz, não se pode esperar que o aluno possa receber a gama de informações que lhe são repassadas de modo puro, simplista e rígido, por um modo humanitarista e não humanista.

[...] Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam (FREIRE, 1968, p. 55).

O papel social da educação, é na verdade conscientizar os cidadãos, instigá-los a construir conhecimento eficaz pautado na pluralidade dos saberes, da arte até a educação financeira, da educação sentimental à consciência de classe. Conforme Freire (1970, p. 77) “Ninguém se conscientiza sozinho”, ou seja, os indivíduos necessitam de instituições politizadas e capacitadas a exercer métodos horizontais de educação, o professor e aluno precisam estabelecer uma certa interação social mútua a fins educativos pois ambos, como indivíduos, possuem vivências singulares interessantes para a realização do fazer educativo.

De fato, o ensino público é imprescindível para promover às camadas mais baixas da sociedade uma gama de oportunidades já possíveis às elites burguesas. De acordo com Teixeira (1996), a máquina institucional mais eficiente para a configuração de uma sociedade democrática é a escola pública, se por esse fator deve oferecer seus serviços de forma universal, gratuita, laica e de qualidade. Além disso, compreende-se que como órgão contribuinte para a formação de caráter, valores, consciência de classe, moral e política do indivíduo, as escolas devem elaborar mecanismos capazes de instigar o pensamento crítico e social aplicado às diferentes instâncias da sociedade.

Por tanto, pode-se definir que a real função da escola pública como instituição social, é: [...] À responsabilidade social que a escola tem como entidade formal, e levá-la a refletir sobre a importância do papel social que a mesma exerce

como agente influenciador na sociedade a que pertence (NOBRE, 2018, p. 1).

Ao direcionar uma perspectiva socioespacial à região metropolitana do Cariri, pode-se identificar que assim como qualquer outro estado brasileiro, de fato, existem instituições educacionais zumbis. Retomando a proposta inicial do artigo, agora que foi possível a compreensão acerca do histórico papel da escola pública como instituição social eficaz, cabe analisar como a existência dessas organizações impacta a sociedade caririense.

3.3.1 As instituições zumbis do Cariri

Uma vez que o advento da modernidade ocasionou a defasagem das relações sociais, as abordagens, obrigações, desempenhos políticos e públicos passaram a ser negligenciados devido ao modo inoperante de funcionamento dos institutos coletivos. Na região do Cariri, localizado ao sul do estado cearense, a vigência deste problema é uma questão emergencial, tendo em vista que as atividades desempenhadas por órgãos públicos são, majoritariamente, realizadas de forma rasa e inconsistente.

Além disso, vale ressaltar que a crise institucional da escola pública é um fator consequente, também, de outras crises institucionais, como a crise do sistema de gestão pública. A associação do Cariri ao conceito de instituição zumbi é diretamente proporcional ao plano de gestão a ser desenvolvido pelas autoridades locais que, por muitas vezes, além de não possuírem um conhecimento técnico sobre o modo de governar e subsidiar as instituições de responsabilidade municipais como às escolas de ensino fundamental básico, não executam políticas públicas de aplicabilidade eficientes.

Desta forma, o pouco ou nenhum investimento a ser direcionado para o desempenho da função social do colégio sob a formação cidadã dos indivíduos, provoca inúmeras consequências às sociedades da região. Freire (1968), diz que quando a educação não é provida de modo eficaz e libertador, o objetivo dos oprimidos é se tornar semelhante a seus opressores. Neste sentido, isso acaba por estruturar, ainda mais, as relações de poder existentes no Cariri, pois a mobilidade social que é possibilidade daqueles que possuem uma bagagem cultural e técnica acumulados na escola não será possibilitada, desencadeando a alienação popular quanto aos seus direitos e incentivando ainda mais prevalência



das relações de apadrinhamento e politicagens baratas.

Da mesma forma, a negligência gestacional para com estas instâncias educacionais locais desencadeia impactos negativos quanto ao modo de pensar e agir em sociedade, pois à ausência de conscientização social proporciona o advento de ideologias extremistas em detrimento às instâncias tidas como “inferiores”, como o aumento de casos de violência praticados por um conjunto de indivíduos contra determinados grupos minoritários. Em coerência aos dados difundidos pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS, 2022), o Estado do Ceará registrou que só no último semestre, mais de 7.500 casos de violência contra a mulher foram registrados, dentre esses, a maioria ocorreu na região do Cariri.

Vê-se, portanto, que o descaso com a educação desencadeia um déficit institucional quando se trata da aplicabilidade de políticas públicas regionais, fator que possibilita a prevalência das instituições ineficazes nesta localidade.

3.4 Análise de possíveis soluções

De acordo com o exposto, pode-se verificar que medidas alternativas e eficazes são necessárias para contornar os problemas ocasionados pela crise institucional do sistema público educativo. Tais soluções devem ser pensadas por profissionais especializados, comprometidos com o campo de públicas, como administradores públicos e gestores sociais capazes de elaborar estudos analíticos para serem postos em prática pela gestão regional.

Dessa forma, essas estratégias podem ser pensadas por meio da criação e aplicação de políticas públicas eficientes e institucionalmente eficazes, engajadas e comprometidas a difundir melhorias socioeducativas a todas às instituições interessadas em adotar um papel efetivo e, principalmente, ativo para à contribuição da formação de caráter dos cidadãos.

Além disso, se pode pensar também que o Estado do Ceará, organização responsável por prover qualidade de ensino em instâncias públicas, sejam elas municipais ou estaduais, deve investir financeiramente no setor educacional. Cabe à escola, principalmente a esta instituição, abranger a forma como o conhecimento é difundido, tendo em vista a existência das múltiplas inteligências



a serem desenvolvidas em sala de aula.

Portanto, ao adotar medidas que estimulem os estudantes a desenvolverem suas habilidades socioemocionais, ferramenta de fomento à inteligência emocional, estes indivíduos irão desempenhar um melhor papel no meio coletivo. Assim, armada por equipamentos e estratégias eficientes, a educação será capaz de enfrentar a crise institucional que a acomete por muitos séculos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, observou-se que a vigência de instituições educacionais eficazes no meio social é de relevante importância para a formação da cidadania. A metodologia utilizada para o levantamento desta pesquisa foi a de caráter exploratório, pautada no acúmulo e leitura de referencial teórico de cunho bibliográfico.

Assim, para se elucidar as considerações finais deste artigo, é válido resgatar a questão inicial de análise: Qual a real funcionalidade que a escola pública provê como instituição social e, como os impactos ocasionados pela inoperação destas instituições afetam à sociedade caririense?

Sendo assim, quando se trata de educação, se pode concluir que a eficiência dos serviços ofertados por esta instituição é diretamente proporcional ao impacto que causa na vida e formação dos estudantes para contribuir com melhorias à sociedade. Além disso, a ineficiência do sistema educacional proporciona uma reação em cadeia de demais empecilhos e crises organizacionais, como violência, infrações e corrupção.

Quanto aos materiais para a fundamentação da argumentação científica, foram utilizados em sua maioria, conceitos e abordagens sociológicas organizadas em cronologia histórica. Devido à pouca disponibilidade de material científico produzido para análises direcionadas à dimensão socioespacial do Cariri, foram utilizados métodos de dados comparativos, os quais abordam de um modo geral a situação do Ceará com aplicabilidade à localidade sulista do Estado.

Este material engloba conteúdo que disponibiliza um compilado histórico-social por meio de conceitos contribuintes para se entender a formação da coletividade, desde os mecanismos do contratualismo ao processo de



socialização. Uma análise exploratória como essa é essencial à comunidade científica, em especial, aos pesquisadores de ciências sociais aplicadas, como das áreas políticas, da gestão social, administração pública, sociologia, pedagogia e demais cientistas os quais à temática despertam interesse.

É válido ressaltar a evolução do pensamento histórico dos conceitos aqui desenvolvidos, ou seja, foram datados os anos em que os autores elaboraram suas teorias e, posteriormente, foram referenciados às versões atuais e adaptadas de suas obras.



REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 17. ed. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. p. 11.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1968. p. 57-76.
- HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Rideel, 2005.
- LANE, S. T. M. O processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 78-98.
- LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2006.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- NOBRE, F. E.; SULZART, S. O papel social da escola. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], v. 03, p. 103-115, ago. 2018. Disponível: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/kalins-pdf/singles/o-papel-social-da-escola.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- ONU. **Paz, Justiça e Instituições Eficazes**. ([2015]). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/ods16/>. Acesso em: 29 jun. 2022.
- SILVA, A. G.; SIQUELLI, S. A. Modernidade e transformações do século XXI: a disciplina história no ensino fundamental II. **Revista Ibero-americana de Estudos Educação**, Araraquara, v. 11, n. 1, p. 49-66, 2016.
- TEIXEIRA, A. **Educação é um direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: CAPES, 2009.



PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:

UMA ANÁLISE DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO URBANA EM JUAZEIRO DO NORTE/CE

Cirlany Sousa Matos¹

Diego Coelho do Nascimento²

RESUMO

O estudo que aqui se tece tem a intenção de analisar como o município de Juazeiro do Norte/CE se organiza em relação ao planejamento e implementação de políticas públicas nos últimos 20 anos. O lócus de pesquisa se justifica pelo destaque econômico, territorial, de prestação e oferta de serviço exercido por Juazeiro do Norte em relação às cidades da RM Cariri. Sendo assim, suscitadas questões relacionadas ao planejamento e os problemas existentes no território, em que se é fundamental buscar compreender como a administração pública lida com a implementação de políticas públicas, uma vez que, problemas que atingem Juazeiro do Norte, não são problemas individuais do município, outrossim de todo CRAJUBAR. Dessa forma, o presente estudo possui abordagem qualitativa com objetivos exploratórios e explicativos, utilizando-se da análise bibliográfica e documental, apoiado pela literatura clássica e contemporânea relacionados aos conceitos de planejamento e políticas públicas. Os resultados preliminares apontam que as políticas implementadas nos últimos 20 anos possuem pontos de convergência em relação à falta do EIV e RIV, instrumentos essenciais para desenvolvimento territorial justo e sustentável, conforme preconiza o estatuto da cidade. Assim como, o fato das políticas públicas se desenharem, a partir do modelo *top down*, em que não há participação social, e a tomada de decisão ocorre de forma hierárquica. Nesse sentido, é preciso a inserção do planejamento ao ciclo de políticas públicas, afinal, não basta implementar a política, é imprescindível o monitoramento e avaliação para então se obter resultados

¹ Graduanda de Administração Pública e Gestão Social na Universidade Federal do Cariri (UFCA), bolsista de iniciação científica no Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS), com financiamento da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), professor adjunto da Universidade Federal do Cariri (UFCA), bolsista de produtividade da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e Coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS).

fidedignos e mudanças no *status quo*.

Palavras-chave: Políticas Urbanas; Planejamento Urbano; Gestão Urbana.

ABSTRACT

The study that is weaved here intends to analyze how the municipality of Juazeiro do Norte/CE is organized in relation to the planning and implementation of public policies in the last 20 years. The locus of research is justified by the economic, territorial, service provision and offer performed by Juazeiro do Norte in relation to the cities of the RM Cariri. Thus, issues related to planning and existing problems in the territory are raised, in which it is essential to seek to understand how the public administration deals with the implementation of public policies, since problems that affect Juazeiro do Norte are not individual problems of the municipality, as well as the entire CRAJUBAR. Thus, the present study has a qualitative approach with exploratory and explanatory objectives, using bibliographic and documental analysis, supported by classic and contemporary literature related to the concepts of planning and public policies. Preliminary results show that the policies implemented in the last 20 years have points of convergence in relation to the lack of EIV and RIV, essential instruments for fair and sustainable territorial development, as recommended by the city statute. As well as the fact that public policies are designed from the top down model, in which there is no social participation, and decision-making occurs in a hierarchical manner. In this sense, it is necessary to insert planning into the public policy cycle, after all, it is not enough to implement the policy, monitoring and evaluation is essential in order to obtain reliable results and changes in the status quo.

Keywords: Urban Policies; Urban planning; Urban Management.

1 INTRODUÇÃO

É comum em setores, organizações, repartições, escolas, empresas e no próprio cotidiano familiar o uso do termo e das premissas do “planejar”, tido em muitos casos como a base na execução de metas e objetivos individuais ou coletivos. Na administração pública, não seria diferente, o termo “planejar” está presente em casos como na elaboração do orçamento anual, na prospecção e sistematização de compras públicas e, em larga escala, na gestão e implementação de políticas públicas.

É indiscutível a importância do planejamento, seja qual for a condição organizacional, afinal, a partir deste é possível traçar estratégias futuras e



reduzir incertezas em direção ao cumprimento dos objetivos estabelecidos previamente. Assim, Dias e Matos (2019) pontuam que no serviço público o planejamento tem como objetivo estruturar diversos elementos para que se alcance determinado cenário futuro entre os muitos possíveis. No entanto, se ter a compreensão da importância do planejamento e torná-lo o ato de elaborar planos não é o suficiente para obter resultados eficientes na implementação de políticas públicas (OLIVEIRA, 2006). Pelo contrário, comumente se identifica em literatura especializada e nas práticas cotidianas falhas na implementação de políticas públicas em variados setores.

A cidade é a base territorial da implementação de diversos tipos de políticas públicas e é no ambiente urbano onde se percebe com mais ênfase os impactos e a eficácia dessas políticas. Por isso, enquanto categoria de políticas públicas a serem analisadas é preciso pensar nas políticas urbanas que podem congrega diferentes temáticas como infraestrutura, lazer, equipamentos comunitários, mobilidade urbana, dentre outros.

Quando se fala em políticas urbanas é preciso ponderar que elas podem ser planejadas e implementadas para cidades e/ou territórios com realidades muito diferentes. Planejar e implementar políticas públicas para cidades de grande porte, aqui consideradas como aquelas com população superior a 500 mil habitantes, exige um nível de complexidade diferente do que planejar políticas urbanas para um pequeno município brasileiro, com população inferior, muitas vezes, a 5.000 habitantes. Além do quantitativo populacional, outros fatores também podem ampliar a complexidade, tais como magnitude da problemática, acesso a recursos financeiros, equipe técnica envolvida, conflitos de interesse e outros. Nesse artigo, trabalharemos com a análise da implementação de políticas públicas em uma cidade de porte médio, cujo limiar populacional, com base na literatura, fica entre 100 e 500 mil habitantes.

Nessa perspectiva, considerando a realidade local, o estudo que aqui se tece analisa como o município de Juazeiro do Norte/CE se organiza em relação ao planejamento e implementação de políticas públicas nos últimos 20 anos. O município em questão situa-se na Região Metropolitana do Cariri (RM Cariri), ao sul do estado do Ceará, constituída por nove municípios, instituída a partir da Lei Complementar estadual n. 78, de 26 de junho de 2009. A RM Cariri, dentre suas potencialidades econômicas, territoriais e ambientais, se destaca

pela conurbação denominada, triângulo CRAJUBAR, composta pelas principais cidades: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Sendo que o município de Juazeiro do Norte exerce um grande poder de influência e centralidade na região, por ser a quarta maior economia do estado e a primeira da região da RM Cariri, com uma população estimada no ano de 2021 em 278.264 mil habitantes segundo o IBGE.

Sendo assim, o presente estudo de abordagem qualitativa, com objetivos exploratórios e explicativos, com uso da análise bibliográfica e documental, foi construído a partir dos questionamentos: Quais as principais políticas urbanas implementadas no município nos últimos 20 anos em Juazeiro do Norte? Quais as fontes de financiamento? Quais os atores envolvidos? Quais as justificativas para implementação de tal política? A escolha desse recorte temporal, se dá em razão do espaço de tempo transcorrido desde a primeira e, até então, única elaboração do Plano Diretor Municipal³ que apenas recentemente teve início o processo de revisão.

Este trabalho, é apenas um recorte de uma pesquisa maior, intitulada “Planejamento Urbano e Territorial em Juazeiro do Norte/ CE: Repercussões e Inter-relações na Região Metropolitana do Cariri”, na qual, dentre outros objetivos, consta a identificação e mapeamento dos principais processos, fenômenos, políticas e atores relacionados ao ordenamento e planejamento territorial de Juazeiro do Norte após a promulgação do Estatuto da Cidade.

O estudo se divide em cinco seções, são elas: a introdução em que se contextualiza a pesquisa, os objetivos, a justificativa e a problemática. Seguido pelos procedimentos metodológicos, onde são apresentados os procedimentos e as técnicas utilizadas. Adiante, dispõe-se do teórico, em que se teve por apoio autores contemporâneos e clássicos relacionados às temáticas de políticas públicas e planejamento. A quarta seção traz a discussão dos resultados, apresentando as principais políticas urbanas implementadas dentro do recorte temporal estabelecido tendo por embasamento o referencial teórico e o cumprimento dos objetivos. Findando com as considerações, que trazem um compilado das descobertas.

³ Segundo a Lei 10.257/2001 cap. III Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.



2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a presente pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, com objetivos explicativos e exploratórios, com uso da análise documental e bibliográfica.

A abordagem qualitativa se propõe como ideal na execução dos objetivos propostos, por se caracterizar pela análise e descrição de fatores, cabendo ao pesquisador interpretar o material e direcionar os estudos de impactos relacionados à implementação das políticas públicas. Enquanto a revisão bibliográfica propicia a colocação do pesquisador em contato direto com toda a produção literária sobre o assunto explorado (MARCONI; LAKATOS, 2013).

Lakatos e Marconi (2013) ainda contribuem com a afirmativa de que toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, independentemente dos métodos ou técnicas empregadas, afinal esse levantamento será essencial para a construção do conhecimento sobre a temática investigada. Desse modo, o material utilizado aqui se constituiu por meios digitais como artigos acadêmicos disponíveis no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO - Brasil) e Google Acadêmico, sendo o critério de seleção dos artigos as palavras-chaves, neste caso, planejamento e políticas públicas, nos portais da Prefeitura de Juazeiro do Norte e do Governo do Estado do Ceará e portais jornalísticos locais e estaduais.

A partir do levantamento de dados, os achados resultaram num quadro, o qual são apresentadas algumas políticas de intervenção urbana, buscando analisar o período de sua implementação, os objetivos, o orçamento e atores envolvidos. Embora o trabalho tenha por recorte os últimos 20 anos, aqui se optou em detalhar políticas atuais que abrangem áreas de distintos setores, complementares, como mobilidade urbana, patrimônio histórico e turismo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao pensar no conceito de políticas públicas, não há uma única definição, assim neste estudo, utilizar-se-á os mais adequados à execução dos objetivos. A princípio, Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Enquanto, Rodrigues (2011) define em um conjunto de procedimentos que expressam relações de

poder e orientam a resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos. Nessa perspectiva, Teixeira (2002) contribui para esse estudo com a síntese do que seria a política pública:

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Dito isto, é importante compreender que, no geral, a política pública está ligada à resolução de um problema público. Nesse sentido, Secchi (2013) expressa como se estabelece o problema público, para que este se converta em uma diretriz de resolução, com a afirmação de que o problema seria a transição do *status quo* a uma situação desejável. Ou seja, para que algo seja considerado problema público deve atingir uma coletividade de maneira inadequada, ao passo que os atores políticos os elegem como problema.

Desse modo, a partir da definição/seleção de um problema público, em um modelo ideal de implementação/planejamento governamental careceria de sua inserção dentro do ciclo das políticas públicas. O ciclo, conforme aponta Secchi (2013), é a forma de visualizar a política pública em um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado. Devido o ciclo, é possível verificar num esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependente – Identificação do problema; formação da agenda; formulação de alternativas; a tomada de decisão; implementação; avaliação; extinção – (SECCHI, 2013).

A partir do planejamento, controle, monitoramento e avaliação contínua das políticas públicas, é possível alcançar resultados superiores na resolução de problemas públicos. Afinal, o planejamento governamental “quando autêntico e patrocinado pela alta direção do governo, é a própria essência de governar” (TONI, 2014, p. 4). Tendo em conta que o planejamento governamental deve envolver uma gama de atores e áreas de modo transdisciplinar, com vistas ao atendimento de demandas sociais e políticas por vezes divergentes.



Diante o exposto, Oliveira (2006) destaca as principais visões relacionadas ao planejamento nos países em desenvolvimento, inclusive o Brasil: o primeiro tipo de planejamento é associado às atividades envolvendo a tomada de decisão política, são elas, reuniões de discussão/proposição, mapas detalhados, modelos matemáticos e cenários, elaboração de legislação e distribuição de responsabilidades, e ao final se gera um plano. O segundo modelo de planejamento, embora reconheça a importância da implementação, enfatiza a elaboração do plano como chave primordial para o sucesso de políticas públicas. Em seguida, se dispõe do modelo em que une a implementação aos mecanismos de monitoramento, auditorias e reuniões técnicas de acompanhamento. Por fim, o modelo de planejamento, que preza a participação social, com total ênfase na participação da população ou sociedade civil, no qual, os beneficiários ajudam a monitorar o projeto.

Todavia, existem impasses históricos na trajetória política brasileira, caracterizada, sobretudo por instabilidades e rupturas ao regime democrático, fato que se contradiz ao próprio ato planejar, visto que, “numa democracia o planejamento cumpre a missão de viabilizar graus crescentes de liberdade humana e autonomia dos diversos atores na relação sempre conflituosa entre Estado e Sociedade” (TONI, 2014, p. 5).

Então, a cada contexto político surgem novos impasses ou se acentua os existentes quanto ao papel do planejamento e o método para realizá-lo, as discussões são amplas e não consensuais. Onde o processo das decisões políticas, devem ser regidos essencialmente, pelos princípios éticos, da transparência e pela capacidade de dialogar com visões distintas, primando sempre a *res pública*⁴ e a coletividade. A seguir, tendo por lócus o município de Juazeiro do Norte/CE serão apresentados alguns exemplos de políticas públicas implementadas buscando analisar como o município se organiza em relação a esta implementação.

4 RESULTADOS

O município de Juazeiro do Norte criado pela Lei nº 1.028/1911, presentemente, estima-se uma população de 278 mil habitantes com densidade

⁴ Expressão Latina que significa “Coisa Pública”.



demográfica 1.004,45 hab./km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o município mais populoso da região caririense e o 3º (terceiro) no Estado. O Produto Interno Bruto (PIB) ocupa a 1º (primeira) posição da região do Cariri e a 16º (décima sexta) posição no estado. Enquanto na área da educação a taxa de escolarização é baixa ao compararmos a média estadual, onde ocupa a 103º (centésima terceira) posição. Em relação a geração de empregos e renda, Juazeiro do Norte se destaca economicamente enquanto o segundo maior polo econômico do Ceará, por dispor de atividades advindas do setor terciário, com ênfase no comércio, nas atividades ligadas ao turismo religioso e gastronomia, além da vasta oferta de serviços universitários e de saúde.

Ao considerar o destaque econômico, territorial, de prestação e oferta de serviços e o quantitativo populacional do município juazeirense associados à reduzida área territorial (258,788 km²), se suscitam questões relacionadas ao planejamento territorial do município, visando a resolução dos problemas existentes no território. Desse modo, é imprescindível buscar compreender como a administração pública lida com o planejamento e a implementação de políticas públicas de intervenção urbana, uma vez que, alguns problemas que atingem Juazeiro do Norte, não são problemas de cunho municipal, outrossim do CRAJUBAR.

Sendo assim, foi realizado um levantamento de políticas públicas em funcionamento atualmente, voltadas às áreas setoriais de mobilidade urbana, patrimônio e turismo, em que a partir de questionamentos (Quais as principais políticas urbanas implementadas no município nos últimos 20 anos? Quais as fontes de financiamento? Quais os atores envolvidos? Quais as justificativas para implementação de tal política?) foi possível realizar um compilado de informações, tal como apresenta o Quadro 1 abaixo:



Quadro 1 – Políticas de Intervenção Urbana em Juazeiro do Norte entre 2000 e 2020

Políticas	Descrição	Objetivo	Orçamento	Atores	Gestão
1. Metrô Cariri	Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs), que fazem o percurso de 13,6 quilômetros entre as cidades de Juazeiro do Norte e Crato diariamente.	Reduzir o número de veículos nas ruas a partir da oferta de um serviço de transporte ágil, seguro e econômico.	R\$ 25 milhões	Poder executivo estadual; População que utiliza o serviço; Funcionários do VLT; residentes ao longo da linha férrea.	Estadual: Cid Gomes (2007-2015) Municipal: Manoel Santana (2009-2012)
2. Anel Viário	Abertura de novas vias no eixo CRAJUBAR asfaltadas e com infraestrutura (ciclovias, viadutos, iluminação etc.).	Obra que objetiva melhorar a mobilidade urbana no eixo principal da Região Metropolitana do Cariri, formada por Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha.	R\$ 40 milhões	Poder executivo estadual e municipal; Turistas; Motoristas de veículos individuais; Motoristas de cargas; Construtora.	Estadual: Camilo Santana (2015-2022) Municipal: Arnon Bezerra (2017-2020) Gledson Bezerra (2021-2024)
3. Teleférico do Horto	Equipamento de transporte aéreo utilizado para transportar pessoas em atividades turísticas.	Alavancar o Turismo no município e a economia local	R\$70 milhões	Poder executivo estadual e municipal; Turistas; População local; Construtora; Comerciantes; Funcionários do equipamento;	Estadual: Camilo Santana (2015 - 2022) Municipal: Arnon Bezerra (2017-2020) Gledson Bezerra (2021-2024)

4. Alameda Juazeiro	Projeto de revitalização no centro urbano de Juazeiro do Norte, fazendo parte da reforma da tradicional Praça Pe. Cícero.	Transformar o local em um Centro de Gastronomia, em prol da economia e turismo local	R\$ 4,5 milhões (valor global junto à reforma da praça)	Turistas; População local; Comerciantes.	Estadual: Camilo Santana (2015 - 2022) Municipal: Arnon Bezerra (2017-2020)
5. ESCOLA DE SABERES DE JUAZEIRO	A restauração do antigo Casarão dos Vianas (1945) é uma ação importante da conservação patrimônio histórica.	Atuar enquanto centro integrador e multidisciplinar para o desenvolvimento de diversas atividades pautadas no contexto educacional.	R\$ 2 milhões	Poder executivo municipal; População local; Escolas; Professores, estudantes;	Estadual: Camilo Santana (2015 - 2022) Municipal: Arnon Bezerra (2017-2020) Gledson Bezerra (2021-2024)

Fonte: Elaboração dos Autores (2022).

A primeira política em discussão diz respeito ao Metrô Cariri (ou Veículo Leve sobre Trilhos – VLT), política desenvolvida pelo Governo do Estado do Ceará, por meio do Metrô de Fortaleza (METROFOR) no ano de 2010. Sua implementação se deu com a finalidade de reduzir os problemas de mobilidade urbana entre o município de Crato em direção a Juazeiro do Norte, visto o grande fluxo diário de pessoas entre os municípios para trabalhar, estudar, utilizar os serviços e comércio, entre outros.

A relevância dessa política de mobilidade, conforme Lacerda (2006) está no fato que, “os sistemas sobre trilhos, apesar de sua menor abrangência, em regiões de alta densidade populacional, são capazes de transportar um grande número de passageiros utilizando pouco espaço” (LACERDA, 2006, p. 96). Em contrapartida aos grandes centros urbanos, o Metrô Cariri não gera grandes impactos em relação ao número de usuários que o utilizam diariamente, mesmo com a pontualidade, agilidade e passagens a baixo custo. Visto que, sua implementação se deu a partir da manutenção do antigo percurso, datado do século passado, percurso esse, que não se aproxima do centro comercial,

dos bairros mais populosos ou das universidades desses municípios, tal como ilustra Nascimento, Chacon e Martins (2014).

Ou seja, uma política desse porte, inaugurada há mais de uma década, permanece com lacunas devido à falta de planejamento em sua implementação, ao desconsiderar a expansão territorial e crescimento populacional, tal como, a necessidade de monitoramento e avaliação da política pública. O território de Juazeiro do Norte está em plena expansão, o que tende a intensificar os fluxos de pessoas diariamente, e conseqüentemente gerar ainda mais problemas relacionados à falta de mobilidade, de transporte coletivo que possam suprir a demanda, com o aumento de congestionamento e acidentes de trânsito. Nesse contexto, se percebe a necessidade de reformulação dessa política, para então amenizar o problema da mobilidade urbana iminente à realidade atual.

Ainda, em busca de alternativas aos problemas de mobilidade urbana em consonância ao crescimento socioeconômico em Juazeiro do Norte e toda a RM Cariri, foi idealizado o Anel Viário do Cariri, obra do Governo do Estado, que faz parte do Projeto Cidades do Ceará. O Anel Viário consiste em um grande projeto realizado pela Superintendência de Obras Públicas (SOP) de abertura de novas vias entre as cidades do CRAJUBAR, tida como alternativa para aliviar o trânsito nas principais vias.

É incontestável a necessidade dessa obra, no entanto, é preciso mecanismos para incentivar a utilização do transporte público, não apenas beneficiar e incentivar o uso do veículo individual. A isto, se soma o próprio impacto ambiental ocasionado pela abertura de novas estradas a curto e médio prazo no território.

Outra obra implementada pelo governo estadual, o Teleférico do Horto, equipamento de transporte aéreo com o percurso entre o centro comercial em direção à Colina do Horto, que tem o propósito de fomentar as atividades turísticas existentes no município. O teleférico é um desejo antigo das gestões municipais, inclusive está presente nas diretrizes do plano de estruturação urbana componente do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Juazeiro do Norte (Lei nº 2.572/2000).

No entanto, o PDDU de 22 anos atrás (atualmente em processo de revisão), inclusive em desacordo com o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), não

corresponde à realidade territorial em que foi construído o teleférico. Além disso, durante o levantamento bibliográfico e documental não foram identificados nos sites oficiais os instrumentos de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV). Levando em conta, que a função desses instrumentos é a de produzir uma análise minuciosa e objetiva dos impactos e efeitos causados no entorno de qualquer empreendimento que apresente uma estrutura física capaz de modificar a paisagem. Os instrumentos EIV e RIV são fundamentais para situar-se entre os interesses públicos e privados, com objetivos de garantir a qualidade de vida da população que mora e transita entorno de empreendimentos.

Por fim, as políticas de revitalização de patrimônio histórico, em específico o Centro de Gastronomia Rita Araújo da Silva, também conhecido por Alameda Juazeiro entregue em 2019 e a Escola de Saberes de Juazeiro do Norte inaugurada em 2022. Essas duas políticas têm em comum o fato de estarem na mesma localidade da área central do município enfrente a Praça Padre Cícero, local de intenso fluxo de pessoas e comércio, em que, por muitos anos, permaneceram “abandonados” pelo poder público.

A Alameda Juazeiro, parte um projeto maior de revitalização do centro histórico do município, com investimento de R\$4,5 milhões, teve por projeto arquitetônico o resgate da década de 1960, além dos postes com designer colonial, ladrilhos hidráulicos, bancos de granilite, instalação de lixeiras, pavimentação de piso intertravado e drenagem (BADALO, 2019).

Enquanto a Escola de Saberes, partiu da compra de um casarão antigo (abandonado à época) pela prefeitura, sendo suas obras de restauração iniciadas em 2019, atualmente o espaço conta com biblioteca, sala multifuncional, varanda, gabinetes para estudo, sala de oficina literária para estimular a produção e publicação textual. A estrutura conta, ainda, com ambiente para pesquisa e planejamento de aulas e espaço para café (BADALO, 2022).

De maneira geral, o que se percebe nessas obras de revitalização são as iniciativas relacionadas ao consumo turístico, através de projetos de reformas e mudanças nas fachadas dos prédios e espaços públicos, direcionando a estes espaços segurança, que remete ao simbolismo da memória histórica das pessoas que ocupam e consomem nesses espaços (COLVERO, 2012). São iniciativas que



a população e comércio local poderão se beneficiar, porém, não foram iniciativas pensadas na inclusão e melhoria da qualidade de vida local.

A partir dessa breve análise, alguns pontos de convergência são identificáveis: primeiro a falta do EIV e RIV, instrumentos essenciais para desenvolvimento territorial justo e sustentável. Em segundo, a própria implementação das políticas públicas originadas pelo

[...] modelo *top down* que parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos (SECCHI, 2013, p. 47).

Em síntese, é preciso a inserção do planejamento ao ciclo de políticas públicas, afinal, não basta implementar a política, é imprescindível o monitoramento e avaliação para então se obter resultados fidedignos e mudanças no status quo, uma vez que o acompanhamento do desempenho da política, é fundamental para conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou (SECCHI, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES

O presente estudo teve por objetivo analisar como o município de Juazeiro do Norte/CE se organiza em relação ao planejamento e implementação de políticas públicas nos últimos 20 anos. De modo que, se optou pela análise de políticas atuais em diferentes setores, embora complementares, em busca de uma maior compreensão sobre a sua implementação, onde foi possível perceber alguns gargalos desde a gênese de formação das políticas através do modelo *top down*, seguido pela falta dos instrumentos EIV e RIV, até a falta de acompanhamento, monitoramento e avaliação.

A falta dos instrumentos EIV e RIV se dão principalmente pela própria desatualização da legislação em vigência no município, conseqüentemente a desobrigação de pensar e elaborar políticas de forma justa e sustentável no âmbito municipal e estadual, visto que muitas ações partem de parcerias entre os níveis de governo.

Em relação ao modelo de implementação é crucial a busca constante

pela participação social, a consulta pública, assembleias em comunidades, entre outros arranjos democráticos, diante a tomada de decisão e o posterior desenho e implementação da política de intervenção. Afinal de contas, é desejável que sejam desenvolvidas no âmbito do pluralismo de ideias e coalizão dos grupos de interesses. Tal como, preconiza Bobbio (1998), que o pluralismo propõe um modelo de sociedade composto por inúmeros grupos de poder, os quais detêm funções de limitar, controlar e contrastar objetivamente em contraposição ao grupo de poder dominante, historicamente identificado com o Estado.

Planejar e implementar políticas públicas tendo em vista a resolução de problemas públicos é algo que deve passar por todas as esferas da sociedade, não deve servir apenas de instrumento eleitoral, a contar com a publicização da construção de grandes obras. É preciso tratar desse tema de forma holística, intersetorial, prezando a participação social. Sendo assim, o estudo abre espaço para ampliação do debate, não só das políticas aqui tratadas, outrossim, de avaliação minuciosa de políticas municipais desde a sua gênese até sua conclusão.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com incentivo da Universidade Federal do Cariri (UFCA), da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do projeto “Planejamento Urbano e Territorial em Juazeiro do Norte/ CE: Repercussões e Inter-relações na Região Metropolitana do Cariri”, vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS/UFCA).



REFERÊNCIAS

BADALO, Redação Portal. **Escola de Saberes Daniel Walker será inaugurada na próxima terça (8), em Juazeiro**. 2022. Disponível em: <https://www.badalo.com.br/cariri/escola-de-saberes-daniel-walker-sera-inauguradaproxima-terca-8-em-juazeiro/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BADALO, Redação Portal. **Alameda Juazeiro é inaugurada nesta sexta (31) com show de Fábio Carneirinho**. 2019. Disponível em: <https://www.badalo.com.br/featured/alameda-juazeiro-na-praca-pe-cicero-e-inauguradanesta-sexta-31-com-show-de-fabio-carneirinho/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1998.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: mar. de 2021.

BRASIL. IBGE. **IBGE Cidades: Juazeiro do Norte**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/panorama>. Acesso em: fev. de 2022.

CEARÁ. **Decreto-Lei nº 2.572, de 8 de setembro de 2000**. Prefeitura municipal de Juazeiro do Norte, CE, 08 de setembro de 2000. Disponível em: <http://www2.juazeiro.ce.gov.br/Legislacao/LEI%202572-2000.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2022.

CEARÁ. **Juazeiro do Norte ganhará teleférico para impulsionar turismo e economia**. 2019. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2019/11/08/juazeiro-do-norteganhara-teleferico-paraimpulsionar-turismo-e-economia/>. Acesso em: 1 mai. de 2022.

CEARÁ. **Lei Complementar nº 78, de 26 de junho de 2009**. Diário Oficial do Estado do Ceará. Promulgada em 26 de junho de 2009. Série 3. Ano I.

COLVERO, Adriana de Almeida. A Requalificação do centro antigo de São Paulo: Políticas Urbanas, planejamento e qualidade de vida. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2012, Belo Horizonte. **Anais [...]**. [S. l.], 2012.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas: Princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2019.

LACERDA, Sander Magalhães. **Precificação de Congestionamento e Transporte Coletivo Urbano**. BNDES Setorial, Rio De Janeiro, n. 23, p. 85-100, mar. 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico: Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica, Projeto e Relatório, Publicações e Trabalhos Científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Currents**, [s. l.], Feb.



1995.

NASCIMENTO, Diego Coelho do; MARTINS, Josefa Cícera Alves; CHACON, Suely Salgueiro. O Direito ao Transporte Coletivo Urbano na Região Metropolitana do Cariri-CE: sustentabilidade, problemáticas e alternativas. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, [s. l.], v. 10, n. 20, p. 207, 14 abr. 2014. Disponível em: <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/360>. Acesso em: 10 ago. 2022.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 273-88, mar./abr. 2006.

RODRIGUES, Antônio. **Anel Viário do Cariri é alternativa para crescimento socioeconômico**. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/anel-viario-do-cariri-e-alternativapara-crescimento-socioeconomico-1.2986088>. Acesso em: 19 ago. 2022.

RODRIGUES, Marta Maria Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez 2006.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 10 ago. 2022.

TONI, Jackson de. A retomada do planejamento estratégico governamental no Brasil: novos dilemas e perspectivas. *In*: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 7., 2014, Brasília. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2014.



VIOLÊNCIA DE GÊNERO: PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Carla Karina Araújo Ferreira¹

Francisco Georgerlanio de Brito Felipe²

Gabriela Pereira Passos³

Zenilda De Araújo Albuquerque de Castro⁴

Orlando Júnior Viana Macêdo⁵

RESUMO

O presente estudo aborda a temática da violência de gênero. Partiu da seguinte questão: as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres têm conseguido impactar significativamente na vida dessas mulheres? Objetivou-se analisar de que forma as políticas públicas podem impactar na vida dessas mulheres, descrever as marcas da violência doméstica sofrida por mulheres e conhecer os efeitos das políticas públicas na vida de mulheres que foram vítimas de violência. Metodologicamente foi utilizado a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo utilizando-se também de artigos, revistas, livros, teses e monografias disponíveis na plataforma Mendeley e na base de dados *Scientific Library Online* (SciELO). Constatou-se através dos resultados que a violência contra mulher permanece alta comparada com os últimos anos na região do Crajubar, apontando um número mais elevado para o município de Juazeiro do Norte. Sob esse viés, foi possível averiguar as marcas da violência doméstica eclodida nessas mulheres pelos diversos tipos de violência principalmente de forma física, psicológica e ameaças sofrido por elas. Tal situação é minimizada pela rede de atendimento assistencial e de segurança, ocorrendo um significativo auxílio ao público que a procura, porém é necessária mais efetividade das políticas públicas e que promovam e qualifiquem a manutenção dos espaços por enquanto existentes.

¹ Centro Universitário Paraíso- UniFap, E-mail: karina123ferreira@aluno.fapce.edu.br

² Centro Universitário Paraíso- UniFap, E-mail: pe.georgedebrito@gmail.com

³ Centro Universitário Paraíso- UniFap, E-mail: pereiragabicec@aluno.fapce.edu.br

⁴ Centro Universitário Paraíso- UniFap, E-mail: zenildaalbuquerquecastro@aluno.fapce.edu.br

⁵ Centro Universitário Paraíso- UniFap, E-mail: orlando.macedo@fapce.edu.br

Palavras-chave: Mulheres; Violência de Gênero; Políticas Públicas; Crajubar.

ABSTRACT

The present study addresses the issue of gender violence. It started with the following question: have the public policies to combat violence against women managed to significantly impact the lives of these women? This study aimed to analyze how public policies implemented can impact the lives of these women, as well as expose occurrence data on violence against women; describe the marks of violence domestic violence suffered by women and to know the effects of public policies on the lives of women who have been victims of violence. Methodologically, the research was used qualitative literature, also using articles, magazines, books, theses and monographs available on the Mendeley platform and the Scientific Library database Online (SciELO). It was found through the results that the violence against women remains high compared to recent years in the Crajubar, indicating a higher number for the municipality of Juazeiro do Norte. Under this bias, it was possible to ascertain the marks of domestic violence that erupted in these women by the various types of violence, mainly physical, psychological and threats suffered by them. This situation is minimized by the care and assistance network. security, with significant assistance to the public that seeks it, but it is necessary more effectiveness of public policies and that promote and qualify the maintenance of existing spaces.

Keywords: Women; Gender Violence; Public policy; Crajubar.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo de pesquisa elaborado do componente curricular Projeto Integrador: Psicologia e Políticas Públicas, do segundo ano branco do Curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso do Ceará - UniFAP, que versa sobre a temática violência de gênero. A violência contra as mulheres é, desde a década de 1960, uma das principais bandeiras de luta dos movimentos feministas ao redor do mundo. A expressão violência de gênero foi introduzida pelos movimentos feministas e tem sido utilizada como sinônimo de violência contra mulher. Em 1976, no Brasil, a morte de Angela Diniz, morta por Doca Street, de quem ela desejava se separar, gerou um grande repúdio entre as mulheres.

A libertação de seu assassino provocou protestos. As mulheres se organizaram em torno do lema: “quem ama não mata”. Repudiava-se publicamente que o amor justificasse o crime (BLAY, 2003). Ao longo das décadas de 1970 e



1980 os movimentos feministas foram se fortalecendo e para fazer frente às demandas de igualdade de gênero foi criado, em 1983, o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo. Em 1985, criou-se a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, órgão eminentemente direcionado para reprimir a violência contra a mulher. Dentre as conquistas mais recentes obtidas para o enfrentamento da violência contra a mulher está a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/2006). O art. 5º define que “violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero”.

Por meio de análise da violência de gênero explicita-se as diferenças socioculturais contidas entre homem e mulher, que acarreta desigualdades sociais e políticas, colocando a mulher em situação inferior ao homem nas diferentes áreas humanas (TELES; MELO, 2017). O drama da violência contra mulher faz parte do cotidiano das cidades, do país e do mundo. Diante desse cenário, a violência contra as mulheres ganhou grande visibilidade e destacou que sua vulnerabilidade percorre dos municípios a várias nações. Em decorrência disso as Políticas Públicas vêm sendo instaladas para minimizar esse ciclo de violência e aflição que se chama violência doméstica.

Assim, quando essas mulheres padecem tais sofrimentos deixa de ser um problema privado e se torna uma responsabilidade do Estado (ALVES, 2005). De acordo com dados fornecidos pelo Atlas da violência ([2019?], p. 11): No total, 19 das 27 Unidades da Federação brasileiras tiveram redução nas taxas de homicídios de mulheres entre 2017 e 2018, sendo que as quedas mais expressivas foram nos estados de Sergipe (48,8%), Amapá (45,3%) e Alagoas (40,1%). Dentre os estados cujas taxas de homicídio de mulheres aumentaram no período, três apresentaram um aumento superior a 20%: Roraima (93%), Ceará (26,4%) e Tocantins (21,4%). Dessa maneira, percebe-se o significativo aumento superior a 20% na taxa de homicídios de mulheres nos últimos anos no estado do Ceará.

No interior do estado do Ceará, o número de crimes contra a mulher chega a ser maior a cada ano, tendo um grande aumento nos números de casos comparados ao ano de 2018 que correspondia a 14% e no ano de 2020 chega a 24%, valendo ressaltar que entre esses municípios o de Juazeiro encontra-se na terceira colocação com maiores números de casos no último ano (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2020). Diante do exposto evidenciase uma significativa evolução das taxas de violência contra a mulher. Contudo, o município de Juazeiro

conta com a rede de proteção à mulher que é assistida pela Delegacia de Defesa da Mulher - DDM que dentre as suas atribuições consiste na aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Além disso, conta com o atendimento à violência contra as mulheres no município de Juazeiro do Norte que envolve os equipamentos da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho como o Centro de Referência da Mulher - CRM, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS.

Daí se faz necessário proporcionar uma visão mais ampla sobre essas medidas que estão sendo tomadas para enfrentar a violência contra a mulher. Sendo assim, o presente estudo vem questionar: as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres têm conseguido impactar significativamente na vida dessas mulheres? Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender os impactos que as políticas públicas podem provocar no enfrentamento da violência contra mulher. Em termos específicos, objetiva-se: expor dados de ocorrência sobre violência contra as mulheres na Região do Crajubar; descrever as marcas da violência doméstica sofrida por mulheres; conhecer os efeitos das políticas públicas na vida de mulheres que foram vítimas de violência.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, realizada por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Para busca de artigos recorreu-se às bases de dados *Scientific Library Online* (SciELO), Mendenley e Pubmed. Utilizou-se os descritores “violência doméstica”, “violência de gênero”, “violência familiar” e “políticas públicas” combinados de diferentes formas a partir do uso do operador booleano AND, sem limite de data.

Os resumos dos artigos selecionados foram lidos e classificados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: a) refletir sobre a temática violência contra mulher; e b) abordar as políticas públicas de combate à violência contra mulher. Foi realizada uma análise qualitativa de artigos científicos disponíveis. Foram selecionados dez (11) trabalhos pelas(os) autoras(es), para se alcançar o objetivo proposto.



3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente estudo teve-se como norte teórico e metodológico, para analisar a relação do Estado e Políticas Públicas, a perspectiva crítico-dialética, entendendo, portanto, a Política Pública como processo e resultado das relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre o Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Dentre os conflitos presentes em nossa sociedade pode-se destacar os movimentos feministas que contam com a eclosão de mulheres em busca de seus direitos. Tal movimento ganhou mais força no início do século XX, ao reivindicarem o exercício do voto as mulheres (AULER, 2020). Durante os anos de 1975 e 1979, muitas mulheres se estruturam em grupos e associações a fim de debater sobre suas demandas, diante de um contexto que se considera ser “natural” a mulher ser submissa ao homem. Somando-se a essa construção para que as vozes dessas mulheres se articulassem e mudassem esse contexto tem-se o apoio de sindicatos e universidades. Diante disso, inicia-se debates, congressos, fazendo com que a sociedade tivesse pertencimento desses acontecimentos, além da mídia e o meio político. Os movimentos feministas ganham reivindicações em pautas antes nunca dialogadas como discriminação contra mulheres, e violência contra mulheres como problema social e político (AULER, 2020).

Buscou-se, no presente estudo, abordar as Políticas Públicas contra a violência de gênero em sua complexidade histórico-estrutural, situando-a na realidade social e considerando a totalidade concreta. Entende-se, no presente estudo, que as políticas públicas tanto podem estar voltadas para o controle ou dominação, quanto para o atendimento de determinadas demandas dos setores subalternos da sociedade, fato que expressa o traço contraditório dessas políticas. A Política Pública, como afirmou Sposati (2011), é uma construção histórica e, como tal, não está fadada a ser capturada por um dos lados em que se posicionam os sujeitos sociais históricos. Compartilha-se, também, com a ideia de tal autora, quando esta avalia que por meio dessas políticas públicas é possível avanços no âmbito dos direitos humanos, sociais e da cidadania.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos dados registrados pelos órgãos integrantes da rede de enfrentamento à violência doméstica no complexo Crajubar, percebe-se que a Cidade de Juazeiro do Norte teve maior número de boletins feitos ao atendimento em serviço de saúde e assistência social.

Tabela 1 – Número de ocorrências de violência contra a mulher coletadas por município. Crajubar, 2016 a 2018

Município	Segurança			Saúde/Assistência Social			Total		
	2016	2017	2018	2016	2017	2018	2016	2017	2018
Juazeiro do Norte	1.008	1.132	1.285	178	328	328	1.186	1.460	1.613
Crato	482	388	416	134	111	116	616	499	532
Barbalha	22	26	177	32	35	68	54	61	245
Total	1.512	1.546	1.878	344	474	512	1.856	2.020	2.390

Fonte: adaptado do observatório da Violência, URCA (2018).

Nota-se ainda que a Cidade de Barbalha no decorrer dos Anos 2016, 2017 e 2018 possui uma quantidade mínima desses registros. E a Cidade do Crato, mantém média mais abaixo que Juazeiro do Norte e acima que a Cidade de Barbalha.

Tabela 2 - Classificação da violência contra a mulher segundo tipo de agressão

Tipo de violência	Juazeiro do Norte	Crato	Barbalha	Total
Física	409	252	71	732
Psicológica/moral	649	147	08	804
Tortura	-	2	-	02
Sexual	105	39	07	151
Tráfico de pessoas	-	-	-	-
Patrimonial	66	29	01	96
Financeira	09	07	-	16
Negligência/abuso	02	01	03	06
Ameaças	88	200	92	1174
Virtual	46	01	06	53
Trabalho infantil	-	-	-	-
Intervenção legal	-	-	-	-

Ignorada	01	02	02	05
Outros	25	30	55	110

Fonte: adaptado do observatório da Violência, URCA (2018).

A Tabela 2 acima mostra os tipos de violências nas cidades analisadas de Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato. A coleta de dados apresentou a cidade de Juazeiro do Norte com grandes índices de violência principalmente de forma Física e Psicológica. Em segundo lugar Crato, seguida por Barbalha.

No que se refere à temática efeitos das políticas públicas na vida de mulheres que foram vítimas de violência, foram identificados os estudos da Dissertação de Mestrado intitulada de Trajetória de Vida de Mulheres Negras Assistidas por um Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CEAM), da pesquisa de Conceição e Moura (2020). Os relatos descrevem o atendimento psicológico, social, jurídico, de orientação e informação à mulher em situação de violência. O estudo propôs a realizar entrevistas individuais com quatro mulheres e observação ao grupo de reflexão contido no CEAM.

As entrevistadas descreveram sua trajetória de vida e entre uma de suas falas a entrevistada de pseudônimo Luísa, 60 anos, autodeclarada parda, declara que sua primeira experiência sexual foi com um homem 12 anos mais velho que ela e deixou marcas “A minha primeira relação com ele não foi muito boa porque ele achou que eu não era mais virgem porque não havia sangrado, tinha certeza de que eu era virgem, mas aquilo ficou na minha cabeça”. Já a narrativa de Aqualtune, mulher negra, que teve um relacionamento de três meses com um homem branco deixou, como ela mesmo mencionou: “Tive um homem que me deixou com uma cicatriz. Ele disse que eu tinha cabelo cortado igual de homem. Botei cabelo *black*. Tô pensando seriamente em fazer um bom implante”. Percebe-se nos seus discursos marcas de preconceitos e comportamentos violentos como desrespeito, traição e agressões sexuais dos parceiros.

De acordo com as entrevistadas, as atividades grupais e individuais possibilitaram novas maneiras de lidar e lutar com as situações de violência em seu cotidiano. Assim, após procurarem a CEAM, as mulheres passam, através de seus discursos a compartilharem e relatarem suas histórias de vida e da assistência individual, a elaborar o processo de redefinir os seus relacionamentos e propiciam a (re)criar comportamentos autônomos e de autovalorização de

acordo com Tereza: “os relatos aqui no grupo refletir, não é assim que eu vou fazer, mas me ajudou bastante” (CONCEIÇÃO; MOURA, 2020, p. 07).

O apoio institucional segundo o trabalho das autoras Echeverria, Oliveira e Erthal (2017) no artigo intitulado de Violência doméstica e trabalho: percepções de mulheres assistidas em um Centro de Atendimento à Mulher apresenta relatos de abordagem qualitativa, advindas da pesquisa de campo que foi realizada no Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (Ceom Zuzu Angel), em São Gonçalo, Rio de Janeiro. De acordo com o artigo, foram realizadas entrevistas individuais com mulheres maiores de 18 anos atendidas nessa instituição, consideradas em situação de violência doméstica e que têm ou tiveram um trabalho remunerado durante o período de violência.

As entrevistadas denominadas como entrevistada 1, 2, 3, 4 e 5 através de entrevistas gravadas falaram sobre suas experiências e uma delas relatou sobre como o trabalho foi prejudicado por conta da violência doméstica:

(...) Às vezes o trabalho acabava não rendendo né. O pensamento ficava longe né... então atrapalha nessas coisas... nessas coisinhas corriqueiras né, do dia a dia e tal. Você acaba pensando né. Por mais que a gente não possa ficar levando os problemas pessoais para o trabalho, é difícil né, é difícil separar (Entrevistada 1) (ECHEVERRIA; OLIVEIRA; ERTHAL, 2017, p. 19).

A Entrevistada 4 cita um pouco sobre o ciúme de seu companheiro como forma de controle que era exercido sobre ela:

E as esposas dos meus tios estavam comentando outro dia em que a gente foiem um aniversário de família e eu fui dar uma cochilada: ‘gente, ele tem um ciúme doentio por você porque ele vai toda hora ver se você tá realmente dormindo, ele fica observando, ele pega o celular, toda hora ele olha teu celular...’. Então quer dizer, é uma invasão total de privacidade (Entrevistada 4) (Ibidem).

Outro fator que algumas das entrevistadas citaram foi a bebida alcoólica, a entrevistada 2 fala: “ele às vezes era muito violento né, ainda mais quando bebia... Ele me bateu algumas vezes, eu apanhei... E eu aguentava tudo calada, com vergonha”, logo após a pesquisadora perguntar se a bebida influencia muito a entrevistada 4 responde: “muito, muito. Aí depois ele diz que não lembra de

nada, que não foi ele...”.

Apesar de que a violência tenha afetado negativamente o desempenho das mulheres no trabalho, elas disseram que o trabalho é uma fuga do meio doméstico, como uma ‘válvula de escape’.

Na verdade, tudo o que eu quero é trabalhar. Viver esse lado. Me libertar um pouquinho do que eu vivo com ele. Quando eu tô trabalhando eu ocupo a cabeça, fico um pouco longe dos problemas, por mais que ele tente me controlar né... (Entrevistada 4) (Idem, p. 21).

Por meio das entrevistas realizadas no Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel foi possível que as mulheres expressassem através das suas falas tudo o que sentiam nas suas vivências. As entrevistadas relataram que esse Centro de apoio auxiliou de forma positiva nas suas vidas, trazendo informações, ajudando a refletir, trazendo conforto para essas mulheres que sofrem violência, afirmando que sempre são bem atendidas pela equipe e que eles ajudam buscando dar ânimo às mulheres na tentativa delas se recuperarem da violência sofrida (ECHEVERRIA; OLIVEIRA; ERTHAL, 2017).

O artigo (Co)Construindo sentidos: o grupo como dispositivo de enfrentamento à violência doméstica contra mulheres, da Universidade Estadual de Maringá (PR), traz, por meio de pesquisas qualitativas, a exposição de discussões teóricas sobre violência doméstica, trabalhos em grupos e construção de sentido e relatos/entrevistas de mulheres que passaram por algumas situações de agressão em suas casas. As protagonistas da pesquisa foram 19 mulheres (HOEPERS; TOMANIK, 2018).

Na parte teórica, os autores deixam claro que as relações de violência se vão sendo dadas em facetas de violência, sedução, afetos, presentes, arrependimentos e de tantos outros modos que vai criando na vítima a perspectiva de mudança do agressor (HOEPERS; TOMANIK, 2018). E, para o pesquisador, mostra que a violência doméstica ora se enquadra como tela principal ora como em segundo plano. As mulheres, em sua maioria, esposas, tendem a pensar que essa situação é apenas um momento ou algo natural, ou ainda pior, romantizam a relação num atualmente chamado positivo tóxico. Não obstante tudo isso, os autores ensejam a destruição da autoestima dessas mulheres. O artigo, no entanto, mesmo considerando a subjetividade dos sujeitos, enfatiza os

elementos psicossociais. Os dados cotidianos mostram que essas facetas não ocorrem de modo individualizado, geralmente se configuram e se apresentam combinados em contextos tanto individuais quanto sociais e mais ainda em dinâmica sociocultural (HOEPERS; TOMANIK, 2018).

Os autores do artigo relevam a importância do grupo ao caracterizar o ser humano como um ente grupal, que necessita de reciprocidade e apoio não somente interno, senão que vindo de fora. Em tal interação social, a ressonância ganha altaneiro relevo porque a partir da fala de um, outro se sente atingido para interagir com troca de sentimentos, emoções e afetos.

Os grupos vão desconstruindo, naturalmente, os preconceitos que são disseminados corriqueiramente pela sociedade. O relato é assumido pelo grupo como resistência ao mal implantado. “Uma participante discorreu: ‘ouvindo as experiências, o sofrimento de cada uma, a vitória de cada uma, eu consegui passar a sair de casa e, olha, eu penso: ‘tô indo pro meu grupo, lá eu vou ter força’” (Ibidem).

5 CONCLUSÕES

Dados da Delegacia de Defesa da Mulher e da Assistência Social/Saúde, apontam que Juazeiro do Norte concentra 70,5% das ocorrências no ano de 2018. Houve um total de 328 atendimentos sociais. A procura por essa rede de atendimento às mulheres vítimas de violência proporciona a aplicabilidade da lei Maria da Penha. Isso mostra que elas têm buscado ajuda.

Os relatos e descrições evidenciam as marcas trazidas pelos diversos tipos de violência sofrido por elas. Dentre os dados apresentados pela pesquisa, a violência psicológica aparece como a mais exercida entre os agressores. Em seguida, tem-se a violência física, que acarreta marcas tanto no seu corpo quanto em sua mente. As ameaças, descritas nos relatos por elas, as vítimas, mostram a instalação de uma situação pânico, baixo autoestima, fobia diária e outros transtornos.

A análise das entrevistas oriundas dos artigos selecionados pelo presente estudo identificou ainda que as instituições de apoio assistencial deram suporte ao atendimento às mulheres vítimas de violência. Essas políticas públicas se



propõem por meio de seu atendimento acolher as muitas mulheres vítimas de violência. O compartilhamento de suas experiências traumáticas e situações humilhantes nos grupos de ajuda favorecem a ressonância entre as integrantes, ou seja, elas se identificam no discurso umas das outras. E isso possibilita a recuperação de seu estágio de autonomia e autoestima. Verificou-se que o grupo estimula a reintegração dessas mulheres com seus projetos outrora perdidos ou anulados por conta de terem entrado em relacionamento abusivo.

O presente estudo, enfim, observou que é de suma importância a promoção ao atendimento, à assistência, à prevenção, à proteção e o apoio para as mulheres que em suas casas são vítimas de violência. Viu-se na rede de atendimento assistencial e de segurança às 16 mulheres que houve significativo auxílio ao público que a procura. Faz-se necessário criar, no entanto, outros espaços sociais e grupais que contribuam para maior humanização e socialização dessas mulheres. E articular de maneira mais efetiva políticas públicas que criem e/ou que promovam e qualifiquem a manutenção dos espaços por enquanto existentes. Espera-se que esta pesquisa provoque novas propostas que venham a ser aprofundadas e discutidas na comunidade científica a fim de que apareçam ações mais contundentes no combate à violência doméstica.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. **Violência doméstica**. 2005. Monografia (Graduação em Sociologia) -Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005.

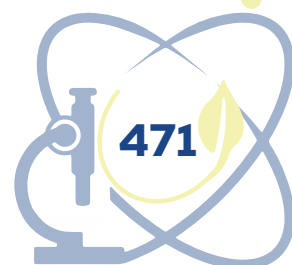
ATLAS DA VIOLÊNCIA. [Sem título]. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, [2019?].

AULER, R. G. C. **A atuação do psicólogo com homens autores de violência: alcances e desafios**. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde). - Programa de Pós-graduação e pesquisa da Universidade Metodista de São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, São Bernardo dos Campos, 2020.

BEHRING, E. R.; BOSHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BLAY, E. A. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos avançados**, [s. l.], v. 17, n. 49, p. 87-98, 2003.

CONCEIÇÃO, C. S.; MORA, C. M. “Respeito é bom e eu gosto”: trajetórias de vida



de mulheres negras assistidas por um Centro Especializado de Atendimento à Mulher em Situação de Violência na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 36, p. e00180019, 2020.

ECHEVERRIA, J. G. M.; OLIVEIRA, M. H. B.; ERTHAL, R. M. C. Violência doméstica e trabalho: percepções de mulheres assistidas em um Centro de Atendimento à Mulher. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. Especial, p. 13-24, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HOEPERS, A. D.; TOMANIK, E. A. (Co) Construindo sentidos: o grupo como dispositivo de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 31, 2019.

MEDIANA, G. L. L.; LEONARDO, N. M. G.; ARAÚJO, G. L. M. **Trilhando caminhos no enfrentamento da violência contra mulheres**. Fortaleza: Escola de saúde pública do Ceará, 2019.

SPOSATI, A. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, 2011.

TELES, A. A. M.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher**. [S. l.]: Brasiliense, 2017.



PANDEMIA COVID-19: IMPACTOS NOS PROJETOS DE EXTENSÃO DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Elieny do Nascimento Silva¹

Maria Jaqueline Pereira Bezerra²

Lourdes Gorette da Silva Macedo³

RESUMO

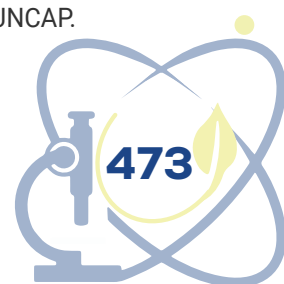
Apresenta resultado da pesquisa “A extensão Biblioteconômica no Brasil – Impactos da pandemia COVID-19 nos projetos de extensão desenvolvidos nos cursos de Biblioteconomia no Brasil”, no período 2021-2022. No que concerne a metodologia, trata-se de pesquisa quali-quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, que investigou os impactos provocados pela pandemia da COVID-19 na execução das ações extensionistas mapeadas na primeira fase da pesquisa (2019-2020), destacando a contribuição das tecnologias digitais da informação para a realização dessas ações. As mudanças na operacionalização das atividades no período de isolamento social modificaram - presenciais para remotas, desvelando um cenário de desafios para as organizações. Na educação superior, as atividades desenvolvidas fora do âmbito universitário, enfrentaram obstáculos para sua continuidade. Os dados coletados demonstraram redução dos projetos de extensão no período pesquisado e o contributo do suporte tecnológico para a continuidade dos projetos, destacando a remodelagem das ações para o alcance dos objetivos. Destaca a competência tecnológica como habilidade essencial a execução das atividades no formato virtual, salientando a responsabilidade social da Biblioteconomia no processo de mediação da informação para os indivíduos. Conclui que a pandemia da COVID-19 gerou desafios para a execução dos projetos de extensão realizados nas comunidades, mas, proporcionou oportunidades, a exemplo da ampliação do número de pessoas alcançadas pelos projetos, salientando protagonismo dos docentes extensionistas.

Palavras-chave: Biblioteconomia Social; Projetos de Extensão; Pandemia

¹ Professora da graduação e mestrado profissional em Biblioteconomia da UFCA, E-mail: elieny.silva@ufca.edu.br, coordenadora do Projeto de pesquisa: “A extensão biblioteconômica no Brasil”.

² Graduanda Biblioteconomia (UFCA), E-mail: jaqueline.pereira@aluno.ufca.edu.br, bolsista PIBIC UFCA.

³ Graduanda em Biblioteconomia (UFCA), E-mail: lourdes.gorette@aluno.ufca.edu.br, bolsista FUNCAP.



COVID-19; Tecnologias Digitais da Informação; Protagonismo Docente.

ABSTRACT

It presents the result of the research “The Librarianship Extension in Brazil – Impacts of the COVID-19 pandemic on extension projects developed in Librarianship courses in Brazil”, in the period 2021-2022. Regarding the methodology, it is a qualitative-quantitative research, of an exploratory and descriptive nature, which investigated the impacts caused by the COVID-19 pandemic in the execution of extension actions mapped in the first phase of the research (2019-2020), highlighting the contribution of digital information technologies to the realization of these actions. Changes in the operationalization of activities in the period of social isolation have changed - in person to remote, revealing a scenario of challenges for organizations. In higher education, activities developed outside the university environment faced obstacles to their continuity. The data collected showed a reduction in extension projects in the researched period and the contribution of technological support to the continuity of the projects, highlighting the remodeling of actions to reach the objectives. It highlights technological competence as an essential skill for the execution of activities in the virtual format, highlighting the social responsibility of Librarianship in the process of mediation of information for individuals. It concludes that the COVID-19 pandemic generated challenges for the execution of extension projects carried out in the communities, but provided opportunities, such as the expansion of the number of people reached by the projects, emphasizing the protagonism of extension teachers.

Keywords: Social Librarianship; Extension Projects; COVID-19 pandemic; Digital Information Technologies; Teacher Protagonism.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa, desenvolvida no âmbito do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA) - com financiamento do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica PIICT/UFCA (2021) e da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP)⁴, investigou os impactos da Pandemia da COVID-19 na realização dos projetos de extensão desenvolvidos nos cursos de Biblioteconomia no país,

⁴ Pesquisa financiada pelo: Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica PIICT/UFCA (2021-2022) e Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Projeto desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa “Biblioteconomia, Extensão Universitária e Mediação da Informação – BEM.



destacando os contributos das tecnologias digitais da informação e comunicação como ferramenta pedagógica essencial no processo de transferência e mediação da informação.

O advento do período pandêmico, gerado pela COVID-19, afetou sobremaneira toda a dinâmica social, gerando a necessidade de adaptação no formato de realização das atividades, principalmente para o remoto. Esse contexto atípico, exigiu mudanças e ajustes nas atividades cotidianas e, o setor educacional precisou adaptar-se ao novo cenário global: Deste modo as instituições de ensino remodelaram suas atividades para o modo remoto e, as tecnologias digitais de informação e comunicação tornaram-se protagonistas na realização das atividades.

A reconfiguração das atividades afetou o *modus operandi* das instituições no cenário global. No contexto da educação superior, não foi diferente: as atividades presenciais foram remodeladas para o formato remoto, impactando as ações desenvolvidas nas comunidades, através da pesquisa, cultura e extensão. Nesta pesquisa, a ênfase é para ações de extensão desenvolvidas nas comunidades. Este contexto, gerou o objetivo da pesquisa: analisar os impactos da COVID-19 nos projetos de extensão desenvolvidos pelos cursos de Biblioteconomia no país, mapeados na primeira fase (2019), destacando o contributo das tecnologias digitais da informação e comunicação na realização dessas ações.

A remodelagem das atividades extensionistas foi um desafio para dos docentes coordenadores de projetos, visto que houve a necessidade de: a) adequar as atividades para o formato virtual para uma população fora do contexto da universidade; b) treinar bolsistas e voluntários para desenvolver as atividades online; c) conhecer a competência tecnológica da população assistida pela ação. Essas adequações resultaram em um trabalho árduo para os coordenadores extensionistas, que cumulava com suas atividades de ensino e pesquisa.

Frente aos desafios do novo cenário global, as tecnologias digitais de informação e comunicação tornaram-se essenciais para o alcance dos objetivos dessas ações, demandando competências e habilidades de todos os participantes do processo. Nessa acepção, conhecer os limites e possibilidades de todos os atores envolvidos no processo foi imprescindível para a tomada de decisão para



a continuidade das ações nas comunidades.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E PANDEMIA DA COVID-19

A Universidade, enquanto ferramenta educacional, precisa intervir proativamente para consolidar sua função social enquanto transformadora da realidade. Para alcançar tal objetivo é necessário conhecer-se e reconhecer-se como mecanismos de intervenção social. Buarque (2003) pontua que a universidade precisa identificar suas dificuldades e limitações, reformular suas estruturas e métodos de trabalho, empoderar-se enquanto agente de transformação social e renovar-se como instrumento de esperança. A universidade traz a oportunidade de desenvolvimento e emancipação, fatores essenciais para o progresso social principalmente no contexto da pandemia da COVID-19.

Enquanto ação transformadora, a extensão universitária propicia meios para que a população tenha acesso ao conhecimento proporcionando oportunidade de crescimento aos que são afetados por essa ação. Freire (1996) enfatiza que não é possível tornar-se sujeito ativo da sociedade senão por meio das práticas educativas, fundamentada na dialética entre teoria e prática. Nessa dialogicidade, as ações extensionistas colaboram no processo formativo discente e corrobora para que o conhecimento produzido nas universidades alcance as comunidades. Por extensão universitária compreende-se: “[...] processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. (FORPROEX, 2012, p. 28).

Nessa acepção, programas e projetos direcionados ao processo de mediação da informação são essenciais em um contexto em que a produção informacional aumentou quantitativamente, gerando empecilhos na aquisição da informação verídica. A extensão, enquanto ferramenta dialógica, gera a troca entre o saber científico, produzido nas Academias, com os múltiplos saberes da sociedade, sendo, portanto, ação essencial nas universidades (SILVA, 2017). Dessarte, cooperar com o acesso e uso da informação verídica, confiável é uma necessidade vital para proporcionar o desenvolvimento das pessoas e comunidades, destacando assim a responsabilidade social universitária através de ações que colaboram para o desenvolvimento local e dos indivíduos.



A contribuição social da área da Biblioteconomia não se restringe somente à preservação da memória documental do país, mas, o acesso e a mediação da informação são fundamentais no escopo da profissão (SILVA, 2017). Ações extensionistas direcionadas as comunidades denotam a responsabilidade social do campo da Biblioteconomia em promover o acesso à informação. Os cursos de Biblioteconomia no país têm caminhado na direção de trabalhar com e nas comunidades, destacando parte da responsabilidade social dos mesmos, mesmo com as dificuldades enfrentadas para realização destas atividades (LIMA *et al.*, 2021; SILVA, 2012).

Com o advento do período pandêmico pelo novo coronavírus as necessidades informacionais se intensificaram, urgindo da sociedade, soluções para saná-las. Nesse cenário, as tecnologias digitais de comunicação e informação foram fundamentais nesse processo. Para Santos e Godoy (2022) a escolha cautelosa das metodologias, os estudos prévios e a realização de um planejamento estruturado dentro das potencialidades das tecnologias digitais de informação e comunicação escolhida foram etapas fundamentais para que as atividades alcançassem o objetivo desejado. Conseqüentemente, a aprendizagem, o acolhimento, a integração, o processo de trocas de informação no cenário pandêmico foram variáveis relevantes para que os indivíduos, em isolamento social, participassem da sociedade.

Nessa conjuntura, teve o protagonismo docente dos coordenadores de extensão, que além de adequar-se ao formato do ensino remoto, traçou estratégias para dar continuidade as ações de extensão realizadas nas comunidades e realizou um trabalho árduo a fim de dar continuidade aos projetos e possibilitar o acesso à informação.

3 METODOLOGIA

Por metodologia compreende-se a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade (PRODANOV; FREITAS, 2013). Quanto à natureza das fontes utilizadas, optou-se pelas pesquisas Bibliográfica e Documental, pois atendem aos objetivos propostos. A pesquisa Bibliográfica é desenvolvida a partir de material já



elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem dessa pesquisa reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2008).

Quanto à abordagem, a pesquisa pode ser classificada como qualitativa. Por investigação qualitativa compreende-se como “um processo contínuo de construções, de versões da realidade”, cujo foco não é apenas o fenômeno estudado em si, mas o relato ou discurso do sujeito de pesquisa sobre o fenômeno vivido ou presenciado por ele, sendo esse o verdadeiro objeto da pesquisa (FLICK, 2004, p. 25). A pesquisa quantitativa é definida como a que traduz em números as opiniões e informações para serem classificadas e analisadas, utilizando-se de técnicas estatísticas (RODRIGUES, 2007).

Quanto aos objetivos, a pesquisa configura-se como exploratória e descritiva (ou explicativa). A pesquisa exploratória tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias e hipóteses sobre um problema ou pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior. Para Quivy e Campenhoudt (1998), o objetivo do trabalho exploratório é alargar a perspectiva de análise, travando conhecimento com o pensamento de autores cujas investigações e reflexões podem inspirar o investigador e revelar facetas do problema que não teria certamente pensado por si próprio e, por fim, optar por uma problemática apropriada. Quanto à pesquisa descritiva, nota-se que tem o objetivo de identificar as características de um determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos.

Pela diversidade dos cursos analisados, a pesquisa configura-se como estudo de múltiplos casos. Os cursos de Biblioteconomia do Brasil configuram-se o lócus desta proposta investigativa. Por sua vez, o recorte espacial corresponde à abrangência em termos empíricos do recorte teórico ao objeto da investigação (MINAYO, 2006). O recorte temporal da pesquisa foram os projetos e programas de extensão vigentes, mapeados na primeira fase da pesquisa (2019).

As técnicas são procedimentos operacionais imprescindíveis para alcançar os objetivos, as quais precisam ser compatíveis com a metodologia. Nesse cenário, optamos por utilizar as técnicas da Documentação e Observação. Enquanto documentação de análise, utilizamos os currículos docentes dispostos na plataforma lattes e os relatórios da primeira fase da pesquisa (2019-2020). A técnica



de observação proporciona verificar, no meio digital e físico, informações relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. A observação enquanto técnica engloba,

[...] o conjunto de operações através das quais o modelo de análise (constituído por hipóteses e conceitos) é submetido ao teste dos factos e confrontado com dados observáveis. Ao longo dessa desta fase são reunidas numerosas informações, que serão sistematicamente analisadas numa fase ulterior (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p. 155).

Essa técnica apresenta-se de duas formas: “a observação direta e a observação indireta. A observação direta é aquela em que o pesquisador procede diretamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos pesquisados. Apela diretamente ao seu sentido de observação” (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998, p.169). O mapeamento dos cursos e dos docentes foi coletado por meio da técnica de observação direta e discutido à luz da teoria abordada no percurso bibliográfico realizado para fins desta pesquisa.

4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

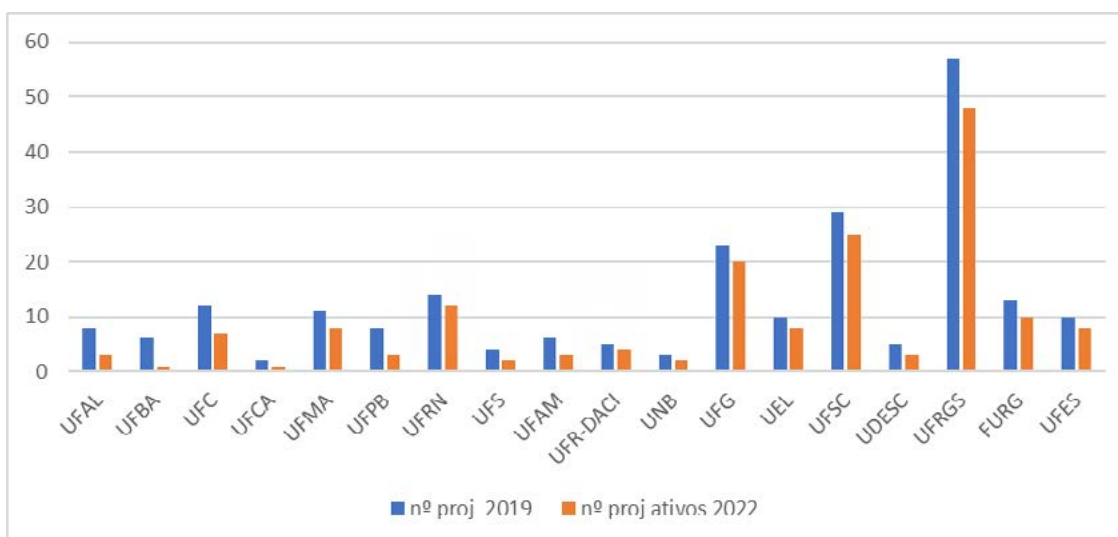
A seção apresenta o mapeamento dos programas e projetos de extensão desenvolvidos pelos cursos de Biblioteconomia no País, no formato remoto, durante o período de suspensão das atividades presenciais nas instituições de ensino, por causa da pandemia da COVID-19. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: a primeira etapa, de caráter quantitativo, consistiu no mapeamento dos projetos ativos no período pandêmico, a partir dos dados da pesquisa realizada em 2019; a segunda etapa, de caráter qualitativa, investigou o contributo das tecnologias digitais enquanto ferramenta pedagógica para a realização das ações.

4.1 Mapeamento dos projetos no período pandêmico

A coleta dos dados foi realizada nos relatórios de pesquisa (LIMA, 2021) e nos currículos *Lattes* dos professores universitários a fim de verificar a continuidade e/ou descontinuidade dos projetos extensionistas. A coleta dos dados foi obtida com base nas técnicas de documentação e de observação direta. As informações coletadas foram sistematizadas em gráficos para facilitar a visualização. Foi feito um comparativo por instituição para verificar os projetos

vigentes. Os dados coletados estão descritos no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Comparativos dos programas e projetos extensionistas desenvolvidos pelos cursos de Biblioteconomia no país (2019-2021)

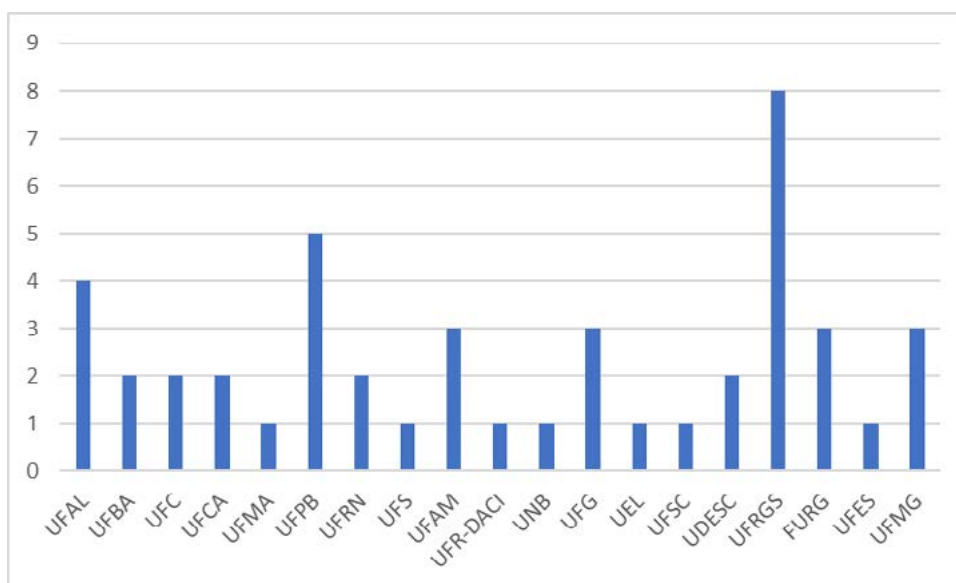


Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Os dados proporcionaram traçar um panorama dos impactos nas ações desenvolvidas pelos cursos de Biblioteconomia nas comunidades em detrimento da suspensão das atividades presenciais. Os dados destacam uma redução, ínfima, em comparação aos projetos mapeados na primeira fase da pesquisa. As mudanças impostas pelo período de *lockdown* pela nação impactou sobremaneira a realização das atividades extensionistas, mas o impacto foi mínimo, se comparados os dados quantitativos. Nesse contexto, destaca-se o compromisso dos docentes extensionistas, que mesmo em um cenário desfavorável - em que os indivíduos estavam mais vulneráveis psicologicamente, não se eximiram de continuarem suas atividades de extensão, mesmo diante de tantas adversidades.

Em relação ao mapeamento dos projetos encerrados no intervalo 2019 a 2022, os dados demonstraram que houve uma redução (Gráfico 02).

Gráfico 2 - Projetos de extensão encerrados no período 2019-2022



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observa-se que houve o encerramento de projetos no período pesquisado. Os fatores para descontinuidade dos projetos são diversos, não se pode inferir que foi exclusivamente consequência da pandemia da COVID-19. Dentre outros fatores destacam-se algumas variáveis: redução de bolsas para os projetos; finalização da pesquisa etc.

Destaca-se que em meio as instabilidades geradas pelas incertezas da pandemia, foram mapeados novos projetos de extensão, que iniciaram no período de transição de atividades presenciais para remotas, enfatizando o compromisso do campo da Biblioteconomia em continuar com suas ações de responsabilidade social para fortalecimento das comunidades assistidas.

Depois de analisadas a variável quantitativa, identificou-se os contributos das tecnologias digitais dada informação e comunicação para a continuidade dos projetos extensionistas no período de isolamento social da sociedade.

4.2 Percepção dos coordenadores de extensão sobre o contributo das tecnologias digitais

Com o propósito de investigar a contribuição das tecnologias digitais da informação e comunicação enquanto ferramenta pedagógica para a continuidade das ações de extensão desenvolvidas nas comunidades, no período de suspensão das atividades presenciais nas universidades brasileiras, com ênfase para as universidades públicas, onde são ofertados os cursos de Biblioteconomia no país, foi enviado questionário aos coordenadores dos projetos a fim de investigar a percepção dos mesmos sobre o uso dessas ferramentas para a continuidade das ações extensionistas.

Os questionários foram encaminhados aos coordenadores de projetos mapeados no ano de 2019. Destaca-se que o número de respondentes foi pequeno, mas permitiu traçar um panorama do uso das tecnologias digitais no processo educacional. Os respondentes foram identificados pela sigla **Coord.** acrescida do numeral cardinal.

Acerca da dimensão social do projeto e uso das tecnologias digitais, investigou-se:

“De que modo o projeto de extensão atua junto a sociedade?” .

Coord1: *“Por meio de estruturação de espaços de leitura em comunidades com risco social”*.

Proporcionar ações que favoreçam o hábito da leitura é essencial, visto que o Brasil é um país que tem um índice pequeno de leitores. Cooperar para que as comunidades desenvolvam habilidades leitoras é fundamental em uma sociedade em que o analfabetismo funcional perdura. Nesse direcionamento, Silva (2017, p. 70) pontua:

A extensão contribui para modificar estruturas sociais enraizadas que alijam a população, por meio do desenvolvimento crítico da população, permitindo que o indivíduo possa sair da “caverna da ignorância” e encontrar a “luz”, isto é, o conhecimento. Em face disso, propor ações que modifiquem essa realidade é imprescindível nas comunidades onde as mazelas ainda dizimam e mutilam parte da população, não somente no cenário nacional, como também além das fronteiras do país.



“Com o advento do período pandêmico, quais as adaptações realizadas para a realidade híbrida/digital do distanciamento social?”

Coord2: *“Passamos a fazer algumas formações online síncronas e criamos lives mensais a partir de demandas de nosso público” (sic).*

Conforme os respondentes, as tecnologias digitais colaboraram para que as ações planejadas fossem executadas. Destaca-se que incorporar as tecnologias digitais no processo educacional não é suficiente, é necessário a análise dessas ferramentas e os resultados esperados na ação (COLL; MONEREO, 2010). Analisar a qualidade da interação dos partícipes, a qualidade dos recursos – conexão, instabilidade, todas essas variáveis são importantes para analisar o uso das ferramentas digitais na realização das atividades propostas.

A competência em informação da população no tocante ao uso das tecnologias da informação foi uma variável importante nesse processo. Para Silva (2017), o analfabetismo tem sido o obstáculo maior no processo de educação de usuário, e, o analfabetismo digital agravou o quadro de desigualdade social, emergindo um conjunto de necessidades sociais, políticas e educativas para a formação de uma sociedade igualitária. Para tanto, a educação de usuários é urgente e necessária pois,

[...] não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso, inicialmente, estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço (LÉVY, 1999, p. 238).

Desta forma, integrar os partícipes das ações de extensão foi uma tarefa árdua para os coordenadores extensionistas, visto que a competência no uso das tecnologias digitais interferiu no processo.

A pesquisa investigou as vantagens e desvantagens do uso das tecnologias digitais no processo de realização das ações:

“Quais as vantagens/aspectos positivos no uso dos instrumentos digitais?”

Coord1: *“poder realizar as atividades à distância”*.

Percebe-se a relevância das tecnologias digitais para a realização das

atividades extensionistas, caso contrário, haveria a interrupção, visto que o país passou por um longo período de isolamento social, encerrando desta forma, atividades que não se adaptaram a realidade virtual. Contribuir com o processo de educação tecnológica dos partícipes da ação foi um dos maiores desafios dos coordenadores de extensão.

“Quais as desvantagens/aspectos negativos/desafios no uso dos meios digitais?”

Coord3: *“A interação com as pessoas fica prejudicada, o contato, o afeto. Com o uso dos meios digitais os procedimentos de avaliação inclusive são outros, no caso do projeto atual usamos as métricas para saber o impacto das publicações”*

O formato remoto prejudicou a interação entre os participantes, visto que a adequação das atividades para o formato virtual carecia da competência digital de todos os partícipes da ação.

“Como você avalia o impacto da nova realidade híbrida/digital na atuação dos projetos de Extensão brasileiros?”

Coord1: *“O prognóstico é muito bom. Temos de ter mais compromisso e motivação para tais atividades” (sic)*

Coord2: *“Há muitas ações que ficam muito fragilizadas pela impossibilidade do contato presencial, seja por questões tecnológicas, seja porque muitas ações requerem uma interação mais direta que só se consegue plenamente no presencial” (sic).*

Conforme os respondentes, o prognóstico é bom, visto que as mudanças aconteceram rapidamente e mesmo assim as ações extensionistas continuaram com seu protagonismo na sociedade. Esse resultado foi possível pela disponibilidade de todos os *stakeholders* envolvidos no processo e as tecnologias digitais de informação e comunicação.

5 CONCLUSÃO

A educação tecnológica e o acesso as novas tecnologias (computadores, internet etc.) tiveram suas contribuições para a continuidade dos projetos. Enquanto aspectos positivos, destaca-se a comunicação em tempo real com



os participantes, a execução de atividades no formato remoto, dentre outros; enquanto aspectos que precisam ser melhorados foram identificados a instabilidade e velocidade da internet, tanto pelos proponentes quanto pelos usuários; a precariedade de alguns computadores, notebook; a falta da educação tecnológica para muitos; a integração dos participantes foi menor, visto que foi um período de adaptação para a realidade virtual.

Salienta que a adaptação às novas mudanças, o desenvolvimento de competências e habilidades, principalmente a tecnológica, foram basilares para a continuidade dos programas e projetos. Nessa acepção, destaca-se o protagonismo docente, que em meio a um contexto social de instabilidade social, emocional, psicológica, continuaram cumprindo, com primazia e zelo seus compromissos com a extensão, fortalecendo desta forma a responsabilidade social da Biblioteconomia e da universidade.

Conclui que o impacto da pandemia nos projetos de extensão desenvolvidos nos cursos de Biblioteconomia no país mostrou-se mínimo devido a utilização das tecnologias digitais de informação e comunicação. Por fim, pontua-se que mesmo tantos desafios evidenciados pela pandemia da COVID-19, a Biblioteconomia no país cooperou com o processo de mediação da informação, sendo um agente de transformação social, evidenciando assim, sua função social de mediadora da informação.

Por fim, agradecemos o apoio financeiro da UFCA e FUNCAP para a realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Ed. da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

COLL, C.; MONEREO, C. Educação e Aprendizagem no século XXI: novas ferramentas, novos cenários, novas finalidades. *In*: COLL, C.; MONEREO, C. (org.). **Psicologia da educação virtual**: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FORPROEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras - FORPROEX. **Política Nacional de Extensão**



Universitária, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LÉVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, M. J. S. *et al.* Panorama da extensão biblioteconômica no Brasil: os novos rumos da ciência pós-pandemia. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA: OS NOVOS RUMOS DA CIÊNCIA PÓS-PANDEMIA, 2., 2021, Juazeiro do Norte, CE. **Anais [...].** Juazeiro do Norte: UFCA, 2021.

MINAYO, M. C. S. Violência, um problema social que afeta a saúde pública. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 23-35, 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevali, 2013.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em ciências sociais.** Lisboa: Gradiva, 1998.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia científica.** 2007. Disponível em: http://unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_cientifica.pdf.

SANTOS, M. A. R.; GODOY, R. M. M. O ensino remoto emergencial em tempos de Covid-19. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, mar. 2022.

SILVA, E. N. **Responsabilidade social nas ações de extensão do Programa Iniciativas Negras: trocando experiências.** 2012. 150 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SILVA, E. N. **A responsabilidade social da biblioteconomia nas ações de extensão universitária.** 2017. 251 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.



DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM REDES SOCIAIS: O CASO DO PROJETO “LAURBS NAS REDES”

Nicolas Kevin da Silva Angelo¹

Diego Coelho do Nascimento²

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo explicar o tema Divulgação Científica, com enfoque no meio digital das redes sociais tomando por base e orientação, os trabalhos realizados pelo do Laboratório de estudos urbanos, sustentabilidade e políticas públicas (LAURBS), buscando notar como se desenvolve esta comunicação, listando padrões, periodicidade e importância. O trabalho foi realizado por meio de leituras e interpretações de textos acadêmicos, bem como atividades para o Laboratório, incorporadas no âmbito digital pelo período de quatro meses, onde foram observados os conteúdos expostos sobretudo no Instagram, seus impactos e sua relevância para o meio. Os resultados percebidos a partir do estudo de caso, concluem que o uso das mídias sociais favorece e expande o domínio do conteúdo científico, fazendo jus aos ideais-base da divulgação científica, os quais se preocupam em disseminar a informação para o maior número de pessoas, em específico a população leiga, ajudando na construção de uma sociedade mais ativa e consciente do seu entorno, bem como de seus direitos, e que auxilia na abolição dos atos de desinformação.

Palavras-chave: Comunicação Científica; Redes Sociais; Pesquisa; Extensão.

ABSTRACT

The main objective of this article is to explain the theme Scientific Dissemination with a focus on the digital environment of social networks, based on and guided

¹ Graduando em Design Gráfico, Bolsista de Iniciação Científica pela UFCA no Laboratório De Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS). E-mail: nicolas.angelo@aluno.ufca.edu.br

² Doutor em Geografia, Professor Adjunto na Universidade Federal do Cariri. Bolsista de Produtividade da FUNCAP e Coordenador do Laurbs. E-mail: diego.coelho@ufca.edu.br



by the works realized by the Laboratory of Urban Studies, Sustainability and Public Policies (LAURBS), seeking to note how this communication is developed, listing patterns, periodicity and importance. The work was carried out through readings and interpretations of academic texts, as well as activities for the Laboratory, incorporated in the digital environment for a period of four months, where the contents exposed mainly on Instagram, their impacts and their relevance to the environment were observed. The results perceived from the case study conclude that the use of social media favors and expands the domain of scientific content, living up to the basic ideals of scientific dissemination, which are concerned with disseminating information to the largest number of people, specifically the lay population, helping to build a society that is more active and aware of its surroundings, as well as their rights, and that helps in the abolition of acts of disinformation.

Keywords: Scientific communication; social networks; survey; extension.

1 INTRODUÇÃO

A ciência define e orienta os avanços básicos e tecnológicos da sociedade, trazendo qualidade de vida (AMARAL, 2013). A disponibilidade de informações e principalmente a disseminação de resultados de pesquisas feitas por todo o mundo ajuda na valorização e percepção da ciência como uma realidade palpável e presente na vida cotidiana das pessoas; como também potencializa o alcance dos trabalhos feitos por pesquisadores, seja dentro do próprio território ou mesmo em outros países.

Na atualidade, “[...] há uma mobilização generalizada em torno da constituição de uma cultura científica, indispensável [...] para que os cidadãos sejam juízes das promessas e ações de seus governantes” (LORDÊLO; PORTO, 2012, p. 19) e, nesse sentido, a divulgação científica, portanto objetiva transcreever o que está sendo produzido diariamente no ramo científico para a população dita leiga, ajudando-a a compreender as informações do modo mais sucinto e esclarecido possível. No nosso dia a dia podemos encontrar exemplos de meios utilizados para a divulgação científica: telejornais, *Lives online*, palestras, audiências públicas, e principalmente mídias sociais.

No âmbito da divulgação científica, um dos elementos que mais auxilia na popularização de dados e informações científicas é a utilização das denominadas “redes sociais” que, de acordo com Aguiar (2008, p. 2), são “[...] relações entre pessoas,



estejam elas interagindo em causa própria, em defesa de outrem ou em nome de uma organização, mediadas ou não por sistemas informatizados”. Em complemento, “O conceito de redes sociais pode ser explicado recorrendo a comparação de uma rede de pescador, formada por diversos nós interconectados, onde nessa comparação os nós são as pessoas em relacionamento” (REINO, 2010, p. 9).

Dessa forma, as redes sociais são peças fundamentais para atingir o público moderno, pois uma parcela considerável do tempo das pessoas se passa nessas redes, então, consumimos conteúdo, direta ou indiretamente delas a partir de diferentes aplicativos ou sites seja no computador, aparelhos celulares e afins. Não é à toa que o *marketing* e a publicidade vêm aproveitando e direcionando cada vez mais as suas campanhas para esse nicho.

Tomando por base essa rede de usuários, é inegável que as redes sociais podem e já contribuem de forma significativa para a divulgação científica de atividades de pesquisa e extensão. Mas de que forma isso acontece? Como grupos de pesquisa se organizam na divulgação das suas atividades nas redes sociais?

Visando responder a essas questões, pegamos o caso do Laboratório de estudos urbanos, sustentabilidade e políticas públicas (LAURBS), grupo de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Cariri (UFCA) que versa sobre temáticas voltadas ao urbano, à sustentabilidade e a gestão pública. Portanto, o objetivo principal deste trabalho foi apresentar como o projeto “Laurbs nas redes”, vinculado ao Laurbs, é desenvolvido visando à divulgação científica.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e exploratória associadas ao estudo de caso, procurando entender e explicar um panorama abrangente sobre o tema divulgação científica dentro da proposta digital e social, como também abarcar o caso específico do “Laurbs nas redes” a partir das experiências internas ligadas ao laboratório no primeiro semestre de 2022, como pesquisas de campo, divulgação e grupos de estudo, além do auxílio e coordenação de postagens dos perfis de redes sociais do laboratório.



3 REFERENCIAL TEÓRICO

Os cientistas atuais já reconhecem a importância desse meio de propagação do conhecimento e investem diariamente para que seus trabalhos cheguem não só a outros pesquisadores, mas a população em geral de modo assertivo. Esse fato “ocorre, em parte, como resposta intuitiva dos cientistas aos movimentos anticência, mas também e principalmente em virtude da compreensão dos interesses políticos e econômicos relacionados ao questionamento das evidências científicas” (MANCHUR *et al.*, 2021, p. 1).

O conceito de divulgação científica vai além do paradigma em que o cientista é detentor do conhecimento, que o cidadão é ignorante e que cabe aos jornalistas divulgar essas informações (VOGT; CERQUEIRA; KANASHIRO, 2008).

Ainda nesse sentido, é importante reforçar que “A socialização da pesquisa por meio de publicações impressas ou eletrônicas é importante também para o próprio pesquisador, que poderá, em várias etapas de seu trabalho, abrir-se a colaborações, a atualizações e até mesmo ao contraditório” (SILVA, 2022, p. 2). Em complemento, é fundamental ter a percepção da centralidade do ser humano nesse processo, pois “Falar sobre ciência é falar sobre a humanidade, sobre a busca do conhecimento para sobrepor-se a natureza, que sempre se apresentou desafiadora à aparente fragilidade do ser humano” (PEREIRA, 2020, p. 27).

Façamos ou não parte de uma sociedade científica, todos devemos ter os mesmos direitos de acesso à informação e, nesse sentido, “o princípio de direito à informação é garantido em muitos países através do *habeas data*, principal instrumento jurídico para obrigar legalmente os responsáveis a ceder informações requisitadas” (CEPIK, 2020, p. 5). Essas informações, entretanto, não podem e nem devem ser passadas às pessoas leigas com os mesmos jargões, expressões e caráter técnico, tal como são escritas. A função primordial da divulgação científica será sempre o intuito facilitador do conhecimento.

Canais do YouTube, telejornais, podcasts, postagens em plataformas como Instagram, Facebook, TikTok, têm divulgado diariamente temas como saúde, culinária, bem-estar, sustentabilidade, ecologia, tecnologia, biologia, história, química, física, dentre outras áreas. A população absorve de maneira mais orgânica e aplica no seu cotidiano, dados que dificilmente compreenderiam,



simplesmente lendo e interpretando extensos textos e artigos. Esse aprendizado, tem expandido consideravelmente a mentalidade coletiva sobre assuntos que antes não eram tão corriqueiros e generalizados.

Outro objetivo da divulgação científica, é a erradicação das *Fake News*. Visto que quanto mais se sabe sobre determinados temas, menores são as chances de notícias falsas causarem prejuízos a todo um conglomerado de pessoas, especialmente se tratando de informes na área da saúde.

A forma como muitas *fake news* são divulgadas, fazendo uso de fontes pseudocientíficas, dificulta a identificação, por grande parte da população, da falta de respaldo e da inverdade que encobre a má fé por trás dos seus conteúdos. Não há como garantir que a recepção dessas mensagens seja no sentido da crença cega, mas o aumento de atividades de Divulgação Científica pode criar um público mais atento e exigente com os conteúdos, sabendo minimamente identificar aquilo que vale a pena ser lido (DANTAS; MAIA, 2020, p. 2).

Além de tudo, a divulgação científica também tem como propósito despertar o fomento, a afinidade e a curiosidade pela ciência, quebrando paradigmas, estereótipos, barreiras e fronteiras, além de inspirar pessoas a também seguirem pelo caminho científico. Dessa forma, a sociedade adquire uma consciência mais ampla sobre o mundo em que vive, e daquilo que a cerca, isto é, dos inúmeros fatores e setores com os quais a ciência contribui.

[...] não cabe à divulgação científica apenas levar a informação, mas também atuar de modo a produzir as condições de formação crítica do cidadão em relação à ciência. Não só cabe à divulgação a aquisição de conhecimento e informação, mas a produção de uma reflexão relativa ao papel da ciência, sua função na sociedade, as tomadas de decisão correlatas, fomentos, aos apoios da ciência, seu próprio destino, suas prioridades e assim por diante (VOGT *et al.*, 2008, p. 2).

Essa percepção é importantíssima, pois mostra ferramentas para que cada cidadão tome ações e decisões sobre o que acontece dentro da comunidade em que está inserido, tornando-o mais ativo e presente no que se refere aos seus direitos, deveres e responsabilidades

A universidade como instituição e organização social, também tem o dever de contribuir para que os projetos, pesquisas e descobertas produzidas em seu seio, sejam compartilhados, tendo-se em vista que “O conhecimento é o principal

ativo das organizações, [...] todo o processo que permeia o conhecimento torna-se importante, desde sua produção até sua disseminação” (TORRES *et al.*, 2012, p. 192).

Muitos estudantes e docentes de Instituições de Ensino Superior (IES) atuam em projetos de ensino, extensão e pesquisa. Nesse sentido, é importante delimitar o que se entende por extensão universitária que, por sua vez, “[...] é um dos caminhos para desenvolver uma formação acadêmica completa, que integra teoria e prática numa comunicação com a sociedade e possibilita uma troca de saberes entre ambos” (MANCHUR *et al.*, 2013, p. 335). Falar de extensão, como a própria palavra sugere, é dialogar sobre a construção de um conhecimento além do que o curso pode oferecer ao aluno, é mostrar na prática através de experiências diversas, o que o mundo acadêmico pode oferecer.

Mesmo que a esmagadora maioria daqueles que têm a oportunidade de uma atividade extensionista, publiquem ao final da sua passagem, artigos ou resumos das suas compreensões e conclusões acerca de temas variados dentro do contexto científico na plataforma Lattes, observa-se uma grande ausência de força expositiva sob esses trabalhos. Por esse motivo, muitos dos discentes extensionistas e pesquisadores, direcionados pelos seus coordenadores ou por atitude própria, optam por divulgar suas atividades, estudos e aprendizagem em suas redes sociais através de *posts* ou *stories*. Pensando nisso, projetos de pesquisa e extensão dentro da própria universidade vêm tomando ciência dessa demanda e criando imediatamente canais digitais de comunicação após o surgimento de uma nova proposta.

São atribuídas à Universidade as funções de transmissão, de produção e de extensão do saber, sendo o ensino a função mais tradicional, pois se consubstancia na transmissão de conhecimentos. [...] Nesse ponto é que se pode encontrar a existência da Extensão Universitária, pois tanto a transmissão como a produção do saber serão sempre uma forma de prestação de serviço a alguém (SOUSA, 1996, p. 7).

No âmbito da Pesquisa, podemos defini-la como “[...] um tipo de estudo que se fundamenta em determinados caminhos (métodos e técnicas), objetivando apresentar soluções para problemas que envolvem as pessoas em suas atividades cotidianas” (ARAÚJO, 1996, p. 19).



4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS), grupo de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Cariri (UFCA), possui três anos de existência e, ao longo desse período, desenvolveu atividades de divulgação científica.

Enfocando-se no Instagram do grupo (Figura 1), o projeto “Laurbs nas redes” une os núcleos de pesquisa e extensão com posts informativos sobre temáticas relativas às questões urbanas, sustentabilidade e gestão pública, além de postagens sobre as atividades desenvolvidas pelos programas e projetos de pesquisa e extensão.

Figura 1 - Perfil do Laurbs no Instagram



Fonte: Instagram do Laurbs (2022).

Semanalmente, o LAURBS se articula para levar ao público tanto de dentro como de fora da Universidade Federal do Cariri, informações através de postagens como o “GlossáriUrbs” que apresenta termos diversos sobre o foco de atuação do grupo; Já a “Série Políticas Públicas Nacionais” discute, utilizando a ferramenta *Reels* e narração descontraída, legislações nacionais que versem

sobre a questão urbana, ambiental e social; outras postagens fazem a indicações de textos acadêmicos ou livros importantes na área em que as atividades são desenvolvidas; Uma das postagens explica cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU); além de outros posts versarem sobre a propagação geral das atividades (oficinas, eventos, minicursos e afins). O trabalho desenvolvido pode ser conferido na figura 02.

Figura 2 - Postagens Diversas do Instagram do LAURBS



Fonte: Instagram do Laurbs (2022).

As postagens pretendem atingir diferentes públicos que tenham interesse nas atividades e temáticas trabalhadas pelo grupo. O intuito primordial do “Laurbs nas redes” é conscientizar e divulgar o conhecimento, partindo do princípio de que o saber não deve ficar restrito apenas aos que fazem ciência. Atitudes como esta são valiosas para a divulgação científica e devem ser espelhadas por todos

aqueles que procuram agregar a ciência a sua comunidade. Além de tudo, o Laurbs sempre visa registrar e enfatizar os atos produzidos e seus principais resultados, tanto online quanto presencialmente, engajando os seguidores a estarem a par dos mesmos e também participarem de momentos e movimentos futuros.

Recentemente, o Laurbs nas redes passou por processos de mudanças de identidade visual. Esse redesign visou a modificação e atualização da estética como um todo das postagens, trazendo maior presença, diferenciação e pregnância para o projeto. A nova identidade proporcionou um novo olhar dos seguidores, adicionando valor e organização ao que seria apresentado.

A principal e mais significativa mudança, foi a separação das postagens pelas cores presentes no Logotipo do Laurbs. A cor verde e de maior predominância, destinou-se a informes ou referências ao projeto/laboratório. O azul, para interações projeto-pessoa. O marrom, remete à instituição de ensino UFCA e se direciona às questões acadêmicas. Esta separação, unida com a elaboração de um novo *Layout* para cada tipo de publicação, possibilita que o público consumidor reconheça os assuntos tratados e se norteie mais facilmente entre os diversos tipos de divulgação científica.

5 CONCLUSÕES

Desse modo, concluímos que a divulgação científica por meio das redes sociais é de fato um método eficiente, que contribui com mais enfoque no cotidiano da população, colaborando para que os objetivos do conhecimento científico sejam atingidos em maior escala, comparando-se às “bolhas” em que se encontram os cientistas, pesquisadores e afins que contribuem para a ciência, mas que não compõem o público final para quem se destinam esses avanços.

Por fim, podemos responder à pergunta de partida, notando como através de fortes vínculos com outros programas de ensino e planejamento municipal, o Laurbs se esforça e trabalha diariamente junto com seus bolsistas de pesquisa e extensão, para uma ideal transformação da realidade científica local e nacional por meio das plataformas digitais, expondo projetos e incentivando seus seguidores de forma dinâmica a conhecerem mais sobre o tema urbano, sustentabilidade e gestão pública. E sim, como um todo, o projeto Laurbs nas redes atinge o que se propõe, educando e produzindo um eficiente parâmetro para os trabalhos



extensionistas e de pesquisa, como exemplo de relacionamento entre a ciência e os cidadãos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PRPI) da UFCA pelo financiamento das atividades de pesquisa do LAURBS.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais [...]**. Intercom: [s. l.], 2007. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/r3-1977-1.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CEPIK, Marco. Direito à informação: situação legal e desafios. **Informática pública**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 43-56, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marco_Cepik/publication/228601349_Direito_a_informacao_situacao_legal_e_desafios/links/54232fe90cf26120b7a6bd64.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.

DANTAS, Luiz Felipe Santoro; DECCACHE-MAIA, Eline. Divulgação científica no combate às fake news em tempos de Covid-19. **Research, Society and Development**, São Paulo, v. 9, n. 7, p. e797974776-e797974776, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4776>. Acesso em: 14 jun. 2022.

DE ARAUJO, Eliany Alvarenga. A importância da pesquisa para a formação e o desenvolvimento acadêmico. **Informação & Informação**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 18-21, 1996. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/35651>. Acesso em: 17 jun. 2022.

DO AMARAL, Waldemar Naves. Quebrando paradigmas para valorização da ciência. **Reprodução & Climatério**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/82682876.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

LORDÊLO, Fernanda Silva; DE MAGALHÃES PORTO, Cristiane. Divulgação científica e cultura científica: conceito e aplicabilidade. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 18-34, 2012. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/515. Acesso em: 10 jun. 2022.

MANCHUR, Josiane; SURIANI, Ana Lucia Affonso; DA CUNHA, Marcia Cristina. A contribuição de projetos de extensão na formação profissional de graduandos de licenciaturas. **Revista Conexão UEPG**, Paraná, v. 9, n. 2, p. 334-341, 2013. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/5522>. Acesso em: 13 jun. 2022.



PEREIRA, Marco A. Stanojev. Ciência. **Clube de Autores**, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://flamingo.ipen.br/bitstream/handle/123456789/32231/28000.pdf?sequence=1&isAll owed=y>. Acesso em: 13 jun. 2022.

REINO, Lucas Santiago Arraes. **Redes Sociais e marketing digital, o caso do Firula's Café**. 2010. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/reino-lucas-redes-sociais-e-marketing-digital.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SILVA, Nívia Maria Santos. A importância da divulgação científica em tempos de anticiência. **Revista Sertão Sustentável**, Bahia, v. 4, n. 1, p. 1-2, 2022. Disponível em: <http://sertaosustentavel.com.br/index.php/home/article/view/62>. Acesso em: 13 jun. 2022.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária a partir de seus interlocutores**. 1995. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) - Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_-_Ana_Luiza_Lima_Sousa.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

TORRES, Adriana Aparecida Lemos; ZIVIANI, Fabrício; SILVA, Sandro Marcio da. Mapeamento de competências: ferramenta para a comunicação e a divulgação científica. **Transinformação**, Campinas, v. 24, p. 191-205, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/wJFrj5L6L7F4QhhCj4wV3Lj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2022

VOGT, Carlos; CERQUEIRA, Nereide; KANASHIRO, Marta. Divulgação e cultura científica. **ComCiência**, Campinas, n. 100, 2008. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151976542008000300001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2022.



AO SOPÉ DA CULTURA:

REFLEXÕES ACERCA DOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS

MATERIAIS TOMBADOS NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE

Pedro George Sales Torres¹
Diego Coelho do Nascimento²

RESUMO

Este trabalho versa sobre o tombamento, ferramenta jurídica e administrativa que objetiva a tutela de um bem com valor histórico, cultural e artístico para um conjunto social e é caracterizado perante a inalterabilidade total ou parcial de um lugar. O artigo objetiva apresentar os Patrimônios Culturais Materiais tombados na Região do Cariri cearense, apontar os processos de tombamento a nível Federal e Estadual e refletir acerca da eficácia do tombamento. Utilizou-se abordagens qualitativas, natureza básica, é uma pesquisa exploratória e empregam abordagens mistas, tanto em estudos de referencial teórico, quanto em análises documentais. Reflete-se sobre a insuficiência do tombamento para proteção integral de um Patrimônio Cultural, além de tecer apontamentos acerca de como esses espaços são utilizados. Pode-se concluir que os Patrimônios Culturais são bens de relevância para um determinado povo, todavia, apesar do tombamento ser um importante instrumento de preservação destes espaços, é individualmente insuficiente. Os Patrimônios Culturais devem ser utilizados de forma planejada e racional, não sendo vistos como meros espaços de geração de renda. Ademais, concluímos que há bens tombados a nível Estadual na região do Cariri, apesar de serem poucos.

Palavras-chaves: Direito; Patrimônio Cultural Material; Tombamento; Cariri cearense.

¹Graduando em Direito pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS). E-mail: pgcariri@gmail.com
²Professor Dr. da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Coordenador/Líder do Laboratório de Estudos Urbanos, Sustentabilidade e Políticas Públicas (LAURBS). E-mail: diego.coelho@ufca.edu.br

ABSTRACT

This work deals with tipping, a legal and administrative tool which aims to protect a good with historical, cultural and artistic value for a social group, which can be characterized by the total or partial inalterability of a place. The article aims to present the Material Cultural Heritage listed in the Cariri region of Ceará, point out the processes of tipping at the Federal and State level and reflect on the effectiveness of tipping. Qualitative approaches were used, basic in nature, it is an exploratory research and employ mixed approaches, both in theoretical reference studies and in document analysis. It reflects on the insufficiency of tipping for the full protection of a Cultural Heritage, in addition to making notes about how these spaces are used. It can be concluded that Cultural Heritages are assets of relevance to a certain people, despite the tipping being an important instrument for the preservation of these spaces, it is individually insufficient. Cultural Heritage must be used in a planned and rational manner, not being seen as mere income-generating spaces. In addition, we concluded that there are listed goods at the State level in the Cariri region, although they are few.

Keyword: Right; Material Cultural Heritage; Tipping; Cariri Ceará.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do processo construtivo da sociedade moderna, diferentes ferramentas foram criadas e desenvolvidas em prol da preservação de bens de valor afetivo para determinada sociedade. Nesse ínterim, o tombamento é uma ferramenta jurídica e administrativa adequada para concretização do escopo de tutelar patrimônios de valor histórico, cultural e artístico para um povo, seja imaterial, caracterizados pelas manifestações oriundas da vida social, através dos saberes e tradições; ou material, caracterizados por sua existência física no mundo moderno. Este último é o objeto deste estudo.

Pesquisas realizadas sobre Patrimônios Culturais (PC 's) em âmbito regional servem para que os sujeitos, sobretudo os residentes nos locais estudados, conheçam esses bens, ademais, proporcionam refletir sobre a precisão de concomitância com outras ferramentas de proteção desses lugares. Sob esse viés, a região do Cariri cearense, lugar estudado na presente pesquisa, é composta por 29 municípios localizados ao sul do Estado do Ceará.

O presente artigo objetiva apresentar os Patrimônios Culturais Materiais tombados na Região do Cariri cearense, apontar os processos de tombamento a nível Estadual e refletir acerca da eficácia do tombamento.

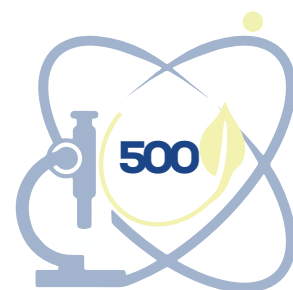
2 METODOLOGIA

Para consecução do objetivo posto, realizou-se uma abordagem de cunho qualitativo, compreendida pela análise de conhecimentos teóricos-empíricos, voltando-se a documentos de domínio científico. Contempla ideias já abordadas por outros autores posicionados acerca do conteúdo estudado, além de tratar de um tema jurídico, justificando a impossibilidade de se reduzir numericamente a pesquisa ao controlar fenômenos essencialmente teóricos.

Quanto a natureza, a pesquisa é básica, que para Appolinário (2011, p. 146), tem como objetivo principal “o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos” (*apud* DEL-MASSO; COTTA; SANTOS, 2012). Dessa forma, possibilita novos conhecimentos científicos, neste caso a relação de bens tombados da Região do Cariri cearense. Apesar de não possuir objetivo de aplicação prática do resultado, pode servir de referência para a execução de políticas públicas culturais e proteção dos patrimônios tombados, seja pela Sociedade Civil ou pelo Poder Público.

É uma pesquisa exploratória, a qual fita esclarecer conceitos e ideias sobre determinada temática, proporcionando ideias gerais, formulando conhecimentos que posteriormente poderão ser ampliados (GIL, 2008). Sob esse viés, a pesquisa desenvolve o conceito de PC's a luz do Direito, e esclarece as legislações que tangem a proteção desses bens, além de mapear os Patrimônios tombados pelo Estado na Região do Cariri e formular outras problemáticas derivadas dos conceitos e ideias estudados que posteriormente serão pesquisadas.

Foram utilizadas abordagens mistas de investigação, compreendendo um estudo de referencial teórico e análise documental. O trabalho analisou artigos acadêmicos e dissertações disponibilizados nas plataformas de indexação, *Scientific Electronic Library Online* e *Google Scholar*, através de pesquisas com palavras chaves relacionadas ao tema, filtrando os textos por relevância e por estarem escritos em língua portuguesa. O material documental estudado constituiu-se por meios digitais, como a análise das legislações cabíveis, ao passo que a relação dos bens tombados se deu por intermédio de pesquisa em portais institucionais, como o da Fundação Demócrito Rocha e da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT).



3 REFERENCIAL TEÓRICO

Em uma perspectiva histórica, os primeiros documentos internacionais que objetivaram a proteção dos patrimônios culturais tiveram como motivo a destruição de tais patrimônios ocasionados pela guerra. Tomasevicius Filho (2004), expressa que o primeiro documento a nível internacional a garantir a proteção dos PC's foi a Convenção II de Haia, em 1899.

Em âmbito nacional, o conceito de PC's foi positivado pela art. 216 da Carta Magna de 1988, mediante reformulação das ideias abordadas no Decreto-lei nº 25 de 1937 reconheceu o tombamento como meio jurídico adequado para a preservação dos bens culturais materiais, a novidade traga pela Constituição Federal vigente foi a possibilidade da proteção dos patrimônios imateriais.

O tombamento é um ato administrativo com competência expressa em lei. É um processo pelo qual necessita de estudos técnicos que observarão a real relevância histórica de um patrimônio (RABELLO, 2009), além de necessitar a apresentação de motivação (DI PIETRO, 2020), esta impossibilidade a descaracterização ou a destruição, total ou parcial um lugar físico, no que tange aos PC's materiais.

Araújo (2016) concebe que cada ente federativo é responsável, em sua competência, pela realização do tombamento, mediante os seus órgãos responsáveis. A nível Federal o órgão responsável é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o qual é focado na proteção de patrimônios que tenham valor para toda a nação, salvo exceções. Os estados-membros, municípios e o Distrito Federal são responsáveis pela preservação dos patrimônios em âmbito local, através de leis próprias, embasadas na lei Federal.

A Lei estadual nº 13.465, de 2004, regula no Ceará o processo de tombamento, apesar de apresentarem escassas modificações em face ao Decreto-Lei nº 25, de 1937. A Lei nº 13.078, de 2000, dispõe da criação do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará – COEPA (CEARÁ, 2000), órgão este equiparado com as atribuições do IPHAN, apesar de tratar sobre os PC's do Estado do Ceará.

A Lei Complementar nº 154, 20 de outubro de 2015, a qual define as regiões do Estado do Ceará, positivou a criação da Região do Cariri. Quanto à

importância da preservação da memória e identidade histórica da região, estão relacionadas com a noção de identidade. Sob tal ótica, o historiador francês Jacques Le Goff (1990) enxerga a memória como um “vínculo entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha”. Essa relação possibilita o desenvolvimento de um pertencimento afetivo, possibilitando que os sujeitos passem a se ver como protagonistas da história, sendo detentores de direitos e deveres para com a sua localidade (*apud* SOUSA, 2018).

O presente trabalho não considerou os Patrimônios Culturais tombados a nível municipal, devido à dificuldade de acesso às legislações e documentos que reconhecem os bens tombados em suma maioria das cidades do Cariri. Pelo Estado, segundo pesquisa realizada no portal institucional da Secretaria de Cultura do Ceará (SECULT), o Cariri cearense possui apenas sete bens tombados, distribuídos em três cidades, dentre as quais estão Barbalha (dois), Crato (quatro) e Várzea Alegre (um). Segundo dados fornecidos no portal institucional da Fundação Demócrito Rocha, dos 29 municípios do Cariri cearense, nenhum detém bens tombados a nível federal.

Tabela 1 - Relação de bens tombados pelo Estado do Ceará na região do Cariri cearense

CIDADE	BENS TOMBADOS	ESFERA DE TOMBAMENTO
Barbalha	Casa de Câmara e Cadeia de Barbalha (Imagem 1)	ESTADUAL
	Casarão Hotel (Imagem 2)	
Crato	Casa de Câmara e Cadeia do Crato (Imagem 3)	ESTADUAL
	Estação Ferroviária do Crato (Imagem 4)	
	Sítio Caldeirão (Imagem 5)	
	Sítio Fundão (Imagem 6)	
Várzea Alegre	Igreja de São Caetano (Imagem 7)	ESTADUAL

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Figura 1 - Fachada da Casa de Câmara e Cadeia de Barbalha



Fonte: Ipatrimônio (2022).

Figura 2 - Fachada do Casarão Hotel



Fonte: Ipatrimônio (2022).

Figura 3 - Fachada da Casa de Câmara e Cadeia do Crato



Fonte: Ipatrimônio (2022).

Figura 4 - Fachada da Estação Ferroviária do Crato



Fonte: Ipatrimônio (2022).

Figura 5 - Interior do Sítio Caldeirão



Fonte: Ipatrimônio (2022).

Figura 6 - Interior do Sítio Fundão



Fonte: Ipatrimônio (2022).

Figura 7 - Fachada da Igreja de São Caetano



Fonte: Ipatrimônio (2022).

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para Rabello (2009), é necessário conceituar a divergência entre os institutos da preservação e do tombamento, pois este último é apenas um ato específico para a preservação, não se esgotando nele as formas de se proteger um bem de valor cultural relevante, inclusive no âmbito jurídico. Dessa forma, entende-se que a mera existência de um tombamento em um bem não signifique a concretização do seu real escopo de preservação desses espaços, desencadeando um processo de sucateamento e descaracterização dos PC 's materiais.

Também se faz necessário refletir acerca de como esses espaços são utilizados, pois a forma como é feita pode proporcionar o sucateamento deles. A política de reforma urbana baseada nas intervenções que, apesar de serem justificadas nos valores ligados à cultura, essas modificações proporcionam o processo de "gentrificação", compreendido como um meio de requalificação da cidade baseado no argumento e da memória, mas que impossibilita a usufruto

desses espaços pela população, e cria, dessa forma, uma “teatralização das cidades” (LEMOS JÚNIOR; BORTOLOZZI, 2009). Assim, os patrimônios culturais e artísticos não podem ser enxergados como mercadorias, mas sim como símbolos de saberes e tradições de um determinado povo.

5 CONCLUSÕES

Perante o apresentado, pode-se concluir que os PC 's são bens de relevância histórica, cultural, artística, arquitetônica e afetiva, dessa forma, devem ser protegidos e preservados, sendo o tombamento um mecanismo jurídico e administrativo para tal. Apresentou-se uma revisão das legislações Federal e Estadual no que tange ao tombamento. Ademais, apontou-se a identificação de apenas três municípios da Região do Cariri com bens tombados a nível estadual e nenhum na esfera federal. Ressalta-se a necessidade da concomitância do tombamento com outros meios protetivos e preservacionistas, sendo as formas de utilização dos bens aconteçam de forma integrada à sociedade e não meramente para utilização e usufruto do mercado capitalista. Pretende-se prosseguir com a presente pesquisa tencionando investigar o estado físico de preservação e a concretização dos possíveis planos de utilização dos bens tombados pelo Estado do Ceará na Região do Cariri cearense.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com incentivo da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Denise Puertas de. O que preservar? A decisão de tombamento e o processo administrativo. **Revista de Direito Administrativo Contemporâneo** -REDAC, [s. l.], v. 22, jan./fev. 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/57ear5bn>. Acesso em: 04 ago. 2022

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <https://tinyurl.com/yc65pmz4>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CEARÁ, Governo do Estado do. **Lei nº 13.048 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do



Estado do Ceará. Fortaleza, 2000. Disponível em: <https://tinyurl.com/rwxau5bn>. Acesso em: 16 ago. 2022

CEARÁ, Governo do Estado do. **Lei nº 13.465 de maio de 2004**. Dispõe sobre a proteção ao patrimônio histórico e artístico do Ceará. Fortaleza, 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/3jkcepr6>. Acesso em: 16 ago. 2022

CEARÁ, Governo do Estado do. Lei complementar nº 154, 20 de outubro de **2015**. Define as regiões do estado do Ceará e suas composições de municípios para fins de planejamento. Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wpcontent/uploads/2017/06/Lei-Complementar-154-2015-Define-as-regi%C3%B5es-doCear%C3%A1.pdf>. Acesso em: 16. ago. 2022.

DEL-MASSO, Maria Cândida Soares; COTTA, Maria Amélia de Castro; SANTOS, Marisa Aparecida Pereira. **Ética em Pesquisa Científica**: conceitos e finalidades. Redefor Educação Especial e Inclusiva. São Paulo: Unesp, p. 1-16, 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 33. ed. Versão Digital. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

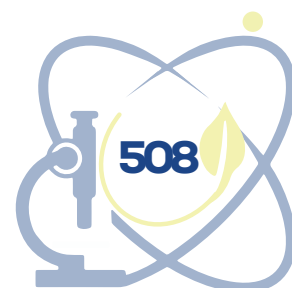
GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas SA, 2008.

LEMONS JÚNIOR, Clésio Barbosa; BORTOLOZZI, Arlêude. Patrimônio cultural em território urbano contemporâneo: o caso do Circuito Cultural Praça da Liberdade–Belo Horizonte (MG). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 97-115, 2014.

RABELLO, Sonia. **O estado na preservação dos bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

SOUSA, Priscila Carvalho Mendes de. **A importância do patrimônio histórico como instrumento de preservação da memória**. Brasil Escola, 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/dxdmke86>. Acesso em: 16 ago. 2022.

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. O tombamento no direito administrativo e internacional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 41, n. 163, p. 231-248, jul./set, 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/jy5nnnht>. Acesso em: 16 ago. 2022.



O ENGAJAMENTO SIGNIFICATIVO COMO MECANISMO DE SUPERAÇÃO DA [IN]APLICAÇÃO IMEDIATA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Gustavo Machado Rebouças¹

Carlos Marx Matias Freire²

Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho³

RESUMO

O presente trabalho tem por propósito perscrutar a relação existente entre o *Meaningful Engagement* e o parágrafo primeiro do artigo 5º da Constituição Federal de 88 (editado como forma de salvaguardar direitos em face das elites da época, notadamente em um contexto de alteração de paradigma político e cultural), cuja redação assevera a aplicação imediata dos direitos fundamentais. A despeito desta pretensa aplicação imediata, o que se observa, na prática, é a falta de efetivação (e, por vezes, até mesmo a violação) dos ditos direitos. É neste contexto que se arvora, portanto, o *Meaningful Engagement*, estratégia criativa à disposição dos juízes que consiste em chamar ao debate os grupos porventura atingidos pela mencionada inefetividade (ou violação) dos direitos. Traduzida na doutrina brasileira como “Compromisso Significativo”, demonstrou-se, aqui, que, em verdade, o termo “Engajamento Significativo” se mostra mais adequado à ideia trabalhada pelo instituto. A metodologia eleita para a pesquisa é do tipo qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental. Os resultados obtidos indicam que o Engajamento Significativo se constitui como alternativa válida para a atribuição de efetividade aos direitos fundamentais, não se configurando como invasão do Judiciário nas competências dos demais Poderes.

Palavras-chave: Compromisso Significativo; Engajamento Significativo; Direitos Fundamentais; Ativismo judicial.

¹ Graduando em Direito pela Universidade Regional do Cariri (Urca). E-mail: gustavo.reboucas@urca.br

² Graduando em Direito pela Universidade Regional do Cariri (Urca). E-mail: carlos.freire@urca.br

³ Professor efetivo da Universidade Regional do Cariri (Urca). Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Sociedad Democrática, Estado y Derecho pela Universidad del Pais Vasco.

ABSTRACT

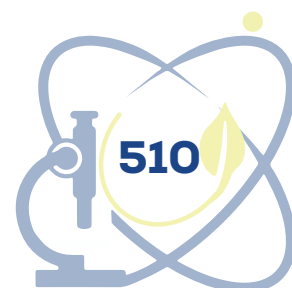
The purpose of this work is to scrutinize the relationship between and the first paragraph of article 5 of the Federal Constitution of 88 (edited as a way of safeguarding rights in the face of the elites of the time, notably in a context of changing political paradigm and cultural), the wording of which asserts the immediate application of fundamental rights. Despite this alleged immediate application, what is observed, in practice, is the lack of effectiveness (and, sometimes, even the violation) of said rights. It is in this context that Meaningful Engagement is raised, a creative strategy available to judges that consists of calling for debate the groups possibly affected by the aforementioned ineffectiveness (or violation) of rights. Translated in Brazilian doctrine as “”, it was shown here that, in fact, the term “Significant Engagement” is more adequate to the idea worked by the institute. The methodology chosen for the research is qualitative, exploratory, bibliographic and documentary. The results obtained indicate that Meaningful Engagement constitutes a valid alternative for the attribution of effectiveness to fundamental rights, not being configured as an invasion of the Judiciary in the competences of the other Powers.

Keywords: Meaningful Commitment; Meaningful Engagement; Fundamental Rights; Judicial activism.

1 INTRODUÇÃO

O instituto do *Meaningful Engagement* encontra raízes na jurisprudência sul-africana, notadamente no caso *Grootboom*⁴, nos idos dos anos 2000, quando se tentou efetivar direitos sociais e econômicos (KOZICKI; BROOCKE, 2019).

⁴ O caso “Governo da República da África do Sul & Ors v *Grootboom* & Ors 2000 (11) BCLR 1169 (CC)” gravitou em torno da seguinte situação: a Sra. *Grootboom* e outros indivíduos viviam em um assentamento informal, constantemente sujeito a inundações. Diante disso, solicitaram inclusão em um plano governamental que garantia moradia de baixo custo, mas, por muito tempo, permaneceram na lista de espera, sequer havendo perspectiva de quando poderiam abandonar aquela situação calamitosa. Com a iminência de uma chuva de inverno, deixaram o assentamento e construíram barracos em terrenos baldios próximos, de melhor drenagem, mas de propriedade privada. Seu proprietário, então, obteve uma ordem de despejo. Quando os despejados tentaram voltar aos seus precários assentamentos, descobriram já estarem ocupados, e, forçosamente, abrigaram-se em um estádio de futebol nas redondezas. Nesse momento, os desalojados processaram o Estado, sob o argumento de que as políticas habitacionais do Governo não cumpriam o direito constitucionalmente previsto de uma habitação adequada. A Corte Constitucional não aceitou o argumento de que a Constituição lhes atribuía um direito a um mínimo básico de abrigo, mas pontuou que a Constituição exigia que o Estado, com os recursos existentes, e dentro de um prazo razoável, elabore e implemente um programa que efetivasse o direito de acesso a uma habitação adequada a pessoas em situação de extrema necessidade (WESSON, 2004, p. 286 et seq.).



Adaptado ao direito brasileiro sob a expressão “Compromisso Significativo”, consiste em trazer ao debate os grupos impactados pelo litígio estrutural (litígios coletivos que têm origem no modo de operar de uma estrutura), caracterizando-se como estratégia criativa à disposição dos juízes e tribunais. Procura-se, dessa forma, por meio de uma ampliação do diálogo, assegurar a efetividade da decisão estrutural, transmudando um estado de coisas inconstitucional em algo que rume o estado ideal de coisas.

Uma observação lexical, no entanto, merece ser feita anteriormente. A tradução escolhida pela doutrina brasileira, qual seja, “Compromisso Significativo”, além de não corresponder exatamente à expressão original, não reflete a ideia de luta que permeia o instituto em comento, conforme será minudenciado tempestivamente. Em virtude disso, optou-se, no decorrer do presente trabalho, por utilizar o termo “Engajamento Significativo”.

O tema se mostra relevante pelo fato de que o Engajamento Significativo busca, por intermédio de salutar ampliação dialógica, resolver problemas relacionados aos litígios estruturais, v.g., a implementação das decisões estruturais. Como consequência, percebe-se que visa a assegurar a efetivação de direitos fundamentais, salvaguardando-os de violações massivas e persistentes.

O objetivo geral da pesquisa é definir de que forma o Engajamento Significativo contribui para a aplicação imediata dos direitos fundamentais. Para que este seja atingido, serão delimitados os seguintes objetivos específicos: I) Compreender qual seja a tradução mais adequada para “*Meaningful Engagement*”; II) Justificar o *Meaningful Engagement* a partir do parágrafo 1º do artigo 5º da Constituição Federal de 88; III) Analisar se o *Meaningful Engagement* pode caracterizar invasão do Judiciário nas atribuições dos demais Poderes.

Para fins de realização do presente trabalho, a metodologia eleita é do tipo qualitativa, com procedimento bibliográfico e documental, e o objetivo, exploratório. Bases de dados como a Plataforma Sucupira, Google Acadêmico, Plataforma Scielo e o portal de Periódicos da CAPES permitiram acesso à literatura e documentos utilizados para a coleta de dados que embasam a pesquisa. Os critérios de inclusão foram o de artigos, dissertações e teses em português e inglês a respeito do tema.

2 COMPROMISSO OU ENGAJAMENTO SIGNIFICATIVO?

Freud (2017, p. 51), em um de seus textos escritos em 1905, valeu-se do seguinte chiste: “*Traduttore - Traditore! [Tradutor- Traidor!]*”. Talvez em inspiração, Clarice Lispector intitula uma de suas crônicas de “Traduzir procurando não trair”, onde tece interessantes percepções sobre o ofício da tradução e a sua experiência. É sob a centelha dos autores que se tentará contribuir com a tradução do sentido de *Meaningful Engagement*.

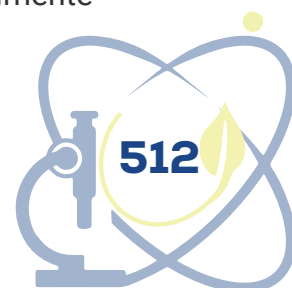
Nota-se que as traduções, no mais das vezes, acabam por desvirtuar o propósito da ideia original, o que enseja consequências inimagináveis, na medida em que “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Isto posto, antes de adentrar nos méritos da questão, faz-se necessário realizar uma análise linguística acerca do compromisso significativo. O motivo: na literatura estrangeira, o instituto recebe o nome de “*meaningful engagement*”, que, em tradução livre, significa “engajamento significativo”. Apesar disso, a doutrina brasileira opta pela adoção do termo “compromisso significativo”, que, pelas razões que logo serão expostas, não se mostra tão adequada.

Sob uma perspectiva etimológica, a palavra “compromisso” tem origem na expressão latina “*compromittere*”, resultante da fusão do prefixo “*com*” (“junto”) e do prefixo “*promittere*” (“prometer”). Corresponde, então, a uma promessa recíproca. Com efeito, sua raiz guarda estreita relação com seus possíveis significados:

Acordo entre litigantes no sentido de sujeitarem a arbitramento a decisão de um pleito; obrigação ou promessa mais ou menos solene; dívida que se deve solver em determinado dia; concordata de falidos com credores; acordo político; convenção; estatutos de confraria; escritura particular (BUENO, 1983, p. 281).

De seu turno, o termo “engajar” é proveniente do francês “*engager*”, significando “empenhar”. Dentre as definições possíveis, encontra-se “obrigar-se a serviço por engajamento” (BUENO, 1983, p. 412).

Cotejando as palavras em comento, é possível vislumbrar que “compromisso” carrega em seu núcleo um juízo valorativo mais idealizado, no plano da abstração; não só: traz consigo um sentido bilateral, geralmente



vinculado à noção de compra e venda e a obrigação de fazer, incumbindo que, ao titular do compromisso, não é facultado direito real (NEVES, 2013); ou, ainda, uma relação contratual desmaterializada de promessa, sem rosto e feição. De seu turno, “engajamento” ilustra melhor quão árduo é o processo que permeia o Compromisso Significativo, carregando a própria noção de empenho, possuindo uma estrutura amorfa, desprovida de qualquer prévio estabelecimento contratual.

Consoante Ihering (2009, p. 23), “o direito não é uma pura teoria, é uma força viva [...]. É um trabalho incessante, não somente dos poderes públicos, mas ainda de uma nação inteira”. Igual sorte assiste ao termo “*Meaningful Engagement*”: não deve ser visto como algo idealizado, mas sim como uma constante e árdua luta pela efetivação de direitos.

A necessidade de realizar uma correta tradução é sinteticamente explicada por Shiroma, Campos e Garcia (2005): discursos, palavras e vocábulos importam. Portanto, uma mudança conceitual na tradução entre palavras tão distintas pode ressignificar por inteiro uma ideia.

O “compromisso” significativo, conforme se verá adiante, ao pretender resolver litígios que têm como causa o modo de operar de uma estrutura burocrática, encontra em seu caminho as mais variadas espécies de obstáculos, dentre as quais se pode citar dificuldades políticas, procedimentais, entre outras (VITORELLI, 2022). Em razão disso, e por envolver “a construção de uma solução pactuada, participativa” (KOZICKI; BROOCKE, 2019, p. 283), extrai-se que é marcado por uma intensa conflituosidade interna (haja vista a existência de interesses individuais componentes dos grupos impactados pela implementação da decisão estrutural), e, naturalmente, pressupõe uma atuação mais ativa (portanto, engajada), motivo pelo qual se optou, no presente trabalho, em utilizar a expressão “engajamento significativo”, em detrimento de “compromisso significativo”. Afinal, “pouco vale institucionalizar formalmente, se materialmente inexistem as condições que alicerçam toda institucionalização” (PASSOS, 2016, p. 332). Diante da ausência de vontade social (e política), não se mostra viável a efetivação de qualquer direito que seja. E o termo “engajamento” exprime de maneira mais satisfatória esta luta que é a implementação de uma medida estrutural.

3 A APLICAÇÃO IMEDIATA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO JUSTIFICATIVA DO ENGAJAMENTO SIGNIFICATIVO

A ideia de Engajamento Significativo consiste em trazer ao debate os grupos impactados pelo litígio estrutural, espécie de litígio coletivo provocado pelo modo como uma estrutura, seja ela pública ou privada, opera (VITORELLI, 2022). Corresponde a uma “estratégia jurisdicional criativa construída pela jurisprudência sul-africana” (KOZICKI; BROOCKE, 2019, p. 282), que possui por escopo mitigar os danos ocasionados por um Estado de Coisas Inconstitucional, violação massiva e persistente de direitos fundamentais.

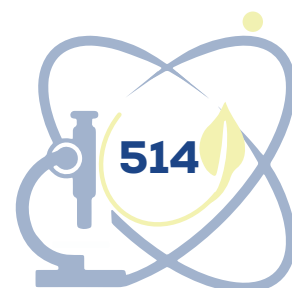
Do exposto, extrai-se a indissociável relação entre Engajamento e direitos fundamentais. À vista disso, afigura-se indeclinável estabelecer o conceito dos direitos em análise. Para Dimoulis e Martins (2018, p. 52),

Direitos fundamentais são direitos público-subjetivos de pessoas (físicas ou jurídicas), contidos em dispositivos constitucionais e, portanto, que encerram caráter normativo supremo dentro do Estado, tendo como finalidade limitar o exercício do poder fundamental em face da liberdade individual.

Deflui-se, pois, algumas características que são merecedoras de consideração, a saber: os direitos fundamentais configuram-se como direitos públicos subjetivos, é dizer, vinculam o Estado, e estão inseridos em dispositivos da Constituição. Neste passo, é possível afirmar que os direitos fundamentais se constituem como direitos básicos de todas as pessoas, sem levar em consideração quaisquer individualidades, formando, desta feita, um núcleo intangível de direitos dos seres humanos submetidos a alguma ordem jurídica (CAVALCANTE FILHO, [20--?]).

Dada a magnitude destes direitos, o Constituinte editou o §1º do artigo 5º da Constituição Federal de 88, estabelecendo que as normas definidoras de direitos e garantias fundamentais gozam de aplicação imediata⁵. Dimoulis e Martins (2018, p. 113-114) tecem comentários a este dispositivo:

⁵ André Ramos Tavares (2013, p. 380) fórmula críticas a esta redação: “Não há como pretender a aplicação imediata, irrestrita, em sua integralidade, de direitos não definidos de maneira adequada, cuja própria hipótese de incidência ou estrutura ficam claramente a depender de integração por meio de lei”.

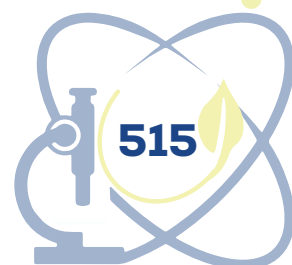


Todos os direitos e garantias fundamentais [...] são direta e imediatamente vinculantes (efeito imediato dos direitos fundamentais). Essa norma prescreve, em primeiro lugar, que os direitos fundamentais vinculam todas as autoridades do Estado, incluindo o Poder Legislativo. Esse não pode restringir um direito fundamental de forma não permitida pela própria Constituição. [...]. A referida norma determina que os titulares dos direitos não precisam aguardar autorização, concretização ou outra determinação estatal para poder exercer seus direitos fundamentais. [...]. Todas as normas da Constituição que são relacionadas a direitos e garantias fundamentais são preceitos normativos que vinculam o poder do Estado de forma direta e imediata.

Em outras palavras, a aplicação imediata quer significar que as normas “são aplicáveis até onde possam, até onde as instituições ofereçam condições para seu atendimento. Em segundo lugar, significa que o Poder Judiciário, sendo invocado a propósito de uma situação concreta nelas garantida, não pode deixar de aplicá-la” (AFONSO, 2007, p. 165).

Um parêntese: mostra-se imperioso esclarecer que a Constituição é o acoplamento estrutural entre Política e Direito (LIMA, 2011). Dessa forma, a análise de um dispositivo impõe que seja feita a análise da conjuntura socioeconômica e histórica que o cerca. Neste contexto, a Constituição de 88, como sabido, representa a alteração de parâmetros político-culturais, nascendo a partir de um rogo de redemocratização, sendo, portanto, momento oportuno para concretização de direitos sociais (ACIPRESTE, 2018). Destarte, a Comissão para elaboração do anteprojeto constitucional foi composta por representantes dos mais diversos grupos. Milhares de propostas de emendas populares foram recebidas, e seus debates ficaram a cargo da Assembleia Nacional Constituinte. Inobstante, os setores conservadores, as elites agrária, política e industrial, com críticas direcionadas ao forte viés social da Carta, valeram-se da seguinte manobra: mais de 130 dispositivos possuem eficácia limitada, isto é, para que possuam plenos efeitos, dependem de edição de lei infraconstitucional (ACIPRESTE, 2018). Como contraponto a esta medida, foi veio a lume o mencionado parágrafo 1º do artigo 5º, estatuinto, conforme dito previamente, a aplicação imediata dos direitos fundamentais.

Levando em conta o contexto histórico e social acima, nota-se que, a despeito de sua aplicação imediata, o que se observa é que muitos direitos, por exigirem uma atuação estatal positiva (direitos prestacionais, ou de *status* positivo), padecem da denominada síndrome de inefetividade das normas constitucionais (DIAS; NUNES, 2022). Portanto, em que pese a relevância do



dispositivo, ao utilizar a formulação genérica “direitos e garantias fundamentais”, revela-se uma interpretação meramente literal, sem qualquer eficácia instrumental-normativa das categorias específicas de direitos fundamentais consagrados em nossa Constituição. Por evidente, não há qualquer distinção entre a natureza entre os direitos de liberdade e os direitos sociais, sendo, pois, todas sujeitas, em princípio, ao mesmo regime jurídico.

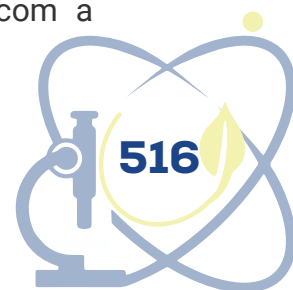
Neste caminho, há a possibilidade de arguir pela impossibilidade da aplicabilidade imediata (por força do art. 5º, §1º da nossa Constituição) de todos os direitos fundamentais do catálogo, inclusos os tratados internacionais (SARLET, 2009). Em síntese, a norma contida no art. 5º, §1º, da CF “não tem o condão de outorgar às normas carentes de concretização sua plena eficácia” (SARLET, 2009, p. 267).

Demais, Gebran Neto (2001, p. 141) tece críticas às concepções que tratam do art. 5º, § 1º, como um *plus* às normas definidoras dos direitos fundamentais, que independe de qualquer medida concretizadora, vez que funcionaria somente como um agregador a fim de estabelecer uma diferenciação entre os direitos fundamentais e as demais normas, argumentando que “este *plus* que se busca conferir aos direitos fundamentais, na prática, significa nada ou muito pouco”, pois, em princípio, as normas constitucionais já são fundamentalmente aplicáveis pelo seu próprio status.

Em arremate, traz-se a exposição de Sarlet (2009) de que a falta de concretização não pode se tornar obstáculo à aplicação imediata na medida em que o Judiciário se encontra na obrigação de assegurar a plena eficácia dos direitos fundamentais, por força do art. 5º, § 1º; não só: também lhe é lícito remover tal lacuna advinda da falta de concretização valendo-se do instrumental fornecido pelo art. 4º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB), que versa: “Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”.

Percebe-se, pois, um argumento de justificação à existência do instituto do engajamento significativo, qual seja, a concretização do mandamento constitucional contido no §1º do artigo 5º. Ora, “a outorga de direitos não importa sua efetividade, nem a determina necessariamente. Para que ela ocorra, reclamam-se instrumentos adequados, a par da vontade política de instituí-los e do poder de eficientemente utilizá-los” (PASSOS, 2016, p. 351).

Sob esta lente, a implementação de uma medida estrutural (com a



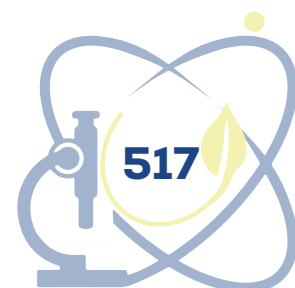
consequente atribuição de efetividade a determinados direitos) encontra, como antes mencionado, diversos óbices. Destarte, a ampliação dialógica (que possui como uma de suas facetas o engajamento significativo) representa medida salutar, na medida em que “ajuda a contornar o problema do grande número de pessoas que serão impactadas pelo processo e a diversidade de situações fáticas nas quais elas se encontram” (VITORELLI, 2022, p. 438). Assim, ao permitir a superação de algumas dificuldades, conduz o litígio estrutural a alguma solução palpável, o que, por conseguinte, importa na gradual efetivação dos direitos fundamentais, tão apregoada em sede doutrinária e jurisprudencial.

4 O ENGAJAMENTO SIGNIFICATIVO E O ATIVISMO JUDICIAL: INVASÃO DO JUDICIÁRIO NOS DEMAIS PODERES?

Como adiantado, o Engajamento Significativo compreende uma estratégia jurisdicional de integração dos grupos atingidos pela violação massiva e persistente de direitos fundamentais, sendo, portanto, uma nova forma de ativismo judicial (KOZICKI; BROOCKE, 2019). A partir disso, alguns teóricos criticam esta outorga de atribuição ao Judiciário, sob o pálio de três principais argumentos, quais sejam, incapacidade técnica do Judiciário para resolução de algumas questões; ameaça à tripartição dos Poderes; e possibilidade de um efeito *backlash* (CASIMIRO; MARMELESTEIN, 2022). Cumpre, então, analisá-los separadamente, com vistas a esclarecer se merecem ou não guarida.

Como primeiro argumento, erige-se a alegação de incapacidade técnica do Judiciário. De fato, o juiz, posto que humano, submete-se a restrições cognitivas, não sendo possível exigir que conheça por completo todas as ciências ora existentes. Não obstante, a existência de mecanismos como a prova pericial, dos *amici curiae* e do engajamento significativo erguem-se como alternativas razoáveis à transposição deste impasse de falta de conhecimento técnico por parte do magistrado.

De outra banda, ergue-se a alegação de ameaça à tripartição dos Poderes. Muitos doutrinadores criticam uma postura mais ativa do Judiciário. Jeremy Waldron, filósofo neozelandês, é um dos críticos mais ferrenhos, concentrando sua posição no fundamento de déficit de legitimidade democrática, é dizer, a decisão judicial carecia de legitimidade política ante a comunidade, visto haver



perda de representação e de igualdade política (WALDRON, 2006, tradução nossa).

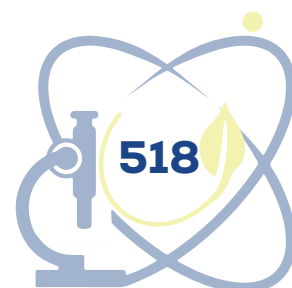
No mesmo périplo, Gargarella (2014) apresenta um enfrentamento à barreira proposta por Waldron. Para o autor, a tripartição é importante em razão de sua contenção e canalização de uma “guerra” social e política. Porém, põe à vista que tal entrave também impede a criação de uma cultura dialógica. “Contamos hoje com um sistema organizado a partir da lógica da guerra, e ela mesma – como é natural – não contribui para facilitar a lógica do diálogo que muitos se esforçam para impulsionar” (GARGARELLA, 2014, p. 28, tradução nossa). O autor termina propondo uma reforma na ideia de freios e contrapesos com intento de consolidar um modelo de diálogo constitucional.

A premissa básica, pois, seria o desenvolvimento de um diálogo inclusivo, implicando que as decisões tomadas pela tripartição perpassem por uma cadeia de discussões entre as pessoas potencialmente afetadas e tomadas em posição de igualdade. Proporcionando um maior debate, ganha-se um enriquecimento civilizatório e educativo. Como apontado por Gargarella: se há dificuldades democráticas nas decisões tomadas pelas Cortes Constitucionais, há ainda decisões majoritárias como resultados de um processo eivado de preconceitos, injustiças e desigualdades imotivadas de acesso à participação (MAMEDE; LEITÃO NETO; RODRIGUES).

Nada obstante, com a integração do Engajamento Significativo e a implementação de uma dialogicidade democrática, mitigam-se os receios de Waldron. Não há que se falar, aqui, em violação à separação dos Poderes, na medida em que

[...] a participação dialógica mantém a preocupação de assegurar a intervenção judicial ativa, que tem como propósito superar as deficiências dos demais poderes, [e que] se cinja aos limites da competência e atribuições do Poder Judiciário sobre a matéria (KOZICKI; BROOCKE, 2019, p. 285).

O sucesso da decisão estrutural, nesse particular, reside, de um lado, no respeito às competências típicas do Executivo e do Legislativo (*rectius*: no respeito à integridade de ambos os Poderes), e, de outro, na



[...] racionalização discursiva das decisões, que se constitui o cerne do processo democrático, [...], sendo, portanto, legítimas aquelas decisões que resultam de processos de discussão em que intervêm em posição de igualdade todos os potenciais afetados (KOZICKI; BROOKE, 2019, p. 282-283).

Por último, ergue-se como argumento contrário à realização de medidas estruturais pelo Judiciário a possibilidade de criação de um efeito *backlash*, compreendido como uma “aversão às mudanças interpretativas da Constituição através das decisões judiciais [...]”. Podem partir de manifestação popular ou do poder legislativo, que fixa entendimento contrário ao da decisão judicial” (HOFFMANN; LEAL, 2021, p. 193). Inobstante, esta alegação não merece guarida. Isso porque o *backlash*, para além do fato de ser necessário ao desenvolvimento do Direito Constitucional, e de ser comum ao jogo democrático, não pode impactar diretamente nas decisões do Judiciário, haja vista que os entendimentos contrários “não podem sobrepor-se ao dever do Judiciário de assegurar os direitos das minorias, até porque as instâncias deliberativas do Poder Legislativo não são capazes de garantir” (HOFFMANN; LEAL, p. 200).

Sob esta ótica, arrematam Casimiro e Marmelstein (2022, p. 192, tradução nossa):

Neste sentido, o Engajamento Significativo pode minimizar as três principais críticas que geralmente são feitas aos processos estruturais. O uso de um remédio estrutural dialógico evita a violação à separação dos Poderes, mitiga preocupações sobre a falta de habilidade técnica do Judiciário em formular políticas públicas e reduz as chances de um efeito.

Desta feita, o Engajamento Significativo, ao chamar ao debate a população eventualmente atingida pela implementação da decisão estrutural, “a partir da adoção de um modelo colaborativo e deliberativo em sede de controle judicial de constitucionalidade, se adequa às demandas de sociedades marcadas pela diversidade” (KOZICKI; BROOKE, 2019, p. 286), consistindo em alternativa viável à atribuição de efetividade às medidas estruturais, o que, de seu turno, possibilita resolver o abominável Estado de Coisas Inconstitucional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôr em pauta a relevância do termo adotado pela tradução é, em última análise, garantir a percepção epidérmica do *Meaningful Engagement*. Tornar clara a diferença conceitual entre “compromisso” e “engajamento” elucida a verdadeira faceta do instituto: ao passo que a primeira palavra é possuidora de um teor obrigacional (e, portanto, bilateral), a segunda supera a dicotomia contratualista e traz uma faceta de concomitância e cooperação mútua entre as partes envolvidas, indo ao encontro da realidade fática.

À frente, coloca-se em pauta a aplicação imediata dos direitos fundamentais prevista em nossa Constituição (art. 5º, § 1º) e seu debate teórico sobre sua eficácia. O presente artigo tem por escopo apoiar aqueles doutrinadores que versam sobre a inaplicabilidade prática do referido instituto e a sua impotência diante da concretização dos direitos sob sua alçada.

Na mesma toada, discutiu-se, ainda, sobre as omissões legislativas que colocam o art. 5º, § 1º, em debate. Apoiar-se os dizeres de Sarlet (2009) que põe em relevo o argumento que a falta de concretização não pode se tornar um obstáculo à aplicação imediata na medida em que o Judiciário se encontra na obrigação de assegurar a plena eficácia dos direitos fundamentais, por força do art. 4º da LINDB.

À vista disso, é de se observar que, conforme mencionado, os processos estruturais carecem, não raras vezes, de efetividade, o que equivale a malferir o dispositivo constitucional que apregoa a aplicação imediata dos direitos fundamentais. Vem à baila, então, o instituto do Engajamento Significativo, que, ao integrar os mais diversos atores sociais ao debate, possibilita a superação de vários entraves à implementação das medidas estruturais (demais disso, ao promover o diálogo entre os três Poderes, reduz a possibilidade de um eventual efeito *backlash*). Destarte, representa uma alternativa viável à observância do citado § 1º do artigo 5º da Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

ACIPRESTE, Djamiro. Constituição F: 30 anos: Violada e prostituída. **Revista Kukukaya**, Natal, p. 1-9, 2018.



AFONSO, José Afonso. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. São Paulo: Malheiros, 2007.

ALBUQUERQUE, Felipe Braga; SERAFIM, Matheus Casimiro Gomes. A importância da participação pública nos processos estruturais: Contribuições da teoria normativa de Susan Sturm. **Revista Estudos Institucionais**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 645-665, maio/ag. 2020.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. 11. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1983.

CANOTILHO, José Joaquim. **Direito Constitucional**. 6. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1993.

CASIMIRO, Mateus; MARMELESTEIN, George. Meaningful engagement: South African contributions to structural litigation in Brazil. **Revista Opin. Jur.**, Fortaleza, n. 33, p. 165-201, jan./abr. 2022.

CAVALCANTE FILHO, João Trindade. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. [20--?]. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalTvJustica/portalTvJusticaNoticia/anexo/Joao_Tri ndade_Teoria_Geral_dos_direitos_fundamentais.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.

DIAS, N.; NUNES, K. Mandado de Injunção e a Síndrome de Inefetividade das Normas Constitucionais. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 14, 5 jul. 2019. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-FD-SBC_v.25_n.1.07.pdf. Acesso em: 25 ago. 2022.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. 6. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREUD, Sigmund. **O chiste e sua relação com o inconsciente (1905)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GARGARELLA, Roberto. El nuevo constitucionalismo dialógico, frente al sistema de los frenos y contrapesos. **Revista Argentina de Teoría Jurídica**, Argentina, v. 14, 2013.

GEBRAN NETO, João Pedro. **A aplicação imediata dos direitos e garantias individuais**: a busca de uma exegese emancipatória. Orientador: Professor Clèmerson Merlin Clève. 2001. Dissertação (Mestre em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

HOFFMANN, Grégora Beatriz; LEAL, Mônia Clarissa Henning. Decisão judicial e efeito *backlash* a partir das decisões do Supremo Tribunal Federal. **Direito e Paz**, São Paulo, n. 44, p. 187-206, 2021.



IHERING, Rudolf von. **A luta pelo Direito**. São Paulo: Martin Claret, 2009, p. 23.

KOZICKI, Katya; BROOKE, Bianca M. Scheineder van der. O compromisso significativo (meaningful engagement) e a promoção do pluralismo democrático na concretização judicial dos direitos fundamentais sociais na África do Sul. **Espaço Jurídico Journal of Law**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 267-290, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/18445>. Acesso em: 25 ago. 2022.

LIMA, F. R. S. Constituição Federal: Acoplamento Estrutural entre os Sistemas Político e Jurídico. **Direito Público**, [s. l.], v. 7, n. 32, 2011. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1737>. Acesso em: 26 ago. 2022.

MAMEDE, Julia Maria Borges; LEITÃO NETO, Helio das Chagas; RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. O estado de coisas inconstitucional e o compromisso significativo enquanto instrumentos do constitucionalismo dialógico no Brasil: virtudes e limites. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 807-835, set./dez. 2021.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Constituição Federal comentada**. 6. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2021.

NEVES, Gustavo Kloh Muller. A concepção contratual clássica e o compromisso de compra e venda como figura polissistêmica. **Revista Quaestio Iuris**, [s. l.], v. 6, n. 1, 26 ago. 2022.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **Ensaios e artigos, v. II**. Salvador: Juspodivm, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, jul./dez/ 2005.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

VITORELLI, Edilson. **Processo civil estrutural**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2022.

WESSON, Muray. Grootboom and beyond: Reassessing the socio-economic jurisprudence of the South African Constitutional Court. **South African Journal on Human Rights**, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2223911>. Acesso em: 26 ago. 2022.



CONCEPÇÕES DE INFORMAÇÃO DE TATUADORES

Ilda Janaina Sobreira Cruz

Camila Souza Silva

Lucas Almeida Serafim

RESUMO

Investiga o conceito de informação – ponto de partida para os estudos e práticas de informação em variados contextos sociais – no domínio dos tatuadores. Mediante aplicação do protocolo de pesquisa *iSquare* – baseado em metodologia visual desenhe e escreva – explora as concepções de informação de determinado grupo social de tatuadores. Dentre as possibilidades de análise dos *iSquare* coletados, associa a composição e temática dos elementos visuais às metateorias de informação da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Constata, em desenhos de alta qualidade artística e criativa (particular deste tipo de prática social), vasto escopo informacional, incluindo: a) abordagens de informação tradicionais (física e cognitiva): informação como fontes (suportes, canais) informação convencionais: escritos, sons e imagens; e atividades cerebrais e mentais; e b) aspectos informacionais mais amplos, holísticos e contemporâneos, especialmente as de natureza sociocognitivistas/socioculturais. Conclui que os resultados visuais são relevantes por indicar, mesmo em população não acadêmica, a informação como fenômeno de múltiplos aspectos que sobrepõem a esfera tradicional, formal, foco majoritário dos estudos de informação.

Palavras-chave: Informação; tatuadores; ciência da informação.

ABSTRACT

This article investigates the concept of information, which is considered in Library and Information Science as a starting point for any information study and practice, in the domain of tattoo artists. By applying the *iSquare* research protocol – which is based on visual, specifically the draw and write technique – the visual conceptions of information of tattoo artists are investigated. Among

the many possibilities of analysis, the iSquares are categorized according to the metatheories of information. As a result, the high artistic and creative quality of drawings (qualities that were expected from this special artistic public) indicates information aligned with the most contemporary theories, which are based on the fact that information is a social phenomenon with multiple dimensions of the way person comes to know and understand things (some of them still unexplored, unknown or insufficient theorized). In drawings, it's possible to observe a) traditional information approaches (physical and cognitive): information related to conventional supports: writings, sounds, and images, as well as brain and mental activities; and b) broader, holistic and contemporary informational aspects, especially those addressed by sociocognitive/sociocultural approaches. It concludes that the visual results are relevant as they indicate, that even in a non-academic population, information is a phenomenon of multiple aspects that overlap the traditional, formal sphere, which is still the majority focus of information studies.

Keywords: Information; tattooists; information science.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo resulta do “Estudo Interdisciplinar *iSquare*”, fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e Universidade Federal do Cariri (UFCA), desenvolvido desde o ano de 2019 por pesquisadores e acadêmicos do Curso de Biblioteconomia da UFCA. A pesquisa visa investigar as concepções visuais de informação de variados grupos sociais, e, de modo específico, compreender como: a) as pessoas visualizam o conceito de informação; b) as concepções visuais de informação diferem entre as comunidades; c) as imagens relacionam-se com as definições expressas em palavras.

É uma pesquisa visuais informada por arte (*arts-informed research*), especificamente através da técnica desenhando e escrevendo, inspirada no Programa de Pesquisa *iSquare* (*iSquare Research Program*), da Faculdade de Informação, Universidade de Toronto Universidade de Toronto. A pesquisa canadense, iniciada em 2010, e considerada a primeira a aplicar substancialmente tais técnicas na Ciência da Informação (CI) no estudo de questão clássica, crucial e básica para teóricos e profissionais: “O que é informação?” (HARTEL, 2019a).

No atual período da pesquisa, o escopo das comunidades investigadas – até então centrado em atores de contextos formais e/ou institucionais



(acadêmico e profissionais), como nos estudos desenvolvidos em anos anteriores – é ampliado para pessoas de outras práticas sociais, especificamente dos tatuadores. A troca de cenários é relevante na medida em que explora mundo informacional de interesse, porém pouco explorado pela pesquisa em informação, a qual foca, majoritariamente, na esfera formal.

Além do benefício para o âmbito teórico da informação, a pesquisa dos *iSquares* proporciona: a) inovação metodológica no ensino de informação (HARTEL, 2019a; SERAFIM *et al.*, 2016); b) a percepção de conceito complexo e abstrato em populações não acadêmicas, as quais, frequentemente, são negligenciadas pelos cientistas sociais e da informação, dando voz para práticas sociais não reconhecidas ou marginalizadas ou insuficientemente teorizadas e, quando abordadas, são retratadas sob o viés negativo da atividade (SUFFOLK, 2014), como é o caso da tatuagem.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se alinha aos objetivos das investigações exploratório-descritivas sobre as concepções visuais de informação de um grupo de tatuadores, selecionados randomicamente, da cidade de Juazeiro do Norte, durante o período de 2021-2022. Este estudo incluiu:

- a) Pesquisa bibliográfica e/ou documental: revisão da literatura especializada e análise de dados originais (exemplo, os desenhos e escritos produzidos pelos participantes).
- b) estudo de campo – aplicação do Protocolo de Pesquisa *iSquare* canadense para a coleta dos *iSquares*: um neologismo em língua inglesa pela junção das palavras *i* (abreviatura de *information* – informação) e *square* (quadrado, em referência ao formato e tamanho – 4,25” por 4,25” dos desenhos). Para a pesquisa com os tatuadores, obedeceu-se aos protocolos sanitários vigentes para minimizar os riscos da aplicação da pesquisa *in loco*, nos espaços [de informação] de práticas de tatuagem (estúdios etc.). É importante destacar que, dentre os procedimentos padronizados pela equipe canadense, está a atenção para os aspectos éticos de pesquisa, incluindo a assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido pelos participantes. Foram coletados 9 *iSquares*, identificados neste texto como Tatuador 1, Tatuador 2, e assim



sucessivamente.

Para a análise dos *iSquares*, naturalmente qualitativa, seguiu-se a tradição da história da arte e crítica da arte visual (*art criticism*), a qual realiza a interpretação composicional, isto é, identificação dos elementos gráficos que compõem os desenhos e, posteriormente, a análise temática, isto é, busca por significados dos desenhos à luz das metateorias da Ciência da Informação estabelecidas em instrumento analítico-dedutivo produzido no primeiro ano do Estudo Interdisciplinar *iSquare* (CRUZ *et al.*, 2021a, 2021b).

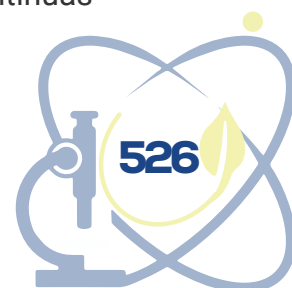
3 A NOÇÃO DE INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O advento das novas tecnologias digitais de informação e comunicação, durante o período Entre Guerras e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, elevou a informação ao nível de ser considerada a paradigmática da sociedade contemporânea – por vezes denominada Sociedade da Informação. Na esfera científica e profissional, a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia ampliam, cada vez mais, os seus respectivos interesses de estudo e trabalho: da representação e organização dos suportes para a informação, expressão que implica na atenção para os aspectos subjetivos – o conteúdo, o conhecimento.

Sobrepondo especificidades destes domínios de informação tradicionais, emerge-se uma meta-disciplina (BATES, 1999) – a Ciência da Informação – devotada tanto às clássicas questões da eficiência dos sistemas como ao uso da informação, nas mais variadas atividades humanas. Não há definições únicas na medida em que

[...] a informação é um fenômeno que não se prende facilmente a conceitos e teorias gerais, estando relacionada a todas as áreas do conhecimento e se moldando aos interesses de cada uma delas. Além da dificuldade advinda da dinâmica própria ao seu objeto de estudo, construído a partir do olhar de várias disciplinas com as quais a Ciência da informação se relaciona, há uma complexa relação com o contexto histórico da sociedade ocidental, o que resulta em uma multiplicidade de abordagens (FREIRE, G.; FREIRE, I., 2009, p. 9).

Como uma ciência social (CIBANBU, 2010; HOYER, 2011), possui objeto relacionado às múltiplas formas de conhecer, de se experienciar o mundo. Ao longo da sua história, a Ciência da Informação apresenta inovações contínuas



que tornam a explicação clássica epistemológica – matemática, sistêmica, comunicacional, associada a um estado anômalo de conhecimento – insuficiente para explicar o fenômeno da informação (GORICHANAZ; LATHAM, 2019). A informação, portanto, não pode ser reduzida às fontes de informação tradicionais nem à mera resolução de problemas, resultante da atividade cognitiva humana (embora este entendimento seja o ponto de partida para concepções mais amplas sobre a informação).

Nos estudos de Cruz *et al.* (2021a, 2021b) e Hartel (2019b), a informação é estabelecida para além da sua função epistêmica convencional, centrada à linguagem verbal. Em nível terminológico, o termo informação assume diferentes vestimentas, com base em pontos de vistas, panoramas, regimes, práticas e realidades específicas (SERAFIM; FREIRE, 2012). Ao assumir outras nomenclaturas, ressalta-se a condição relacional do fenômeno informacional às situações específicas, na medida em que a informação “[...] constitui-se a partir das formas culturais de semantização de nossa experiência do mundo e seus desdobramentos em atos de enunciação, de interpretação, de transmissão e de inscrição” (GOMEZ, 2003, p. 32). De fato, a informação “[...] necessita de um contexto para ser compreendida” (FREIRE, G.; FREIRE, I., 2009, p. 101).

Outra restrição da teoria de informação tradicional é a limitação da noção de informação à sua dimensão material. Segundo Gomez (2003), a informação ou “ação de informação”, não é fechada em sua materialidade, mas sim estabelecida a partir das conexões dos elementos de um regime de informação: dispositivos, artefatos, atores e ações de informação. No âmbito dos dispositivos, por exemplo, destacam-se tanto os explícitos quanto os implícitos.

Essas perspectivas – base deste estudo – não se alinham às vertentes tradicionais que concebem à informação apenas às práticas de comunicação verbal, expressas em palavras de modo oral ou escrito. Este é o caso Koltay (2011), que separa as noções de competências em informação (*information literacy*), das aptidões em mídias, das visuais, das digitais, das tecnologias emergentes e das multiculturais.

No estudo com os *iSquares*, as linguagens não verbais, como a visual, gestual, corporal, musicais, afetivas, emocionais, dentre outros aspectos contextuais, compõem as noções de informação.



4 O MUNDO SOCIAL DOS TATUADORES

Em todas as épocas, e em diferentes lugares, os seres humanos usaram o corpo como linguagem. “Escreviam”, “carimbavam”, “riscavam”, marcavam na pele os seus feitos, lembranças, coisas de sentimentos, ou a passagem da infância para a adolescência ou, até mesmo, uma forma de homenagear o seu povo e os seus antepassados. Desenhos e rabiscos feitos na pele são hábitos tão antigos quanto a civilização (LE GOFF, 2003).

Recentemente foram descobertas múmias de 2000 a 4000 a. C. com corpos ornamentados (SALES; DUARTE, 2019). Os índios sempre buscavam imitar alguns animais das florestas, criando suas próprias técnicas de tatuagem, misturando elementos presentes nos arredores. Tatuando-se, acreditavam que adquiriam poderes mágicos, forças que aprofundavam conhecimentos, inclusive dons de diversos tipos.

A primeira grafia do termo – *tattoo* – apareceu no diário de bordo do navegador britânico, James Cook, no século XVIII, que retornara à Europa depois de expedições feitas nas ilhas do pacífico sul. O vocábulo talvez não passe de uma onomatopeia provinda das batidas das ferramentas utilizadas antigamente, para a feitura das tatuagens (ARAÚJO, 2005; BERGER, 2000).

Há, no entanto, um lado cruel na marcação da pele. Por séculos, algumas pessoas foram raptadas de seus lares, submetidas a escravidão e tiveram seus corpos marcados com o uso de ferro em brasa. Não é possível esquecer também as marcas de prisioneiros dos campos de concentração nazistas, feitas por perfurações e outros métodos cruéis. Na Roma antiga, tatuavam-se os escravos para distingui-los; na França, criminosos tinha seus corpos marcados a ferro e fogo, prostitutas e piratas, também ganhavam marcas distintas (como marcas de marginalidade ou propriedade) (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1982).

Por séculos, as marcações na pele tiveram seus altos e baixos, de estigma pecaminoso e marginal, a enfeites corporais ou artes ligadas à forma de recriar a beleza, marcas de sorte ou sinal de rebeldia. O primeiro homem, ao perder o pelo, descobriu a tatuagem, uma forma de transformar a sua pele em seu diário, tornando a sua beleza quase mágica, única, uma verdadeira manifestação de estilos (RIO, 1997).



É importante também destacar as tatuagens de presídios, que enlaçam o sujeito a uma identificação/associação específica, tornando-o pertencente a algum grupo, a quem, por vezes pode-se recorrer. É útil também para os profissionais da segurança, como uma forma de identificar os antecedentes criminais dos presidiários, sua personalidade, códigos e sinais que transfiguram mensagens (LOMBROSO, 2001).

Na contemporaneidade, o trabalho com a tatuagem proporcionou ao tatuador adquirir variadas técnicas, moldando, redescobrimdo e descobrimdo novas formas de criar arte na pele, abusando de técnicas e efeitos, assim como numa tela, numa prática cada vez mais difundida nos distintos setores sociais, transformando o engenho, criando na pele, uma espécie de carteira de identidade. Ao longo da história da prática da tatuagem, várias técnicas eram aplicadas, desde pó de sementes depositados na pele através de perfurações até restos de asfalto ou tinta de caneta, como se faz em presídios de todo o país (VARELLA, 1999). Atualmente, as tatuagens são feitas com pigmentos antialérgicos ou veganos, agulhas especializadas para o design dos desenhos, que são descartadas após o uso, além das máquinas, que precisam ser esterilizadas em estufas.

No Brasil, o registro de máquinas de tatuar, aconteceu no final da década de 70 (MARQUES, 1997), na cidade de São Paulo, em Rio Claro, por Mr Rudy. Antes do engenhoso invento, esses instrumentos eram importados ou feitos de forma artesanal. Com o advento das formais industrializadas, o trabalho dos tatuadores foi potencializado e os resultados ganharam mais qualidade. Hoje, há empresas que produzem agulhas para vários tipos de tatuagens, com espessuras de 0,25mm até 0,35 mm (ARAUJO, 2005).

A ocorrência de corpos tatuados aumenta cada vez mais, desde a explosão de tatuagens vistas nas bandas de rock das décadas de setenta e oitenta até as tatuagens estéticas que elevaram o tatuador a categoria de artista. Há, no país, vários estúdios espalhados, dos subúrbios aos bairros de elite, com agendas lotas e preços que correspondem aos novos designs e desenhos: quanto mais complexos, mais caros.

As subjeções das tatuagens podem causar arrependimentos. O mal uso dos instrumentos podem ser geradores de algumas infecções leves ou graves, por isso o trabalho de tatuagem deve ser feito de maneira sistemática e

aperfeiçoada, para que se evite riscos desnecessários e o desejo de remoções.

Ser tatuador exige certas habilidades, como ter uma boa coordenação motora, criatividade e paciência, já que tatuagens podem exigir várias sessões, além de conceitos básicos de segurança. Cursos para tatuadores também vem crescendo muito nos últimos tempos, seja para aprender ou aperfeiçoar técnicas.

4.1 Isquares à luz das metateorias da informação

Os *iSquares* produzidos pelos tatuadores são – como esperado por este tipo de público artístico – de alta qualidade criativa e estética, cuja profundidade facilita o exercício da interpretação da informação por quem observa. Como ponto de partida, estão presentes as noções/paradigmas tradicionais, a saber:

- a) a física – a informação associada aos documentos convencionais; foco na problemática da recuperação da informação em contextos formais (científicos e profissionais); a informação como documento é a base da abordagem “neodocumentária” na atual Era;

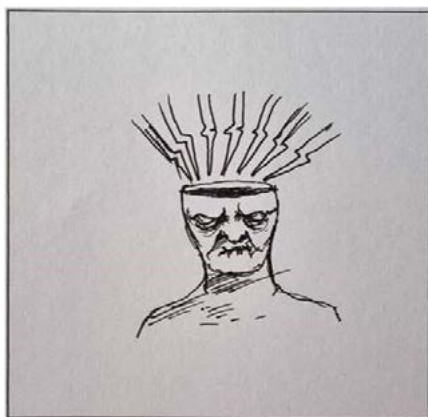
Figura 1 – Paradigma físico



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Tatuador 1, Tatuador 2, e Tatuador 2, respectivamente. Nota: circuitos, sons, e o símbolo da área médica, respectivamente.

- b) a cognitiva – foco nas características humanas, do usuário e dos “comportamentos” de informação (Figura 2).

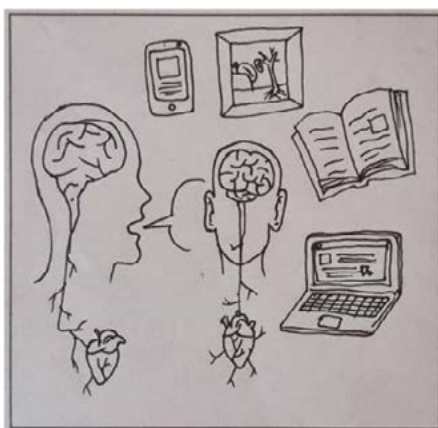
Figura 2 – Paradigma cognitivo



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Tatuador 4

Nota: cabeça, setas/raios unidirecionais, expressões faciais (emoções/comportamentos).

Figura 3 – Paradigma afetivo



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Tatuador 5.

Nota: pessoas, celular, livros, notebook, pintura, cabeça, cérebro, corações. Balões de fala, textos, escritos. Veias

Derivada do paradigma cognitivo, afetiva enfatiza as emoções, metaforicamente representadas pelo coração (Figura 3). Nas palavras de Hartel (2019b), trata-se dos aspectos subjetivos como sensibilidade, intimidade e humanidade no “coração” da CI.

Em outras representações, a informação é construída em comunidade, concepção defendida pelo prisma sociocognitivo/sociocultural (COX, 2012; FULTON; HENEFER, 2010; YU, 2011), e suas derivações (Figura 4), a saber:

Figura 4 – Paradigma sociocognitivo



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Tatuador 6.

Nota: ambiente externo, comunidade, pessoas, conversas, balões de falas, rabiscos de textos, palavras, pontos de exclamação, moda (vestimentas), expressões faciais (emoções, sorrisos, concentração, atenção), gestos, posições corporais (sentado, em pé, caminhando), bancos, suportes convencionais de informação: livros, jornais, celular, natureza (plantas), instituições convencionais (livraria), trabalho e lazer.

- a) socioconstrucionistas: foco na linguagem discursiva em variados contextos, domínios,
- b) a vida cotidiana: a teoria informacional sai da esfera formal das “práticas de informação” (informacionalmente orientadas por processos bem planejados, geralmente mediados por determinados profissionais, em instituições formais) para as “práticas sociais de informação” (variadas situações da vida humana, em que os atores, apesar de criarem e utilizarem informação, não refletem informacionalmente sobre as suas práticas) (COX, 2012; GALVÃO; SERAFIM, 2022). Inclui a atenção para os ambientes digitais de informação, para as atividades de lazer (campo fértil para os estudos sobre o lado positivo (contextos maiores, felizes) da informação.
- c) a incorporada: o corpo (e não apenas a mente) como centro do processo informacional.
- d) a contemplativa: trata-se de emergente movimento teórico (GORICHANAZ; LATHAM, 2019; LATHAM; HARTEL; GORICHANAZ, 2020). devotado à valorizar o lado contemplativo da informação, identificado desde as primeiras configurações das instituições tradicionais de informação (por exemplo, a biblioterapia indicando a biblioteca como espaços de cura,

concentração, silêncio). Tais características se alinham à área dos estudos de contemplação, dedicados aos métodos (técnicas meditativas) e às experiências contemplativas (não apenas restritas às práticas meditativas, mas presentes, ou melhor, desejáveis, nas mais variadas atividades humanas). Dentre elas: atenção plena (foco, silêncio, *go slow*, antiestresse), consciência, observação e presença; equilíbrio, estabilidade, espiritualidade, energia e sabedoria (unidade de pensamento, emoção e ação). (Figura 5).

Figura 5 – Paradigma contemplativo



Fonte: Dados da pesquisa (2022). Tatuador 7, Tatuador 8, Tatuador 9, respectivamente. Nota: elementos composicionais: pontos de exclamação, rabiscos, linhas, formas abstratas. símbolo de origem chinesa “Yin Yang”; frase: Não deixe o mar te engolir.

Os fundamentos das bases paradigmáticas de informação utilizadas neste estudo, assim como, as representações visuais de informação, não são exclusivas ou imutáveis. De modo a incentivar outras interpretações do contexto informacional dos tatuadores/participantes, os *iSquares* aqui apresentados (assim os de outros públicos) estão disponibilizados na rede social Instagram do projeto: @isquares.brazil.

5 CONCLUSÃO

O estabelecimento da noção de informação é uma tarefa contínua dos pesquisadores e profissionais da informação. A identificação contextual da informação, que é um imperativo contemporâneo ante a multiplicidade de faces do fenômeno informacional, é facilitada por metodologias qualitativas e holísticas, como a pesquisa visual, e em particular, a pesquisa informada por artes, através da técnica desenho e escreva.

Diferentemente da pesquisa com populações especializadas, este estudo utiliza a inovativa metodológica do *iSquare*, de modo satisfatório, não apenas na compreensão (a qual será sempre relacional à perspectiva dos pesquisadores e público em geral, mediante as suas respectivas bases teóricas e experiências de vida) da amplitude conceitual do objeto em estudo, mas como linguagem mais acessível para público geral.

Como limitações desta pesquisa, reconhece-se que a visão dos *iSquares* é, por vezes, superficial, sobretudo quando se intenta compreender melhor, de modo aprofundado, o papel da informação na prática social da tatuagem. Neste sentido, corrobora-se com os estudos visuais que sugerem que o lado visual atua sempre em complementação aos outros métodos de pesquisa, em particular os que possibilitam retratar os variados contextos, como os etnográficos.

Por outro lado, é extremamente relevante o papel do estudo dos *iSquares* como fator estimulador – primeiro passo – para a reflexão teórica e prática de qualquer realidade informacional. Nesta esfera inicial, permite eliciar múltiplas interpretações, de modo mais comunicativo, divertido, holístico, inefável, elegante, eloquente, sendo que, muitas delas, ainda não estão estabelecidas na literatura.

Enfim, através do estudo dos *iSquares*, almeja-se contribuir para estender a visão tradicional, incentivando a identificação da informação em contextos cada vez mais específicos, ou, em movimento contrário, mais abrangentes, tanto por aqueles que desenvolvem a pesquisa em informação, quanto por profissionais, de modo que eles fiquem mais cientes e capacitados para planejar e atuar de maneira mais efetiva – com suas instituições, produtos e serviços – nas variadas dimensões informacionais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e Universidade Federal do Cariri.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. **Tatuagem piercing e outras mensagens do corpo**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- BATES, Marcia J. The Invisible Substrate of Information Science. **Journal of The American Society for Information Science**, [s. l.], v. 50, n. 12, p. 1043-1050, 1999.
- BERGER, M. O significado da tatuagem ao redor do mundo e ao longo do tempo. **Revista Superinteressante**, São Paulo, 159. ed., 2000.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**: Mitos, sonhos, costumes, figuras. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- CIBANGU, Sylvain K. Information science as a social science. **Information Research**, [s. l.], v. 15, n. 3, set. 2010.
- COX, Andrew M. An exploration of the practice approach and its place in information science. **Journal of Information Science**, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 176-188, 2012.
- CRUZ, Ilda Janaina Sobreira *et al.* Noções de informação: proposição de instrumento de análise dos iSquares. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO, 2., 2021, Juazeiro do Norte. **Anais [...]**. Juazeiro do Norte: UFCA, 2021.
- CRUZ, Ilda Janaina Sobreira *et al.* Noções de informação: proposta analítica para iSquares. **RACIn**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 57-76, jan./jun. 2021.
- FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: UFPB, 2009.
- FULTON, Crystal; HENEFER, Jean. Information practice. *In*: **Encyclopedia of Library and Information Science**. 3. ed. New York: Taylor and Francis, 2010. p. 2519-2525.
- GALVÃO, L. A.; SERAFIM, L. A. Práticas de informação de cartunistas: o projeto Malvados Daily. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 1, p. 358-375, maio 2022.
- GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.
- GORICHANAZ, T.; LATHAM, K. F. Contemplative aims for information. **Information Research**, [s. l.], v. 24, n. 3, set. 2019.
- HARTEL, Jenna. **Draw-and-write techniques**. London: SAGE, 2019.

HARTEL, Jenna. Turn, turn, turn. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE*, 10., 2019, Ljubljana. **Anais [...]**. [S. l.]: Information Research, v. 24, n. 4, dez. 2019.

HOYER, Jennifer. Information is social: information literacy in context. **Reference Services Review**, Bingley, v. 39, n. 1, p. 10-23, 2011.

KOLTAY, Tibor. The media and the literacies: media literacy, information literacy, digital literacy. **Media, Culture & Society**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 211-221, 2011.

LATHAM, K. F.; HARTEL, J.; GORICHANAZ, T. Information and contemplation: a call for reflection and action. **Journal of Documentation**, [s. l.], v. 76, n. 5, p. 999-1017, 2020.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOMBROSO, C. **O Homem Delinqüente**. Obra baseada na 2. ed. Francesa. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

MARQUES, Toni. **O Brasil tatuado e outros mundos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

SALES, Patrícia Reis M.; DUARTE, Zeny. A Informação por meio da tatuagem. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., 2019. Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2019.

SERAFIM, Lucas Almeida *et al.* Desenhando informação na sala de aula: a participação brasileira na coleta de dados do projeto internacional iSquare. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 66-77, out./dez. 2016.

SERAFIM, Lucas Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique Freire. Ação de responsabilidade social para competências em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 155-173, jul./set. 2012.

SUFFOLK, Mark. Competitive bodybuilding: positive deviance, body image pathology, or modern-day competitive sport? **Journal of Clinical Sport Psychology**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 339-356, dez. 2014.



PROCESSO DE CRIAÇÃO DO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO JOI: FOCO NA PROTOTIPAGEM E APERFEIÇOAMENTOS DO DESIGNER

Joyce Fernandes Frutuôso¹

Liryan Samira Silva Pereira²

Luiz Gustavo Menezes Morgado³

Marcus Vinicius Almeida Menezes⁴

Yitzhak Yoel Valladares Núñez⁵

Maria Eduarda Soares Carvalho⁶

Nazareno Mateus de Sousa⁷

Wellen Monteiro Macedo⁸

Maria Gabriela Leite De Souza⁹

Cristiane Marinho Uchôa Lopes¹⁰

Debora Verniz¹¹

Thiago Bessa Pontes¹²

Deborah Macedo Dos Santos¹³

¹ Universidade Federal do Cariri, E-mail: joyce.frutuoso@aluno.ufca.edu.br, FUNCAP.

² Universidade Federal do Cariri, E-mail: liryan.samira@aluno.ufca.edu.br, UFCA.

³ Universidade Federal do Cariri, E-mail: luiz.morgado@aluno.ufca.edu.br, FUNCAP.

⁴ Universidade Federal do Cariri, E-mail: marcus.almeida@aluno.ufca.edu.br, UFCA.

⁵ Universidade Federal do Cariri, E-mail: yitzhak.valladares@aluno.ufca.edu.br, UFCA.

⁶ Universidade Federal do Cariri, E-mail: maria.eduarda@aluno.ufca.edu.br, UFCA.

⁷ Universidade Federal do Cariri, E-mail: nazareno.mateus@aluno.ufca.edu.br, UFCA.

⁸ Universidade Federal do Cariri, E-mail: wellen.monteiro@aluno.ufca.edu.br, UFCA.

⁹ Universidade Federal do Cariri, E-mail: gabriela.leite@aluno.ufca.edu.br, UFCA.

¹⁰ Universidade Federal do Cariri, E-mail: cristiane.marinho@ufca.edu.br, UFCA.

¹¹ University of Missouri, E-mail: vernizd@missouri.edu

¹² Universidade Federal do Cariri, E-mail: thiago.bessa@ufca.edu.br, UFCA.

¹³ Universidade Federal do Cariri, E-mail: deborah.santos@ufca.edu.br, UFCA.



RESUMO

Envoltos pela pandemia de Covid-19, a sociedade passou por um fenômeno de adaptação a fim de evitar a infecção pelo SARS-COV-2. É sabido que o vírus se propaga por gotículas de saliva ou secreções nasais suspensas no ar ou acomodadas em superfícies que provocam infecção após a inserção no organismo pela boca, olhos ou nariz. De frente do aumento dos casos surgiu um déficit mundial de equipamentos de proteção individual e para auxiliar a produção dos EPI's, makers e designers se mobilizaram para modelá-los e compartilhá-los em repositórios possibilitando a sua fabricação em impressoras 3D no mundo inteiro. Diante da problemática existente e com o intuito de evitar a contaminação por contato da mão infectada, após tocar em superfícies potencialmente contaminadas, com a cavidade bucal, ocular ou nasal surgiu o equipamento chamado JOI, fabricado por impressão 3D. Esse trabalho tem como objetivo apresentar o processo de criação e adaptações do JOI até o seu design final. Por meio de uma metodologia experimental de modelagem de protótipos e análise das funcionalidades, dividida em quatro etapas: busca por objetos similares, estudo de ambiente e superfícies com potencial de propagação de vírus, prototipagem, e avaliação de usuários, sendo o foco deste artigo a terceira parte. O estudo teve como resultado seis protótipos com diversos tamanhos, funcionalidades e acabamentos. Conclui-se que o último modelo possui os itens necessários para acionar botões e interruptores e abrir e fechar portas, janelas e torneiras sem a necessidade de contato direto das mãos com as superfícies.

Palavras-chave: Covid-19; Fabricação Digital; Impressão 3D.

ABSTRACT

During the Covid-19 pandemic, society underwent a phenomenon of adaptation in order to avoid infection by SARS-COV-2. It is known that the virus spreads through droplets of saliva or nasal secretions suspended in the air or on surfaces that cause infection after infection through the mouth, eyes or nose. With the increase in cases, a worldwide deficit of personal protective equipment has emerged and to assist the production of PPE, makers and designers have mobilized to model and share them in repositories enabling their manufacture in 3D printers worldwide. Faced with the existing problem and in order to avoid contamination by contact of the infected hand, after touching potentially contaminated surfaces, with the oral, ocular or nasal cavity, the equipment called JOI was created. This work aims to present the process of creation and adaptations of the JOI until its final design, manufactured by 3D printing. Through an experimental methodology of prototype modeling and analysis of functionalities, divided into four stages: search for similar objects, study of environment and surfaces with potential for virus propagation, prototyping, and user evaluation. The study resulted in six JOI



prototypes with different sizes, features and finishes. It is concluded that the last model has the necessary items to activate buttons and switches and open and close doors, windows and faucets without the need for direct contact of the hands with the surfaces.

Keywords: Covid-19; Digital Fabrication; 3D Print.

1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada sobre a ocorrência de casos de pneumonia em Wuhan, na China. Logo em seguida, governantes locais informaram a identificação de um novo vírus, o SARS-COV-2. Diante do descontrole do fenômeno, a OMS decretou Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) em janeiro de 2020. E após três meses da notificação, em março de 2020, foi comunicado o status de pandemia (OPAS, 2021).

Dois meses depois da primeira notificação no mundo, em fevereiro de 2020, o Brasil divulgou o primeiro caso de infecção por coronavírus e após dezesseis dias, quando o país apresentava mais de cem casos, o Ministério da Saúde decretou quarentena nacional (MACEDO; ORNELLAS; BOMFIM, 2020). Após um ano do primeiro infectado e diante da disseminação da doença em todo o território brasileiro, o país ultrapassou 620 mil óbitos e 25 milhões de casos confirmados (BRASIL, 2022).

A Covid-19 pode se manifestar de forma assintomática, leve, moderada, grave ou crítica, em humanos já infectado, ocasionando sintomas como febre, tosse, diarreia, dor, calafrios, dispnéia, insuficiência respiratória grave entre outros (BRASIL, 2021). Deste modo, casos mais graves da doença provocam situação de internamento hospitalar ou até mesmo o óbito do indivíduo.

A propagação da Covid-19 é semelhante a de doenças virais costumeiras, por ser um vírus respiratório que se propaga por meio de gotículas oriundas de tosse, espirro ou fala de pessoas contaminadas (CUNHA FILHO *et al.*, 2021), que ocasiona infecção em outros indivíduos após entrar em contato com olhos, boca ou nariz.

A fim de mitigar a dispersão da doença, foram adotadas várias medidas de prevenção, desde atitudes individuais a decretos governamentais. Orientações

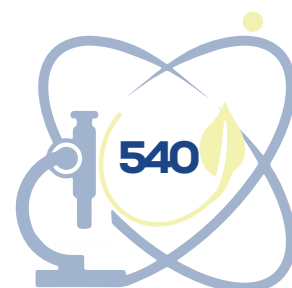
de mudança de comportamento foram recomendadas pelas agências de saúde, como manter distanciamento de um metro entre pessoas, uso de máscara, higienização das mãos, cobrir boca e nariz com cotovelo ou lenço de papel ao tossir ou espirrar e limpeza e desinfecção de superfícies regularmente manuseadas são formas de se proteger contra o Covid-19 (OMS, 2022).

Foi constatado que superfícies podem ser meios de propagação do coronavírus (MARQUÈS; DOMINGO, 2021). Os microorganismos podem se alojar em superfícies após serem expelidos do sujeito portador, por um tempo que varia de acordo com o material do objeto e condições ambientais (KAMPF *et al.*, 2020). Itens como maçanetas, ferrolhos trincos, interruptores, botões e torneiras de uso coletivo são potenciais áreas de contaminação visto que, a mão contaminada poderá levar vírus até a boca, olhos e nariz provocando assim uma possível infecção.

Com a rápida dispersão da doença, alcançando a denominação de pandemia, foi necessária uma grande aquisição de equipamentos de proteção individual, mas o mercado mundial não estava suficientemente equipado para fornecer estes materiais. Neste cenário, pesquisadores do mundo inteiro aperfeiçoaram e desenvolveram acessórios de proteção que poderiam ser reproduzidos livremente por meio da fabricação digital (ROMEIRO *et al.*, 2021). A impressão 3D foi muito utilizada no combate ao contágio do COVID-19 pois, uma vez que o arquivo do produto era disponibilizado, o mesmo podia ser replicado em qualquer parte do mundo. Tornou-se uma alternativa de fabricação mais barata (VARELA-ALDÁS, 2020), onde eliminou o tempo e os custos do transporte foram eliminados.

Diante dos decretos de isolamento e distanciamento social, ambientes de trabalho, lazer e ensino foram fechados. Isso também aconteceu na educação superior, por meio da Portaria nº 343, em março de 2020, o Ministério da Educação possibilitou a substituição das atividades acadêmicas presenciais existentes por aulas remotas realizadas por meios tecnológicos de comunicação (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020).

Com a aplicação das vacinas houve a redução gradativa das mortes em decorrência da pandemia, e voltaram às atividades presenciais. O retorno da grande circulação de pessoas em ambientes públicos criou a necessidade de



repensar medidas preventivas de proliferação da Covid-19. Em especial como manipular superfícies que são utilizadas diariamente em ambientes de grande circulação de pessoas, pois podem auxiliar no contágio. A recomendação principal foi de constante higienização destes objetos e das mãos.

No entanto, em ambientes como universidades é dificultoso a constante limpeza das superfícies compartilháveis, devido a sua extensão territorial e volumosa circulação de diferentes usuários. Outro problema associado é o desenvolvimento de doenças de pele como dermatites, relacionadas a constante desinfecção das mãos (TEIXEIRA *et al.*, 2020).

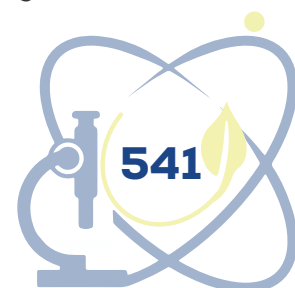
Assim, esse trabalho tem como objetivo apresentar o processo de desenvolvimento de um acessório de proteção individual esterilizável, chamado de JOI. Tal equipamento tem como função proporcionar ao usuário abrir e fechar portas e janelas, acionar botões e interruptores, ligar e desligar torneiras sem a necessidade de tocar com as mãos nos botões, maçanetas, ferrolhos ou qualquer outra parte do objeto acionado evitando assim o contato com a possível superfície contaminada e dessa maneira evitando a necessidade de constante higienização das superfícies e das mãos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para desenvolver o produto foi necessário a realização do estudo sobre a COVID-19 desde as formas de contágio e prevenção até seus impactos. Bem como foi essencial a realização de estudos sobre fabricação digital e vantagens da impressão 3D.

O SARS-COV-2 possui uma grande letalidade entre os infectados principalmente na população com comorbidade ou idosa, além disso o vírus possui a capacidade de rápido contágio apropriando a grande propagação da doença (MAGALHÃES, 2021). No Brasil, a proliferação do Covid-19 iniciou nas grandes cidades com alto fluxo de voos e se expandiu para os municípios de menor porte (MAGALHÃES, 2021).

Diante do cenário pandêmico, a sociedade enfrentou diversas adaptações de mudanças de hábitos diários como: medidas de higienização pessoal, isolamento, home office, ensino a distância, entre outros. No que tange a



educação, os métodos de ensino passaram por modificações nas quais geraram grandes dificuldades não só no Brasil, mas no mundo inteiro atingindo mais de 90% dos alunos (SENHORAS, 2020).

Em 1980, surgiu um novo método de fabricação, a prototipagem rápida, no qual era realizado por uma sequência de adição de material em camadas até formar a peça, hoje conhecida como impressão 3D (VOLPATO, 2017).

Atualmente, esse processo, considerado rápido, é realizado com o auxílio de ferramentas computacionais desde a etapa de modelagem até a própria produção, como design generativo a partir de projetos de desenho algorítmico (SANTOS; PONTES; LEITÃO, 2019). Ainda cabe destacar que essa metodologia possui várias vantagens, entre elas: capacidade de produção de geometrias diversas, capacidade de otimização da resistência estrutural e peso próprio da peça, baixo desperdício de material e rapidez na produção de protótipos comparado a métodos tradicionais de produção (VOLPATO, 2017).

Ainda mais, além da rapidez na produção, as técnicas de prototipagem rápida e fabricação digital permitem a possibilidade de personalização em massa (MORGADO *et al.*, 2021). Assim, gerando possibilidade inserir características a peça de modo a torná-la mais eficaz para o uso de um determinado grupo ou população.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de reduzir a propagação da Covid-19 por meio de contato direto da mão com alguns objetos de uso coletivo. Foi adotado uma metodologia de caráter experimental para o desenvolvimento, aperfeiçoamento e produção dos protótipos. Os procedimentos metodológicos foram estrategicamente divididos em quatro fases: 1- Busca por equipamentos similares; 2 - Estudo de campo; 3 - Prototipagem de alternativas; 4- Avaliação com utilizadores. Este artigo faz parte de uma investigação maior e apresenta com maiores detalhes a fase 3 (prototipagem de alternativas) do experimento.

Na primeira fase foi realizada uma busca por equipamentos de funções análogas às do JOI. Em plataformas de repositórios de objetos 3D, como a *Thingiverse*, foram encontrados acessórios apenas com a opção de abrir portas. Em repositórios de s patentes (google patents) não foram encontrados modelos



com funções semelhantes até o momento.

Na segunda fase, na universidade, foi realizado uma avaliação de superfícies potencialmente propagadoras de vírus e as problemáticas para a realização da constante higiene desta. De modo a identificar que portas, janelas e interruptores das salas de aula são objetos de contato diário por diversas pessoas além de apresentar um pequeno intervalo de tempo entre aulas para a realização da descontaminação. Além disso, botões de elevadores, ferrolhos de banheiro e torneiras foram elencados como regiões que propiciam a permanência de vírus.

Na terceira fase, deu-se início a modelagem da peça por meio de software e produção de protótipos. Nesta etapa, foram modelados seis acessórios até atingir o modelo ideal. Onde após cada execução do desenho o protótipo era fatiado, impresso e testado de modo a identificar novas mudanças para o modelo seguinte.

Na quarta fase, foram fabricados 400 JOI, apenas do modelo final, para dispersão do produto na comunidade acadêmica junto como um vídeo explicativo do modo de uso. Essa etapa tem como objetivo a futura avaliação de usabilidade do acessório.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como resultado desse estudo, temos o processo de desenvolvimento de um acessório individual de proteção, que tem como função evitar que a mão tenha contato direto com superfícies possivelmente contaminadas. Os protótipos virtuais foram modelados no software Rhinoceros, posteriormente fatiados no software Ultimaker Cura e configurados para a impressão 3D em material ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno).

O primeiro modelo tinha como objetivo alcançar as funções de abrir e fechar portas, possuindo encaixe para maçanetas e ferrolhos, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1 - Primeiro protótipo do JOI



Fonte: Autor.

Após a impressão da peça, foi averiguado que o tamanho não estava funcional, além disso, surgiu a ideia de adicionar mais um elemento com um intuito de acionar botões e interruptores. Desta forma, foi reduzido a escala do produto e adicionado uma superfície chanfrada na ponta direita, como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Segundo protótipo do JOI



Fonte: Autor.

Com o segundo exemplar fabricado, foram realizados testes em dois modelos de maçanetas nos quais ficou evidente que o gancho de encaixe estava deslizando de modo a não permitir sua fixação. Logo, como pode ser visto na Figura 3, foram projetadas pequenas rugosidades esféricas na região de contato JOI maçaneta.

Figura 3 - Terceiro protótipo do JOI



Fonte: Autor.

Contudo, mesmo com a mudança realizada no protótipo, a peça apresentou uma moderada necessidade de aplicação de força para realizar o movimento de abrir portas. Sendo assim, foi ampliado o seu comprimento no sentido horizontal, como pode ser observado na Figura 4, aumentando o seu braço de alavanca e diminuindo a força necessária para realização do movimento.

Figura 4 - Quarto protótipo do JOI



Fonte: Autor.

No entanto, mesmo depois de passar por etapas de aperfeiçoamento, foi proposto a hipótese de adicionar mais funções ao acessório na qual possibilita abrir e fechar janelas e torneiras. Visto isso, foi adicionado mais uma abertura mais estreita na parte superior, que pode ser vista da Figura 5, com o intuito de conceder o encaixe e facilitar o movimento.

Figura 5 - Quinto protótipo do JOI



Fonte: Autor.

Diante do modelo que permite realizar todas as funções traçadas como objetivos para o acessório, surgiu uma problemática: “Como guardar o JOI no dia a dia?”. Assim, foi proposto a inserção de uma semi argola na sua extremidade esquerda, como na Figura 6, que possibilita a implantação de mosquetão, cordão, corrente ou outros itens que possibilitem prender o equipamento de proteção em locais de fácil acesso ao usuário.

Figura 6 - Protótipo final do JOI



Fonte: Autor.

Assim, após sua produção, o protótipo foi testado e não surgiu novas problemáticas. Ademais, a Figura 7 mostra o modelo final do JOI em uso na função de abrir e fechar porta sem o contato da mão diretamente da superfície.

Figura 7 – JOI sendo utilizado



Fonte: Autor.

Por fim, o sexto protótipo foi considerado como modelo final visto que após testes realizados em laboratório não foi possível detectar nenhuma problemática ao realizar suas funções.

5 CONSIDERAÇÃO FINAIS

No processo de criação de acessórios, os designers e os makers otimizam seus produtos até atingirem o formato ideal. Na mesma expectativa de aperfeiçoamento, o JOI passou por diversas modelagens até chegar ao modelo final, desde novos incrementos para adicionar outras funções a pequenas alterações para melhorar o desempenho.

Deste modo, pode-se concluir que esse equipamento de proteção individual possui um design que possibilita abrir e fechar portas e janelas, ligar e desligar luzes e torneiras e acionar botões de elevadores de modo a evitar o contato direto da mão com as superfícies de uso coletivo potencialmente contaminadas por vírus propagadores de doenças como a covid-19.

Além disso, cabe destacar que, por ser fabricado em material esterilizável, o objeto possibilita a esterilização rápida por meio de álcool ou água e sabão, evitando a higienização excessiva das mãos e minimizando a problemática da falta de limpeza constante de região de muito contato em ambientes públicos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à FUNCAP e UFCA pelo apoio e financiamento das bolsas de Iniciação Científica e pelo Edital nº 07/2021 AUXILIO PARA APOIO A PROJETOS DE GRUPOS DE PESQUISAS que propiciou a compra de insumos para a pesquisa, e também ao grupo de pesquisa CODE (*Computation and Design*) por fazer parte do processo de desenvolvimento deste estudo auxiliando e incentivando os pesquisadores envolvidos.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **COVID-19 Painel Coronavírus**. 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sintomas**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/sintomas>. Acesso em: 13 ago. 2022.

CUNHA FILHO, E. V. *et al.* O impacto da pandemia da COVID-19 no número de procedimentos ginecológicos e nascimentos no Brasil. **Revista AMRIGS**, Porto Alegre, v. 65, n. 1, p. 29-34, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257169>. Acesso em: 13 ago. 2022.

KAMPF, G. *et al.* Persistencia de coronavirus en superficies inanimadas y su inactivación con agentes biocidas. **J Hosp Infect**, [s. l.], v. 104, n. 3, p. 246-251, 2020.

MACEDO, Yuri Miguel; ORNELLAS, Joaquim Lemos; BOMFIM, Helder Freitas do. COVID-19 no Brasil: o que se espera para população subalternizada? **Revista Encantar**, Bom Jesus da Lapa v. 2, p. 01-10, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8189>. Acesso em: 13 ago. 2022.

MAGALHÃES, M. A. F. M.; BARCELLOS, C.; XAVIER, D. R.; SALDANHA, R. F. Pandemia de Covid-19: o processo de interiorização e aceleração da transmissão no país. *In*: FREITAS, C. M.; BARCELLOS, C.; VILLELA, D. A. M. **COVID-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021, p. 85-98.

MARQUÊS, Montse; DOMINGO, José L. Contamination of inert surfaces by SARS-CoV2: Persistence, stability and infectivity. A review. **Environmental research**, [s. l.], v. 193, 2021.

MORGADO, Luiz *et al.* **Hefesto**: Soluções de acessibilidade para uso de equipamentos laboratoriais. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO, 2., 2021, Juazeiro do Norte. **Anais [...]**. Juazeiro do Norte: UFCA, 2021. Disponível em: <https://sci01-ter-jne.ufca.edu.br/cppgi/anais?id=8>. Acesso em: 4 ago. 2022.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Conselhos sobre doença coronavírus (COVID19) para o público**. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/pt/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-forpublic#:~:text=Proteja%2Dse%20a%20si%20e,para%20um%20len%C3%A7o%20de%20 papel>. Acesso em: 4 ago. 2022.

OPAS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Organização Pan-Americana da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 1 abr. 2022.



PEREIRA, Alexandre de Jesus; NARDUCHI, Fábio; MIRANDA, Maria Geralda de. Biopolítica e Educação: os impactos da pandemia do COVID-19 nas escolas públicas. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 219-236, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaagustus/article/view/554/299>. Acesso em: 1 abr. 2022.

ROMEIRO, Nicolas Canale *et al.* Impressão 3D como ferramenta de auxílio na produção de equipamentos de proteção para profissionais da saúde durante a COVID-19. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONHECIMENTO E INOVAÇÃO (CIKI), 21., 2021, Maringá. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2021.

SANTOS, Deborah Macedo; PONTES, Thiago Bessa; LEITÃO, Antônio Menezes. Generative Design in textual and visual programming languages. *In*: LIMA, F.; BORGES, M.; COSTA, F. R. **Digital Techniques Applied to Design Process**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019. p. 59-82. ISBN 978-85-93128-35-6. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/335377376_Generative_Design_in_Textual_and_Visual_Programming_Languages. Acesso em: 12 jul. 2022.

SENHORAS, Elói Martins (org.). **Educação, ensino superior e a pandemia da COVID-19**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

TEIXEIRA, Carmen Fontes de Souza *et al.* A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de COVID-19. **Ciência & saúde coletiva**, [s. l.], v. 25, p. 3465-3474, 2020.

VARELA-ALDÁS, José Luis. Impresión 3D y COVID-19. **CienciAmérica**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 51-57, 2020.

VOLPATO, Neri. **Manufatura aditiva: tecnologias e aplicações da impressão 3D**. São Paulo: Blucher, 2017.

EXPERIÊNCIAS DE SONORIDADES BRASILEIRAS EM PRODUÇÕES DE COROS VIRTUAIS:

O CORAL DA UFCA E O RECITAL MANGUEBEAT CARIRI

Judá Holanda Feitosa¹

Naira Leite Almino²

Klenio Robson Cruz Romualdo³

Carlos Renato de Lima Brito⁴

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão acerca da experiência de se realizar um espetáculo musical virtual em seus âmbitos sonoro e pedagógico. Para tal, foi investigado o recital final do Coral da UFCA do ano de 2020, que teve a temática “Manguebeat Cariri”. A produção e organização desempenhadas pelos coralistas e pelo regente do grupo foram realizadas por meio digital devido à pandemia da COVID19. O recital contou com a participação de 17 colaboradores, que trabalharam no projeto individualmente, exercendo funções distintas, delegadas ainda na fase de planejamento e coordenadas pelo regente durante o andamento da produção. O objetivo do presente trabalho foi promover uma reflexão acerca das dificuldades encontradas no processo e o aprendizado adquirido pelos membros do grupo no esforço para contornar as limitações impostas pela pandemia. Manipulação de áudio e vídeo, gestão de grupo, produção cultural, além do estudo etnomusicológico sobre o movimento estéticomusical do manguebeat foram alguns dos aspectos abordados nesta pesquisa. A partir das considerações, foi evidenciada a complexidade na adaptação dos processos musicais para o meio virtual e a multidisciplinaridade do grupo através da aplicação de tecnologias virtuais em diversas áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Coral virtual; Manguebeat Cariri; Edição de áudio; Regência.

¹ E-mail: juda.holanda@aluno.ufca.edu.br

² E-mail: naira.leite@aluno.ufca.edu.br

³ E-mail: klenio.cruz@aluno.ufca.edu.br

⁴ E-mail: renato.brito@ufca.edu.br

ABSTRACT

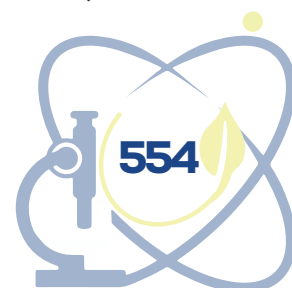
This paper proposes a reflection on the experience of performing a virtual musical show in its sound and pedagogical spheres. To this end, the final recital of the UFCA Choir of the year 2020, which had the theme “Manguebeat Cariri”, was investigated. The production and organization performed by the choristers and the group’s conductor were carried out digitally due to the COVID-19 pandemic. The recital had the participation of 17 collaborators, who worked on the project individually, performing different functions, delegated in the planning phase and coordinated by the conductor during the production progress. The objective of the present work was to promote a reflection on the difficulties encountered in the process and the learning acquired by the members of the group in the effort to overcome the limitations imposed by the pandemic state. Audio and video manipulation, group management, cultural production, in addition to the ethnomusicological study on the aesthetic-musical movement of manguebeat were some of the aspects addressed in this research. From the considerations, the complexity in the adaptation of musical processes to the virtual environment and the multidisciplinary of the group was evidenced through the application of virtual technologies in several areas of knowledge.

Keywords: Virtual choir; Manguebeat Cariri; Audio edition; Music conduction.

1 INTRODUÇÃO

O Manguebeat Cariri foi um projeto musical idealizado, desenvolvido e realizado pelo Coral da UFCA (Universidade Federal do Cariri) no ano de 2020. O regente, professor Carlos Renato de Lima Brito, decidiu, juntamente com os componentes da monitoria do grupo, promover um recital de final de ano com uma temática que abordasse a estética musical do Movimento Manguebeat. Este movimento compõe a cena cultural da cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco na década de 1990 (RAMOS, 2019). As músicas do grupo Chico Science e Nação Zumbi foram, então, escolhidas como trilha sonora do recital e recorte possível das experimentações sonoras.

A escolha da temática e do repertório foi motivada por paralelos entre os contextos culturais e musicais da capital pernambucana e da região do Cariri cearense. O repertório se mostrou pertinente pelo teor de crítica social presente nas letras e pela mistura de gêneros musicais presentes nas músicas, que incluem o *rap*, o *heavy metal*, o maracatu do baque virado, a ciranda, o samba e a música eletrônica. O Cariri cearense, localizado na região sul do estado do Ceará,



é uma terra rica em diversos aspectos, seja ela em nível geográfico, climático e, sobretudo, de manifestações culturais da música popular de tradição, que reflete os diversos estilos de vida de seu povo (MATTOS, 2015).

Todo o trabalho do Coral da UFCA foi, por conta das medidas de restrição sanitárias, decorrente do enfrentamento à pandemia de COVID-19, realizado de forma remota pelos integrantes do grupo, que promoviam encontros semanais para ensaio do repertório e tomadas de decisões acerca do projeto. As primeiras reuniões para planejamento do recital ocorreram em agosto de 2020, enquanto os ensaios foram iniciados em setembro do mesmo ano. O grupo também decidiu que o lançamento do recital deveria ser realizado no mês de dezembro, funcionando como um evento de encerramento dos trabalhos do Coral da UFCA no ciclo anual.

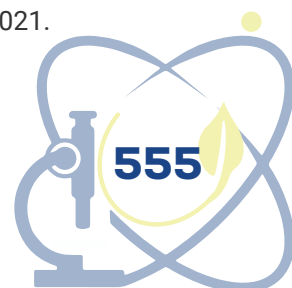
As seis músicas escolhidas para compor o repertório do recital Mangubeat Cariri foram: Monólogo ao Pé do Ouvido; Da Lama ao Caos; A Cidade; Maracatu de Tiro Certo; Rios, Ponte e *Overdrives*; e Maracatu Atômico. O resultado audiovisual do repertório estreou no *YouTube* no dia 16 de dezembro de 2020 com o título de “Mangubeat Cariri - Coral da UFCA”⁵.

Este artigo propõe apresentar um panorama das experiências vivenciadas na produção e realização de um espetáculo musical virtual em seus âmbitos musical, pedagógico e tecnológico. Isto posto, o objetivo do presente trabalho foi promover reflexões acerca das dificuldades encontradas no processo de produção e do aprendizado adquirido pelos membros do grupo, conquistado no seu esforço para contornar as limitações impostas pelo distanciamento social e pela escassez de recursos tecnológicos apropriados para a sua realização.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou como metodologia da pesquisa a modalidade do relato de experiência, utilizada aqui para descrever, narrar e refletir, como fazem outras pesquisas (SANTANA, 2015; SILVA; LIMA; JUNG, 2019; LEITE; DUARTE; NUNES, 2015), sob uma perspectiva crítica e informada pela literatura disponível, a respeito dos caminhos que levaram o Coral da UFCA a produzir uma

⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bZdQgueVJ_Y. Acesso em: 6 dez. 2021.



aproximação musical e virtual do repertório musical do movimento supracitado num ambiente de isolamento e de imensos desafios acadêmicos e sociais.

Buscando promover reflexões sobre pontos que consideramos significativos na experiência estudada, o presente relato de experiência assemelha-se ao relatório de pesquisa qualitativa que, segundo Merriam, qualitativo “é uma exposição narrativa em que os resultados são apresentados detalhadamente” (MERRIAM *apud* SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 528). Entretanto, ainda que se aproxime quanto ao resultado de um relatório de pesquisa qualitativa, constituindo-se como uma descrição/narração a respeito da experiência artística e pedagógica, vivenciada de modo multifacetado pelo grupo integrante do Coral da UFCA no segundo semestre de 2020, o relato de experiência é um olhar reflexivo sobre pontos destacáveis dos caminhos de criação e educação vivenciados, a partir de memórias dos/as que integraram o projeto e dos registros em áudio e vídeo, finalizados no recital publicado no site *YouTube*.

Também consideramos para este relato a primeira visita ao tema, realizada por ocasião de um seminário no âmbito da disciplina de Técnica Vocal III, ministrada no semestre letivo 2021.1, sendo indicados neste relato de experiência alguns aspectos positivos e algumas dificuldades encontradas no desenvolvimento do Mangubeat Cariri. Desta forma, também almejamos relacionar a teoria apresentada na disciplina de Técnica Vocal III, ofertada ao terceiro semestre do curso de Licenciatura em Música da UFCA, com as práticas desenvolvidas e aplicadas no projeto Mangubeat Cariri.

Além de referenciais relacionados à metodologia da pesquisa, utilizamos em nossas reflexões os referenciais da Técnica Vocal e Arranjo relacionados à prática do Canto Coletivo (FERNANDES, 2009; JUNKER, 1999; OLIVEIRA; IGAYARA-SOUZA, 2015). Também utilizamos referenciais da Etnomusicologia para pensar sobre o recurso sonoro da terça neutra, utilizado pelo cantor e compositor Chico Science (FIGUEIREDO; LUHNING, 2018) e para ambientar o cenário musical e cultural do Cariri cearense (MATTOS, 2015).



3 EXPERIÊNCIAS DO CORAL DA UFCA COM O MANGUEBEAT

O grupo do Coral da UFCA para o recital Maguebeat Cariri foi composto por nove monitores/as (entre membros voluntários e bolsistas), sete convidados (entre instrumentistas e coralistas) e o regente. Os bolsistas entraram no grupo por meio de processo seletivo e precisavam cumprir uma determinada carga horária semanal obrigatória, já os convidados se comprometeram apenas em executar tarefas pontuais determinadas pelo regente.

Por conta do volume de atividades necessárias à produção do recital, as funções precisaram ser cuidadosamente distribuídas entre os bolsistas, que puderam escolhê-las de acordo com as suas preferências e seus conhecimentos técnicos e artísticos. Algumas das funções divididas entre os componentes foram: arranjo vocal; arranjo instrumental; edição de áudio, mixagem e masterização; edição de vídeo; direção artística e roteiro; gestão das redes sociais e divulgação; instrumentação; canto; coordenação geral e regência. Houve também uma contribuição externa de uma *designer* profissional, que fez a construção da identidade visual do projeto.

3.1 Arranjos vocais

O papel de arranjador vocal foi atribuído a dois integrantes, sendo eles um bolsista e o regente do grupo, que trabalhavam individualmente em peças diferentes de maneira simultânea, para que o processo de produção se tornasse mais célere. Um dos principais desafios encontrados pelos arranjadores foi a adaptação das linhas vocais de Chico Science para a estética pretendida para coral, pois o cantor e compositor pernambucano tinha uma maneira singular de interpretar as suas músicas, incorporando elementos vocais presentes na embolada, no coco, no repente, no *rap*, entre outros. O objetivo, então, foi transformar as linhas vocais para o canto coral popular, sem desrespeitar as características desses gêneros da cultura popular, tendo em mente que:

Embora a prática coral popular tenha sua origem na música popular, as duas práticas têm linguagens diferenciadas no tocante à sonoridade. Se a técnica do canto tradicional é inadequada aos arranjos de música popular, a técnica dos vários estilos do canto popular é tão inadequada quanto (FERNANDES, 2009, p. 194).

Os vocais originais executados por Chico Science apresentam técnicas do canto popular que muito se diferenciam da sonoridade coral tradicional, utilizando-se, por exemplo da chamada terça neutra, que, segundo Figueiredo e Lühning (2018) é “um intervalo que fica entre a terça menor e a terça maior, não referenciado com facilidade pelo ouvido de quem está acostumado a uma afinação temperada, por isso geralmente considerado fora de afinação ou desafinado”. Os autores consideram ainda que a terça neutra utilizada é uma das influências musicais que a cultura popular nordestina pode ter herdado dos árabes, pois esse intervalo musical foi “possivelmente trazido pelos portugueses no período colonial, cuja cultura foi impregnada por séculos de domínio árabe” (FIGUEIREDO; LÜHNING, 2018, p. 102).

Como estratégia para tornar o movimento mais próximo da realidade caririense, os arranjadores vocais também tomaram a liberdade de modificar alguns trechos de letras, trazendo para perto o sentimento de indignação contido nas letras por meio da adição de localidades conhecidas pelo público local. O objetivo dessas mudanças, entretanto, não foi descaracterizar as letras originais, mas reforçar que as críticas sociais direcionadas à cidade de Recife dos anos de 1990 continuam atuais e poderiam ser aplicadas também ao Cariri no ano de 2020. Dois exemplos dessa adaptação são encontrados nas letras das músicas A Cidade e Rios, Pontes e Overdrives.

Na primeira canção, a palavra “Recife” é trocada pela palavra “Cariri”. Na segunda canção, além de o coral cantar os bairros de Recife, citados na letra, em uma retomada, são citados bairros de cidades da região Metropolitana do Cariri. Nesse sentido, como na prática de outros arranjadores do cenário coral brasileiro, os arranjadores mediam culturas musicais diversas, em processos de hibridação, possibilitando diálogos, divergências e convergências entre culturas musicais globais e locais. Como escreveram Oliveira e Igayara-Souza:

A partir do arranjo coral, a canção original passa por ressignificações de estrutura e discurso musical, e já não está mais no seu contexto de origem, sofre enormes mudanças sonoras devido à escrita coral e à realização ao vivo (OLIVEIRA; IGAYARA-SOUZA, 2018, p. 96).



3.2 Arranjos instrumentais

Os arranjos instrumentais, em sua maioria, foram elaborados por apenas um dos bolsistas, que balizava a gravação dos instrumentos de acordo com as definições vindas dos arranjadores vocais, buscando preservar as sonoridades o mais parecidas possíveis com a instrumentação original das gravações do grupo Nação Zumbi. A compatibilização com o arranjo vocal foi um grande desafio, pois a grande quantidade de instrumentos presentes nos arranjos originais poderia, de alguma forma, atrapalhar a compreensão do arranjo coral.

Foi utilizada uma grande variedade de instrumentos harmônicos, melódicos e percussivos nos arranjos, como guitarras elétricas, contrabaixo elétrico, sanfona, surdos, alfaias, caixas claras, congas, ganzas, agogôs, pandeiro, sintetizadores, entre outros.

A decisão pela atribuição de apenas um dos bolsistas para arranjar e gravar as músicas se deu por dois fatores: a disponibilidade de equipamentos apropriados no *home studio* deste bolsista e a impossibilidade de se promoverem encontros, ensaios e gravações presenciais em grupo, por conta da insegurança causada pela pandemia. Esses fatores geraram a necessidade de se utilizar instrumentos virtuais, ou VSTIs (*Virtual Studio Technology Instruments*)⁶. Dispondo de equipamentos eletrônicos de computação básicos, o monitor emulou a sonoridade de instrumentos que não estavam acessíveis para execuções e gravações presenciais.

3.3 Regência

A regência das músicas foi um dos pontos que mais teve que ser modificado devido ao formato remoto. Como citado anteriormente, dois membros do grupo dividiram a tarefa de arranjar as linhas vocais. Além de criarem os arranjos, eles também desempenhavam a função de regência em cada uma das músicas que preparavam para o grupo.

No início do desenvolvimento do projeto a regência se deu principalmente de forma assíncrona, por meio de vídeos gravados. Nesses vídeos eram

⁶ Disponível em: <https://alataj.com.br/papo-de-estudio/o-que-e-vst-e-vsti>. Acesso em: 04 dez. 2021.

apresentadas a figura do regente, simulando a condução do grupo, a partitura da música e o áudio reproduzindo o que era indicado na partitura de cada naipe (FIGURA 1). As gravações dos vídeos eram realizadas pelos regentes assim que os arranjos eram elaborados e, então, disponibilizados ao grupo para que cada membro estudasse aquele que compreendesse o seu naipe. Na Figura 1 vê-se o leiaute de um dos vídeos fornecidos ao grupo⁷.

Figura 1 - Screenshot do vídeo guia para o naipe do tenor



Fonte: YouTube (2020).

Pereira e Vasconcelos (2007) defendem a prática canto coral como uma atividade multidimensional de educação, socialização e interação, afirmando que o canto coral “além de desenvolver a musicalidade, autocontrole, autoestima e tantas outras potencialidades, é um propiciador de relações sociais harmonizadoras em vários níveis.”. E, apesar dos esforços para tentar aproximar a experiência da regência remota ao que era realizado presencialmente, notouse que, através dos vídeos, faltavam muitas das principais características dos ensaios presenciais, como as reações, conduções, bem como trocas visuais e sonoras em tempo real.

Portanto, sabendo que um grupo coral não se resume apenas ao momento musical, mas uma construção de relacionamento entre os integrantes, uma das estratégias usadas pelo coordenador do grupo para superar alguns desses problemas foram reuniões e ensaios remotos síncronos. Nesses encontros era possível amenizar alguns desses problemas através de conversas, interações

⁷ Disponível em: <https://youtu.be/bOA5dYpF-0k>. Acesso em: 27 ago. 2022.

e apontamentos sobre particularidades das músicas, além da aplicação de exercícios de aquecimento e técnica vocal. Reuniões e dinâmicas realizadas pelo aplicativo Google Meet foram importantes para realização do projeto.

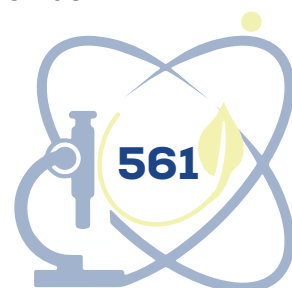
3.4 Gravação de áudio

Além de terem sido atribuídas funções específicas aos colaboradores do projeto, todos participaram como coralistas, inclusive o regente e coordenador geral do grupo. Com os vídeos e as guias de gravação em mãos, os coralistas estudavam os seus naipes, realizavam as gravações de áudio em casa e enviavam os arquivos ao monitor responsável pelo tratamento do áudio pela plataforma Google Drive.

Uma das primeiras dificuldades enfrentadas durante a produção do musical foi a evasão de integrantes, principalmente de convidados. Essas saídas provocaram, então, uma mudança nas atribuições de alguns dos coralistas, que passaram a estudar e gravar mais de um naipe. A mudança se deu, principalmente, para que fossem minimizados problemas relacionados à homogeneização da massa sonora vocal do grupo, influenciada pela baixa quantidade de integrantes por naipe, tendo em vista que “o timbre coral não depende somente do timbre das várias vozes que formam o coro”, e que “não podemos esquecer que o número de cantores que formam o grupo é outro fator de grande importância na formação de seu timbre” (FERNANDES, 2009, p. 227).

No que se refere à gravação dos áudios, como afirma Macedo (2006), “o mais importante é fazer uma captação do som com a melhor qualidade técnica e musical possível”, levando em conta que “bons equipamentos, ambiente adequado e um bom técnico são essenciais”. Entretanto, vale reforçar que esses processos eram desenvolvidos individualmente por cada colaborador nas suas respectivas residências, para que fossem respeitadas as medidas de isolamento social. E, por conta disso, os integrantes não dispunham de equipamentos e ambientes apropriados para captação de áudio, tendo que realizar as gravações com os aparelhos celulares pessoais.

Portanto, além das questões de técnica vocal direcionadas ao canto popular brasileiro e a evasão de membros do coral, a sonoridade dos coralistas também foi prejudicada pela baixa qualidade das gravações. Esses problemas



citados, se não contornados, poderiam afetar dois dos mais importantes aspectos da sonoridade de um coro, a homogeneidade e o equilíbrio, pois “para a realização de um trabalho satisfatório é preciso que se entenda que o equilíbrio sonoro está relacionado à quantidade de som, enquanto a mistura homogênea do som está relacionada à sua qualidade” (FERNANDES, 2009, p. 288).

3.5 Edição e mixagem de áudio

Em cada canção, após as gravações dos instrumentos e com as gravações dos vocais reunidas, dava-se início, então, aos trabalhos de edição e mixagem de áudio. Segundo Macedo (2006), a edição de áudio é a etapa na qual são selecionados os melhores trechos gravados, que são montados em uma versão final. Essa edição, segundo o autor, também pode ser realizada individualmente em cada uma das partes gravadas ou em todas, que foi o caso do trabalho realizado nas canções do musical, através da eliminação de ruídos e trechos de silêncio, correções de ritmos fora do tempo, sincronização de trilhas, entre outras técnicas necessárias para a “limpeza” do áudio.

O monitor responsável pelo trabalho atuou nas correções das trilhas vocais, tentando preservar ao máximo as características das vozes dos coralistas, buscando apenas contornar as irregularidades técnicas advindas das gravações caseiras. Contudo, em alguns casos, foram necessárias correções mais radicais nas trilhas que poderiam comprometer a sonoridade geral por erros discrepantes de afinação, letra ou precisão rítmica.

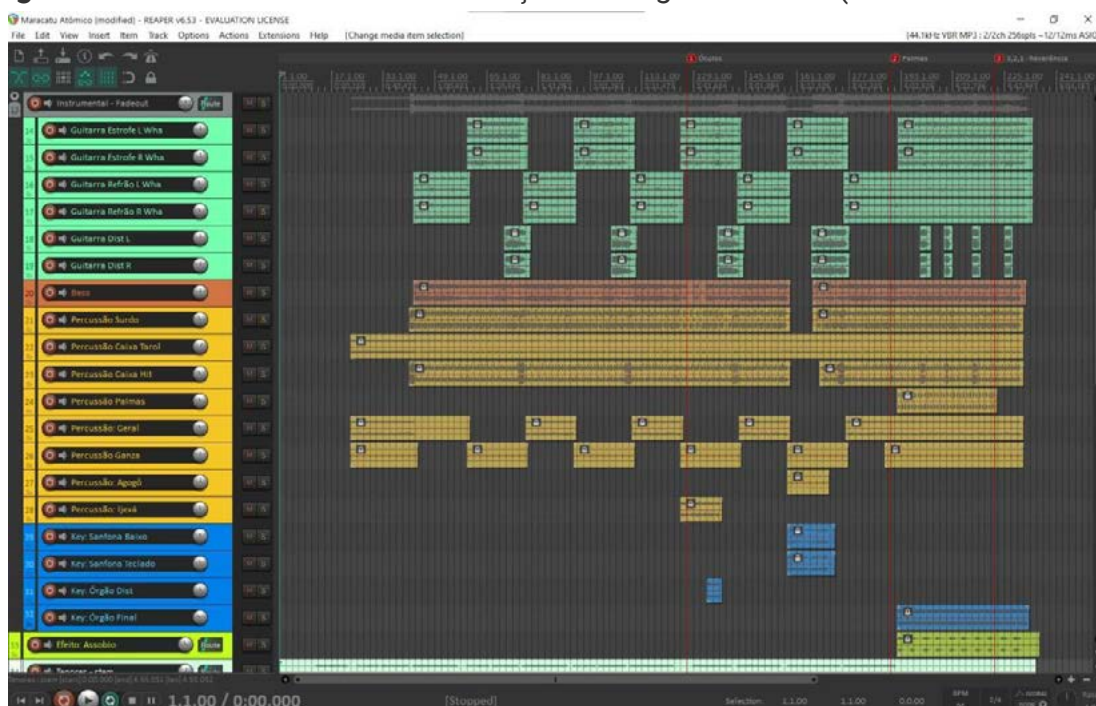
Sobre mixagem, Vidal (1999, p. 54) afirma que “é o processo pelo qual se busca o equilíbrio correto e a melhor combinação de timbres entre as diferentes fontes sonoras já gravadas” (*apud* MACEDO, 2006). Macedo (2006) argumenta também que nessa etapa é buscado o equilíbrio de volumes entre as trilhas, chamando atenção ao cuidado necessário nessa etapa, pois, segundo o autor:

O trabalho de mixagem envolve um nível considerável de conhecimento técnico e domínio no uso de vários equipamentos, processadores, efeitos, bem como um treinamento auditivo que possibilite perceber bem os resultados destes procedimentos sobre o som. Envolve também uma boa dose de sensibilidade artística e de conhecimento musical, influenciando não apenas o aspecto técnico da música como também seus aspectos artísticos (MACEDO, 2006, p. 4).



No processo de mixagem das trilhas buscou-se equilibrar a sonoridade dos vocais individualmente e entre os naipes através da regulagem dos volumes e da ambientação de cada membro do coral. A combinação das vozes juntamente com as trilhas instrumentais também foi de suma importância na busca pela clareza do som. A figura abaixo representa o arranjo visual das trilhas instrumentais de uma das músicas do recital, contendo guitarras, contrabaixo elétrico, instrumentos de percussão, instrumentos virtuais, entre outros.

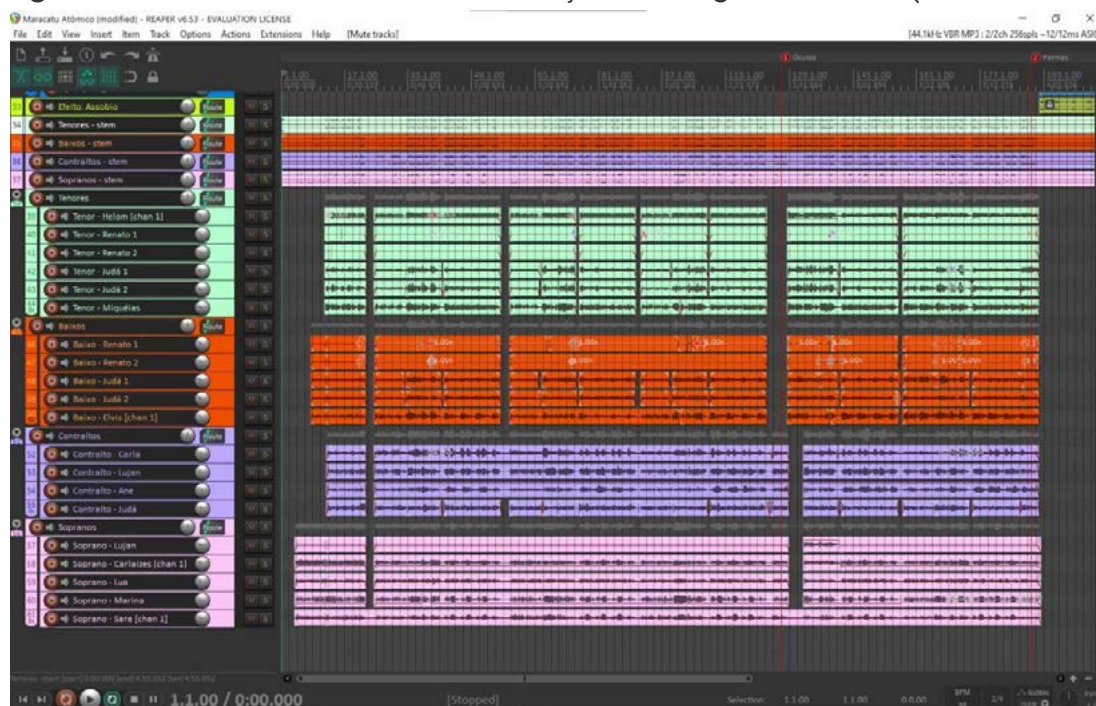
Figura 2 - Screenshot do software de edição e mixagem de áudio (trilhas instrumentais)



Fonte: Os autores (2022).

Durante as edições de áudio e mixagens houve constante interação entre o editor de áudio e o regente/coordenador do coral, que discutiam questões referentes a correções e ajustes necessários em pontos específicos das trilhas. O regente também pôde solicitar edições relacionadas à estética geral dos vocais e da instrumentação das músicas. Na imagem abaixo é possível observar a divisão dos naipes por cores no software de edição de áudio.

Figura 3 - Screenshot do software de edição e mixagem de áudio (trilhas vocais)



Fonte: Os autores (2022).

Diante do recorrido, nota-se que muitos dos ajustes que ficavam a cargo do regente no formato presencial foram transferidos, nesta etapa, para o engenheiro de mixagem, que tinha o poder de controlar dinâmica, ritmo e afinação dos coralistas de maneira digital. Entretanto, o diálogo entre o monitor e o regente foi imprescindível na construção da sonoridade do grupo e consequente resultado final, pois “a mixagem deve ser acompanhada pelos responsáveis pelas tomadas de decisões referentes ao projeto, de modo a imprimir nele a concepção que se tem em mente” (MACEDO, 2006, p. 4).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decerto que o grande desafio do grupo foi a adaptação de um evento normalmente realizado por intermédio de reuniões presenciais para um cenário virtual, sob condições nunca vivenciadas pelos participantes antes da pandemia da COVID-19. Nesse sentido, a fim de um melhor rendimento concernente à prática coral, foi necessário assiduidade, compromisso e disponibilidade dos membros integrantes para o prosseguimento gradativo do projeto, totalmente

subordinado ao meio virtual.

Apesar das dificuldades associadas à gestão e à organização do coral à distância, foi possível estimular o desenvolvimento artístico – e profissional – dos participantes em diversas áreas do conhecimento. Salientamos, nesse ponto, a importância da divisão esquematizada das tarefas, definidas no planejamento do recital, e a máxima dedicação para a elaboração dos conteúdos audiovisuais.

Em conformidade com os aspectos abordados no decorrer desta síntese textual, leva-se em consideração a seguinte tratativa: no contexto pandêmico em que o estudo foi realizado, as práticas corais foram extremamente afetadas, sobretudo, no que diz respeito à forma com a qual elas foram realizadas. Mas, nesse ínterim, essa maneira prática desencadeou experiências de grande validade relativas ao entendimento sobre sonoridades brasileiras, trazendo à consciência que estas manifestações “são maneiras expressivas de entoar, originais, características e dum encanto extraordinário. [...] apresentando peculiaridades étnicas de valor incontestável. Nacional e artístico” (ANDRADE, 1972, p. 57).

Isto posto, entende-se que a experiência em trabalhar no projeto Maguebeat Cariri trouxe luz às limitações causadas pelas diretrizes sanitárias, que impossibilitaram os espaços de socialização e trabalho presenciais. Ademais, como alternativa à situação enfrentada, a tecnologia tornou-se aliada do grupo, salvo a falta de estrutura e acesso a equipamentos apropriados.

É importante salientar que, devido ao recente avanço na demanda pelo uso de tecnologias virtuais devido à pandemia da COVID-19, mais estudos relacionados ao tema devem ser realizados, abordando outros aspectos envolvidos na produção de coros virtuais, para que se alcance uma visão mais ampla sobre as problemáticas inerentes a esse tipo de produção musical.

Em conclusão, é possível perceber a grande complexidade no desenvolvimento do recital virtual Maguebeat Cariri e os muitos esforços que a equipe do Coral da UFCA imprimiu para alcançar um resultado final satisfatório. Os bolsistas, os convidados e o regente trabalharam de forma multidisciplinar e cooperativa através da aplicação de tecnologias de manipulação de áudio e vídeo, gestão de redes sociais e produção cultural, além do estudo etnomusicológico sobre o movimento contracultural maguebeat com enfoque nas técnicas vocais direcionadas ao canto popular brasileiro, especialmente o nordestino.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **Ensaio sobre a música brasileira**. 3. ed. São Paulo: Vila Rica; Brasília: INL, 1972.

FERNANDES, Ângelo José. **O Regente coral e a construção da sonoridade coral**: uma metodologia de preparo vocal para coros. 2009. Tese (Doutorado em Música) -Universidade Federal do Cariri, Campinas, SP, 2009.

FIGUEIREDO, Fábio Leão; LÜHNING, Angela Elisabeth. Terça neutra: um intervalo musical de possível origem árabe na música tradicional do nordeste brasileiro. **Opus**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 101-126, jan./abr. 2018.

JUNKER, David. O movimento do canto coral no Brasil: breve perspectiva administrativa e histórica. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 12., 1999, Salvador, BA. **Anais** [...]. [S. l.: s. n.], 1999.

LEITE, Jaqueline Câmara; DUARTE, Kátia; NUNES, H. de S. A composição de microcanções na escola básica: um relato de experiência. *In*: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 22., 2015, Natal. **Anais** [...]. [S. l.: s. n.], 2015. p. 1-15.

MACEDO, Frederico Alberto Barbosa. O Processo de Produção Musical na Indústria Fonográfica: questões técnicas e musicais envolvidas no processo de produção musical em estúdio. *In*: SIMPÓSIO DE PESQUISA EM MÚSICA, 2006. **Anais** [...]. Curitiba, PR: Editora do Departamento de Artes da Universidade Federal do Paraná, 2006. v. 01.

MATTOS, Márcio. **A contribuição da música tradicional do Cariri cearense à música popular brasileira por meio do baião de Luiz Gonzaga**. 2015. Tese (Doutorado em Musicologia) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2015.

OLIVEIRA, Carolina Andrade *et al.* Arranjadores brasileiros e processos de hibridação em canto coral. **Revista Cuadernos Nueva Serie**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 93-93, 2018.

PEREIRA, Éliton; VASCONCELOS, Miriã. O processo de socialização no canto coral: um estudo sobre as dimensões pessoal, interpessoal e comunitária. **Música Hodie**, Goiânia, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/musica/article/view/1763>. Acesso em: 06 dez. 2021.

RAMOS, Lucas Borges. **Manguebeat**: identidade e narrativa. Orientador: Paulo Roberto Nassar de Oliveira. 2019. 27 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/dc4a8713-d52c-4c62-a52c-419416515797/tc4361lucas-ramos-manguebeat.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2022.



SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: [s. n.], 2013.

SANTANA, Jannielly Rayake da Silva. **Música e Tema de Pesquisa**: Um relato de experiência no Núcleo de Educação da Infância-Colégio de Aplicação/UFRN. 2015. 56 f. Monografia (Graduação em Música) - Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SILVA, M. G.; LIMA, D. T. N.; JUNG, H. S. Cantar, divertir-se, aprender: um relato de experiência docente com música. **Educa**: Revista Multidisciplinar em Educação, Porto Velho, RO, v. 6, n. 14, p. 178-191, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/3099/2778>. Acesso em: 10 maio 2022.



BIG MOUTH E AS FAZES DE DESENVOLVIMENTO DO ADOLESCENTE: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Luan Duarte Romão¹

Clyvia Maria Vieira Borges²

Isaac Levi Agostinho Pinheiro³

João Vitor Alves do Nascimento⁴

Livia Maria Loula Pessoa⁵

Francisco Francinete Leite Junior⁶

RESUMO

A adolescência é caracterizada pela fase que vem após a infância e antes do jovem adulto, repleta de questionamentos, mudanças e instabilidade. Assim, a Psicologia como um todo e sua subárea Psicologia do Desenvolvimento, vem desenvolvendo estudos sobre essa esfera há décadas, no intuito de gerar pesquisas e problematizações sobre como se caracteriza o período. Por isso, esse trabalho busca refletir sobre como a série animada Big Mouth, que trata da vivência de adolescentes, pode revelar aspectos e elementos sobre o desenvolvimento físico, cognitivo e psíquico deles. Dessa forma, ao desenvolver da série e suas problematizações, é possível observar como os conflitos na adolescência são comuns, ao mesmo passo que se diferenciam a partir da subjetividade e vivência de cada sujeito. Sendo assim, a análise da série Big Mouth ocorre a

¹ Estudante do 6° semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.
E-mail: luanduarter14@gmail.com

² Estudante do 6° semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.
E-mail: Marialivia468@gmail.com

³ Estudante do 6° semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.
E-mail: isaaclevijua@gmail.com

⁴ Estudante do 6° semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.
E-mail: vitoralvesjo@hotmail.com

⁵ Estudante do 6° semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.
E-mail: marialivia336@gmail.com

⁶ Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.
E-mail: francinetejunior@leaosampaio.edu.br



partir dos primeiros episódios que são contemplados de trajetórias e vivências mais acentuadas do que se propõe analisar o artigo. Além de que, a partir dessa pesquisa é possibilitado o alinhar-se do que é estudado e compreendido dos conceitos da psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento.

Palavras-chave: Adolescência; Psicologia do Desenvolvimento; Big Mouth.

ABSTRACT

Adolescence is characterized by the phase that comes after childhood and before young adulthood, full of questions, changes and instability. Thus, Psychology as a whole and its subarea of Developmental Psychology, has been developing studies on this sphere for decades, in order to generate research and problematizations about how the period is characterized. Therefore, this work seeks to reflect on how the animated series Big Mouth, which deals with the experience of adolescents, can reveal aspects and elements about their physical, cognitive and psychic development. In this way, when developing the series and its problematizations, it is possible to observe how conflicts in adolescence are common, at the same time that they differ from the subjectivity and experience of each subject. Thus, the analysis of the Big Mouth series takes place from the first episodes that are contemplated with more accentuated paths and experiences than the article proposes to analyze. In addition, from this research it is possible to align what is studied and understood from the concepts of the psychology of learning and development.

Keywords: Adolescence; Developmental Psychology; Big Mouth.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é caracterizada pela fase que vem após a infância e antes do jovem adulto, marcada pelo desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial dos púberes. Para a Organização Mundial de Saúde (1986), o período começa aos 10 e vai até os 19 anos. Já no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), afirma que esse ciclo da vida se inicia aos 12 e vai até os 18 anos. É uma etapa repleta de questionamentos e instabilidades, que apresenta características como a busca de si e da identidade, constantes flutuações do humor, evolução sexual do autoerotismo, questionamento dos padrões estabelecidos, expansão dos grupos sociais e inúmeras outras.

Amaral (2007), em seus escritos, explica que a adolescência é diferente

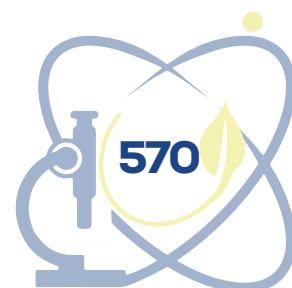
da puberdade. Pois o segundo ocorre dentro do primeiro, sendo caracterizado por modificações orgânicas no sujeito ligadas ao amadurecimento sexual e a capacidade reprodutiva. Esse processo é um fenômeno biológico, universal a todas as culturas. Já a adolescência caracteriza-se como uma construção cultural, com formas variadas a depender do modelo de sociedade.

Conforme Ana Bock (2004), a adolescência não é um período natural e espontâneo do desenvolvimento humano, e sim uma construção social no qual repercute a subjetividade do sujeito, com formatos diversos, que podem ou não se tornarem evidenciados. Isso quer dizer que há na fase um significado social, contendo inúmeras possibilidades de expressão, a depender do período histórico, da cultura, espaço geográfico e outros inúmeros fatores.

O campo da Psicologia como um todo e sua subárea Psicologia do Desenvolvimento, vem desenvolvendo estudos sobre essa esfera há décadas, no intuito de gerar pesquisas e problematizações sobre como se caracteriza a adolescência, principalmente no campo psicológico. Através de tais investigações científicas, o psicólogo passa a compreender esse fenômeno cultural e as suas crises adjacentes, auxiliando, na clínica, escola e demais espaços, os muitos jovens que entram em conflito neste ciclo da vida.

Conforme o Ministério da Saúde (2017), no Brasil, há inúmeras e diferenciadas opiniões sobre as características e formas de ser adolescente. Tal diversidade, revela singularidades e aspectos culturais, sociais e psíquicos distintos. “As concepções construídas às adolescências e juventudes retratam e interpretam as formas e maneiras deles estarem e serem no mundo em determinada sociedade” (BRASIL, 2017). Por isso, esse trabalho busca refletir sobre como uma obra cinematográfica pode revelar aspectos e elementos sobre o desenvolvimento físico, cognitivo e psíquico dos adolescentes. O intuito é perceber como o produto reflete a construção do púbere nos três aspectos já citados.

Neste artigo serão analisados trechos da série animada Big Mouth (2017), uma comédia adulta da plataforma de streaming Netflix, criada por Nick Kroll, Andrew Goldberg, Mark Levin e Jennifer Flackett. A trama apresenta um grupo de amigos que estão no processo de descoberta dos inúmeros desafios da adolescência. Nos episódios, as três esferas do desenvolvimento do adolescente – cognitivo, físico e psicossocial – que perpassam essa fase são aprofundadas de



maneira muito humorada e fantasiosa, na qual os hormônios são representados por monstros que irão influenciar o comportamento dos púberes.

Nesse sentido, a pesquisa trata-se de uma análise crítica de cenas específicas da primeira temporada da série Big Mouth a partir de reflexões e conceitos sobre o desenvolvimento físico, cognitivo, e psicossocial dos adolescentes. A trama foi escolhida tanto por ser contemporânea, como por abordar em seu roteiro, inúmeros aspectos que dialogam com as três áreas do desenvolvimento dos púberes já citados. O objetivo do trabalho é evidenciar e refletir sobre as manifestações que permeiam esse ciclo de vida, por meio dos eventos descritos na obra e alinhados aos teóricos e teorias da Psicologia do Desenvolvimento.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem abordagem qualitativa, tendo por procedimento metodológico análise descritiva da vivência da adolescência dos personagens da série Big Mouth. Conforme Vanoye e Goliot-Lété (1994), essa análise fílmica consiste em não ver o filme, mas revê-lo examinando tecnicamente, num processo de desmontagem das cenas e produções de significados.

Após a delimitação da série Big Mouth para análise, foi escolhida a primeira temporada como recorte específico. Dessa maneira, os trechos da obra descritos a seguir estão presentes em episódios específicos da fase inicial da trama. Tais cenas foram escolhidas por ostentarem inúmeros elementos e debates relacionados às fases do desenvolvimento dos adolescentes.

Por conta da pluralidade de cenas, foram escolhidas duas situações específicas para cada fase do desenvolvimento dos adolescentes, ou seja, em cada subtópico são analisados dois acontecimentos da trama que se relacionam com os conceitos desenvolvimentistas e revelam aspectos físicos, cognitivos e psicossociais dos púberes.

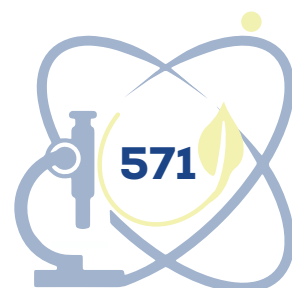


Tabela 1 – Divisão das Cenas

Nome do Episódio	Episódio	Fase do Desenvolvimento
O milagre da ejaculação	01	Físico
Todo mundo sangra	02	Físico
Réquiem para um sonho erótico	07	Cognitivo
Garotas Também Sentem Tesão	05	Cognitivo
O milagre da ejaculação	01	Psicossocial
Sou gay?	03	Psicossocial

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na tabela acima estão descritos os episódios com as cenas que serão analisadas e as respectivas fases que se relacionam aos acontecimentos da série. Em toda a análise, buscamos relacionar as cenas com produções e teóricos consagrados da área, como Papalia e Feldman (2013), Amaral (2007), Berger (2017) e Maurício Knobel (1981), assim como, foram trazidos estudiosos contemporâneos.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Desenvolvimento físico do adolescente

Com os óculos das teorias do desenvolvimento humano, assistir a série Big Mouth é uma oportunidade de esmiuçar a fascinante fatalidade que é a puberdade. A animação se mostra importante e escancara, com um humor inteligente e apelativo, as variantes que chegam nessa fase. De modo natural e acessível, consegue explorar as mudanças físicas (características sexuais), essas que são vistas pelos adolescentes como desconfortáveis e/ou constrangedoras.

No primeiro episódio, O milagre da ejaculação (ou Ejaculation), Andrew é convidado para dormir na casa de seu amigo Nick. Nesse processo, uma cena que denota o ápice do constrangimento, aborda os personagens e cria uma narrativa importante a ser analisada. No que decorre, Andrew sai do banheiro do quarto de Nick, semidespido sob o uso de uma toalha que envolve a sua cintura e é surpreendido ao ver o amigo saindo do armário (literalmente) com a tentativa de lhe gerar um susto, logo efetuada. Com tal feito, a toalha que cobre parte do corpo de Andrew vai ao chão e seu falo fica em evidência aos olhos de seu colega. Não obstante, o que poderia ser uma cena totalmente natural, por serem



dois amigos no qual desfrutavam de certas intimidades, é remoído no decorrer da noite e na manhã seguinte, ocasionando um entrave nessa amizade que passa a ser vivida sob vergonha.

Aos olhos de quem assiste, o momento vivido pelos dois adolescentes em questão, pode alavancar questionamentos sobre os motivos que levaram à situação embaraçosa gerada. Entre muitos aspectos que podem ser mencionados, em seu tocante, despertaria em Nick ou/e em Andrew alarmes de uma masculinidade frágil? Traços de espanto ao ver um corpo nu, cujo não era dono ou, até mesmo, estar intrigado ao perceber as diferenças do corpo alheio? Com o desenvolver da cena, é encontrado nesse último questionamento, os motivos da inquietação de Nick, pois o pênis mais avantajado e a presença de pelos pubianos no corpo de Andrew divergia completamente de sua realidade, ainda que ambos tivessem a mesma idade.

No entanto, tal diferença de corpos e até mesmo do processo de desenvolvimento da puberdade e dos caracteres sexuais, apesar de universais, implicam e denotam o processo de amadurecimento tardio ou precoce nos púberes, sob outras influências externas e internas do indivíduo para além do processo em si, assim como dizem Lourenço e Queiroz (2013, p. 70-71) em *Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência*:

O crescimento e o desenvolvimento são eventos geneticamente programados, da concepção ao amadurecimento completo, porém fatores inerentes ao próprio indivíduo (constitucionais ou intrínsecos), e outros, representados por circunstâncias ambientais, podem induzir modificações nesse processo. Fatores climáticos, socioeconômicos, hormonais, psicossociais e, sobretudo, nutricionais são alguns dos interferentes do processo de crescimento e desenvolvimento.

Por conseguinte, é possível observar a aparição das características sexuais secundárias presentes no processo de puberdade, que em geral, os adolescentes, são consignados a viver. Características essas que, segundo Papalia e Feldman (2013, p. 390), são “as alterações na voz e na textura da pele, o desenvolvimento muscular e o crescimento de pelos púbicos, faciais, axilares e corporais”.

Não obstante, a partir do que é exposto no episódio, O milagre da ejaculação (ou *Ejaculation*) e narrado em parágrafos anteriores, nota-se o quão a

adolescência, como constructo social, pode ser marcada por constrangimentos e traumas sob motivações que facilmente seriam controladas em uma fase adulta. A despedida de um corpo infantil e a chegada de um corpo maduro sexualmente e fértil, é ritualístico e carrega consigo demandas sociais, emocionais e psicológicas de extrema relevância para serem discutidas e validadas.

No segundo episódio da primeira temporada, *Todo mundo sangra* (*Everybody bleeds*), a primeira menstruação da personagem Jessi é o foco principal. A situação acontece durante uma visita à Estátua da Liberdade, passeio realizado pela escola. A garota usa um short branco, fato que evidencia questões para além do processo biológico de maturação sexual.

A menarca, nome dado para a primeira menstruação, é a sinalização mais importante sobre a maturidade sexual das meninas. De acordo com o livro, *Desenvolvimento Humano*, de Papalia e Feldman (2013), não existe uma idade certa para o processo acontecer, mas geralmente ocorre entre os 10 e 16 anos de idade. Sendo um caractere sexual primário feminino, Ratti *et al.* em *O Tabu da Menstruação Reforçado pelas Propagandas de Absorvente* (2015, p. 2), definem que:

A menstruação consiste na eliminação de sangue e partes de endométrio pela vagina quando as taxas sanguíneas de hormônios FSH e LH diminuem drasticamente. Ou seja, a menstruação é a eliminação da parede uterina não utilizada para sustentar um embrião quando não há fecundação.

Mas como pontuado anteriormente, o fato da personagem Jessi vivenciar sua menarca supera a biologia e abre espaço para discussões acerca do tabu da menstruação diante a sociedade. A garota usa um short branco, e esse fica manchado de sangue menstrual quando ela sobe as escadas para ir até o topo da Estátua da Liberdade, aparentemente animada. Até que, um de seus amigos comenta sobre essa mancha, antes despercebida, que faz surgir uma preocupação na garota, no intuito de tentar esconder o ocorrido. Para isso, ela se tranca no banheiro, espaço sem estrutura para suprir suas necessidades, faltando até mesmo papel higiênico, e então cresce na adolescente um sentimento de vergonha.

Mais tarde, todos ficam sabendo sobre a menarca da menina e os comentários inoportunos e ignorantes logo aparecem. A menstruação de Jessi é vista pelos colegas e professores como algo ruim que deve ser crucificado, e



isso chega até ela de forma negativa. Situações como esta são resultados do sistema patriarcal, que silencia as vivências femininas e impede que exista um diálogo aberto, principalmente entre as mulheres, sobre esse processo (RATTI *et al.*, 2015). Essa falta resulta em momentos constrangedores, acarretando insegurança, falta de apoio, sentimentos de impureza e frustração.

Menarcas acontecem todos os dias. Não tensionar discursos sobre a menstruação de forma natural, sem tentar atenuar com terminologias do tipo “naqueles dias”, além de impactar negativamente tantas meninas, também reforça a ideia de corpo perfeito e esconde esse processo natural. Aliás, por ser um processo natural não deveria ser tratado como um defeito.

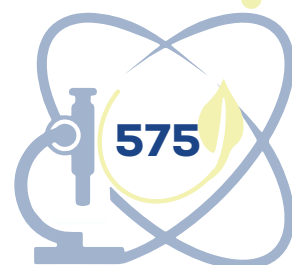
3.2 Desenvolvimento cognitivo do adolescente

O adolescente é um sujeito em vias de transformação, atravessado por um processo profundo de revisão ao seu mundo interno e as suas heranças infantis, visando a adaptação ao seu novo corpo, novos pensamentos e obstáculos. A série em questão, faz-se imperiosa a análise do desenvolvimento cognitivo, que por sua vez, é característica fundamental nessa construção que é a adolescência.

No sétimo episódio da obra, “Réquiem para um sonho erótico”, há um momento em que Andrew conversa com o seu “monstro hormonal” e disserta um pouco sobre a criação do mundo. Ele relata que a vida teria começado a partir de uma relação sexual entre um Alien gigante e o planeta terra. No entanto, vê-se o desenvolvimento de um raciocínio sobre proposições reais ou imaginárias acerca da existência da vida.

Segundo Piaget (2002), as mudanças relacionadas à maneira como os adolescentes raciocinam sobre si mesmos, seus relacionamentos pessoais, a própria sociedade e o mundo em que vivem, estão diretamente ligados ao estágio de operações formais. Ao mesmo tempo, a etapa também é caracterizada pelo desenvolvimento da habilidade de manipular informações, formular conteúdos puramente abstratos, símbolos e metáforas.

No entanto, o pensamento formal é essencialmente hipotético-dedutivo, em que a dedução se refere a enunciados hipotéticos, e isto, independente do seu caráter real. Dessa forma, consiste na ligação de suposições e a partir delas deduzir



o seu “fim”, mesmo que a sua verdade experimental não ultrapasse o possível.

É essa inversão de sentido entre o real e o possível que, mais que qualquer outra propriedade subsequente, caracteriza o pensamento formal: em vez de apenas introduzir um início de necessidade no real, como ocorre nas inferências concretas, realiza desde o início a síntese entre o possível e o necessário, deduzindo com rigor as conclusões de premissas, cuja verdade inicialmente é admitida apenas por hipótese, indo assim para o real (PIAGET, 1970, p. 188).

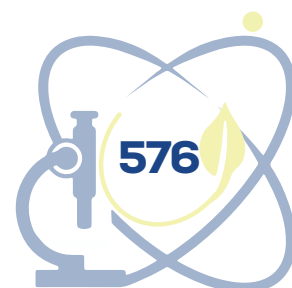
No quinto episódio da série, intitulado “Garotas Também Sentem Tesão” (ou “Girls Are Horny Too”), a adolescente Jessi vivencia um dilema de grande valor cognitivo o qual demonstra como o egocentrismo se articula na mente de um adolescente. A garota decide ir à escola com um sutiã vermelho, sendo para ela um símbolo para as mudanças corporais que as adolescentes enfrentam, ela passa a acreditar que isso a tornará o centro das atenções. Com essa crença distorcida estabelecida, sua “Monstra do hormônio” passa a ditar os pensamentos da garota, cantando uma melodia que a faz crer que todos passam estão observando-a, sendo objeto de admiração e inveja.

Alguns autores ocuparam-se do estudo do egocentrismo metafísico na adolescência. Segundo Elkind e Weiner (1978), este egocentrismo surge da incapacidade do adolescente em distinguir entre seu pensamento e os dos outros. Não conseguindo estabelecer esta diferenciação, os adolescentes passam a julgar que há uma preocupação exacerbada dos outros com ele.

Essa incapacidade é bem descrita na cena à medida que a “Monstra hormonal” da Jessi passa a cantar uma narrativa e a partir dela as reações dos demais colegas no corredor vão acontecendo. Dessarte, é perceptível o misto de pensamentos da própria adolescente e as hipóteses que ela estabelece sobre os pensamentos de seus amigos unindo-se em um único discurso.

Segundo Valença (1985), o desenvolvimento cognitivo do estágio operacional formal habilita o adolescente a conceituar sua própria capacidade de pensar. Essa habilidade admite também que estabeleça uma conceituação em relação ao pensamento de outro.

Conforme é descrito na cena, o egocentrismo elabora na mente dos adolescentes uma audiência imaginária, a qual consiste na crença de que estão



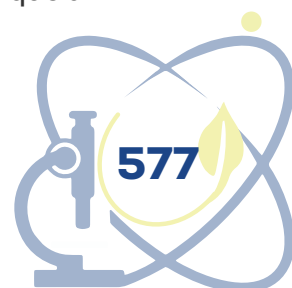
no centro do palco, com todos os olhos voltados para eles. Nesse processo, imaginam como as outras pessoas podem reagir às suas aparências e comportamentos. Esse conceito, pode ser comparado a uma ou mais hipóteses que o púbere acredita estar relacionado aos pensamentos dos que constituem sua plateia. Essa capacidade é o ponto crucial do egocentrismo adolescente (BERGER, 2017).

Valença (1985) afirma que, enquanto não for superado, o egocentrismo impede que o adolescente cresça no plano social. Esse processo é descrito no fim da cena, na qual após ser alvo de todos os olhares no corredor, Jessi se constrange. Como atitude, ela acaba correndo ao banheiro para chorar e decide que não irá usar o sutiã, por se sentir incapaz de lidar com toda a atenção que sua plateia imaginária proporciona.

3.3 Desenvolvimento psicossocial na adolescência

As alterações físicas, cognitivas e psicológicas que ocorrem na adolescência, influenciam diretamente nas relações familiares, grupais e institucionais do indivíduo. O corpo e a mente se transformam, e com isso o sujeito é conduzido a alterar sua visão de mundo e suas respectivas socializações. Conforme Aberastury e Knobel (1981, p. 26), esse período “deve ser tomado como um processo universal de troca, de desprendimento, mas que será influenciado por condições externas peculiares de cada cultura, que o favoreceram ou dificultaram, segundo as circunstâncias”. Assim, há busca por maior autonomia e ampliação dos coletivos que o púbere íntegra.

Um dos aspectos psicossociais, que se apresenta com maior intensidade nesse período, são as formas de parentalidade, estas, “se estabelece no momento em que o casal se torna pais” (MUNHOZ, 2017, p. 17). Na série analisada no presente trabalho, esse conceito se introduz em duas cenas sequenciadas do episódio um, intitulado de O milagre da ejaculação. Nele, o adolescente Nick, junto dos seus pais Elliot e Diane, deixam seu amigo Andrew em casa. Após a despedida, a mãe percebe seu filho estranho e questiona o motivo do colega não passar o resto do fim de semana com eles. O garoto afirma que não foi nada, mas os pais insistem e declaram que ele pode contar qualquer coisa. Assim, o jovem acaba relatando que viu Andrew nu; os pais o interrompem, pensando que a

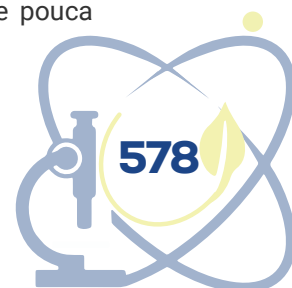


conversa é sobre a sexualidade de Nick, deixando claro que não haveria problema algum se ele fosse homossexual, numa conversação espontânea e natural. Nesse momento, percebemos presentes os aspectos da boa relação familiar definidos por Berger (2017), que são: a comunicação, um apoio que demonstra confiança, a interligação no sentido de proximidade e o controle, relacionado ao encorajamento que os cuidadores dão à Nick para desenvolver autonomia com a sua sexualidade. Nessa lógica, percebe-se um vínculo estável e harmônico.

Após a fala de seus pais, Nick explica que o motivo da sua indiferença não seria sua sexualidade, mas sim o fato de perceber que os órgãos sexuais do seu amigo estavam mais desenvolvidos. Com naturalidade, Elliot e Diane explicam que Andrew está iniciando o período da puberdade, elucidando como esse processo físico se dá e quais são características físicas da fase. Nessa lógica, é perceptível um modelo de parentalidade (formas de criação dos filhos) mais democrático e flexível. Papalia e Feldman (2013), afirmam que essa forma de relação promove o desenvolvimento psicossocial mais saudável no adolescente. Conforme as autoras, ao mesmo tempo que esses cuidadores se agarram a valores e normas importantes, também estão dispostos a ouvir e explicar seus filhos. Em geral, buscam exercer controle sobre a conduta e não sobre as crenças, sentimentos ou senso de identidade dos jovens. “Eles se consideram como guias e não autoridades (diferente dos pais com estilo autoritário) nem amigos (diferentes dos pais permissivos)” (BERGER, 2017, p. 218).

Em seguida, a mãe de Nick comenta que a mesma abertura ao diálogo que eles possuem com Nick, os cuidadores de Andrew também dispõem. Contudo, a cena seguinte mostra Bárbara, mãe de Andrew, constrangida ao tentar explicar ao filho como se usa uma camisinha, demonstrando a prática utilizando uma banana. Logo depois, Marty, o pai, entra no quarto indignado com a cena. A esposa explica que o médico recomendou esclarecer tais questões para o garoto e o homem argumenta que o jovem não precisa aprender nada. O púbere tenta dialogar com seu cuidador, mas ele demonstra agressividade, afirmando: “Da próxima vez que achar que precisa de algo, cale a boca!”. Por fim, ele categoriza o garoto como um “maníaco sexual”. Tal situação, configura um estilo de parentalidade autoritário, definido como:

Uma forma de criação dos filhos caracterizada por altos padrões de comportamento, rígidas punições para a desobediência e pouca



comunicação entre pais e filhos. A palavra do pai autoritário é lei, não deve ser questionada. A desobediência leva à punição rigorosa, muitas vezes física. Os pais autoritários criam regras claras e mantêm padrões altos. Não esperam que os filhos opinem; e discussões sobre sentimentos são raras (BERGER, 2017, p. 218).

Um fator que pode ter influenciado o comportamento tão rígido do pai, seria o Cristianismo. Conforme Munhoz (2017 *apud* PEREIRA, 2003), a partir do reconhecimento da família como um sacramento, a Igreja Católica passou a interferir no contexto do grupo e combater qualquer situação que pusesse em risco essa instituição. Ou seja, o autoritarismo de Marthy pode ter fortes influências das suas concepções religiosas em torno da sexualidade. Esse estilo agressivo de parentalidade, pode fazer com que o púbere rejeite a influência dos cuidadores e busque aprovação de outros grupos.

Nessa lógica, percebemos que os modos de parentalidade são capazes de influenciar diretamente os adolescentes, levando a tensões e conflitos que podem ter formas de resoluções leves ou desfechos mais complicados. A implicação na vida dos jovens pode ser preocupante, pois, como afirma Berger (2017, p. 351), “quando o conhecimento dos pais é o resultado de um relacionamento caloroso, apoiador, os adolescentes têm mais chances de se tornar adultos confiantes, bem educados, evitando drogas e sexo arriscado”. Isso quer dizer que, criar os filhos de forma coercitiva pode gerar intensos impactos na vida psicossocial desses sujeitos.

Uma outra temática que se destaca na série, é a busca de si mesmo e da identidade, um dos sinais que caracteriza a síndrome da adolescência normal de Mauricio Knobel. Na cena, que pertence ao episódio três, intitulado com a pergunta “Sou gay?”, Nick questiona se seu amigo Andrew é homossexual. A pergunta deixa o jovem confuso, pois nem ele sabe se realmente sente atração sexual pelo mesmo sexo, já que, não desenvolveu nenhuma aproximação fosse com meninos ou meninas. A indagação iniciou, após o garoto ficar excitado assistindo ao trailer do filme *Lenhador* em Nova Iorque, estrelado por um homem másculo chamado *The Rock*. Quando isso ocorre, seu monstro da puberdade aparece e traz à tona a mesma questão que Nick. Inicialmente ele fica em negação total, mas durante o diálogo começa a refletir que a possibilidade pode ser real. Papalia e Feldman (2013), apontam que embora esse processo seja estimulado através

da biologia, sua expressão também é definida culturalmente. Para as autoras, é na adolescência que o sujeito começa a ver-se como um ser sexual e reconhece sua orientação, construindo assim, a identidade sexual. Esse processo afeta profundamente a autoimagem e os relacionamentos, o que fica claro na trama pela apreensão de Andrew em não saber o se é ou não homossexual.

Conforme Amaral (2007), quando Maurício Knobel define uma “normal anormalidade” da síndrome do adolescente, não quer dizer necessariamente que exista uma patologia, mas que esta seria a maneira de simplificar a compreensão desse período da vida. O próprio autor, em um dos seus escritos, pontua esse desacordo:

[...] aceito a contradição que significa o associar síndrome, que implica entidade clínica, com normalidade, da adolescência, como uma representação esquemática do fenômeno. A definição de uma “normal anormalidade”, não significa que está identificando algo patológico, mas serve somente para facilitar a compreensão desse período da vida (ABERASTURY; KNOBEL, 1981, p. 29).

Isso quer dizer que, nesse momento, o indivíduo vivencia desequilíbrios, conflitos afetivos e outras experiências que vão construir uma entidade semi patológica. Um dos aspectos desse período, é a busca por si mesmo e a identidade (já citada anteriormente), que está relacionada ao processo de ter um corpo em mutação, lidar com as expectativas da sociedade e a partir daí se transformar, já que a infância foi abandonada (AMARAL, 2007). É geralmente na adolescência, que a orientação sexual entra em questão. Nesse processo, as fantasias, atrações ou experiências ocasionais passam a acontecer, sem necessariamente determinar se o sujeito é atraído por pessoas do outro, do mesmo ou de ambos os sexos (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Essa busca incessante por definir-se é intensa. De acordo com Aberastury e Knobel (1981), a adolescência obriga o sujeito a reestruturações constantes tanto externas quanto internas. No processo de conquista dessa identidade, o jovem se vê entre o refúgio do seu passado e a tentativa de projetar-se para o futuro. Amaral (2007), explica que é natural o púbere passar horas se questionando sobre si mesmo, em processos de comparação e busca por normalidade ou aceitação. Com isso, ele tende a ter identidades transitórias, ocasionais ou circunstanciais, vivenciadas com objetivo de compreender melhor sua intimidade. Na cena analisada, esse desenvolvimento fica claro, pois as fantasias que



Andrew experienciou até então, eram da ordem da heterossexualidade. A partir do momento que a excitação com uma figura masculina acontece, ele percebe uma estranheza em si mesmo, que o faz se questionar. Em suma, a busca de si mesmo e da identidade é um processo conturbado.

4 CONCLUSÕES

Apresentamos anteriormente, a análise crítica da obra Big Mouth, que conta a história de adolescentes como: Nick Kroll, Andrew Goldberg, Mark Levin e Jennifer Flackett, substanciados a viver situações desde cômicas, ao dar início as atrações afetivos/sexuais, suas preferências e afínco em grupos sociais, até momentos dramáticos da puberdade e suas consequências físicas, cognitivas e psicossociais, atravessando os mundos e submundos que são criados e desbravados nessa fase socialmente construída, chamada adolescência.

Evidenciamos, a partir do que nos foi proposto, reflexões sobre manifestações que permeiam essa fase, por meio da conceitualização dos eventos descritos na obra, alinhado aos conceitos estudado, sob a finalidade de provocar questionamentos para além das narrativas da psicologia da aprendizagem e para aquém do campo social no qual estamos inseridos, repleto de estigmas, mitos e silenciamentos que reverberam na vida dos adolescentes como invalidação de subjetividades criadas durante a fase do adolecer.

Outrossim, fica o apelo para que existam mais obras como Big Mouth com o foco de abrir espaço para análises e discussões sobre o que é ser adolescente, e que estejamos mais despidos de preconceitos para apoiar esses jovens nas suas descobertas, uma vez que essa fase se apresenta de forma complexa, geralmente estressante e, em alguns casos, dolorosa. Cabe ao campo da ciência psicológica, pensar em possibilidades interventivas em psicoeducação nas instituições que adolescentes estão inseridos, propondo capacitações aos profissionais inseridos, para agirem de forma mais empática com os jovens. Ademais, faz-se necessário que esses produtos cheguem até as escolas e famílias e levem esses agentes a reflexões, causando mudanças positivas que fortaleça mais ainda uma possível rede de apoio dos púberes.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

AMARAL, Vera Lúcia do. **Psicologia da educação** – Como se aprende: o papel do cérebro. Natal, RN: EDUFRN, 2007.

BERGER, Kathleen Stanssen. **O desenvolvimento da pessoa**: do nascimento à terceira idade. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cadernos CEDES**, [s. l.], v. 24, n. 62, p. 26-43, abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/znYxDSw7jfGgv4LTKbbS8Tj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.069%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da,Adolescente%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.%201%C2%BA%20Esta%20Lei%20disp%C3%B5e,%C3%A0%20crian%C3%A7a%20e%20ao%20adolescente. Acesso em: 20 abr. 2021.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia na adolescência**: normalidade e psicopatologia. Petrópolis: Vozes, 1987.

DAVIM, Rejane Marie Barbosa *et al.* Adolescente/adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida. **Rev. Rene**, Fortaleza, v. 10, n. 2, p. 131-140, abr./jun. 2009. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4787>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ELKIND, David; WEINER, Irving B. **Development of the Child**. New York: John Wiley & Sons, 1978.

LOURENÇO, Benito; QUEIROZ, Lígia Bruni. Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência. **Revista de Medicina**, São Paulo, v. 89, n. 2, p. 70-5, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/view/46276/49930>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MUNHOZ, Deise Parula. **Parentalidade**: fortalecimento das relações entre pais e filhos adolescentes. 2017. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.

OLIVEIRA, Maria Claudia Santos Lopes de. Identidade, narrativa e desenvolvimento na adolescência: uma revisão crítica. **Psicologia em Estudo**,



Maringá, v. 11, n. 2, p. 427-436, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/pB6Rn6NbJgKzRb3dvn35qtn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Cláudia. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1981.

RATTI, Claudia Ramos *et al.* O tabu da menstruação reforçado pelas propagandas de absorvente. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. [S. l.: s.n.], set. 2015. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0436-1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VALENÇA, José Telmo. Egocentrismo adolescente: revisão bibliográfica dos principais estudos recentemente publicados. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 63-66, jan./jun. 1985. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10768/1/1985_art_jtvalenca.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008: 1994.

WHO, World Health Organization. **Young People's Health** – a challenge for society: report of a who study group on young people and health for all. Geneva: WHO, 1986.

FAMÍLIAS FORTES:

TRABALHANDO O VÍNCULO FAMILIAR COMO FORMA DE PREVENÇÃO

Beatriz Vitória de Barros Santos¹

Emilly Alves de Oliveira²

Liana de Andrade Esmeraldo Pereira³

Cícera Mônica da Silva Sousa Martins⁴

Waléria Maria Menezes de Moraes Alencar⁵

RESUMO

Introduzido no país a partir de resultados obtidos na América do Norte, o Programa Famílias Fortes foi criado e adaptado à realidade das comunidades brasileiras no ano de 2021. Por meio de parcerias com as prefeituras de diversas cidades do Brasil, está sendo implementado com o intuito de disseminar habilidades de comunicação com o objetivo de melhorar a qualidade dos vínculos familiares, visando a prevenção de situação de risco aos jovens, como uso abusivo de álcool e drogas, evasão escolar, gravidez na adolescência, entre outros. Tendo em vista esse panorama, o objetivo deste estudo é analisar os resultados obtidos pelo programa nos seus dois primeiros ciclos de atuação. A metodologia utilizada se baseia na oferta de um curso de capacitação, envolvendo um familiar responsável e um jovem com idade entre 10 e 14 anos. Os encontros totalizam 7 semanas, sendo realizados uma vez por semana; as temáticas trabalhadas são diversas -

¹ Graduanda em Administração Pública e Gestão Social (UFCA), bolsista no projeto Programa Famílias Fortes. E-mail: vitoria.barros@aluno.ufca.edu.br

² Graduanda em Administração Pública e Gestão Social (UFCA), bolsista no projeto Programa Famílias Fortes. E-mail: emilly.oliveira@aluno.ufca.edu.br

³ Docente do curso de Administração (UFCA). Coordenadora do projeto Programa Famílias Fortes. E-mail: liana.esmeraldo@ufca.edu.br

⁴ Doutoranda em Psicologia (UFC). Colaboradora Voluntária do projeto Programa Famílias Fortes. E-mail: monicamartins_sousa@hotmail.com

⁵ Docente do curso de Administração Pública (UFCA). Coordenadora Adjunta do projeto Programa Famílias Fortes. E-mail: waleria.menezes@ufca.edu.br

metas e sonhos, lidar com a pressão dos amigos, amor e limites, e ao longo da execução, podemos acompanhar a evolução dos participantes de acordo com as atividades propostas. Este programa é financiado pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos em parceria com a Universidade Federal do Cariri, por meio da Fundação ASTEF (Associação Técnico-Científica Eng.º Paulo de Fronti) Na execução, dispõe da colaboração da Secretaria de Desenvolvimento Social e do Trabalho da cidade de Juazeiro do Norte por meio do *Centro de Referência em Assistência Social – CRAS*.

Palavras-chave: Assistência Social; Tecnologia social; Prevenção de riscos; Vínculos familiares.

ABSTRACT

Introduced in the country based on results obtained in North America, the Strong Families Program was created and adapted to the reality of Brazilian communities in the year 2021. Through partnerships with the municipalities of several cities in Brazil, it is being implemented with the aim of disseminate communication skills with the aim of improving the quality of family ties in order to prevent risks to young people, such as: abusive use of alcohol and drugs, truancy, teenage pregnancy, among others. The methodology used is based on the offer of a training course, involving a responsible family member and a young person aged between 10 and 14 years, the meetings total 7 weeks, being held once a week, the themes worked are diverse - goals and dreams, deal with pressure from friends, love and limits, and throughout the execution we can evaluate the evolution of the participants according to the proposed activities. This program is financed by the Ministry of Women, Family and Human Rights in partnership with the Federal University of Cariri, through the ASTEF Foundation (Technical-Scientific Association Eng.º Paulo de Fronti). In execution, it has the collaboration of the Department of Social Development and Labor of the city of Juazeiro do Norte through the Reference Center for Social Assistance – CRAS.

Keywords: Social Work; Social technology; Risk prevention; Family ties.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Famílias Fortes (PFF), oriundo da Europa, foi criado como uma ferramenta de mudança social que visa a redução de comportamentos de risco entre os jovens, fortalecimento das relações familiares e o bem-estar dos membros da família; adaptado à realidade brasileira o programa que se chamava *Strengthening Families Programme (SFP-UK)* passa a se chamar Famílias



Fortes (BRASIL, 2021). Ofertado pelo departamento de educação, na Inglaterra, o programa tem por objetivo inovar na assistência social buscando reduzir o número de jovens que chegam a necessitar de atendimento. Publicado pela primeira vez em seis de abril de dois mil e dezenove, o governo da Europa investiu mais de 84 milhões libras num período de cinco anos para que se disseminasse as metodologias do programa.

A partir da realidade local vivenciada pela equipe do projeto, foram necessárias adaptações ao modelo proposto pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMDH), mantendo-se o cumprimento das premissas estabelecidas. De uma forma geral, a estrutura do projeto preconiza a realização de sete encontros, um por semana, e como meta, atingir um total de 60 famílias por território. Em parceria com os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, o programa pretende se inserir como uma das atividades desenvolvidas, com o intuito de aproximar da realidade da comunidade os programas sociais desenvolvidos diretamente para a população.

O programa se constitui com a participação de dois membros familiares, sendo um jovem com idade entre 10 e 14 anos, e um responsável - seja ele pai, mãe ou tutelar do jovem participante. Constitui-se como objetivo geral o bem-estar dos membros da família a partir do fortalecimento de seus vínculos e do desenvolvimento de habilidades parentais e sociais. Os objetivos específicos são:

- Ensinar pais e filhos a desenvolverem maneiras eficazes de comunicação e relacionamento.
- Mostrar aos pais a importância de apoiar seus filhos.
- Ajudar os pais a disciplinar e orientar seus filhos de forma eficaz.
- Orientar os filhos sobre como compreender e valorizar seus pais.
- Ensinar os filhos a lidar com o estresse e a pressão dos amigos.
- Promover uma expectativa de futuro aos jovens.

A partir da contextualização de como é desenhada essa política social e como ela pode ser desenvolvida de forma contextualizada no território cearense, o presente trabalho busca analisar os resultados obtidos pelo programa nos seus dois primeiros ciclos de atuação, realizados nos territórios dos bairros Frei Damião e João Cabral, no município de Juazeiro do Norte – CE. Tal escolha justifica-se pela necessidade de pensar a aplicabilidade desta tecnologia social



e como ela se adequa ao contexto local.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O início da implementação do programa nas comunidades da cidade de Juazeiro do Norte se originou no bairro Frei Damião, em parceria com o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) do território. A realização do curso se deu por uma divisão das atividades em quatro dias durante a semana, sendo de segunda à quinta-feira durante o turno da tarde; este ciclo foi implementado no ano de 2021, nos meses de novembro e dezembro. Para os jovens, não houve problemas quanto a horários, pois eles se encontravam em período letivo em módulo online, o que facilitava a participação das famílias quanto à gestão de horários em casa. Obtivemos um total de 45 famílias concludentes do curso.

Durante a inserção do programa, neste bairro, houve adaptações à realidade das famílias da comunidade. Em alguns casos, foram abertas exceções quanto ao número de membros familiares a participarem do curso, no caso de gêmeos; mais de um jovem da mesma família com idades dentro do proposto, além de jovens com idade fora do proposto na premissa inicial do programa. Mesmo com essas adaptações, as dinâmicas não foram prejudicadas e conseguimos com que tanto os jovens, como também os responsáveis alcançassem o final do curso com sucesso.

Na aplicação da primeira turma de mães, pais e responsáveis, os encontros iniciais foram realizados e obteve-se pouca participação dos responsáveis. Todavia, com o decorrer das apresentações dos temas e da abertura para falar, foi se criando um ambiente de conforto, onde alguns responsáveis se sentiam à vontade para falar até relatos de “dentro de casa”. A metodologia realizada, se deu pelas sugestões do manual dos facilitadores, onde aplicamos dinâmicas, atividades no caderno, vídeos e rodas de conversa.



Figura 1 – Roda de conversa responsáveis



Fonte: Projeto Famílias Fortes (2021).

Com o grupo de crianças e adolescentes, foi realizada uma atividade no último encontro, uma Carta aos Responsáveis; nela, a criança descreve o que aprendeu nos encontros e quais encontros mais gostou. A carta foi escrita para ser entregue aos responsáveis, mas serviu de instrumento avaliativo das atividades desenvolvidas, além de identificar o alcance dos objetivos e resultados.

Para implementar o Programa Famílias Fortes na comunidade do bairro João Cabral na cidade de Juazeiro do Norte, foram realizadas parcerias e trabalho conjunto com a equipe técnica responsável pelo bairro, o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) que atuou conjuntamente na busca pelas famílias que se adequam aos parâmetros solicitados para receber o curso, assim como cedeu o espaço para que as atividades pudessem ser efetivadas.

As atividades desenvolvidas no ciclo referente ao bairro João Cabral foram executadas nos turnos da manhã e tarde, em dois dias na semana, durante os meses de março a abril do ano corrente, com o objetivo de alcançar o maior número de famílias. O programa almeja alcançar um total de 60 famílias por ciclo, entretanto, neste, obtivemos um total de 41 que conseguiram se formar no curso ofertado. Sendo realizados uma turma para mães, pais ou responsáveis, uma para os jovens, e posteriormente uma turma para debater em conjunto a temática trabalhada no dia.

As turmas com os jovens foram compostas a partir da disponibilidade

deles em relação aos horários, para que não chocassem com as aulas regulares. O tempo determinado para cada encontro buscou não ultrapassar a disponibilidade das mães, já que muitas expressaram que o trabalho com a casa e cuidar dos outros filhos também demandam muito tempo de suas rotinas.

As atividades abordaram diversas temáticas a fim de trabalhar o incremento nas relações dos jovens com os pais, colegas de escola, professores, trabalhando a qualidade da comunicação, auxiliando a lidar com o estresse, compreendendo a importância de seguir regras, assimilar que as nossas ações geram consequências que podem trazer problemas, dentre outras. As discussões temáticas possibilitam avaliar a evolução dos jovens, por meio de rodas de conversa, o que proporcionou que pudessem expressar suas experiências após a aprendizagem adquirida nos encontros.

Figura 2 - Dinâmica do grupo dos jovens



Fonte: Projeto Famílias Fortes (2021).

As atividades realizadas nas turmas formadas pelas mães, pais e responsáveis, também foram realizadas em sete encontros. Esses encontros versam sobre a importância do bom convívio entre a família, a importância da proteção contra o abuso de substância e a relevância de receber e oferecer ajuda ao próximo; além dessas temáticas, é apresentada a percepção da criança/adolescente sobre realidades cotidianas, de forma a identificar a importância da compreensão e como essa visão fortalece o vínculo familiar. A abordagem realizada para executar a metodologia, foi por meio de apresentação de vídeos, encenações e rodas de conversas. Estes momentos de partilha foram vivenciados

como um espaço de liberdade, onde os responsáveis poderiam abordar qualquer temática sem nenhum julgamento.

Além dos 7 encontros semanais, também foi realizada a cerimônia de formatura para as famílias que finalizaram o programa, a elaboração de relatórios semanais de cada grupo facilitado, informando quais os principais pontos ocorridos no encontro, reuniões com a equipe do PFF, para organizar como seria realizado as atividades da semana e uma avaliação interna do ciclo, para quantificar os resultados conquistados.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O Programa Famílias Fortes – PFF está aplicado no decreto nº 10.883, de 6 de dezembro de 2021, do art. 8 que compete a Secretaria Nacional da Família a,

II – Formular políticas e diretrizes para a articulação dos temas, das ações governamentais e das medidas referentes à promoção e defesa da família; [...].

VI – Coordenar e articular ações com órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, e com outras Secretarias integrantes da estrutura organizacional básica do Ministério para: a) suporte à formação e desenvolvimento da família; b) fortalecimento dos vínculos familiares [...] (BRASIL, 2021, n.p.).

Ou seja, é de responsabilidade do Estado buscar realizar projetos e programas com o intuito de exercer a assistência social para as famílias brasileiras que vivem em situação de vulnerabilidade social.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é uma política ofertada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é obrigatória nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS). O PAIF consiste no fortalecimento dos vínculos familiares a partir da superação de situações de fragilidade social, das melhorias na qualidade de vida dos usuários, da inserção das famílias na rede de proteção social por meio de projetos, de programas e de serviços e da promoção de espaços coletivos e de trocas de experiências (BRASIL, 2012).

Outrossim, as ações são ofertadas por meio de oficinas, de atividades



comunitárias, encaminhamentos, entre outras, e o acompanhamento é feito através do Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) que objetiva superar as vulnerabilidades sociais por meio de intervenções diretas, atuando em rede, de modo transversal, com as diversas políticas públicas dos demais sistemas.

A prevenção é um dos principais objetivos das políticas voltadas à assistência social. Nesse sentido, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial vêm com a diretriz de promover benefícios às famílias que estão em situação de vulnerabilidade social. A priori, a primeira trata da ação antecipatória às ocorrências de situações de riscos, alinhada aos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), ofertando, por exemplo, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – que consiste em um espaço no qual as famílias podem expressar as suas dificuldades e, a partir disso, buscar as soluções na ótica coletiva (BRASIL, 2004).

A posteriori, a segunda aborda o atendimento integral e direto que visa solucionar a situação que já está exposta, vinculada aos Centros Especializados de Referências de Assistência Social (CREAS), atuando, por exemplo, com o Serviço Especializado em Abordagem Social – que atua na busca ativa para identificar as violações dos direitos.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) veio com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2004. O SUAS centraliza a atenção na família, assegurando a participação, as ações comunitárias e o direito à convivência familiar. Além disso, urge descartar que o território, a informação e o monitoramento das ações foram submetidos à expressiva importância na elaboração de projetos e de programas vinculados à política social (BRASIL, 2005).

Com a segurança da aplicação da assistência social na sociedade, buscando fortalecer os vínculos entre os membros da família, o Programa Famílias Fortes traz a importância da boa comunicação entre os responsáveis e filhos. Para o filósofo Georg Hegel (1821), família é o primeiro percurso para tornar o indivíduo ético para a sociedade, ou seja, a família normatiza, legaliza e educa o comportamento do indivíduo para a sociedade, ela é a primeira instituição de contato do indivíduo, e tem o objetivo de gerar estabilidade e segurança para a vivência social. Por motivos de fragilidade social, algumas vezes o vínculo para

a construção desse indivíduo de preparado para a sociedade, não se estabelece, pois os pais não possibilitaram uma relação saudável com o filho.

Vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o projeto Famílias Fortes está sendo implementado em diversos estados do Brasil com o intuito de, através do fortalecimento das relações familiares, treinar habilidades parentais que possam favorecer o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes por meio de habilidades socioemocionais, prevenindo o comportamento de risco, como o consumo de álcool e drogas, violência, abandono escolar, entre outras situações. O programa se constitui com a participação de dois membros familiares, sendo um jovem com idade entre 10 e 14 anos, e um responsável – seja ele pai, mãe ou tutelar do jovem participante.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

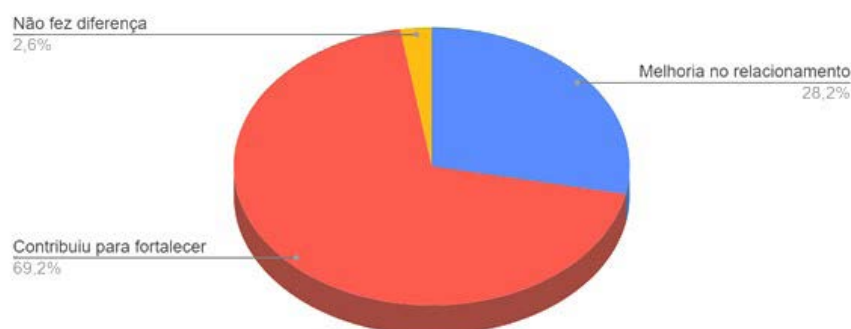
Ao concluir os ciclos nos Centro de Referências da Assistência Social – CRAS dos bairros Frei Damião e João Cabral, foi realizada uma avaliação interna com o objetivo de identificar os principais impactos alcançados com a aplicação do programa nas famílias. A avaliação interna foi realizada por meio de um questionário para cada família, com perguntas referentes aos encontros apresentados e se houve alguma mudança no comportamento familiar.

De acordo com as respostas adquiridas através do questionário, foi possível identificar que, cerca de 97,4% das famílias tiveram um impacto positivo no fortalecimento do relacionamento com os filhos, alcançando assim um dos objetivos do programa, a melhoria do diálogo, da compreensão e do vínculo familiar.



Gráfico 1 – Impacto do PFF nas famílias

Como você avalia o impacto do programa Famílias Fortes no seu relacionamento com seu(s) filho(s).

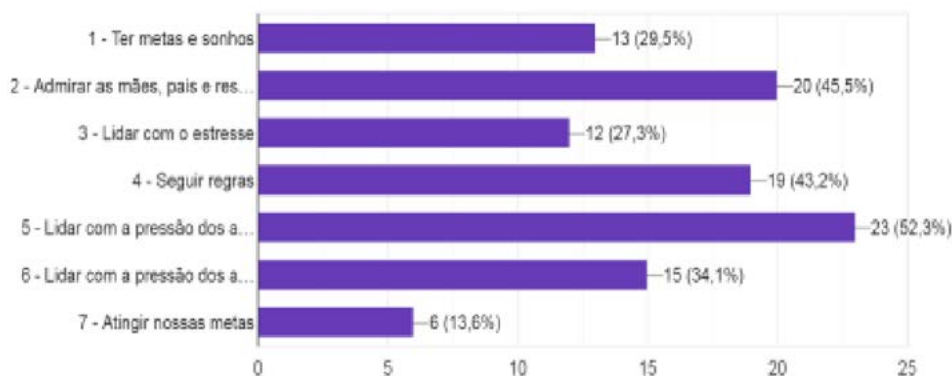


Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

De acordo com Cardoso (2004), um jovem de uma família que não oferece um ambiente de qualidade que não tenha abertura para diálogos e desenvolvimento emocional, possui grandes chances de apresentar problemas de ordem psiquiátrica, pois carregam os problemas da fase adolescência para a vida adulta. Dessa forma é possível perceber, com os resultados conquistados na implementação do Programa Famílias Fortes em bairros que necessitam de uma seguridade social, a uma melhoria do convívio familiar entre os participantes. Dessa forma notamos que o nível de jovens e adultos com fragilidades sociais têm a tendência de diminuir.

Os resultados obtidos por meio do grupo focal realizado com os jovens, ao final dos sete encontros, além de identificar o tema que consideraram mais importante aprender (gráfico 2), também ofereceu feedback se a relação com os familiares teve melhora significativa e se eles, enquanto filhos, descobriram novas formas de lidar com as dificuldades no desempenho deste papel. Além dos temas abordados nos 7 encontros com os jovens foi notado o desconhecimento a respeito da temática da educação em saúde (sexualidade), dificuldade quanto à leitura e escrita, inteligência emocional, dentre outras.

Gráfico 2 - Sessão temática de mais agrado aos jovens



Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Destacamos um momento especial relacionado à atividade de construção de cartas. Os relatos demonstraram o interesse dos jovens em participar das decisões familiares, assim como a utilização de habilidades aprendidas durante os momentos de curso para que melhorassem o convívio em casa, reforçando o impacto positivo das atividades no dia a dia das famílias.

Uma das dificuldades encontradas, ao longo do processo de implementação do projeto nos bairros Frei Damião e João Cabral, diz respeito à desvinculação de algumas famílias por incompatibilidade com a rotina e trabalho.

Nas inscrições do bairro Frei Damião, só foram alcançadas 45 famílias que iniciaram e concluíram 100% o programa, não ocorrendo nenhuma desistência.

Por motivos de incompatibilidade de horários e indisponibilidade de algumas famílias, apesar de interessadas, não foi possível alcançar o número de 60 famílias, entretanto, tendo em vista o cumprimento do cronograma agendado com o CRAS, foram iniciados os encontros com as famílias inscritas. Infelizmente, não se pôde controlar as desistências de algumas famílias durante a execução do programa na comunidade, entretanto, alcançamos a formação de 41 famílias.

Além de conseguir bons resultados de fortalecimento dos vínculos familiares, nas famílias que participaram do programa, foi possível evidenciar que houve uma aproximação entre as famílias da comunidade local com o CRAS do bairro João Cabral. Com a frequência no CRAS semanalmente, o acesso a outros projetos de caráter social, educativo e de saúde, teve maior visibilidade para as famílias que não faziam parte do CRAS, dessa forma iniciando a participação em outros projetos. Já no bairro Frei Damião, a relação entre a comunidade e o

CRAS que já demonstrava ser muito próxima, se tornou ainda mais eficaz, quando algumas famílias puderam receber o apoio e direcionamento que precisavam para inserção em outros programas comunitários, como o acompanhamento de alguns jovens com psicólogos e outros programas como o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o direcionamento para acompanhamento de insegurança alimentar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tomamos como base, o entendimento do conceito de família onde existe um grupo de pessoas às quais estão ligadas por algum grau de parentesco; e é nesse grupo de pessoas que as crianças aprendem a viver, e assim fortalecer os vínculos familiares e obter sua base educacional e emocional. É importante, portanto, que haja uma boa qualidade da comunicação dentro desse meio, para que então a criança se sinta segura e possa compartilhar suas inseguranças, recorrendo à família quando for preciso lidar com situações de risco.

Em famílias onde os pais não possuem habilidades em relacionamentos, a possibilidade de filhos vulneráveis afetivamente é bem maior. É através da família que grande parte dos valores morais bem como de conduta serão transmitidos para a criança. O Programa Famílias Fortes aborda tal temática com maestria, tendo em vista que pesquisas realizadas na América do Norte – local de criação e primeira implementação do projeto, demonstram que habilidades socioafetivas e ambiente de convivência seguros proporcionam um melhor desenvolvimento de jovens, onde é possível que eles se mantenham distantes de situações de risco, como o uso de álcool e drogas.

No Brasil, temos o projeto como uma possível política pública a ser disseminada em comunidades. Inicialmente está sendo difundido em locais que possuem maiores características de risco quanto ao envolvimento com o uso abusivo de álcool, como também o uso de drogas, além de comportamentos violentos. O projeto, em Juazeiro do Norte, tem como meta alcançar quatro regiões que fazem parte do mapa de risco em relação a tais temáticas.

Para implementação do projeto, foram necessárias adaptações metodológicas tendo em vista o perfil das comunidades participantes.



Destacamos a diversidade de metodologias empregadas na execução do programa que possibilitaram um espaço de compartilhamento de experiências.

Os momentos avaliativos trouxeram relatos exitosos de melhoria na qualidade das relações no ambiente familiar. Acrescentamos à dedicação e comprometimento da equipe, o apoio recebido pelos técnicos dos equipamentos onde as atividades foram executadas. Percebemos, inclusive, uma maior aproximação da comunidade com os CRAS dos bairros.

Iniciativas sociais ligadas ao fortalecimento de vínculos familiares merecem fazer parte da agenda política de criação de políticas públicas na área social, a partir de resultados como os obtidos nesse recorte temporal que podemos adequar não só o programa à realidade o qual foi inserido, mas podemos lidar com assertividade na aplicação dos recursos governamentais. Valorizar o processo avaliativo como uma base para discorrer sobre melhorias no sistema de assistência social municipal aproximando teoria e prática na execução do Plano Diretor dos Municípios visando a qualidade em políticas já existentes e fortalecendo a participação social na luta pela qualidade de vida, o PFF se caracteriza como uma tecnologia social capaz de aprimorar a gestão dos municípios sendo uma oportunidade de garantir a inserção política da comunidade nas decisões governamentais assegurada pela Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. **Orientações técnicas sobre o PAIF**: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 10.883, de 6 de dezembro de 2021**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. 229. ed. Brasília: Presidência da República, 2021.



O TRABALHO INFANTIL NO CAMPO: REFLEXÕES FRENTE AO CONTEXTO ATUAL

Ramon Robson Santos Romualdo

RESUMO

O presente trabalho realiza uma abordagem histórica sobre a trajetória do trabalho infantil no campo, buscando compreender o impacto deste para a formação das crianças e seu desenvolvimento. Debate-se a importância da legislação existente, e sua atuação no campo, apontando os obstáculos que interferem na aplicação e suas deficiências, bem como, sugere estratégias que podem beneficiar e auxiliar o processo de efetivação relacionando à prática de todos os responsáveis nesse processo. Busca-se compreender a relevância do trabalho desenvolvido por pais, agentes rurais, comunidade, escola, conselho tutelar e demais órgãos competentes na conscientização e regulamentação desse trabalho e sua representação e interferências possíveis refletidas na criança do campo. Tomam-se como base alguns conceitos de trabalho, trabalho infantil, campo e algumas legislações necessárias a todos os responsáveis pela vida da criança do campo para garantir o aprendizado e o desenvolvimento de cada uma. Como aporte teórico utilizou-se de Campos e Francischini além de Machado e outros. Conclui-se que nem sempre os agentes do conselho tutelar e as escolas estão suficientemente preparados para inserir essas leis de fato, muitos as utilizam apenas no sentido abstrato de forma ludibriosa em sua dinâmica de trabalho, mas é um cenário que vem mudando bastante nos últimos anos e que cada vez mais percebemos a criação e efetivação de leis que busca a erradicação dessa atividade exploratória. As famílias e as comunidades, no geral, estão tomando conhecimento da importância de retirar o trabalho pesado da vida cotidiana da criança do campo, buscando meios que possam atender as necessidades de cada uma de forma justa e legal.

Palavras-chave: Trabalho Infantil; criança do campo; legislação.

ABSTRACT

The present work carries out a historical approach to the trajectory of child labor in the countryside, seeking to understand its impact on the formation of children and their development. It discusses the importance of existing legislation, and its performance in the field, pointing out the obstacles that interfere in the application and its deficiencies, as well as suggesting strategies that can benefit and assist the process of implementation relating to the practice of all those responsible in this process. It seeks to understand the relevance of the work developed by country, rural agents, community, school, guardianship council and other competent bodies in the awareness and regulation of this work and its representation and possible interference reflected in rural children. Some concepts of work, child labor, field and some legislation necessary for all those responsible for the life of rural children are taken as a basis to guarantee the learning and development of each one. As a theoretical contribution, Campos and Francischini were used, in addition to Krieger and others. It is concluded that not always the agents of the tutelary council and the schools are sufficiently prepared to insert these laws in fact, many use them only in the abstract sense in a deceptive way in their work dynamics, but it is a scenario that has been changing a lot in the last few years. years and that we increasingly perceive the creation and implementation of laws that seek to eradicate this exploratory activity. Families and communities in general are becoming aware of the importance of removing the heavy work from the daily life of rural children, seeking ways that can meet the needs of each rural child in a fair and legal way.

Keywords: Child labor; rural children; legislation.

1 INTRODUÇÃO

A análise crítica dos acontecimentos no mundo contemporâneo leva a acreditar que a grande maioria dos problemas existentes tanto de ordem familiar, como de ordem cultural e social é atribuída à ausência de uma boa formação educacional, por isso considera-se a importância do conhecimento para um mundo mais digno e igualitário para todos, como mencionado por *Jean Piaget* "O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram".

Durante muito tempo as pessoas do campo eram esquecidas, excluídas e vistas como a margem da sociedade. Predominou ao longo dos séculos essa visão de que pessoa do campo são as com menos intelecto e ou ignorante, na antiguidade era comum que a vida toda girasse torno das atividades do campo,



o que fez que nessa época ser do campo e ter terras era ser da alta sociedade, de fato até hoje o campo é a base da vivência humana, porém o status para as pessoas dessa região mudou. As pessoas do campo vêm enfrentando durante toda sua história inúmeras batalhas, sejam por terra, por direitos iguais, por reconhecimento ou por melhores condições de trabalho e vida. Compreendemos esse processo histórico marcado por lutas para efetivação de leis que encontramos no contexto atual.

O presente trabalho realiza uma abordagem acerca da importância da melhor condição de vida no campo para que o trabalho infantil ali presente possa ser regulamentado, buscando compreender a importância desta para a formação da criança campal e seu desenvolvimento. Debate-se a importância da interação que deverá existir, entre pais, escola e órgãos administrativos, apontando os obstáculos que interferem na regulamentação e erradicação do trabalho infantil, bem como, sugere estratégias que podem beneficiar e auxiliar o processo de regulamentação relacionando a prática nesse processo. Busca-se compreender a relevância do trabalho desenvolvido pelos órgãos competentes, sua representação e as interferências possíveis refletidas na criança do campo.

O principal objetivo é discutir e refletir sobre o trabalho infantil no campo que é a realidade ainda encontrada na nossa sociedade, em seguida levantar questionamentos de quais seriam as possíveis causas desta prática ainda ser tão recorrente, subsequente analisar os dados aqui apresentados e refletir como a legislativa é necessária para a promoção do processo de regulamentação e erradicação do trabalho infantil e as possibilidades de desenvolvimento da criança do campo, envolvendo a atuação da família, comunidade e poder público e os recursos necessários para que esta criança seja de fato tirada do trabalho no dia a dia.

Aborda-se inicialmente sobre percurso histórico e político do trabalho infantil, posteriormente um resumo histórico de como a infância foi concebida ao longo do tempo, seguindo de uma reflexão a respeito da legislação frente ao processo de regulamentação e fiscalização do trabalho infantil e discutiremos por último momento a prática atual dessas leis frente ao trabalho no campo e a criança do campo.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Trabalho

A palavra trabalho é originária dos tempos da Grécia antiga e remete a um instrumento de tortura o *Tripallim*. O trabalho é apenas uma das dimensões vastas e radicais que afeta a nossa vida e está sempre a desafiar nossa imaginação sociológica.

Para um dos maiores autores da sociologia o alemão Karl Marx o trabalho pode ser definido como:

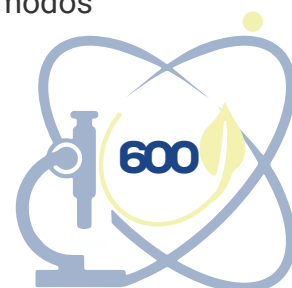
O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1867, p. 326).

Para Marx o trabalho pode ser compreendido como a relação consciente entre homem e natureza, no qual o homem utiliza as suas forças sociais para transformar tudo o que está ao seu redor.

Ao longo do tempo o trabalho foi manifestando-se no homem de diversas formas a princípio como forma de castigo, incluindo nas imagens bíblicas, afinal já no jardim do Éden, com a entrada do pecado, Deus determinou que da “força do teu braço irá tirar o teu sustento”. Assim, Adão foi o primeiro homem e o primeiro trabalhador da tradição cristã, segundo a bíblia.

No período babilônico já se ouvia falar sobre escravidão provinda do domínio de um povo sobre outro. Mesmo com o passar do tempo os escravos, pobres ou deficientes eram designados para realização de tarefas, pois para a aristocracia não existia dignidade em exercer um trabalho de qualquer nível que fosse. Marx se referia aos modos de produção antigos baseados na escravidão como: Modo de Produção Asiático e Modo de Produção do Escravismo Antigo.

No medievo, o trabalho manual ficava a cargo dos servos, presos aos feudos. No Modo de Produção Feudal o trabalho continuava, assim como nos modos



de produção anteriores, a ser tratado de maneira pejorativa. Posteriormente, no Modo de produção Capitalista, o trabalho passou a ser definido como algo que engrandece o homem, porém não como um cidadão nobre e sim com um cidadão temente a Deus, dentro do ambiente burguês-puritano – é o que nos mostra o sociólogo alemão Max Weber (2001) no seu livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

Nos tempos atuais, já dentro de uma valorização laica do trabalho, o trabalho é visto como meio para a concretização dos sonhos e objetivos de vida e uma forma de fazer com que o ser humano demonstre suas ações e iniciativas, além de desenvolver suas habilidades e aperfeiçoá-las. Também podemos afirmar que para os homens atuais o trabalho traz um sentimento de autoestima e satisfação pessoal e profissional, dentro de uma perspectiva vocacional.

Mediante essas definições temos que observar qual o papel das nossas legislações não apenas quanto ao trabalho, mas também quanto aos direitos sociais de cada indivíduo vemos o que fala o Silva (2005, p. 286):

São prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualização de situações sociais desiguais.

Veremos a seguir como a legislação está trabalhando para garantir esses direitos a todos os indivíduos em especial as crianças.

2.2 Infância

A infância é o período que o indivíduo vive enquanto criança, o tema infância tem sido bastante debatido atualmente, algo importante a ser mencionado é o fato da família e a sociedade até certo momento ser a instituição que delimitava o tempo e as características para identificar o indivíduo como criança. Para a família e a sociedade as crianças não assavam de miniadultos, como seres ainda em desenvolvimento e por tanto se tanta serventia, por não estarem encaixadas em nenhum grupo social, os sentimentos e necessidades das crianças eram despercebidos.

Atualmente uma ação pedagógica é por onde passa a concepção de infância, hoje ouvir a criança e entender seus processos, medos, desafios

e sentimentos faz parte das instituições que trabalham com elas, como as escolas, creches, área de saúde e social, cada criança traz consigo ainda que nova e pequena uma bagagem adquirida inicialmente no lar, ou seja, as famílias continuam sendo o ponto de partida para o entendimento da infância.

2.3 Trabalho Infantil

Cada país tem sua própria legislação quanto ao que se define como trabalho infantil, no geral fica definido como: o trabalho realizado por um indivíduo com idade inferior a idade legitimada.

O Brasil ao longo do tempo foi criando mecanismos e leis para a regularizar o trabalho e p trabalho infantil, entre elas está a Lei nº 10.097/200 que é a Lei do Jovem Aprendiz, que define o jovem como ser humano de idade entre 14 e 24 anos, por tanto para essa lei aquele indivíduo com menos de 14 anos que realizar qualquer atividade de trabalho está dentro do trabalho infantil, essa lei também prevê que em caos de atividades noturnas, insalubres ou perigosas a idade mínima será de 18 anos.

Para o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) a criança deve ter como garantia acesso a meios e formas que atuem para o seu pleno desenvolvimento, para o exercício da cidadania e a inserção do mercado de trabalho, no ECA criança é o indivíduo com 12 anos completos, mas ele defende conforme o art. 60 que a idade mínima para o trabalho é de 14 anos.

A Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho – OIT3, estabelece que cada Estado-membro especificará a idade mínima para admissão a emprego e o trabalho em seu território (art. 1º), complementando que a idade mínima, porém, não será inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória, ou, em qualquer hipótese não inferior a 15 anos (art. 2º, § 3º).

De acordo com Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, segunda edição, assim preconiza:

O termo “trabalho infantil” refere-se, neste Plano, às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesseis) anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, independentemente da



sua condição ocupacional. Para efeitos de proteção ao adolescente trabalhador será considerado todo trabalho desempenhado por pessoa com idade entre 16 e 18 anos e, na condição de aprendiz, de 14 a 18 anos, conforme definido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 (BRASIL, [2022?], p. 6).

Para o Direitos Humanos o trabalho infantil impede que as crianças e adolescentes tenham os princípios fundamentais plenamente desenvolvidos.

Em 2021 a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) lançou o Ano Internacional para a Eliminação do trabalho infantil.

Apesar da proibição de trabalho a menores de 14 anos expresso na Constituição de 1988, pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mostra que mais de 4,6% das crianças brasileiras se encontram em situação de trabalho infantil e 2019 o número era de 1,8 milhões de crianças e adolescentes entre 05 e 17 anos nessa situação, sabemos é claro que a área na qual elas estão mais atuantes é na a operação de tratores e máquinas agrícolas, o beneficiamento do fumo, do sisal e da cana-de-açúcar, a extração e corte de madeira, o trabalho em pedreiras, a produção de carvão vegetal ou seja o trabalho no campo esses agrupamentos da agricultura representa 24,2% do trabalho infantil.

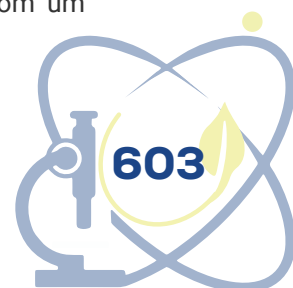
São dados alarmantes sim, pois trata da vida de milhões de crianças se ter suas garantias e direitos básicos atendidos, a exploração do trabalho infantil no Brasil é real e preocupante.

2.4 Trabalho no campo

Como abordado anteriormente o índice de trabalho infantil no campo é muito amplo e significativo.

Compreendemos que o exemplo é a maior forma de ensino e aprendizado, mediante isso vemos que em determinado grupo social as pessoas ali envolvidas ajam conforme a crença dos seus ancestrais, dos seus líderes e familiares, bem como eles esperam isso das gerações vindouras, é um ciclo, sempre vivemos assim, continuaremos assim. Neste sentido, ensina Machado (2005, p. 50):

[...] a partir do momento em que o indivíduo se relaciona com um



determinado grupo social, supõe-se que ele se submeteu a todas as regras estabelecidas por aquela coletividade. Logo, tal atitude condiciona o seu modo de pensar, agir e de se expor perante os demais membros.

Ao longo do tempo o campo foi sendo alterado e as formas de extração da natureza também, algo que não mudou foi a forma como as famílias e relacionam com a terra e a maioria ainda vivem com cerca de 90% dos recursos apenas tirados dali.

O trabalho infantil no campo, apesar de estar em evidência na atualidade, não é um fenômeno novo. O trabalho infantil no campo por muito tempo foi visto como algo cultural e positivo, afinal “o trabalho edifica o homem” então quanto antes aprender melhor. Os pais instruíam seus filhos sobre questões de caráter e cidadania através do trabalho, esse era o meio de comunicação familiar, através dele eram passados seus valores.

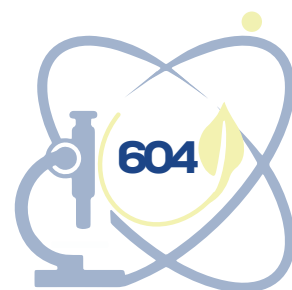
Um dos argumentos mais utilizados hoje pelas famílias é o de que a pobreza e a necessidade os obrigam a permitir o trabalho infantil, e no campo isso torna-se discutível já que a maioria das comunidades vivem do próprio plantio o que implica ter que colher para comer. A mão de obra dos filhos é o que garante a renda mínima para a família custear suas necessidades básicas de sobrevivência.

A necessidade a visão do trabalho como formador social, dificulta a compreensão por parte das famílias e da comunidade de como o trabalho infantil pode impactar na vida das crianças do campo.

No campo a estrutura família é quem determina a forma de trabalho dos mais velhos, uma família com muitos filhos estes irão para o trabalho para que a mãe possa ficar com seus irmãos ou ficam cuidados dos irmãos mais novos e da casa para a mãe ir trabalhar, outro ponto é a ausência do pai ou a idade avançada do mesmo o impossibilitando de trabalhar.

Porém não é apenas essa questão social, familiar que produz o trabalho infantil, a busca desenfreada por lucros faz com que grandes empresas procurem a mão de obra barata e uma dessas é a infantil.

O trabalho infantil acarreta sérios problemas para economia e o



desenvolvimento social, entretanto principal está ligado ao desenvolvimento da criança do campo. Essas sofrem com falta de educação adequada, muitas vezes não tem os cuidados de saúde atendidos e o que dizer de momento de lazer.

É na infância que temos o desenvolvimento físico e psicológico, as crianças necessitam de tempo de qualidade para brincar e desenvolver habilidades. Nas condições de trabalho do campo vemos o que afirma Campos e Francischini (2003, p. 127):

Nessas condições, independência financeira pode ser experimentada como independência emocional e social por um indivíduo que, na verdade, ainda está se descobrindo, está em plena construção de identidade, que ainda precisaria de limites e de orientação e, efetivamente, ainda não viveu o suficiente para ter maturidade física, cognitiva, emocional ou social para o exercício das funções por ele assumidas. O trabalho precoce deforma e subtrai da criança uma fase essencial da vida, com sequelas irreversíveis. Ademais, impede a frequência escolar e prejudica a formação da criança. O direito de aproveitar a infância é irrenunciável e inalienável.

De acordo com Krieger (2008, p. 106), muitos não compreendem que a brincadeira é totalmente significativa no desenvolvimento infantil, pois através dela a criança constrói seu imaginário, lida com suas frustrações, seus medos, com suas expectativas, elaboram e vivenciam formas de condutas em grupo. Para Campos e Francischini (2003, p. 123):

Por estarem submetidas a uma carga de trabalho estafante e de alta responsabilidade até para um adulto, há um comprometimento da organização psicológica das crianças, de modo que o adulto que serão não terá, muito provavelmente, o equilíbrio emocional suficiente para fazer frente às novas demandas que lhe serão postas.

O trabalho infantil é prejudicial tanto ao desenvolvimento infantil quanto ao desenvolvimento do trabalho na sociedade. O uso da mão de obra infantil é uma forma de precarização do trabalho. Nesse sentido, Hillesheim e Silva (2003, p. 6) explicam acerca do tema:

A precarização das relações de trabalho, que se intensifica com o modelo de acumulação flexível, constitui hoje uma das causas que acelera o fenômeno do trabalho infantil e da exploração do adolescente no trabalho. É sempre conveniente lembrar que se é verdade que a realidade social e econômica leva crianças e adolescentes para o

mercado de trabalho em condições precárias, é também verdade que esta situação é mantida por causa dos interesses do capital. Estes trabalhadores (crianças e adolescentes) se tornam mão-de-obra barata, portanto, reduzem os custos da produção e, além disso, produzem, em termos quantitativos e até qualitativos, tanto quanto um trabalhador adulto.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

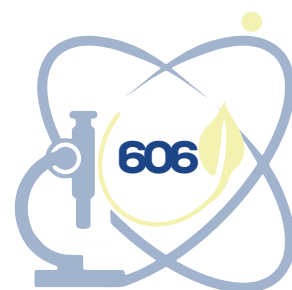
O trabalho de pesquisa é de extrema importância para que temas relevantes e atuais possam ser inseridos no meio acadêmico e na sociedade, apesar de ser um tema de extrema importância por se tratar de trabalho infantil houve uma grande dificuldade em encontrar material de pesquisa, pois o foco está sempre no trabalho infantil urbano, o campo fica a margem das pesquisas sendo na maior parte dos casos apenas mencionados. Para um trabalho mais amplo e de melhor aproveitamento social sugerimos um estudo de caso em larga escala, os estudos que temos localizados por regiões dão uma dimensão menor para a realidade ampla do trabalho infantil no campo.

As legislações vigentes são em suma o que precisamos para erradicar o trabalho infantil, porém falta apoio do poder público para que estas possam ser aplicadas de forma justa e coerente, a necessidade de conscientização e de apoio das escolas faz-se com urgência, além é claro de um desenvolvimento econômico que não deixe famílias “sem saída” e sejam assim forçadas a permitir que seus filhos lidem com o trabalho no campo.

O trabalho infantil é algo construído desde o primórdio da humanidade, e fortemente defendido por várias culturas, se queremos sua extinção, precisamos de forças conjuntas, para driblar as questões sociais e culturais que o cercam, além de todo o contexto de miséria e pobreza que assola a maioria das crianças que se encontra em tal situação.

Nossa abordagem não fez distinção entre gênero, cor e classe social, contudo percebemos que é uma outra veia não menos importante para ser estudada. Assim como fatores como a quantidade de membros familiares e o grau de escolarização da família.

O ECA, a Constituição Federal, o os órgãos como a Organização



Internacional do Trabalho estão a esperar que o poder público, a sociedade e as empresas cumpram suas leis e determinações, as crianças do campo precisa que seus direitos básicos de desenvolvimento sejam atendidos e não apenas esses elas merecem o poder de decidirem qual profissão seguir no futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 jun. 2022

BRASIL. **Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000**. Promulga Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e a Ação Imediata para sua Eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999. Brasília, DF: Secretaria-Geral, 2000. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3597.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.597%2C%20DE%2012,17%20de%20junho%20de%201999. Acesso em: 4 jul. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 11.479, de 6 de abril de 2023**. Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional. Brasília, DF: Casa Civil, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11479.htm. Acesso em: 28 jul. 2022.

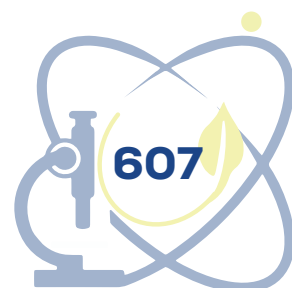
BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis de Trabalho. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 10 jul. de 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 10 jul. 2022.

CAMPOS, Herculano Ricardo; FRANCISCHINI, Rosângela. Trabalho infantil produtivo e desenvolvimento humano. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 1, p. 119-129, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/cfXSQq345RBJ637dJGpZfJy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2022.

CRIANÇA LIVRE DE TRABALHO INFANTIL. **O que é o trabalho infantil?** [S. l.], [2021?]. Disponível em: <https://livredetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/o-que-e/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

HILLESHEIM, Jaime; SILVA, Juliana da. As marcas do trabalho: acidentes envolvendo adolescentes em Blumenau. Relatório Final de Pesquisa. In: FÓRUM ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2., 2003, Blumenau. **Anais [...]**. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, 2003.



KRIEGER, Maria da Graça. **Fundamentos teóricos e metodológicos da educação infantil**. 20. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MACHADO, Kaline Pacífico de Brito. Normas sociais e normas jurídicas: uma abordagem distintiva. **Olhares Plurais**, Maceió, v. 1, n. 12, 2015.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Trabalho infantil**. Brasília. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 26 jul. 2022.



PROPOSTA DE ÍNDICE PARA AVALIAÇÃO DA BOA GOVERNANÇA EM ÁREAS E REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL E PORTUGAL (IBGOV)

Jéssica Beatriz Pereira Lima¹

Jéssica Gonçalves de Lima²

Francisco Raniere Moreira da Silva³

RESUMO

O objetivo deste estudo é descrever o processo de construção do Índice de Boa Governança para Áreas e Regiões Metropolitanas do Brasil e Portugal (IBGOV). O artigo ilustra o desenvolvimento de um instrumento capaz de caracterizar essas áreas, bem como avaliar suas principais linhas de atuação dentro da gestão integrada. Para isto, a metodologia empregada neste estudo foi de cunho qualitativa, bibliográfica, documental e exploratória. Os resultados preliminares apontam que a construção deste instrumento de avaliação é de suma importância, considerando que, ao analisar o nível de desenvolvimento e articulação das RM's é possível traçar um diagnóstico assertivo e identificar os pontos potenciais e problemáticos de cada região, podendo-se ainda, permitir a visualização da necessidade de manutenção desta área metropolitana.

Palavras-chaves: Boa Governança; Regiões Metropolitanas; Indicadores de Avaliação.

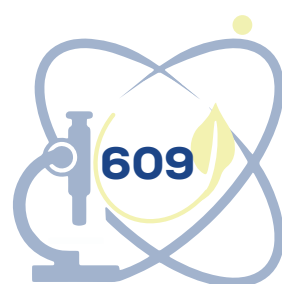
ABSTRACT

The objective of this study is to build a Good Governance Index for Metropolitan Areas and Regions. Thus, to illustrate or develop an instrument capable of characterizing these areas, as well as evaluating their main lines of action within integrated management. For this, the methodology used in this study was a

¹ Universidade Federal do Cariri (UFCA), E-mail: jessicabeatriz098@gmail.com

² Universidade Federal do Cariri (UFCA), E-mail: jessica.lima@aluno.ufca.edu.br

³ Universidade Federal do Cariri (UFCA), E-mail: raniere.moreira@ufca.edu.br



qualitative, bibliographic, documentary and exploratory study. The preliminary results point to the fact that the construction of this evaluation instrument is of paramount importance, considering that, by analyzing the level of development and articulation of the RM's, it is possible to draw an assertive diagnosis and identify the potential points and problems of each region, being able to - if still, it will allow the visualization of the need for maintenance of this metropolitan area.

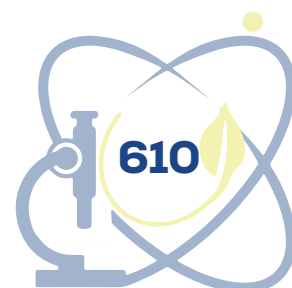
Keywords: Good Governance; Metropolitan Regions; Evaluation Indicators.

1 INTRODUÇÃO

As áreas e regiões metropolitanas (RM) são constituídas por aglomerações urbanas e/ou cidades interligadas que compartilham territórios, demandas e problemas comuns e, portanto, precisam se integrar, cooperar entre si e coordenar projetos conjuntos para o desenvolvimento. A elucidação de indicadores e construção de um índice capaz de avaliar essas regiões traduz demandas, possibilita maior clareza e aproximação dos diferentes aspectos encontrados nas diferentes cidades que compõem uma região metropolitana.

A construção do Índice de Boa Governança para Áreas e Regiões Metropolitanas (IBGOV) desponta da necessidade de um instrumento para avaliação da governança nas Regiões Metropolitanas (RM), capaz de viabilizar estudos comparados entre essas diferentes realidades que têm em comum o fato de compor uma RM, classificar os níveis de governança e evidenciar aspectos da gestão integrada para a execução de políticas e serviços públicos comuns. Parte-se da compreensão de que quanto melhor articulados e integrados os arranjos de governança, maiores as possibilidades de se viabilizar desenvolvimento regional.

Nessa perspectiva, o objetivo do artigo em tela é descrever o processo de construção do Índice de Boa Governança para Áreas e Regiões Metropolitanas do Brasil e Portugal (IBGOV). Propondo assim, ilustrar o desenvolvimento de um instrumento capaz de caracterizar essas áreas, bem como avaliar suas principais linhas de atuação dentro da gestão integrada. O presente texto se constitui em um resultado parcial do projeto de pesquisa "Índices de Boa Governança e Coesão Social em Áreas e Regiões Metropolitanas (AM/RM) de Portugal e Brasil" o qual integra uma parceria interinstitucional entre a Universidade Federal do Cariri (UFCA), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa).



Ressalta-se que o artigo aqui apresentado dá ênfase à dimensão da governança metropolitana, de modo a apontar indicadores de avaliação bem estruturados e suficientes para desenvolver a construção do IBGOV. Destaca-se que essa é uma pesquisa que está em andamento, de maneira que o índice aqui apresentado e descrito se constitui em um instrumento cuja aplicação empírica e mensuração será realizada à *posteriori*.

2 METODOLOGIA

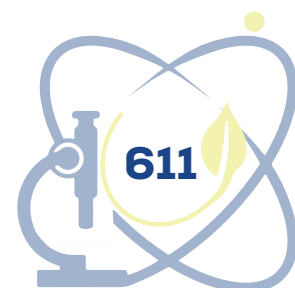
A metodologia empregada neste estudo para construção do Índice de Boa Governança em Áreas e Regiões Metropolitanas foi de cunho qualitativa, bibliográfica, documental e exploratória.

De acordo com Pillatti, Pedroso e Gutierrez (2010), a proposição de um instrumento requer uma pesquisa prévia na literatura, de instrumentos já existentes que avaliem determinadas variáveis que o pesquisador quer abranger. Uma vez que estes instrumentos não sejam identificados na busca, se requer a elaboração de um novo instrumento.

No caso desta investigação, inicialmente foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre governança metropolitana e avaliação da governança, procurando assim, entender os fenômenos e as principais evidências para sua composição. De modo complementar, aproveitou-se dos resultados de pesquisas realizadas por Silva e Nascimento (2020), Silva (2021) e Oliveira Neto (2022), as quais, respectivamente, elucidam características da constituição e do funcionamento das Regiões Metropolitanas do Cariri e de Fortaleza, no Brasil, e da Área Metropolitana de Lisboa, em Portugal, que foram contribuintes diretos na construção do IBGOV. Além disso, recorreu-se à pesquisa documental de marcos regulatórios, planos e outros documentos das três RMs referidas.

Dentre os estudos bibliográficos acerca da governança metropolitana, os estudos foram aprofundados a partir de Caeiro (2018), Le Galés (1999), Oliveira Neto (2022), Haveri *et al.* (2019) e Tolkki e Haveri (2020), os quais fazem análises críticas aos modelos de funcionamento de regiões metropolitanas em diversos países.

Os estudos mencionados evidenciam características centrais da forma de funcionamento das áreas e regiões metropolitanas. O confronto destas



características com os achados dos estudos nas Regiões Metropolitanas do Cariri, Fortaleza e Lisboa, possibilitou traçar comparativos entre as formas de lideranças, modelos de gestão compartilhada e formas de participação - componentes fundamentais para o funcionamento efetivo de uma territorialidade como esta. O passo seguinte foi identificar os indicadores necessários para construção base do Índice de Boa Governança, bem como estruturar o gradiente de níveis de boa-governança, conforme será detalhado na seção 4.

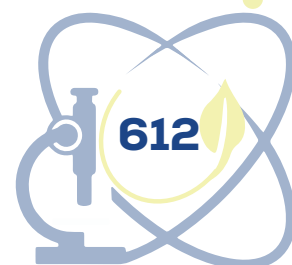
Para além disto, os estudos de Haveri *et al.* (2019) e Tolkki e Haveri (2020), os quais analisam as regiões metropolitanas de Auckland (Nova Zelândia), Dublin (Irlanda), Oslo (Noruega) e Montreal (Canadá), corroboram os indicadores desenvolvidos. A intenção é que o IBGOV seja, assim, um instrumento aplicável às regiões/áreas metropolitanas de forma global, capaz de classificar qualquer área metropolitana através dos indicadores de avaliação desenvolvidos.

Dito isto, este trabalho possui caráter qualitativo, de modo a considerar multidisciplinaridade destas regiões e seus aspectos direcionadores. Caracteriza-se ainda como pesquisa exploratória e descritiva, considerando que se debruça sobre o processo de construção do índice.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A governança pode ser entendida como o exercício do poder econômico e social de uma gestão, reunindo um conjunto de ações e decisões que buscam de forma ativa o desenvolvimento, podendo ser compreendida como um sistema político organizacional (CAEIRO, 2018). Em conformidade, a governança metropolitana surge como estratégia para efetivar relações interfederativas, articulando arranjos que solucionem problemas e impulsionam o desenvolvimento de políticas públicas capazes de integrar e moldar interesses, organizações e grupos sociais (LE GALÈS, 1999).

Os desafios estruturais e a falta de articulação entre os gestores destacam-se como problemática a ser solucionada. Todavia, a institucionalização das Regiões Metropolitanas corrobora como fator propulsor de desenvolvimento e deve-se considerar a relevância da dimensão coletiva para a sua efetivação, sendo um conjunto que envolve estado, sociedade civil e mercado, uma vez que direciona ações para que se encaminhem os próximos rumos coletivamente.



Assim, a governança metropolitana funciona como um mecanismo por meio do qual se dá o exercício do poder coordenado e compartilhado entre diversos atores numa camada institucional interfederativa ou multinível (OLIVEIRA NETO, 2022). Além disso, sabe-se que regiões metropolitanas se tornam mais atrativas e competitivas, impondo desafios principalmente na formulação de políticas públicas, tendo em vista que se deve considerar todos os municípios que compõem a Região.

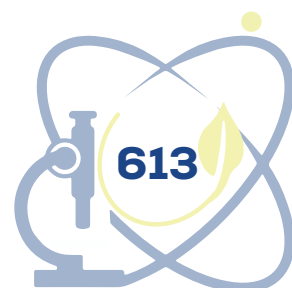
Há de se reconhecer que o termo “governança metropolitana” pode ser compreendido como o exercício pelo qual os cidadãos de uma determinada localidade resolvem coletivamente os seus problemas e satisfazem as necessidades da sociedade usando o “governo” como instrumento. Inclui processos que buscam diagnosticar a realidade, definir prioridades, planejar a implementação das ações e, em seguida, determinar como os recursos financeiros, materiais e humanos devem ser alocados para a dinamização das potencialidades e superação dos desafios, com o propósito de promover o desenvolvimento regional (SILVA, 2016).

Os estudos comparados de realidades distintas permitem que os indicadores sejam construídos captando aspectos que se assemelham nessas regiões ou que sejam pertinentes a estarem presentes nelas. Por esse intermédio, aplica-se sua usabilidade para observar em ambas o desempenho de atividades integrativas.

As áreas metropolitanas são diferentes em suas estruturas e mecanismos de governança e, principalmente, na forma como se desenvolveram. As semelhanças possibilitam a comparação e as diferenças iluminam a dinâmica entre o controle estatal e a capacidade de governança metropolitana (TOLKKI; HAVERI, 2020).

Com isso, percebe-se que a governança metropolitana exige uma nova forma de governança com maior articulação entre os gestores e equilíbrio entre as distintas demandas e particularidades. A análise feita mostra essa evolução e os fatores que possibilitam ou dificultam esse processo, apontando que o ato de governar está além da ação dos governos e envolve também outros atores em suas articulações.

Sob a perspectiva de Haveri *et al.* (2019), “A legitimidade é um fator central nos sistemas administrativos democráticos, pois determina o sucesso ou fracasso das estruturas de governança”, tornando esse fato ainda mais complexo



em Regiões Metropolitanas que se alteram constantemente e necessitam de novos arranjos governamentais para atender a suas demandas.

Um nível de governança refere-se a qual nível de governo coordena e dirige principalmente a governança metropolitana: local, regional ou nacional. Essa dimensão pode ser reduzida a um contínuo, no qual os atores locais são enfatizados de um lado e o Estado é o ator dominante do outro (HAVERI *et al.*, 2019).

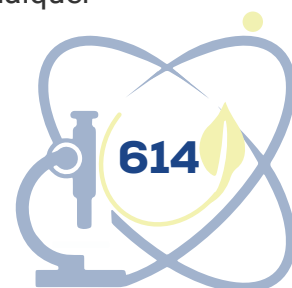
Logo, os autores focam em entender os níveis e mecanismos de governança considerando a legitimidade desse processo fundamental para desenvolvimento de uma RM, uma vez que sob seus olhares a legitimidade é necessária para mudar as estruturas existentes. Além de ações dentro da lei e coordenadas por atores políticos de um estado dominante, “Legitimidade é sobre voz, que se refere aos recursos que os cidadãos têm para participar da tomada de decisões” (HAVERI *et al.*, 2019).

Em vista disso, este modelo de funcionamento auxiliou na inspiração para construção dos indicadores para o Índice de Boa Governança em Áreas e Regiões Metropolitanas. Estes estão divididos entre eixos que indicam e mensuram as dimensões de análise para avaliar a existência ou não de boa governança em determinada Região Metropolitana, assim como o nível em que esta governança se expressa.

4 O ÍNDICE DE BOA GOVERNANÇA PARA ÁREAS E REGIÕES METROPOLITANAS (IBGOV)

Os indicadores são instrumentos que fortalecem a construção contínua das políticas/programas públicos e emergem na sua amplitude de progressão e acompanhamento, de acordo com Jannuzzi (2005, p. 138) “Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente”, ou seja, os indicadores são fundamentais para o processo de avaliação dos instrumentos ou políticas.

Tendo em vista objetivo deste trabalho de construir um Índice de Boa Governança para Áreas e Regiões Metropolitanas, inicialmente foram delimitados os indicadores necessários os quais compreendessem e adotassem critérios aplicáveis a diversos níveis e a distintas realidades metropolitanas em qualquer



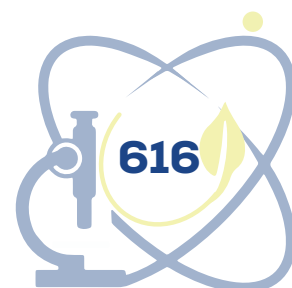
espaço em âmbito global.

Dito isto, os indicadores elencados inicialmente comportaram 8 eixos/dimensões capazes de suprir a avaliação por meio das características que compõem estas regiões metropolitanas em diversas escalas, assim, estes eixos ficaram divididos da seguinte maneira: (1) Estrutura Organizacional; (2) Financiamento Metropolitano; (3) Autonomia decisória; (4) Capacidade de Gestão; (5) Envolvimento da população; (6) Integração; (7) Perspectiva de planejamento; e (8) Transparência, conforme evidenciado no Quadro 1.

Quadro 1 - Dimensões e Indicadores do IBGOV

EIXOS	INDICADORES
Estrutura Organizacional	Possui uma legislação específica?
	Determina funções claras e objetivas?
	Como se compõe a organização administrativa?
	As competências dos entes metropolitanos estão bem definidas?
	Há cultura metropolitana?
	Há compartilhamento das funções públicas de interesse comum?
	Há critério para a inclusão de municípios na RM?
	Há uma relação de confiança entre os componentes da estrutura organizacional?
Financiamento Metropolitano	Existe fundo metropolitano?
	Possui financiamento exclusivo para as ações metropolitanas?
	Há uma relação de subsidiariedade entre as organizações de Estado?
	Há definição de critérios para financiamento?
	Há partilha de recursos entre os níveis de governo?
	Para quais atividades se destina a aplicação do fundo?

Autonomia decisória	Quem decide (governa)?
	Existe uma agência executiva ou estrutura similar?
	Quem define para onde se dirige a aplicação do fundo?
	Há estrutura de concertação entre os entes metropolitanos?
	Os conflitos de interesse impactam na tomada de decisão?
Capacidade de Gestão	Há uma equipe de técnicos dedicados à gestão?
	Os diretores são dedicados exclusivamente a gestão?
	Os meios e estruturas de gestão estão disponíveis?
	Os componentes possuem um vínculo formal e legítimo?
	Há articulação satisfatória entre os setores responsáveis pelo desenvolvimento?
Envolvimento da população	Há uma relação de confiança entre os componentes da estrutura organizacional e a população?
	Qual o nível de participação dos atores da sociedade civil nas decisões?
	Há orçamento participativo?
	Há canais diretos e interativos de diálogo entre os atores da sociedade civil e Estado?
	alargamento da participação a atores de âmbito mais alargado por parcerias de base territorial metropolitano?
Integração	Há cooperação entre os municípios do território metropolitano?
	Há coordenação entre diferentes políticas públicas?
	Há formas de coordenação entre os níveis de governo?
	Há parcerias de base territorial metropolitano?
	Há integração nas esferas administrativas/políticas?
Perspectiva de planejamento	Como se definem as principais estratégias e planos?
	Existem instrumentos de planejamento metropolitano?
	Há estrutura de planejamento estatal, exclusiva?
	Há uma temporalidade definida? (curto, médio, longo ou prazo indeterminado?)



Transparência	Houve uma divulgação clara do processo de construção?
	Os documentos são disponibilizados para consulta?
	Existe um espaço para disponibilização dos documentos? O espaço para consulta destes documentos é satisfatório?
	Onde são encontradas as informações sobre o processo e como?
	Há proximidade virtual?

Fonte: Os autores (2022).

A primeira dimensão é a estrutura organizacional, cujo foco é compreender como ocorre o processo de institucionalização da região metropolitana em questão, analisando assim as estruturas definidas e a responsabilização de cada uma destas. A segunda detém-se no financiamento metropolitano, tendo em vista entender os recursos envolvidos na gestão da RM e se há incentivos diretos para a manutenção e o desenvolvimento das atividades previamente delimitadas, ou seja, compreender como se dão essas relações do ponto de vista financeiro e como elas impactam no funcionamento (ou não) da RM.

A terceira dimensão diz respeito à autonomia decisória, que busca analisar como se dão as tomadas de decisão dentro do gerenciamento da RM tendo como foco a sua autonomia. O foco é avaliar se o funcionamento da RM é comprometido (ou não) devido a interferências externas ou até mesmo internas, vislumbrando-se assim, seus pontos potenciais e dificultadores.

Em complemento, a dimensão 4 é a capacidade de gestão, que busca avaliar como ocorre o funcionamento técnico de cada RM, a partir dos mecanismos e instrumentos de gestão empregados. A quinta dimensão, voltada ao envolvimento da população, busca avaliar se os principais afetados por este aglomerado urbano interagem e participam (ou não) de algum modo dos processos decisórios, diretos ou indiretos e como se dá essa articulação entre o Estado e a Sociedade Civil.

A sexta dimensão se detém na integração entre os atores que compõem a região metropolitana e consequentemente como essa interação intermunicipal afeta no desenvolvimento das atividades comuns dentro do território. O sétimo item diz respeito à perspectiva de planejamento traçada para a região metropolitana em questão, procurando assim, compreender como é definido

esse planejamento, suas práticas organizacionais e se há aspectos como o da temporalidade prevista para execução dos instrumentos planejados.

Por fim, a última dimensão é a da transparência aplicada à região metropolitana. Busca-se compreender neste tópico, se a RM detém instrumentos ou mecanismos que possibilitem a transparência pública dos dados, decisões e informações necessárias sobre todos os processos que envolvem a localidade.

A partir da mensuração das dimensões e indicadores descritos, que fundamentam todo o processo avaliativo, será possível classificar a governança das áreas e regiões metropolitanas avaliadas, posicionando-as em um gradiente de cinco níveis analíticos, como pode ser visualizado no Quadro 2.

Quadro 2 - Níveis de Governança de Áreas e Regiões Metropolitanas

5	Alto nível de Governança
4	Bom nível de Governança
3	Moderado nível de Governança
2	Baixo nível de Governança
1	Restrito nível de Governança

Fonte: Os autores (2022).

O alto nível é destinado às regiões metropolitanas que conseguem se organizar em todas as esferas mensuradas nos indicadores de forma bem consolidada. Da mesma forma, o bom nível representa aquelas áreas que possuem uma boa organização de seus eixos, contudo, apresenta dificuldades para alcançar determinadas áreas de atuação. O nível moderado é aquele em que a RM atende parcialmente suas atribuições dentro dos eixos delimitados.

O baixo nível de governança, pode ser caracterizado como aquele no qual a região ou área metropolitana não consegue desenvolver as atribuições mensuradas e que quase não funcionam. Por fim, o nível restrito de governança, pode ser compreendido como aquele em que as RM's não conseguem atender minimamente suas competências e atribuições, de modo que se constituem apenas de forma institucional, ou seja, aquelas em que não há funcionamento algum.

Vale mencionar que o propósito central do IBGOV não reside em promover ranqueamentos de boa governança, mas gerar uma dupla contribuição - acadêmica e aplicada – no campo da governança metropolitana. Do ponto de vista acadêmico, o índice possibilitará a realização de estudos comparados entre distintas realidades metropolitanas. A contribuição prática/aplicada reside na possibilidade de avaliar as dimensões da governança, permitindo identificar fragilidades e potencialidades, revelar experiências bem-sucedidas e fatores de sucesso, aprimorar os processos de gestão, bem como delinear políticas públicas de apoio à governança metropolitana e, por consequência, ao desenvolvimento regional.

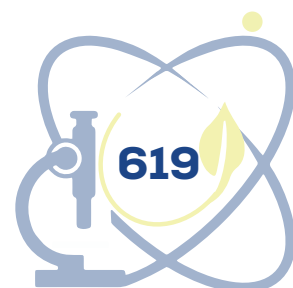
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do panorama apresentado, vê-se que a construção de um Índice de Boa Governança para Regiões ou Áreas Metropolitanas é fundamental para o acompanhamento e avaliação destas localidades, bem como, para compreender os fenômenos existentes e que dão fomento a manutenção da RM.

Assim, ao definir os indicadores necessários de forma global, é possível fazer uma análise específica e única de cada região e o melhor, em qualquer esfera, seja regional, nacional ou até mesmo internacional, considerando que, a flexibilidade analítica apresentada pelo IBGOV possibilita essa questão.

Por fim, evidencia-se que este instrumento fora construído de forma a possibilitar ao seio acadêmico e principalmente aos pesquisadores da área um instrumento capaz de analisar e avaliar regiões metropolitanas e os seus níveis de governança e conseqüentemente, auxiliar também os gestores e atores institucionais componentes destas regiões a identificarem as problemáticas a serem sanadas da melhor forma e ampliar os potenciais da RM.

Devido ao seu caráter exploratório, esta pesquisa pautou-se em descrever o processo de construção e apresentar o modelo analítico do Índice de Boa Governança para Áreas e Regiões Metropolitanas (IBGOV). Para estudos futuros, sugere-se a aplicação e validação deste instrumento de avaliação. Assim, pretende-se que a aplicação futura do IBGOV se dê nas três RMs objeto da pesquisa – Cariri, Fortaleza e Lisboa, e que a partir dos dados coletados sejam indicados os níveis de governança metropolitana de acordo com suas características exclusivas.



AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da Universidade Federal do Cariri (PRPI-UFCA) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Agradecimentos também à PRPI-UFCA e ao Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (CAPP-ISCS-ULisboa) pelo auxílio financeiro à pesquisa.

REFERÊNCIAS

CAEIRO, Joaquim Croca. Governança e desenvolvimento local. *In*: RALHA, João (Coord.). **Da Gestão, em Autarquias** – Para melhorar as competências em Gestão, dos Eleitos. Lisboa: Edições Sílabo, 2018. p. 63-82.

HAVERI, Arto . Sources of legitimacy in metropolitan governance: A comparative case study of governance structures. **International Journal of Public Administration**, [s. l.], v. 42, n. 7, p. 583-595, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/01900692.2018.1491598>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/01900692.2018.1491598>. Acesso em: 28 ago. 2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>. Acesso em: 28 ago. 2022.

LE GALÈS, Patrick. Régulation, gouvernance et territoire. *In*: COMMAILLE, Jacques; JOBERT, Bruno. **Les métamorphoses de la régulation politique**. 24. ed. Paris: Librairie Générale de droit et de jurisprudence, 1999. p. 203-240.

OLIVEIRA NETO, João Martins. **Governança Metropolitana: desafios e perspectivas dos atores da sociedade civil e do Estado nos projetos de governança metropolitana do Brasil e Portugal**. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Superior de Ciências Sociais e Aplicada, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/23389>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PILLATTI, Luiz Alberto; PEDROSO, Bruno; GUTIERREZ, Gustavo Luis. Propriedades psicométricas de instrumentos de avaliação: um debate necessário. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 81-91, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/619>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SILVA, Edson Coutinho da. Governança Metropolitana no Grande ABC: O desafio. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, SP,



v. 12. n. 2, p. 249-275, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2321>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SILVA, Francisco Raniere Moreira; NASCIMENTO, Diego Coelho do. Funções Públicas de Interesse Comum e Governança na Região Metropolitana do Cariri. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 3, p. 1096-1122, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i3.15246>. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552067996010/552067996010.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SILVA, Priscilla Araújo. **Estratégias de governança metropolitana dos municípios da região metropolitana de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://www.uece.br/ppga/wp-content/uploads/sites/49/2021/04/PRISCILA.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

TOLKKI, Helena; HAVERI, Arto. The Dynamics between State Control and Metropolitan Governance Capacity. **Administrative Sciences**, MDPI, [s. l.], v. 10, n. 26, p. 1-12, Apr. 2020. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/gam/jadmssc/v10y2020i2p26-d350789.html>. Acesso em: 28 ago. 2022.

DIGNIDADE HUMANA NO BRASIL: O TRABALHO INFANTIL EM DISCUSSÃO

Maria Leirivane Roque Viana
Francilene Torres Dias

RESUMO

O presente trabalho se desenvolve sobre a temática da relação existente entre Trabalho Infantil e Dignidade da Pessoa Humana, tendo em vista que a realização de atividades laborais de caráter exploratório aqueles constitui um sério problema social no Brasil. Para tanto, utilizou-se como método de pesquisa o levantamento bibliográfico e documental, o resultado da pesquisa em seu teor está dividido em duas sessões. Ademais, esse estudo tem como objetivo geral: mostrar que a prática do Trabalho Infantil fere diretamente a Dignidade da Pessoa Humana. Diante disso, na perseguição ao objetivo central dessa pesquisa, constatou-se que o Trabalho Infantil além de impedir crianças e adolescentes de usufruírem de seus direitos sociais básicos, compõe um óbice de repercussão catastrófica no sistema social brasileiro.

Palavras-chave: Crianças e Adolescentes; Dignidade da Pessoa Humana; Trabalho infantil.

ABSTRACT

The present work develops on the theme of the relationship between Child Labor and Dignity of the Human Person, considering that the performance of exploratory work activities constitutes a serious social problem in Brazil. For this purpose, the bibliographic and documentary survey was used as a research method, the research result in its content is divided into two sessions. Moreover, this study has as its general objective: to show that the practice of Child Labor directly hurts the Dignity of the Human Person. Therefore, in the pursuit of the central objective of this research, it was found that Child Labor, in addition to preventing children and adolescents from enjoying their basic social rights, composes an obstacle of catastrophic repercussion in the Brazilian social system.

Keywords: Children and Adolescents; Dignity of human person; Child labor.



1 INTRODUÇÃO

A priori, o trabalho infantil põe em risco o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes no Brasil, segundo dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 1 milhão e meio de crianças e jovens realizavam trabalho infantil no país no ano de 2019, quer seja desenvolvendo atividades econômicas, quer seja atividades de autoconsumo.

Para tanto, como expresso no Art. 2º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e de outras providências, considera-se criança o indivíduo de até 12 anos de idade incompletos, assim como adolescentes aqueles que se encontram na faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos de idade. Ademais, tendo como pressuposto a lei supracitada, compreende-se que as crianças são asseguradas quanto aos direitos inerentes à dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, seu Art. 3º discorre:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei e outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e igualdade (BRASIL, 1990, Art. 3).

De acordo com Gama (2011, p. 29):

Sob a perspectiva de proteção às crianças e adolescentes aplica-se a doutrina da proteção integral dos direitos e garantias fundamentais da proteção à infância. A criança possui dignidade, como qualquer outro ser humano. É com base nessa dignidade que são concedidos a criança os mesmos direitos dos adultos. Pois estes seres em desenvolvimento são vulneráveis e necessitam de imediata proteção.

Diante os dados expostos, percebe-se que a temática do trabalho infantil é recorrente na sociedade brasileira, e em muitas situações vista como algo normal no dia a dia do cidadão. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo principal mostrar que o trabalho infantil fere, indubitavelmente, os direitos humanos e a dignidade das crianças e adolescentes submetidos a esta realidade. Para mais, como objetivo específico, buscou-se explicar o que de fato é trabalho infantil e apresentar o conceito de dignidade humana e sua relação com o conceito de trabalho infantil, sua relação com os direitos fundamentais



e a garantia dos mesmos à criança e ao adolescente. Por fim, trata-se de uma abordagem pautada em estudos bibliográficos, de caráter qualitativo, com aplicação do método indutivo, organizado segundo as etapas da pesquisa bibliográfica.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho surgiu a partir das discussões introdutórias da disciplina de Instituições de Direito Público e Privado na turma do terceiro semestre de Administração Pública e Gestão Social, discussão esta que foi articulada pelo docente acerca do princípio da dignidade humana. Dessa forma, buscando entender o sentido de dignidade humana, sua presença em debates na sociedade brasileira, tal como a efetivação deste princípio, identificou-se que por mais que haja uma Constituição voltada e baseada no princípio da dignidade humana, em muito ainda falta percorrer para se chegar à efetivação do termo, como bem será retratado na seção 3.2: Relação entre trabalho infantil e dignidade da pessoa humana.

Para além, ainda em relação à discussão na sala de aula, explorou-se os exemplos que ferem o princípio maior (Dignidade humana), e o professor nos instigou a procurar mais temáticas de mesma provocação. Nesse sentido, foi identificado pelas autoras do artigo a temática do trabalho infantil, a qual será abordada neste trabalho, por compreender justamente que as crianças como seres, também têm direito à dignidade humana, pois estas em formação de suas identidades, muitas vezes por necessidade, são submetidas a situações degradantes para conseguir o básico dos direitos fundamentais, enquanto indivíduo de direito natural, e acabam sendo alijados do princípio basilar da Constituição brasileira de 1988.

Neste íterim, os resultados postos neste artigo foram embasados em referências bibliográficas indicadas pelos professores tanto de Direito Constitucional, como da disciplina Instituições de Direito Público e Privado, que também serviu de referência para os desdobramentos da seção 3.1. Ademais, fez-se pesquisas no Google Acadêmico a partir das temáticas trabalho infantil e dignidade humana; e dignidade humana. A seleção destes últimos, deu-se pelo processo de leitura dos resumos dos três primeiros artigos que surgiram nos



resultados da pesquisa.

Por fim, realizou-se ainda uma pesquisa documental, que buscou na Constituição de 88, em específico no seu Art. 5, inc. III, e Art.7, inc. XXXIII, como tanto na Lei nº 8.069 de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), bases para fundamentar nossos argumentos e delimitar juridicamente o que se entende por o ser criança e jovem. Para tanto, dividiu-se por seções a explicação do que é trabalho infantil, seguindo para uma segunda seção onde definiu-se acerca da dignidade humana e a relação deste conceito com o trabalho infantil.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Entendendo o trabalho infantil

O trabalho infantil é um óbice existente há séculos, uma vez que já durante a Primeira Revolução Industrial crianças eram submetidas a atividades laborais perigosas e insalubres nas fábricas inglesas. A exploração desse grupo se deu devido principalmente a sua vulnerabilidade e aos baixos custos com sua mão de obra: “muitas crianças, retiradas dos orfanatos, moravam na própria fábrica, sujeitas à fome, frio, excesso de trabalho e acidentes com as máquinas” (SCHNEEBERGER, 2003, p. 198).

Ademais, no Brasil, o trabalho infantil é um fenômeno histórico, e se faz presente desde o período colonial em que crianças e adolescentes, indígenas e negros eram submetidos a trabalhos forçados, quer seja nas lavouras, quer seja na realização de atividades domésticas.

Hodiernamente, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua – em 2019 cerca de 1768 mil indivíduos na faixa etária de 5 a 17 anos se encontravam em situação de trabalho infantil, sendo que 706 mil estavam submetidas as piores condições de trabalho infantil do país. Outro dado alarmante dessa pesquisa, é o fato de que 66,1% dessas crianças e adolescentes são pretas ou pardas, o que explicita a segregação sociocultural e econômica histórica de indígenas e afrodescendentes no Brasil.

Diante dos fatos supracitados, faz-se necessário esclarecer quais atividades são consideradas trabalho infantil e como identificá-las.



O conceito de trabalho infantil não tem uma definição universalmente aceita. Actualmente, pretende-se distinguir o trabalho infantil da actividade económica aceitável de menores, ou seja, evidenciar a diferença entre o trabalho como elemento de socialização e o trabalho como elemento de exploração. Consideramos assim, trabalho infantil, todas as actividades desenvolvidas por crianças com menos de 15 anos de idade (MIRANDA, 2008, p. 2 *apud* GAMA, 2011, p. 25).

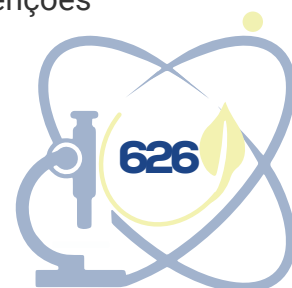
Dessa forma, compreende-se como trabalho infantil actividades remuneradas ou não que impedem crianças e adolescentes de usufruir dos seus direitos sociais básicos, tais como: lazer, educação, cultura e saúde, tratando-se, portanto, de um meio de exploração física e psicológica dessas pessoas. Destaca-se ainda, que programas como Jovem Aprendiz compõe uma importante iniciativa no que toca ao primeiro contato dos adolescentes com o mundo do trabalho, sendo assim, um elemento que permite ao jovem desenvolver actividades laborais de socialização, com ênfase na faixa etária mínima de 16 anos para inserção de adolescentes neste projeto, que estabelece parcerias entre o setor empresarial e educacional do Brasil, promovendo avanços socioeconômicos no país.

Para mais, é de suma importância compreender a diferença entre trabalho infantil e trabalho como meio de socialização juvenil, uma vez que enquanto um fere e afeta diretamente a dignidade da pessoa humana, o outro serve como importante meio de inserção social de grupos menos favorecidos e marginalizados no mercado de trabalho.

É de referir também, que na luta contra o trabalho infantil foram aprovadas mundial e nacionalmente convenções e leis que visam erradicar este óbice. A Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - Convenção Sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata Para Sua Eliminação - reconhece que:

[...] o trabalho infantil é devido, em grande parte, à pobreza e que a solução a longo prazo reside no crescimento económico sustentado, que conduz ao progresso social, sobretudo ao alívio da pobreza e à educação universal (OIT, 2020, online).

Cabe citar ainda, a atuação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que protege e combate a favor dos direitos da criança e do adolescente, inclusive no que tange aos direitos trabalhistas deste grupo. Instituído no Brasil no ano de 1990 por meio da Lei 8.069, este estatuto está alinhado às convenções



internacionais e a constituição cidadã de 1988 (GAMA, 2011).

Ainda mais, Gama (2011, p. 22-23) afirma:

O Brasil possui normas de proteção à criança e ao adolescente em vários de seus ordenamentos. A constituição Federal, a Consolidação das Leis do Trabalho e o Estatuto da Criança e do Adolescente são as principais, mas ainda existem outras legislações esparsas. Mesmo com tantas regras que têm o objetivo de proteger os direitos dessas pessoas em desenvolvimento, e a proteção dos jovens no aspecto trabalhista, ainda existe uma quantidade enorme de crianças e adolescentes inseridos no mercado de trabalho que irregularmente estão submetidos ao trabalho precoce ou inapropriado para a fase de desenvolvimento em que se encontram.

Para finalizar, retomando, observa-se que entre os anos de 2016 e 2019 houve uma redução do contingente de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil (-16,8 %), mas os números em 2019 ainda são alarmantes, sendo que no Brasil durante o ano referido 2,0 milhões de brasileiros entre 5 e 17 anos realizavam trabalhos relacionados, tanto, a economia, quanto, ao autoconsumo. Destaca-se ainda que:

O contingente de 1,3 milhão de trabalhadores que realizavam atividades econômicas em situação de trabalho infantil concentrava-se principalmente na atividade não agrícola (75,8 %) [...] O agrupamento das atividades econômicas da Agricultura e do comércio e reparação respondiam, respectivamente, por 24 ,2% e 27,4% das atividades exercidas por essa população.

Desse modo, percebe-se que o trabalho infantil compõe uma triste realidade no cenário nacional, e que se faz necessária a criação e aplicação de políticas públicas e projetos voltados ao combate dessa problemática, assim como, o acompanhamento e incentivo as iniciativas que já atuam na luta contra a exploração de crianças e adolescentes.

3.2 Relação entre trabalho infantil e dignidade da pessoa humana

A priori, ao analisar a história, sobretudo a Revolução Francesa, percebe-se que o direito está intimamente relacionado à necessidade de tomadas de decisões justas e a luta de classes marginalizadas por direitos políticos e jurídicos. Esta revolução provocou profundas mudanças tanto nas áreas econômicas e



sociais, quanto no político e cultural, refletindo assim, nas mesmas organizações de diversas outras nações ao longo do século XIX. Outro acontecimento revolucionário, datado deste período, foi a aprovação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, declaração esta que embasou diversas leis e decretos em assembleias constituintes pelo mundo.

No que tange ao Brasil, a Constituição Cidadã de 1988 está embasada nos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade defendidos durante a Revolução Francesa, sobretudo no que se refere aos princípios trabalhistas sociais e a dignidade da pessoa humana, sendo estes uns dos preceitos constitucionais fundamentais como previsto no Art. 1º e seus incisos, essencialmente o III, que dita a dignidade da pessoa humana. Ainda, como bem traz o art. 5º da Constituição, todos são iguais em direitos perante a lei, cabendo citar o inciso III no qual está expresso: “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante” (BRASIL, 1988).

No tocante à construção da Constituição brasileira, há o estabelecimento de dignidade humana como fundamento, ou seja, esta é considerada como referência teórico-basilar de sustentação da estrutura jurídica e social (WEBER, 2013). Para fins de explicação, dignidade humana é o princípio maior de uma estrutura e uma vez constatada na lei principal de um Estado, torna-se a base na qual a ordem constitucional é erguida, significa que tal não pode ser violada e sim promovida e protegida pelo Estado. Para além, os direitos fundamentais, essencialmente os sociais, são a expressão da prática efetiva de dignidade nas instituições sociais, porém tais direitos não esgotam o conteúdo da dignidade da pessoa humana (WEBER, 2013).

Kant em seus postulados reconhece que o ser humano quando sai da menoridade, à maioridade para o alemão é o indivíduo que atinge o próprio esclarecimento sem se deixar levar por ideias já estabelecidas, teria esta pessoa autoridade para criar suas próprias leis e rege-se por elas com ética e razão, assim o próprio se vendo como o legislador de um mundo dos fins (WEBER, 2013). Nesse sentido, na segunda e terceira formulação do imperativo categórico de Kant, há uma associação da autonomia com a dignidade humana (WEBER, 2012). Para fins de mais clareza e exposição, na segunda formulação Kant traz o imperativo categórico que dita o considerar a nós e ao outro sempre como um fim, desconsiderando totalmente a possibilidade de usar o ser humano como



meio, pois segundo Kant, o homem é dotado de dignidade e não é uma coisa, uma vez que coisas tem um preço e podem ser equivalentes a outra de mesmo preço (WEBER, 2012). Logo, o homem está longe de qualquer preço, ou melhor, acima de precificação, pois a dignidade humana é intrínseca àquele e não pode ser esta tal como um produto comercializável, trocada por um preço.

Neste viés, tomando nosso público-alvo de estudo, crianças e adolescentes são seres como qualquer outro ser humano possuidores de dignidade (GAMA, 2011). Embasada nesta tese, é evidente que tem estes os mesmos direitos dos adultos, claro, levando-se em consideração que são seres em fase de desenvolvimento e transformações biológicas, psicológicas, como tanto socioculturais, ficando assim mais vulneráveis e necessitando de proteção jurídica especial. Para tanto, como defende Gama (2011), cabe ao Estado e à sociedade promover prioritariamente uma vida digna para crianças e jovens no intuito de que na vida adulta, estas tenham condições adequadas de exercer o pleno exercício de sua cidadania (GAMA, 2011), de forma a impulsionar políticas públicas positivas que ofereçam o acesso à educação, lazer, cultura e saúde, o básico para uma vida digna, e não só este conjunto de necessidades sociais, como defende Weber (2013, p. 199-200):

[...] sobretudo aquelas “prestações materiais” que visam garantir uma vida digna. Isso não significa garantir apenas a sobrevivência física, mas implica no desenvolvimento da personalidade como um todo. Viver não é apenas sobreviver.

Logo, nota-se que o Brasil, mesmo possuidor de uma lei específica que proíbi o trabalho infantil e também presente na Constituição, especificadamente em seu Art. 7, inciso XXXIII que dita o trabalho noturno, insalubre ou perigoso como proibido a menores de dezoito anos, e qualquer trabalho a menores de quatorze anos, com salve na forma de aprendiz, ainda existiam em 2019, segundos dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 1 milhão e meio de crianças e jovens vítimas do trabalho infantil no país, quer seja desenvolvendo atividades econômicas, quer seja atividades de autoconsumo. Em trocadilhos, seres humanos alijados da dignidade que lhes é inerente, submetidos a trabalhos pesados ou mesmo de carga horária exorbitante que os impossibilita de estar tendo acesso à uma educação, lazer ou cultura. Kant traz autonomia e a relação desta com a dignidade humana, presente



quando o ser humano é o fim de tudo em tudo, não sendo jamais tabelado por valor, de modo contrário, tem-se uma pessoa usada como meio, longe de seu valor incalculável (WEBER, 2012).

Por fim, o que falta no Brasil é apenas maior rigor na vigilância de suas leis, como tanto a maior eficácia em suas políticas públicas voltadas ao grupo infanto-juvenil (GAMA, 2011). Para além, compreende-se a dignidade humana como algo inerente ao indivíduo, assim todo ser humano é um fim em si mesmo, segundo Kant em seus postulados, contrário a isto, a pessoa humana é um meio, um objeto precificado, portanto sem dignidade e ferindo a Constituição brasileira que traz em sua base o princípio maior. Ademais, a prática de atividades laborais durante a infância compõe um ato desumano, que expressa também problemas em outras instancias da organização econômica e social do país, tendo em vista que um dos principais fatores que possibilitam e/ou ocasionam o trabalho infantil é a falta de acesso da população ao mínimo existencial.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Mediante às discussões, tanto em sala de aula quanto das leituras bibliográficas oferecidas pelas disciplinas de Direito Constitucional e Instituições Públicas e Privadas acerca da temática dignidade, como as referências sobre trabalho infantil, no Google Acadêmico, logrou-se a ciência do que pode ser considerado trabalho infantil. De forma que este é caracterizado por ser atividades remuneradas ou não que impedem as crianças e jovens de usufruir dos seus direitos sociais básicos, tais como: lazer, educação, cultura e saúde. Além do mais, há possibilidades do jovem está atuando no mercado de trabalho, estabelecendo seu primeiro contato por meio do ingresso na modalidade de aprendiz, sem, contudo, ferir a dignidade humana.

Ainda, foi possível entender o conceito de dignidade humana, sua existência independente de raça, situação econômica, social etc. Ademais, Weber (2013), defendendo o mínimo existencial, destaca que além dos direitos sociais, o indivíduo tem que ter acesso a prestações materiais, o que para o autor vai muito além de garantir a sobrevivência física, mas o desenvolvimento da personalidade como um todo.

Por fim, trazer temáticas como as expostas no presente trabalho é de



extrema necessidade, uma vez que quebra concepções do tipo que dignidade humana se adquire apenas pelo trabalho. Concluindo, de modo geral, crianças e adolescentes que trabalham em ambientes desfavoráveis à sua situação como indivíduo, tal como aconteceu na Revolução Industrial, no interior das fábricas, como também atualmente, exclui a possibilidade da dignidade humana (GAMA, 2011), há um alijamento do indivíduo da sua condição natural de direito, como tanto dos deveres.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo se debruçou sobre a temática do trabalho infantil como prática que fere a dignidade da pessoa humana, uma vez que crianças e adolescentes são indivíduos que assim como adultos possuem direitos fundamentais a qualidade de vida e ao respeito a sua condição de vulnerabilidade social. Diante disso, esta pesquisa objetivou principalmente demonstrar a luz do levantamento bibliográfico que o trabalho infantil se opõe totalmente aos ideais de dignidade presentes na Constituição Brasileira e aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes em todo mundo. Ainda mais, buscou-se esclarecer quando o trabalho pode ser considerado como ação exploratória infantil, ou como método de socialização juvenil. Assim como, também estabelecer a relação existente entre trabalho infantil e dignidade da pessoa humana.

Para mais, por meio desse estudo se pode constatar que o trabalho infantil ainda está presente no cenário nacional atual. Para tanto, diante da análise dos dados do PENAD Contínua 2019, compreende-se que apesar de órgãos como ECA atuarem na luta contra este problema, a quantidade de crianças e adolescentes expostos a condições de vida precárias e exploração física e psicológica por meio da realização de atividades laborais, tanto de cunho econômico, quanto de autoconsumo, é extremamente a assustadora.

Por fim, para futuras pesquisas, seria bastante proveitosa a proposta de identificar políticas públicas destinadas ao combate do trabalho infantil no Brasil, assim como, sua eficácia de atuação. Outro ponto interessante para arguição seria a relação estabelecida entre a localização geográfica dessas crianças e adolescentes com a prática do trabalho infantil dentro do território nacional.



REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 16 ago. 2022.

GAMA, Maria Loureiro. **Trabalho Infantil**: proteção jurídica e dignidade humana. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Jurídicas, 2011.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **C182** – convenção sobre proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236696/lang-pt/index.htm. Acesso em: 17 ago. 2022.

PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade 2016-2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101777>. Acesso em: 17 ago. 2022.

WEBER, Thadeu. A ideia de um “mínimo existencial” de J. Rawls. **Kriterion**, Belo Horizonte, v. 54, n. 127, p. 197-210, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/kr/a/9Xm9v9snhPspZRxqV6LtP5F/?lang=pt#:~:text=A%20ideia%20que%20o%20norteia,promovida%20%C3%A9%20dever%20do%20estado>. Acesso em: 14 ago. 2022.

WEBER, Tadeu. Autonomia, dignidade da pessoa humana e respeito em Kant. In: UTZ, Konrad (org.); BAVARESCO, Agemir; KONZEN, Paulo Roberto. **Sujeito e liberdade**: investigações a partir do idealismo alemão. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2012. p. 14-41. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/11607/2/Autonomia_Dignidade_da_Pessoa_Humana_e_Respeito_em_Kant.pdf. Acesso em: 14 ago. 2022.



IDENTIDADE, MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA E INTERSECCIONALIDADE

Lorran Cicero Melo dos Santos¹

Francione Charapa Alves²

RESUMO

O presente trabalho é produto do projeto de pesquisa intitulado: Interseccionalidade e acesso ao ensino Superior: marcadores de diferença de estudantes do Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri. Nesse projeto investigamos os marcadores sociais de diferença presente no público discentes do Instituto de Formação de Educadores. A questão norteadora da pesquisa foi: O que o público estudantil entende por Marcadores Sociais de Diferença? A pesquisa se constituiu em uma investigação de abordagem qualitativa, realizada através de um questionário socioeconômico com o alunato geral do Instituto de Formação de Educadores. Ao final desse estudo, pudemos perceber a demanda em levantar discussões a respeito de temáticas sociais em licenciaturas e que estudos sobre os marcadores sociais da diferença e sobre a identidade, faz-se necessário para a resignificação do espaço acadêmico, para compreender quem está tendo acesso a esse âmbito educacional, para que não criemos distanciamentos das realidades existentes.

Palavras-chave: Marcadores Sociais; Diferença; Pesquisa.

ABSTRACT

The work is the product of the research project entitled: Intersectionality and higher education: indicators of difference in students from the Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri. In this project, we investigated the social markers of difference present in the students of the Instituto de Formação de Educadores. The guiding question of the research was: What does the student

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Matemática na UFCA, E-mail: lorran.santos@aluno.ufca.edu.br, bolsista financiado pelo CNPq.

² Professora no Instituto de Formação de Educadores da UFCA, E-mail: francione.alves@aluno.ufca.edu.br. Orientadora do projeto.



public understand by Social Markers of Difference? A qualitative investigation carried out through a survey of final socioeconomic studies with the final study of the socio-economic training of the Instituto de Formação de Educadores, we could perceive in raising studies on aspects of social issues in degrees and that on the requirement of social studies in degrees social differences and on identity, it is necessary to re-signify the space for accessories of understanding, for those who are understood, so that we do not cry out distances from the existing ones.

Keywords: Social Bookmarks; Difference; Search.

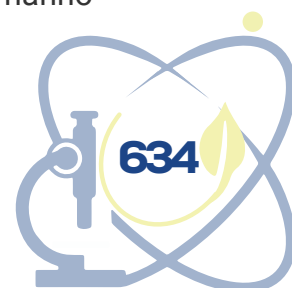
1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é decorrente do projeto de pesquisa intitulado: *Interseccionalidade e Acesso ao Ensino Superior: marcadores de diferença de estudantes do Instituto de Formação de Educadores da Universidade Federal do Cariri*. Nesse projeto investigamos o que o público estudantil sabe sobre o tema e quais os marcadores sociais de diferença presentes no público discente do instituto de formação de educadores. Trata-se de uma pesquisa financiada pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) e pelo CNPq.

Este trabalho constitui em uma investigação de abordagem qualitativa, realizada através de um questionário socioeconômico com o alunato geral do Instituto de Formação de Educadores da UFCA. Recebemos nessa pesquisa 80 respostas dos discentes dos cursos de licenciaturas. Para a análise do material empírico, partimos do entendimento de multiplicidade, diversidade e distinções humanas e culturais, que vão desde as características físicas como a cor da pele até as características demográficas como a língua. Incluímos também a percepção da identidade e diferença como sendo produções sociais, fugindo da naturalização. Isto posto, a organização desse texto contém referencial teórico, metodologia, conclusão e referências bibliográficas.

2 IDENTIDADE, MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA E INTERSECCIONALIDADE

O retorno de recorrentes menções aos ideais da nação brasileira, no âmbito do contexto político vigente, instiga-nos a pesquisar sobre qual projeto de nação tem sido pensado, quem está inserido nele e quais grupos esse projeto exclui. Esse fato se dá, sobretudo, em decorrência de uma nação com o tamanho



do Brasil onde cada estado é constituído por diversidade cultural, política e de interações sociais que, ao fracionar cada uma das cinco regiões, circunscreve conglomerados com peculiaridades de formação que reafirma um país plural e multicêntrico. De acordo com Stepan (1990), teorias sobre a necessidade de construção da nação foram sempre embasadas na preocupação com a composição populacional do Brasil e tinham como foco os pobres, principalmente negros e denominados mulatos, percebidos como “ignorantes, doentes e cheios de vícios, com altas taxas de alcoolismo, imoralidade, mortalidade e morbidez” (STEPAN, 1990, p. 126). Ou seja, tratava-se de discursos hegemônicos que viam a população como um perigo, sobretudo no que se refere a um potencial de criminalidade (ALVAREZ, 2003).

No que se refere ao ingresso dessa população vista como ignorante e perigosa à universidade, ações afirmativas e efetivação de ações políticas de acesso foram pensadas pelo governo federal somente a partir dos anos 2000. Nessa época, foram oficializadas ações afirmativas pontuais para reparação de desigualdades estruturais, através da criação de cotas, em diversas modalidades ao demarcar porcentagens das vagas existentes nas IES federais do país para a população comprovadamente de baixa renda (SILVA; SILVA, 2018).

Assim, faz-se necessário que o acadêmico, ao ingressar no Ensino Superior, identifique o marcador social de diferença que irá identificá-lo dentro da IES (Instituição de Ensino Superior). Ao fazê-lo, escolhe aquele com o qual se sente mais seguro ao ser representado ou que garanta seu acesso dentro da política de cotas com garantia de direitos. Entretanto, é preciso observar o que afirma Silva (2000) sobre a existência de múltiplas identidades que compõem a formação social do sujeito, bem como tensões entre identidades diversas que trazem à tona outras identidades importantes na manutenção da estrutura social.

Para o autor, a presença de identidades outras que fogem a dimensão hegemônica de identidade tenciona, incita, rompe barreiras conceituais e, de forma geral, afeta o poder ao introduzir uma diferença que constitui a possibilidade de seu questionamento (SILVA, 2000, p. 84). Entretanto, Silva e Silva (2018) afirmam que “a problemática atual repousa sobre a permanência desses sujeitos nas academias brasileiras” e que isso depende muito mais de somente de “criar mecanismos para que os grupos mantidos fora da estrutura acadêmica nacional se vejam como parte da mesma”, mas que, na garantia de permanência,

construção do conhecimento e conclusão estejam “ocupando, assim, seu lugar de direito” (SILVA; SILVA, 2018, p. 578).

Tais escolhas, findam por apagar outros marcadores que também compõem sua identidade. Olhar em perspectiva de múltiplos marcadores, sem ocultações, é o que se propõe a leitura interseccional (CRENCHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019). Por sua vez, as discussões sobre marcadores sociais da diferença iniciaram a partir da autocrítica do movimento feminista norte-americano, ao longo dos anos 1980, questionando a representação de mulher associada à cor/raça branca, à heterossexualidade e à classe média (PELÚCIO, 2011).

Nos últimos anos, observa-se um crescimento elevado das discussões sobre a caracterização identitária. A partir de conceitos atribuídos a identidade, nota-se, que há uma busca pela significação de identidade, porém na tentativa de achar um conceito preciso percebe-se que tem sido feito uma desconstrução da concepção de Identidade formalizando uma discordância da personalidade integral, originária e unificada (HALL, 2000). No entanto, ao surgir críticas relacionadas a não existência de uma identidade fixa, leva-nos a buscar por respostas de como acontece o processo de construção e as mudanças que podem ocorrer em um indivíduo perante a sua vivência em sociedade. Nesse sentido, Hall (2000, p. 106) diz que: “Na linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas [...]”.

Então, nessa perspectiva discursiva sobre a construção da identidade, podemos compreendê-la, segundo Silva (2000) como sendo aquilo que se é, ex.: sou mulher; sou pobre etc., em uma afirmativa autossuficiente (“o que eu sou”), referindo-se a si mesmo. Para uma melhor compreensão, precisamos adentrar em um outro conceito, diretamente relacionado com a identidade, a “diferença”.

O conceito de diferença está atrelado à compreensão de identidade, embora sejam dependentes e ao mesmo tempo opostas, Silva (2000) diz que a diferença é aquilo que o outro é, ex.: ela é jovem, ele é negro etc., em uma afirmativa autorreferente, ou seja indica o que o outro é, levando em referência a si mesmo, o outro é aquilo que não sou, assim há diferença.

Essas entidades (identidade e diferença), têm uma relação de interdependência pois ao mesmo tempo que a identidade necessita da diferença,



a diferença necessita da identidade. Silva (2000, p. 75) discorre que “Em geral a diferença é um produto derivado da identidade, a identidade é a referência ao qual se define a diferença”. Como constituinte das identidades, o ser humano porta consigo marcadores sociais de diferença. Estes são evidenciados, através das diferenças e desigualdades, que por suas vezes, são produtos das relações entre pessoas, sejam elas, econômicas ou culturais, que atribuem conflitos de interesse e criam supremacias de alguns cidadãos sobre outros. Segundo Zamboni (2014) “as diferenças e desigualdades entre os homens não são naturais. Elas são construídas socialmente e precisam ser contextualizadas em termos de tempo e espaço”. O autor ainda reitera que:

[...] os marcadores sociais da diferença nunca aparecem de forma isolada, eles estão sempre articulados na experiência dos indivíduos, no discurso e na política. Finalmente, os sistemas de classificação estão intimamente ligados às relações de poder. Marcadores sociais da diferença são sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais (ZAMBONI, 2014, p. 15).

Segundo Henning (2015, p. 100) os “marcadores sociais da diferença como gênero, sexualidade, idade/ geração, ‘raça’, classe social e corporalidades interagem, contextual e conjunturalmente, de modo a promover potenciais cenários de desigualdades sociais e hierarquizações”. Sendo assim, a identidade e pertencimentos reverberam sobre o meio social que o indivíduo vive. Durante muito tempo as pesquisas em educação desconsideraram os sujeitos envolvidos nesse processo, sobretudo o estudante. Por isso, os estudos sobre os marcadores sociais da diferença e sobre a identidade, faz-se necessário para a ressignificação do espaço acadêmico, para compreender quem está tendo acesso a esse âmbito educacional, para que não criemos distanciamentos das realidades existentes.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa enquadra-se dentro de uma abordagem qualitativa, uma vez que, trata-se de uma pesquisa social que segundo Deslandes, Gomes e Minayo (2007, p. 13) “a pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente



imbicados e comprometidos”.

Para a coleta de dados, utilizamos um questionário (formulário eletrônico), em que explorou-se fazer um levantamento do perfil socioeconômico do alunato do Instituto de Formação de Educadores, além de abranger questões sobre acesso e permanência no ensino superior, sobre assistência estudantil e sobre o conhecimento discente acerca dos marcadores sociais de diferença e discriminação. Este instrumento de coleta, passou por fases de testes, antes de ser aplicado com a nossa amostra. Após isso, passou por fase de adaptações até chegar ao público-alvo.

A análise dos dados se deu através da análise de conteúdo, especificamente a temático-categorial que conta com três etapas: pré-análise (leitura fluente do material); exploração do material (codificação e categorização); tratamento do material (inferência) (BARDIN, 1977).

4 ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

A análise apresenta inicialmente a caracterização da amostra, delineando o perfil dos participantes. Em seguida, apresentam as dimensões relacionadas aos marcadores sociais da diferença e o que os/as estudantes entendem por este conceito. Essa pesquisa foi realizada com 80 discentes dos cursos de licenciaturas que estão alocados no Instituto de Formação de Educadores, na Universidade Federal do Cariri³. No qual os sujeitos serão nomeados nessa seção analítica como A1, A2, A3, A4... e por seguinte... até A80. Fazendo-se alusão ao termo Aluno/a e a numeração corresponde a ordem das respostas obtidas organizadas em uma planilha numerada. Ao todo o questionário tinha quarenta questões, que correspondiam à grande pesquisa, mencionada anteriormente. O questionário foi estruturado com quatro seções entre: 1) *Perfil Socioeconômico*; 2) *Acesso e Permanência no Ensino Superior*; 3) *Sobre Assistência Estudantil*; 4) *Sobre Marcadores Sociais de Diferença e Discriminação*. Para o presente relatório, o foco analítico foi a quarta seção.

³ Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais e Matemática; Licenciatura em Biologia; Licenciatura em Química; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Física e Licenciatura em Pedagogia (teste).



A seguir, traremos a discussão e análise das respostas dos estudantes participantes da pesquisa em relação à temática abordada.

4.1 Marcadores sociais de diferença

O primeiro questionamento tinha como objetivo saber se os/as estudantes já tinham ouvido falar sobre Marcadores Sociais da Diferença. Mais da metade dos/as respondentes afirmaram não terem conhecimento sobre o tema, 52,5% responderam “Não”. Os/as votantes que ficaram em dúvida foram 25%, responderam “Talvez” e os que já sabiam algo sobre o tema foram 22,5%, com a resposta “Sim”, como é visto na imagem abaixo:

Na primeira questão desta seção, foi perceptível compreender que pouco é reverberado sobre quem são os sujeitos inseridos nos espaços educacionais. É importante voltar esse olhar em quem está participando deste processo de formação. Vale lembrar que a discussão sobre interseccionalidade e marcadores sociais de diferença são recentes no Brasil.

A segunda questão, complementar à primeira, teve por intuito saber o que os/as participantes sabiam por Marcadores Sociais de Diferença, caso a resposta à pergunta anterior tivesse sido positiva. Desta questão, baseadas nos dados obtidos, foram criadas as categorias: *Não/nunca ouviram falar; já ouviram, mas não sabem explicar; Aspectos sociais; Sistema de opressão/desigualdade; Características, diversidade e diferença; Movimentos/lutas.*

Nesta categoria, foram alocadas as respostas dos/as graduandos/as que demonstraram não terem conhecimentos prévios sobre a temática. Se enquadraram nessa condição, quarenta e seis respostas. Das quais destacamos as respostas abaixo:

Não sei identificar o que significa e qual a finalidade (A4).

Nunca ouvi falar sobre marcadores sociais (A35).

Percebemos que há uma deficiência no sistema educacional que não trabalha a identidade e suas constituintes, com um olhar específico para os indivíduos da nossa sociedade, trabalho esse importante para estimulação da autoaceitação e do respeito social. Como o autor Silva (2000, p. 96) ressalta “A



identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição”, fazendo assim referência ao dever da educação em tratar desses assuntos no espaço escola. Silva (2000, p. 97) ainda reforça: “A questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social ao mesmo tempo que é um problema pedagógico e curricular”.

Na categoria *já ouviram, mas não sabem explicar*, adequaram-se as respostas em que os/as participantes afirmaram já ter ouvido algo sobre o tema, mas não sabe descrever e explicar. Como podemos observar nas respostas:

Já ouvi algo sobre, porém não sabia que existia essa categoria de marcadores sociais de diferença (A35).

Tenho pouco conhecimento sobre o tema (A35).

Essas respostas podem ser reflexo da falta de interesse com o tema ou das diversas nomeações em determinados contextos. Assim, como os autores Hirano, Acuña e Machado (2019) afirmam:

Nesse sentido, a definição de marcadores sociais da diferença como um paradigma de análise também mobiliza a palavra marcador ou marcadores como auxiliares em suas etnografias, quando se referem a dimensões sociais relacionadas a gênero, raça/cor, classe e sexualidade, entre outros (HIRANO; ACUÑA; MACHADO, 2019, p. 49).

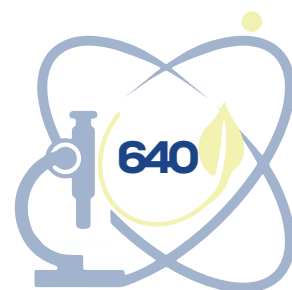
A categoria seguinte, a *Aspectos sociais*, abarcou as respostas que adentraram nas perspectivas sociais.

Ouvi pouco, são distinções sociais, noções sociológicas (A7).

Afetam as pessoas de forma referente a posição social (A39).

Que são as características humanas e sociais de uma pessoa (A63). Com essas respostas, observa-se que esses/as discentes relacionam o termo às problemáticas e contradições do meio social, sendo algo fora da visão de essência, ou seja, que não faz parte da natureza humana. Percebem também, que os marcadores estão diretamente ligados às pessoas e as suas posições na sociedade, e que isso de alguma maneira os afetam. Deste modo, os autores Hirano, Acuña e Machado (2019) relatam:

Nesse sentido, palavras como marcador ou marca convidam a um olhar mais detalhado e circunscrito, para pensar as dimensões da vida social que são genericadas, racializadas, sexualizadas, classificadas, enfim, nomeadas de modo a afetar a vida das pessoas de distintas maneiras; tornam-se, assim, marcadores sociais da diferença (HIRANO; ACUÑA; MACHADO, 2019, p. 49).



No grupo de respostas que se ajustaram em *Sistema de opressão/ desigualdade*, destacamos as dos/as respondentes A9, A29, A71 e A77. A primeira, diz que os marcadores são: “Sistema de opressão que divide e classifica por classes social” (A9), fazendo referências as desigualdades sociais. O A29 sugere: “Que está relacionado ao estudo das ciências sociais que tentam explicar como são constituídas socialmente as desigualdades e hierarquias entre as pessoas”, explicando que o termo pertence as ciências sociais e tenta esclarecer como são formadas as estruturas de desigualdades da nossa sociedade. Ainda sobre esse viés, o A71 diz que são “Sobre ideias de ideologia, situações de desigualdade social de classe, de gênero, de orientação sexual e de geração de raça”, citando assim tipos de dissimilaridades embricadas socialmente.

Por sua vez, o A77 discorre que “É um provedor de conflitos e exclusão social”, evidenciando deste modo, os marcadores sociais de diferença como os responsáveis pela promoção de conflitos e deslegitimação de indivíduos. Percebemos que as noções de marcadores sociais de diferença remetem as desigualdades, sendo precursores nestas produções. Como relata Zamboni (2014, p. 17) “A dinâmica de classificação e de articulação entre diversas formas de classificação é, portanto, uma questão fundamental para produção e reprodução de desigualdades sociais”.

A categoria *Características, diversidade e diferença*, alocou as respostas em que apontaram os marcadores sociais como sendo meio de classificar e/ou diferenciar as pessoas de acordo com suas características naturais ou sociais. Como é visto na resposta do A22: “As pessoas são classificadas de acordo com uma característica natural ou socioeconômica”, na resposta do A50 declarando: “Que eles são estudos que focam na diferença por meio da articulação de categorias”, e por seguinte, a citação de alguns atributos sociais promotores de distinções, descrito por A65 que menciona: “Das diferenças sociais, de etnias, cultura, religião, gênero entre outras”. É notório que quando remetem às diferenças, elas são demonstradas de forma intrínseca ao ser humano, é algo que constitui as identidades e ao mesmo tempo proporciona as desigualdades. Como ressalta Woodward (2000, p. 9): “A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças - neste caso entre grupos étnicos - são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares”.

Por fim, a categoria *Movimentos/lutas* que se constituiu com base nas respostas que elucidaram a respeito dos marcadores sociais de diferença terem relação com lutas e movimentos sociais. Assim como é o caso do A18 que discorre: “Em relação ao sistema de cotas raciais”, da mesma forma que o A25 expõe: “Sobre movimentos sociais organizados”.

O A43 por sua vez, relata uma experiência vivenciada na universidade. Ele nos diz que: “Na semana do meio ambiente vi a questão do respeito a cultura do povo indígena e a dificuldade deles de manterem suas práticas culturais no caso dos índios Cariris”, dando como exemplo a luta dos povos indígenas em manter suas tradições. Quando pensamos em marcadores sociais de diferenças, reverberamos sobre as classes sociais e a acerca dos movimentos sociais que tentam diminuir as desigualdades e espalhar o conhecimento sobre identidades e pertencimentos, como diz Zamboni (2014, p. 17): “os movimentos sociais que buscam combater essas desigualdades têm atuado para colocar esses temas na agenda política”.

4.2 A partir da definição citada, o que você compreende por Marcadores Sociais de Diferença?

A terceira questão os/as indagavam acerca dos marcadores sociais de diferença a partir de um conceito dado. Obtivemos respostas variadas, mas a grande maioria interpretou e contemplou o que se espera basicamente sobre a conceituação da temática. Para essa questão foram formadas sete categorias que são: *Diferença/diferenciação; Desigualdades; Classificação ou categorização; Classes sociais/ relações sociais; Opressão/ discriminações; Cotas/ universidade; Não sabem ou não souberam responder.*

A importância da discussão a respeito dos marcadores sociais de diferença na graduação, foi o assunto abordado na quarta questão. Ao perguntá-los sobre a relevância dessa discussão no ensino superior. Obtivemos a percepção de que os participantes acreditam que essa abordagem pode trazer benefícios, frisando que na licenciatura esses debates são de suma importância por instruir educadores que serão formadores de opiniões.

Mais de 90% dos/as respondentes declaram a relevância de discussões



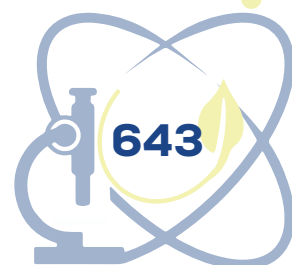
acerca dos marcadores sociais de diferença na graduação. Para essa questão, a partir das justificativas foram criadas as seguintes categorias: *Sim, para o conhecimento*; *Sim, necessidades, perfil e políticas públicas estudantis*; *Sim, percepção do outro*; *Sim, importante para a formação/ profissão*; *Sim, para promoção da igualdade e respeito*; *Não/ não sei/ não souberam responder*.

Na primeira categoria, denominada *Sim, para o conhecimento*, agrupou-se as respostas que afirmaram que as discussões com base nos marcadores sociais de diferença são importantes para meio de conhecimento. Esta categoria firmou-se com vinte e cinco respostas, das quais destacamos as respostas A18, A26 e A71. O A18 exprime que: “Sim, hoje existem muitos julgamentos em relação a esse assunto sem que exista o devido conhecimento para discutir sobre tal”, o A26 diz que: “Sim, porque é preciso saber e aprofundar sobre essa dimensão das desigualdades que muitas vezes são ralas no conhecimento da gente” e o A71 relata: “Sim, pois proporciona aos alunos informações e conhecimento melhor a respeito do tema; Marcadores Sociais de Diferença”. Todos estes abordam a relevância dessa temática para se aprender.

Na segunda categoria, intitulada *Sim, necessidades, perfil e políticas públicas estudantis*, reuniu as respostas que discorreram sobre as discussões em torno de marcadores sociais de diferença serem importantes na graduação, para conhecer o perfil estudantil, compreender suas necessidades e debater políticas públicas que concedem direitos aos estudantes. Neste pensamento, o A4 menciona: “Sim, pois assim é possível conhecer melhor o perfil do estudante e saber as suas necessidades para assim tentar suprir e promover a sua permanência no curso”, citando desta maneira a ascensão à permanência dos discente. O A30 relata: “Sim. Debate de políticas públicas”. Por fim, o A51 desabafa sobre a necessidade em humanizar o estudante, ele comenta:

Sim. Acredito que cada um tem uma dificuldade em alguma área ou uma limitação e que por isso é preciso a gente olhar os estudantes não como máquinas, mas como seres humanos que tem dificuldades que tem uma vida além da vida acadêmica (A30).

A categoria *Sim, percepção do outro*, uniu as respostas que refletiram no que concerne a importância das discussões sobre os marcadores sociais na percepção do outro, outro ser humano, em um aspecto empático. Como vemos na resposta: “Sim, pois leva os estudantes a ter uma visão mais reflexiva em



relação ao outro” (A5) e na explanação do A39, que expressa: “Com certeza, faz com que todos percebam sua posição social e percebam os outros a sua volta”, revelando a necessidade da compreensão das posições sociais dos indivíduos que perpetuam nossa sociedade.

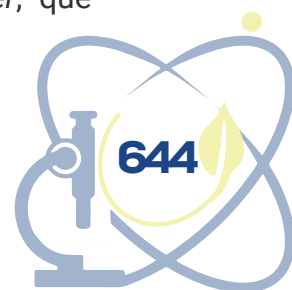
Dando continuidade, a categoria *Sim, importante para a formação/profissão*, agrupou as respostas que indicaram que o conhecimento acerca dos marcadores sociais de diferenças pode agregar tanto na formação, quanto na profissão do magistério. Desta maneira, o A7 expressa: “Sim, um curso de licenciatura deve haver noções sociológicas”, referindo-se aos cursos de licenciaturas de ciências naturais e de exatas. Dando ênfase no futuro ofício, o A37 explana: “Sim, pois ajuda a formar profissionais mais capacitados, para lidar com uma sociedade diversificada em que vivemos”. Sobre formação, o A56 relata: “Sim, acho importante porque o curso é para formação de educadores e certamente iremos adentrar nesse assunto com nossos alunos”, ainda nesta mesma visão, o A63 discursa:

Sim, porque acho que é importante as pessoas conhecerem de que maneira esses marcadores influenciam na nossa vida, para assim respeitar a diversidade existente entre as pessoas e diminuir a discriminação, principalmente em um curso de formação de professores, sujeitos que tem um papel tão impactante e relevante na sociedade (A63).

Para a categoria *Sim, para promoção da igualdade e respeito*, alocou-se as respostas que discorreram sobre respeito ao outro e diminuição das desigualdades sociais. Como observamos no relato do A16: “Sim, isso nos faz pensar em como essas desigualdades estão inseridas na sociedade e pensar medidas que visem superá-las”. O A19 considera o respeito as pessoas em sua exposição, ele explana: “Sim, pois vivemos em um mundo ao qual as pessoas merecem ser respeitadas e aceitas como elas são, e não como as pessoas querem enxergar”.

Nas respostas A34 e A47, fica evidente a menção à promoção da igualdade, comentam respectivamente: “Sim, para que possamos ter uma sociedade com menos desigualdades” (A34), e “Sim... Buscar formas de combate às negligências dos direitos humanos” (A77).

Por último, a categoria: *Não/ não sei/ não souberam responder*, que



reúne as repostas daqueles que não consideram a temática importante ou não souberam responder à questão, como vemos nas respostas: “Não tenho conhecimento sobre” (A40), “Não sei” (A41) e “Não” (A76). Grande parte dos/as participantes discorrem sobre a importância de tratar sobre essa temática na formação acadêmica, uma vez que é de suma relevância para o autoconhecimento, percebimento do outro e atribuições de sentido ao mundo produzido socialmente. Os autores Silva e Silva (2018, p. 582) fazem um apelo para: “que as instituições construam estratégias para desenvolver uma crítica interseccional sobre os diferentes marcadores sociais de seus estudantes, defendendo que estes marcadores sejam reconhecidos como fortalecedores de identidades plurais”.

5 CONCLUSÃO

Ao final desse estudo, pudemos perceber a demanda em levantar discussões a respeito de temáticas sociais em licenciaturas e que estudos sobre os marcadores sociais da diferença e sobre a identidade, faz-se necessário para a ressignificação do espaço acadêmico, para compreender quem está tendo acesso a esse âmbito educacional, para que não criemos distanciamentos das realidades existentes. Além disso, pudemos inferir que esses estudos são relevantes em licenciaturas, uma vez que o público-alvo serão formadores de opiniões, estarão em contato direto com crianças e adolescentes de diferentes vivências, pertencimentos e culturas.

Embora a pesquisa foi realizada em meio a uma pandemia, obteve êxito na participação dos/as estudantes. A adaptação para o meio remoto, proporcionou os encontros formativos e debates acerca das temáticas da pesquisa, fazendo que ampliássemos nossos conhecimentos. Em suma, mesmo com todas as dificuldades encontradas, conseguiu-se cumprir com os planos de trabalhos e atividades propostas no projeto.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos colaboradores na elaboração deste trabalho, à Universidade Federal do Cariri e ao CNPq por financiarem a bolsa de pesquisa e a professora/orientadora do projeto de pesquisa.



REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcos César. **Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil**. São Paulo: IBCCrim, 2003.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método, criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/18588>. Acesso em: 28 jun. 2022.

HIRANO, Luís Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (org.). **Marcadores sociais das diferenças: fluxos, trânsitos e intersecções**. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019.

PELÚCIO, Larissa. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 20, p. 76-85, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/7DLHvcVH93dQpHGkMKbykh/C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jun. 2022.

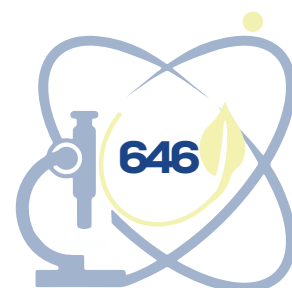
SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Vanessa Carolina; SILVA, Wilker Solidade. Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro. **Revista Educação Especial**, [s. l.], v. 31, n. 62, p. 569-585, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/30948>. Acesso em: 22 jun. 2022.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection. p. 330-391. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7bzx4>. Acesso em: 28 jun. 2022.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 7-72.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores Sociais da Diferença. **Sociologia: grandes temas do conhecimento (Especial Desigualdades)**, São Paulo, v. 1, p. 14-18, 01 ago. 2014.



BIBLIOTECA PÚBLICA E AGENDA 2030:

PANORAMA DAS CONTRIBUIÇÕES DOS PESQUISADORES DA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DE 2015 A 2022

Higia Stefanny de Macedo Pereira¹

Maria Daiane Santana da Silva²

Ana Paula Pereira da Silva³

Ivina Lobo de Alencar⁴

Francisco Djair Custódio do Nascimento⁵

Maria Cleide Rodrigues Bernardino⁶

RESUMO

O estudo tem como objetivo apresentar um panorama das pesquisas sobre biblioteca pública no contexto da Agenda 2030 em periódicos da Área de Ciência da Informação, no período de 2015 a 2022. A escolha do recorte temporal deu-se pela publicação do documento da IFLA 'As bibliotecas e a Agenda 2030' e da própria Agenda 2030 da ONU. Tem como problemática: qual o panorama das pesquisas que envolvem a biblioteca pública em conjunto com a Agenda 2030 no Brasil a partir da publicação do documento base? Fundamenta-se em um estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. Apontou um total

¹ Discente do Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Cariri. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/FUNCAP), E-mail: stefanny.higia@aluno.ufca.edu.br.

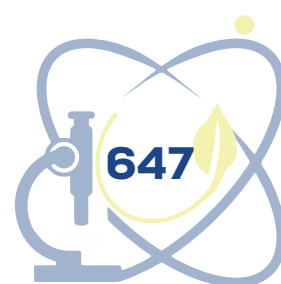
² Discente do Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Cariri. Bolsista PIBIC/FUNCAP, E-mail: daiane.santana@aluno.ufca.edu.br.

³ Discente do Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Cariri. Bolsista PIBIC/FUNCAP, E-mail: silva.ana@aluno.ufca.edu.br.

⁴ Discente do Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Cariri. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica pela UFCA (PIBIC/UFCA), E-mail: ivina.alencar@aluno.ufca.edu.br.

⁵ Discente do Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Cariri. Bolsista PIBIC/FUNCAP, E-mail: djair.custodio@aluno.ufca.edu.br.

⁶ Docente, pesquisadora bolsista de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica (BPI/FUNCAP). BP4 nº 0172.00343.01.00/20 – BPU nº 09691860/2020, E-mail: cleide.rodrigues@ufca.edu.br.



de 17 artigos em 10 periódicos nacionais e 1 internacional, ao que se conclui ser uma produção ainda muito pequena em sete anos de publicação da Agenda 2030 e do documento da IFLA.

Palavras-chave: Biblioteca Pública; Agenda 2030; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

The study aims to present an overview of research on public library in the context of Agenda 2030 in journals in the Information Science Area, from 2015 to 2022. The time frame was chosen due to the publication of the IFLA document 'As libraries and the 2030 Agenda' and the UN's own 2030 Agenda. Its problem is: what is the panorama of research involving the public library in conjunction with the 2030 Agenda in Brazil from the publication of the base document? It is based on an exploratory and descriptive study with a qualitative approach. It pointed out a total of 17 articles in 10 national and 1 international journals, which is concluded to be a very small production in seven years of publication of the 2030 Agenda and the IFLA document.

Keywords: Public Library; Agenda 2030; Sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

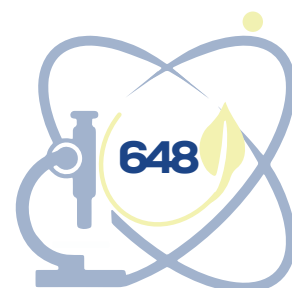
A biblioteca pública, conforme o estudo 'Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros – 2014: Cultura' do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014⁷, é o equipamento cultural mais presente no Brasil, encontrando-se em 97,1% dos municípios brasileiros. Segundo a última do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) em 2020, o Brasil conta com 5.293 bibliotecas públicas municipais, distritais, estaduais, federais⁸ nos 26 Estados e no Distrito Federal. Estão distribuídas em 423 na Região Norte; 1.807 na Região Nordeste; 498 na Região Centro-Oeste; 1.274 na Região Sudeste e 1.291 na Região Sul⁹.

Somando-se à relevância da biblioteca pública como equipamento cultural

⁷ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295013>. Acesso em: 18 ago. 2022.

⁸ Tem-se duas bibliotecas federais, a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro e a Biblioteca Demonstrativa de Brasília, em Brasília, DF.

⁹ Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/sistema-nacionalde-bibliotecas-publicas-snbp/informacoes-das-bibliotecas-publicas-1>. Acesso em: 18 ago. 2022.



tem-se a sua representatividade em quase 100% dos municípios brasileiros e, claro, sua importância social, cultural e educativa. Em 2015 a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) publicou o documento 'As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU', que constava de um conjunto de ferramentas e propostas para que as bibliotecas, sobretudo, as públicas, trabalhassem para auxiliar a implementação da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Esta iniciativa é impulsionada pelo *advocacy* bibliotecário que, através do movimento associativista trabalha pelas bibliotecas e pessoas bibliotecárias no mundo.

Neste sentido, tem-se como objetivo apresentar um panorama das pesquisas sobre biblioteca pública no contexto da Agenda 2030 em periódicos da Área de Ciência da Informação, no período de 2015 a 2022. O recorte temporal deve-se ao ano em que foi publicado o documento da IFLA e da Agenda 2030 da ONU. O estudo ancora-se na problemática: qual o panorama das pesquisas que envolvem a biblioteca pública em conjunto com a Agenda 2030 no Brasil a partir da publicação do documento base. Justifica-se o estudo, por motivos acadêmicos em que se faz necessário um entendimento de como a temática está sendo compreendida e assimilada pelos pesquisadores e pesquisadoras da Área e para dar suporte ao referencial teórico sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

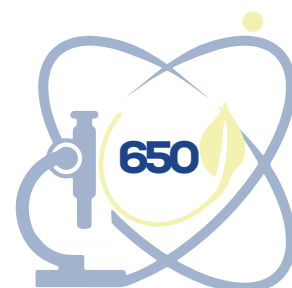
As bibliotecas públicas são espaços socioculturais que desempenham para a comunidade em que atuam, serviços informacionais abrigados em múltiplos suportes. Esses espaços, ao longo dos anos, sofreram intervenções que, em alguns casos, favoreceram o fortalecimento dessas unidades de informação, como o fato de abandonar o simplório conceito de depósito de livros e transformar-se em um local democrático de socialização da informação. Entretanto, é fato que também ocorreram questões que vem minimizando a importância da biblioteca pública.

Apesar das inúmeras transformações que a informação e seus suportes passaram ao longo dos séculos, a biblioteca pública caminha a passos lentos e perde espaço de atuação perante sua comunidade usuária. Sobre isto, Pinheiro (2009, p. 27) afirma que a biblioteca pública é um sistema democrático de acesso

à informação e à leitura e que, portanto, deve “[...] respeitar a diversidade de interesses e abrir possibilidades de integração do indivíduo no campo decisório desse sistema”. Para abrir possibilidades de integração do indivíduo por sua vez, é preciso ter em mente o que Betancur Betancur (2007) chama de tripla função da biblioteca pública, que se centra na formação de uma sociedade leitora, no acesso à informação e no fomento ao desenvolvimento cultural. Neste sentido, abrir possibilidades de integração é o primeiro passo para construir um território local de atuação para a biblioteca pública. É torná-la parte integrante da comunidade. Ao integrar-se com a comunidade, a biblioteca, constrói-se um território de atuação local. Betancur Betancur (2007) entende que a construção social de um território local para as bibliotecas públicas é a interpretação da expressividade do cenário de identidades local e regional da comunidade usuária em prol da coletividade futura. Essa concepção é dada a partir dos processos de construção social da informação, do fomento à leitura e à cultura e se consolida pelo estímulo aos processos de participação da sociedade e das possibilidades de interação e transformação.

Nesta perspectiva, para que a biblioteca pública se constitua como um território local de informação é preciso que seus serviços se aproximem de maneira precisa e contundente da população usuária. É necessário, contudo, reconhecer a identidade da biblioteca pública, a globalização dos aspectos relacionados aos construtos local e global dessas possibilidades e, sobretudo, humanizar os serviços como requisito para uma aproximação entre a oferta e a demanda de informações. Isto significa que é preciso, antes de tudo, que a biblioteca pública e seus gestores conheçam a história dessa biblioteca, reconheçam suas condições históricas e, principalmente, conheçam a sua comunidade e suas necessidades. É necessário, ainda, o reconhecimento e a vinculação entre os atores sociais que envolvem a biblioteca, a pessoa bibliotecária e a clientela para a interação completa.

Betancur Betancur (2007) aponta alguns desafios para a biblioteca pública se constituir em um território local de informação e cultura. São eles: rever a concepção de intervenção social a partir de bibliotecas; prestar serviços de informação local; compreender as relações entre informação e leitura; entender a biblioteca como um centro de encontro e intercâmbio de construção de múltiplas identidades; e participar do cenário e processos decisórios



públicos da comunidade local. Este último é tão importante quanto conhecer a comunidade usuária e suas necessidades, pois situa a biblioteca em uma posição de integração social ativa e responsável para o desenvolvimento da comunidade a qual pertence. Entretanto, para que isto possa se tornar realidade, faz-se necessária uma formação do bibliotecário, tanto com enfoque político, quanto social para que possa desempenhar, com responsabilidade e sabedoria, esta função. Conforme sintetiza Betancur Betancur (2007, p. 24):

Os processos de construção de um território com contribuição substancial a partir das bibliotecas públicas implicam no reconhecimento das identidades culturais, a construção social da informação, projeto participativo dos serviços e avaliação coletiva para realmente conhecer o impacto nas comunidades (tradução nossa).

Um determinante para a construção de um território local de atuação para a biblioteca pública é a criação de redes de bibliotecas públicas funcionando como uma estratégia para o desenvolvimento de ações que viabilizem e oportunizem sua participação no processo decisório da comunidade em que está inserida. Outro fator é o conhecimento dos produtos e serviços e as transformações e trocas necessárias para que se efetive, de forma permanente, a criação e o uso dos recursos de informação. Esse somatório contribui para a projeção da biblioteca pública na sociedade e dá maior visibilidade à instituição. Esse processo insere a biblioteca no panorama territorial da cidade e, claro, institui uma nova concepção de biblioteca pública. Brettas (2010, p. 102) pontua que uma nova concepção de biblioteca pública:

[...] é uma instituição integrada à sociedade na qual faz parte, já que se encontra inserida em um determinado contexto político e cultural, do qual pode sofrer influências no momento de organizar e difundir o seu acervo. Entretanto, através dos próprios serviços prestados, ela pode também promover mudança das mentalidades de seu público usuário.

Para promover mudanças de mentalidade na comunidade, a biblioteca precisa, acima de tudo, conhecer essa mentalidade. Essa percepção é responsável pela interação entre a biblioteca e a comunidade usuária e constitui as diferentes óticas que compõem a estética territorial de uma cidade. Conforme Betancur Betancur (2007), os cidadãos trazem, em seu imaginário, a representação dos diferentes contextos que abrigam a sua cidade. Por sua vez, essa representação

ajuda a construir um conceito de biblioteca pública integrada e com mobilidade cultural e visibilidade. Uma biblioteca pública que funcione como um centro de informações e que atue permanentemente atendendo às demandas informacionais da população e que seja da comunidade e para a comunidade. Jaramillo e Montoya Ríos (2005, p. 34) constroem um novo conceito de biblioteca pública como “[...] um espaço para a formação da identidade individual; [...] tem um grande potencial de intervenção nas dinâmicas sociais” e que pode, através de sua atuação, produtos e serviços, contribuir para a solução de problemas sociais.

O ‘Manifesto da UNESCO para bibliotecas públicas’ (2022) traz o entendimento e atuação da biblioteca pública relacionadas à informação, inclusão, voltada para o os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para a “construção de sociedades mais igualitárias, humanas e sustentáveis” (MANIFESTO..., 2022, online).

Este Manifesto proclama a crença da UNESCO na biblioteca pública como uma força viva para a educação, cultura, inclusão e informação, como um agente essencial para o desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento da paz e bem-estar espiritual de todos os indivíduos (MANIFESTO..., 2022, online).

É importante ressaltar que a primeira versão do Manifesto foi publicada em 1949 e destacou, a função da biblioteca pública em relação ao ensino e a caracterizando como centro de educação popular. Em 1972, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) publicaram a segunda versão do Manifesto sintetizando como suas funções educação, cultura, lazer e informação. A terceira versão foi publicada em 1994, a partir das discussões sobre a sociedade da informação e suas implicações para o universo das bibliotecas públicas. Assim, o texto enfatiza o compromisso da biblioteca pública para com a democratização do acesso às novas tecnologias de informação (FUNDAÇÃO..., 2010).



Quadro 1 - Evolução da biblioteca pública pela UNESCO a partir dos Manifestos

Ano	Foco	Natureza	Enfoque/Atividade
1949	Ensino e educação	Meio eficaz para aquisição, organização e disseminação de publicações informativas e educativas.	Apoiar os processos de educação não formar e oferecer informação à comunidade.
1972	Educação, cultura, lazer e informação	Instituição democrática para o ensino, à cultura e a informação	Especificar o papel democratizador do livro e informação, educação e cultura.
1994	Democratização no acesso às TIC	Centro de informação	Facilitar o acesso à informação e ao conhecimento através das TIC.

Fonte: Bernardino (2022, p. 58) baseado em Jaramillo e Montoya Ríos (2005).

O novo Manifesto tem como foco o conhecimento e a inclusão, a natureza como espaço democrático, integrado e participativo e o enfoque na implementação da Agenda 2030.

Vale ressaltar que a IFLA juntamente com diversas organizações da sociedade civil auxiliou na criação e revisão do texto base do documento - e publicou em 2015 um programa de ação da IFLA para o desenvolvimento através das bibliotecas, intitulado 'As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU'. Trata-se de um conjunto de estratégias que atualiza e substitui o 'Toolkit: Libraries and the UN post-2015 development agenda' também de 2015 (FEDERAÇÃO..., 2015).

A Agenda 2030 da ONU conta com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para transformar o mundo e a biblioteca, como organização alicerçada nos paradigmas social e tecnológico está comprometida com esta pauta. No quadro a seguir elenca-se as recomendações da IFLA e da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) para as bibliotecas trabalhar a Agenda 2030.

Entretanto, o desafio é maior para as bibliotecas públicas quando se pensa nas condições destas na sociedade. Ainda há muito o que avançar. Melhorar em infraestrutura, em contratação de bibliotecários e, sobretudo, na implementação de políticas públicas que favoreçam a manutenção das bibliotecas públicas e a sua democratização.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva com abordagem qualitativa. As pesquisas exploratórias “[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2012, p. 27). E com a pesquisa descritiva objetiva-se a “[...] descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis” (GIL, 2012, p. 28). A abordagem qualitativa auxilia na construção dos aspectos subjetivos.

A pesquisa foi realizada primeiramente na Base de Dados de Periódicos de Ciência da Informação (BRAPCI) com os descritores: <<biblioteca pública>> + <<Agenda 2030>> + <<Objetivos de Desenvolvimento Sustentável>> com delimitação de 2015 a 2022. Recuperou-se apenas 8 registros devido a BRAPCI estar em manutenção, portanto, desatualizada. Realizou-se a mesma busca, com os operadores booleanos e descritores no Google Acadêmico e obteve-se um total de 175 registros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o objetivo de apresentar um panorama das pesquisas sobre biblioteca pública no contexto da Agenda 2030 em periódicos da Área de Ciência da Informação, no período de 2015 a 2022, a busca apontou 175 registros. Entretanto, exceptuando artigos publicados em eventos científicos e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação, Dissertações e Teses, obteve-se 19 registros no período pesquisado, sendo que 2 registros recuperados não eram de periódicos da Área de Ciência da Informação, totalizando, portanto, 17 registros. Vale ressaltar que os primeiros anos (2015 e 2016) apresentaram 3 registros sendo que nenhum se enquadrava nos parâmetros da pesquisa.

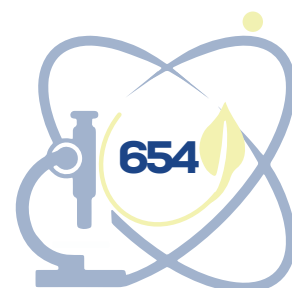
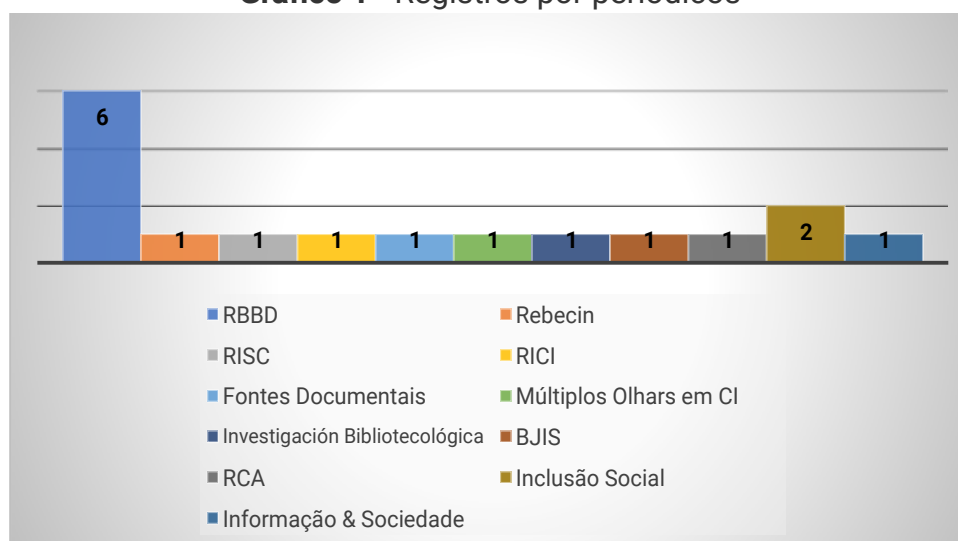


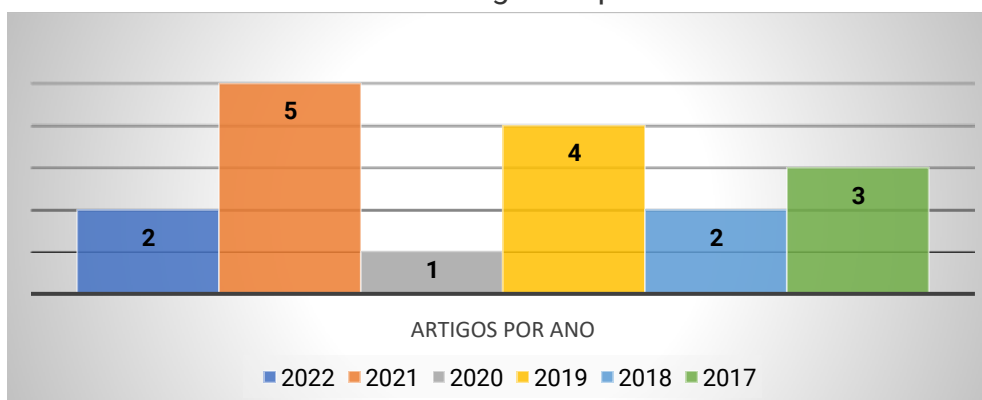
Gráfico 1 - Registros por periódicos



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Entende-se que a comunicação das pesquisas científicas através de periódicos da Área solidifica a temática entre os pares. Os resultados trazem a Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBBD) como o periódico que mais publicou artigos com o recorte temático. Pode-se inferir que, a razão dessa maioria deu-se por se tratar de um periódico publicado pela própria FEBAB e pelo compromisso da Instituição com o *advocacy* bibliotecário. A revista Inclusão Social, do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT), publicou 2 artigos e os demais: Revista Informação na Sociedade Contemporânea, Revista Fontes Documentais, Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, *Brazilian Journal of Information Science*, Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação: RICI, Informação e Sociedade: estudos, Revista Brasileira de Educação em Cin. Da Inf. Rebecin, Revista Conhecimento em Ação e o periódico internacional: *Investigación Bibliotecológica*, apresentaram apenas 1 registro.

Gráfico 2 - Registros por ano



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Entre os pesquisadores tem-se Maria Cleide Rodrigues Bernardino, com 3 artigos; Cleide Elis da Cruz Raulino e Pablo Parra Valero, com 2 artigos e os demais com 1 artigo publicado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se ínfima a produção científica envolvendo a biblioteca pública e a Agenda 2030 em periódicos da Área de Ciência da Informação. Entende-se que nos primeiros anos da publicação do documento base da IFLA “As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030” (FEDERAÇÃO..., 2015) justifica-se pela novidade do tema. Entretanto, em sete anos já poderia ter uma produção consistente. Por outro lado, aponta-se a relevância da comunicação científica no desenvolvimento da Ciência e o papel desempenhado pelos periódicos científicos nesse processo. Ao mesmo tempo em que se reafirma a responsabilidade da Biblioteconomia, representada por suas bibliotecas, sobretudo, as bibliotecas públicas, no *advocacy* bibliotecário para a implementação da Agenda 2030.

A pesquisa apontou ainda que a Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, em 2021, publicou um número especial dedicado à ‘Agenda 2030: as bibliotecas hoje e o que queremos para amanhã?’, com 12 artigos, entretanto, nenhum apontava a biblioteca pública especificamente.

Porém, em setembro de 2022 acontecerá o 29º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) com o tema: ‘Bibliotecas por um mundo melhor: década da ação’, e que com o eixo 7: Fórum de Bibliotecas Públicas,

possa-se ampliar a comunicação científica sobre a temática.

Pretende-se aqui traçar um panorama do tema: biblioteca pública e Agenda 2030, de forma integrada e a partir da publicação do documento da IFLA sobre as bibliotecas e a implementação da Agenda 2030. Esta pesquisa faz parte do referencial teórico empreendido no âmbito de projeto de pesquisa com vigência até 2024.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI) da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. A biblioteca pública e sua atuação na sociedade: um olhar sobre a Agenda 2030. **Revista Fontes Documentais**, Aracajú, v. 5, n. 1, p.57-71, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://aplicacoes.ifs.edu.br/periodicos/fontesdocumentais/article/view/1354/1326>. Acesso em 27 ago. 2022.

BETANCUR BETANCUR, Adriana María. **Bibliotecas públicas, información y desarrollo local**. Medellín: Comfenalco Antioquia, 2007. (Colección Biblioteca Pública Vital, 7).

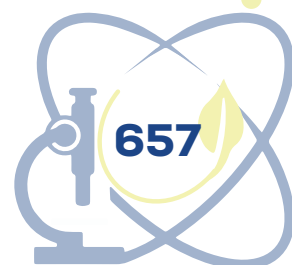
BRETTAS, Aline Pinheiro. A biblioteca pública: um papel determinado e determinante na sociedade. **Biblos**, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 101-118, 2010. Disponível em: www.seer.furg.br/biblos/article/download/1153/1030. Acesso em: 27 ago. 2022.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE BIBLIOTÉCAS. **As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU**. IFLA, out. 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2015/bibliotecapublica_p_rincipiosdiretrizes_edicao2.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IFLA UNESCO. **Manifesto da Biblioteca Pública IFLA UNESCO 2022**. Repositório



FEBAB, jul. 2022. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6247>. Acesso em: 27 ago. 2022.

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RÍOS, Mónica. Revisión del concepto de biblioteca pública. *In: Biblioteca pública y lectura pública*. Medellín: Universidad de Antioquía, 2005. p. 17-40.

PINHEIRO, Ricardo Queiroz. Biblioteca pública: seu lugar na cidade. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 27-29, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/9316>. Acesso em: 27 ago. 2022.



PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL 2021-2030: DIRETRIZES PARA O PROCESSO DE GESTÃO MUNICIPAL

Naila Evelin Lima dos Santos¹

Taís Rodrigues de Souza²

Wendell de Freitas Barbosa³

RESUMO

Este artigo pretende descrever a importância do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social para os entes federados no que tange a amenização do contexto de violência vivenciado nos últimos tempos. A partir das estratégias sugeridas no PNSPDS e dos dados disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, acerca do número de crimes violentos letais intencionais, o artigo busca descrever as orientações específicas que estão ligadas a ausência de políticas públicas efetivas para redução do fenômeno da violência, enfatizando a importância de existirem indicadores nessas regiões com estudos específicos sobre o assunto. Esses indicadores, podem enriquecer o trabalho da gestão pública e ajudar na configuração de estratégias de prevenção e redução da violência.

Palavras-chave: Violência; Políticas públicas; Segurança pública.

¹ Bolsista de extensão pela Pró-reitoria de Extensão – PROEX/UFCA, E-mail: nailaevelin.lima@gmail.com, PROEX-UFCA.

² Bolsista de cultura pela Pró-reitoria de Cultura – PROCULT/UFCA, E-mail: tais.rodrigues@aluno.ufca.edu.br, PROCULT-UFCA.

³ Prof. Dr. em Sociologia e Coordenador do Laboratório de Estudos em Violência e Segurança Pública da Universidade Federal do Cariri – LEVIS/UFCA, E-mail: wendell.barbosa@ufca.edu.br, PROCULT-UFCA.



ABSTRACT

This article aims to describe the importance of the National Plan for Public Security and Social Defense for federal entities in terms of mitigating the context of violence experienced in recent times. Based on the strategies suggested in the PNSPDS and on the data provided by the Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, on the number of violent crimes, the article seeks to describe the specific guidelines that are linked to the absence of effective public policies to reduce the phenomenon of violence, emphasizing the importance of having indicators in these regions with specific studies on the subject. These indicators can enrich the work of public management and help in the configuration of violence prevention and reduction strategies methodological procedures, the results and the final considerations.

Keywords: Violence; Public policy; Public security.

1 INTRODUÇÃO

A presente elaboração, versa sobre a importância do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) aliado às estratégias dos estados e municípios na diminuição do grave contexto de violência que vem sendo vivenciado nas últimas décadas. Essa pesquisa é resultado da tentativa de compreensão mais aguçada desse contexto analítico, principalmente, no que concerne, aos índices de violência e criminalidade enfrentados na Região Metropolitana do Cariri, constando assim algumas análises desse cenário. Nesse contexto, com base nos dados bibliográficos, qualitativos e quantitativos utilizados nos métodos de análise, buscou-se demonstrar o quanto é necessário e urgente que os municípios se baseiam em novas estratégias para amenizar o número expressivo de violência, principalmente no que tange aos crimes de violência letal intencional demonstrado por meio de alguns indicadores, dentre eles os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

A pesquisa é fruto das observações que já vêm sendo feitas dentro do projeto de extensão do Laboratório de Estudos em Violência e Segurança Pública da Universidade Federal do Cariri (LEVIS/UFCA), no intuito de fomentar a reflexão crítica e instigar a elaboração de Planos Municipais de Segurança Pública integrados nos municípios. Além disso, a pesquisa busca demonstrar o quanto as estratégias que serão construídas dentro desses planos precisam ser elaboradas a partir da união de percepções das pessoas que vivenciam de forma



mais integrada esse cenário. Por isso, a relação entre sociedade-civil, poder público e as universidades precisam estar cada vez mais fortes e unidas no propósito de desenvolver políticas públicas eficientes e capazes de articularem junto com esses atores e demais organizações que trabalhem na redução dos índices de violência.

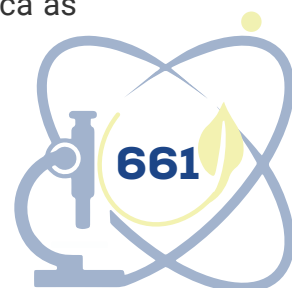
Tais reflexões, tornam-se ainda mais explícitas ao tratar as temáticas sociais relacionadas à violência, aos conflitos sociais, à cidadania e aos direitos humanos, seus debates e seu aparato narrativo, como também, permitir um aperfeiçoamento dos programas, projetos e ações desenvolvidas pela segurança pública e defesa social na região do Cariri, criando assim um painel de monitoramento e direção na formulação dessas políticas, como também experiências do diálogo, da troca de experiências e conhecimento podem suscitar mediações profundas do problema, experimentado na realidade social dessa região.

Notado esta problemática surgem os questionamentos acerca do trabalho que vem sendo feito pelos entes federados para mudar esse cenário factual e quais as medidas adotadas diante do quadro estratégico sugeridas no PNSPDS para os estados e seus municípios.

Sabendo que a violência ocupa hoje números exorbitantes no que se refere a vários crimes, dentre eles os crimes violentos letais intencionais que crescem a cada ano em razão do aumento das formas violentas de conflito, é importante refletir sobre as possíveis alternativas para sua resolução. Se compararmos as estratégias sugeridas no PNSPDS e os resultados disponíveis no Atlas da Violência 2019 referentes ao aumento da criminalidade, conseguiremos perceber que o percentual de violência a cada 100 mil habitantes aumenta em cada face, revelando assim traços preocupantes, ainda que os crimes sejam calculados separadamente e ocupem resultados distintos.

Especialmente nos últimos anos, dados do Atlas da Violência reforçam as tendências de evolução das estatísticas de violência letal nas regiões Norte e Nordeste do País (IPEA, 2018, 2019, 2020), região em que o estado do Ceará tem figurado nas primeiras posições no percentual de homicídios por 100 mil habitantes.

Por isso, o intuito deste trabalho é refletir sobre o quanto é necessário que os entes federados e seus municípios se articulem para colocar em prática as



estratégias já estudadas e construídas para intervir nesse contexto. A utilização do PNSPDS como base é plausível por propor aos mesmos as formas de lidar com o aumento dessa insegurança e com alternativas para amenizá-la, partindo do princípio de táticas preventivas e repressivas, dispondo de mecanismos de estratégia e gestão.

2 METODOLOGIA

Para perspectiva metodológica foi realizada uma análise documental do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social de 2021-2030, a fim de verificar o entendimento das estratégias do plano para a segurança nacional e as ações de redução da violência e criminalidade aos entes federados e seus respectivos municípios.

Ainda nessa conjuntura, o presente trabalho abordará uma revisão bibliográfica sobre a questão em tela, além de dispor da aplicação de métodos qualitativos para melhor desenho e compreensão da problemática. Como ferramenta para utilização dos dados estatísticos, utilizou-se informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA sobre os quantitativos de homicídios por 100 mil habitantes, com o recorte temporal de 2010 a 2019 dividida nas seguintes áreas: Ceará, Fortaleza e Juazeiro do Norte.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a população é diariamente amedrontada em razão do grande aumento da criminalidade resultante do próprio contexto das relações sociais e da ausência de políticas públicas de prevenção e repressão efetivas sendo trabalhadas nas comunidades e discutidas também dentro dos órgãos responsáveis, acarretando melhorias na área da segurança pública. Por isso, é preciso tornar esses pontos elementos de reflexão sobre esse cotidiano despedaçado pela violência difusa (BARREIRA, 2011).

Vivendo em uma sociedade democrática de direito, após a ditadura de 1964 foi instituída a Constituição Federal em 1988. Dentre os direitos e deveres previstos na CF/88, é incluído a segurança pública.



A Segurança Pública, prevista na lei, diz respeito aos agentes da lei, aos policiais, devidamente preparados e qualificados, integrantes do Poder de polícia, incumbidos de prevenir sempre, reprimir quando necessário, com ênfase nesta última obrigação no apoio aos cidadãos. A Segurança Pública complementa a Segurança Pessoal: a Segurança Pessoal se completa com a Segurança Pública! O cidadão em princípio previne, o policial reprime (COSTA, 2010, p.133 *apud* DIAS, 2003, p. 5).

As políticas de prevenção, no caso da segurança pública, são destinadas aos fatores que acarretam um ato violento. É necessário analisar quais aspectos levam um cidadão a cometer um crime e trabalhar nesses aspectos a fim de evitar que o cidadão entre nas estatísticas criminais. Para isso, é necessário a construção de estudos locais para definir os fatores principais e construir políticas de prevenção personalizadas conforme cada região, visto que esses aspectos não são padronizados e sim mutáveis.

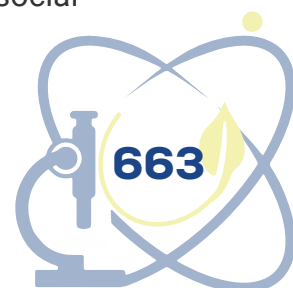
Políticas preventivas eficientes dependem de diagnósticos locais (técnicos e interativos), gestão participativa, circunscrição territorial, autoridade política e articulação intersetorial (SOARES, 2006).

As políticas de repressão entram em cena quando a política de prevenção falha e o indivíduo se encontra no mundo do crime ameaçando a vida de terceiros, logo os operadores de segurança pública quando confrontam essa realidade utilizam-se das políticas de repressão a fim de proteger a população. “[...] Porque ao mesmo tempo que deve garantir direitos e proteção, é responsável pela repressão, sendo muitas vezes temida” (BUENOS, 2019, p. 787).

Há diferentes tipos de crimes ocasionados através do uso da violência, como violência física, social, doméstica, sexual, psicológica, entre outras. A violência que iremos tratar nesse artigo é a violência letal intencional, como aponta Ferreira (2021) sobre os crimes de violência letal intencional:

A sigla CVLI foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social. Compreende todo crime violento que tenha como consequência a morte, sendo enquadrado nesse contexto: homicídio doloso (quando uma pessoa mata outra intencionalmente), lesão corporal com consequência morte e latrocínio (roubo com consequência morte) (FERREIRA *et al.*, 2021, p. 17).

Um fator fundamental para a amenização desse problema social



expressivo na sociedade brasileira são as políticas públicas direcionadas à segurança pública, como afirma Ferreira *et al.* (2021) uma vez que políticas de segurança pública são um conjunto de princípios que tem como objetivo condicionar estratégias de segurança, visando a manutenção da ordem e a preservação da vida, enfrentando a violência e a criminalidade.

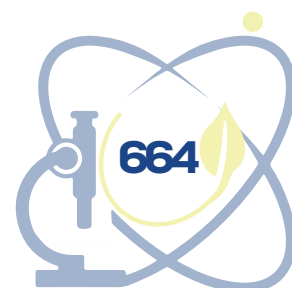
Indispensável é compreender que segurança pública é matéria de Estado, não apenas de governo. Para ser responsabilidade superior precisa constituir-se como responsabilidade de todo o governo, não só das polícias e das secretarias de segurança e de justiça. A participação da sociedade civil é outro componente fundamental (SOARES, 2003).

Ao analisar o cenário social em que predomina a violência, é possível identificar que em sua grande maioria a violência está presente nas comunidades carentes, onde o Estado não se faz presente e o acesso a direitos básicos como educação, cultura e lazer são escassos, na qual não é dado acesso de forma igualitária resultando na maior vulnerabilidade dos mesmos ao contexto de violência.

A vulnerabilidade dos lugares com maiores taxas de CVLI está relacionada diretamente com as condições de vida oferecidas. Os locais com maiores índices de crimes são aqueles em que a população não possui uma condição digna mínima para sobrevivência. Daí se leva a importância das análises estatísticas para estudos que gerem novos programas de segurança adequados para cada realidade (FERREIRA *et al.*, 2021, p. 18).

A violência, considerada como um fenômeno social, é analisada como um *filtro* que permite esclarecer certos aspectos do mundo social porque denota as características do grupo social e revela o seu significado no contexto das relações sociais (GULLO, 1998).

É preciso interceptar as dinâmicas imediatamente geradoras dos fenômenos, o que exige diagnósticos sensíveis às complexidades dos contextos sociais, os quais devem ser complementados por planejamento qualificado e por avaliações sistemáticas, que propiciem permanente monitoramento de todo o processo de intervenção pública, mesmo quando se dá em parceria com iniciativas da sociedade civil (SOARES, 2003, p. 79).



4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A violência é um fenômeno que vem crescendo cada vez mais nos últimos tempos, afetando a qualidade de vida de milhares de pessoas que presenciam cotidianamente as consequências do aumento das formas violentas de conflitos. Considerando esses e outros aspectos que resultam das próprias relações sociais foi elaborado o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) no país, a fim de aprimorar o sistema de segurança pública brasileiro que inclusive, encontra-se regressa e em condições contrárias ao que seria considerado ideal.

Visto isso, o plano é um conjunto de mecanismos e estratégias que procuram promover por meio da prática de governança das políticas públicas de monitoramento, avaliação e controle eficiente sobre a gestão de segurança pública, a fim de conduzi-las igualmente entre todos os entes federados para que seja possível a efetivação do plano e redução do quadro de violência crítico que afeta o país como um todo.

As propostas instituídas pelo PNSPDS, como citado anteriormente, são recomendações e orientações a todos os entes federados, ressaltando inclusive aos municípios as possíveis estratégias que podem ser trabalhadas desde a prevenção até a resolução da violência já praticada. Tais ações impostas, integram a segurança pública como uma forma de educar e corrigir e não somente punir, aprimorando assim o papel dos atores públicos no processo de governança em segurança pública, além da coordenação e implementação de políticas sociais voltadas a ações de redução da punibilidade, estabelecendo para os cidadãos segurança em seu território.

A elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS conduziu formas de estabelecer princípios, diretrizes, objetivos e metas de implementação na área da segurança pública, sendo possível assim, apontar os responsáveis pelo encaminhamento desses instrumentos de maneira que atenda às diretrizes também instituídas pelo Sistema Único de Segurança Pública - SUSP. Através do programa foi possível efetivar receitas diretas para administração dos recursos sugeridos, garantindo orçamento para o financiamento de ações de melhoria na área de segurança pública.



Vale ressaltar que, as ações estratégicas sugeridas neste documento estão de acordo com a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, pois suas metas e ações de gestão são de grande necessidade para integração de sistemas ágeis no combate ao crime organizado, as práticas violentas de conflitos e demais ações que incentivam as condutas do que consideramos como crimes violentos letais e intencionais.

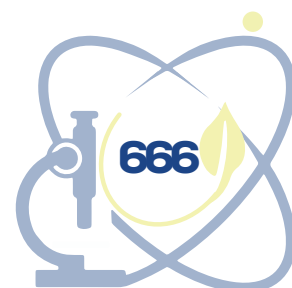
Observa-se na figura 1, um demonstrativo do quadro operacional dos níveis de governança e gestão estratégica para cada órgão. Validando o processo de articulação e interlocução integrada na esfera federal, municipal e distrital.

Figura 1 – Pirâmide de governança do PNSPDS do site do MJSP registrado em 29 de setembro de 2021



Fonte: Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social de 2021-2030.

Nota-se que a aplicabilidade das ações expostas no plano corrobora para a implementação e execução das políticas de segurança pública e o seu mecanismo de monitoramento e avaliação. Em virtude disso, o documento sugere aos gestores dos estados e de cada município que o PNSPDS seja utilizado como base para a implementação de ações no seu território, tendo ciência da adaptação das estratégias de acordo com as necessidades territoriais.



4.1 A relação entre a violência e a ausência das estratégias propostas pelo PNSP

Quando o assunto é segurança pública dentro dos municípios brasileiros há um distanciamento das responsabilidades dos gestores municipais em relação à temática, visto que na Constituição Federal de 1988 é proferido que as políticas de segurança pública são de responsabilidade da instância estadual.

Segundo Ricardo e Caruso (2007) muitos gestores se utilizam desse argumento para reforçar o discurso de que nesse tema podem contribuir muito pouco, porque não possuem respaldo constitucional para fazê-lo e, se assim o fizerem, estão indo contra a lei ou usurpando funções que não são suas. Com isso, é nítido a dificuldade em incluir ações do PNSP nas instâncias municipais, por mais necessário e benéfico que seja para a sociedade, visto que é imprescindível primeiramente a disposição dos gestores municipais no seguimento das diretrizes do PNSPDS.

No Brasil, um dos maiores problemas está na generalização da política pública ao manejar uma mesma política e replicá-la em diferentes lugares, cidades, estados, não levando em consideração as variáveis existentes no local, como a diferença de uma população para outra, logo, uma política que teve eficiência em uma determinada localidade, pode, evidentemente, não apresentar aplicabilidade na execução em outra região, retratando assim, uma falha nos resultados.

Em paralelo a isso, a partir de dados extraídos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, observa-se na tabela 1 as taxas de homicídios por 100 mil habitantes no estado do Ceará, Fortaleza e Juazeiro do Norte.

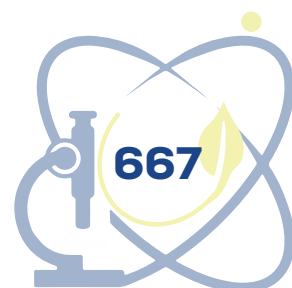


Tabela 1 – Taxas de homicídios por 100 mil habitantes de acordo com o SINAN

Ano	Ceará	Fortaleza	Juazeiro do Norte	Crato	Barbalha
2009	25,3	34,6	28,4	42,8	20,8
2010	31,8	47,7	31,2	36,2	28,9
2011	32,7	49,4	37,6	26,9	32,2
2012	44,6	72,6	41,5	46,8	46,0
2013	51,0	83,4	37,1	40,3	48,4
2014	52,3	82,8	42,1	38,4	46,3
2015	46,8	66,7	47,0	31,9	39,1
2016	40,6	44,6	38,0	40,9	27,0
2017	60,2	81,6	47,7	45,9	35,1
2018	54,0	63,4	33,1	38,8	31,6
2019	26,5	28,1	38,3	20,4	14,8

Fonte: Elaboração própria.

Verifica-se a partir de uma análise da tabela acima o quanto os números são significativos para ressaltar o cenário violento vivenciado nos últimos tempos. Dando ênfase a região do Crajubar, percebe-se como os municípios apesar de terem uma quantidade de habitantes inferior a quantidade de por exemplo, a capital do estado, apresenta números expressivos e expressam a falha na redução dos homicídios e a necessidade de uma avaliação e monitoramento dessas causas.

No ano de 2019 o município de Juazeiro do Norte apresenta um número superior ao do estado do Ceará, a capital do estado, Fortaleza e aos municípios vizinhos, Crato e Barbalha. Essa evolução revela traços do crescimento da violência e pode ser observado não somente neste ano, mas em anos anteriores quando os números quase se igualam com os demais municípios e com o índice do Ceará e da capital. A implementação de planos integrados de segurança pública, principalmente no que concerne à esfera municipal é de grande relevância para melhoria desse cenário e para fortalecimento das propostas do PNSPDS.

Lima (2014), expõe a necessidade de descentralização na execução de



estratégias de segurança pública e políticas multidimensionais, reconhecendo a imprescindibilidade da atuação dos municípios frente à resolução da violência, o autor ainda ressalta:

A limitada atuação do poder municipal na gestão da segurança pública é mais fortemente observada na análise da existência de Secretaria Municipal de Segurança Pública. Embora seja recorrente nas discussões sobre segurança, que o problema da violência deve ser tratado de forma transversal, envolvendo as áreas de saúde, educação, trabalho, a existência de um órgão específico é de fundamental importância para coordenar e executar as políticas municipais de segurança pública. As políticas municipais de segurança pública têm papel fundamental na redução da violência. Segundo Waiselfisz (2011), diversas experiências nacionais e internacionais de enfrentamento da violência local estão associadas a uma gestão municipal eficiente. Essa eficiência tenderá a ser maior se o município estiver amparado por uma estrutura administrativa. No entanto, essa não é a realidade observada no Brasil (LIMA, 2014, p. 9).

É evidente a ausência dos mecanismos de gestão municipal referentes às políticas públicas de segurança, pois ainda há uma grande omissão por parte dos municípios diante das ações preventivas. Se faz necessário então, uma modificação nas estruturas de poder e atuação dos entes, ampliando a execução das políticas de segurança deslocando a aplicação somente do governo estadual, transferindo aos municípios o seu papel na responsabilidade da segurança local e na redução das taxas de violência e criminalidade (LIMA, 2014).

Tais instrumentos, somam desde os investimentos feitos pelo Fundo Nacional de Segurança Pública, que destina anualmente 300 milhões para investimentos em recursos humanos e policiais que poderiam ser utilizados na preparação e melhor distribuição dos profissionais atuantes nas ruas e em projetos, programas e ações de trabalho à prevenção da violência dentro dos municípios e em parceria com as comunidades. Cada parcela de recurso que fosse trabalhada poderia ser acompanhada por profissionais da área de pesquisa, no intuito de medir como os esforços e o impacto do trabalho da amenização do contexto de violência.

No mais, a presença de profissionais que estudam os impactos e as variáveis que contribuem para esse cenário crítico de violência produziram dados precisos que a nível estadual e municipal seriam de grande valia para a produção de políticas públicas de segurança baseadas na causa (raiz) do



problema. Por isso, o papel das universidades dentro desse contexto é de suma importância considerando a qualidade e quantidade de pesquisas desenvolvidas que poderiam ser levadas para além dos muros da universidade. Uma relação bem construída e dialogada entre poder público, universidades e comunidade é um grande passo no processo de participação integrada, produção efetiva de políticas públicas e afirmação da democracia.

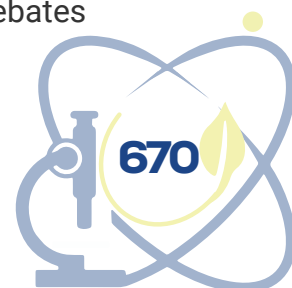
Para esse trabalho, não somente a polícia, mas todos que compõem os órgãos de segurança pública seriam integrados nas ações, no intuito de unir estratégias e fomentar a rede de trabalho. Tais aplicações, já são apontadas pelo próprio plano de segurança pública como uma ferramenta primordial para a diminuição da violência e principalmente das resoluções violentas de conflito visto que os índices de violência variam em cada região, logo as formas de atuação deverão ser diferentes umas das outras, esse é um dos objetivos do plano, orientar onde os recursos devem ser aplicados verificando em quais regiões têm um maior índice de violência e criminalidade.

5 CONCLUSÕES

Embora ainda haja um longo caminho a percorrer na busca pela compreensão das alternativas necessárias para amenizar o crescimento do fenômeno da violência letal, essa pesquisa firma o esforço de buscar dar continuidade aos estudos e distribuição de informações baseadas em documentos como o PNSPDS, que são de grande necessidade para compreender de forma aprofundada as causas e consequências dessas ocorrências.

Aos municípios e demais entes federados, as propostas anunciadas no plano são um subsídio de forte impacto para fortalecer as ações trabalhadas na prevenção e combate à violência, por isso, atentar-se a utilizá-lo como base pode ser a saída para conseguir propor uma melhoria das políticas públicas de segurança. A resolução violenta dos conflitos é um processo social que atinge negativamente a sociedade e que envolve ações sociais que também são de interesse da gestão pública, quando o poder público negligência esse problema é imaginável que ele tenda a crescer ainda mais, agravando o cenário de violência e a convivência social.

Por isso, é importante tornar esses pontos alvo de reflexões e debates



com espaços próprios para essas discussões, dando espaço e trazendo consigo a responsabilidade dos municípios de agirem sobre esse papel mediante suas obrigações de respeitar e lutar pela segurança e o direito à cidadania e eficácia do plano. O trabalho na redução da violência só é possível quando ambos os entes se empenham na redução da violência e criminalidade, pois somente assim haverá eficácia e efetividade no que é proposto pelo Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a agência de fomento à Pró-Reitora de Extensão (PROEX) da Universidade Federal do Cariri, pelo incentivo e oportunidade, ao orientador Prof. Dr. Wendell de Freitas Barbosa, e aos integrantes do Laboratório de Estudos em Violência e Segurança Pública da Universidade Federal do Cariri - LEVIS.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, César. **Cotidiano Despedaçado**: Cenas de uma violência difusa. Fortaleza: Pontes, 2008.

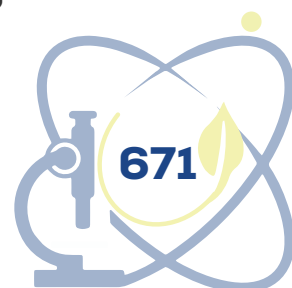
BUENO, Samira; LIMA, Renato Sérgio de; TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho. Limites do uso da força policial no Estado de São Paulo. **CADERNOS EBAPE. BR**, FGV EBAPE, Rio de Janeiro, v. 17, Edição Especial, p. 783-799, nov. 2019. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/limites.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

CÉSAR, Marcos Antônio. Segurança Pública. In: **Revista Núcleo de Criminologia**. Atenas: Paracatu, MG, v. 7, nov. 2010, p. 130-138. Disponível em: http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/Revista_Nucleo_Criminologia_07.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. [S. l.], 13. ed., out. 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência urbana: um problema social. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 105-119, maio 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/pMb4BC73bgvqnw6X9DQzWNR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea,



2010.

LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales *et al.* Gestão municipal da segurança pública: responsabilidade dos municípios brasileiros no combate à violência. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 399-414, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3168/3945>. Acesso em: 30 jan. 2020.

LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública como simulacro de democracia no Brasil. **Estudos Avançados**, [s. l.] v. 33, n. 96, p. 53-68, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/59VkCPZw5phfWvmNbYPGVrw/>. Acesso em: 30 jan. 2020.

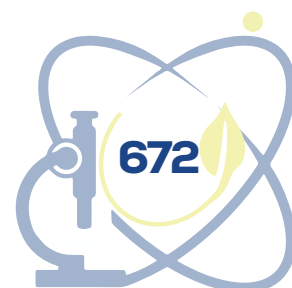
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social: 2021-2030**. Brasília, 2018. p. 78. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/categorias-de-publicacoes/planos/plano_nac_de_seguranca_publica_e_def_soc_2021_2030.pdf/view. Acesso: 28 jul. 2022.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 273-88, mar./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/nJqFsXyTfDk8W8SVRRVFfgw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2020.

RICARDO, Carolina de Mattos; CARUSO, Haydee Glória Cruz. Segurança Pública: um desafio para os municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 103-119, 2007. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/10/7>. Acesso em: 30 jan. 2020.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 17, n. 47, p. 75-96, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/mGvTSGmzbGBbkP6cTjxCzzN/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SOARES, Luiz Eduardo. Segurança pública: presente e futuro. **Estudos Avançados**, [s. l.], v. 20, n. 56, p. 91-106, abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/9SRD5P9K7FvFYsv6vmg3Ykn/>. Acesso em: 27 ago. 2022.



APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DOS PORTAIS LEGISLATIVOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE-CE

Valdemberg Alves Nobre¹

Erick Juan Azevedo Barros²

Roberta Marina Cioatto (Orientadora)³

RESUMO

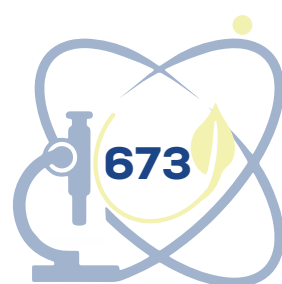
Entender a atuação do Estado em suas diversas esferas de poder é fundamental para todo e qualquer cidadão brasileiro, e essa relação entre administração e administrado exige transparência do ente Estatal. Nesse sentido, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados criaram o Índice de Transparência dos Portais Legislativos (ITpL), que é um guia utilizado para avaliar as casas legislativas em qualquer esfera. O problema de pesquisa o qual esse trabalho buscou responder é qual o nível de Transparência Legislativa da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte de acordo com o ITpL? Assim, o objetivo do trabalho foi mensurar o nível do Índice de Transparência dos Portais Legislativos (ITpL) da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte. Foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem quali-quantitativa, seguindo a metodologia do ITpL no que diz respeito a quais dados devem ser coletados do site oficial da referida Câmara Municipal para executar o cálculo do índice. O Índice Geral do ITpL que a Câmara Municipal de Juazeiro do Norte atingiu foi de 5,2 (em escala de 0 a 10), classificando o órgão municipal no nível “C - Médio” e mostrando que ainda há muito o que melhorar para que exista uma transparência legislativa plena e capaz de permitir aos cidadãos o exercício do controle e fiscalização das ações legislativas à nível municipal.

Palavras-chave: Transparência; Índice; Legislativo; Município.

¹ Centro Universitário Paraíso – UniFAP, E-mail: valdembergnobre@gmail.com

² Centro Universitário Paraíso – UniFAP, E-mail: erickjab@aluno.fapce.edu.br

³ Centro Universitário Paraíso – UniFAP, E-mail: roberta.ciatto@fapce.edu.br



ABSTRACT

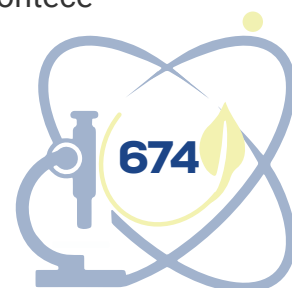
Understanding the role of the State in its various spheres of power is fundamental for any Brazilian citizen, and this relationship between state and citizens requires transparency from the State entity. In this sense, the Senate and the Chamber of Deputies created the Transparency Index of Legislative Portals (ITpL), which is a guide used to evaluate legislative houses in any sphere. The research problem this work sought to answer was what is the level of the Legislative Transparency of the City Council of Juazeiro do Norte according to the ITpL? The objective of this work was to value the Transparency Index of Legislative Portals in the City Council of Juazeiro do Norte. A documentary and bibliographic research was carried out, with a quali-quantitative approach, following the methodology of the ITpL, with regard to which data must be collected from the official website of the aforementioned City Council to perform the calculation of the index. The General Index achieved by the City Council of Juazeiro do Norte was 5.2 (in a scale of 0 to 10), classifying the legislative body as Medium and showing that there is still a lot to improve so that there is full legislative transparency, capable of allowing citizens to exercise control and inspect the legislative actions at the city level.

Keywords: Transparency; Index; Legislative; Municipality.

1 INTRODUÇÃO

A convivência pública em harmonia regulada pelo Estado exige a produção de informações sobre as ações do mesmo, pois somente conhecendo a situação em que se encontram os poderes estatais é que a sociedade consegue influenciar e exigir decisões oficiais das instituições públicas. Não por acaso, no momento em que ocorre o ocultamento dos atos públicos, há violação expressa do Estado Democrático de Direito (MELLO, 2014). Essa informação sobre o ente estatal se dá pela comunicação pública, definida como “transmitir aos cidadãos informações que são de interesse público, estabelecendo a transparência e a possibilidade de diálogo entre o Estado e a sociedade” (SANTOS; MEDEIROS, 2021, p. 149). Logo, um aspecto surge como imprescindível nessa relação Estado-Sociedade: a transparência.

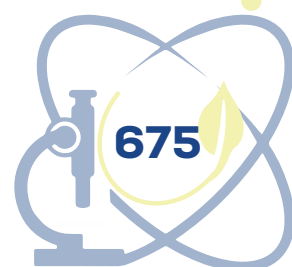
Nesse sentido, a transparência é parte da Publicidade, um dos princípios basilares da Administração Pública consagrados no art. 37 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Ela transmite a ideia de que a administração não age em nome próprio e por isso nada mais justo que o maior interessado em ter conhecimento sobre os atos realizados – o cidadão tenha acesso ao que acontece



com seus direitos (CARVALHO, 2021). Em sentido semelhante, a transparência “diz respeito não apenas à divulgação do procedimento para o conhecimento de todos os interessados, como também aos atos da Administração praticados nas várias fases do procedimento” (DI PIETRO, 2020, p. 359).

É importante destacar que comumente se distingue duas modalidades de transparência: Ativa e Passiva. A diferença se dá pela maneira da informação chegar ao público. A transparência passiva está regulamentada em lei, impondo a obrigação de fornecer informações solicitadas pelos cidadãos e prestadas em tempo hábil. Já a transferência ativa trata da forma proativa que o Estado deve realizar a comunicação dos dados públicos, colocando em “disposição automática e em tempo real de informação de interesse público, independente de provocação” (NAVEGA, 2019. p. 20).

Com essa breve contextualização, fica claro a necessidade de existir a transparência, seja passiva ou ativa. Entretanto, cabe ressaltar que “a transparência não é um fim em si mesmo, e sim um instrumento auxiliar da população para o acompanhamento da gestão pública” (ALENCAR; ROCHA, 2016, p. 21). Ela proporciona as informações essenciais que permitem o controle externo social. Assim, avaliar o nível de transparência em um órgão governamental deve ser sempre incentivado, pois é a condição para fiscalizar atos administrativos. O problema de pesquisa, o qual esse trabalho buscou responder, qual o nível de Transparência Legislativa da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte de acordo com o ITpL? A justificativa se dá pela importância essencial do tema, pois afeta diretamente a qualidade da democracia e publicidade municipal. Somado a isso, percebeu-se uma ausência de trabalhos específicos de Transparência Legislativa voltados à cidade de Juazeiro do Norte. Para fins de averiguação, foi realizado previamente, através de pesquisa nas plataformas de indexadores de artigos Scielo e Google Acadêmico, a busca por artigos usando os descritores “Índice de Transparência Legislativa” + “Juazeiro do Norte”, e “Transparência legislativa” + “Juazeiro do Norte”. As buscas retornaram trabalhos no âmbito da transparência do poder executivo, às vezes traziam o poder legislativo na esfera estadual ou tratavam de outras cidades como a capital Fortaleza, mas nenhum resultado foi encontrado que avaliasse a transparência legislativa municipal de Juazeiro do Norte. Dessa forma, o objetivo principal do trabalho foi aplicar o Índice de Transparência dos Portais Legislativos na Câmara Municipal de Juazeiro do Norte.



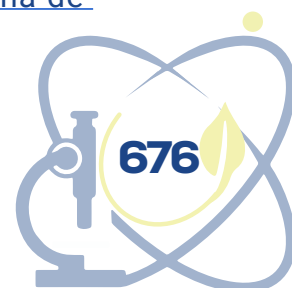
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem quali-quantitativa, seguindo a metodologia do Índice de Transparência dos Portais Legislativos criado pelo Senado Federal, no que diz respeito a quais dados devem ser coletados para executar o cálculo do Índice Geral.

O Índice de Transparência dos Portais Legislativos - ITpL - foi pensado pelo Senado em parceria com a Câmara dos Deputados em 2018, tendo o seu manual publicado em 2020 (SENADO FEDERAL, 2020). Antes disso, o Senado já havia criado o Índice de Transparência Legislativa, uma espécie de antecessor do atual ITpL. A revisão e consequente alteração em 2018 foi justificada pela constante atualização que o ordenamento jurídico pátrio sofreu no intervalo descrito, especialmente nas leis sobre gestão de dados. A escolha pela utilização do ITpL nessa pesquisa se justifica também pelo caráter prático, alto potencial comparativo e uniformidade de dados que sua metodologia produz, já que a replicabilidade de pesquisas semelhantes em outros municípios possibilitaria a comparação de resultados atingidos de forma direta e simples.

O índice consiste em 64 indicadores diferentes, avaliados em 5 critérios, em sua maioria comuns a todos os indicadores. Há 4 dimensões em que os indicadores se encaixam: Atividade Legislativa, Atividade Administrativa, Atendimento ao Cidadão e Usabilidade. Cada um avaliado de 0 a 10 conforme instruções do Manual de Aplicação do ITpL (SENADO FEDERAL, 2020). No final, é feita a média simples dos resultados de cada uma das dimensões para chegar ao Índice Geral do ITpL, que vai de 0 a 10 ou expresso em porcentagem, classificando a Transparência Legislativa do órgão em níveis.

Para efeitos de posterior consulta e avaliação, os dados referentes aos indicadores do ITpL foram coletados entre os dias 20 a 26 de agosto de 2022, por meio do Portal da Câmara Municipal de Juazeiro Do Norte (<https://camarajuazeiro.ce.gov.br/>), eventualmente efetuando coleta de dados também no site do Governo Transparente (<https://www.governotransparente.com.br/>) quando redirecionado pelo site da Portal da Câmara Municipal. A tabela que foi usada para preenchimento dos dados coletados e cálculo do ITpL é a fornecida pelo próprio Senado Federal e de acesso livre (<https://www12.senado.leg.br/transparencia/indice-de-transparencia-dos-portais-legislativos/planilha-de->



[aplicacao/view](#)). Devido à quantidade de dados da mesma, será postado a tabela preenchida em sua íntegra em link não pessoal público (https://drive.google.com/drive/folders/10S3RB8WjhRLOnbW2-_hm0udw7s4qmky?usp=sharing) para consulta a quem interessar, ficando no corpo deste trabalho apenas o resultado geral das dimensões, dos critérios de avaliação e o Índice Geral do ITpL.

Em alguns dos indicadores, é necessário escolher aleatoriamente uma amostra para conferir se seguem o que é pedido no indicador, conforme a própria orientação da tabela. Um exemplo é o indicador 1.5, que avalia se o Órgão Legislativo “divulga informações sobre as propostas em tramitação e já tramitadas: autor, relator, data de apresentação, ementa, histórico de tramitação, prazos regimentais, situação e textos”. Nesse caso, foi usada ferramenta de sorteio para escolher de quais propostas os dados seriam coletados. Em todas as situações em que foi necessário escolher dados para amostra, o número da população foi cinco (número usado pela metodologia do ITpL), sorteado aleatoriamente.

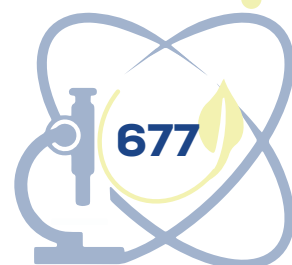
3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Dos conceitos e definições

Para compor o referencial teórico deste trabalho em relação aos conceitos inerentes da Administração Pública, optou-se por usar definições e características por autores já consolidados na área de Direito Administrativo e Constitucional (MELLO, 2014; DI PIETRO, 2020; CARVALHO, 2021), especialmente sobre princípio da publicidade e transparência. Para questões relativas a matérias legislativas, a consulta de termos foi realizada no “Glossário de termos legislativos” (BRASIL, 2020).

3.2 Da aplicação e importância do tema

Foi utilizado como inspiração e melhor compreensão do assunto os artigos que, de alguma forma, aplicavam índices de transparência legislativa na esfera municipal, mesmo que não utilizassem o ITpL (CAMPAGNONI, 2016; ALENCAR; ROCHA, 2016; TRES; FUGALLI, 2017; SANTOS; MEDEIROS, 2021). Além destes artigos, é interessante notar um que, muito embora não aborda especificamente a esfera municipal, possui a resposta a uma pergunta de grande valor, qual seja o



artigo “Transparência e acesso à informação: quem é o cidadão que demanda a abertura de informações públicas no Brasil?” (ANGELI, 2016). Além da abordagem social a nível macro, traz detalhes sobre o perfil daqueles que efetivamente buscam informações do poder público. A conclusão do autor ressalta que o perfil médio do cidadão brasileiro é “homem, 42 anos de idade, nível superior completo, profissão diferente das oferecidas no cadastro, residente na região sudeste do país” (ANGELI, 2016, p. 43), mostrando que o perfil não representa a sociedade brasileira em termos gerais, e sim muito restrito a um grupo minoritário. Dessa forma, a importância da Transparência Ativa e da participação social e democrática na esfera pública deve ser incentivada de todas as formas, inclusive com a produção de pesquisas a nível municipal sobre o tema.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a coleta dos dados e avaliação dos mesmos para realizar o cálculo do ITpL, chegou-se aos seguintes resultados das Dimensões relacionados aos Critérios de Avaliação:

Quadro 1 – Resultado Dimensões x Critérios do ITpL

DIMENSÕES	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
	Integralidade	Linguagem Clara	Atualidade	Série Histórica	Dados Abertos
Atividade Legislativa	2,41666	3,8181	3,0476	1,2	1,125
Atividade Administrativa	6,55555	5,8888	7,2941	3	4,8125
Atendimento ao Cidadão	7,3333	8,0833	3,3333	1,33333 33	1,4
Usabilidade do Portal	7,5	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Fonte: Adaptado da Tabela de Aplicação do ITpL (SENADO FEDERAL, 2020).

Logo abaixo há o resultado que cada Dimensão e Critério de avaliação pontuou de forma geral, além do Índice Geral do ITpL da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte:

Quadro 2 – Resultado dos Critérios de Avaliação, das Dimensões e Geral do ITpL

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	RESULTADO	DIMENSÕES	RESULTADO
Integralidade	5,951388	Atividade Legislativa	2,3 ou 23%
Linguagem Clara	5,930134	Atividade Administrativa	5,8 ou 58%
Atualidade	4,558356	Atendimento ao Cidadão	5,1 ou 51%
Série Histórica	1,844444	Usabilidade do Portal	7,5 ou 75%
Dados Abertos	2,445833	ÍNDICE GERAL ITpL	5,2 ou 52%

Fonte: Adaptado da Tabela de Aplicação do ITpL (SENADO FEDERAL, 2020).

Como é possível observar, o Índice Geral da Câmara Municipal foi de 5,2 ou 52%, o que colocaria o mencionado órgão legislativo no nível “Médio”, na escala do ITpL abaixo:

Figura 1 - Tabela de Classificação dos níveis no ITpL

Índice	80 a 100 %	60 a 79 %	40 a 59 %	20 a 39 %	00 a 19 %
Nível de Transparência	A - Superior	B Alto	C Médio	D Baixo	E Inicial

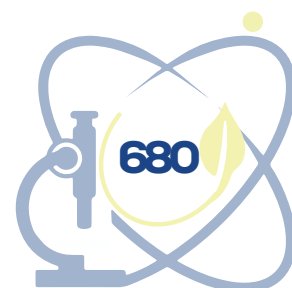
Fonte: Adaptado de Tabela de Aplicação do ITpL, Senado Federal.

É interessante notar, a título de comparação, que o Senado Federal pontuou 8,3 ou 83% no ITpL, colocando a casa legislativa no nível “Superior” da mesma classificação (SENADO FEDERAL, 2020, p. 7). Observa-se que na dimensão “Atividade Legislativa”, o município de Juazeiro do Norte pontuou de forma baixa (23%), sendo que esta dimensão tem por objetivo “avaliar a transparência na atividade finalística do Poder Legislativo: representação social, fiscalização

dos poderes e processo legislativo” (SENADO FEDERAL, 2020, p. 6). Assim, a transparência que é “indispensável à democracia, pois viabiliza o monitoramento entre os Poderes, [...] aferindo assim o quanto eles estão sendo exercidos em prol dos legítimos interesses da sociedade” (TRES; FUGALLI, 2017, p. 334) não está sendo realizada de forma devida em Juazeiro do Norte. Como exemplo do quanto o site precisa melhorar, no indicador 1.1, que avalia se o órgão “Divulga a composição da Casa, com a biografia dos parlamentares”, o site da Câmara Municipal só mostra a atual composição. Quando o usuário vai na opção de escolher ver as legislaturas anteriores, apenas consegue ver vereadores da atual composição que tinham mandado na legislatura anterior, e não a composição toda, com vereadores que fizeram parte anteriormente, mas não fazem mais. Outra questão que chamou a atenção foi a ausência de diversos indicadores referentes a Comissões Parlamentares, sejam as reuniões, atas, vídeos, votação e outros dados que impedem a avaliação dos indicadores relativos às comissões. São as comissões, sejam permanentes ou temporárias, que avaliam as proposições como Projeto de Leis e Emendas antes da votação em plenário, a fim de corrigir eventuais falhas, sanar algum erro, produzir relatórios que auxiliem outros parlamentares na hora de avaliar o projeto e assim evitam revisões e atrasos injustificados (SENADO FEDERAL, 2020).

Na dimensão que melhor pontuou, “Usabilidade do Portal”, há critérios que poderiam auxiliar muito mais na experiência do usuário e inclusive incentivar a participação popular na fiscalização da transparência legislativa. Dentre elas destaca-se que a ferramenta de busca, presente no portal, não realiza a procura pelas palavras na seção de notícias, restrita assim apenas às funcionalidades e abas do mesmo. Isso dificulta o processo de busca por notícias que podem interessar o cidadão e tem caráter público.

Na dimensão “Atividade Administrativa”, com nota 5,8 ou 58%, alguns dos indicadores não estavam claramente indicados no portal. Um exemplo disso foi o indicador 2.3, que avalia se o órgão “Divulga estrutura remuneratória dos cargos efetivos, cargos comissionados e funções de confiança, detalhando: níveis, denominação e remuneração”. A informação encontra-se apenas na Lei nº 4.434, de 27 de fevereiro de 2015. Essa lei municipal inclusive não está em formato de Dados Abertos, o que prejudica muito a transparência desse indicador. Essa dimensão é importante para o devido funcionamento do legislativo, pois trata das



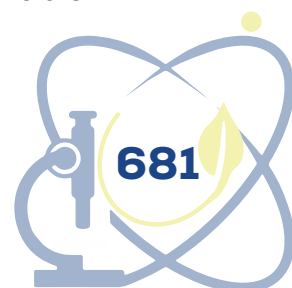
“suas atividades-meio, aquelas que dão suporte à missão dos parlamentares. São informações relativas a receitas, despesas, recursos humanos e demais fatores” (SENADO FEDERAL, 2020, p. 6).

Com a dimensão “Atendimento ao Cidadão”, é nítido um contraste entre seus critérios. Enquanto a “Integralidade” e “Linguagem Clara” pontuaram relativamente bem, os outros critérios foram baixo ou inicial. Essa divergência na dimensão pode ser explicada pela falta de informações referentes ao critério “Série Histórica” e “Dados Abertos”. Essa dimensão trata justamente da presença e avaliação dos meios de comunicação com a casa legislativa, os mesmos que possibilitam a Transparência passiva. Foi constatado a ausência de informações sobre perguntas anteriores e alguns erros no portal que inviabilizam consultas às manifestações da população. Também não foi encontrado qualquer relatório anual que mostrasse a evolução ou estatísticas da Câmara Municipal nesse assunto.

Por fim, algumas questões específicas chamaram a atenção, pois demonstram certo descaso da administração com o portal legislativo municipal. O exemplo maior foi a contradição existente sobre o endereço físico da sede da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte. Enquanto o endereço real atual da Câmara está informado corretamente no final do site por texto escrito, a ferramenta de mapa acima do texto informa o endereço antigo, usado até o dia 9 de agosto de 2022. Outra questão foi a ferramenta que informa a presença dos parlamentares, que raramente condiz com a realidade. Isso pode ser visto, e.g. na 83ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura de 2018, que indica falta em todos os parlamentares na seção “Presença”, mas que na seção da “Ata”, o documento oficial indica presença de todos os parlamentares na sessão. Isso claramente indica erro no uso da ferramenta que deveria facilitar a compreensão do cidadão e força o mesmo a sempre usar o documento da ata para saber o dado oficial.

5 CONCLUSÕES

Com o resultado apresentado, é possível verificar a importância que estudos a nível municipal possuem em se tratando de Transparência Legislativa. A ausência de diversos indicadores inviabilizou determinadas informações de serem do conhecimento público, inclusive aquelas que são essenciais



à atividade legislativa. Com o resultado pormenorizado do ITpL da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, é fácil avaliar quais áreas o poder legislativo municipal deve melhorar com urgência. Dessa forma, os dados obtidos com esse trabalho serão enviados aos responsáveis pelo Portal da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, conforme orientação do próprio manual de aplicação do IPTL, permitindo um direito de resposta para que a instituição possa esclarecer e indicar eventuais dúvidas ou erros cometidos. A resposta e eventuais correções serão divulgadas no mesmo link onde se encontra o arquivo da planilha em sua íntegra (<https://drive.google.com/drive/folders/10S3RB8WjhRL0nbW2-hm0udw7s4qmky?usp%20=sharing>), junto com erratas e correções nos dados caso as mesmas sejam identificadas.

Com a já apontada ausência de pesquisas que avaliassem a transparência legislativa municipal em Juazeiro do Norte com o ITpL, a desenvolvida neste trabalho inicia para que outras mais possam ajudar na construção de informações e avaliação sobre transparência legislativa. Os resultados encontrados também demonstram que mais pesquisas devem ser realizadas em relação à experiência do usuário, na prestação de informações por meio da transparência passiva, na veracidade das informações prestadas pela própria casa dentre outras que possam criar um ambiente propício à participação cidadã no legislativo municipal e trarão melhor governabilidade no município.

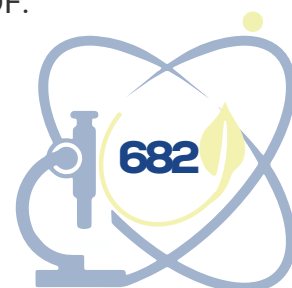
REFERÊNCIAS

ALENCAR, Heitor Augusto Santos de; ROCHA, Augusto César Barreto. A busca pela transparência da administração pública na América Latina e a Rede Latino-Americana de Transparência Legislativa. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 34, n. 2, p. 20-39, 2016. Disponível em: <https://revista.tce.mg.gov.br/revista/index.php/TCEMG/article/view/117/195>. Acesso em: 27 ago. 2022.

ANGELI, Alzira Ester. Transparência e acesso à informação: quem é o cidadão que demanda a abertura de informações públicas no Brasil? **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Curitiba, v. 7, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/48648/30051>. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Glossário de termos legislativos**. Brasília, DF:



Grupo de Trabalho Permanente de Integração da Câmara dos Deputados com o Senado Federal, Subgrupo Glossário Legislativo, 2022. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/581601/Glossario_termos_legislativo_s_2.ed.pdf?sequence=12&isAllowed=y. Acesso em: 27 ago. 2022.

CAMPAGNONI, Mariana. Transparência no poder legislativo: uma análise dos portais eletrônicos das câmaras de vereadores das capitais brasileiras. **Revista Gestão Organizacional (RGO)**, Chapecó, SC, Brasil, v. 9, n. 1, 21-46, 2016. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/2934/1897>. Acesso em: 27 ago. 2022.

CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. Salvador: JusPODIVM, 2021. p. 73-77.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. p. 345-364.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2014. p. 98-140.

NAVEGA, André Santos. **A transparência como dever fundamental do Estado**. 2019. 121 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Justiça Administrativa) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23147/Transpar%20aancia%20como%20dever%20-%20Andr%20a%20Navega.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SANTOS, Adriana Cristina Omena; MEDEIROS, Letícia Daniela Gonçalves. Transparência e interesse público: o trabalho de acesso à informação e comunicação pública na câmara municipal de Uberlândia – MG. **E-Legis** – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, v. 14, n. 36, p. 145-166, 2021. DOI: [10.51206/elegis.v14i36.687](https://doi.org/10.51206/elegis.v14i36.687). Disponível em: <https://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/687>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SENADO FEDERAL. **Índice de Transparência dos portais legislativos**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/transparencia/relatorio_itpl/. Acesso em: 27 ago. 2022.

TRES, Tagiane Gracieli Fiorentin; FUGALLI, Evandra Maria. Os Portais da Transparência: um estudo sobre as informações disponibilizadas pelos municípios do Corede Rio da Várzea. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 22, n. 47, p. 331-351, 2017. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/6832/4082>. Acesso em: 27 ago. 2022.

EXPERIÊNCIAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO COM PESSOAS SURDAS NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19: PROFISSIONAIS EM FOCO

Francineide Pereira de Souza
Lincoln Damacena de Oliveira
Lucas Romário

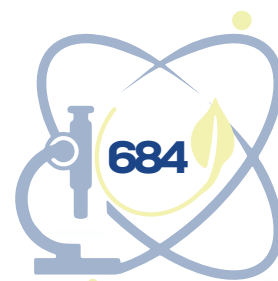
RESUMO

A pandemia do Covid-19, a partir de março de 2020, impôs muitas mudanças sociais devido à necessidade do isolamento. Diante disso, foi necessário que as instituições de ensino precisassem adotar novas estratégias educacionais, aderindo ao ensino remoto. Com base nas respostas dos participantes, e em consultas aos estudos de alguns autores, o objetivo desta pesquisa foi analisar as experiências relacionadas à educação com pessoas surdas no ensino remoto durante a pandemia. Os resultados apontam que: os ambientes virtuais em que os processos educacionais foram desenvolvidos foram principalmente o Google Meet, plataforma RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) e Zoom; os desdobramentos dos profissionais com relação às estratégias de ensino e atuação; e os desafios vivenciados durante o ensino remoto.

Palavras-chave: Pessoas surdas; Ensino Superior; Intérpretes; Professores; Covid-19.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic, starting in March 2020, has imposed many social changes due to the need for isolation. In view of this, it was necessary for educational institutions to adopt new educational strategies, adhering to remote teaching. Based on the responses of the participants, and in consultations with the studies of some authors, the objective of this research was to analyze the experiences related to education with deaf people in remote teaching during the pandemic. The results show that: the virtual environments in which the educational processes were developed were mainly Google Meet, the RNP platform (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) and Zoom; the unfolding of professionals in relation to teaching and performance strategies; and the challenges experienced during remote teaching.



Keywords: Deaf people; University education; Interpreters; Teachers; Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Com o novo cenário educacional acarretado pelo novo coronavírus, inúmeras mudanças foram necessárias no âmbito educacional, sendo necessário buscar alternativas emergenciais para o ensino superior durante o período de isolamento. A medida possível encontrada naquele momento, a partir de 2022, mesmo com a falta de preparo dos docentes para esta nova modalidade, foi o ensino remoto. Com isso, o uso das tecnologias digitais passou a ter grande importância.

De modo específico buscamos analisar de que forma esses profissionais se sentiram e se desdobraram durante esse período de distanciamento social. Levando em consideração as estratégias criadas, conhecer algumas adaptações que foram realizadas para a educação dos alunos surdos, entender as dificuldades enfrentadas por esses profissionais, com relação à diferença do ensino na pandemia.

Nesse sentido devido às várias mudanças ocorridas no mundo todo por causa do novo coronavírus, este estudo foi desenvolvido com o objetivo geral de analisar de que maneira a pandemia da Covid-19 alterou o cenário das salas de aula em uma instituição de ensino superior do estado do Ceará, analisando as experiências dos profissionais com alunos surdos e o uso da tecnologia durante o ensino remoto.

2 METODOLOGIA

Antes de qualquer uma das ações que serão descritas, realizamos os procedimentos éticos para o desenvolvimento da pesquisa, submetendo primeiramente o projeto aos Comitês de Ética da instituição de Ensino Superior envolvida no desenvolvimento do projeto, entendendo que essa ação visa manter a integridade dos sujeitos que participaram do estudo (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Ademais, articulada ao campo dos Estudos Surdos em/da/na Educação junto aos Estudos Culturais em/da/na Educação, desenvolvendo essa pesquisa com base na abordagem qualitativa. Conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 17):



[...] a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as gravações e os lembretes.

A abordagem qualitativa em educação possibilita refletir a respeito de questões subjetivas que, muitas vezes, não é possível serem pensadas por meio da pesquisa de caráter quantitativo. Ademais, se alia ao caráter investigativo implementado pelo campo dos Estudos Surdos.

Os Estudos Surdos em/da/na Educação focam as questões culturais da educação de pessoas surdas. Ela passa a ser problematizada, no sentido de se compreender o que está subliminar às práticas culturais e discursivas, considerando que a cultura está presente em todo e qualquer processo de caráter educacional.

Articulamos os Estudos Surdos em/da/na Educação com o campo dos Estudos Culturais em/da/na Educação, que têm como um de seus focos toda a produção de significados das diferentes culturas, os fenômenos e significados culturais produzidos pelas pessoas.

Com relação aos dados empíricos da pesquisa, estes foram coletados em uma instituição federal de ensino superior no estado do Ceará. A instituição implementou o ensino remoto com o advento da pandemia de Covid-19.

Os sujeitos que participaram da pesquisa foram professores/as e intérpretes que atuavam com alunos/as surdos/as em sala de aula no período do ensino remoto de três cursos de graduação distintos. Ao todo foram 10 profissionais, sendo 4 intérpretes, 4 professores ouvintes e 2 professores surdos. Sobre o tempo de atuação desses profissionais, o intérprete 1 atuava há 6 anos, o intérprete 2 há 2 anos, o intérprete 3 há 3 anos e o intérprete 4 há 1 ano e meio. Já os professores ouvintes 1, 2, 3 e 4 atuavam na área da docência há 17 anos, 16 anos, 10 anos e 7 anos respectivamente. Enquanto isso, o tempo de docência dos professores surdos 1 e 2 no ensino superior era de 7 anos e 5 anos respectivamente.

Quando os sujeitos aceitaram participar da pesquisa, solicitamos a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), conforme recomenda a Resolução do CNS 510/20164 (BRASIL, 2016). Todos os sujeitos assinaram o TCLE, sendo informados sobre todas as etapas da pesquisa e sobre



a sua participação voluntária e consciente de todas elas, bem como ficando explícita a possibilidade de desistirem a qualquer momento. Seus dados pessoais foram mantidos em sigilo, zelando por não divulgar seus nomes, tampouco os das instituições em que trabalhavam.

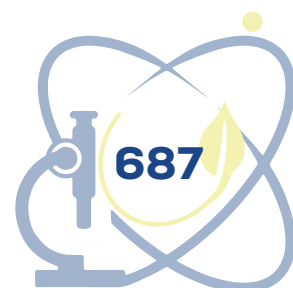
Para a coleta de dados empíricos, utilizamos como instrumento o questionário. Segundo Richardson (1999), o questionário possui, como funções principais, a descrição de características e mensurações de variáveis de um grupo social. Optamos pelo tipo de questionário que contém perguntas abertas. As perguntas foram disponibilizadas em português escrito e Libras, por meio de um vídeo, com todas as perguntas traduzidas com a participação de uma pessoa surda, a fim de que ficasse da forma mais clara possível. Para respondê-las, a modalidade linguística ficou facultada aos/às participantes, sendo possível responder em Libras (por meio da gravação de vídeo) ou em português escrito. O questionário foi aplicado através de um formulário criado no Google Forms.

Após a coleta de dados, foram realizadas as seguintes ações: *ordenação de dados*, todos os dados levantados foram reunidos em um único documento; *categorização dos dados*, partindo das respostas dos sujeitos, foram elencadas categorias mestras para as análises; e *análises dos dados*, após todas as etapas anteriores, os dados passaram por um processo minucioso de análises, com base no arcabouço teórico dos Estudos Surdos e dos Estudos Culturais da Educação.

Para analisar os dados, nos inspiramos na análise de conteúdo que, segundo Severino (2016, p. 129), é “uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens, escritos, orais, imagens e gestos”. Porém, criamos nosso próprio percurso, adequando à realidade da pesquisa.

3 OS PROCESSOS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DO COVID-19 NA PERSPECTIVA DE PROFISSIONAIS SURDOS E OUVINTES

Devido ao surto da Covid-19, boa parte dos professores e instituições de ensino não estavam preparados para ministrar aulas de forma remota. Para tanto, foi necessário criar diversas estratégias para o ensino a fim de assegurar a continuação das aulas no período letivo, tornando assim uma experiência desafiadora.



O ensino remoto emergencial requer circunstâncias diferentes das condições usuais, uma vez que não estávamos preparados em termos de infraestrutura técnica, formação profissional e conjunto de habilidades (ALVES, 2020). De acordo com um dos intérpretes entrevistados:

Intérprete 3: (...) A partir de então, a universidade implementou o Período Letivo Especial (PLE), no qual as aulas ocorreram de forma remota, com o uso de tecnologias digitais. Desta forma, os serviços de interpretação das aulas que antes ocorriam de maneira presencial, também se configura para atender às novas demandas de sala de aula na modalidade remota.

Com o ensino remoto, as aulas passaram a ser ministradas através de plataformas virtuais e a instituição onde a pesquisa ocorreu fez o uso de diferentes aplicativos para que as aulas ocorressem. Através das respostas dos(as) profissionais sobre onde ocorreram essas aulas do ensino remoto, foram citadas as seguintes plataformas virtuais: Google Meet, plataforma RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) e Zoom.

Intérprete 1: Foi utilizado algumas ferramentas de vídeo chamadas como Meet/Plataforma da RNP/Microsoft Teams entre outras para que acontecessem as aulas remotas, para nós intérpretes, utilizávamos uma sala virtual à parte para fazermos o apoio durante a interpretação.

Intérprete 4: No período remoto as aulas eram ministradas via plataformas acessíveis como por exemplo o Google Meet, a comunicação entre os participantes era feita pelo chat e também com o uso das ferramentas de câmera e áudio, a maioria dos professores adicionavam materiais dentro da plataforma Google sala de aula, essas duas ferramentas são extensões do Google e os usuários acessavam através de seus e-mails institucional.

Professor ouvinte 4: Aulas expositivas via Google Meet, material via Google Drive e Classroom e avaliações via Google Forms.

Professora surda 2: Acontecia através do Google Meet.

O Google Meet é uma plataforma do Google onde faz videoconferências online. Essas videoconferências podem ocorrer através de aplicativos ou pelo navegador da web. A plataforma RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) possibilita realizar uma conferência online usando áudio e vídeo e que também há ferramentas disponíveis como bloco de notas, visualização compartilhada de



imagens e chat. E o Zoom é uma plataforma de comunicação de fácil acesso, tanto pelo celular quanto pelo computador.

Sobre a organização das aulas de forma prévia, a professora surda 2 mencionou que houve muitas adaptações. E comparou que, no remoto, o slide era quase o único recurso didático a ser utilizado, diferentemente do ensino presencial, tendo em vista que usava várias estratégias didáticas.

Muitas coisas tecnológicas tive que aprender enquanto ensinava. Além do mais, parecia que o Google Meet também estava em constante mudanças, então era sempre aprendizagem na manutenção dele (Professora surda).

Com relação a como esses processos educacionais foram desenvolvidos pelos(as) profissionais nos ambientes virtuais no período do ensino remoto, destacamos relatos dos intérpretes a respeito das práticas educacionais adotadas:

Intérprete 2: (...) Nós usávamos uma sala de apoio, além da sala principal que apelidamos, a sala principal era onde acontecia as reuniões, aulas em que estavam todos, e a sala de apoio era onde somente o Tils com o seu parceiro de trabalho abria para auxiliar o colega.

Intérprete 3: (...) os intérpretes dividiam a tela do computador em: tela da sala de aula, tela de sala de apoio da interpretação e tela de apresentação de slides. Isso quando a conexão estava estável, pois qualquer sinal de instabilidade, o intérprete precisava fechar as salas secundárias e priorizar a sala de aula, a qual o estudante Surdo se encontrava.

Intérprete 4: (...) no caso das tecnologias o uso de uma segunda janela onde se encontravam apenas os intérpretes de Libras, para o recurso do apoio na atuação, também era preciso um esforço maior de atenção e repetição no contato com os alunos e os professores lembrando-os sempre de enviar os materiais antes para nós intérpretes, podermos estudar e pesquisar sinais.

Podemos perceber que os intérpretes entrevistados buscavam meios próprios e estratégias para se desdobrarem no período remoto, mesmo com as instabilidades que ocorriam durante a conexão.

4 IDENTIDADES SURDAS E ENSINO REMOTO

Strobel (2008, p. 27) define a cultura surda como “o jeito de o sujeito

surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas”.

As pessoas surdas fazem parte de um povo surdo, e possuem o direito de participarem da comunidade surda, tendo acesso a suas heranças culturais - seus artefatos culturais surdos (STROBEL, 2008). Dessa forma, as pessoas surdas constroem sua cultura através de artefatos visuais, fundamentados em uma característica que é singular a elas: a experiência visual.

Para Bondía (2002, p. 21) experiência “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Desta forma, para que a experiência ocorra, é necessário que o sujeito se coloque em uma posição “exposta”, uma condição vulnerável, uma vez que ele estaria aberto para deixar com aquilo que passa por ele o toque e, até mesmo, o transforme. Bondía, discorrendo sobre a experiência, relata que:

Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude (BONDÍA, 2002, p. 27).

A experiência levaria em consideração o que há de subjetivo, na qual duas pessoas ao serem afetadas por um mesmo acontecimento, teriam experiências distintas, sendo esta singular e irrepetível (BONDÍA, 2002).

Quando perguntado sobre as experiências obtidas por esses profissionais, eles relatam que:

Intérprete 3: (...) muitas foram as dificuldades encontradas pela equipe de Tradutores e Intérpretes de Libras, no que se refere ao atendimento remoto e requisitos a ele associado, como por exemplo: domínio de plataformas onde ocorriam as aulas, conectividade satisfatória para o desempenho da atividade de interpretação, ambiente adequado para atendimento (...), interação e feedback de docentes e discentes Surdos no ato interpretativo, ausência de tempo dedicado à preparação e estudo (devido a modalidade remota, muitas foram as reuniões e lives que solicitaram a presença dos intérpretes de Libras, ocasionando falta de tempo de preparação desses profissionais, pois, encerrava-se uma demanda e muitas das vezes no turno seguinte já estávamos escalados para outro atendimento).



Intérprete 2: Uma das maiores dificuldades era, (...) durante a pandemia quase 100% utilizou e aumentou de conexão para se comunicar, trabalhar em casa e por isso, a velocidade que nós dependemos muito pelo fato de usarmos vídeo que é um recurso pesado, era bem complicado depender dessa tecnologia.

O atendimento remoto requereu dos profissionais o aprendizado e o domínio das plataformas virtuais, das quais estes não estavam habituados a trabalharem, a interação e o retorno dos alunos e professores no momento da interpretação. A fala dos sujeitos indica que o ensino remoto teve mais demandas do que o presencial, o que fez com que o período de tempo para estudos e pesquisas dos intérpretes a respeito dos atendimentos fosse comprometido. O atendimento através dos ambientes virtuais gerava uma dependência dos aparatos tecnológicos, diferente do ensino presencial em que só a presença era necessária.

Diante de algumas dificuldades com os(as) alunos(as) surdos(as) durante as aulas remotas, três intérpretes mencionaram que houve uma falta de retorno, pois poucos alunos acionaram as câmeras e com isso não havia tanta interação durante as aulas. Com isso, os participantes relataram que:

Intérprete 1: (...) por mais que nós intérpretes solicitassem, eles não ligavam a câmera, não havia interação com o intérprete, não havia possibilidade de feedback, não tinha como saber se estavam entendendo.

Intérprete 2: (...) a maioria dos alunos, principalmente o aluno surdo (...), não acionava a sua câmera permitindo ser visto, e por isso não tinha como visualizar suas expressões.

Intérprete 3: (...) não ter sempre a presença visual no retorno do aluno, pois as câmeras na maioria das vezes, sempre estavam desligadas.

A professora que é surda também menciona a mesma dificuldade:

Professora surda 2: A qualidade educacional não era muito boa, devido eu não conseguir acompanhar a aprendizagem dos alunos surdos. (...) E também era mais fácil tirar as dúvidas deles presencialmente através de quadro branco, por exemplo. (...) Não conseguia usar várias estratégias para ajudar. E a gente precisava muito utilizar o vídeo, já que a Libras é visual. A conexão não ajudava muito. A interação no remoto é muito mais fechada, era como se eu tivesse sozinha.

Alves e Gomes (2020, p. 328) mencionam, “a imagem, a articulação da



fala, muitas vezes não é nítida, o que é um complicador para surdos oralizados e até mesmo para os que sinalizam. A conexão com a internet pode falhar. Há inúmeros desafios”.

A partir da fala dos sujeitos, podemos dizer que a forma como as aulas se desenvolveu no período de ensino remoto foram bastante diferentes do ensino presencial, por exemplo, com a ausência de câmeras ligadas, os profissionais não sabiam se os alunos estavam entendendo a aula, pois o contato visual é essencial para observar as expressões, movimentos e reações para assim perceber se os alunos estão entendendo a aula ou não.

Paiva *et al.* (2018, p. 2) mencionam a importância do uso das expressões na LS:

[...] as expressões não manuais (ENMs) nas línguas de sinais (LS) incluem movimentos do corpo e expressões faciais. As ENMs podem desempenhar diferentes funções, tais como diferenciar itens lexicais, participar da construção sintática e contribuir com processos de intensificação. Dessa forma, as expressões faciais participam da construção do significado nas LS tanto quanto os parâmetros até então mais estudados, a saber: configuração, movimentos e localização das mãos.

Nesse sentido, podemos ver que alguns profissionais mencionaram esse mesmo ponto:

Intérprete 2: (...) quando no ensino presencial a partir das expressões negativas do aluno posso alterar minha atuação naquele momento, se eles flexionam a sobrancelha expressando dúvida e percebo que não foi compreendido, posso sugerir que peça ao professor explicar novamente, ou modificar a minha interpretação para ficar mais clara.

Intérprete 3: (...) o intérprete está a todo tempo recebendo feedback do processo interpretativo, seja através do movimentar da cabeça, indicando confirmação e compreensão, ou até mesmo das expressões faciais produzidas de forma natural pelo estudante Surdo, indicando a depender do momento compreensão ou incompreensão da mensagem.

Professora surda: No ensino presencial eu conseguia acompanhar o entendimento e aprendizagem dos alunos surdos através das expressões faciais deles. (...) A utilização da expressão corporal também ajudava muito, diferente do ensino remoto, não conseguia usar várias estratégias para ajudar.

As dificuldades citadas pelos participantes provavelmente sejam devido a nova rotina que foi preciso ser criada para esses profissionais, pois devido a pandemia, muitos ainda não tinham essa experiência com o trabalho remoto e é



necessário também considerar que durante o ensino remoto esses profissionais ficaram durante muito período em exposição a aparelhos eletrônicos, sentados por muito tempo e isso pode ter ocasionado esses fatores, como o intérprete Pedro relata:

Intérprete 3: A qualidade educacional no período remoto sem dúvidas deixou a desejar, pois, não estávamos preparados para essa modalidade de ensino, e mesmo assim tivemos que atuar. Isso demandou novas práticas de interpretação, pois até então tivemos que transpor tudo aquilo que fazíamos presencialmente para um novo cenário, o digital. Novas habilidades e métodos de interpretação foram aprendidos e executados, bem como novos conhecimentos sobre plataformas digitais que até então não se usavam.

Sobre o uso das tecnologias digitais por pessoas surdas, Goettert (2019, p. 126) ressalta que “o fato de o surdo se comunicar com base na língua de sinais exige dupla apropriação no que se refere ao texto escrito. Assim, não se trata, portanto, de uma simples transcodificação ou transcrição, mas também de tradução e interpretação.”, tendo em vista que as tecnologias digitais são desenvolvidas por ouvintes, tendo como base as línguas orais, principalmente em sua forma escrita, despertando a necessidade de as pessoas surdas serem bilíngues.

É necessário trazer um destaque para essa relação cultural das pessoas surdas com as tecnologias digitais, com ênfase no hibridismo cultural, que possui uma influência nas construções das identidades surdas, sendo essa necessidade de se tornarem bilíngues parte de uma luta cultural.

Professor surdo 1: Prefiro dar aula presencial, ficar de frente com os alunos porque a relação, o contato, a interação e comunicação ficam mais fáceis junto com a didática e metodologia de apresentar a língua de sinais de forma visual, sempre utilizando dinâmicas de grupo como estratégia para aprender memorizando.

A interação em sala de aula foi afetada pelo ensino remoto em todas as experiências educacionais. Porém, na educação de surdos foi uma experiência um pouco mais desafiadora.

Professor surdo 1: Depois comecei a dar aula remota no curso de Letras-Libras, mas tem problemas com relação ao relacionamento, barreiras por conta do ambiente virtual online. Por exemplo, o professor ouvinte utiliza o microfone no ambiente virtual online, óbvio, sua

primeira língua é o português, já o professor surdo é diferente, ensina utilizando a língua de sinais, é um desafio tecnológico.

O professor surdo 1 marca a diferença linguística entre docentes ouvintes e docentes surdos, por haver uma diferença nessa modalidade. As pessoas surdas são percebidas enquanto usuárias de uma língua, que como menciona Quadros (2006), é caracterizada por uma modalidade diferente da oral, de natureza gesto-visual, com gramática própria e considerada uma língua visual-espacial.

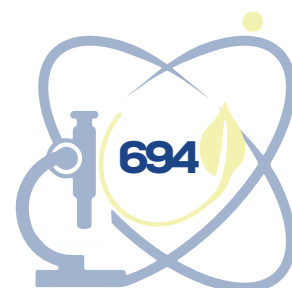
O ensino durante a pandemia se deu através do ambiente virtual. Para as Libras se realizar nesse lugar, ela depende da qualidade da internet, tanto dos professores quanto dos alunos, uma vez que ela é visual, o que nesse ambiente passa a ser algo desafiador.

Intérprete 4: No começo foi bem complicado, pois quando eu comecei a trabalhar como intérprete de libras e já estávamos em período remoto, e o fato de eu ser de outro estado e por isso consequentemente os alunos não me conheciam eu não conseguia muito contato com eles fora da sala de aula para mais interação e conhecimento dos sinais regionais, o que dificultou um pouco nas práticas de interpretação, principalmente na versão libras para o português.

A variação linguística entre intérpretes e alunos surdos foi uma dificuldade agravada na experiência de ensino remoto por conta da falta de contato presencial. No ensino presencial é possível ter interações para além da sala de aula, algo que não foi possível no ensino remoto.

De acordo com Oliveira e Marques (2014, p. 89), na Língua de Sinais essas variações seriam quando existem vários sinais com o mesmo significado, podendo haver a mudança dos parâmetros linguísticos (que são as pequenas partes que compõem o sinal), mas não de seu significado. Sendo importante mencionar que essas variações podem ocorrer ao longo do tempo e dependendo de região para região.

Com relação à acessibilidade das plataformas, é possível observar na fala da intérprete 1 que, embora o ambiente virtual não fosse totalmente acessível, houve uma busca de estratégias para que acontecesse essa inclusão, pois a língua de sinais é visual, e no remoto a oralização prevalecia:



Intérprete 1: Algumas aulas foram gravadas e disponibilizadas para os alunos, entretanto, aquelas que aconteceram pelo Meet a princípio não tinha acessibilidade para o surdo por captar somente quem estava com a fala ao microfone, precisava baixar uma extensão no computador para ocorrer a gravação da tela inteira, através de pesquisa dos docentes do Curso de medicina veterinária, foi encontrado uma forma de gravação do Meet de forma acessível ao surdo sem precisar de extensão, mas, infelizmente, apesar da orientação para os professores desse formato acessível, nem todos faziam uso dele.

Nesse contexto podemos observar que o ambiente virtual ainda é feito numa sociedade majoritariamente ouvinte. Recursos digitais em que a diferença surda ainda não era considerada.

Nenhum professor ouvinte tinha experiências com alunos(as) surdos(as) antes do ensino remoto.

Professor ouvinte 1: Considero muito positiva. A contribuição dos intérpretes e o envolvimento do estudante foram fundamentais

Professor ouvinte 2: A experiência foi muito importante por mostrar as limitações em minha formação, mas também para perceber que com a boa vontade do estudante e de intérpretes posso aprender a tornar as aulas mais acessíveis.

Professor ouvinte 3: A experiência foi desafiadora, visto que foi preciso conciliar uma conexão boa com a internet, metodologias que tornassem a aula mais dinâmica e participativa, pois muitos não ligavam a câmera, incluindo a estudante surda.

Professor ouvinte 4: Desafiador, visto a séries de adaptações e treinamentos para alcançar o discente.

A falta de formação e conhecimento de alunos(as) surdos(as) mostrou aos professores suas limitações com relação à formação, exigindo adaptações. A ausência de preparo dos professores no processo pedagógico para lidar com alunos surdos em sala de aula foi somado com o novo ambiente em que os processos educacionais passaram a ser realizados. Adaptações foram necessárias para lidar tanto com o ensino remoto quanto com os alunos em questão.

A falta de menção à diferença surda nos processos educacionais e de detalhes a respeito das adaptações feitas específicas para esses alunos, em comparação aos relatos dos intérpretes que participaram da pesquisa e fizeram menção a questão da visualidade necessita de problematização. Por exemplo, como ocorreram essas dificuldades com os alunos surdos? Como foram realizadas essas novas estratégias para o ensino remoto?



Romário (2020, p. 162) reflete que considera que:

[...] um sistema escolar que implementasse processos inclusivos, nos quais a diferença surda fosse considerada, a língua de sinais não estaria sendo apenas tolerada, mas aceita, respeitada e valorizada. Considero que ela tem sido tolerada não porque as educadoras e os educadores ouvintes em geral não a dominam, mas porque as responsabilidades didático-pedagógicas têm sido terceirizadas, sob a justificativa da ausência de formação especialmente em língua de sinais.

É possível observar na pesquisa que há uma falta de atenção por parte dos docentes com os alunos surdos, pois em suas respostas há poucas menções sobre eles. Levando-nos a refletir que de diferentes formas não houve uma devida atenção na diferença surda.

5 CONCLUSÃO

De acordo com as experiências relatadas pelos profissionais entrevistados, podemos perceber que o ensino remoto foi marcado por vários desafios. A falta de experiências com alunos surdos no ensino remoto gerou dificuldades nessa nova modalidade de ensino. Com relação aos ambientes virtuais em que esses processos educacionais foram desenvolvidos, os dados apontam que as principais plataformas utilizadas foram o Google Meet, Zoom e Plataforma RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa).

A falta de interação durante as aulas foi bastante mencionada nas respostas dos participantes, o que dificultou o trabalho dos intérpretes e das aulas dos professores. Em comparação com o ensino remoto, é perceptível que houve muitas questões que ficaram a desejar.

É importante citar que diante das medidas que foram empregadas no ensino remoto foram de fato necessárias. Isto não significa que consideramos o ensino remoto como modelo de ensino falho, tão pouco o desmerecemos, entretanto, devido a busca de medidas emergenciais, houve uma falta de preparo para os docentes nessa modalidade de ensino.

As experiências vivenciadas pelos docentes surdos no ensino remoto também foram marcadas por suas experiências visuais e identidades surdas, que possuem especificidades.



A partir da pesquisa realizada, podemos destacar que é possível o desenvolvimento e aprofundamento de outras pesquisas em relação ao uso da tecnologia e como isso afeta principalmente o público surdo, e a importância de estratégias e desdobramentos dos profissionais quando foi necessário o uso de medidas emergenciais.

AGRADECIMENTOS

Aos/às profissionais, professores(as) e intérpretes que aceitaram participar dessa pesquisa. À Universidade Federal do Cariri (UFCA) pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas Educação**, [s. l.], n. 8, v. 3, p. 348-365, 2020.

BONDÍA, J. L. Notas sobre experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 10, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (org.). **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p. 15-41.

OLIVEIRA, R.; MARQUES, R. R. Uso da Variação Linguística na Língua Brasileira de Sinais. In: **Revista Diálogos: linguagens em movimento**. Caderno Estudos Linguísticos e Literários. Ano II, n. I, 2014. Cuiabá: 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/2765>. Acesso em: 25 jul. 2022.

QUADROS, R. M. Efeitos de modalidade de língua: as línguas de sinais. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 168-178, jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/801/816>. Acesso em: 25 jul. 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.



EXPERIÊNCIAS RELACIONADAS À EDUCAÇÃO COM PESSOAS SURDAS NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19: ESTUDANTES SURDOS/AS EM FOCO

Lincoln Damacena Oliveira
Francineide Pereira de Souza
Lucas Romário

RESUMO

Por conta do Covid-19, mudanças na educação foram necessárias para respeitar as medidas de segurança no combate à pandemia. Nesse contexto, este artigo, de abordagem qualitativa e que utiliza a entrevista como técnica, teve como o objetivo analisar as experiências de estudantes surdos/as no Ensino Superior em uma universidade do Ceará, durante a pandemia de Covid-19, com base nos Estudos Culturais e Estudos Surdos. Os resultados apontam que: os ambientes virtuais em que os processos educacionais foram desenvolvidos foram principalmente o Google Meet, Zoom e Web Conferência; a falta de familiaridade com o ensino remoto dificultou a aprendizagem dos sujeitos; o cansaço sentido pelos/pelas alunos/as durante os processos educacionais podem ter relação com o uso em excesso dos aparelhos tecnológicos por causa da emissão de luz violeta e a falta de interação em sala de aula foi uma crítica presente nas falas dos entrevistados.

Palavras-chave: Pessoas surdas; Ensino Superior; Covid-19.

ABSTRACT

Due to Covid-19, changes in education were necessary to respect security measures against the pandemic. In this context, this article, with a qualitative approach and which uses the interview as a technique, aimed to analyze the experiences of deaf students in Higher Education at a university in Ceará, during the Covid-19 pandemic, based on Cultural Studies and Deaf Studies. The results indicate that: the virtual environments in which the educational processes were developed were mainly Google Meet, Zoom and Web Conference; the lack of familiarity with remote teaching made it difficult for the subjects to learn; the fatigue felt by the



students during the educational processes may be related to the excessive use of technological devices due to the emission of violet light and the lack of interaction in the classroom was a criticism present in the interviewees' speeches.

Keywords: Deaf people; University education; Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Por consequências do Covid-19, a área educacional passou a buscar alternativas para dar continuidade a suas atividades de maneira a evitar o contato social, encontrando no ensino remoto uma possibilidade para que o processo educativo formal se mantivesse de alguma forma. A sua oficialização se deu por meio da publicação da Portaria nº 343, em 17 de março de 2020, no Diário Oficial da União, que: “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19”. Com esse novo contexto de medidas emergenciais, as tecnologias digitais passaram a ter grande importância enquanto ferramentas educativas nos processos educacionais.

Surpreendidos, docentes e discentes precisaram se adaptar aos desafios condicionados por essa modalidade de ensino da qual não estavam habituados. Compreendendo a necessidade e a complexidade do momento, pesquisas foram desenvolvidas para compreender como se deram os processos educativos de pessoas no contexto da pandemia, com foco nas experiências educativas.

Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020), ao pesquisarem em uma escola no Estado do Paraná sobre como foi o ensino remoto na perspectiva de cinco professores, três alunos e uma pedagoga de escola bilíngue, demonstram em seus resultados que o ensino remoto é um desafio na preparação de aulas; alguns alunos vulneráveis economicamente não acessam atividades remotas; alunos sem auxílio parental para os estudos; dificuldades de compreensão e interpretação dos enunciados; sem contato social escolar, o isolamento afeta o desenvolvimento linguístico e social desses sujeitos.

Alves e Gomes (2020) ao pesquisarem sobre os efeitos do COVID-19 na educação de pessoas surdas no município de Santo Antônio de Pádua, Estado do Rio de Janeiro, apontam dificuldades pela vulnerabilidade econômica e falta de acesso à internet; dificuldade em desenvolver as atividades por falta de ajuda



familiar; dificuldade em acompanhar os grupos em redes sociais por causa do português escrito e conteúdos não serem acessíveis; confusão do papel do intérprete, delegando-o a responsabilidade de ensinar ao surdo.

Nesse sentido, refletindo a respeito dos processos educacionais, essa pesquisa foi desenvolvida, tendo como objetivo analisar as experiências educacionais de alunos/as surdos/as no Ensino Superior, durante a pandemia de Covid-19, buscando identificar onde ocorreram os processos de ensino e mostrando as percepções dos sujeitos surdos sobre os processos educacionais na universidade durante esse período, as vantagens e desvantagens desse tipo de ensino, entre outros apontamentos a partir da fala dos sujeitos surdos/as.

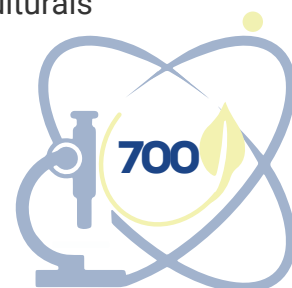
2 METODOLOGIA

O primeiro passo da pesquisa foi realizar os procedimentos éticos para o seu desenvolvimento, submetendo primeiramente o projeto aos Comitês de Ética da instituição de Ensino Superior envolvida no desenvolvimento do projeto, entendendo que essa ação visa manter a integridade dos sujeitos que participaram do estudo (PRONADOV; FREITAS, 2013). Com a aprovação do projeto, demos início ao desenvolvimento da pesquisa.

Ademais, articulada ao campo dos Estudos Surdos em/da/na Educação junto aos Estudos Culturais em/da/na Educação, desenvolvendo essa pesquisa com base na abordagem qualitativa. Conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 17):

[...] a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as gravações e os lembretes.

Os Estudos Surdos em/da/na Educação focam as questões culturais da educação de pessoas surdas. Ela passa a ser problematizada, no sentido de se compreender o que está subliminar às práticas culturais e discursivas, considerando que a cultura está presente em todo e qualquer processo de caráter educacional. Articulamos os Estudos Surdos com o campo dos Estudos Culturais em/da/na Educação, que têm como um de seus focos toda a produção de significados das diferentes culturas, os fenômenos e significados culturais



produzidos pelas pessoas.

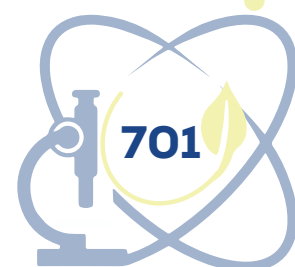
Com relação aos dados empíricos da pesquisa, estes foram coletados em uma instituição federal de ensino superior no estado do Ceará, que implementou o ensino remoto com o advento da pandemia de Covid-19. Os sujeitos que participaram da pesquisa foram alunos/as surdos/as que estudaram durante o período do ensino remoto de três cursos de graduação distintos.

Para a coleta de dados, utilizamos a técnica da entrevista semiestruturada, tendo um questionário prévio apenas como guia para conduzir a entrevista. De acordo com Silveira (2007), a entrevista pode ser considerada uma arena de significados. Ela é uma importante ferramenta de coleta de dados, sobretudo porque trabalha com uma gama de discursos, significados, motivações, crenças, valores e atitudes, correspondendo a um espaço profundo e complexo das relações sociais (MINAYO, 2001).

Quando os sujeitos aceitaram participar da pesquisa, solicitamos a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), conforme recomenda a Resolução do CNS 510/20164 (BRASIL, 2016). Todos os sujeitos assinaram o TCLE, sendo informados sobre todas as etapas da pesquisa e sobre a sua participação voluntária e consciente de todas elas, bem como ficando explícita a possibilidade de desistirem a qualquer momento. Seus dados pessoais foram mantidos em sigilo, zelando por não divulgar seus nomes, tampouco os das instituições em que trabalhavam.

Considerando o período em que estávamos imersos no momento da pesquisa devido às medidas preventivas no combate ao COVID-19, as entrevistas foram realizadas de acordo com a possibilidade dos sujeitos da pesquisa, sendo por meio do Google Meet, com registro de vídeo através do Zoom ou presencialmente, com registro feito através de uma câmera de smartphone. As entrevistas ocorreram em língua de sinais e foram gravadas em vídeo e posteriormente, traduzidos, transcritos, categorizados e analisados.

A escolha pela realização das entrevistas através de plataformas digitais nos fez deparar com empecilhos ocasionados pela queda da internet no momento de sua realização. Considerando a natureza viso-gestual da língua dos entrevistados, que eram surdos, foi necessário a repetição e a volta de alguns tópicos que não eram possíveis de se compreender pela baixa qualidade das



imagens ou interrupções na sinalização pela queda da internet.

Com relação ao perfil dos entrevistados, a pesquisa contou com a participação de quatro estudantes de graduação do Ensino Superior de três cursos distintos. Dois dos estudantes, do mesmo curso, ingressaram na Universidade no período de 2019.1, antes da pandemia; já os outros dois, de cursos diferentes, ingressaram em 2020.1, quando a pandemia começou.

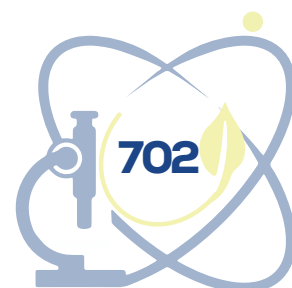
Após a coleta de dados, foram realizadas as seguintes ações: *tradução e transcrição dos dados*, após todas as entrevistas, as falas em Libras dos sujeitos surdos foram traduzidas e transcritas para a língua portuguesa escrita, agrupadas em um único documento, a fim de facilitar a categorização; *ordenação de dados*, todos os dados levantados foram reunidos em um único documento; *categorização dos dados*, partindo das respostas dos sujeitos, foram elencadas categorias mestras para as análises; e análises dos dados, após todas as etapas anteriores, os dados passaram por um processo minucioso de análises, com base no arcabouço teórico dos Estudos Surdos e dos Estudos Culturais da Educação.

Para analisar os dados, utilizamos a análise de conteúdo que, segundo Severino (2016, p. 129), é “uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens, escritos, orais, imagens, gestos”. Porém, criamos nosso próprio percurso, adequando à realidade da pesquisa.

3 OS PROCESSOS EDUCACIONAIS NO PERÍODO DO COVID-19 NA PERSPECTIVA DE PESSOAS SURDAS

Como dito, por conta do surto da Covid-19, mudanças na área da educação com relação ao ambiente em que os processos educacionais ocorriam foram necessárias para a adaptação às medidas de segurança de saúde da época. As instituições, que até aquele momento estavam habituadas a se organizarem no entorno de seus ambientes físicos, necessitaram realizar a utilização do ensino remoto em todos os níveis de ensino formal.

Se atendo especificamente a estes novos espaços educacionais, que passaram a serem virtuais, a instituição de ensino superior em que a pesquisa ocorreu fez o uso de diferentes plataformas e aplicativos para o desenvolvimento



de suas aulas: Google Meet¹, Plataforma CAFe (Web Conferência) e Zoom, conforme indicou os participantes da pesquisa.

O CAFe (Comunidade Acadêmica Federal) ao qual os/as alunos/as fizeram referência se trata do site da RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) que possui, entre seus serviços, a possibilidade da realização de conferências, através do site Conferência Web. O Conferência Web é uma ferramenta de videoconferências para atividades remotas, em que reuniões e aulas podem ocorrer. Já o Zoom é uma plataforma de comunicação para computador e celular que realiza videoconferências.

Com relação a organização prévia das aulas, uma das participantes menciona que, com relação à acessibilidade e a presença dos intérpretes no momento do período do ensino remoto, um ticket² era enviado para a instituição relacionado a organização das disciplinas que eram oferecidas em seu curso, para que os intérpretes participassem.

Já com relação a como esses processos educacionais foram desenvolvidos pelos/as docentes nos ambientes virtuais no período do ensino, trazemos relatos dos participantes a respeito das práticas educacionais adotadas:

Gabriel: “(...) comecei a usar Wi-fi no computador, a participar de reuniões no Meet, comecei a tentar organizar e adaptar para conseguir acompanhar as reuniões. Eu comecei no curso (...), tentava me organizar para conseguir acompanhar as aulas dos professores. Eu tentava adaptar utilizando duas telas, uma para o professor e outra pros alunos, as coisas foram passando e eu tentava acompanhar, comecei a me acostumar”.

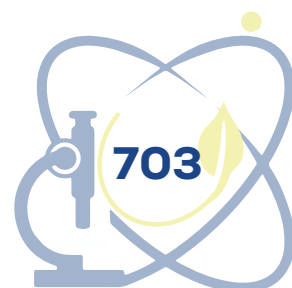
Graziela: “No período do ensino remoto tinha o professor ensinando em sala de aula virtual. Mas era difícil, depois das aulas eu procurava os professores particularmente para conversar, fazer perguntas sobre a aula e eles me explicavam”.

Daniel: “Minha experiência com o ensino remoto foi de aprendizagem e explicações de aulas através do ensino virtual, eu assistia e acompanhava as aulas no ensino remoto”.

Miguel: “Com relação à comunicação e à interação em sala de aula,

¹ O Google Meet é uma plataforma de videoconferências. Por meio do navegador da Web ou do aplicativo pelo celular, as pessoas realizam reuniões remotamente através de dispositivos tecnológicos. Os usuários se comunicam em tempo real caso tenham uma conexão de internet estável.

² O ticket é uma forma de solicitação, feito para o setor da Secretaria de Acessibilidade através do site da instituição, em que serviços da secretaria de acessibilidade são solicitadas para finalidades de: reuniões, eventos, cursos, oficinas, produção de vídeos, entrevistas, que precisam ser enviados com o prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis de antecedência.



o professor fazia as explicações dos conteúdos em sala de aula e eu tentava participar respondendo algumas perguntas, eu conseguia entender e respondia no momento da aula, dar opiniões, entre outras coisas”.

A partir da fala dos sujeitos, podemos dizer que a forma como o ensino se desenvolveu no período de ensino remoto foi semelhante à forma como as aulas presenciais eram desenvolvidas. Como menciona Alves e Gomes (2020, p. 331), “as aulas virtuais no ensino remoto se aproximam da dinâmica da sala de aula, devido à interação em tempo real e por permitir o contato visual, que é essencial para o aluno surdo”.

Nesse sentido, poderíamos presumir que a transição dos atos pedagógicos dos ambientes físicos para os virtuais não tenha causado grandes impactos nos/as alunos/as, contudo, também percebemos já na fala de alguns (Gabriel e Graziela) a tentativa de adaptação que os/as alunos/as tiveram de ter durante esse primeiro momento, tendo em vista que esse novo contexto de ensino era algo novo para eles, sendo necessário esforço para se acostumar com as novas formas que os processos educacionais se desenvolveram, como relatam:

Daniel: “(...) foi necessário paciência para se organizar pro ensino virtual, no remoto. A experiência que eu tive me deixou sobrecarregado. As aulas, a aprendizagem, sinto que não tive uma aprendizagem, aprendi muito pouco, algo básico só (...). Me senti cansado também, sempre que ligava o notebook, parecia um sofrimento, foi muito difícil”.

Miguel: “Não estava acostumado a ficar sentado no computador, se passasse mais de duas horas no computador me sentia cansado, minha saúde mental e física tiveram um prejuízo. No ensino presencial é rápido de aprender e se desenvolver, no ensino remoto precisa de paciência pra aprender, entender as coisas, parecia que as coisas que eu aprendia eram a curto-prazo, com o tempo as aprendizagens iam sumindo. No presencial o que eu aprendia, eu conseguia lembrar rápido, no ensino remoto o que eu aprendia, depois tinha dificuldade de lembrar”.

Gabriel: “(...) parece que a qualidade das aulas diminuiu, era complicado. O conteúdo das aulas parece que era pouco, porque os alunos tinham dificuldade em acompanhar a aula. Os professores tentavam usar estratégias, mas tinham dificuldades”.

A modalidade de ensino remoto envolve práticas educacionais que antes não tinham sido experienciadas por nenhum dos/das alunos/as em seus processos de ensino-aprendizagem. A experiência com essa nova forma de

prática educacional demandou, segundo os sujeitos da pesquisa, a paciência para se habituar com o ambiente virtual e as ferramentas tecnológicas que passaram a serem utilizadas nas práticas pedagógicas.

A questão que os discentes da pesquisa trazem com relação a dificuldade de aprendizagem talvez tenha relação com a novidade do estilo de ensino-aprendizagem para os alunos, sem contar que, considerando o contexto pandêmico, o contexto social com certeza ocupou um papel nas dificuldades dos alunos de experienciarem a aprendizagem, tendo em vista que nenhum ato pedagógico está desvinculado de seu contexto social e o risco à saúde pública daquele período pode ter contribuído para a dificuldade, tanto de alunos/as como professores/as, em desfrutarem dos processos educacionais e terem um rendimento que eles considerassem satisfatório, algo perceptível na reclamação com relação à aprendizagem de pouco proveito e os efeitos do contexto social em sua saúde mental e física que, conseqüentemente, afeta a aprendizagem na perspectiva dos próprios participantes.

O cansaço citado nas falas de Daniel e Miguel pode também ter sido acarretado pelo grande período de tempo de exposição aos aparelhos eletrônicos. O ambiente virtual se consolida por meio de seus aparatos tecnológicos, sejam computadores, smartphones, tablets e afins. Ao acompanhar as aulas por meio do ensino remoto, corre-se o risco de comprometer a saúde ocular devido à luz que é emitida pelos aparelhos eletrônicos a longo prazo. A respeito desse tema, Silva *et al.* (2015, p. 53) explica que:

A era digital mudou a forma de receber e processar informações: dispositivos digitais permitem que pessoas se conectem umas às outras e compartilhem informações de forma muito rápida. No entanto, a maioria das pessoas nem imaginam que as horas gastas com esta tecnologia pode afetar a saúde da visão de forma aguda e crônica.

Os pesquisadores encontraram uma correlação entre a frequência de uso de dispositivos digitais e a incidência de miopia, dores de cabeça e visão turva devido a emissão de luz violeta emitida por equipamentos eletrônicos (SILVA *et al.*, 2015).

Considerando o período de exposição que os/as alunos/as tiveram nesse momento de pandemia, o cansaço mencionado pode ser influência dos aparelhos eletrônicos, considerando que os participantes são pessoas surdas e

que o acesso que eles fazem ao mundo é feito principalmente através da visão, embora o cansaço afetara, provavelmente, todas as pessoas.

No que diz respeito às formas em que as relações entre professor-aluno e aluno-aluno aconteceram no ambiente virtual, é possível destacar nas falas de alguns dos entrevistados o descontentamento com relação a como as interações ocorreram nos processos educacionais, como veremos a seguir:

Gabriel: “Eu entrava na sala, abria a câmera e parecia que eu estava sozinho, todo mundo com as câmaras fechadas. Se todo mundo ficasse com a câmera aberta, começava a travar, ficava pesado pra internet, aí era melhor deixar fechada mesmo, só acompanhar a aula do professor sem interagir. Parecia que eu estava sozinho, por exemplo, na divisão das atividades, cada aluno ficava com uma parte, não tinha interação em grupo, parece que a interação diminuiu”.

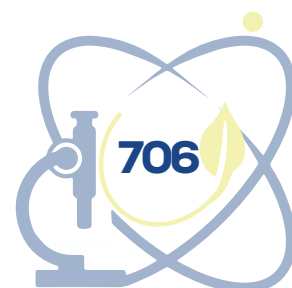
Miguel: “A aprendizagem deixou a desejar, não conseguia aprender, lia os textos, mas não entendia muito bem, precisava da interação com colegas de turma para entender”.

Daniel: “Aprender na interação com os alunos, com os professores ensinando, (...) era um desafio estudar, parece que é algo próprio do ensino presencial, algo que acho muito importante”.

A sensação de solidão e a falta de interação em sala de aula pode ser algo novo no contexto de ensino virtual, contudo, para as pessoas surdas este sempre foi um legado ouvinte. Como lembra Silva (2019, p. 47-48):

A exclusão, própria do início da história da Educação Especial, mantém os/as alunos/as banidos/as do convívio social, consideradas pessoas sem capacidade de adquirirem conhecimentos, muitas vezes eram levadas a sacrifícios. Se essa foi a tendência predominante na educação anterior ao século XX, há traços dela no século XXI, quando, por exemplo, uma escola regular não oferece intérpretes; quando não há adaptação de atividades para uma modalidade visual; quando não se aborda a legitimidade da cultura surda em sala de aula regular; quando não se criam oportunidades para que alunos e alunas surdas participem como protagonistas em atividades em sala de aula; e, como condição para tudo isso, quando a Libras não é aprendida nem empregada prioritária, corriqueiramente e fluentemente por ouvintes na interação.

No contexto remoto, novas facetas dessa mesma narrativa se fazem presente, mas dessa vez causadas principalmente pelas ferramentas tecnológicas, que não foram desenvolvidas considerando as diferenças. A marca na fala dos alunos/as surdos/as que destacam o papel da interação como componente importante para a aprendizagem nos fazem refletir sobre o papel da interação comunicacional nos processos de aprendizagem. Embora



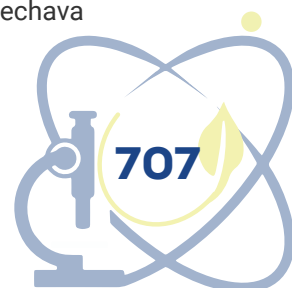
o intérprete de Libras estivesse presente na sala de aula remota, a falta dessa interação ainda foi sentida pelos sujeitos por conta das dificuldades do ensino remoto. A experiência visual em uma sala de aula virtual não é a mesma e, conseqüentemente, a qualidade da aprendizagem para as pessoas surdas decai, já que estas se apropriam dos conhecimentos através de sua visualidade e da sua língua, a língua de sinais. A respeito do papel da língua na construção de um sentido, Bondía (2002, p. 21), acredita que:

As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamento, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece.

Recontextualizando para a cultura surda e as pessoas surdas, os sinais são fundamentais para o pensamento, uma vez que é através deles que elas elaboram e expressam o seu pensamento, dando sentido a quem são e o que lhes acontece. Nesse sentido, a presença da língua de sinais presente nas aulas representava ao mesmo tempo condição de acessibilidade e produção de sentidos para os surdos, a falta de interação era fator de comprometimento social, que levava não somente os surdos, mas a todos, a um isolamento, afetando também a aprendizagem, uma vez que sem diálogo e interação, a produção de significados culturais não se concretiza. Numa lógica freiriana sobre o diálogo, “se é dizendo a palavra com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens (FREIRE, 2001, p. 54)”. Trazendo esse pensamento para o contexto da cultura surda e das línguas de sinais, é através dos sinais que se “pronuncia” o mundo das pessoas surdas, em que as pessoas surdas se transformam, sendo esse um caminho pelo qual as pessoas surdas adquirem sua significação enquanto pessoas surdas.

A falta de interação, no entanto, não parece ser as únicas dificuldades enfrentadas pelos participantes da pesquisa:

Gabriel: “(...) eu percebi que dentro da plataforma tinham problemas, por exemplo a qualidade dos vídeos que travavam, precisava ter paciência”. **Graziela:** “(...) às vezes tinham problemas em sala de aula por conta do Wi-fi, a sinalização do intérprete travava, a câmera fechava



e abria, era muito ruim”.

Daniel: “As aulas travavam muito por conta da queda no Wi-fi, era muito complicado, precisava de muita paciência pra aprender”.

Miguel: “Às vezes eu ligava a câmera na aula e acompanhava por outra tela, era possível sinalizar, mas, às vezes, as telas se apagavam, acho que por conta do número de horas ligado. Isso me incomodava. (...) Por exemplo, eu estava na conferência, acompanhando a aula e parecia que o entendimento da aula era cortado, um tema que o professor estava explicando e a internet caía, era muito complicado, eu entendia pelo contexto”.

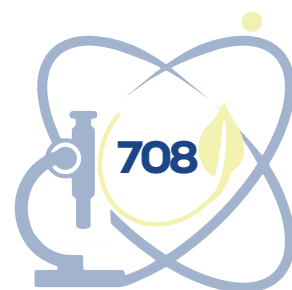
Acompanhar a transmissão das aulas on-line é, por vezes, ainda mais complicado para os surdos devido aos problemas com a conexão da internet. Como afirmam Alves e Gomes (2020, p. 328), “a imagem, a articulação da fala, muitas vezes não é nítida, o que é um complicador para surdos oralizados e até mesmo para os que sinalizam. A conexão com a internet pode falhar. Há inúmeros desafios”. Shimazaki, Menegassi e Fellini (2020) a respeito dessa questão, destacam que tal sistema educacional exige condições socioeconômicas e habilidades para otimização do ensino-aprendizagem através do ensino remoto, sendo um modelo que tende a excluir quem não se adapta ao que as tecnologias exigem para seu uso.

Embora esse modelo educacional experienciado no ensino remoto tenha muitas dificuldades e problemas, é preciso considerar que ele surgiu da necessidade de continuar os processos educacionais de forma emergencial, sendo a tentativa de manter o ensino para os/as alunos/as e não terem seu ano letivo completamente cancelado.

4 CONCLUSÃO

Por meio das experiências relatadas pelos discentes surdos, podemos perceber as dificuldades encontradas por estes em seus processos educacionais no Ensino Superior, em que suas especificidades e diferenças culturais não foram consideradas no planejamento para o ensino remoto.

A respeito dos ambientes virtuais em que os processos educacionais foram desenvolvidos, os dados apontam que as principais plataformas utilizadas foram o Google Meet, Zoom e WebConferencia. Já a forma como o ensino foi desenvolvido foi semelhante à como as aulas eram desenvolvidas no ensino presencial.



Foi necessário também uma adaptação de todos os participantes envolvidos nos processos educacionais, já que estes não estavam preparados para essa modalidade, que foi imposta pelo contexto social do momento. A falta de familiaridade com o ensino remoto também dificultou os processos de aprendizagem dos/das alunos/as. É possível também que o cansaço mencionado pelos alunos também tenha uma relação com o uso em excesso dos aparelhos tecnológicos, por conta da luz violeta emitida.

A falta de interação em sala de aula foi algo destacado principalmente nas falas dos sujeitos, onde o processo de aprendizagem foi um desafio. Outra dificuldade encontrada pelos participantes foi a de participar das aulas devido à queda de conexão com a internet. A qualidade do vídeo também dificultava acompanhar as aulas devido à natureza gesto-visual da Libras. As experiências vivenciadas pelas pessoas surdas no ensino remoto também foram marcadas por suas identidades surdas e suas experiências visuais, que tem especificidades.

A partir dos relatos dos/as discentes surdos/as, é possível observar que o ensino remoto não foi desenvolvido de forma positiva com relação às pessoas surdas. Os problemas encontrados por estes sujeitos, em alguns aspectos podem ser considerados como problemas gerais no ensino remoto, como o acesso a tecnologias de ponta e internet de qualidade para participar das aulas virtuais e cansaço pelo uso excessivo dos aparelhos tecnológicos.

Já relacionado às especificidades das pessoas surdas, por serem pessoas que experienciam o mundo de forma visual, a educação a distância propiciou barreiras comunicacionais, que já se apresentam historicamente na educação de pessoas surdas, por conta da falta de interação em sala de aula e as quedas de conexão frequentes que afetavam na sinalização em língua de sinais. A partir da pesquisa em questão, destacamos que é possível o desenvolvimento de outras pesquisas, que tratem a respeito do uso de aparelhos tecnológicos por pessoas surdas e seu efeito na visão/visualidade desses sujeitos e a importância do profissional intérprete no ensino presencial em comparação ao ensino remoto.

AGRADECIMENTOS

Aos/às alunos/as surdos/as que aceitaram participar dessa pesquisa. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. F.; GOMES, J. S. Educação de pessoas surdas em tempo de pandemia: Linguagem e relações de poder. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. Especial, p. 325-338, jun./out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2020.51903>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/51903>. Acesso em: 11 mar. 2022.

BONDÍA, J. L. Notas sobre experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2022.

BRASIL. Diário Oficial da União. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 11 mar. 2022.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (org.). **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006, p.15-41.

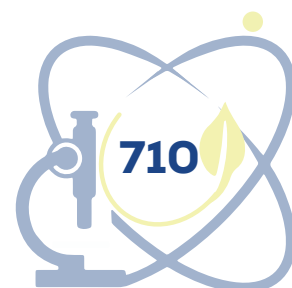
FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 09- 30.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013. p. 276.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

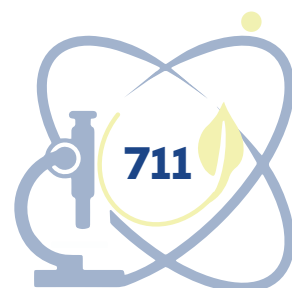
SHIMAZAKI, E. M.; MENEGASSI, R. J.; FELLINI, D. G. N. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-17, 30 jun. 2020. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092020000100140#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20surdos%20e,19%20\(PARAN%C3%81%2C%202020a\)](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092020000100140#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20surdos%20e,19%20(PARAN%C3%81%2C%202020a)). Acesso em: 11 mar. 2022.



SILVA, L. C. *et al.* Correlação entre a exposição diária à luz azul violeta emitida por dispositivos digitais e a visão de adultos jovens. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 15, n. 41, p. 47-55, 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/sr/article/view/2667/1699>. Acesso em: 11 mar. 2022.

SILVA, W. **Estranhos no ninho**: isolamento comunicacional de discentes surdos/surda em escolas de Mamanguape à luz dos Estudos Culturais. 143 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVEIRA, R. M. H. A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados. *In*: COSTA, M. V. (org.). **Caminhos investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007. p. 117-138.



A VIOLÊNCIA LETAL NO BRASIL: UM BREVE ENSAIO SOBRE AS TAXAS DE HOMICÍDIOS NA ESFERA MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE-CE

Daniel de Souza Rocha¹

Dr. Wendell de Freitas Barbosa²

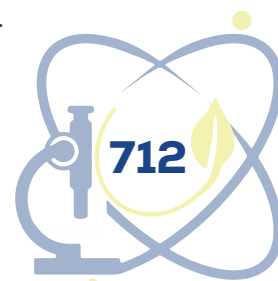
RESUMO

O presente artigo refere-se à uma breve discussão sobre a repercussão da queda do número de homicídios registrados no Brasil em 2019 na esfera municipal, observando o caso de Juazeiro do Norte enquanto lócus de pesquisa. A reflexão acerca das taxas de homicídios no Brasil e sua repercussão no âmbito municipal faz parte da análise do estudo realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), onde constatou-se uma queda dos números de homicídios no Brasil. Nesse sentido, buscou-se verificar a repercussão dessa redução no âmbito municipal de Juazeiro do Norte. Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizou-se de dados secundários relativos à dinâmica quantitativa dos números de homicídios registrados no Brasil, na região, no estado, na capital e no município, colhidos através do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), dos estudos do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA). Assim, o objetivo pretendido com a reflexão consiste em investigar como a queda dos índices de homicídios e aumento das mortes violentas no Brasil em 2019 repercutiu na dinâmica da violência letal na esfera municipal no município de Juazeiro do Norte tendo em vista o Atlas da Violência 2021, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ao final, apresenta-se um breve retrospecto das abordagens mencionadas e identificam-se lacunas a serem observadas posteriormente para consolidar as contribuições deste artigo.

Palavras-chave: Violência; Homicídios; Esfera municipal.

¹ Graduando em Administração Pública e Gestão Social pela Universidade Federal do Cariri (UFCA), Bolsista de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/UFCA). E-mail: daniel.rocha@aluno.ufca.edu.br

² Professor Adjunto da Universidade Federal do Cariri (UFCA) atuando no curso de Administração Pública/Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Coordenador/Líder do Laboratório de Estudos em Violência e Segurança Pública (LEVIS). E-mail: wendell.barbosa@ufca.edu.br.



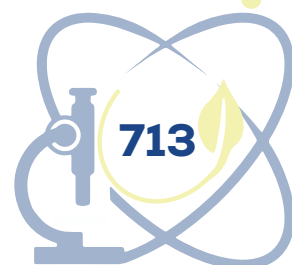
1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre os resultados parciais provenientes de uma pesquisa que consiste no esforço científico de reflexão sobre a crescente taxa de homicídios no Brasil e seus reflexos na Região Metropolitana do Cariri - RM Cariri. Nesse sentido, sua execução pretende enquanto objetivo, compreender as dinâmicas da violência letal que afetam as cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha com base em dados quantitativos e qualitativos considerando o contexto social e as políticas públicas que podem relacionadas à gestão da vida no cenário violento do Cariri. Juntos, os municípios constituem a conurbação denominada Triângulo Crajubar, uma das regiões mais expressivas do Estado, tendo em vista aspectos econômicos, demográficos e sociais.

Iniciada em 2019, a pesquisa que oportunizou a reflexão aqui apresentada encontra-se em sua fase final, tendo sido realizado dentre outras ações um denso levantamento dos registros de crimes violentos letais intencionais no período de 2009 e 2019, visando a elucidação e análise dos contextos sociais em que esses crimes ocorreram e sua repercussão na sociedade e esfera pública caririense. Dito isso, o presente trabalho pretende contribuir para a compreensão das dinâmicas da violência letal que afetam especialmente a cidade de Juazeiro do Norte com base em dados quantitativos e qualitativos considerando o contexto social e demográfico no cenário violento do município.

Ao se observar a violência no caso brasileiro, vê-se que a criticidade com a qual o número de ocorrências de crimes violentos letais, sobretudo homicídios, deveriam ser analisados tem sido ofuscada pelo processo social de naturalização das mortes violentas. Uma condição de normalidade instaurada a partir da perspectiva de que a violência enquanto um fenômeno social é parte das relações que compõem a sociedade e, portanto, é inerente às relações sociais (GULLO, 1998).

Atualmente a sociedade caracteriza-se por estar em constante mudança. Os avanços tecnológicos visivelmente contribuem para a aceleração do ritmo das mudanças sociais, econômicas e culturais. Estas mudanças, por sua vez, têm um impacto significativo nas vidas das pessoas, nas relações interpessoais e na forma como as organizações funcionam. Assim, sendo a violência parte inerente das relações sociais, tal como a sociedade tem passado por constantes transformações a violência paralelamente tem assumido diferentes dinâmicas

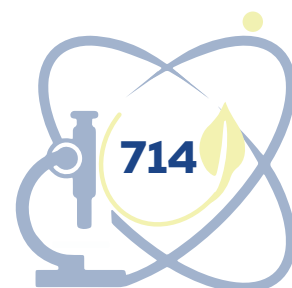


ora percebidas com o aumento dos Crimes Violentos Letais e Intencionais, ora visível através do aumento nos números de Crimes Violentos Contra o Patrimônio, ou mesmo pelo aumento do número de apreensões de armas de fogo, ambos indicadores criminais.

Nesse sentido, o presente artigo discute a repercussão da queda do número de homicídios registrados no Brasil em 2019 na esfera municipal, observando o caso de Juazeiro do Norte. Assim, o objetivo pretendido com a reflexão consiste em investigar como a queda dos índices de homicídios e aumento das mortes violentas no Brasil em 2019 repercutiu na dinâmica da violência letal na esfera municipal no município de Juazeiro do Norte tendo em vista o Atlas da Violência 2021, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Para tanto, usa dados quantitativos relativos aos registros de homicídios do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e recorre ao arcabouço documental acerca do assunto. Desde a coleta de dados é possível a verificação e constatação das informações presentes na pesquisa do Atlas da Violência para a conferência da repercussão da queda dos índices de homicídios no Brasil relativos ao município de Juazeiro do Norte.

A redução nos índices de homicídio no Brasil pode ser atribuída a diversos fatores, como aumento da segurança pública, ações de prevenção e intervenção social e ações do poder Judiciário. No entanto, ainda há muitas dúvidas sobre o que causa a queda nos índices de homicídio e se esta queda é generalizada ou se ocorre apenas em alguns locais, pois há nesse cenário um emaranhado de causas possíveis. Dito isso, uma forma de investigar este problema é analisando o impacto da queda nos índices de homicídio na esfera municipal com a finalidade de perceber a extensão de sua repercussão na municipalidade, daí a relevância científica e política deste estudo, de abordagem quantitativa e qualitativa, que, valendo-se das técnicas de levantamento bibliográfico, levantamento documental, analisou, com foco no Município de Juazeiro do Norte, a queda nos índices de homicídio e aumento das mortes violentas no Brasil em 2019 e sua repercussão na esfera municipal no município de Juazeiro do Norte, de acordo com o Atlas da Violência 2021, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



2 METODOLOGIA

De acordo com o Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2019 houve 45.503 homicídios no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes. Situando esse valor em um quadro de crescimento dos homicídios de 1979 a 2017, segundo o Atlas da Violência (2021), o número é inferior ao encontrado para todos os anos desde 1995.

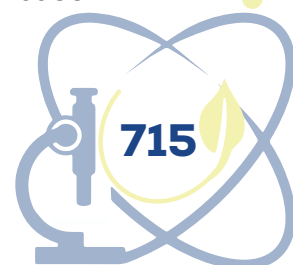
Para elaborar a análise da repercussão do cenário nacional de violência na esfera municipal, especificamente em Juazeiro do Norte, utilizou-se de dados secundários relativos à dinâmica quantitativa dos números de homicídios registrados no Brasil, na região, no estado, na capital e no município, colhidos através do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), dos estudos do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) publicadas por meio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) fazendo uso do Atlas da Violência, bem como do arcabouço documental que alicerça as ações. As perguntas que nortearam esta pesquisa se voltaram aos reflexos da violência sob a ótica nacional e sua repercussão em nível local.

Assim, abordamos as seguintes questões:

- a) Como a violência letal a nível nacional afeta os níveis territoriais?
- b) Como a queda dos índices de homicídios e aumento de mortes violentas no Brasil em 2019 repercutiram na dinâmica da violência letal na esfera municipal no município de Juazeiro do Norte?

Tecnicamente, recorreremos às metodologias de pesquisa bibliográfica e documental – esta apoiada em artigos sobre: a) violência; b) violência social; e c) violência urbana. Nesse sentido, bases de dados oficiais do Governo Federal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do portal oficial do Senado Federal, foram consultadas.

A seção “Referencial Teórico” deste artigo consta o embasamento que fundamenta a presente pesquisa. Já a seção dos “Resultados e discussão” deste artigo se estrutura em 3 subseções: a) “Taxas de homicídios no Brasil: um breve panorama”, que objetiva apresentar como os índices de homicídios no Brasil tem repercutido em diferentes níveis territoriais do país e quais são os impactos deste na realidade local do município de Juazeiro do Norte com base



em 2019; e b) “Qual é a face da violência letal em Juazeiro do Norte?” expõe as consonâncias e as dissonâncias entre as taxas de homicídios em Juazeiro do Norte no ano de 2019 tendo em vista a dinâmica nacional, concluindo assim a discussão dos resultados.

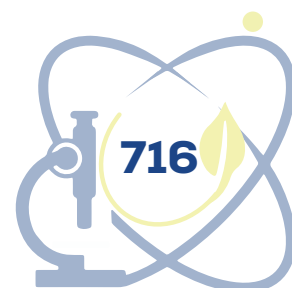
Ao final, apresenta-se um breve retrospecto das abordagens mencionadas e identificam-se lacunas a serem observadas posteriormente para consolidar as contribuições deste artigo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Em conformidade com a Organização Mundial de Saúde (2002), a violência caracteriza-se pelo uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha a possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Segundo Minayo (2006), a violência é um conceito complexo que se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. Contudo, para não restringir tal conceito apenas às execuções físicas, a autora declara: “a violência não é uma, é múltipla”. Ou seja, a violência pode ser entendida nesse sentido como um ato de força que visa impor vontade sobre outra pessoa, não importando a maneira como é feito, podendo ser considerada lícita ou ilícita de acordo com as normas sociais. Sob esse viés a violência é uma realidade mutável que pode ser tolerada ou condenada, sendo que sua compreensão é afetada pelas épocas, locais e circunstâncias em que se manifesta corroborando com a perspectiva de Gullo (1998).

Este dramático processo de resolução de conflitos afeta a sociedade em seus diversos vínculos sociais, consequentemente vindo a se tornar de interesse da esfera pública, sendo esse ainda mais responsável, pois assume uma função soberana de poder em tomar as decisões frente às ações relativas a seu enfrentamento. Em conformidade com Lima *et al.* (2000), a violência é um dos principais problemas enfrentados pelas sociedades contemporâneas. Diferentes formas de violência têm afetado a vida de milhões de pessoas em todo o mundo, causando sofrimento, morte e destruição.



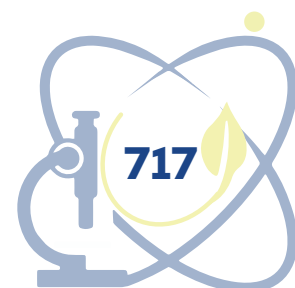
A violência tem múltiplas faces e pode assumir diversas formas, como a violência doméstica, a violência contra mulheres, a violência contra crianças, a violência policial, a violência nas prisões, a violência nas escolas, a violência de torcedores de futebol, a disseminação de arma de fogo entre a população em geral, a violência na mídia, a violência no trânsito e a violência entre organizações criminosas. A violência no Brasil tem sido crescente nos últimos anos, seguindo uma margem histórica interrompida relativamente em 2019 quando houve uma queda acentuada do número de homicídios. Em 2019 foram contabilizados um total de 45.503 homicídios no Brasil, representando uma taxa de 21,65 mortes por 100 mil habitantes. Um valor inferior a todos os anos antecedentes, que embora represente uma redução, é necessário que a mesma seja compreendida para não se encerrar em uma falsa sensação de segurança e descanso por parte do Estado.

Conforme observa Barreira (2000), nas sociedades contemporâneas, os homicídios expressam a forma mais cruel da resolução de conflitos. Na sociedade brasileira, as estatísticas de violência letal têm se agravado nos últimos 20 anos, sinalizando que a resolução violenta dos conflitos tem se tornado um fenômeno estrutural em nossa sociedade.

A seguir constam algumas reflexões e discussões possíveis diante da pesquisa realizada a partir da compreensão do conceito de violência e dos números que compõem esse o contexto no caso brasileiro.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sociedade contemporânea vive um processo de intensas e constantes mudanças. Observando a violência no caso brasileiro, vê-se que a resolução violenta de conflitos perdura como sendo uma prática corrente, quase que “natural” evidenciada pelos números de CVLI que suas regiões, estados e municípios apresentam. Vale lembrar que a presente análise se atenta especialmente para o caso de Juazeiro do Norte, e se vale do contexto encerrado no Brasil, Nordeste, Ceará e Fortaleza, no que diz respeito às taxas de homicídios por 100 mil habitantes, para ampliar a perspectiva acerca desse fenômeno. Com isso, espera-se que seja possível enxergar o padrão de redução e os respectivos percentuais de violência letal em Juazeiro.



4.1 Taxas de homicídios no Brasil: um breve panorama

A partir do SIM/MS é possível traçar uma margem histórica com o número de homicídios registrados a cada ano. Assim, observando o período de 2009 a 2020, nota-se que em 2019 foram contabilizados 45.503 homicídios no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 21,7 mortes por 100 mil habitantes (conforme apontado no Gráfico 1 e Tabela 1 e 2). Situando esse valor em um quadro de crescimento dos homicídios de 2009 a 2020, em comparativo com os recortes territoriais propostos, o número é inferior ao encontrado para todos os anos desde 1995 (IPEA, 2021).

Gráfico 1 - Brasil, Nordeste, Ceará, Fortaleza e Juazeiro do Norte: Taxa de Homicídios por residência (2009 a 2019)



Fonte: elaboração própria a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM (2022).

Realizando um recorte a partir da média dos anos de 2009 a 2011, percebeu-se que em 2019 (ano em que o “Atlas da Violência 2021” evidencia pela vertiginosa queda de homicídios) houve uma redução de 24,56% em relação à média nacional nesse período. A seguir na Tabela 1, pode ser a taxa de homicídios por 100 mil

habitantes registradas em distintos níveis territoriais entre os anos de 2009 e 2019.

Tabela 1 – Taxas de homicídios no Brasil, Nordeste, Ceará, Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (2009 a 2019)

Ano	Brasil	Nordeste	Ceará	Fortaleza	Juazeiro do Norte
2009	27,2	33,5	25,3	34,6	28,4
2010	27,8	35,7	31,8	47,7	31,2
2011	27,4	36,4	32,7	49,4	37,6
2012	29,4	39,3	44,6	72,6	41,5
2013	28,6	39,7	51,0	83,4	37,1
2014	29,8	41,9	52,3	82,8	42,1
2015	28,9	41,1	46,8	66,7	47,0
2016	30,3	43,7	40,6	44,6	38,0
2017	31,6	48,6	60,2	81,6	47,7
2018	27,8	42,5	54,0	63,4	33,1
2019	21,7	32,7	26,5	28,1	38,3

Fonte: elaboração própria a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM (2022).

No intento de verificar a repercussão dessa redução no âmbito municipal de Juazeiro do Norte foi averiguado qual foi a queda em relação à média na região do Nordeste, Ceará, Fortaleza e por fim Juazeiro do Norte. Sendo possível, com isso compreender um cenário macro e micro acerca das manifestações da violência letal no que diz respeito especialmente ao número de homicídios.

A análise da taxa de homicídios na Região Nordeste, considerando o número de óbitos por local de residência da vítima em 2019, sinaliza que os números flutuam de 32,7 a 48,6 homicídios por 100 mil habitantes - essa variação percentual pode ser mais bem notada a partir da tabela 1. Nesse caso, houve uma redução inferior à média nacional, contabilizando uma queda percentual de 17,83% em relação à média regional.

Para facilitar a compreensão das tabelas, os valores que indicam aumento estão na cor vermelha, enquanto os números que estão na cor verde apontam reduções. Diante disso, a partir da tabela 1, pode-se identificar intensas ondas de crescimento entre 2010 e 2014, quando as taxas de homicídios se elevaram em todos os níveis territoriais compreendidos.

4.2 Como a redução da violência letal no território nacional se refletiu no município de Juazeiro do norte?

Analisando as taxas de homicídios, percebeu-se que para além da redução da taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil em 2019, as taxas de homicídios no Nordeste, no estado do Ceará e em sua capital, reduziram potencialmente. Em Fortaleza, por exemplo, como poderá ser observado na tabela 2, houve uma redução de aproximadamente 52,2% das taxas de homicídios. No entanto, um fato interessante é que embora os demais níveis territoriais tenham obedecido a ordem redutiva que se seguia a partir do cálculo nacional, no município de Juazeiro do Norte ao invés de haver uma redução em 2019, houve um aumento.

É possível observar ainda, que as taxas de homicídios por 100 mil habitantes estampadas no cenário nacional imprimem uma dinâmica semelhante em seus subníveis territoriais, especialmente região. No entanto, ainda assim não é responsável afirmar que sua repercussão incide imediatamente sob a dinâmica municipal.

Dito isso, é válido considerar que a realidade municipal pode não repercutir de imediato a dinâmica da violência letal percebida no âmbito nacional. Diante disso, outros municípios circunvizinhos foram considerados para embasar tal hipótese, todavia, nos municípios observados (Crato e Barbalha), foi observado que houve também redução. Então, dentre os níveis territoriais observados a esfera municipal foi a única a apresentar um comportamento diferente. Na contramão das demais esferas consideradas, o município apresentou um aumento de 16,7% na variação percentual da taxa de homicídios municipal em 2019.

A seguir na tabela 2, foram separados três momentos históricos: 1º) 2009 a 2019, que aponta o todo em relação ao período estudado; 2º) 2014 a 2019, que representa a metade do período estudado; e entre 2018 e 2019, período analisado pelo IPEA, a partir do qual é possível afirmar a redução dos homicídios no Brasil.



Tabela 2 – Brasil, Nordeste, Ceará, Fortaleza e Juazeiro do Norte: variação percentual por período (2009 a 2019)

Nível territorial	Homicídios (abs.)		Variação (%) 2009 a 2019	Variação (%) 2014 a 2019)	Variação (%) 2018 a 2019
	2009	2019			
Brasil	52.043	45.503	12,6	24,8	21,5
Nordeste	17.932	18.669	4,1	20,7	22,6
Ceará	2.165	2.417	11,6	47,8	50,7
Fortaleza	867	751	13,4	64,7	55,2
Juazeiro do Norte	71	105	47,9	5,4	16,17

Fonte: elaboração própria a partir do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM (2022).

No que tange a diminuição do número de assassinios em relação à média estadual no estado do Ceará e sua capital Fortaleza, houve uma redução acentuada de 54,74% e 103,34%, respectivamente. Contudo, diante da enorme queda no número de homicídios apresentada, é de suma relevância salientar que entre 2018 e 2019, principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo, no Ceará e na Bahia, ocorreu, conforme apontado no “Atlas da Violência de 2020” (CERQUEIRA *et al.*, 2020), uma deterioração na qualidade dos registros oficiais.

Dentre os diferentes níveis territoriais observados, a esfera municipal foi a única a apresentar um comportamento diferente. Na contramão das demais esferas, o município apresentou um aumento de 3,98% na média municipal. Juazeiro do Norte apresentou uma variação de 28,4 a 47,7 homicídios por 100 mil habitantes, como bem pode ser observado na tabela 1.

Diante dos dados apresentados é possível observar que as taxas de homicídios por 100 mil habitantes estampadas no cenário nacional imprimem uma dinâmica semelhante em seus subníveis territoriais. No entanto, ainda assim não é responsável afirmar que sua repercussão incide imediatamente sob a dinâmica municipal. Por exemplo, entre 2009 e 2014, Fortaleza apresentou um aumento contínuo do número de homicídios sem necessariamente obedecer a dinâmica nacional.

Além disso, notou-se ainda que a variação percentual observada corresponde ao nível territorial. Isto é, quanto maior e mais específico o recorte, menor será a possibilidade de prevê sua variação. Por exemplo, a nível nacional a

variação percentual correspondia a aproximadamente 12,6%, direcionando esse olhar à esfera regional tem-se uma variação de 4,11%, afinal ainda se tem uma região, que naturalmente compreende vários estados e municípios.

Ao se especificar o estado, notou-se uma elevação do percentual de variação (11,64%) que gradativamente continuou a elevar-se conforme se observou a capital (13,38%) e o município, sendo esse último com o maior percentual de variação, com um valor aproximado a 47,89% entre os anos de 2009 e 2019. No entanto, em outros casos, pode se haver uma variação menor, como pode ser comprovado analisando as taxas de Crato e Barbalha.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A taxa de homicídios no Brasil é uma das mais altas do mundo e vem aumentando nos últimos anos, e isso se reflete nos diferentes níveis territoriais, como os estados e municípios. No entanto, a dinâmica municipal não é necessariamente afetada de imediato pelo aumento da taxa de homicídios no país. Nesse sentido, é importante analisar cada caso de forma independente para se ter uma noção mais clara da realidade de cada cidade e, assim, tomar as devidas medidas para diminuir a taxa de homicídios.

Assim, em resposta à pergunta “Como a redução da violência letal no território nacional se refletiu no município de Juazeiro do Norte?”, temos que a variação percentual do número de homicídios corresponde ao município não repercutiu de imediato a dinâmica da violência letal percebida no âmbito nacional. Isto é, não houve redução da taxa de homicídios como aconteceu no Brasil de forma geral.

É importante analisar a taxa de homicídios no município de Juazeiro do Norte. A taxa de homicídios é a relação entre o número de homicídios registrados e a população total do município. Entre 2009 e 2019, o município manteve sua taxa de homicídios sempre acima da taxa nacional. Em 2015, por exemplo, a taxa de homicídios em Juazeiro do Norte foi de 47 homicídios para cada 100 mil habitantes. Isto significa que, em média, a cada 100 mil habitantes, 47 pessoas foram vítimas de homicídio no município.

A taxa de homicídios em Juazeiro do Norte é alta em comparação com



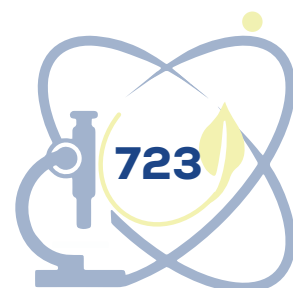
a taxa nacional, que foi de 28,9 homicídios para cada 100 mil habitantes em 2015. Isto significa que a taxa de homicídios no município foi mais que 60% maior que a taxa nacional. Portanto, isto significa que a violência letal ainda é um problema grave no município de Juazeiro do Norte, que carece de políticas públicas eficientes para se enfrentar tal problema.

Dito isso, é importante destacar que esse estudo pretendeu compreender como a dinâmica a redução da violência letal no território nacional se refletiu no município de Juazeiro do Norte, e que não pretende propor alternativas de políticas públicas para o enfrentamento e prevenção a violência letal no âmbito municipal. Todavia, vale ressaltar que essa é uma pesquisa válida que demanda novos trabalhos dedicados a compreensão da violência e suas interfaces na esfera municipal.

É de suma importância o aprofundamento na análise dos resultados da presente pesquisa, bem como a realização de outras análises que possam estimular o desenvolvimento e conhecimento acerca da área. Sugere-se, portanto, que outros estudos possam ser realizados partindo de um diagnóstico detalhado do perfil da violência no município, perfil das vítimas de violência letal, das políticas públicas existentes e em execução, dentre outras variáveis, para melhor compreender os problemas que coíbem a redução da mortalidade no município.

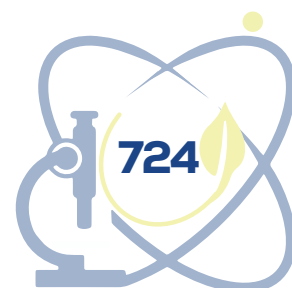
AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao apoio concedido pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e pela Universidade Federal do Cariri, por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI) as atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos em Violência e Segurança Pública (LEVIS).



REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. **Estado e Sociedade**, Brasília, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44055>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- ADORNO, S. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. X, n. 35, 1993. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/133>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- BARREIRA, C.; PINHEIRO, A. S. Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 40, n. 1, 2009, p. 112-116. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/751/1/2009_art_C.Barreira.pdf. Acesso em: 2 ago. 2022.
- BARREIRA, C. Massacres: monopólios difusos da violência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 57/58, p. 169-186, jun./nov. 2000. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/27083>. Acesso em: 2 ago. 2022.
- BARREIRA, C.; ADORNO, S. **A violência na sociedade brasileira**. Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Ipea; FBSP, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2020**. Brasília: Ipea; FBSP, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- CERQUEIRA, D. **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Ipea; FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375lasdaviolencia2021compl.eto.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- CHESNAIS, J. C. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. **Ciências e Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 53-69, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/F8JZF8kmYgdmsS3PdFtLCPt/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- FREITAS, N. A. Perfil clínico-epidemiológico de adolescentes e jovens vítimas de ferimento por arma de fogo. **Cadernos Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 429-435, dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x201700040213>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/C5x8CWHv3fdNVZCzqbJS7sL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- LIMA, R. K.; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 45-



124, 2000. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/10294>. Acesso em: 2 ago. 2022.

MARCONDES FILHO, C. Violência Fundadora e Violência reativa na cultura Brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 20-27, abr. 2001. FapUNIFESP (SciELO). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s010288392001000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/RfWFX3NCKwSRNqFj9KK5PK/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MINAYO, M. C. S. Um fenômeno de causalidade complexa. In: **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. ISBN 97885-7541-380-7. *E-book*. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/y9sxc>. Acesso em: 02 ago. 2022.

MINAYO, M. C. S. O contexto da violência social no Brasil. In: **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. ISBN 8575410946. *E-book*. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/y9sxc>. Acesso em: 2 ago. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

ROSA, R.; BOING, A. F.; SCHRAIBER, L. B.; COELHO, E. B. S. Violência: conceito e vivência entre acadêmicos da área da saúde. **Interface** - Comunicação, Saúde, Educação, [s. l.], v. 14, n. 32, p. 81-90, mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/Cbr3ChY6bdPSc7kNvwN5LTk/abstract/?lang=pt#:~:text=Diante%20de%20uma%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de,e%20que%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20acad%C3%AAmica>. Acesso em: 2 ago. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World report on violence and health**: summary. Geneva: WHO, 2002. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf. Acesso em: 28 ago. 2022.

The logo for UFCA (Universidade Federal do Cariri) is centered at the bottom of the page. It consists of the acronym 'UFCA' in a stylized, white, sans-serif font. Below the acronym, the full name 'UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI' is written in a smaller, white, sans-serif font, stacked in two lines. The background is a dark blue gradient with a pattern of semi-transparent circles on the left and a yellow arc in the top right corner.

UFCA
**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI**